



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Guillermo Omar Orsi

Entre a buena gente e o cidadão de bem
**Uma análise comparativa das direitas latino-americanas a partir dos discursos de
Macri e Bolsonaro nas campanhas presidenciais de 2015 e 2018**

Porto Alegre
2022

Guillermo Omar Orsi

Entre a buena gente e o cidadão de bem
**Uma análise comparativa das direitas latino-americanas a partir dos discursos de
Macri e Bolsonaro nas campanhas presidenciais de 2015 e 2018**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva.

Porto Alegre
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Carlos André Bulhões Mendes

VICE-REITORA

Patricia Pranke

DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Hélio Ricardo do Couto Alves

VICE-DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Alex Niche Teixeira

COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Letícia Maria Schabbach

COORDENADOR SUBSTITUTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Guilherme Francisco Waterloo Radomsky

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

Orsi, Guillermo Omar

Entre a buena gente e o cidadão de bem Uma análise comparativa das direitas latino-americanas a partir dos discursos de Macri e Bolsonaro nas campanhas presidenciais de 2015 e 2018 / Guillermo Omar Orsi. -- 2022.

314 f.

Orientador: Marcelo Kunrath Silva.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Direita. 2. Argentina. 3. Brasil . 4. subalternidade. 5. Populismo radical . I. Silva, Marcelo Kunrath, orient. II. Título.

Guillermo Omar Orsi

Entre a *buena gente* e o *ciudadão de bem*
Uma análise comparativa das direitas latino-americanas a partir dos discursos de Macri e Bolsonaro nas campanhas presidenciais de 2015 e 2018

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Prof. Orientador: Dr. Marcelo Kunrath Silva.

Conceito final: Aprovado
Tese aprovada em: 30/09/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva – Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dra. Camilla Penna de Castro – Examinadora
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Rafael Machado Madeira – Examinador
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dra. Maria Esperanza Casullo – Examinadora
Universidad Nacional de Río Negro (UNRN-Conicet Argentina)

Porto Alegre
2022

AGRADECIMENTOS

Fazer uma tese é uma tarefa suficientemente desafiadora para a maioria dos meros mortais, e em tempos normais já nos faz sentir sobrecarregados. O contexto no qual a escrita desta tese aconteceu inegavelmente apresentou desafios que, ao menos até pouco tempo, não estiveram presentes para os pesquisadores. A própria ideia da conclusão deste trabalho parecia uma fantasia longe de ser realizada até pouco tempo.

A tese doutoral é também a conclusão de um longo percurso acadêmico que se iniciou, para mim, no ano de 2006, em Buenos Aires. Dezessete anos se passaram desde o meu primeiro contato com a universidade, e por isso, quero agradecer a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para que hoje este trabalho esteja terminado. Ainda assim, por alguma razão, sinto que estou apenas começando a traçar a minha trajetória.

Em primeiro lugar, ao Covid-19, não um agradecimento, mas um reconhecimento do seu impacto no desenvolvimento “normal” do processo de escrita desta tese. Não sei se o resultado teria sido melhor ou pior sem a maior pandemia dos últimos 100 anos, mas certamente não teria sido o mesmo.

Aos meus professores, funcionários e amigos do curso de Ciência Política da Universidade de Buenos Aires, particularmente aos membros do voluntariado *Identidad Mercosur*, que muito tempo depois de eu ter me afastado do País e da universidade continuaram a me oferecer seu apoio e ideias.

Aos professores e funcionários da UFRGS que me receberam já desde o meu primeiro contato com a universidade em 2011, sempre dispostos a oferecer a ajuda extra que o meu desconhecimento das dinâmicas universitárias no Brasil e da própria língua implicaram.

Aos meus colegas do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE), que me receberam desde o meu primeiro dia no PPGS e me acompanharam ao longo desses mais de oito anos. Deles, levo, além dos imensos aprendizados em matéria de pesquisa e escrita acadêmica, incontáveis lembranças de acolhimento e amizade que, espero, possam continuar se desenvolvendo no futuro, independentemente de onde nos encontremos. Particularmente, agradeço a amizade da Camila, do Matheus e do Eduardo.

Embora esta tese esteja escrita em primeira pessoa do singular, em função de algumas referências pessoais que decidi trazer, um agradecimento especial vai para o meu orientador, Professor Dr. Marcelo Kunrath Silva. Ele também me acompanha desde o início do meu percurso na pós-graduação, e devo a ele a infinidade de aprendizados do ofício de pesquisador. Sem sua contribuição, esta tese teria se afundado no caos que era o seu projeto de pesquisa; chegar a esta instância teria sido impossível sem a sua paciência e guia. Agradeço e levo como exemplo seu compromisso e determinação com a academia e a Sociologia.

Ao Centro Brasileiro de Estudos Durkheimianos (CBED) e, particularmente, aos excelentes pesquisadores que o constituem. Além dos conhecimentos e as parcerias acadêmicas que têm nos vinculado nesses anos de pós-graduação, agradeço a amizade e a parceria que me ajudaram a navegar as incessantes ondas na solidão do exílio que acabou sendo o Doutorado Sanduíche na Itália durante a pandemia. Em especial, agradeço a professora Dra. Raquel Weiss, cuja empatia e humanidade deixam a academia mais leve. Espero ter a sorte de encontrar mais profissionais como ela na minha trajetória.

Agradeço também aos colegas e amigos, Renan e Gabriela, quase-orientadores e comprometidos leitores das infinitas primeiras versões inacabadas desta tese. Sem seus atenciosos (no caso dela) e cruéis (no caso dele) comentários, críticas, ideias e apontamentos, certamente não teria conseguido chegar até aqui. Em nossas conversas, demorou pouco tempo para percebermos que, apesar de olharmos para coisas distintas, e a partir de perspectivas diferentes, estávamos escrevendo sobre a mesma questão.

À Juliana pelo apoio, acolhimento, amizade e companhia desinteressados desde o meu momento de maior desamparo ao chegar ao Brasil e pela continuidade da parceria ao longo dos anos. Obrigado por me ensinar com o exemplo da tua coragem e determinação para enfrentar todos os desafios.

Aos amigos que o mestrado do PPGS me deu, o querido *Deep*, pela parceria e o acolhimento desde 2015. Agradeço por terem me inserido um pouco mais na cultura brasileira, do samba ao torresmo e pelos incontáveis debates sobre tantas coisas da vida. Espero poder continuar contando com a sua amizade e que nos mantenhamos próximos sempre.

Agrazezco también a mis amigos del otro lado de la frontera, Mica, Elias, Fede, Romina y Brenda, por estar siempre ahí para ayudarme a resolver las cosas que desde aquí no podía, tanto cuestiones académicas cuanto personales. Gracias por nuestras largas conversaciones sobre la academia, el futuro, la militancia y la vida en general. Espero que nos veamos pronto.

To my dear colleagues at Scuola Normale Superiore (SNS): Marco (caro Marcolino), سارة (Sarah) and Carla (la ragazza siciliana), for academic exchanges, companionship and friendship, forged in the heat of Covid-19's mandatory confinement: maintaining mental health would not have been possible without your help. Sono particolarmente grato a Carla per le infinite ore di ascolto e la pazienza con cui mi ha insegnato la sua lingua, oltre che per le continue conversazioni durante questi due anni di amicizia. Agradeço também a toda equipe de pesquisadores, professores e funcionários da Scuola Normale Superiore (SNS), que me acolheram da melhor maneira possível e me ajudaram a passar pelo período particular que foi o meu doutorado sanduíche.

Aos guris da UNO, Cassiano e Marlon, que apareceram nos minutos finais da tese, mas mesmo assim tornaram-se fundamentais para que eu mantivesse a sanidade mental necessária para transitar a fase final de escrita e o início da vida de professor sem desistir. Obrigado pela companhia, as conversas e as risadas, que fizeram deste um lugar muito menos hostil.

Ao meu primo Lau e todos os imigrantes que, como ele, me ensinaram das complexidades e limitações das teorias vigentes. Através dele vi que é possível ser nativista sem ser nativo.

A mis padres, Selva y Omar, y mi hermano Darío, por estar siempre dispuestos a apoyarme sin importar lo que me proponga hacer. A ella por inculcarme el amor por la lectura, fundamental para expandir la imaginación más allá de las estructuras rígidas de la academia y por presentarme la musculación, ese gran hobby que se convirtió en parte fundamental de mi vida, que me ayudó a tener la disciplina necesaria para mis otras labores. A mi papá, por enseñarme en valor del estudio y la dedicación, pero dándome la libertad de escoger mi camino. A Darío, por mostrarme que la determinación y los objetivos nítidos pueden llevarnos a lugares inimaginables, aunque todos digan que estamos locos. A los tres, les agradezco por haberme inculcado los valores que pretendo defender a través de este trabajo.

À Amandinha, meu amor e minha grande dupla neste jogo que nenhum dos dois sabe jogar. Obrigado pelo carinho, pela companhia, parceria, cuidado, apoio, risadas, ensinamentos e pelos projetos compartilhados no dia a dia. Sem a tua confiança nas minhas capacidades, eu teria desistido na metade do caminho. Espero que possamos continuar caminhando juntos muito tempo e que eu possa retribuir todo o bem que tu vens fazendo a mim desde o primeiro dia. Se este trabalho existe, é pelas nossas infinitas e instigantes conversas nas que mais ninguém teria interesse.

À CAPES e ao CNPq, meu agradecimento pelo apoio e financiamento ao longo do mestrado, doutorado e no período sanduíche. Espero que possam continuar contribuindo com a mesma qualidade, ou melhor, para a formação e aperfeiçoamento das próximas gerações de pesquisadores.

Ao Sci-hub e ao Libgen, obrigado por existirem e possibilitarem a democratização e o acesso ao conhecimento. Sei que demandei de vocês muito mais do que pude aproveitar, mas, não sabendo *a priori* o que seria necessário, a sua contribuição foi fundamental para o andamento da tese.

RESUMO

O tema desta pesquisa é a conceituação de um fenômeno muito amplo, abrangente e em constante adaptação que são as direitas latino-americanas, particularmente as direitas da Argentina e do Brasil, a partir de um aspecto inexplorado na literatura. Para isso foram selecionados dois atores, representativos da política, um em cada país: Mauricio Macri na Argentina e Jair Messias Bolsonaro no Brasil. A construção teórica utilizou principalmente as contribuições do politólogo holandês, Cas Mudde – a partir do conceito de Partidos Populistas Radicais de Direita - construindo com essa base, uma nova visão sobre as direitas latino-americanas como forças políticas caracterizadas pela subalternidade. Sendo essa a posição em que se colocam – e colocam os povos que representam – em relação ao resto das nações. Nesse sentido, e no contexto de expansão e normalização das ultradireitas o uso do conceito do Mudde torna-se pertinente e útil para a análise destes casos: o mesmo permite interpretar e categorizar os discursos dos atores políticos dentro da sua própria lógica a partir de três elementos centrais: o populismo como retórica e ideologia “fina”; o autoritarismo como a pulsão pela resolução dos problemas sociais a partir das ações repressivas e policiais; e o nativismo como um tipo de patriotismo e nacionalismo xenófobo. Entretanto, como o foco do trabalho do Mudde encontra-se na Europa e nos Estados Unidos, o elemento nativista, característico destes cenários, mostrou-se inadequado para a interpretação dos casos analisados. Tal aspecto motivou o questionamento central deste trabalho: em que medida os conceitos elaborados, que têm como referência os processos políticos europeus e estadunidenses, são adequados (apropriados) para compreender teoricamente as direitas latino-americanas? E, mais especificamente, as ultradireitas? Da análise dos casos depreendeu-se que a característica distintiva das direitas na América Latina, independentemente de serem elas radicais ou moderadas, refere-se à sua posição subalterna em relação aos outros países do mundo – o que as impede de serem nativistas na maneira como descrita pela teoria. Esta subalternidade se expressa, em primeiro lugar, a uma valoração positiva das influências estrangeiras para o país em termos de valores culturais e morais e étnicos, assim como de importação de políticas públicas e admiração de bens e serviços estrangeiros. Em segundo lugar, a subalternidade se expressa na crença de que uma aproximação mais estreita com os países do Norte global é intrinsecamente desejável e benéfica para o país, entendendo a aproximação como o incremento dos intercâmbios comerciais políticos e diplomáticos. Em terceiro lugar, a subalternidade se expressa na desconfiança e desvalorização contra os grupos sociais, valores morais e culturais do próprio país. A análise foi realizada a partir dos discursos que os representantes das direitas argentina e brasileira divulgaram nos seus próprios canais de YouTube, durante o tempo que duraram as campanhas no segundo turno, para as eleições presidenciais. Este período na Argentina se estendeu de 25 de outubro a 22 de novembro de 2015; e no Brasil, entre 7 e 28 de outubro de 2018. A escolha do YouTube como fonte de dados respondeu tanto à grande oferta de materiais divulgados na plataforma quanto à percepção da concomitante falta de atenção que a mesma tem quando comparada com outras plataformas como Twitter.

Palavras-chave: Populismo Radical de Direita; Subalternidade; Macri; Bolsonaro.

ABSTRACT

The subject of this research is the conceptualization of a very broad, comprehensive and constantly adapting phenomenon that is the Latin American right wing, particularly the right-wing in Argentina and Brazil, from an unexplored aspect in the literature. For this purpose, two actors were selected – one in each country – that are representative of their politics: Mauricio Macri in Argentina and Jair Messias Bolsonaro in Brazil. The theoretical construction used mainly the contributions of the Dutch political scientist Cas Mudde – from the concept of radical right-wing populist parties - building, on this basis, a new vision of the Latin American right as political forces characterised by subalternity. This is the position in which they place themselves – and the peoples they represent - in relation to the rest of the nations. In this sense, and in the context of the expansion and normalization of the ultra-right, the use of Mudde’s concept becomes pertinent and useful for the analysis of these cases: it allows us to interpret and categorize the discourses of political actors within their own logic based on three central elements: populism as rhetoric and “thin” ideology; authoritarianism as the drive for the resolution of social problems through repressive and police actions; and nativism as a type of patriotism and xenophobic nationalism. However, as the focus of Mudde’s work is on Europe and the United States, the nativist element, which is characteristic of these scenarios, was proved inadequate for the interpretation of the cases analysed. This aspect motivated the central questioning of this work: to what extent are these concepts – that are based on the European and US political processes – adequate (appropriate?) for a theoretical understanding of the Latin American right? And, more specifically, the ultra-right? From the analysis of the cases indicated, our findings suggest that the distinctive characteristic of the right in Latin America, whether radical or moderate, refers to their subaltern position in relation to other countries of the world - which prevents them from being nativist in the way described by theory. This subalternity is expressed, firstly, by a positive valuation of foreign influences over the country in terms of cultural and moral, and ethnic values as well as the importation of public policies and admiration of foreign goods and services. Secondly, subalternity is expressed in the belief that closer rapprochement with the countries of the global north is intrinsically desirable and beneficial for the country, understanding rapprochement as means of increasing political and diplomatic commercial exchanges. Thirdly, subalternity is expressed in mistrust and devaluation against the country's own social groups, moral and cultural values. The analysis was carried out based on the speeches that representatives of the Argentinian and Brazilian rights disseminated on their own YouTube channels during the campaign for the second round of their presidential elections. This period in Argentina corresponds from 25 October to 22 November 2015; and in Brazil, between 7 and 28 October 2018. The choice of YouTube as a data source responded both to the large supply of materials disseminated on the platform and to the perception of the concomitant lack of attention it has when compared to other platforms such as Twitter.

Keywords: Populist Radical Right Parties; Subalternity; Macri; Bolsonaro.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema teórico.....	35
Figura 2 - Modelo de Mudde.....	95
Figura 3 - Esquema teórico-analítico.....	119
Figura 4 - Linha do tempo Eleições Presidenciais Argentinas (2015)	122
Figura 5 - Linha de tempo Eleições Presidenciais Brasileiras (2018).....	124
Figura 6 - Resultado da análise.....	278

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição temporal dos vídeos (Macri)	123
Gráfico 2 - Distribuição temporal dos vídeos (Bolsonaro).....	126
Gráfico 3 - Origem do conteúdo dos vídeos de Macri	144
Gráfico 4 - Ator Protagonista nos vídeos de Macri	145
Gráfico 5 - Duração dos Vídeos de Macri	146
Gráfico 6 - Origem do conteúdo dos vídeos de Bolsonaro	190
Gráfico 7 - Duração dos Vídeos de Bolsonaro	191
Gráfico 8 - Ator Protagonista nos vídeos de Bolsonaro	192
Gráfico 9 - Valência em Títulos	194
Gráfico 10 - Origem dos conteúdos comparados	241
Gráfico 11 - Distribuição por origem dos vídeos no canal Bolsonaro	242
Gráfico 12 - Duração dos vídeos comparados.....	243
Gráfico 13 - Taxa de protagonismo comparada	245

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Escolas do populismo.....	60
Quadro 2 - Famílias do populismo: Escola Politológica	62
Quadro 3 - Esquema conceitual do capítulo	63
Quadro 4 - Os quatro inimigos dos PPRD.....	89
Quadro 5 - Protagonismo absoluto comparado	246

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Abuelas	Asociación Civil Abuelas de Plaza de Mayo
ANSES	Administración Nacional de la Seguridad Social
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ARI	Afirmación para una República Igualitaria
AUH	Asignación Universal por Hijo
CC	Coalición Cívica
CGT	Confederación General del Trabajo
CONICET	Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas
CUT	Central Única Dos Trabalhadores
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fondo Monetario Internacional
H.I.J.O.S	Hijos e Hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio movimiento
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
Madres	Madres de Plaza de Mayo
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MST	Movimento Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
P.A.S.O	Primarias Abiertas Simultaneas y Obligatorias
PDC	Partido Democrata Cristão
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEN	Partido Ecológico Nacional
PFL	Partido da Frente Liberal
PJ	Partido Justicialista
PL	Partido Liberal
PPB	Partido Progressistas do Brasil
PPR	Partido Progressista Reformador
PPRD	Partidos Populistas Radicais de Direita
PRO	Propuesta Republicana
PSC	Partido Social Cristão

PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido dos Trabalhadores do Brasil
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
EU	União Europeia
YPF	Yacimientos Petrolíferos Fiscales

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REVISÃO DA LITERATURA	28
2.1 IDEOLOGIA E MORALIDADE.....	28
2.2 DIREITA E ESQUERDA	36
2.2.1 Moderados e Ultras	40
2.2.2 Populismos autoritários	46
2.2.3 Liberdade, liberalismo, neoliberalismo e conservadorismo	50
2.3 POPULISMO	58
3 A AMÉRICA LATINA: IDEOLOGIA, ESQUERDA E DIREITA	65
3.1 AS DIREITAS NA AMÉRICA LATINA.....	66
3.2 NA ARGENTINA	71
3.3 NO BRASIL	76
3.4 PARTINDO PARA A ANÁLISE	82
4 MARCO TEÓRICO ANALÍTICO	84
4.1 OS PARTIDOS POPULISTAS RADICAIS DE DIREITA	84
4.1.1 Os inimigos das direitas radicais	88
4.1.1.1 <i>Dentro do Estado e dentro da Nação</i>	90
4.1.1.2 <i>Dentro do Estado, mas fora da Nação</i>	91
4.1.1.3 <i>Fora do Estado, dentro da Nação</i>	91
4.1.1.4 <i>Fora do Estado, fora da Nação</i>	92
4.1.2 A História dos radicalismos de direitas: as quatro ondas	92
4.2 CASOS DA EUROPA E DOS ESTADOS UNIDOS	96
4.2.1 Europa	96
4.2.2 Estados Unidos	112
5 METODOLOGIA	120
5.1 POR QUE O YOUTUBE?	131
6 CAMPO	140
6.1 POBREZA ZERO, UNIR OS ARGENTINOS E COMBATER O NARCOTRÁFICO: MAURICIO MACRI.....	143
6.1.1 Os vídeos de Macri	144
6.1.2 Títulos e descrição nos vídeos de Macri	146
6.1.3 O discurso de Macri: populismo, autoritarismo e neoliberalismo subalterno	147
6.1.3.1 <i>Populismo</i>	148
6.1.3.2 <i>Autoritarismo</i>	168
6.1.3.3 <i>Nativismo – Neoliberalismo Subalterno</i>	178

6.2 BRASIL ACIMA DE TUDO: JAIR BOLSONARO	190
6.2.1 Os vídeos de Bolsonaro	190
6.2.2 Títulos e descrição nos vídeos de Bolsonaro.....	193
6.2.3 O discurso de Bolsonaro: populismo, autoritarismo e nativismo subalterno	195
6.2.3.1 <i>Populismo</i>	197
6.2.3.2 <i>Autoritarismo</i>	216
6.2.3.3 <i>Nativismo subalterno</i>	226
7 OS DISCURSOS COMPARADOS.....	241
7.1 AS MENSAGENS COMPARADAS	247
7.1.1 Populismo	248
7.1.2 Autoritarismo.....	256
7.1.3 Nativismo e neoliberalismo subalternos	262
7.2 DAS IMAGENS	271
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	276
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	293
ANEXO 1 - LISTA DE VÍDEOS DE MACRI E BOLSONARO.....	306

1 INTRODUÇÃO

“Acreditam ser os donos de um país que abominam”

Diego Capusotto – ator e comediante argentino (21/08/2019)

O meu primeiro contato com a formação universitária aconteceu na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires, no curso de Ciência Política. Durante esse período, tive o prazer de conhecer diversos professores excepcionais. No entanto, alguns permanecem na minha memória de forma negativa. Um deles se destacava pelo empenho que fazia a cada aula para ser uma pessoa desagradável. Gostava de performar um militarismo que não condizia com a instituição que nos acolhia, nem o período histórico no qual nos encontrávamos.

Era o ano 2006¹ e Nestor Kirchner, na época presidente da nação, já tinha pronunciado um dos seus discursos históricos, no ato de criação do Museu da Memória na ESMA, o centro clandestino de detenção mais importante da última ditadura militar na Argentina:

Queridos *Abuelas, Madres, Hijos*; quando via as mãos, quando cantavam o hino, via os braços dos meus companheiros, da geração que acreditou e continua acreditando, os que sobramos, que este país pode mudar. Foram muitas as ilusões, sonhos, acreditamos de verdade que podia se construir uma Pátria diferente e também quando escutava a H.I.J.O.S, recentemente vimos a rendição à volta da esquina. É difícil, **porque muitos especulam, porque muitos estão agachados e muitos esperam que tudo fracasse para que a escuridão retorne sobre a Argentina**, e está em vocês que **nunca mais** a escuridão e o obscurantismo voltem a reinar na Pátria. As coisas têm que ser chamadas pelo seu nome e aqui se vocês me permitem, já não como companheiro e irmão de tantos companheiros e irmãos que compartilhamos aquele tempo, mas como Presidente da Nação Argentina, **venho pedir perdão da parte do Estado Nacional pela vergonha de ter calado durante 20 anos de democracia por tantas atrocidades**. 24 de Março de 2004. (Instituto Pátria, 2020, grifo meu).²

Era esse momento histórico e aquele professor de economia entrava na sala de aula marchando como um soldado e comentando quanto gostava de esculachar os esquerdistas. Os “esquerdistas” de quem falava eram seus alunos que tinham entre 16 e 18 anos.

Não sei dizer com certeza se foi nesse primeiro contato com a universidade que surgiu o meu interesse pelo estudo das direitas e das ultradireitas, as quais são o foco desta pesquisa. Porém, é evidente que essa memória tem me acompanhado durante os últimos 16 anos e, de alguma maneira, influenciado nas minhas escolhas intelectuais, tal a nitidez com a que a

¹ Nestor Kirchner, em 2006, estabeleceu que a data de recordação da ditadura militar argentina de 1976, criada em 2002, viraria feriado nacional, como parte da sua política de memória e justiça em torno dos crimes do período militar.

² Todas as citações diretas que não estiverem em português no original, foram traduzidas por mim.

lembro. A existência de um personagem tão antagônico com o discurso progressista que parecia caracterizar o país e tão confiante para expressar seus pensamentos antipopulares sem medo da repressão externa, está no cerne das questões que incentivaram este trabalho.

Desde então, questões como o militarismo, a religiosidade, o tradicionalismo, o conservadorismo e os movimentos políticos que defendem estas posições têm permanecido na minha mente e, por isso, a presente tese situa-se no campo das Ciências Humanas, entre a Sociologia e a Ciência Política. O trabalho será desenvolvido tanto no nível teórico, no esclarecimento das teorias e conceitos mobilizados quanto na análise empírica. O tema desta tese é a caracterização e a comparação das direitas sul-americanas a partir do discurso e da performatividade das mesmas desde um questionamento central: de que maneira os conceitos elaborados, cuja referência são os processos políticos europeu e estadunidense são adequados para apreender teoricamente as direitas latino-americanas? E, mais especificamente, as ultradireitas? Quer dizer, é possível entender e caracterizar teoricamente as direitas latino-americanas a partir dos trabalhos sobre direitas europeias e norte-americanas?

Em um mundo cada vez mais globalizado, onde os fluxos de informação, particularmente na academia, acontecem cada vez mais rapidamente – orientados fortemente desde os países centrais para os países periféricos – é interessante explorar se análises que se propõem globais dão conta das especificidades locais.

Nesse sentido, a hipótese principal que orienta este trabalho é que há, nas teorias dominantes/internacionais, que pretendem conceituar as direitas de modo global, uma insuficiência na interpretação de cenários como o latino-americano, e que isto é decorrente da pretensa universalidade dos estudos e modelos analíticos surgidos na Europa e nos Estados Unidos. Concomitantemente os estudos latino-americanos influenciados pelas produções internacionais tendem a reproduzir e aplicar estas categorias teóricas.³ Por isso, nesses trabalhos, a questão relacional (centro/periferia) não é abarcada pelos pesquisadores ao considerar a forma em que as direitas se apresentam, da maneira proposta aqui.

³ Tomando como referência dos trabalhos latino-americanos o livro "Pensar as direitas na América Latina" de 2019 organizado por Ernesto Bohoslavsky, Rodrigo, P. Sá Motta e Stéphane Boisard, produto do evento "Pensar as direitas na América Latina no século XX" acontecido em 2018 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O livro apresenta diversos trabalhos, apresenta trabalhos principalmente empíricos sobre as direitas na América Latina de autores Americanos e Europeus e não deixa de mobilizar as clássicas referências teóricas da sociologia europeia (Weber, Geertz, Foucault, Gramsci, Descartes, Sartre, etc) e trabalhos de teóricos atuais dos Estados Unidos e a Europa (Dahl, Bobbio, Hayek, Hochschild, Inglehart, Norris, etc), assim como referências às universidades/editoras destes países (Palgrave Macmillan, Princeton, Harvard, Berkeley, Chicago Press, Oxford Press, etc.). O mesmo acontece com o conhecido "*The resilience of the Latin America right*" (2014) editado por Juan Pablo Luna e Cristoval Rovira Kaltwasser (que traz autores como Mudde, Sartori, Panebianco, Weyland, etc).

Assim, em diálogo com essas abordagens, me proponho adaptar as ditas categorias conceituais para contribuir com o estudo das direitas e sua radicalização no Cone Sul. Uso como referência da literatura europeia e norte-americana o trabalho de Cas Mudde, que desenvolve o conceito de Partidos Populistas Radicais de Direita (PPRD) e vem se tornando cada vez mais usado para compreender diversos casos. Embora será desenvolvido mais à frente é importante apontar aqui que Mudde (2007) entende que os três elementos centrais dos PPRD são o Autoritarismo, o Nativismo e o Populismo. O nativismo, elemento chave do conceito, se entende como uma forma de nacionalismo xenófobo que sustenta que os Estados devem ser habitados exclusivamente por membros dos grupos nativos (a nação) e que os elementos não nativos - pessoas e ideias - são fundamentalmente ameaçadores da homogeneidade do Estado-nação. Nesse contexto surge a pergunta desta tese: a definição de PPRD como foi produzida originalmente é uma conceitualização adequada para os casos de estudo? São as direitas moderadas e as ultradireitas da América Latina equivalentes aos seus congêneres europeus e norte-americanos, podendo assim ser apreendidas pela mesma conceituação?

Apesar das limitações apontadas para estes estudos o trabalho de Mudde possui uma grande potência analítica. Mesmo tendo seu foco nas ultradireitas, os conceitos mobilizados permitem enquadrar as direitas moderadas, a partir da proximidade ou afastamento com estes casos limites. Também, no contexto da quarta onda dos radicalismos de direita, que desenvolverei mais adiante, a própria rigidez da fronteira entre moderados e radicais começa ser questionada. Por outro lado, apesar que Mudde (2007) destaca a importância de focar em determinados documentos partidários para analisar os PPRD, seus trabalhos posteriores (MUDDE, 2018; 2019a) flexibilizam a estratégia metodológica, permitindo a análise de lideranças políticas sem partidos fortemente estabelecidos.

Como resposta à inadequação desta teoria pretendo testar no trabalho a noção de Subalternidade, que parece se combinar com as outras características das direitas latino-americanas, independentemente de que essas sejam moderadas ou radicais. Entendo à subalternidade aqui, contrariamente ao nativismo, como uma forma de nacionalismo xenófobo orientado contra os próprios membros de uma nação em favor de grupos estrangeiros. Sustentando-se não a ideia de que os Estados devam ser habitados exclusivamente por membros de grupos nativos, mas que elementos não nativos – pessoas e ideias – são necessários para o melhoramento e o sucesso do Estado-nação, em detrimento das pessoas e ideias nativas. Esta subalternidade se expressa, em primeiro lugar, na valoração positiva das influências estrangeiras para o país em termos de valores culturais e morais, e

étnicos assim como de importação de políticas públicas e admiração de bens e serviços estrangeiros. Em segundo lugar, a subalternidade se expressa na crença de que uma aproximação mais estreita com os países do Norte global é intrinsecamente desejável e vantajosa para o país, entendendo a aproximação como o incremento dos intercâmbios comerciais políticos e diplomáticos. Em terceiro lugar, a subalternidade se expressa na desconfiança e na desvalorização dos grupos sociais, valores morais e culturais do próprio país.

A questão, então é entender de que forma a dimensão de subalternidade das direitas e ultradireitas dos países latino-americanos se expressa na configuração das mesmas. Quer dizer, de que maneira essa condição subalterna estabelece especificidades quando comparadas com a definição das características dos PPRD?

Estudar a América Latina qualitativamente, a partir de dois casos importantes e ainda olhar para estes casos comparando-os com a Europa e os Estados Unidos, significa uma dupla comparação que apesar de desafiadora, se apresenta como profundamente instigante e frutífera. Não existindo nas Ciências Humanas uma régua neutra e universal com a qual medir os fenômenos, “a comparação é o único meio prático de que dispomos para tornar as coisas inteligíveis” (DURKHEIM, 1970, p. 13). Desde essa perspectiva, nas Ciências Humanas, os métodos comparativos se evidenciam sobremaneira, visto que é comum compararmos fenômenos similares, próximos e, em algumas situações, mesmo antagônicos.

Contudo para fins desta comparação deve-se ter em mente que, ainda que considerássemos a América Latina como um bloco homogêneo, a região difere não somente em questões culturais, econômicas e políticas dos blocos europeu e norte-americano, mas em diversas outras questões (históricas, geográficas, urbanísticas, demográficas, de relações internacionais, e de extensão dos territórios). Tais aspectos são uma grande limitação para as generalizações dos achados deste trabalho. Mais ainda, quando considerada a evidente heterogeneidade da região, os casos da Argentina e do Brasil são somente uma significativa, embora limitada, amostra.

A comparação é feita a partir de uma análise dos discursos eleitorais das direitas argentina e brasileira, no fim da chamada “onda rosa” (SILVA, 2010) e uma concomitante contraposição desses discursos com as teorias e análises das correntes dominantes da área (*mainstream*), produzidas na Europa e nos Estados Unidos. Tal comparação busca apreender quais as ideias, valores e concepções estão presentes em cada uma das versões da direita existentes no Cone Sul, comparando, assim, as realidades locais entre elas, bem como os argumentos e análises que os teóricos dos países centrais efetuaram.

Em ambos os casos, as direitas ascenderam ao poder através de eleições limpas, em vitórias conquistadas no segundo turno, concorrendo com os partidos vencedores das eleições anteriores, representantes da (centro) esquerda e cujos governos mantiveram a hegemonia por ao menos três ciclos eleitorais consecutivos. Considerando os níveis de polarização existentes em ambos os países, no fim da “onda rosa”, os argumentos mobilizados pelos candidatos expressaram a oposição às posições (e atores) de esquerda como um elemento principal da sua identificação, sendo este um dos elementos principais na construção do próprio eleitorado. Nestes discursos ficaram, muitas vezes por oposição, definidos os valores e papéis sociais atribuídos aos distintos atores pelos candidatos. Nesse sentido, a polarização política contribuiu para afastar o discurso dos atores analisados com seus oponentes, tendo lugar um movimento pouco comum em períodos eleitorais, pois a tendência é a homogeneização dos discursos a fim de atrair maiores parcelas do eleitorado.

A representatividade que um discurso eleitoral de sucesso adquire é outra das justificativas centrais para a sua utilização. A partir dela, aciona-se o “senso comum” da população da qual e à qual os candidatos falam num processo que se retroalimenta constantemente, tal como aponta Noelle-Neumann (1995). Entendendo por “senso comum” o conjunto de representações sociais compartilhadas por uma comunidade (RAITER, 2003), quer dizer que “o conjunto de conteúdo dos sistemas de crenças individuais conforma o conteúdo do senso comum da comunidade” (FLAX, 2019, p. 6) e ao mesmo tempo na medida em que se expressa por meio de enunciados condiciona os conteúdos possíveis do sistema de crenças individuais, criando-se uma relação de interdependência recíproca entre os sistemas de crenças particulares e o senso comum (FLAX, 2019). O discurso dominante, constitui um eixo sociodiscursivo de referências “que determina que representações do senso comum têm maior ou menor circulação e são mais ou menos aceitas” (FLAX, 2019, p. 7), por isso estudar os discursos dominantes que possuem maior aceitação e apoio, é ao mesmo tempo, indagar quais são os conteúdos mais difundidos e validados pela população.

Estudar o quanto esses valores se encontram de fato difundidos socialmente e qual é o grau de concordância entre os eleitores e os candidatos não é uma tarefa que empreenderei aqui. Espero, todavia, que a análise dos argumentos mobilizados e a conceituação do posicionamento político da direita latino-americana possam servir como substrato para outros trabalhos que indaguem nesta direção.

É importante esclarecer também que não se trata de uma análise das campanhas, mas sim da utilização do discurso eleitoral como fonte de dados para a análise dos casos. Isso porque apesar de estar ciente das particularidades que os discursos de campanha possuem

dentro do espectro dos discursos políticos, as mensagens mobilizadas em ambos os casos de análise mantêm coerência com os discursos efetuados antes e após as referidas campanhas, servindo a campanha como uma amostra condensada das mensagens mobilizadas pelos atores políticos.

Quando comecei escrever o projeto de pesquisa que originou esta tese, o estudo das direitas na América Latina não estava entre os temas mais pesquisados (LUNA; KALTWASSER, 2014). No final de quase duas décadas da “onda de governos de esquerda” (KITZBERGER, 2010, p. 5), a maioria dos pesquisadores estavam interessados em entender os processos que tinham levado ao surgimento desta onda, assim como seus efeitos reais, limitações e possíveis causas do aparente declínio. Inclusive, apontavam Luna e Kaltwasser em 2014, o principal objetivo do seu livro era preencher o vazio sobre a direita latino-americana que eles percebiam estar dominando a academia no tempo em que escreveram.

Atualmente, o interesse é outro. Especialmente em função do surgimento do trumpismo, do bolsonarismo, da “normalização das ultradireitas” (MUDDE, 2019a; 2019b) e do sucesso dos radicalismos de direita na Europa. A literatura nos últimos anos voltou a se concentrar nos fenômenos da direita (RAMOS, 2017; GIORDANO, 2014, LYONS, 2017; SALAS OROÑO, 2015; CASIMIRO, 2018), tanto na sua dimensão política/institucional, quanto em seus impactos sociais (MELZER, 2016; RAIM, 2017; VÁRNAGY, 2017; EL-ERIAN, 2016). Alguns desses trabalhos, inclusive, identificaram a ascensão de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos como um ponto de consolidação e de provável radicalização deste processo (BRIEGER, 2017; LYONS, 2017; RAMONET, 2017).

No Cone Sul, houve a ascensão ao poder, de governos de direita, seja por processos eleitorais ou golpes de Estado: Horácio Cartes (2013-2018) e Mario Abdó Benítez (2018) no Paraguai, Mauricio Macri na Argentina (2015- 2019), Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro no Brasil (2019), Jimmy Morales na Guatemala (2016), Jeanine Áñez na Bolívia (2019-2020), Sebastián Piñera no Chile (2010 e 2018), Lenin Moreno no Equador (2017) e Iván Duque na Colômbia (2018), entre outros exemplos. Essa ascensão reavivou o interesse pelo estudo dos grupos, partidos, *think tanks*⁴ e movimentos da direita, apresentando um cenário novo que nos convida a “problematizar o avanço das “novas” direitas latino-americanas e o fim de ciclo dos governos progressistas na região” (PREGO; NIKOLAJCZUK, 2020, p. 221).

⁴ Conforme Prego (2016) os *think tanks* constituem grupos heterogêneos que integram espaços onde convergem acadêmicos, políticos, técnicos e que realizam funções de proposição e legitimação de políticas, assim como produzem funcionários técnicos para partidos e instituições com o intuito de proteger determinadas ideias e valores.

Com o contínuo movimento da história parece agora que a direita está perdendo forças novamente, com a derrota de Macri na sua tentativa de reeleição (2019) e o retorno à Bolívia de um governo do Movimento ao Socialismo (MAS) eleito democraticamente (2020), a derrota de Keiko Fujimori no Peru (2021) e a expressiva votação das esquerdas no plebiscito constituinte no Chile (2021) e a eleição de Gustavo Petro, e Francia Márquez Mina, na Colômbia (2022). No Brasil, as eleições de 2020 que elegeram prefeitos e vereadores mostraram uma queda no apoio aos candidatos do presidente Bolsonaro. Por outra parte, a derrota de Trump nos Estados Unidos em dezembro de 2020 também significou um contratempo para as forças da direita na região. Inclusive, até agora,⁵ a própria mobilização que tentou impedir a nomeação de Joe Biden, para a presidência, parece ter deixado o agora ex-presidente Trump mais isolado e com menos influência do que podia se prever. Essa aparente instabilidade permanente das ondas de direita e de esquerda chamou a atenção de alguns autores que questionam a própria ideia de ondas, e afirmam que a política latino-americana parece seguir um tipo de lógica tumultuosa de alternância entre direita e esquerda (VOMMARO; ANRIA, 2020).

Contudo, fica nítido que, as direitas e ultradireitas assim como as suas pautas não surgiram da noite para o dia e não estão derrotadas somente porque alguns movimentos políticos tenham perdido eleições. Elas estão presentes e agindo mesmo nos momentos em que os poderes executivos nacionais estão controlados por partidos de esquerda. É nestes momentos, inclusive, quando mais se organizam e fortalecem. Toma-se como exemplo, Jair Bolsonaro que saiu do congresso nacional para virar presidente da nação após mais de 30 anos ininterruptos como parlamentar,⁶ quer dizer, conseguiu manter sua bancada (em um sistema eleitoral como o brasileiro, no qual cada candidato deve obter votos para si próprio) durante todo o tempo que durou o governo do Partido dos Trabalhadores (PT). O Movimento Escola Sem Partido,⁷ no Brasil já estava se organizando e celebrando “congressos contra a doutrinação” pelo menos desde 2014.

⁵ Agosto de 2022.

⁶ Bolsonaro se retirou do exército em 1988, e começou a sua carreira política como vereador do Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão (PDC), entre 1993 e 1995 foi membro do Partido Progressista Reformador (PPR), entre 1995 e 2003 no Partido Progressistas do Brasil (PPB), entre 2003 e 2005 foi filiado ao Partido dos Trabalhadores do Brasil (PTB), no ano de 2005 participou do Partido da Frente Liberal (PFL) e entre 2005 e 2016 do Partido Progressistas. Posteriormente, por um ano foi membro do Partido Social Cristão (PSC) e depois do Partido Ecológico Nacional (PEN), em 2018 foi candidato pelo Partido Social Liberal (PSL) e atualmente enquanto procura criar o próprio partido – Aliança pelo Brasil –, filiou-se ao Partido Liberal (PL) para poder concorrer nas eleições de 2022.

⁷ O Escola Sem Partido, fundado em 2004 é um movimento conservador cujo objetivo, explicitado no próprio site é “inibir a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula e a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral dos seus filhos” através da aprovação de leis no âmbito federal, estadual e

Na Argentina, Macri já era deputado em 2005 antes de vencer nas eleições para a prefeitura da cidade de Buenos Aires, a mais rica do país, em 2007, da qual saiu em 2015 eleito presidente. Ao olhar novamente, percebe-se agora que a “onda rosa” sempre teve tubarões sob a superfície à espera da sua oportunidade.⁸ Isto é importante de destacar, pois muitas vezes a ideia da “maré rosa” (MORRESI, 2017; 2019a), “onda rosa” ou “virada à esquerda” oculta as tensões ideológicas no interior do país, como se o fato de determinado grupo político ter chegado ao poder executivo nacional implicasse um alinhamento homogêneo e absoluto do resto das forças políticas e da população.

As pautas da ultradireita (que vão desde a defesa da “meritocracia”, as teorias conspiratórias e anticientíficas, versões alternativas da história e a “defesa dos valores tradicionais” – religião judaica-cristã, patriarcado, misoginia, homofobia, racismo – até o ataque às políticas sociais e a valorização irrestrita do neoliberalismo radical) entraram no topo da agenda política e dificilmente voltam para a margem da discussão no curto prazo. As recentes eleições legislativas argentinas são um exemplo do crescimento de algumas direitas radicais ausentes até o momento.⁹ Por isso, as perguntas subjacentes a esta tese levantam questões como: é a direita um bloco unificado? Todo país lida com as mesmas configurações da direita? A virada “à direita” implica o mesmo movimento nos diversos contextos? Que elementos compartilham estes grupos através dos distintos países?

Mesmo sendo somente dois casos numa região com mais de vinte países e 600 milhões de habitantes, Brasil e Argentina estão entre os países que elegeram governos de direita no fim da “onda rosa”. Ambos foram caracterizados e estudados tanto durante o período de crescimento dos movimentos progressistas quanto na etapa seguinte como casos exemplares e paradigmáticos desses períodos dentro de um universo maior (STOESSEL, 2014; GAZZOLA, 2018).

municipal, para o qual recomendam contatar com um “deputado ou vereador comprometido com causas relacionadas a liberdade, educação e família”. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/programa-escola-sem-partido/>. Acesso em: 18/09/2021.

⁸ Apesar disso, chama a atenção a persistência do apoio que Jair Bolsonaro manteve em 2020 e 2021, em que pese as diversas denúncias de corrupção, a alta na inflação e no desemprego, os ataques à imprensa a organismos internacionais e a governos estrangeiros e particularmente a decisão explícita pela anticiência e antivacinação, o uso de remédios sem comprovação científica e a administração errática das políticas de saúde durante os piores momentos da pandemia de Covid-19.

⁹ Apesar de Macri ter começado a radicalizar seus posicionamentos desde o fracasso eleitoral em 2019, figuras radicais de direita de alcance (ainda) muito limitado, também surgiram após a troca presidencial. Particularmente os economistas liberais Luis Espert, que se caracteriza pelo seu viés punitivista (conflitante com os Direitos Humanos) e Javier Milei, que etiqueta de “esquerdista” (ou nas suas palavras “esquerdista de merda”) a todos os outros políticos, inclusive alguns membros do partido de Macri, propõe a desregulamentação das armas, a eliminação de impostos, a proibição do aborto e a legalização das drogas (mas excluindo os usuários da atenção de saúde do Estado).

Ambos se organizam, como a maioria dos países da região, de forma presidencialista, com duas câmaras legislativas e compartilham, com a maioria dos países latino-americanos de uma série de eventos políticos similares, em momentos históricos quase idênticos; desde a colonização, a instalação das Repúblicas, governos liberais, governos militares, governos neoliberais, a “onda rosa” e a referida virada à direita, precedida pela eclosão de importantes mobilizações antigovernistas. Além disso, Argentina e Brasil possuem as maiores economias, populações e territórios do Cone Sul e constituem as maiores indústrias culturais da região. O que explica também a escolha por estes casos.

Contudo, há alguns elementos que diferenciam ambos os países. Em primeiro lugar, partindo dos censos populacionais, quase 50% (46,7%)¹⁰ da população brasileira é considerada preta ou parda, enquanto na Argentina este número soma entre 2 e 5%,¹¹ e esta porcentagem é fruto de uma politização recente que os movimentos afro- argentinos fazem pelo reconhecimento, pois anteriormente nenhuma classificação racial era feita e o senso comum (ainda) afirma que a população argentina é homogênea, descendente de europeus e branca (MORALES, 2014; GELER, 2016; ADAMOVSKY, 2012; LOPEZ, 2018).

Em segundo lugar, a religiosidade constitui uma diferença entre ambos os países. Questionados sobre a importância de Deus na sua vida, no Brasil a maioria das pessoas (87,5%) aponta que é “muito importante”, já na Argentina esse número cai para o 28,4%¹². Isso acontece apesar de ambos os países terem um percentual de fiéis similar – enquanto 98,4% das pessoas no Brasil admitem acreditar em Deus, na Argentina esse número é 91,1%. Embora não seja fundamental no dia a dia, o Catolicismo se impõe na Argentina como religião/cultura hegemônica enquanto no Brasil a presença de diversas vertentes do Cristianismo, crescentemente representado pelos evangélicos e pentecostais convivem (não de maneira harmônica) com as religiões afro-brasileiras.¹³

Em terceiro lugar, sobre a diversidade sexual, o mesmo *survey* mostrou que os entrevistados expressaram uma aceitação “baixa” da homossexualidade em 40,1% no caso

¹⁰ IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos> Acesso em: 17 ago. 2019.

¹¹ No Brasil, conforme o censo de 2010 do IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/18282-populacao-chega-a-205-5-milhoes-com-menos-brancos-e-mais-pardos-e-pretos> Acesso em: 17 ago. 2019. Já, na Argentina a consideração da raça não forma parte do censo nacional e a estimativa dos afrodescendentes no país surge de um teste piloto feito entre as organizações de afrodescendentes argentinos e a *Universidad de Tres de Febrero* (UNTREF), com financiamento do Banco Mundial, em 2005.

¹² Conforme as pesquisas do *World Value Survey*.

¹³ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-ibge-e-a-religiao-cristaos-sao-86-8-do-brasil-catolicos-caem-para-64-6-evangelicos-ja-sao-22-2/> Acesso em: 28 jun. 2022.

brasileiro, enquanto este valor foi de 27% no caso argentino. Em quarto lugar, como indicador das relações de gênero, os índices de violência contra as mulheres analisados por Amanda Cegatti (2018) mostram que a menor taxa de feminicídio¹⁴ registrada no Brasil (2,3 a cada 100 mil mulheres) em toda sua série histórica (1980-2014) é superior que a maior taxa no mesmo período na Argentina (2,2). Conforme os dados disponíveis da OMS, estes valores eram de 4,7 e 1,4 em 2015, respectivamente.¹⁵ Finalmente, em relação à distribuição de renda, o índice GINI, do Banco Mundial, apontou um valor de 40,6 pontos para a Argentina e de 53,3 para a o Brasil, em 2017 (lembrando que valores maiores representam um maior grau de concentração de renda e desigualdade).

O *World Value Survey* permite visualizar também inicialmente a relação da sociedade argentina e brasileira na questão do respeito à autoridade e o autoritarismo. Perguntados sobre um possível incremento do respeito às autoridades no futuro 70,5% dos brasileiros e 62,9% dos argentinos entenderam ser uma coisa positiva. Paralelamente, ao serem questionados pelo sistema democrático como forma de governar o país, 63,5% dos argentinos e somente 32% dos brasileiros entenderam ser um sistema “bastante bom”. Somando as categorias “bastante bom” e “suficientemente bom” 87% dos argentinos consideraram a democracia como um sistema positivo, contra 75% dos brasileiros. De modo semelhante, quando questionados sobre o governo militar, 2,9% dos argentinos consideraram ser algo bastante bom, contra 9,9% dos brasileiros. Neste caso, a soma das categorias “bastante bom” e “suficientemente bom” representaram 15,6% na Argentina e 36,7% no Brasil.

Com este contexto em mente, parto para a análise do discurso no caso da eleição presidencial argentina de 2015 e a eleição presidencial brasileira de 2018. Não posso deixar de apontar a série de sucessos que, de maneira similar, aconteceram nos dois países previamente ao momento em que os executivos nacionais viraram à direita. Partidos e movimentos opositores aos governos progressistas desenvolveram uma série de discursos sobre as suas próprias posições e sobre as características dos governos aos que se opunham. Como parte da construção destas oposições surgiram grandes movimentos de protestos que em ambos os países enfraqueceram os governos e ofereceram estruturas organizativas e ideológicas para a reestruturação das oposições que tinham se atomizado após três (no caso argentino) e quatro (no caso brasileiro) vitórias consecutivas dos partidos progressistas nas

¹⁴ Embora os dados da OMS indiquem homicídios de mulheres por agressão intencional, pois não há indicadores equivalente de feminicídios entre os países, mas os pesquisadores entendem que grande parte das mortes correspondem a feminicídios, vez que a misoginia e o sexismo estão quase sempre envolvidos nesses homicídios além da maior parte deles ocorrerem no âmbito doméstico (CEGATTI, 2018).

¹⁵ Disponível em: <http://apps.who.int/healthinfo/statistics/mortality/whodpms/tables/tableb.php> Acesso em: 12 ago. 2022.

eleições presidenciais.¹⁶ O movimento pelo *impeachment* no Brasil e os *cacerolazos* na Argentina, não explicam o sucesso eleitoral das direitas da mesma forma que nenhum elemento isolado, mas não podem ser totalmente ignorados ao considerar o processo. É interessante notar que os atores que surgiram por fora das estruturas partidárias, nessas mobilizações, e que a maioria se identificou como ativistas políticos não partidários, foram inclusos nas estruturas estatais e partidárias dos novos governos.

Inclusive, ambos os processos não podem ser apontados sem considerar, os processos prévios dos quais estes surgiram. No caso argentino, a *Crise do campo* de 2008¹⁷ e, no caso brasileiro, a contestação imediata das eleições por parte do candidato perdedor.¹⁸ Embora os atores que protagonizaram essas primeiras manifestações não tenham sido exatamente os mesmos, muitos deles começaram a se organizar e a se articular desde aquele momento.¹⁹

Como os próprios organizadores dos *cacerolazos* reconhecem (ORSI, 2017), os movimentos de 2012 e 2017 impulsionaram as derrotas eleitorais dos movimentos progressistas, direta e indiretamente. Por exemplo, no caso argentino, a própria campanha eleitoral de Mauricio Macri utilizou imagens dos *cacerolazos* para se promover, enquanto Bolsonaro no Brasil utilizou a sua oposição ao “PT” e às “esquerdas comunistas” desde a época do golpe (SINGER *et al.*, 2016) para se posicionar como figura a nível nacional e polarizar o espectro político (GOLDSTEIN, 2020b).

Entendo que os candidatos procuraram adaptar seus discursos aos desejos da maioria da população de forma que alguns elementos podem ser vistos como “inautênticos”, mas não por isso menos válidos para o estudo, pois não importa no que o candidato interiormente acredita. Uma análise histórica de longo prazo, poderia olhar para as continuidades e mudanças nos posicionamentos destes atores e inferir como eles foram se adaptando no contexto político no qual se encontravam. Como ficará nítido nas próximas páginas, os

¹⁶ O politólogo italiano Giovanni Sartori (1982) identificaria estes sistemas partidários como de “partido predominante”, dada a manutenção do mesmo partido político no poder após reiteradas eleições livres.

¹⁷ A “crise do campo” articulou-se em torno da aprovação da famosa disposição “125” que estabelecia o aumento de impostos para determinados produtos agrícolas de exportação disposto pelo governo Cristina Kirchner. As patronais do campo rechaçaram a decisão e realizaram *lock-outs*, bloqueio de rodovias e paralisação do setor agropecuário por 129 dias. O conflito foi resolvido no congresso onde os parlamentares votaram pela desaprovação da medida. Como os senadores empataram na votação, foi o vice-presidente Julio Cobos que a desempatou votando “não positivamente” contra a posição do governo do qual ele formava parte e apoiou a posição das organizações empresariais do campo. Desde então se converteu em opositor do governo, mesmo não deixando nunca sua função.

¹⁸ Desde a eleição Aécio Neves e seus apoiadores questionaram a legitimidade do processo e solicitaram o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html> e <http://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2014/noticia/2014/10/na-paulista-tucanos-gritam-impeachment-e-petistas-pedem-choro-no-cantareira.html> Acesso em: 15 jul. 2022.

¹⁹ Por exemplo, Luciano Bugallo, atual deputado da *Coalición Cívica*, foi um dos principais organizadores dos *cacerolazos* de 2012, a partir do seu trabalho nas redes sociais e participante dos protestos de 2008.

próprios candidatos referem a essas mudanças nos seus posicionamentos como uma “evolução” ou mudança autêntica de perspectivas e ideias, para explicar a configuração de ideias e valores defendidas pelos mesmos no momento da campanha.

Isto é interessante, pois contra aqueles que apontaram os depoimentos machistas, misóginos, racistas, homofóbicos e violentos de Bolsonaro durante a eleição, a defesa do candidato recorreu ao argumento sobre a capacidade dos seres humanos de mudar, evoluir e aprender. De forma que “ele” não seria mais aquele de 10, 15 ou 20 anos atrás. Da mesma maneira, Macri defendeu-se das acusações de ser neoliberal e apoiar o governo neoliberal dos anos 1990, de priorizar a iniciativa privada, de cuidar “mais dos ricos do que dos pobres” e em menor medida de ter um posicionamento favorável à atuação da última ditadura militar e contrário à política de direitos humanos com a qual o kirchnerismo se identificava. Escolhas devem ser feitas. Neste trabalho a dimensão histórica não pode ser analisada, mas espero que a análise presente nas próximas páginas sirva para contribuir com o aprofundamento de análises em longo prazo.²⁰

Este trabalho de tese foi orientado à descrição densa e comparativa dos casos com o objetivo de estabelecer a relação entre eles e entre as dimensões teóricas que analisam os contextos norte-americanos e europeus. Para atingir os objetivos, o trabalho está dividido em 7 capítulos, mais a Introdução e as Considerações finais.

No primeiro capítulo apresento uma revisão da literatura a partir dos conceitos básicos que percorrerão toda a discussão seguinte. Aqui entram as definições dos conceitos de ideologia, esquerda e direita, as noções de moderados e extremistas, bem como as dimensões do liberalismo e o conservadorismo, e também do conceito de populismo. Aqui também exploro os trabalhos em torno da teoria dos populismos autoritários e do fascismo, que apesar de não se encaixar na análise proposta representam uma porção iniludível da literatura. Estas definições teóricas constituem o pano de fundo sobre o qual o resto das discussões acontecerá e, por tanto, merecem ser discutidas inicialmente. Entre os vários autores que participam da discussão neste capítulo encontra-se o politólogo italiano Norberto Bobbio que a partir de um texto muito breve e de leitura simples (2012) assenta as bases para a delimitação espacial do posicionamento político, tornando-se o ponto de partida da maioria dos autores que, desde as diferentes vertentes, utiliza-se a dele para a definição teórica da distinção entre esquerda e direita.

²⁰ Veja-se por exemplo, o trabalho de Deysi Cioccarri e Simonetta Persichetti (2019).

No segundo capítulo, apresento uma caracterização do cenário político da direita na América Latina, e particularmente nos casos de análise (Argentina e Brasil). Para isso, utilizo contribuições de estudos feitos por outros pesquisadores que analisaram em profundidade, mas isoladamente, estes casos.

No terceiro capítulo, reconstruo os trabalhos do Cas Mudde sobre as direitas, e particularmente, as ultradireitas, onde desenvolve, a partir de conceitos emprestados da análise precedente, o conceito de Partidos Populistas Radicais de Direita (PPRD), entendido como o tipo mais importante e crescente de partido radical de direita contemporâneo.

No quarto capítulo reconstruo, também de Cas Mudde, os trabalhos que diretamente analisam os casos europeu e norte-americano. É a partir deles, tomados como exemplo da literatura que faço a comparação com os casos da América Latina.

Estes quatro capítulos teóricos, tomados no seu conjunto, buscam destacar a importância que a relação entre diversos conceitos – liberdade, poder e desigualdade (igualdade), radicalismo, extremismo – têm para interpretar o sentido das propostas políticas dos candidatos. Estas dimensões são fundamentais para interpretar adequadamente as proposições dos candidatos. Entender o contexto de surgimento das proposições políticas é importante para determinar se há nelas uma procura pela criação de níveis maiores de igualdade social ou não. Isto porque a mesma proposição pode ter efeitos diversos a depender do contexto no qual se encontra. A dicotomia igualdade/desigualdade é, portanto, central nesta conceitualização.

A metodologia será tratada no capítulo 5, no qual são detalhadas as razões da escolha pelas técnicas de Análise do Discurso e Análise de Conteúdo, assim como da escolha do YouTube como fonte de dados principal. Nesse momento também descrevo a forma como foi realizada a coleta, seleção, organização e tratamento do material empírico, assim como as dificuldades relativas ao mesmo.

No capítulo 6 é apresentado um detalhamento dos materiais coletados e são reconstruídos os principais argumentos mobilizados por cada um dos candidatos, a partir das categorias surgidas da literatura. No sétimo e último capítulo, são retomados os elementos que foram trabalhados de maneira isolada no capítulo anterior e colocados de maneira comparada. Finalmente, a última seção está constituída pelas considerações finais, em que são retomadas algumas questões trabalhadas na tese e lançadas novas perguntas para futuros trabalhos.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Considerando a temática desta tese, a conceituação das direitas e ultradireitas latino-americanas, é central se deter mais do que brevemente na discussão dos conceitos e teorias relacionadas que serão mobilizados ao longo da análise, pois os mesmos costumam ter um caráter polissêmico, estão em constante disputa pelos seus significados e utilidade. Por isso, procuro esclarecer primeiro o sentido com o qual cada um destes conceitos será usado e defender sua incorporação quando for necessário. Os principais conceitos que explorarei serão aqueles referentes aos posicionamentos políticos: Ideologia e moral (2.1), e a díade esquerda/direita (2.2). A partir desta díade identifico seus desdobramentos e as formas em que se apresentam no agir político, quer dizer as dimensões moderado, e ultras (radical e extremista) (2.2.1). Nesse ponto também exploro algumas das contribuições teórico-conceituais mais importantes do campo com as quais a minha análise se encontra na problematização e proposição de uma alternativa conceitual, como os conceitos de Populismo Autoritário, Nazismo e Fascismo (2.2.2). Posteriormente analiso os tipos específicos – teórico/históricos – dos posicionamentos políticos da direita, o liberalismo – através da categoria de liberdade –, neoliberalismo e o conservadorismo (2.2.3) e, finalmente pela centralidade do mesmo desenvolvo o conceito de Populismo (2.3).

Um dos problemas com os quais as Ciências Sociais se deparam constantemente é o de tratar sobre assuntos que afetam diretamente a vida de todas as pessoas. Por essa razão, seus conceitos são incorporados na linguagem cotidiana e readaptados, dependendo de distintos contextos sociais e culturais. Esta readaptação é pela sua vez reincorporada muitas vezes na literatura ou contornada pelos pesquisadores que evitam alguns conceitos, mesmo tendo estes uma definição específica. O objetivo das próximas seções é esclarecer o entendimento em primeiro lugar sobre os conceitos de ideologia e moral, e posteriormente sobre a díade esquerda/direita e as dimensões relacionadas com ela, a intensidade das posições políticas e o conservadorismo, o fascismo, o liberalismo e populismo.

2.1 IDEOLOGIA E MORALIDADE

Começo pelo conceito de ideologia, dado que qualquer valor, posicionamento ou argumento pode ser definido como pertencente a uma ideologia. Entendo as ideologias, por sua vez, como estruturadas num contínuo espacial constituído por dois polos característicos: a esquerda e a direita. Assim, antes de saber o que esquerda e direita significam é necessário

esclarecer o conceito de ideologia. Este é um dos termos mais utilizados na linguagem coloquial e está muito presente no discurso dos políticos da direita, que o utilizam pejorativamente. Frases como “ideologia de gênero”, “doutrinação ideológica”, “posicionamentos ideológicos”, isto é, imorais e errados, *versus* posicionamentos não ideológicos, neutros equilibrados e, portanto, moralmente corretos, não são incomuns. Para estes atores, como se verá, a “ideologia” é sempre uma caracterização negativa associada às ideologias da esquerda.

Esta divisão dual do conceito de ideologia é descrita por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) no dicionário de política, pela dupla utilização do termo na linguagem filosófica, sociológica e político-científica, possuindo um significado forte e um significado fraco. No seu significado fraco, adotado aqui, ideologia designa um conjunto de ideias e de valores relativos à ordem pública e tem como função orientar os comportamentos políticos coletivos; enquanto o seu significado forte se refere ao entendimento marxista do conceito como “falsa consciência das relações de domínio entre as classes” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 584). A principal diferença aqui é que, na sua versão forte, a ideologia é uma crença falsa, um conceito negativo, que possui um conteúdo determinado. No significado fraco, ideologia é um conceito neutro, sem nenhum conteúdo determinado.

O politólogo italiano Giovanni Sartori também é referido no dicionário de política e, embora não compartilhe seus postulados – pois vinculam a ideologia com a irracionalidade –, é importante conhecê-los, já que se aproximam do sentido atribuído ao uso pejorativo do conceito. O autor encontra na acepção particular daquilo que é “ideológico” uma contraposição ao que é “pragmático”: “se atribuindo o caráter de ideologia a uma crença, a uma ação ou a um estilo político pela presença de certos elementos típicos neles, como o doutrinário, o dogmatismo, um forte componente passional” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 584-585). Esta utilização do conceito é importante no contexto desta pesquisa, já que nela os autores italianos nos anos 1990 apreenderam teoricamente um uso do termo que ainda hoje está presente no discurso da direita na América Latina. Isto leva a entender a aparição do conceito de “ideologia” ou “agir ideológico” como sinônimo de doutrinação, irracionalidade, falsidade, etc.

Sartori entende que há uma contraposição entre ideologia e pragmatismo, fundada sobre uma dupla dimensão dos sistemas de crenças políticas: a dimensão cognitiva e a dimensão emotiva. Para ele os sistemas ideológicos de crenças são caracterizados, a nível cognitivo, por uma mentalidade dogmática (rígida, impermeável, tanto aos argumentos quanto aos fatos) e doutrinária (que faz apelo aos princípios e à argumentação dedutiva) e, a nível

emotivo, por um forte componente passional, que lhes confere um alto potencial ativista, enquanto os sistemas pragmáticos de crenças são caracterizados por qualidades opostas. Isto faz com que a contraposição de dois sistemas ideológicos de crenças leve a conflitos mais ou menos radicais (por conta da mentalidade fechada e passional), enquanto dois sistemas pragmáticos viabilizariam consensos, compromissos e transações pragmáticas (já que contariam com uma mentalidade aberta e uma carga passional menor) (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). Daqui para a crença, de que os “ideologizados” militantes (com os quais é relacionado o ativismo político) são irracionais, o passo é bem curto. O vínculo da militância com as ideologias de esquerda demanda um passo ainda menor.

Em um dos seus mais importantes trabalhos, o suíço Göran Therborn (1980) parte de uma matriz marxista quando argumenta que

O termo “ideologia” será utilizado em um sentido muito amplo. Não suporá de antemão um conteúdo particular (falsidade, conhecimento errado, caráter imaginário por contraposição ao real), nem assumirá necessariamente um grau de elaboração e coerência. Mas fará referência a esse aspecto da condição humana sob o qual os seres humanos vivem suas vidas como atores conscientes em um mundo que cada um deles entende num grau diverso. A ideologia é o meio através do qual operam essa consciência e essa significatividade. [...] assim, a concepção de ideologia empregada aqui inclui deliberadamente tanto as noções e a “experiência” cotidiana quanto as elaboradas doutrinas intelectuais, tanto a “consciência” dos atores sociais quanto os sistemas de pensamento e os discursos institucionalizados de uma dada sociedade” (THERBORN, 1987, p. 1-2).

Nesse sentido, Therborn (1987) entende que as ideologias tanto constituem a subjetividade dos indivíduos quanto moldam suas formas de interação com o mundo, quer dizer sua atividade política. Também entende que as mesmas mudam em cada sociedade e que se tornam para os indivíduos mundos ideais carregados de diversos valores. Nessa perspectiva, Freedden aponta que

uma ideologia é um conjunto complexo de decisões sobre quais significados atribuir aos conceitos através dos quais interagimos com o mundo, as ideologias são necessariamente políticas porque as decisões são uma característica distintiva do ato político. Portanto, as ideologias são os produtos do pensamento por excelência da esfera política: Elas são necessárias, normais e facilitam (e refletem) a ação política (FREEDDEN, 2022, p. 27).

Embora Durkheim não trabalhe diretamente com o conceito de ideologia entendo que a sua concepção de ideal – ideal moral – encontra-se próxima e pode servir para iluminar outros aspectos da mesma, ele aponta que “[...] o que é um ideal, se não uma representação antecipada de um resultado desejado, e cuja realização só é possível graças a essa própria antecipação?” (DURKHEIM, 1999, p. 352). Quer dizer que os indivíduos, tendo incorporado

certas ideologias, agem no mundo para tentar modificá-lo com o intuito de tornar realidade o que seus valores lhes indicam como o desejável, bom e moralmente justo. Esta ação necessariamente impacta social e politicamente, já que os mundos ideais apontam para a comunidade e não para o indivíduo isolado.

Ainda conforme Durkheim estes valores são entendidos na sua dimensão coletiva, como representações coletivas (1970) que se autonomizam dos sujeitos nas quais surgem enraizando-se na comunidade. No caso de uma campanha eleitoral tudo que se faz é anunciar como a realidade irá mudar caso nosso grupo político vença na eleição, refletindo a perseguição destes mundos imaginados.

Ideologia então é entendida como o molde dentro do qual as expressões políticas analisadas terão lugar (direita/esquerda, liberalismo, conservadorismo, etc.). É importante começar esclarecendo este ponto, pois esta interpretação difere da clássica visão marxista que entende a ideologia como “falsa consciência”, vez que obscurece os “verdadeiros valores” que devem provir da nossa posição de classe nas relações de produção e procura entender e conhecer os valores realmente existentes entre indivíduos e grupos (MARX, 1982).

Em relação aos valores ou valores morais adoto aqui a visão sobre o assunto proveniente da sociologia da moral durkheimiana, pois ela aponta para o estudo dos valores morais próprios de cada comunidade e busca entendê-los a partir da própria lógica:

Até agora, para toda escola de moral, tanto para os kantianos quanto para os utilitaristas, o problema consistia essencialmente na determinação da forma geral do comportamento moral da qual seria deduzida a matéria. Começava-se pelo estabelecimento de que o princípio da moral é o bem, ou o dever, ou a utilidade, e a partir desse axioma se deduziam algumas máximas que constituíam a moral prática e aplicada [...] Não se pode construir uma moral completa e impô-la mais tarde à realidade; ao contrário, é preciso observar a realidade para dela inferir a moral (DURKHEIM, 2006, p. 32).

Durkheim entende que a moralidade refere a um sistema de regras que indica o que pode ou não ser feito. Este sistema de regras sempre se apresenta aos indivíduos como um imperativo social, pois por serem valores e regras criadas coletivamente numa certa comunidade, nunca coincidem totalmente com os desejos dos indivíduos particulares. Por isso a primeira característica dos valores e regras morais é a imposição da comunidade sobre o indivíduo, quer dizer, uma proibição, algo que “não deve ser feito”. A imposição está ligada diretamente com a punição, a comunidade se organiza de forma que esse “algo que não deve ser feito”, seja reprimido, punido, quando acontecer. Neste sentido, Weiss (2021) afirma que

uma forma de identificar se estamos diante um preceito moral é pensar o que aconteceria se não o respeitássemos.

Mas a interpretação do Durkheim avança ainda mais, pois percebe que o laço social não pode ser mantido (e não se mantém) somente com a previsão de uma punição ao desrespeitar as regras morais. Ele se mantém tão eficientemente por implicar valores morais aos quais os indivíduos se sentem ligados e que lhes oferecem a sensação de pertencimento a uma determinada comunidade. Quer dizer, os valores morais são seguidos e respeitados, não tanto (ou não somente) pela punição possível, mas pela concordância com os mesmos. Pela sensação de que é “o certo a se fazer”. Em suma, os valores são formas de agir, pensar e sentir que possuem a dupla característica de ser um bem e um dever, quer dizer, serem desejados e serem imperativos (DURKHEIM, 1970; WEISS, 2010). Algo que estamos constrangidos a fazer (ou não fazer) e algo que desejamos fazer (ou não).²¹

Mas ainda, a partir da sua análise sobre as religiões australianas, Durkheim (2021) percebe também que há um certo conjunto de elementos e ideias que são elevados a uma categoria superior e assumem o caráter de sagrados. A noção de sagrado pode ser entendida como o aquilo que deve ser colocado à parte, não pode ser tocado ou desafiado, e o seu tratamento deve ser especial. Conforme Weiss e Gomes Neto (2020) nas sociedades contemporâneas assistimos ao convívio dentro de cada nação de uma pluralidade de coletivos morais, muitos dos quais encontram-se em disputa, e possuem um conjunto mais ou menos articulado de princípios sagrados. No caso das direitas articuladas em torno de valores morais, há uma mobilização desses sagrados ligada ao resultado das eleições. Assim, a supervivência dos sagrados de cada comunidade depende do sucesso do candidato.²²

Nesse sentido é interessante destacar uma dualidade no conceito de “sagrado” a partir da análise de Weiss (2010), quem aponta que o sagrado pode ser tanto *fasto*, quanto *nefasto*. Quer dizer que enquanto ambos os tipos de sagrado referem a uma certa ordem de coisas das quais devemos estar afastados, o sagrado *fasto* é puro “é algo que não se questiona, sobre o qual não se costuma falar” (WEISS, 2010, p. 226) já “o sagrado *nefasto*, impuro, é aquele que coincide com o mal, é o que provoca uma sanção negativa por parte da sociedade, é o que provoca horror, reprovação” (WEISS, 2010, p. 226).

²¹ Como se verá nas próximas páginas a mobilização de valores é uma constante na construção das campanhas da direita tanto através da construção de uma punição ou de um desejo quanto da ameaça na destruição de valores considerados sagrados.

²² Muitos destes sagrados, particularmente no caso do Bolsonaro estão intensamente ligados com os sagrados religiosos e assim, a religião se faz política adquirindo, num país tão religioso quanto o Brasil, uma grande potência.

As próprias eleições podem ser interpretadas a partir do arcabouço conceitual durkheimiano, pois constituem um momento de catalização dos valores sociais vigentes e em luta, entendido como momentos de *efervescência*. Conforme Weiss (2013) a efervescência é aquele momento coletivo de consagração de determinados valores, quer dizer de elevação ao *status* de sagrado dos mesmos. Assim, as eleições – as campanhas eleitorais - obrigam às pessoas olharem para essas questões e se envolverem em debates e manifestações, e mesmo aqueles indivíduos que pretendem ficar isolados recebem uma influência incrementada durante estes períodos de discussões em torno de valores morais e políticas, assim como uma maior pressão pela tomada de posições, tornando-se momentos de efervescência social.

A relação entre valores sagrados e eleições é muito visível na pesquisa feita por Arlie Russell Hochschild (2016). Ela parte da ideia de “muro da empatia” – um construto simbólico que representa a dificuldade de entender o mundo da mesma maneira que aqueles que estão do “outro lado do muro” – para entender a partir da própria lógica interna dos apoiadores da direita as razões que levam os cidadãos sustentar movimentos políticos que são inerentemente, conforme uma visão externa, prejudiciais para eles mesmos.

Hochschild entende que os “muros da empatia” são aqueles obstáculos simbólicos que impedem o entendimento profundo de outra pessoa, e que podem nos fazer sentir indiferença ou inclusive hostilidade contra aqueles que possuem outras crenças. A pesquisa situa-se no Estado de Louisiana, em torno da questão da contaminação que, por vazamentos de petróleo de algumas empresas, ameaça a qualidade de vida, da produção agrícola e das águas de uma grande região. O ponto central é que muitos eleitores locais sabem que os políticos nos quais eles votam não irão agir contra as empresas que poluem e destroem o meio ambiente, mas que por possuírem uma retórica religiosa e performarem uma específica moralidade, são merecedores desse apoio.

Por exemplo, um dos seus entrevistados reconhece que Mitt Romney não ajudará na limpeza dos rios, mas que por ser contrário ao aborto está salvando “todos esses bebês”; “vivemos por um tempo limitado na terra [...] mas se tivermos nossas almas salvas, vamos para o paraíso, e o paraíso é pela eternidade. Não teremos que nos preocupar mais pelo meio ambiente desde então. Essa é a coisa mais importante. Eu estou pensando no longo prazo” (HOCHSCHILD, 2016, p. 54). Paralelamente, muitos deles afirmam que o problema da contaminação foi originado pelo excesso de presença do Estado e que as empresas fizeram “seu melhor”.

Na evolução histórica dos posicionamentos ideológicos nos Estados Unidos, Hochschild, aponta que a distância entre direita e esquerda tem aumentado porque “a direita se moveu para a direita e não porque a esquerda se moveu para esquerda [...] os conservadores de ontem parecem moderados ou liberais hoje” (2016, p. 7). Embora suas observações sejam específicas do seu cenário, sua interpretação coincide com a visão de Mudde, Miller-Idriss, Kaltwasser e outros pesquisadores sobre o contexto europeu – interpretação ao qual o autor desta tese também se filia – é válida também para boa parte do contexto sul-americano, particularmente do Brasil.

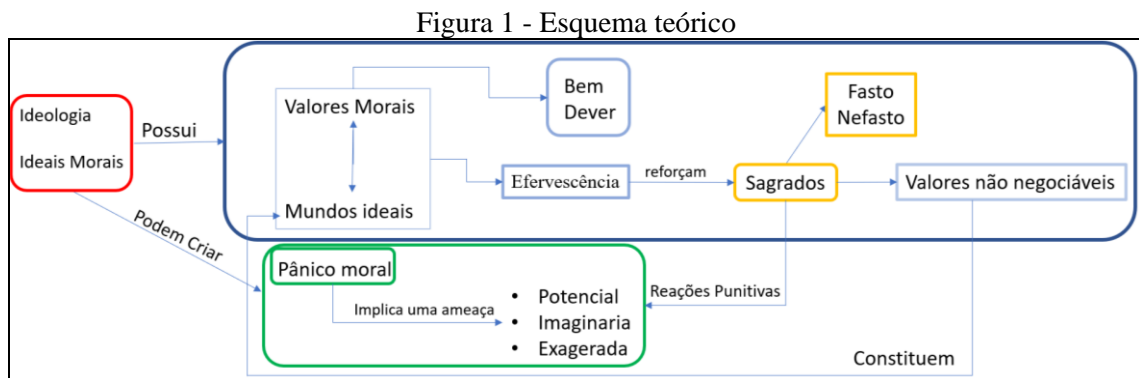
Neste ponto, é interessante também referir ao conceito de Pânico Moral, Roger Lancaster, o entende como “qualquer movimento de massas que surge como uma resposta a uma ameaça moral falsa, exagerada ou mal definida para a sociedade, a qual se propõe abordar a mesma através de medidas punitivas: aplicação mais estrita, “tolerância zero”, novas leis, policiamento comunitário” (2011, p. 23) e conclui que o elemento central da lógica do pânico moral é a “maquinaria do tabu: nada, ao que parece, incita o medo e o ódio, e inicia a censura coletiva, mais rapidamente do que cometer atos que são considerados proibidos, impuros ou sacrílegos” (LANCASTER, 2011, p. 23).

Stanley Cohen (2011) na quarta edição do seu livro *Folk Devils and Moral Panics*, afirma que o termo “pânicos morais” tem origem na década de 1960, ressoante na sociologia do desvio e nos estudos culturais da época. E entende os mesmos a partir de cinco elementos; 1) preocupação diante uma ameaça potencial ou imaginada; 2) hostilidade – indignação moral – contra os atores que encarnam o problema e as agências responsáveis; 3) consenso de que a ameaça existe, é grave e que “algo que pode ser feito” – deveria ser compartilhado pelos grupos de elite e parte da mídia ; 4) desproporcionalidade – exagero no número de forças ou casos, em termos de danos causados; e, 5) volatilidade, o pânico irrompe e se dissipa repentinamente e sem aviso prévio.

O pânico moral pode ser criado ao longo do espectro ideológico, tanto pela esquerda quanto pela direita. Uma frase do próprio Marx mostra como a esquerda pode mobilizar estes sentimentos, exagerando aquilo que considera injusto na sociedade: “é preciso tornar a pressão efetiva ainda maior, acrescentando a ela a consciência da pressão, e tornar a ignomínia ainda mais ignominiosa, tornando-a pública” (MARX, 2010, p. 148). No caso da direita, esta se usa do pânico moral para levar junto programas neoliberais, como visto no trabalho de Hochschild (2016) e Luna e Kaltwasser (2014) – eles apontam que nas altamente desiguais sociedades latino-americanas se as campanhas da direita não se sustentassem no

pânico moral a demanda de maiores e melhores políticas distributivas, impulsionada pelas esquerdas, tenderiam a ser mais apoiadas.

O esquema a seguir apresenta de forma organizada os conceitos comentados até aqui – e que, posteriormente será complementado com a inclusão dos conceitos analíticos. A relação entre os conceitos de “ideologia” e “ideias morais”, da mesma maneira que entre os “valores morais” e os mundos ideais” não representa uma reiteração. Embora ocupem os mesmos espaços, estes dois pares de conceitos possuem algumas diferenças sutis. A ideia de “ideologia” além de estar mais vinculada a estruturas de valores predeterminadas (socialismo, neoliberalismo, comunismo, etc.) apresenta uma maior tendência a se conectar com os mundos ideais, com o exterior e a ação política, enquanto as ideias morais apontam para uma dimensão mais introspectiva e individual como os valores que cada indivíduo possui e respeita. Contudo, a divisão entre um elemento e o outro no mundo empírico é tênue, e no decorrer desta tese poderão ser usados de forma equivalente.



Fonte: Elaborado pelo Autor (2022), a partir de Durkheim (1970, 1999, 2006), Therborn (1980), Freedman (2022), Cohen (2011).

O interessante aqui para a participação da teoria da moral são os conceitos de sagrado e de efervescência coletiva, que não estão presentes na maioria das análises de Ciência Política. O conceito de valores sagrados diz respeito a valores tão fortemente introjetados nos indivíduos que a sua negociação – e inclusive a mera possibilidade de discuti-los está bloqueada – desta maneira, ideias morais como “a família” não precisam ser explicados e não possibilitam outras definições que as que implicitamente os atores expressam e com respeito a eles somente cabe a “proteção”. Esta defesa possibilita a criação de cenários imaginários futuros em que estes valores estão (ou poderiam vir a estar) ameaçados produzindo o chamado pânico moral entre aqueles que compartilham dos mesmos valores (e os que compartilham de noções morais próximas). Em última instância a reação à ameaça contribui

no fortalecimento dos ditos valores ameaçados. No caso das direitas ocidentais, a defesa da família (heteronormativa, monogâmica, patriarcal), da religião (cristã) e da “pátria”, costumam ser os exemplos mais comuns, mas este processo acontece da mesma maneira quando considerados os atores e valores da esquerda. Já a efervescência coletiva refere a práticas coletivas ritualizadas nas quais os diversos grupos reforçam tanto os valores compartilhados quanto a própria coesão do grupo. Embora a análise durkheimiana do fenômeno partisse dos rituais religiosos das sociedades aborígenes australianas o conceito contribui muito bem para entender os efeitos de eventos políticos, como os atos de campanha, e mobilizações anuais como a marcha da maconha, a greve de mulheres ou a mobilização do 24 de março (que na Argentina lembra o início da ditadura militar de 1976).

A partir desta discussão a análise empírica olha para a identificação dos valores que cada candidato mobiliza como ideias morais e mundos ideais, quais deles são elevados à categoria de sagrados e como eles são ameaçados ou confrontados pelos valores dos grupos opositores.

Para isso, nas próximas seções analiso os critérios de diferenciação entre direita e esquerda, e suas formas de expressão (moderada ou ultra), e desta maneira paulatinamente me aproximo da temática desta tese. Nas seções seguintes, analiso um dos componentes centrais dos valores da direita (a liberdade) e os movimentos políticos que se referenciam nela como valor central (o liberalismo, neoliberalismo e conservadorismo). Finalmente, na última seção deste capítulo atendo ao complexo conceito de populismo, como uma forma retórica da expressão política que pode se combinar com as distintas expressões desta – desde a esquerda até a direita.

2.2 DIREITA E ESQUERDA

Estes mundos ideais característicos de cada grupo, carregados de diversos valores morais, têm sido categorizados historicamente de diversas formas. A principal categorização é a espacial, que considera o contínuo de posições políticas da esquerda à direita. Entre os vários teóricos que trabalham sobre esta distinção o politólogo italiano Norberto Bobbio (2012), possui a análise mais referida: aquela que entende que a distinção se dá em torno do conceito de igualdade.

Embora não seja o primeiro a trabalhar a conceitualização da díade direita-esquerda, Norberto Bobbio (2012) define as bases com (ou contra) as quais os demais esforços de conceitualização destes conceitos irá discutir. Para os seguintes autores (LUNA,

KALTWASSER, 2014; VILAS, 2005; RAMOS, 2017, GIORDANO, 2014; GIORDANO; SOLER; SAFERSTEIN, 2018; MADEIRA; TAROUÇO, 2011, MADEIRA; QUADROS, 2018; MUDDE, 2007, 2018a, 2019a, RYDGREN 2018; ANSALDI, 2017), Bobbio (2012) se apresenta como o ponto de partida “incontornável” (MADEIRA; QUADROS, 2018, p. 489). Nesse sentido, é a partir daqui que irei me aproximar das teorizações feitas no contexto latino-americano – de forma geral – e dos estudos sobre as direitas na Argentina e no Brasil. Uma vez que a noção de direita (e esquerda) e o seu uso, tanto na academia como fora dela, tem adquirido distintos significados, adotá-la aqui demanda não somente um esclarecimento, mas uma defesa.²³

Para Bobbio (2012), como duas caras da mesma moeda esquerda e direita não existem de forma isolada, mas somente conformando o par conceitual, cada um se contrapondo ao seu oposto. Ao mesmo tempo, estes conteúdos não são estanques. Desde o surgimento dos conceitos²⁴ até a atualidade, o significado de cada um deles tem mudado diversas vezes, expressando tanto a sua característica relacional como a necessidade de pesquisas específicas em distintos contextos sociais.²⁵

Para Bobbio, a distinção dos conceitos de esquerda e direita e a sua utilidade se sustenta sob o argumento de que os dois termos são antitéticos, reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos, fazendo com que ninguém e nenhum movimento possa ser simultaneamente de esquerda e de direita (BOBBIO, 2012, p. 49). Para o autor, a fórmula que divide as posições de direita e esquerda pode ser resumida como: “de um lado, estão aqueles que consideram que os homens são mais iguais que desiguais e, do outro, aqueles que consideram que são mais desiguais que iguais” (BOBBIO, 2012, p. 121). O autor reconhece que estas distinções não são absolutas e que o que diferencia os dois grupos é uma questão de grau entre o que se entende como desigualdade natural (ineliminável) ou como desigualdade

²³ Considerando as diversas vozes que se alçam contra o seu uso. Panebianco, A. Destra e sinistra, categorie fuorvianti, em *Il Corriere della sera*, 1º ottobre 2017.

²⁴ O uso das categorias esquerda e direita para indicar preferências políticas remonta à Revolução Francesa, na reunião dos Estados Gerais, no final do século XVIII. Delegados identificados com igualitarismo e reforma social sentavam-se à esquerda do rei; delegados identificados com aristocracia e conservadorismo, à direita. A distinção original entre defesa da ordem ou da mudança correspondia a uma disposição espacial e ao longo do século XIX na Europa a distinção entre esquerda e direita passa a ser associada com a distinção entre liberalismo e conservadorismo. Com a expansão do movimento operário e a difusão da perspectiva marxista, o conteúdo da posição de esquerda passa a incorporar a defesa dos interesses da classe proletária. Com os debates da socialdemocracia no final do século XIX e a Revolução Russa de 1917, a defesa do capitalismo desloca a burguesia para a direita. A emergência do keynesianismo a partir da década de 1930, por sua vez, e dos Estados de bem-estar social com suas políticas redistributivas, reforçaram a oposição entre a liberdade de mercado e o Estado interventor, deslocando também o liberalismo para a direita (MADEIRA; TAROUÇO, 2013a, p. 151).

²⁵ É claro que a direita monárquica do século XVIII na França, onde começaram ser utilizados estes conceitos difere da direita brasileira atual, embora exista nela um movimento monarquista este é marginal.

social (eliminável).²⁶ O jogo entre o que é natural e o que é construído (socialmente) é o ponto central desta distinção para a análise, pois as soluções – e os problemas identificados – dependem de que coisas se entendem como naturais ou sociais.

Este contraste entre opções últimas é acompanhado por uma diversa avaliação da relação entre igualdade-desigualdade natural e igualdade-desigualdade social. O igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades que o indignam, e que gostaria de fazer desaparecer, são sociais e, enquanto tal, elimináveis; o inigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, enquanto tal, inelimináveis (BOBBIO, 2012, p. 121).

Conectando o comentado até aqui, com o que virá, Luna e Kaltwasser (2014) apontam que “em linha com o trabalho de Bobbio, e sua interpretação por Cas Mudde, definimos a direita como a posição política diferenciada pela crença em que as principais desigualdades entre as pessoas são naturais e estão fora da competência do Estado” (LUNA; KALTWASSER, 2014, p. 4).

Bobbio recebeu várias críticas ao seu trabalho²⁷ uma delas questiona o critério de definição apontando que o da “igualdade” não seria o certo. Para o autor, outros critérios como a dimensão da violência/não violência, não representam a distinção entre esquerdas e direitas, mas a distinção entre moderados (democráticos) e extremistas (autoritários) como veremos na próxima sessão.²⁸

Em relação à “liberdade”, Bobbio (2012) aponta que ela não constitui uma propriedade de nenhum dos dois polos. Tanto quem se considera de esquerda, quanto quem se considera de direita, vê os próprios valores positivos, “esta é a razão pela qual um e outro não deixam de incluir a liberdade entre estes valores” (BOBBIO, 2012, p. 39). Bobbio (2012) aponta para o conflito entre a liberdade e a igualdade, que será o eixo principal sobre o qual liberais e neoliberais construirão sua defesa da “liberdade” e ao ataque a todas e quaisquer

²⁶ “A direita está mais disposta a aceitar aquilo que é natural e aquilo que é a segunda natureza, ou seja, o habitual, a tradição, a força do passado” (BOBBIO, 2012, p. 121).

²⁷ Entre elas estavam aqueles que consideravam que a *díade* tinha perdido utilidade, particularmente no período de guerra fria. Para Bobbio, a refutação destes argumentos está no fato de a *díade* ter permanecido no centro do debate inclusive após a queda do muro, já que a distinção “tem uma longa história que vai bem além da contraposição entre capitalismo e comunismo” (BOBBIO, 2012, p. 28). Outros apontaram para a “crise das ideologias” sobre o qual, Bobbio argumenta que “não há nada mais ideológico que a afirmação de que as ideologias estão em crise” (BOBBIO, 2012, p. 51).²⁷

²⁸ Esta outra dimensão permite reconhecer tanto direitas quanto esquerdas moderadas, e tanto direitas quanto esquerdas extremas. Extremistas e moderados fazem parte de ambos os polos, constituindo-se em um eixo de distinção política, que não cancela, mas complementa a distinção originária, no tocante aos meios para atingir os fins propostos por cada lado da *díade*. Os moderados são tipicamente democráticos, o que faz com que representem limitações para os seus companheiros extremos: “um extremista de esquerda e um de direita tem em comum a antidemocracia [...] a antidemocracia os aproxima não pela parte que representam no alinhamento político, mas apenas na medida em que se representam as alas extremas naquele alinhamento” (BOBBIO, 2012, p. 71).

formas de socialismo. O argumento é que todo e qualquer crescimento da igualdade (motivada pela ação do Estado) influenciará negativamente nos níveis de liberdade. Bobbio (2012) utiliza dois exemplos para mostrar como isto não é necessariamente assim, e como outras dimensões devem ser consideradas.

O primeiro exemplo supõe que o estabelecimento da obrigatoriedade no uso do transporte público limitaria a liberdade de escolha (dos ricos), mas igualaria todo mundo nas suas formas de deslocamento. A dimensão da riqueza/pobreza é normalmente esquecida pelos liberais, mas é fundamental aqui, já que essa desigualdade econômica faz com que os pobres não percam nenhuma liberdade com uma política desse tipo. As relações de poder e hierarquias sociais são, como veremos, muitas vezes esquecidas por estes grupos. O outro exemplo utilizado é a extensão do direito a voto para as mulheres, que as igualou aos homens, sem que estes perdessem nenhum grau de liberdade (talvez graus de poder).²⁹ Há um confronto então entre as esferas públicas com tendências igualitárias (voto) e as esferas privadas (transporte), onde há escolhas individuais motivadas por condições econômicas particulares, tendencialmente inigualitárias (BOBBIO, 2012).

Sinteticamente, o autor argumenta que todo projeto de repartição deve responder “a estas três perguntas em torno da igualdade, “entre quem, em relação a quê e com base em quais critérios?” (BOBBIO, 2012, p. 112). Entre quem vão ser distribuídos os bens sociais pode ser descrito como; todos, muitos, poucos ou um só. Os bens a distribuir podem ser direitos, facilidades econômicas ou posições de poder. Já os critérios podem ser a necessidade, o mérito, a capacidade, a posição social, ou no limite, a ausência de critérios; que representa a máxima igualitária “a todos a mesma coisa” (BOBBIO, 2012, p. 113).

Na próxima seção procuro analisar como estas ideologias se expressam na ação política, diferenciando dois tipos centrais de movimentos e valores, em relação à intensidade das mudanças desejadas no mundo, ou seja, a diferença entre moderados e ultras (radicais e extremistas). Atendendo especificamente para as direitas, no mesmo item analiso três conceitos específicos normalmente mobilizados na descrição das ultradireitas, por uma parte os conceitos de nazismo e fascismo e por outra parte a ideia de Populismos Autoritários.

²⁹ Dependendo como se desenrolou o processo em cada país, este incremento nos níveis de igualdade entre homens e mulheres, não anulou todas as desigualdades entre os gêneros, sendo que o exercício do direito ao voto dependeu, muitas vezes, de outras dimensões, como a propriedade, a alfabetização, a cidadania, a raça, etc. Dessa forma, percebe-se como a passagem da direita para a esquerda não é absoluta, nem imediata e que entre ambos os polos sempre há graus de aproximação com eles.

2.2.1 Moderados e Ultras

A direita e a esquerda como ideologias representaram mundos ideais contrapostos carregados de diversos valores morais, mas se expressam no mundo a partir da ação política concreta de diversos grupos (partidos, movimentos, associações, etc). As características de dita ação política se relacionam com as ideologias e valores morais de cada grupo político, mas também correspondem a avaliação que esses grupos efetuam do cenário no qual atuam, sendo necessária sua descrição e esclarecimento.

Estas formas de atuação constituem também uma posição que pode ser entendida como espacial, da localização ideológica dos grupos políticos, mas em lugar de ser uma localização horizontal (direita/esquerda) está é uma localização vertical (maior ou menor intensidade). A dimensão da intensidade, se expressa no contínuo extremistas-moderados, da mesma maneira que o contínuo esquerda-direita, mas no sentido vertical. Quer dizer que os grupos políticos podem ser “*ultras*” (extremistas e radicais) ou moderados, como já foi adiantado pelo Bobbio (2012) a principal diferença entre os extremistas e os moderados é a relação com a democracia. Assim como a dicotomia esquerda-direita, a dicotomia moderados-ultras possui uma lógica relacional mutuamente excludente, antitética e conjuntamente exaustiva, e significa que o pertencimento a uma categoria exclui o pertencimento à outra, e todas as posições podem ser categorizadas no contínuo. Paralelamente, também a posição no espaço muda com o tempo histórico e o contexto social a que se refere.

Antes de focar nas direitas radicais, Mudde (2000) trabalha sobre as extremas direitas, e aponta que os analistas tendem a saber “*quem são*, apesar de não sabermos *que são*” (2000, p.7) e isso quer dizer, que há um certo consenso entre os estudiosos sobre quais partidos (pelo menos na Europa) pertencem à extrema direita, mas se tem dificuldade para criar uma definição que abranja todos. O que implica na multiplicação das definições. Observando este problema ainda 17 anos depois da publicação do referido livro do Mudde, Elisabeth Carter percebe que os estudos da extrema direita não conseguiram resolver a questão e propõe um entendimento superador.

Analisando os cinco elementos mais recorrentes nas definições sobre extremismos de direita apontados por Mudde (1995), Carter (2017) verifica que há uma diferença de níveis de abstração entre eles. Encontra que o nacionalismo, a xenofobia, o racismo e o chamamento para um Estado forte estão mais baixo na escada de abstração que o sentimento antidemocrático e que, em outras palavras “são todas manifestações do sentimento antidemocrático” (CARTER, 2017, p. 59). A partir dessa constatação entende que o

sentimento antidemocrático é uma característica essencial do extremismo de direita, mas que como o extremismo pode assumir características de direita ou de esquerda, é necessário considerar uma segunda característica. Citando Saalfeld (1993), Carter (2017) observa que no extremismo de direita há também uma ênfase na noção de desigualdade dos indivíduos. Aponta que “os modelos de ordem política e social da extrema direita estão enraizados na crença da necessidade de uma desigualdade social e política *institucionalizada*” (SAAFELD, 1993, p. 181 *apud* CARTER, 2017, itálico no original). Assim a extrema direita é entendida como aquela que possui fortes sentimentos antidemocráticos e acredita na desigualdade social e política.

Já sobre a relação entre moderados e ultras, Mudde (2019a) aponta que os limites entre os partidos de direita do *mainstream* (inclusos liberais/libertários e conservadores) e os partidos populistas radicais estão cada vez mais apagados. Isto acontece em parte pela normalização das direitas – já que os moderados que começam incluir pautas dos radicais para tentar manter os eleitores – e em parte porque a principal diferença entre estes grupos é de grau, já que a direita populista radical não defende um mundo fundamentalmente diferente da política *mainstream*, “ao invés disso, leva ideias e valores *mainstream* a um extremo iliberal” (MUDDE, 2019a, p. 66).

Rydgren (2007) parte de Powell, para definir as organizações políticas extremistas como aquelas que “representam uma demanda por uma grande transformação da sociedade, tanto para uma visão de futuro quanto de volta para um passado idealizado. Dita demanda diverge do consenso político atual” (POWELL, 1986, p. 359). E aponta também para a definição de Lipset e Raab (1970) de extremismo político como antipluralismo e monismo. Assim, nas palavras destes autores o “coração operacional do extremismo” é a “repressão da diferença e o dissenso, o fechamento do mercado de ideias. Mais precisamente a essência operacional do extremismo, ou monismo, é a tendência de tratar as divergências e ambivalências como ilegítimas” (LIPSET; RAAB, 1970, p. 6).

Para Rydgren (2018) o monismo da extrema direita se expressa de duas formas; seja como a rejeição do sistema político democrático ou/e a rejeição dos valores universalistas e igualitários, que às vezes são chamados de democráticos. A partir disso infere-se que os moderados tanto à direita quanto à esquerda são aqueles que representam uma demanda por transformações menos significativas, não muito afastadas do consenso político, aceitando negociar ou ao menos reconhecendo a existência de outras opiniões e negociando com elas. O objetivo último dos moderados pode ser similar aos radicais e extremistas, mas como suas

estratégias são mais segmentadas e progressivas parece que os mesmos são menos ambiciosos.

Rydgren (2007) retoma a divisão entre extremistas e radicais, equiparando-a com os partidos não parlamentares ou parlamentares. Enquanto os primeiros se opõem à Constituição, e ao próprio sistema democrático, os segundos somente são hostis a ela. Rydgren (2007; 2018) segue Mudde (2000) na sua diferenciação entre os grupos que são opostos à democracia e aqueles que não sendo opostos explicitamente, se apresentam como hostis à forma em que a democracia representativa funciona na sociedade contemporânea. O que, nas palavras do próprio Mudde (2007) é a diferença entre extremistas e radicais, respectivamente. De fato, embora as direitas radicais argumentem que representam a verdadeira democracia e não percebam as divisões dentro do grupo (do povo), são “extremistas principalmente porque rechaçam os valores pluralistas” (RYDGREN, 2018, p. 24).

Para Mudde (2007), em linha com a definição de partidos populistas radicais de direita, presente nas próximas páginas, a extrema direita é definida como a combinação do nativismo, autoritarismo e antidemocracia. Para ele, os extremistas são uma forma mais potencializada dos radicais, numa escala de nativismo. Pode-se dizer que seus objetivos são muito similares, porém a forma de levá-los à frente é distinta.

Do lado esquerdo as preocupações são outras, mas a distinção entre radicais e moderados ao redor da democracia e a participação no sistema democrático ainda se mantêm. March e Keith (2016) apontam que diferentemente do que acontece do lado direito, há um grande consenso na definição dos termos com os quais se designam estes grupos. Para March e Mudde (2005) a esquerda se define principalmente a partir do seu comprometimento com a igualdade e o internacionalismo, em segundo lugar pelos seus anseios por alcançar transformações fundamentais no capitalismo. Deste lado da diáde a distinção central aparece entre os que desejam reformar o sistema capitalista paulatinamente e os que desejam transformá-lo (destruí-lo) de maneira imediata.

Considerando que a atuação política dos partidos, suas propostas e os apoios que conseguem mobilizar se modificam com o tempo e os contextos sócio-históricos, afirma-se que a alocação de um determinado partido na moderação ou o radicalismo também se modifica. Ainda que pareça simples esta classificação, existe uma grande dificuldade quando se procura definir empiricamente um partido. No caso da esquerda, por exemplo, pode adotar um discurso mais moderado, evitando falar em revolução ou socialismo (MARCH; KEITH, 2016).

Quando se pensa em radicalismos e, particularmente, extremismos de direita, a referência ao nazismo e ao fascismo é quase que automática tanto na academia quanto no discurso jornalístico ou político. Nestes últimos, inclusive, os termos são utilizados indiscriminadamente para denunciar todas as práticas do nosso oponente que queremos desprestigiar. Por isso, a seguir, analiso os conceitos de fascismo e nazismo em termos históricos e teóricos. Embora, finalmente, estes conceitos não sejam mobilizados para identificar os casos de Macri e Bolsonaro, é importante explicitar por quais critérios isto é assim.

Pensar nos movimentos e partidos da ultradireita remete imediatamente a imagem dos casos do nazismo alemão e do fascismo italiano. Para alguns autores o fascismo e o nazismo, são conceitos que estão intrinsecamente ligados a esse período histórico e geográfico, de modo que os movimentos racistas, autoritários, antidemocráticos com os que nos encontramos desde a década de 1950 devem ser denominados de maneira distinta (BORON, 2003). As diferenças, além do momento histórico e o posicionamento geográfico, estão relacionadas com formas de ação, e discursos que, em parte, são influenciados pela existência dessas experiências prévias. Apesar disso alguns comentaristas, na academia e particularmente no campo jornalístico, mobilizam a ideia de fascismo para se referir a diversos aspectos da liderança de Macri (MAIBARES, 2018) e, particularmente, Bolsonaro (BOITO JUNIOR, 2021). É importante então delimitar inicialmente o conceito para, no fim avaliar a distância e proximidade dos casos com ele.

Dentre as várias correntes teóricas que estudam o fascismo,³⁰ o trabalho de Roger Griffin caracterizado pela análise do discurso político é a de maior interesse para este trabalho. No livro “Fascismo” (2018), Griffin faz uma síntese dos seus desenvolvimentos até o momento³¹ e aponta que chamar alguém de fascista o deslegitima e demoniza aos olhos dos seus críticos, e nos comentários políticos, debates e protestos o uso dessa etiqueta tem sido

³⁰ Para Griffin (2018), marxistas e liberais têm produzido explicações limitadas do fenômeno. Para os primeiros o fascismo não seria mais do que a consequência necessária do capitalismo, caracterizado por três elementos centrais: uma contrarrevolução burguesa contra os “vermelhos”, uma revolução das classes médias contra o regime liberal; e uma revolução (para)militar contra o Estado. Esta interpretação, aponta o autor impediu os marxistas olhar fora dos seus parâmetros tradicionais e perceber que o fascismo era um rival também revolucionário, também anticapitalista e antiburguês, que perseguia uma visão totalizante distinta da bolchevique, não um socialismo radical, mas um nacionalismo radical. Enquanto os liberais tiveram mais dificuldades do que os marxistas para achar uma definição ou um conjunto de postulados mínimos com os quais definirem o fascismo, produzindo uma “proliferação de definições mínimas largamente incompatíveis e muitas vezes mutuamente incompreensíveis de uso mínimo entre historiadores e cientistas políticos trabalhando em um evento específico” (GRIFFIN, 2018, p. 27).

³¹ Griffin vem trabalhando com a temática do fascismo pelo menos desde 1991, com a publicação do livro “*The Nature of Fascism*”.

cada vez mais frequente. Assim aponta que o efeito mais sério do uso desleixado do termo “fascismo”,

é que contribui para a profunda confusão que prevalece sobre como argumentar e descrever uma específica política democrática de direita que ataca o multiculturalismo, a liberdade do movimento trabalhista, a islamização da sociedade, o grande governo e as organizações internacionais como a União Europeia e as Nações Unidas, porém, fazendo-o democraticamente, dentro das instituições do governo representativo que não possuem intenções de dismantelar (GRIFFIN, 2018, p. 7).

Para evitar este problema Griffin se propôs elaborar uma teoria que conseguisse distinguir o fascismo de outros fenômenos. A estratégia adotada por ele parte da ideia da “empatia metodológica” de George Mosses (1999), que procura uma interpretação cultural do fascismo. Isto significa uma “abertura para penetrar o autoentendimento dos fascistas e dita empatia é crucial para entender como as pessoas compreendiam o movimento” (MOSES, 1999, p. xi). A definição mínima e operativa do fascismo produzida pelo autor aponta para um tipo específico de mito, conforme o qual um povo, que conforma uma ultranação está em crise e deve ser salvo do seu presente estado de desintegração através da agência de uma vanguarda feita daqueles que estão cientes das forças atuais que a ameaçam e que estão preparados para combatê-las (GRIFFIN, 2018).

A ideologia fascista alia-se com a necessidade de mobilizar energias populistas de renovação (palingênese) para trazer o renascimento da ultranação, inaugurando uma nova ordem nacional revolucionária (ou civilizatória). O termo *palingenesis* (palingênese) vem do grego *palin* (novamente) *genesis* (nascimento) para referir à visão fascista de “um iminente ou eventual renascimento” (GRIFFIN, 2018, p. 40), enquanto a ideia de “ultranação” é entendida como diferente do simples nacionalismo; a nação é normalmente reificada e personificada ao ponto que pode ser “doente”, “decadente”, “humilhada”, ou “dessacralizada”, mas também “saudável”, “forte”, “renascida”, “gloriosa”, “sagrada”.

A “ultranação” fascista pode ser entendida como um produto supraindividual da imaginação fascista que pode adquirir o aspecto da “pátria” ou “mátria” (*fatherland/motherland*), mas também passados e futuros míticos e raciais, que oferecem o ponto focal a partir do qual o fascista se sente parte de “uma comunidade suprapessoal de pertencimento, identidade e cultura compartilhada” (GRIFFIN, 2018, p. 43). Inclusive, em alguns aspectos, a ultranação adquire elementos do Deus judeu-cristão; ela “vive tanto no desenvolvimento do tempo histórico como através do mesmo e, contemporaneamente, na eternidade supra-histórica do povo ou da raça” (GRIFFIN, 2018, p. 43). O imaginário fascista torna o “povo” numa entidade orgânica “intrinsecamente antidemocrática e antigualitária”

(GRIFFIN, 2018, p. 45). O conceito de nação fascista é racista no sentido de que tende a tratar as etnias ou nacionalidades como entidades singulares idealizadas que são ameaçadas pela miscigenação (mistura étnica), imigração, cosmopolitismo, materialismo, individualismo ou absorção nos organismos internacionais.

Para finalizar a conceituação destes fenômenos é importante considerar a abordagem do Rydgren (2007), pois contribui na diferenciação entre os partidos populistas radicais de direita e os fascismos. Partindo de um dos trabalhos mais antigos de Griffin (1991), Rydgren (2007) afirma que examinando os três elementos míticos que compõem o “mínimo fascista”, ou seja, o ultranacionalismo populista, o mito da decadência e o mito do renascimento, podem ser encontradas similitudes e diferenças entre os dois grupos. Em relação ao ultranacionalismo populista, o da “nova direita radical é menos agressivo e expansivo, voltado para dentro” (RYDGREN, 2007, p. 246) e ainda constitui um elemento central da ideologia destes partidos, pois procuram pela pureza étnica da nação. Em relação à decadência, esta, tem sido um tema recorrente na ideologia e retórica de alguns partidos radicais de direita, mas não em todos.

Sobre o mito de renascimento que para Griffin (1991) se entendia como “o sentido de um novo começo ou regeneração após uma fase de crise ou declínio” (GRIFFIN, 1991, p. 33), a sensação é de que como contemporâneos estamos vivendo em um momento chave do processo histórico. Rydgren (2007) entende que embora este mito exista entre os partidos da direita radical é muito mais fraco e não tem por objetivo substituir o sistema democrático. Além disso “onde o fascismo foi orientado para o futuro, estes partidos são orientados para o passado – ou, melhor dito, “rumo a uma ideia idealizada do passado” (RYDGREN, 2007, p. 246). Em lugar de apontar à criação de uma nova sociedade a partir das cinzas de uma sociedade corrupta, procuram reestabelecer o *status quo* perdido. Assim, apesar do compartilhamento de alguns elementos dos populismos, os movimentos radicais e os fascismos, se diferenciam tanto na intensidade das suas ações, nos valores e na concepção que têm de entidades como o Estado, a Nação, e o líder.

Para finalizar esta discussão, na seção subsequente, trago o conceito de Populismos Autoritários desenvolvido em um dos últimos trabalhos de Inglehart e Norris por se tratar de dois autores extremamente influentes nos estudos sobre valores políticos que não poderiam ser ignorados num trabalho como este, apesar de serem mobilizados aqui com o intuito de apontar as limitações que a abordagem traz para este campo de estudos.

2.2.2 Populismos autoritários

Em uma tese sobre discursos, valores e ideologia não pode ser ignorado o trabalho de Ronald Inglehart que é um dos mais influentes pesquisadores da área. Porém a sua mobilização aqui responde à necessidade de confrontar seus argumentos³². Em um dos seus últimos trabalhos, feito em colaboração com Pippa Norris; *Cultural Backlash* (2019), atende principalmente para os chamados Populismos Autoritários, entre os que incluem Trump e Bolsonaro.³³

O argumento central do livro é que o ressurgimento na cena política dos valores autoritários e conservadores que o mundo está experimentando, principalmente nas sociedades pós-industriais desenvolvidas (Estados Unidos e Europa, as quais estão sendo analisadas) é decorrente de um *reflexo autoritário* que os conservadores presentes em cada sociedade experimentam ao perceber que seus valores estão perdendo centralidade no cenário social, diante do crescimento de valores pós-materialistas. Esta virada dos valores materiais (segurança física e econômica) para os valores pós-materialistas (liberdade de escolha e de expressão, defesa dos direitos LBGQTQI+, de mulheres e de migrantes, pacifismo, cosmopolitismo, libertação sexual, etc.) é o efeito do que denominam de “Revolução Silenciosa”. Uma ideia que Inglehart vem sustentando desde 1977 com a publicação de *The Silent Revolution*.

O argumento é que as pessoas, para além das distintas socializações primárias, isto é, independentemente dos valores que a sua família possuía, incorporam seus valores morais centrais como efeito da estrutura social do momento e lugar em que nascem e são criadas. Vendo-se uma correlação direta entre os valores sociais e as coortes geracionais³⁴, conforme a análise, as gerações mais novas, por terem nascido em contextos de relativa estabilidade econômica e social, tendem a carregar relativamente mais valores pós-materialistas e menos conservadores.

³² Desde *The silent Revolution* (1977), Inglehart, vem estudando o desenvolvimento dos valores sociais a partir de determinantes como a idade, gênero, local de moradia, etc e incentivado o desenvolvimento de um dos *surveys* globais mais importantes, o *World Value Survey*. Disponível em: www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp.

³³ A teorização sobre “populismo” e “autoritarismo” não é de grande interesse aqui, mas centralmente afirmam que o populismo é uma retórica que “reflete princípios de primeira ordem sobre quem deve governar, reivindicando que o poder legítimo surge “do povo” e não das elites” (p. 4), enquanto o autoritarismo é um princípio de segunda ordem definido como o “grupo de valores que priorizam a segurança coletiva a expensas da liberdade autônoma do indivíduo” (INGLEHART, NORRIS, 2019, p. 6).

³⁴ Os autores reconhecem quatro gerações: a geração de entreguerras (nascidos entre 1900 e 1945), os *baby boomers* (nascidos entre 1946 e 1964), a geração X (nascidos entre 1965 e 1979) e os *millennials* (nascidos entre 1980 e 1996).

A tese central dos autores é que a mudança de valores surge dos altos índices de desenvolvimento econômico destas sociedades (pós-industriais) a partir da metade do século XX, o que impacta na redução da incerteza material, quer dizer, da sobrevivência dos indivíduos que estão sendo socializados (crianças e jovens) nesse período específico do tempo, de forma que as pessoas são “liberadas” para outras preocupações e interesses (INGLEHART, 1990).

Nesse contexto o surgimento e o sucesso do populismo autoritário, não descarta a ideia da mudança intergeracional de valores, mas afirma que, por acontecer esta os conservadores presentes em cada sociedade buscam reagir aos valores das novas gerações e encontram em políticos populistas autoritários quem reproduz e expressa os posicionamentos que eles compartilham, e que não têm coragem de expressar. Assim, “as pessoas podem continuar sendo preconceituosas – as atitudes não mudam rapidamente – mas duvidam ao expressar suas visões” (INGLEHART; NORRIS, 2019, p. 46).³⁵

Nestes contextos, os conservadores se mobilizam muito mais que as gerações mais novas, particularmente em períodos eleitorais, conseguindo sobre-representar a sua posição minoritária. Os sucessos eleitorais das coortes mais velhas aconteceriam porque as “maiorias entre a população não se trasladam diretamente em representação nas democracias liberais por diversas razões, incluindo a propensão relativa de jovens e velhos para votar” (INGLEHART; NORRIS, 2019, p. 49). Mediados pelas estruturas eleitorais e pelos sistemas políticos de cada Estado, as lideranças e os partidos populistas autoritários conseguem acessar as coalizões e os governos em distintos lugares, sendo mais simples o sucesso para estes grupos nos sistemas proporcionais com cláusulas de barreira baixas, do que em sistemas majoritários. Quer dizer que seria teoricamente mais simples alcançar representação nos sistemas parlamentares do que nos sistemas presidencialistas.

A análise aponta para elementos que normalmente não são considerados nos estudos sobre os valores e as moralidades das sociedades, como por exemplo as condições sociais estruturais em que as pessoas passam a sua infância e os efeitos das mudanças nas gerações que foram criadas em contextos distintos. Mas, como reconhece Ribeiro (2008), a forma como estes elementos se articulam na teoria abre as portas para diversas críticas. A principal delas é a sua linearidade e evolucionismo, conforme a qual, o ressurgimento conservador expressa somente uma última reação de grupos condenados ao esquecimento pela renovação

³⁵ Lembram-se as entrevistas feitas por Esther Solano (2018), nas quais os indivíduos justificavam o seu apoio ao Jair Bolsonaro, pois ele “Tá só expondo a opinião dele, falando a verdade” (SOLANO, 2018, p. 20); “[...] ele fala o que pensa, com sinceridade. Não é discurso de ódio, é liberdade de expressão” (p. 21).

geracional. Quer dizer, não deveria nos preocupar, pois em pouco tempo, deixarão de existir, o que não parece ser o caso ao olhar para exemplos da realidade.³⁶

Além disso, em sociedades com grande instabilidade, desigualdade e altos níveis de pobreza como a brasileira e a argentina, a proposta não consegue explicar o surgimento das pautas pós-materiais (já que não tem se atingido a referida segurança material), e também apresenta dificuldade para explicar o sucesso dos conservadores já que se trata de sistemas presidencialistas (onde a teoria supõe que seria mais difícil ter sucesso para os populistas autoritários). Por outra parte, em sistemas eleitorais de voto obrigatório a participação das gerações mais velhas nas eleições possui maior dificuldade de ser “sobrerrepresentada”, pois a princípio todos os cidadãos estão compelidos a participar da mesma. Além disso, resulta difícil explicar o apoio que estes líderes e movimentos têm por parte dos grupos mais jovens que passaram a adolescência nos anos de crescimento econômico (SOLANO, 2018) e melhora das condições de vida gerais (nas primeiras décadas do século XXI).

Por outra parte, em sua análise sobre o triunfo de Trump, Mudde (2018a) defende a ideia de que a globalização, por ter levado a profundas mudanças econômicas que transformaram a sociedade, beneficiando aos mais educados, classe média e alta (como normalmente acontece), não explica que as camadas prejudicadas da população apoiem projetos políticos populistas autoritários. Por dois motivos: por uma parte os prejudicados da globalização não são tantos, e na maioria dos países ocidentais quase todos tem se beneficiado de alguma maneira e os verdadeiros perdedores da globalização não foram os brancos de classe trabalhadora – principais apoiadores de Trump – mas os não brancos, os afroamericanos e os imigrantes.

Mudde (2018a) afirma que tal tese estaria correta se se considerasse aos perdedores da globalização de maneira relativa e não absoluta. Quer dizer, aqueles indivíduos que tendo se beneficiado, sentem que não foram *tão beneficiados quanto os outros*. Contudo, se o voto fosse motivado pela oposição à globalização Mudde (2018a) argumenta que estes indivíduos se decantariam por opções da esquerda como Bernie Sanders, que oferece uma resistência muito mais explícita à mesma; “se isto fosse sobre uma redistribuição mais justa das riquezas e trazer novamente os trabalhos bem pagos para a classe trabalhadora” (MUDDE, 2018a, p.

³⁶ Cynthia Miller-Idriss (2018; 2020) nos seus trabalhos focados na cultura jovem, mostra a importância dos valores conservadores, autoritários e xenófobos entre a juventude e a sua participação em movimentos da *ultradireita*, a normalização das *ultradireitas* e a necessidade de desenvolver ferramentas para reagir ao crescimento delas. José Rama, Lisa Zanotti, Stuart J. Turnbull-Dugarte e Andrés Santana (2020) mostram, no caso da Espanha, que enquanto o Partido Popular, - centro direita - é apoiado principalmente pelos adultos maiores, o partido da direita Radical – cuja cruzada é principalmente pelo nacionalismo espanhol, contra os regionalismos, mas também contra a imigração, a favor dos valores morais tradicionais e da defesa estrita da lei e a ordem – é expressivamente apoiado pelos jovens (com o 32.87% dos seus votantes entre 18 e 34 anos).

59) a esquerda populista seria uma voz muito “mais autêntica para os perdedores da modernização que os populistas de direita” (MUDDE, 2018a, p. 59). Apesar que as pessoas podem estar frustradas ou preocupadas pela sua condição socioeconômica, questão que

é o link com as ameaças socio-culturais – da China para o oriente médio e dos imigrantes (muçulmanos) para as “femiNazis” – o que os mobiliza para expressar o apoio por alternativas radicais – antes do que um não voto ou a lealdade com as alternativas partidárias do *mainstream* (MUDDE, 2018a, p. 59)

Em síntese, o apoio aos populistas radicais de direita não é uma questão de desgraça econômica ou xenofobia, são as duas “embrulhadas em uma manta fervente de raiva anti-*establishment*” (MUDDE, 2018a, p. 60). Por isso, prognostica Mudde (2018a) os populistas de direita continuarão existindo mesmo após a crise econômica, pois uma parte da população é intrinsecamente racista e islamofóbica, independentemente da situação econômica. E nunca iriam apoiar políticas socialmente liberais e uma sociedade multiétnica. Muitos outros, particularmente nos Estados Unidos têm profundas suspeitas do *establishment* político, no qual consideram inclusos os jornalistas e acadêmicos e os tem convencido que essas novas políticas são efetivamente vantajosas para eles e que os “outros” não estão se beneficiando mais.

Além disso, se faz necessário apontar para um grande elemento esquecido no caso de adotar este tipo de abordagem para a análise da realidade da América Latina. O fato não considerado da constituição histórica particular dos países sul-americanos frente aos países europeus e norte-americanos. A América Latina carrega uma história de colonização europeia e um presente de consumidores culturais e tecnológicos dos países centrais associado a uma participação de economia periférica no sistema internacional, que lhe conferem características particulares. Como aponta Fernandes (2017), muitos dos debates presentes na região tem origem e são importados dos países centrais. A colonização e os continuados efeitos da colonialidade tanto em termos simbólicos quanto materiais não podem estar ausentes dos trabalhos que pretendam explicar as fontes dos valores e das atitudes sociais.³⁷

³⁷ Nesta tese, compreende-se a importância do debate decolonial para este tipo de discussão, mas entende-se que, dada a sua complexidade e extensão, é inviável desenvolvê-lo aqui. Veja-se; Anibal Quijano (2000; 2011), Edgardo Lander (2005) e, Arturo Escobar (2005) Maldonado-Torres (2007; 2008).

2.2.3 Liberdade, liberalismo, neoliberalismo e conservadorismo

Assim como a igualdade mobiliza os posicionamentos da esquerda, a direita que considera a desigualdade como um efeito natural ou imodificável outorga um papel central, na sua cosmovisão, para a noção de “liberdade”. Por isso, definir este conceito assim como os movimentos políticos para os quais está no centro das suas demandas (liberais, neoliberais e conservadores), é uma tarefa necessária apesar de difícil.

Para Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), historicamente o liberalismo tem expressado conteúdos diferentes, podendo os liberais ser, tanto conservadores, quanto centristas ou progressistas. Seja quando defendem as liberdades civis, seja quando o foco está (como em Hayek) na liberdade econômica e na propriedade privada. Os autores percorrem pelos distintos significados do liberalismo, entendendo tanto os movimentos e partidos liberais quanto as definições do Estado e suas relações com a sociedade civil e com a individualidade, numa perspectiva histórica ciente do seu eurocentrismo. Portanto, tomarei somente algumas das distinções colocadas que servem para esclarecer e operacionalizar o conceito.

Entre as várias interpretações sobre os fundamentos da liberdade, Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) colocam uma oposição entre a concepção naturalística da liberdade - conforme a qual o indivíduo é verdadeiramente livre quando pode fazer tudo aquilo que o satisfaz - e a concepção social da liberdade - onde o indivíduo adota as limitações aos seus desejos, que se adequam à sociedade na qual participa, ciente de que estes desejos são infinitos e os recursos limitados. No primeiro caso, “temos aqui uma liberdade que implica, pois, a desigualdade. Se a liberdade coincide com o poder, quem tem maior quantidade de poder será mais livre: paradoxalmente, o homem verdadeiramente livre é o déspota” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 691), já no segundo a liberdade está conectada com o conhecimento, “contrário ao instinto, assim como o homem no estado natural é o oposto do homem racional que vive em sociedade. A verdadeira liberdade se manifesta, pois, como consciência da necessidade racional (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 691).

Como dito, mesmo que a dimensão da liberdade não seja constitutiva na definição de posições entre esquerda e direita na conceituação do Bobbio (2012), para os autores liberais, neoliberais e conservadores é um elemento chave que os distingue das esquerdas. Tais autores reconhecem o liberalismo econômico na direita, e demandam ser também caracterizado desta maneira, para fazer da “defesa da liberdade” uma questão da direita. Para analisar este ponto

vou partir de uma abordagem clássica: *Caminho da servidão* (HAYEK, 2007), que desenha o pensamento neoliberal. O objetivo principal do texto é demonstrar que os objetivos do socialismo ou do coletivismo são prejudiciais para a sociedade, ou que não são atingíveis da forma que os socialistas pretendem.³⁸ Nesse sentido, Hayek (2007) reconhece como os fins últimos do socialismo: justiça social, igualdade e segurança e como o único método possível para atingi-los, a “abolição da empresa privada e da propriedade privada dos meios de produção e a criação de um sistema de ‘economia planejada’, no qual o empresário que age em procura de benefício é substituído por um órgão central de planejamento” (HAYEK, 2007, p. 62),

O principal problema para Hayek (2007), é que qualquer forma de planejamento centralizado da economia diminui o âmbito da liberdade individual, mesmo que seja aplicada na procura do ideal de igualdade. Para Hayek não há, como foi visto em Bobbio (2012), nenhum esforço pela igualdade que não viole a liberdade, já que olha fundamentalmente para a questão econômica (que determina as outras esferas da vida). Para o autor, toda forma de planejamento centralizado da sociedade (e não o individual que é aceito) leva, inexoravelmente, ao autoritarismo e à ditadura e, mesmo que o governo não limite diretamente os bens que podem ser adquiridos, o faz dizendo o que é produzido. O paralelismo entre coletivismo, ditadura e fascismos também é uma característica que se mantém até os dias atuais.³⁹ Na perspectiva de Hayek, o controle do Estado, além de produzir mais infelicidade agregada que a produzida pelo sistema da competição (concorrência), produz menores incentivos ao trabalho e, portanto, maior escassez. Em outras palavras, as políticas sociais (que têm por finalidade produzir maior bem-estar e abundância) produzem cidadãos mais preguiçosos, menores níveis de bem-estar e, portanto, são indesejáveis.

Nesse sentido, os controles à economia são para Hayek ataques dos mais graves contra a liberdade, já que “[...] o dinheiro é um dos maiores instrumentos de liberdade que o homem criou” (HAYEK, 2007, p. 93). Assim, critica tanto as visões que consideram que há fins mais elevados que os econômicos, quanto os controles sobre o dinheiro como limitação da liberdade. Coloca que os fins nunca são econômicos, mas meios que condicionam as possibilidades de atingir nossos fins. Ainda aponta que uma economia planejada limitaria

³⁸ A importância desta proposição é que ela é mantida até os dias atuais por liberais, neoliberais e libertários, com distintas intensidades, mas quase sem questionamentos. Estes grupos referem também a autores da Escola de Chicago e da Escola Austríaca, como Milton Friedman, Ludwig von Mises ou Murray Rothbard entre outros.

³⁹ “Poucos são os dispostos a reconhecer que o nascimento do fascismo e o nazismo não foi uma reação contra as tendências socialistas do período precedente, mas o produto inevitável dessas correntes” (HAYEK, 2007, p. 32).

mais as liberdades dos pobres que, em uma economia de concorrência (capitalista), poderiam priorizar os bens de acordo com critérios próprios. Aponta que o planejamento define por uma autoridade central os fins que são tidos como os mais importantes e os secundários, de sorte que, diante das crises, não é o indivíduo que decide do que abrirá mão (HAYEK, 2007).

Finalmente, e em defesa da liberdade, coloca: “A liberdade econômica é o quesito prévio de toda e qualquer outra liberdade” (HAYEK, 2007, p. 103). Em relação ao papel do Estado, o autor lhe reconhece uma função mínima, mas fundamental:

Um eficiente sistema de competição precisa, tanto quanto qualquer outro, de uma estrutura legal inteligentemente desenhada e ajustada continuamente. Somente o quesito mais essencial para o seu bom funcionamento, a prevenção da fraude e o abuso proporciona um grande objetivo para a atividade legislativa (HAYEK, 2007, p. 40).

Em outras palavras, a função do Estado é puramente negativa, garantindo as regras de competição, as quais incluem fundamentalmente o direito à propriedade privada e, na sua defesa, o poder de polícia. Assim, a perspectiva neoliberal, fazendo uma defesa da liberdade (particularmente econômica), se coloca numa posição que reconhece as desigualdades sociais como imodificáveis (já que qualquer ação somente iria piorar o cenário), quer dizer, indubitavelmente de *direita*.

Como apontado até aqui, mesmo que com uma pretensa defesa holística da liberdade, a preocupação central da direita liberal sempre foi a “liberdade econômica”. Aqui a produção de um “mundo ideal” (THERBORN, 1980), o ideal liberal, adquire a forma de um Estado que assume uma atuação mínima na economia, garantindo somente a propriedade privada e o livre estabelecimento de contratos – ambos objetivos conseguidos através da repressão da polícia, como principal e quase única forma de intervenção do Estado. Esta visão do liberalismo econômico, de igual maneira que o materialismo histórico (marxista) considera centralmente a questão material das relações econômicas no posicionamento dos atores. Quando considerada a desigualdade entre os indivíduos, a entende fundamentalmente em termos de renda e acesso a fontes de trabalho. Questões relacionadas com as liberdades de expressão, opinião, identidade, etc, assim como as desigualdades raciais e de gênero, são desconsideradas.

Como comentado ao considerar os fascismos e os populismos autoritários, os movimentos de direita podem adquirir características antiliberais, na limitação, por exemplo, do trânsito de estrangeiros, na incorporação de indivíduos de diversas raças, gêneros ou identidades sexuais, solicitando uma maior participação do Estado na limitação das liberdades e reduzindo, ao mesmo tempo, o espaço da “cidadania” a qual dito Estado deve se referir. Mas

também existe no liberalismo uma segunda dimensão que, embora não seja necessariamente excludente da primeira, se apresenta como pertencente ao polo oposto da díade ideológica, quer dizer, na esquerda. Esta vertente defende a liberdade de expressão, e de viver a vida de modos não tradicionais ou preestabelecidos, vinculando-se com os valores pós-materiais (INGLEHART, 1977).

Em contextos de forte desigualdade social, onde os atores não se encontram em posições iguais na hora de constituir contratos, a defesa irrestrita da liberdade econômica coloca-se à direita, pois defende e perpetua uma situação de desigualdade. Por outro lado, em contextos de crescimento da desigualdade social e incremento da repressão estatal, a defesa das liberdades individuais se constitui numa pauta igualitarista, portanto, de esquerda. Da mesma maneira, a defesa das formas de viver e ser “diferente” constitui uma pauta de esquerda; ela defende a igualdade em termos do direito à autoexpressão e à existência. Todos somos iguais no direito a existir.

Esta visão do liberalismo de esquerda, a pós-material, está fortemente vinculada com o debate moral mais ativo no contexto atual dos países em análise, em termos da igualdade racial e de gênero, junto com pautas do movimento feminista (como a legalização do aborto) e as pautas relativas à diversidade sexual. Embora com particularidades, o racismo, a homofobia e a misoginia (ou antifeminismo) são formas pós-materiais em que se expressam desigualdades sociais que, superficialmente, não estão vinculadas a questões materiais, mas que repercutem materialmente. Por exemplo, no caso do racismo, para além da sua dimensão histórica e independentemente das fontes sobre as que se sustenta (biológicas, culturais, religiosas, etc.), o mesmo expressa a crença na superioridade de uma “raça” sobre as outras, num contexto em que o grupo dominante utiliza preconceitos e classificações pejorativas para assegurar e perpetuar a relação de desigualdade e privilégios que possui diante do/s outro/s grupo/s (WADE, 2000).

Também como aponta Memmi (2010, p. 58) “o racismo é a valoração generalizada e definitiva das diferenças reais ou imaginárias, em proveito do acusador e em prejuízo da sua vítima com a finalidade de justificar uma agressão”. A finalidade desta valoração e da agressão é motivada pelo medo de perder algum bem que se possui (MEMMI, 2010), podendo este bem ser material ou simbólico. Nesse sentido, um exemplo é a lei de cota racial brasileira que reserva um percentual de vagas nos vestibulares para negros, indígenas e estudantes de escola pública, uma “ameaça” ao monopólio simbólico do diploma universitário das classes médias e altas (MIGUEL, 2018), o qual se traduz, posteriormente, em melhores empregos e salários para os grupos diplomados.

Já a desigualdade de gênero, também sustentada numa falsa natureza biológica subordinada da mulher (LAMAS, 1986) estabelece papéis sociais diferenciados, nos quais o homem é posicionado no âmbito da cultura, ou seja, na esfera pública/política, sendo o responsável e monopolizando todas as decisões referentes a este espaço. Enquanto a mulher, por sua vez, é relegada ao âmbito doméstico, espaço destinado ao cuidado da família, uma função entendida como natural para a mesma. Este âmbito, considerado uma esfera isenta de relações de poder e, portanto, menos importante do que a masculina (AMÂNCIO, 1994) deixa as mulheres numa posição de dependência econômica e social dos seus parceiros homens que realizam tarefas remuneradas fora do mesmo.

Daí que separação das esferas público/privadas seja uma das principais dicotomias que embasam o pensamento feminista (OKIN, 2008). Estas abordagens vêm para desconstruir a noção de natureza feminina argumentando que as desigualdades são construídas socialmente, ao invés de determinadas naturalmente, e visibilizando as relações de poder desiguais entre os gêneros em todos os âmbitos da experiência humana. Uma vez entendido que as diferenças biológicas entre os gêneros são transformadas em diferenças sociais, e não por elas determinadas, estas abordagens servem para entender como, por exemplo, as referidas cotas femininas nas candidaturas precisam partir de um tratamento desigual a fim de construir uma igualdade (ou melhor, desconstruir a desigualdade construída). Por essa razão, são entendidas como políticas igualitárias. A subordinação das mulheres, da mesma forma que no racismo, sustenta-se em autoenganos que justificam relações de dominação que distribuem bens simbólicos e materiais de formas desiguais.

Por sua vez, os relacionamentos homoafetivos, conflitam com as identidades e moralidades sexuais que estão no centro das preocupações da maioria das visões religiosas e conservadoras no Brasil e, em menor medida na Argentina. Por exemplo, o conceito de “ideologia de gênero” (BULGARELLI, 2018; CARAPANÃ, 2018; MIGUEL, 2018) aponta contra as feministas e os homossexuais como principais agentes destruidores da “família tradicional”, se opondo a qualquer ideia que questione a natureza das relações humanas tradicionais, quer dizer a família heteronormativa, cis, monogâmica como base da sociedade.⁴⁰ A existência de homossexuais é entendida como uma ameaça à própria existência e “modos de viver” tradicionais e religiosos. Sendo assim, a aceitação “deles” em igualdade de condições com o “nós”, é algo inaceitável para diversos grupos, como se vê nos debates

⁴⁰ Para aprofundar o debate do conceito ver os dois números da revista *Religion and Gender* de 2016 e os trabalhos de Vaggione (2017) e Miguel (2016).

em torno dos projetos de lei que legalizam o casamento homoafetivo, a adoção de crianças por estes casais ou a educação sexual nas escolas.

Analisando o livro “Homofobia”, de Daniel Borrillo (2001), Fernandes (2012, p. 139) aponta que tal conceito “pressupõe a afirmação de uma ordem sexual fundada em uma hierarquia entre as sexualidades que justifica o ‘tratamento diferenciado’ de lésbicas e gays no acesso aos direitos aos quais têm acesso pessoas heterossexuais”. Desde o olhar da desigualdade, podem ser entendidas muitas limitações impostas aos homossexuais ao longo do tempo, desde impedimentos legais para a doação de sangue, adoção, participação no exército, até ataques, constrangimentos públicos e estigmas como a responsabilidade na propagação de doenças ou pedofilia.

Mesmo que em um primeiro momento pareça existir uma particularidade da homofobia do lado do racismo e da misoginia, conforme a qual a direita agiria para manter “no seu devido lugar” os desiguais (mulheres e/ou negros), e no caso da homossexualidade, se orientaria a eliminar uma desigualdade não tolerada, produzindo-se violências e políticas públicas tendentes a eliminar a mesma, percebe-se que, na verdade, o que é combatido é o “indivíduo desviante” (BECKER, 2009). Enquanto mulheres, negros e homens permanecerem nos “seus lugares” e agindo conforme os padrões estabelecidos, não se registram conflitos, sendo atacados somente quando procuram sair dos mesmos, ao lutar pela ampliação (ou efetivação) do seu direito a existir do modo diverso. Por exemplo, isto permite entender por que alguns indivíduos sustentam que os movimentos identitários “inventaram” o racismo, machismo e a homofobia.

Em termos dos partidos políticos é interessante o apontamento que Luna e Kaltwasser (2014) fazem ao lembrar que a divisão Estado-mercado varia ao longo dos casos e se materializa em distintas realidades empíricas. Considerada normalmente como o eixo principal de diferenciação entre esquerda e direita, mas que esta está também influenciada pelos posicionamentos de esquerda-direita e outras linhas de conflito (autoritária-democrática, secular-confessional, liberal-conservador, nacional-local) também varia. Estas linhas de divisão podem ser irrelevantes ou altamente correlatas com a divisão esquerda-direita; “se estruturas de clivagens multidimensionais estão presentes, a direita tem a oportunidade concorrer em questões não distributivas (LUNA; KALTWASSER, 2014, p. 9).

O conservadorismo é outra das formas da direita que muitas vezes desafia a conceituação. Na sua reconstrução histórica da díade esquerda-direita Ansaldi (2017) afirma que os conservadores formam inerentemente parte do campo da direita. Afirma que as direitas “se pronunciam sempre pelo passado (embora às vezes invoquem um futuro impreciso e

indefinido), pelo *status quo* – e, no melhor dos casos, por mudanças moderadas e aceitáveis dentro dele – e nas suas versões mais reacionárias pelo *status quo ante*”.⁴¹ (ANSALDI, 2017, p. 27).

Ansaldi aponta também que no referido *Dicionário de política* (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998) não consta a palavra “direita” e que a entrada mais próxima da mesma é conservadorismo, algo muito similar acontece com o *Diccionario de ciencias sociales y políticas* supervisionado por Torcuato S. Di Tella, Hugo Chumbita, Paz Gajardo e Susana Gamba (2004), onde a entrada “direita” existe, mas remete a “conservadorismo”, que termina indicando a leitura da entrada.

No primeiro destes dicionários, Tiziano Bonazzi, aponta que a definição do conservadorismo apresenta vários problemas. Por uma parte, como tantos outros conceitos mobilizados nesta tese, pela diversidade de entendimentos em torno do mesmo, mas também pela “inexistência de uma teoria política comum a que se possam referir todos aqueles que se autodefinem ou são definidos como conservadores” (BONAZZI, 1998, p. 242). Na ciência política, afirma, o conservadorismo “designa ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras” (BONAZZI, 1998, p. 242). Desta maneira o conservadorismo se opõe a outra denominação igualmente difusa indicada como “progressismo”, enquanto o progressismo procura atingir um certo desenvolvimento humano (individual e comunitário) o conservadorismo se apresenta como limitação do mesmo, negação.

Em consonância com Ansaldi (2017), Bonazzi aponta para o pensamento cristão como a origem do conservadorismo, pois os valores religiosos defendidos (isto é “conservados”) partem de uma concepção a-histórica, desta maneira, estática. Para o autor, Edmund Burke (1729-1797) é considerado o “pai” do pensamento conservador, pois representa as posições daqueles que, sendo testemunhas das profundas mudanças sociais, econômicas e culturais ocorridas a partir do século XVI na Europa “havia dado início à mundanização da vida, sem, contudo, se afastar do ideal de um universo moral estável e ligado a um sistema de valores transcendentos” (BONAZZI, 1998, p. 244). Afirma que a “a tese conservadora considerava a natureza humana não modificável pela ação prática, porquanto mergulhava suas

⁴¹ Ansaldi (2017) aponta que as direitas conservadoras do *status quo* ou restauradoras do *status quo ante* tem na teoria política vaticana sua fundamentação ideológica e doutrinária. A partir, das encíclicas e documentos papais afirma que no século XIX e inícios do XX estes documentos apontavam para uma restauração conservadora e que com o advento das revoluções socialistas, começaram ser mais simpáticos com os explorados e propor somente a manutenção do *status quo*.

raízes em uma realidade sobre-humana, a vontade divina, não podendo, por conseguinte, nem o conhecimento, nem a ação política serem totalmente liberativos” (BONAZZI, 1998, p. 244).

Como se vê, a concepção do conservadorismo, mobilizada nas Ciências sociais e políticas, assim como no debate político, possui uma origem temporal e espacial específica que determina o conteúdo que se procura conservar. Isto é, os valores cristãos eurocêntricos do início do século XVIII. Embora os desejos de conservação de tradições e valores podem não ser necessariamente de direita – por exemplo, diante ao avanço globalizador das empresas transnacionais – politicamente o termo aponta para grupos específicos que impulsionam a manutenção (ou recuperação) de práticas e valores determinados.

O conservadorismo, ao contrário do progressismo, parte da consciência dos “limites inerentes ao homem, limites distantes e distanciáveis, mas sempre presentes, reconhece no poder, na coação política, um fator importante e necessário na sociedade, intimamente ligado à finitude humana” (BONAZZI, 1998, p. 245). O poder político é para o conservadorismo, o cimento da sociedade, sem ele, cair-se-ia na anarquia, porém “confiado ao homem, o poder é intrinsecamente tirânico, se não controlado” (BONAZZI, 1998, p. 245). Por isso há uma constante preocupação nos conservadores na limitação do poder e na supremacia da lei.

O *Diccionario de ciencias sociales y políticas* (2004), reconhece também as origens do conservadorismo no pensamento de Edmund Burke como reação às mudanças sociais decorrentes da Revolução Francesa, afirma-se que no texto de 1790, Burke reconhece a monarquia, a igreja e a propriedade privada como pertencentes a uma ordem divina e, portanto, não suscetíveis de modificação. Em ambos os dicionários se reconhece que o conservadorismo não pode ser caracterizado como uma ideologia com conceitos claros e absolutos, mas como uma resistência pragmática a mudanças econômicas e sociais.

Para Ansaldi (2017), que coincide com Constantino-Toto (2000), a díade liberdade-igualdade especifica de melhor maneira o pensamento conservador, o qual considera como incompatível, de maneira inerente e absoluta, estes dois elementos. Assim a liberdade se concebe como “proteção constante da propriedade individual e familiar, particularmente frente às ações do Estado e o governo”, e garantia de “desenvolvimento das capacidades individuais e/ou grupais, duplo objetivo que contrasta com o que se lhe designa à igualdade, que tende a “perverter o desenvolvimento ‘natural’ das comunidades ao introduzir uma variável compensatória da evolução das qualidades ‘inatas’ dos indivíduos” (CONSTANTINO-TOTO, 2000, p. 152-153).

Em síntese, os conservadores acreditam na necessidade de manter um determinado conjunto de valores morais (religiosos), independentemente das mudanças sociais, econômicas ou tecnológicas que aconteçam, dada a imutável natureza humana, a qual deve ser controlada por um poder político submisso às leis. Leis estas que devem proteger os valores sagrados do conservadorismo, monarquia, igreja e propriedade privada.

Madeira e Quadros (2018) iniciam a análise da direita no Brasil entendendo que o conservadorismo está no centro dela. Apoiando-se no trabalho do Freedon (2003), os autores partem da ideia de que existiriam “macroideologias” (liberalismo, conservadorismo, socialismo e fascismo) e derivações das mesmas, “as microideologias” (libertarianismo, neoliberalismo, democracia cristã e neoconservadorismo, social-democracia, e anarquismo, etc), mas que “é dos dois troncos primeiros (esquerda e direita) que brotam as macros e microideologias, sendo o conservadorismo e suas derivações descendentes da direita” (MADEIRA, QUADROS, 2018, p. 490). Neste sentido, “o conservadorismo igualmente supõe que a desigualdade é natural, não cabendo aos movimentos políticos reivindicação voltada a eliminá-la” (MADEIRA, QUADROS, 2018, p. 491).

Por outra parte, Fernandes (2017) aponta que a tomada de decisão baseada no voto individual é perigosa para a tradição e, portanto, tende a se opor à democracia, em parte, pois sua base de sustentação é aristocrática. Contudo, os conservadores, ou seja, os tradicionalistas modernos enxergam nas transformações e nas mudanças (econômicas, políticas, sociais) as estratégias discursivas necessárias para sobreviver no mundo contemporâneo, se adaptando ao jogo democrático e aderindo aos partidos políticos.

Para Morresi (2019b, p. 42), o liberalismo-conservador, originado por Burke preocupa-se por manter a ordem social e respeitar as instituições e valores culturais herdados:

Esta pulsão à ordem a afasta do projeto democrático, pois a democracia passa a ser vista como um modelo arriscado que deve ser controlado ou tutelado através de mecanismos republicanos ou de atores (como as forças armadas) que, bem guiados, podem limitar as demandas desmesuradas de cidadãos que ainda não estão prontos para se autogovernarem no sentido pleno (MORRESSI, 2019b, p. 42).

2.3 POPULISMO

Nos últimos tempos, na América Latina, o conceito de populismo vem sendo incorporado na linguagem política cotidiana na forma de uma acusação pejorativa orientada fundamentalmente contra os governos de esquerda e vinculada às noções de autoritarismo,

corrupção e culto ao líder.⁴² Porém, nas Ciências Sociais, o conceito refere a um tipo específico de dinâmica política que deve ser considerado como tal.

Como a maioria dos conceitos desta tese, o populismo é entendido de diversas formas e utilizado sem maiores conceitualizações pela linguagem política coloquial, como aponta Esperanza Casullo (2019, p. 18): “todo mundo sabe ou pensa que sabe o que é o populismo”, embora ele já tenha aparecido nas páginas precedentes demanda um tratamento mais detido, pois será central no debate deste trabalho. Caiani e Padoan (2020) apontam que ainda não há um consenso em torno do conceito, mas que algumas características comuns como centralidade do povo, antielitismo e liderança carismática, encontram-se na maioria das definições.

Por isso, muitos autores têm se debruçado na definição e na especificação dele para incorporá-lo e defender a sua utilidade analítica. Diversos trabalhos teóricos (LACLAU 2005; CASULLO, 2019; CANOVAN, 2005; CAIANI, 2017; CAIANI, KRÖLL, 2017; CAIANI; GRAZIANO, 2016; CAIANI; DELLA PORTA, 2011; CAIANI, PADOAN, 2020; MUDDE 2007; 2018b; LUNA; KALTWASSER 2014; KALTWASSER, 2019; ROSANVALLON, 2020) se destacam pelos seus esforços nesta direção e, mesmo que com algumas diferenças, entendem o populismo a partir da perspectiva fenomenológica (CASULLO, 2019) como um tipo de retórica política desligado de conteúdos predefinidos.

Embora Casullo (2015; 2019) reconheça a existência de escolas que focalizam a dimensão econômica e/ou a sociológica do populismo, considera que não dão conta do fenômeno. Por um lado, a escola econômica equipara o populismo com a inflação ou a “má administração”, fazendo com que o fenômeno se perca e deva ser admitido, por exemplo, que os governos militares argentinos foram populistas. Enquanto isso, a escola sociológica explica esse fenômeno por certas alianças de classe, entre uma “base trabalhador-industrial e um líder surgido das elites e classes médias/altas” (CASULLO, 2019, p. 43). O populismo mobilizador de Vargas ou Perón nestas perspectivas surgiria das rápidas mudanças produzidas pela industrialização e pela urbanização, mas este olhar deixa de fora fenômenos como o populismo boliviano de Evo Morales, uma liderança surgida das próprias bases campesinas (e não industriais) e todos os populismos da direita que possuem uma aliança de classes distinta.

⁴² Sobre o uso popular do conceito e a sua evolução no contexto brasileiro se expressa a historiadora Angela de Castro Gomes. Disponível em: <https://www.rfi.fr/br/podcasts/rfi-convida/20210827-ditadura-consolidou-imagin%C3%A1rio-do-populismo-no-brasil-diz-historiadora-da-uff>. Inclusive, durante a pandemia de Covid-19 o já ex-presidente Macri apontava que “o populismo é mais perigoso que o coronavírus”. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/250987-macri-el-populismo-es-mas-peligroso-que-el-coronavirus>. Acesso em: 21 set. 2021.

Quadro 1 - Escolas do populismo

Escola Econômica	Equipara populismo com a inflação ou a “má administração”.	O fenômeno perde definição. Regimes ditatoriais podem ser inclusos no conceito.
Escola Sociológica	Explica o populismo a partir de certas alianças de classe. Trabalhador-industrial/ líder surgido das elites e classes médias/altas”	Está impossibilitado de enxergar populismos com outras alianças de classe.
Escola Politológica	Perspectiva fenomenológica. Quatro famílias teóricas.	Entendem o populismo como um tipo de retórica política desligado de conteúdos predefinidos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) a partir de Casullo (2019)

Já entre as referidas escolas que entendem o populismo como fenômeno fundamentalmente político, Casullo (2019) reconhece quatro “famílias teóricas” distintas, embora complementares. A primeira delas, na qual Casullo se inscreve, parte fundamentalmente do trabalho de Ernesto Laclau (2005) onde se entende que o populismo é um “tipo de narrativa política performativa cujo resultado é a formação de identidades políticas mediante a dicotomização do campo político entre um *nós* e um *eles*” (CASULLO, 2019, p. 45). Isto envolve a criação de uma “corrente equivalencial” (LACLAU, 2005) que divide o campo político e posiciona a liderança como o ator que expressa e condensa a mesma. As lealdades políticas, então, ficam orientadas para a figura do líder e não mais para programas políticos específicos.

A segunda escola entende o populismo como uma estratégia de poder pessoal utilizada por uma liderança personalista. Neste sentido, o populismo é utilizado por estes atores que assumem a distinção entre amigos e inimigos e usam a política econômica e social como instrumento da construção do próprio poder. Uma terceira interpretação aponta que o populismo seria uma “ideologia fina”, que a diferença das ideologias “densas” (liberalismo, fascismo e comunismo) não consegue constituir uma visão de mundo completa e autônoma, e é limitada a três características principais “uma retórica antielite, de caráter moral e que enfatiza a necessidade de respeitar a vontade geral”. Nesta linha se encontram os trabalhos de Cristóbal Rovira Kaltwasser e Cas Mudde, que serão aprofundados no capítulo 4. Sua definição de populismo, no entanto, é considerada como:

uma ideologia que considera que a sociedade é em última instância separada em dois grupos homogêneos e antagônicos “o povo puro” e a “elite corrupta”, e que argumenta que a política deve ser uma expressão do *volonté générale* (vontade geral) do povo (MUDDE 2004: 543). Os políticos populistas de direita radical reivindicam ser a *vox populi* (voz do povo), acusando os partidos e políticos estabelecidos de serem uma “classe política” que finge oposição para distrair o povo do fato de que eles são essencialmente todos iguais e trabalhando juntos (MUDDE, 2010, p. 4).

Finalmente, a abordagem sociocultural do populismo destaca os elementos performativos, quer dizer, “o estabelecimento de lideranças populistas depende da ativação de certos significantes socioculturais através de performances públicas” (CASULLO, 2019, p. 46).

Interessa aqui desenvolver a abordagem de Casullo (2019) que entende que os populismos são “fenômenos políticos nos quais conflui um líder com forte personalismo e centralidade política, que suscita o apoio de um coletivo de indivíduos mobilizados [...] traz um discurso antagonístico que divide o campo político entre um *nós* (popular) e um *eles* (elite)” (CASULLO, 2019, p. 40). O discurso populista pertence a um tipo de gênero discursivo que se encontra no extremo oposto do contínuo discursivo do discurso tecnocrático, mas que na realidade nunca se apresenta em estado puro. Este discurso é caracterizado pela presença de um mito fundador, o mito populista, o qual é articulado em torno de três elementos principais: o herói, o vilão e o dano. Este discurso é construído e veiculado pelas lideranças políticas populistas. A estrutura do mito político populista narra a origem de uma comunidade, de um povo, cujo destino foi roubado por um vilão e que o herói deve (e vai) vencer. A narrativa potente do discurso populista “tem efeito político porque gera entusiasmo e senso de identidade nos seguidores” (CASULLO, 2019, p. 51).

Cada um destes elementos, como comentado acima, pode ser preenchido de distintos conteúdos para constituir os diferentes tipos de populismo. Por exemplo, o antagonismo (a figura do vilão) pode ser orientado para “cima”, nas oligarquias econômicas ou para “baixo” nos imigrantes, minorias étnicas ou sociais. Os repertórios práticos de ação dos populismos não são simplesmente narrativos, em torno do *nós* e o *eles* (que tem agido contra *nós*), mas partem de “situações “reais” vinculadas com demandas de atores sociais que experimentam – ou acreditam experimentar – situações de injustiça e exclusão” (CASULLO, 2019, p. 71), de forma que o discurso, baseado em certas realidades materiais, consegue produzir legitimidade para suas políticas públicas.

Nesta interpretação, o líder político não constitui o herói, mas o assistente dele, e sua função é contar a história. O herói é o próprio povo, que será responsável por vencer o vilão com as indicações que o líder lhes apresentar. O líder se apresenta sempre como um *outsider* da política mesmo que não o seja realmente⁴³ e os vilões costumam constituir parte da elite política ou econômica, embora isto não seja uma característica excludente, como se vê nos populismos orientados “para baixo” (onde, por exemplo, os vilões são os imigrantes).

⁴³ Como veremos Macri e Bolsonaro, profundamente ligados à política por muitos anos, se apresentam nas suas campanhas como “distintos” da classe política, *outsiders*, novos, etc.

Embora a ideia de mito populista possa parecer puramente discursiva, Casullo (2019) afirma que, “as políticas públicas que sejam adotadas estarão diretamente relacionadas com quem sejam identificados como elite e como o traidor” (p. 85). O traidor é a figura secundária do vilão, como o líder é a figura secundária do herói. Assim, as oligarquias nacionais ou os empresários nacionais costumam ser identificados como traidores aliados ao “capital internacional” ou ao “imperialismo”. Para a autora, a reação emocional contra os traidores internos é maior que contra os vilões internacionais, já que sua ação se volta contra seu próprio povo.

Quadro 2 - Famílias do populismo: Escola Politológica

<p>1 Maria Esperanza Casullo (2019). Francisco Panizza (2005) Ernesto Laclau (2005) Chantal Mouffe (1999) Yannis Stavrakakis (2017)</p>	<p>Narrativa política performativa cujo resultado é a formação de identidades políticas mediante a dicotomização do campo político: <i>nós</i> e um <i>eles</i>. Criação de uma “corrente equivalencial” que divide o campo político e posiciona a liderança como o ator que expressa e condensa a mesma. As lealdades políticas são orientadas para a figura do líder. Caracterizado pela presença de um mito fundador, o mito populista (o herói, o vilão e o dano).</p>
<p>2 Kurt Weyland (2001) Flavia Freidenberg (2007) Cynthia Arson e Carlos de La Torre (2013)</p>	<p>Populismo como uma estratégia de poder pessoal da liderança personalista. Amigo-Inimigo.</p>
<p>3 Cas Mudde (2007, 2017) Kaltwasser, Mudde (2013, 2017) Ben Stanley (2017) Sorina Soare (2017)</p>	<p>“Ideologia fina” – não consegue constituir uma visão de mundo completa e autônoma. Três características principais “uma retórica antielite, de caráter moral e que enfatiza a necessidade de respeitar a vontade geral”.</p>
<p>4 Pierre Ostiguy (2009, 2017) Benjamin Moffitt (2016) Paula Diehl (2017)</p>	<p>Destaca os elementos performativos, “estabelecimento de lideranças populistas depende da ativação de certos significantes socioculturais através de performances públicas”.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) a partir de Casullo (2019).

Finalmente, Casullo (2019) reconhece que há mais a ganhar com a combinação das abordagens do que com a aplicação isolada delas, por isso a abordagem que uso neste trabalho combina elementos da primeira e terceira escolas. A abordagem de Casullo é útil no momento de olhar para cada um dos casos e perceber as suas nuances, pois demanda o conhecimento mais aprofundado das realidades locais, complexificando a análise.

Porém, a percepção do populismo como “ideologia fina” de Mudde facilita o trabalho comparativo ao oferecer uma definição mais operativa do mesmo (CAIANI; PADOAN, 2020) e deste modo simplificando a análise. *Nós*, os bons, os heróis e o povo, por uma parte e *eles*, os maus, traidores, corruptos, *aliens (estranhos)*, pelo outro. A proposta da tese é pendular entre o relato complexo e profundo, ao se analisar cada um dos casos e com o uso da ideia de “ideologia fina” ao se comparar ambos os casos ao longo da análise.

Quadro 3 - Esquema conceitual do capítulo

Ideologia: conjunto de valores e mundos ideais diversos. Significado fraco: Conjunto de ideias e de valores relativos à ordem pública e comportamentos políticos coletivos.		Direita e esquerda: “de um lado, estão aqueles que consideram que os homens são mais iguais que desiguais (esquerda) e, do outro, aqueles que consideram que são mais desiguais que iguais.	
Populismo: Narrativa política performática que dicotomiza o campo político entre <i>nós</i> (o líder e o povo) e um ‘ <i>eles</i> ’ (a elite corrupta e seus aliados internacionais). As lealdades políticas são orientadas pelo líder e não por um programa político fixo. Ideologia fina.			
Direita	Moderados	(Neo) Liberais Conservadores	Conservação dos valores e do <i>status quo</i> econômico, político e religioso. Aceitam a democracia liberal.
	Ultras	Radicais	“Representam uma demanda por uma grande transformação da sociedade, tanto para uma visão de futuro quanto de volta para um passado idealizado”. Aceitam a democracia liberal, mas criticam o seu funcionamento.
		Extremistas	“Extremistas principalmente porque rechaçam os valores pluralistas”. Rechaçam a democracia liberal. Nazismo e Fascismo.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) a partir de Mudde (2007), Rydgren, (2007), Therborn (1980), Bobbio, Mateucci e Pasquino (1998), Bobbio (2012) e Griffin, (2018).

O esquema conceitual precedente se propõe sintetizar e organizar a discussão teórica efetuada até aqui para conectá-la com a discussão empírica que virá a seguir. Uma preocupação central na escolha dos casos a analisar foi, desde o início, mostrar que eles constituem de fato, casos da direita e da ultradireita. Isto porque no caso de Macri esta caracterização era permanentemente evitada e rechaçada tanto por ele quanto pelos outros membros do seu partido. Já no caso de Bolsonaro, embora a apropriação do qualificativo fosse parte da identidade do grupo, restava descobrir se de fato isto era assim e principalmente que tipo de direita constituía.

Uma vez estabelecido o pertencimento à ideologia de direita dos casos a analisar, a forma das suas narrativas (populista ou tecnocrática) e a intensidade no comportamento delas (moderada ou ultra) tornam-se o centro da análise. Assim, o modelo analítico estará completo ao ser apresentado no capítulo 4, onde será incorporada detalhadamente a proposta de Cas Mudde, e o conceito operativo de Populismo Radical de Direita.

Com este delineamento, no próximo capítulo me adentro na descrição da bibliografia sobre as direitas na América Latina e especificamente na Argentina e no Brasil, cujos cenários apresentam algumas diferenças significativas.

3 A AMÉRICA LATINA: IDEOLOGIA, ESQUERDA E DIREITA

À medida que avança esta revisão procuro me aproximar do tema central desta tese, as ideologias e partidos de direita (e ultradireita) sul-americanos. Neste capítulo, começo com a discussão das pesquisas sobre as ideologias na América Latina e as características que as direitas adquiriam historicamente na região. Em um segundo momento, descrevo o cenário específico da Argentina e do Brasil.

É importante notar desde o início uma diferença central entre esses dois casos que tornou as revisões significativamente distintas. Na Argentina a presença, força e identidade dos partidos políticos tradicionais é grande, em particular ao se referir ao peronismo,⁴⁴ e isto estrutura as correntes ideológicas e as tensões políticas em torno destes grandes partidos.⁴⁵ Além disso, como bem fazem notar Ernesto Bohoslavsky e Sergio Morresi (2016), até a consolidação e triunfo de Macri, na Argentina não existia um partido nacional identificado com a direita que tivesse chegado ao governo em eleições livres.

Até a eleição de 2015 as proscricções e os golpes de Estado (cívico-militares) tinham sido as ferramentas da direita para governar no país. Já no Brasil os partidos políticos são menos centrais e encontram-se mais atomizados, razão pela qual expressam menos ideologias definidas. Por isso, o cenário político/ideológico é melhor entendido ao observar os movimentos e correntes ideológicas⁴⁶ do que o sistema de partidos (KITSCHOLT, 2018). Para exemplificar esta situação, em 2011 o Brasil possuía 27 partidos representados na Câmara de Deputados, enquanto a Argentina tinha 7.⁴⁷

⁴⁴ O peronismo, *per se*, não representa um partido, mas um movimento e uma identidade que se expressa politicamente na atualidade em numa diversidade de partidos políticos. Estes partidos, contudo, tendem a se agrupar, nas eleições em duas ou três opções. Algo similar acontece com o Movimento/Partido Radical.

⁴⁵ Embora na Argentina existissem em 2015, 42 partidos reconhecidos no nível nacional, os mesmos não agem como unidades independentes. Por exemplo, o *Frente para la Victoria* que concorreu nas eleições de 2015 levando Daniel Scioli como candidato, era composto por dez partidos políticos. Para a eleição – com lista fechada de candidatos a deputados e senadores- foram as negociações internas da Frente que determinaram os candidatos. Veja-se: www.argentina.gob.ar/interior/observatorioelectoral/partidospoliticos#1 Acesso em: 14 abr. 2022.

⁴⁶ Conforme o site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) atualmente existem 32 partidos políticos em atividade no Brasil. Considerando que em 2019, o Partido Republicano Progressista, o Partido Pátria Livre e o Partido Humanista da Solidariedade deixaram de existir, nas eleições de 2018 eram 35 os partidos existentes. Veja-se: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse>. Acesso em: 14 abr. 2022.

⁴⁷ Conforme um levantamento da Universidade de Gotemburgo, difundido pela BBC Brasil. Veja-se: www.bbc.com/portuguese/brasil-36627957 Acesso em: 14 abr. 2022.

3.1 AS DIREITAS NA AMÉRICA LATINA

A questão da divisão ideológica adquire vieses específicos ao considerar a política na América Latina e uma relevância especial, desde que a disputa entre as diversas posições ideológicas somente é possível no contexto democrático, algo do qual a região foi privada durante uma parte significativa da sua história recente – nos anos 1950, 1960, 1970 e 1980. Isso não significa que os governos cívico-militares não possuíssem um conjunto de valores morais definidos ou que estes não pudessem ser classificados à direita do contínuo ideológico, mas significa que no nível da política institucional a repressão impedia a expressão de posicionamentos divergentes.

Nesse sentido, é importante considerar a ideologia e a divisão entre esquerda e direita na política democrática por duas razões principais. Por um lado, os partidos, apesar de mudanças contextuais de curto prazo tendem a manter suas posições dentro deste espectro no longo prazo, e por outro os votantes conseguem se autoidentificar e identificar os partidos políticos de maneira mais ou menos consistente (neste espectro COLOMER; ESCATEL, 2005). As afirmações precedentes de Colomer e Escatel (2005) surgidas das suas pesquisas lhes permitem discutir com aqueles que consideram que na América Latina a dimensão direita-esquerda não pode ser considerada, pois a região se caracterizaria por possuir uma miríade de governos e lideranças populistas, personalistas e clientelistas, e por tanto pragmáticos e não comprometidos ideologicamente. Curiosamente, apontam, os autores que defendem estes posicionamentos formam parte de reconhecidos centros de pesquisa norte-americanos, cujo modelo de democracia sempre é utilizado como referencial e objetivo, inalcançável, para a América Latina.

Contudo, para Colomer e Escatel (2005) os posicionamentos ideológico-partidários dos votantes na América Latina são “bastante ideológicos e estão situados com bastante consistência na dimensão esquerda-direita” (p. 125) tendo também altos níveis de alienação política com respeito ao sistema de partidos. Como a análise considera a projeção histórica da região, os autores são capazes de observar que poucos partidos tiveram condições de atrair eleitores de posições distantes na dimensão esquerda-direita, o que lhes serviu para desconsiderar a hipótese de que os populistas estariam por cima desta dualidade. E ao mesmo tempo perceber que poucos partidos tiveram condições de mudar de posição no espectro ideológico. Por exemplo, apontam que a *Unión Cívica Radical* (UCR) na Argentina, que nos tempos da redemocratização e sob o comando do presidente Raúl Alfonsín ocupou um lugar

no centro esquerda, foi se deslocando para a direita, pela aparição do ARI.⁴⁸ Na mesma linha, Fernandes aponta que “no contexto latino-americano a separação entre direita e esquerda auxilia na previsão das filiações partidárias, bem como ajuda a orientar as atitudes políticas dos cidadãos e das classes políticas” (FERNANDES, 2017, p. 30).

O estudo empírico da direita Sul-americana, tem historicamente chamado a atenção de alguns autores, fundamentalmente na Ciência Política⁴⁹, embora desde a redemocratização e com o início da “onda rosa”, o interesse tenha sido reduzido. Nesse sentido, é interessante ressaltar os trabalhos de Kaltwasser (2014) e Giordano (2014), os quais apontam que, nas duas últimas décadas, a direita tem perdido espaços na região Sul-americana, mas está ciente desse *déficit* e tem, por isso, desenvolvido estratégias de adaptação para se sobrepôr ao crescimento da esquerda. Giordano (2014), fazendo uma análise histórica das direitas, aponta para os seus conteúdos programáticos, mostrando que elas começaram a se valer da noção de “inclusão” para disputar espaços com as esquerdas no poder.

Por sua vez, Luna e Kaltwasser (2014) assinalam que essas estratégias constituem três mecanismos de ação: não eleitorais; eleitorais não partidários e, partidários. Apontam, que a direita apela para estratégias de ação não eleitorais, como são as mobilizações, e a utilização dos seus recursos para pressionar os governos de esquerda a fim de conseguir impedir, postergar ou moderar as reformas que afetam seus interesses e ideais.

A formação de identidades é uma arena particularmente importante e contestatária para a direita desde que procura rechaçar políticas redistributivas numa região marcada pelos altos níveis de desigualdade de renda e com alto percentual da população vivendo sob a linha de pobreza. Neste contexto de desigualdade e pobreza, as elites percebem que provavelmente percam quando os debates sejam enquadrados em termos de classe (EATON, 2014, p. 87).

Giordano (2014) reflete sobre a direita na América Latina identificando que, junto com o sucesso das esquerdas na última década do século XX e a primeira do XXI, vem se desenvolvendo uma “nova direita” que se mostra democrática e conciliadora, num contexto no qual a direita “antiga” era relacionada com pautas antidemocráticas. Paralelamente estas novas direitas parecem incorporar postulados da democracia social e do liberalismo cultural como reação ao “clima de época” presente nas suas sociedades.

⁴⁸ O partido político *Afirmación para una República Igualitaria* (ARI), criou-se dentre as fileiras da UCR em 2002, sob a liderança de Elisa Carrió, quem representava uma posição de centro-esquerda. Em 2009 o partido mudou sua denominação para *Coalición Cívica - Afirmación para una República Igualitaria* (CC-ARI) e é desde 2015 um dos principais membros da Coalizão de centro-direita “*Cambiemos*”, que lidera Mauricio Macri.

⁴⁹ O “Grupo de Estudos de Sociologia Histórica de América Latina” (GESHAL), surgido na Universidade de Buenos Aires, possui um trabalho consistente no estudo das direitas, o neoliberalismo e as elites na região.

As direitas latino-americanas surgidas nos anos 1980, como Giordano (2014) e Hinkelammert (1988) alertam, caracterizaram-se por uma aplicação instrumental dos valores democráticos e uma defesa completa do capitalismo e da economia de mercado diante de seus inimigos: “o comunismo, o burocratismo, o intervencionismo de Estado, e no geral qualquer política regulatória do mercado que afetasse os interesses de uma burguesia consolidada nos anos 1970 no marco dos Estados terroristas [...]” (GIORDANO, 2014, p. 51). Nas suas versões eleitorais de oposição, as forças de direita não atacam de frente as políticas sociais, mas atacam fortemente as políticas de segurança, solicitando “mão dura” amparadas em discursos que se mostram como “pós-ideológicos” (GIORDANO, 2014, p. 54). Finalmente, observa Giordano (2014), tanto as forças na oposição quanto aquelas que formam parte de governos compartilham a característica de mostrar-se como conciliadoras, propagando um discurso de uma sociedade sem conflitos nem tensões.

Para Chantal Mouffe e Georgina Turner (1981), o surgimento da nova direita na década de 1980 chama a atenção, pois esta incorporou perfeitamente o conceito gramsciano de hegemonia e “[...] tem decidido lutar para obter o poder intelectual, para o qual tem iniciado uma ‘batalha cultural’ cujo lema é ‘contra o totalitarismo, contra o igualitarismo, contra o racismo. Por uma nova cultura’ [...]” (MOUFFE; TURNER, 1981, p. 1840-1841). O propósito é transformar o senso comum conformado ao redor dos valores social-democratas e reduzir assim as expectativas das pessoas, destruir seu sentido de solidariedade e responsabilidade com os despossuídos e prepará-las para aceitar a sociedade mais autoritária que está se implantando em muitos lugares.

Por sua vez, Ansaldi (2017) partindo de uma leitura marxista, aponta que “direita é a posição política da burguesia, em primeiro lugar, mas uma parte importante da base social e política da direita não tem sido, nem é burguesa” (ANSALDI, 2017, p. 31). Em outros termos: o pensamento e as práticas de direita têm se expandido historicamente, e inclusive têm ganhado importantes contingentes das classes subalternas. O que explica como projetos distributivos (nos termos do Bobbio) que prezam por uma maior concentração dos recursos materiais e simbólicos podem resultar interessantes para as maiorias, em alguns casos, permitindo o sucesso eleitoral da direita.

Embora fatores contextuais apontem para uma diferenciação na forma das direitas e das esquerdas latino-americanas diante das europeias, é interessante pôr em destaque que, como aponta Fernandes (2017) “a divisão ideológica na América Latina é guiada, em grande medida, pelas pautas vigentes na Europa e nos Estados Unidos. Um exemplo disso é a clássica separação entre esquerda e direita a partir da dicotomia Estado *versus* mercado”

(FERNANDES, 2017, p. 30).⁵⁰ Fernandes (2017) aponta que as dimensões do conservadorismo (moral, religioso, nacionalista) *versus* liberalismo/pluralismo, na nossa região, também foram inspiradas nos debates dos países centrais, “por meio de questões religiosas e de cunho moralizante, as elites dos partidos conservadores conseguiram um apelo multiclassista” (FERNANDES, 2017, p. 30). Quer dizer que, enquanto as pautas econômicas têm menos possibilidade de atrair as massas, as pautas conservadoras conseguem atrair as camadas menos favorecidas.

Ansaldi (2017) aponta também que, embora a posição da direita tenha sido associada à resistência com as mudanças, distintas experiências recentes têm focado na palavra “mudança” como o *Cambios* na Argentina, “*Peruanos por el Cambio*”, no Peru, ou *Cambio Democrático*, núcleo da coalizão *Alianza para el Cambio*, no Panamá. A partir disso, Ansaldi (2017) afirma que a burguesia possui uma grande capacidade para se apropriar de conceitos elaborados pelos seus antagonistas e inverter o significado originário dos mesmos nas controvérsias ideológicas, assim, tendo aprendido da capacidade mobilizadora da palavra “mudança” a incorporaram para lhe dar o “sentido que a sociologia soube sempre que tinha, mas que o discurso político e/ou ideológico esquecia: a mudança pode ser regressiva” (ANSALDI, 2017, p. 35). Esta mudança, explica o autor não significa um retorno ao passado, mas uma recuperação das políticas, que são implantadas novamente, mudando o exterior, mas mantendo “a estrutura, o DNA” (ANSALDI, 2017, p. 36).

Por outra parte, aponta Ansaldi, “o pensamento conservador tem optado pelo consenso, pela ausência do conflito como eixo organizador das sociedades” (ANSALDI, 2017, p.35) e tem sido sempre muito antiestatista, embora os de hoje se “expressem em termos mais cautelosos, mais hipócritas, pelo menos na linguagem inicial nas campanhas eleitorais ou nos primeiros meses de governo como ilustra o governo argentino” (ANSALDI, 2017, p. 39). As direitas, afirma, utilizam uma linguagem carente de conteúdo e inocente, como no mundo da *Heidi*⁵¹ e se apresentam como o “novo”, recorrendo às “virtudes da ‘gestão eficiente’, pragmática e desideologizada” (ANSALDI, 2017, p. 44).

⁵⁰ Lembra-se aqui o comentado trabalho do Inglehart e Norris (2019), onde a emergência dos valores pós-materiais nas gerações mais novas, é explicado a partir do contexto econômico de segurança e estabilidade no qual essa geração teria sido criada. No cenário latino-americano estas e outras mudanças de valores acontecem apesar da insegurança econômica e por influência dos países centrais.

⁵¹ Heidi refere ao anime infantil e é tida como símbolo da inocência, pureza e gentileza. Durante as entrevistas difundidas no canal do YouTube do Macri, Maria Eugenia Vidal é chamada algumas vezes de Heidi, confrontando-a com os “lobos maus”, pertencentes à política tradicional do Estado de Buenos Aires.

O excelente trabalho de Ansaldi, publicado em 2017, mas sobre as bases de uma pesquisa histórica focada no período de 1980-2010, sofre das desvantagens da sua temporalidade. Ao exemplificar a “direita envergonhada” refere uma fala de Miguel Rossetto, ministro de desenvolvimento agrário do governo Dilma que afirma que Aécio Neves como representante da direita no Brasil nunca “falava de privatizar nem afetar os direitos sociais, porque a direita é incapaz de apresentar claramente qual é o seu projeto. A direita tem um programa clandestino, pois se o mostrarem seriam defenestrados”⁵² e adiciona que “algo semelhante aconteceu com a campanha de Mauricio Macri” (ANSALDI, 2017, p. 39). Embora a afirmação seja adequada para considerar o caso argentino, fica claro ao analisar a campanha de Bolsonaro – acontecida no ano seguinte à publicação do artigo – que o Brasil não rechaçou um programa político privatista, não igualitário e conservador, e não somente Bolsonaro não evitou o conflito como o fez elemento central da sua campanha.

Apesar de aportar elementos interessantes para o estudo em vista das diversas similitudes regionais, os esforços por explicar as direitas da América Latina, tendem a produzir resultados enganosos. A fim de homogeneizar os achados, os trabalhos acabam sobrestimando ou desconsiderando alguns elementos importantes. Para evitar este problema é que a comparação se dá aqui somente entre Argentina e Brasil. Nesse sentido, Florencia Prego e Monica Nikolajczuk (2020) entendem que;

em ambos os casos as direitas têm como objetivo a restauração neoliberal e a recomposição da ordem social. Porém, as condições para consegui-lo enfrentam-se com limites objetivos e lhes levam a reconfigurar seus repertórios de ação e a veiculação dos mesmos a partir de atores que adquirem outra preponderância na cena política (PREGO; NIKOLAJCZUK, 2020, p. 223).

Ao comparar os achados do campo, no sétimo capítulo será explicitado de que maneira esta tentativa aparece (ou não) em cada um dos casos e como a dita restauração pretende ser atingida. A seguir, todavia, será feita uma aproximação inicial dos casos a partir da literatura que os estuda. Destaca-se aqui o fato de na Argentina existir principalmente uma agrupação política que aglutina, no momento da eleição, a maior parte da direita, enquanto no Brasil encontra-se uma grande atomização partidária que faz necessário rastrear a sua direita não a partir de partidos, mas de posicionamentos ideológicos.

⁵² Página 12, CABA, 2 de novembro de 2015, p. 25.

3.2 NA ARGENTINA

Como comentado inicialmente o PRO⁵³ representa a primeira consolidação exitosa da direita na Argentina. Por isso, uma preocupação na hora de selecionar os casos para a análise foi estabelecer, para além da percepção pessoal o posicionamento do PRO como partido da direita na Argentina, desde que os seus representantes insistem em não se posicionar no espectro esquerda-direita (VOMMARO, 2019). Para poder definir os seus membros Vommaro (2019) apresenta os resultados de uma série de entrevistas realizadas entre 2014 e 2015 com vereadores da cidade de Buenos Aires, representantes comunais,⁵⁴ deputados e senadores nacionais do PRO e a partir das mesmas afirma que eles,

defendem o valor do mercado como melhor e mais eficaz mecanismo de alocação de recursos, a independência do Banco Central, respeito do Poder Executivo, e, em menor medida, não concordam com a ideia de que as privatizações dos serviços públicos feitas na década de 1990 na Argentina, durante o governo Menem, foi um fracasso desse período (VOMMARO, 2019, p. 107-108).

Para ele o posicionamento diante do caráter público ou privado destes serviços é um bom indicador de posicionamento ideológico no contexto argentino, pois apesar do desprestígio do peronismo menemista, como movimento político, a defesa desta dimensão privatista expressa um apoio aos princípios de desregulamentação que estão por trás destas políticas. Além disso, Vommaro (2019) aponta que os membros do PRO possuem posicionamentos contrários ao poder dos sindicatos e apoiam a adoção de medidas mais estritas para o ingresso de imigrantes no país. Em torno da questão dos direitos humanos e à visão sobre a última ditadura militar o mais importante é “olhar pra frente e não pra trás”. Vommaro (2019) afirma que esse “olhar pra frente” se refere ao abandono da ênfase nos processos contra os responsáveis pelos crimes de lesa humanidade cometidos durante o governo militar.⁵⁵

⁵³ Neste trabalho não farei diferenças entre o PRO e *Cambiamos* na hora de referir à estrutura política na qual Macri se apresentou nas eleições de 2015. Embora o PRO seja uma das diversas agrupações políticas que integraram a aliança *Cambiamos* para este trabalho essas diferenças não são relevantes e utilizar os dois termos alternativamente permite deixar o texto menos repetitivo.

⁵⁴ Em 2005 a cidade de Buenos Aires foi dividida em 15 conselhos comunais, cada um dos quais conta com 7 representantes eleitos e que administram questões menores e específicas dos bairros.

⁵⁵ “Tais ideias são consistentes com as posições conservadoras na política argentina e com a tradição da direita argentina desde 1983” (VOMMARO, 2019, p. 108).

Contudo o referido autor também percebe algumas diferenças com a direita clássica, principalmente a visão positiva da atuação do Estado na redução das diferenças de ingressos. Para Vommaro (2019) esta característica corresponde a três elementos: a incorporação de uma visão estatista – desenvolvimentista no programa pro-mercado; o consenso em torno das políticas de transferências de recursos para os setores populares; e finalmente, a necessidade de aceitar, por parte do PRO, uma parte dos bens públicos instituídos durante o ciclo de centro-esquerda, em particular a definição do papel ativo do Estado na regulação econômica e na manutenção das políticas sociais massivas.

Conforme Gabriel Vommaro e Sergio Morresi (2014), a direita na Argentina atualmente se concentra em torno do partido liderado pelo atual ex-presidente Mauricio Macri, do PRO. As principais lideranças do PRO surgiram dos diversos *Think Tanks* nos quais a direita se reorganizou após a crise de representação no final dos anos noventa (PREGO, NIKOLAJCZUK, 2020). Esta reorganização lhes permitiu continuar incidindo na política, a partir de uma estratégia não eleitoral (LUNA; KALTWASSER, 2014), como a criação de quadros “técnicos” para o desenvolvimento de políticas públicas. Entre estes se destacam a *Fundación Creer y Crecer*, liderada pelo também empresário e político colombiano, Francisco De Narváez⁵⁶ e a *Grupo Sophia* de onde surgiram o atual prefeito da cidade de Buenos Aires, Horacio Rodriguez Larreta, a ex-governadora do Estado de Buenos Aires, Maria Eugenia Vidal,⁵⁷ e Marcos Peña, que fora organizador da campanha eleitoral e Chefe da Casa Civil⁵⁸ durante o Governo Macri. Os *Think Tanks* se propunham a produzir políticas públicas e formar funcionários para serem incorporados nos governos, mas a crise econômica argentina de 2001 impulsionou sua transformação no partido *Compromiso Para el Cambio*, o qual, em 2003, adquiriu o seu nome definitivo: PRO (*Propuesta Republicana*).

Desde a sua fundação, o partido procurou destacar a sua característica de *outsiders* da política, empresários exitosos e eficientes que poderiam transferir a sua *expertise* técnica e sucesso, para a política. Para Morresi e Vommaro (2014), o PRO se constitui na principal referência da direita argentina pois conseguiu aglutinar, dentro das suas fileiras, cinco vertentes diferentes: a dos políticos da direita tradicional, os peronistas, os radicais, os empresários e os profissionais surgidos dos *think tanks* e das ONGs (de forma que, num

⁵⁶ De Narváez criou o próprio partido, “Unión Celeste y Blanco” em 2008. Aliou-se ao PRO nas eleições de 2009, onde De Narváez foi eleito deputado estadual e manteve a aliança nas eleições de 2007 e 2011 quando concorreu como candidato a governador do Estado de Buenos Aires. Nestas duas oportunidades não foi eleito e finalmente em 2015 retirou-se da política.

⁵⁷ Eleita no primeiro turno das eleições de 2015, Vidal é uma figura forte na campanha do Macri, pois obteve, no Estado de Buenos Aires, mais votos que ele próprio.

⁵⁸ Na Argentina, chefe de gabinete de ministros.

primeiro olhar, enquanto no Brasil há uma grande diversidade de partidos de direita, na Argentina, há uma unidade).

Vommaro (2014) identifica que o *ethos* do PRO se baseia em dois mundos, o empresário e o voluntarista. Deste segundo, o partido extrai uma discursividade de “entrega de si”, o sucesso do empreendedorismo, e modos de ver o mundo, com positividade e aliado às novas “espiritualidades”. Essas características produzem uma série de performances (especialmente nos períodos eleitorais) nas quais balões, bandeirinhas, danças, perucas e outros enfeites desenham uma festividade que oculta possíveis conflitos sociais e violências, como aponta o trabalho de Veronica Giordano (2014). Os chamados “voluntários”, diferentes dos militantes (termo associado à participação política tradicional) compartilham as ideias de entrega e sacrifício próprios da caridade cristã, de onde têm surgido grande parte dos membros do PRO.⁵⁹ Neste cenário se destacam egressos da Universidade Católica Argentina, como o próprio Mauricio Macri. Ideologicamente, assinala Vommaro (2016), o PRO uma vez no governo apontaria para superar as dicotomias do passado, quer dizer, as categorizações de direita e esquerda, se baseando num republicanismo liberal e na modernização da gestão pública.

Mesmo que a minha análise do caso argentino esteja focada na campanha eleitoral de 2015, as análises posteriores do PRO e de Macri são interessantes porque possuem uma densidade maior e permitem ver como se desenvolveram no governo e que elementos continuaram presentes após assumir o poder. Por exemplo, em 2018, Vommaro aponta que desde a sua origem o partido (PRO) tem se visualizado como pós-ideológico, com uma estratégia flexível e pragmática para atingir seus objetivos. Sobre seu estudo do PRO, Morressi (2021) refere à sua trajetória de pesquisa junto a Gabriel Vommaro e afirma que para eles era fundamental entender, como se tensionavam os conceitos das Ciências sociais e do próprio partido “entre o olhar dos que os rodeavam (que os apontavam como a direita neoliberal ou conservadora) e olhar próprio (que sustentava que não o eram) e porque esse rechaço era fundamental para a imagem de eles mesmos que queriam projetar não somente para fora, mas também para dentro” (MORRESI, 2021, p. 5).

⁵⁹ Entendo a “caridade” e “entrega de si” mobilizada pelo PRO a partir do exemplo da forma que a Juliana Awada reconhece preferir para ajudar aos desfavorecidos, “eu gosto de ajudar. Os mando juntar um monte de sacolas de pedaços de tecido da fábrica, que cortam, que a nós não servem, e que sejam dados para os Centros de Primeira Infância, onde as pessoas que tem que ir trabalhar deixam seus filhos pequenos. Dessa maneira sim eu gosto de ajudar”. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/126062-sin-lluvia-de-inversiones-a-dar-propinas>. Acesso em: 18 set. 2021.

Neste sentido, o partido reconheceria a resistência da sociedade argentina à flexibilização dos controles no mercado e à abertura da economia, assim como a redução dos investimentos públicos em bens como saúde e aposentadorias e, por isso, sua estratégia de mudanças tem sido de aplicação gradual das mesmas.⁶⁰ Para ele o PRO está comprometido com uma mudança cultural em relação à cultura política argentina conforme a qual o país deveria deixar de ser uma economia de consumo e virar uma economia de investimento, se incorporando plenamente na economia globalizada, apontando essa situação como a normalidade desejada/desejável.

A mudança cultural proposta pelo governo, porém, não tem sido completamente bem-sucedida, em virtude das características herdadas do ciclo político anterior, como a força dos sindicatos (que diminuíram os efeitos do ajuste entre seus filiados) e a centralidade do discurso pelos direitos humanos (que impediram o questionamento do número de desaparecidos durante a última ditadura militar pelos altos funcionários do governo).⁶¹ Contudo, as políticas relativas à mídia⁶² foram rapidamente aplicadas, anulando-se a lei de comunicação audiovisual do governo de Cristina Kirchner e liberalizando o mercado de comunicações. Da mesma forma, empresas como a petroleira nacional e a *Aerolíneas Argentina* (as quais, por lei, não podem ser privatizadas), foram relegadas à concorrência de mercado, e viram seus orçamentos reduzidos e sua importância diminuída.

Mesmo com a retórica do voluntarismo e da entrega como seus principais elementos discursivos, tem chamado a atenção de vários analistas a assiduidade com que o presidente Macri interrompeu sua agenda laboral para passar férias familiares⁶³ e a multiplicação dos salários de ministros e funcionários de governo, oferta que tem seduzido CEOs e empresários para assumir esses cargos e formar parte do governo.⁶⁴

⁶⁰ Neste sentido, o próprio Macri, disse durante o evento anual da “*Fundación Libertad*” que, caso fosse reeleito (nas eleições de 2019), no seu próximo governo iria fazer as mesmas coisas, “mais rápido”. Disponível em: www.infobae.com/opinion/2019/03/31/el-pensamiento-magico-que-una-y-otra-vez-enceguece-al-presidente-macri/ Acesso em: 13 abr. 2019.

⁶¹ Dario Loperfido, Ministro de cultura do Macri, foi obrigado a se demitir após desconhecer o número de desaparecidos da ditadura militar argentina. Disponível em: www.infobae.com/sociedad/2016/11/12/dario-loperfido-el-informe-sobre-los-desaparecidos-me-da-la-razon/ Acesso em: 10 out. 2019.

⁶² A Lei de Meios de Comunicação Audiovisual (LMCA) aprovada em 2009, que procurava desmonopolizar e democratizar o mercado de meios audiovisuais argentino, nunca pôde ser totalmente aplicada por entraves judiciais interpostos pelo grupo Clarín e em 2016, nos primeiros dias do seu governo, foi revogada por decreto pelo presidente Macri.

⁶³ A recorrência das suas férias converteu o Macri no presidente que mais descansos fez durante seu governo. Acumulando 146 dias, mais de um mês por ano. Disponível em: viapais.com.ar/argentina/1383483-durante-su-presidencia-mauricio-macri-se-tomo-146-dias-de-vacaciones/ acesso em 18/09/2021

⁶⁴ Disponível em: www.cronista.com/economiapolitica/Cuanto-cobrarán-de-sueldo-Macri-y-todos-sus-funcionarios-en-2019-tras-la-suba-del-25-20181230-0009.html Acesso em: 8 abr. 2019.

Para Giordano (2017) que extrai os valores mobilizados pelo PRO partindo do livro escrito pelos intelectuais de direita Jaime Durán Barba e Santiago Nieto – que foram assessores e participaram do desenvolvimento do PRO desde os seus primeiros dias a autora sustenta que as políticas do governo PRO, tanto na prefeitura da Cidade de Buenos Aires quanto no governo nacional, seguem os delineamentos do livro (*Mujer, sexualidad, internet y política*). Nele são expressas as experiências dos “autores (sua intenção subjetiva e objetiva) de um projeto de massificação de certos valores e significados que se associam à cultura neoliberal”. Entre os quais elenca o “[...] individualismo, *exitismo* pessoal, pragmatismo, apoliticismo (falta de utopias), mentalidade mercantil, slogans aspiracionais” (GIORDANO, 2017, p. 171).

Para Giordano (2017), a leitura que Durán Barba e Nieto fazem dos intelectuais, atinge o limite de considerar efeitos negativos do ensino superior. Os intelectuais seriam uma contracapa dos “cidadãos comuns” identificados a partir de uma sequência simples: intelectuais-crítica-esquerda,

na história de muitos grupos “subversivos” latino-americanos achamos profissionais universitários frustrados pela sua falta de inserção no mercado laboral que ante a impossibilidade de melhorar seu mundo individual têm a fantasia de mudar de raiz a sociedade na qual vivem (DURÁN BARBA; NIETO, 2006, p. 56).

Giordano (2017) aponta para as duas figuras a partir das quais tem se operado a reposição dos valores da “direita liberal/conservadora: a das ciências sociais e a da intelectual” (GIORDANO, 2017, p. 166). Para Durán Barba e Nieto (2006), as pessoas comuns já não reconhecem os intelectuais como seres “superiores” e, portanto, os mesmos perderam poder (GIORDANO, 2017). O argumento do livro se resume em uma linha: “trata-se de um ataque às ciências sociais, aos intelectuais e ao pensamento crítico que é parte da estratégia da “arte de ganhar” eleições” (GIORDANO, 2017, p. 177). E conclui:

as palavras, os discursos, os programas, são coisas do pensamento atrasado e da velha política. No seu lugar é preciso colocar imagens, espetáculo, emoções. Estes são os valores da política e da cultura neoliberal: o individualismo e o apoliticismo (que implica que a política já não se orienta mais por utopias – o que supõe o longo prazo) mas que é simplesmente um “jogo” (contingente). Assim o entende também o seu discípulo (de Durán Barba) Rozitchner, quando aponta que tem que se depor o pensamento crítico: “Isto o necessita tanto nosso jogo político quanto nosso jogo individual” (ROZITCHNER, 2012, p. 82 *apud* GIORDANO, 2017, p. 178).

3.3 NO BRASIL

Considerando a referida fragilidade do sistema de partidos brasileiro e a baixa representação que os mesmos têm - exemplificada no fato de Bolsonaro ter abandonado o PSL antes de completar um ano na presidência em 2019, e somente 22 meses após sua filiação ao mesmo. Para a caracterização da direita brasileira, aproveito a guia do trabalho de Miguel (2018) que aponta que a mesma se expressa em três formas fundamentais: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e o anticomunismo reciclado. A mais importante delas é para Motta (2019), o anticomunismo tanto pela sua persistência histórica quanto pela sua capacidade de aglutinar diversos setores da direita e de enquadrar diversos setores da esquerda como inimigos (inclusos os não comunistas).

Apesar destas diversas faces, para Miguel (2018) a direita brasileira tem conseguido se unir, de maneira fundamentalmente pragmática, em prol da derrota de um inimigo comum. Para ele, a ideologia libertariana é aquela descendente da escola “econômica austríaca” a qual defende o menor Estado possível e afirma que qualquer efeito do mercado é justo por definição, independentemente do que pareça. Em contrapartida, a intervenção do Estado, por limitar a “liberdade” do mercado, produz efeitos subótimos ou negativos. Esta vertente reduz todos os direitos ao direito de liberdade, retomando o confronto entre liberdade e igualdade e entendendo que esforços por aumentar a igualdade prejudicam a liberdade. Politicamente, estes grupos pressionam o Estado para limitar as suas capacidades regulatórias. E embora a doutrina original colocasse a autonomia individual como valor central, tanto no Brasil quanto em outras regiões, a defesa de pautas como a liberdade sexual, consumo de drogas, direitos reprodutivos, aparece muito mais nos textos dogmáticos do que na ação política dos simpatizantes da doutrina (MIGUEL, 2018). De fato, sua aliança com os setores religiosos converte a defesa da “família tradicional” num dos seus pilares para o enfraquecimento do Estado nas suas tarefas de proteção social.

O fundamentalismo religioso, por outro lado, começou a ganhar força no Brasil a partir da década de 1990 (embora as ditaduras tivessem uma base extremamente religiosa), com o investimento das igrejas neopentecostais em prol da eleição de seus pastores. Este grupo de parlamentares é normalmente reconhecido com o nome de “bancada evangélica”, mas, para Miguel (2018), a denominação ignora as diferenças entre as denominações protestantes, invisibiliza o setor minoritário (mas não inexistente) de evangélicos progressistas, e deixa de lado a importante presença do setor mais conservador da igreja católica no Congresso (que não são necessariamente sacerdotes). A posição destes

parlamentares está definida pela ideia de verdade revelada que anula a possibilidade do debate. Encontram-se ativos principalmente na “agenda moral”, relacionada à oposição ao direito do aborto e das políticas de combate à homofobia.

Finalmente, o anticomunismo reciclado usa a ameaça do bolivarianismo venezuelano para sustentar sua posição. Esta vertente aponta no Partido dos Trabalhadores (PT) o ressurgimento da ameaça comunista no Brasil e sobrepõe um com o outro. Neste ponto, acontece uma fusão do anticomunismo com o reacionarismo moral que remete a uma leitura de Gramsci, e recebe o nome de “marxismo cultural”. Conforme esta visão, o objetivo da derrubada do capitalismo e da “civilização ocidental” parte da dissolução da moral sexual convencional para debilitar a família tradicional, já que “a família é a *cellula mater* da sociedade” e destruí-la faria cair o edifício da sociedade. Partindo deste raciocínio, é sustentada a oposição dos parlamentares às iniciativas que procuram diminuir as desigualdades de gênero atacando simultaneamente a “ideologia de gênero”, o que vira nas redes sociais uma denúncia contra a formação da “ditadura comunista gay” (MIGUEL, 2018; CARAPANÃ, 2018).

Essas novas posições têm adquirido espaços nos meios de comunicação tradicionais e têm incorporado satisfatoriamente o uso das “novas” tecnologias, conforme aponta Miguel (2018). No debate pela redução da maioria penal, o discurso contrário aos direitos humanos por “defenderem bandidos” e aos programas sociais, por estimularem a preguiça e falta de esforço, saíram das margens da política e começaram a ser expressos abertamente. Juntamente com isto, o discurso meritocrático e do empreendedorismo começou a se expandir nas classes médias. Este se refletiu numa parte da igreja, que abandonou o registro da caridade em favor da “teologia da prosperidade”, em que a fé vira um investimento a ser retribuído por Deus, em forma de vantagens materiais. O combate ativo do Estado contra as desigualdades, a democracia e os direitos humanos deixaram de ser valores centrais e inquestionáveis.

Mas o sucesso destes argumentos desigualitários paradoxalmente é explicado por Miguel (2018), pelo sucesso das políticas igualitárias. Para ele, a redução da distância social entre as classes médias e as baixas, mesmo que muito marginal, incomodou as primeiras, pondo em risco tanto a sua distinção social quanto adquirindo efeitos materiais. Neste sentido, a melhoria na situação econômica das classes baixas começou a tornar escassa a mão de obra barata normalmente adquirida pelas classes médias (por exemplo, no serviço de limpeza doméstica). Numa melhor situação, as classes baixas encontraram-se em condições de rejeitar condições ruins ou de salários baixos.

Outra das perdas simbólicas está relacionada com a expansão do ensino superior e os programas de financiamento estatais.⁶⁵ Diferentemente do caso argentino onde o ingresso nas principais universidades do país é fundamentalmente livre e não condicionado e embora em ambos os contextos o ensino seja gratuito para a população, o sistema de ingressos brasileiro conta com barreiras muito altas (vestibular e poucas vagas) que faz com que tradicionalmente quem pode aceder ao ensino superior de qualidade, seja sempre pertencente às classes médias e altas.⁶⁶

Para Miguel (2016), estas perdas materiais e simbólicas contribuíram no estabelecimento da corrupção e numa narrativa da “decadência moral” como problemas públicos, atrelado à identificação do PT como único responsável dos desvios éticos da política brasileira. E isso foi cristalizado nas manifestações pelo *impeachment* de 2015 e 2016, onde, para o autor, emergiu um discurso contrário à solidariedade social que permitiu que grande parte das classes médias assumisse seu desconforto pela redução da distância que as separava dos pobres, percebendo-se uma forte rejeição ao programa Bolsa Família⁶⁷ e à incorporação de cotas raciais nas universidades.

Miguel (2018) conclui que a mobilização política do desconforto com a igualdade dependeu de um trabalho anterior de demolição da noção da solidariedade social que caracterizou o Brasil (pelo menos da “boca pra fora”) desde o retorno da democracia e que essa tem sido a grande tarefa da direita nos últimos tempos. Este “da boca pra fora” apontado por Miguel (2018) permite problematizar a própria existência dessa solidariedade social e pensá-la simplesmente no sentido do trabalho de Noelle-Neumann (1995) como um silenciamento, produto de certas relações de força que esperou o momento de ser liberado, esta dinâmica é similar também à descrita por Inglehart e Norris (2019) ou Madeira e Quadros (2018).

Madeira e Quadros (2018) apontam para um efeito produzido (também existente e ainda vigorando na Argentina) após a ditadura militar que é chamado de “direita envergonhada”. A ideia é de que a direita liberal ficou colada com a última ditadura no Brasil e que isso teve por efeito diminuir o autorreconhecimento dos parlamentares dentro deste espaço ideológico. Mas o recente ressurgimento das direitas tem demandado algumas

⁶⁵ O filme brasileiro *Que horas ela volta* (2015) exemplifica excepcionalmente esta situação.

⁶⁶ A concepção socialmente compartilhada, e empiricamente constatada, da necessidade de frequentar custosos cursos preparatórios (pré-vestibulares) para conseguir acessar as vagas mais disputadas explica por que as mesmas acabam sendo propriedade exclusiva daqueles que não precisam trabalhar para pagar os cursos e se dedicar ao estudo.

⁶⁷ O Bolsa Família foi um programa de transferência direta de renda condicionada ao cumprimento de algumas pautas (como vacinação das crianças e frequência escolar), vigente entre 2003 e 2021, criado durante o primeiro governo do Lula e extinguido por Bolsonaro.

explicações para o fenômeno, como a renovação geracional apontada como principal variável para o abandono da vergonha por Power e Zucco Jr. (2009). A hipótese de Madeira e Quadros (2018) é que a variável geracional não consegue dar conta sozinha do fenômeno e outras três devem ser adicionadas: em primeiro lugar, a sucessiva vitória do Partido dos Trabalhadores (PT) em quatro eleições presidenciais que, como aponta Solano (2018) faz com que o PT vire um elemento constituinte do sistema, a norma, e não a renovação; em segundo lugar, algumas propostas dos governos Lula e Rousseff produziram rechaço de alguns grupos sociais, de forma que abriu-se a possibilidade de emergência de representação para um eleitorado antipetista, e; em terceiro lugar, a crise decorrente da Operação Lava-Jato, que fortaleceu a participação popular nas manifestações durante o governo Rousseff.

Sobre os parlamentares evangélicos, Madeira e Quadros (2018), apontam para uma representação linear com valores dos eleitores, já que a conversão dos pastores em parlamentares esteve vinculada à popularização do lema “irmão vota em irmão” (MADEIRA, QUADROS, 2018, p. 494). A agenda destes grupos visava “assegurar a preservação de interesses doutrinários relacionados à moral e aos costumes” (p. 494), dando especial atenção à proibição do aborto (e procurando recrudescer as leis para os casos nos quais já é permitido), da união civil entre homossexuais, e lutando pela concessão de emissoras de comunicação para as igrejas, assim como os projetos em prol de isenções fiscais para elas.

Além dos conservadores religiosos, Madeira e Quadros (2018) identificam outro grupo importante de parlamentares na direita brasileira: aquele que constitui a chamada “bancada da bala”, os que estão interessados principalmente em questões de segurança; pretendem dar maior proteção aos policiais, facilitar o porte de armas pelos civis e reduzir a maioria penal. Os autores concluem que o autorreconhecimento da nova direita e o abandono da velha “vergonha” nos posicionamentos dos parlamentares no Brasil (analisando os discursos dos mesmos entre 2010 e 2017) foi impulsionado não pela reivindicação do liberalismo econômico, certamente existente nestes parlamentares, mas pelo conservadorismo moral e apelos à repressão da criminalidade, seja na sua face religiosa ou laica, que os mesmos identificam vinculadas com a frente parlamentar evangélica e a bancada da bala, respectivamente. Embora os autores coloquem alguns parlamentares no lado da direita laica/bancada da bala, como é o caso dos parlamentares do antigo PSC e do próprio Jair Bolsonaro (na época deputado), percebe-se que as categorias são fluídas e que ambas as vertentes da direita costumam colaborar e compartilhar os posicionamentos uma da outra.

Gatto e Power (2016), confeccionando um perfil sobre os valores dos parlamentares brasileiros em 2013, partindo da classificação de Inglehart (1977), encontram que, embora os níveis de educação e riqueza dos parlamentares os coloquem dentro do grupo que a teoria aponta como mais pós-materialistas e eles de fato sejam mais pós-materialistas que o conjunto da população (considerada a partir do WVS) apontam que “os legisladores brasileiros são na verdade (*actually*) menos pós-materiais do que seu extremamente alto nível educacional nos levaria acreditar” (GATTO; POWER, 2016, p. 46). Ao mesmo tempo, apontam que as parlamentares mulheres tendem a se identificar em maiores níveis com o pós-materialismo que os seus colegas homens.

Especificamente falando de decisões políticas, os trabalhos de Rafael Madeira e Gabriela da Silva Tarouco (2011; 2013a; 2013b) partem do *Manifesto Research Group* (MRG)⁶⁸ adaptando suas questões ao cenário brasileiro, para dar luz sobre o tipo de questões substantivas que a direita apoia ou qual se opõe no país. Por exemplo, originalmente, o MRG inclui entre os elementos próprios da esquerda a defesa do internacionalismo, e a procura da paz entre os países, enquanto que entre os elementos da direita encontra-se a defesa do constitucionalismo, as liberdades e os direitos humanos. Como comentado até aqui, algumas das questões colocadas no MRG são contraditórias com a realidade brasileira, o que fez necessário adaptar seus critérios. Nesse sentido, Madeira e Tarouco (2013a) apontam que o posicionamento de direita no contexto brasileiro é indicado pelas menções positivas às forças armadas, à livre iniciativa, pela ortodoxia econômica e a limitação do *Welfare State* e pelas referências favoráveis à classe média e a grupos profissionais. É importante também considerar as referências à iniciativa pessoal, quer dizer, o empreendedorismo e a negação das desigualdades raciais.

Escritos no auge dos governos de esquerda, os trabalhos de Madeira e Tarouco (2011; 2013b) argumentam que a história recente dos golpes militares no Brasil tem influenciado a aderência (ao menos no discurso) de todos os atores políticos com a democracia. Porém, alguns fatos mais atuais tencionam esta visão; por exemplo, a reivindicação do golpe militar de 1964,⁶⁹ pelo atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Como comentado acima, em trabalho mais atual, Madeira e Quadros (2018), reconhecem que o fim da “direita envergonhada” pode estar influenciando o ressurgimento de posições mais extremas.

⁶⁸ É um programa criado em 1979 pelo *European Consortium for Political Research* que constituiu um banco de dados permanentemente atualizado. Este banco de dados coleta os manifestos de distintos partidos políticos europeus categorizando-os em relação a distintas dimensões.

⁶⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-determina-que-militares-celebrem-golpe-de-64-23549592> Acesso em: 22 jun. 2019.

É interessante destacar também que, analisando os programas partidários dos partidos mais importantes do Brasil desde a redemocratização, Madeira e Tarouco (2013a) encontraram que todos se moveram das suas posições iniciais para posições mais conservadoras e de direita (econômica), quer dizer, da esquerda para a direita.

Embora exceda o marco temporal desta pesquisa é interessante lembrar o trabalho de Goldstein (2020a) onde analisa a trajetória das principais lideranças da frente parlamentar evangélica durante os primeiros anos do governo Bolsonaro. Inicialmente percebe que, embora estes grupos sejam fundamentais na estrutura de poder do governo a sua influência no poder político não é uma novidade, tendo sido muito relevantes já desde a redemocratização, a ponto de condicionar as políticas de saúde sexual e diversidade nos governos do PT (PEREIRA, 2018). Ao mesmo tempo, analisando o percurso destas lideranças, Goldstein (2020a) encontra que, desde a ruptura da bancada evangélica com o governo da Dilma Rousseff, por exemplo, Pastor Everaldo tem apresentado um discurso muito próximo ao discurso de Bolsonaro, defendendo a família tradicional (homem e mulher), pregando pela privatização generalizada, equiparando a corrupção com o PT, afirmando que o Estado é muito grande e que deveria ser diminuído os ministérios. Sobre outra destas lideranças, destaca Goldstein (2020a), Hidekazu Takayama, prega pelo combate contra a “ideologia de gênero” e as drogas, a definição do Brasil como país cristão e a defesa da família tradicional, elementos também muito presentes no discurso de Bolsonaro.

Como veremos nas próximas seções as conclusões de Goldstein (2020b) são consistentes com meus próprios achados de campo, entanto destaca a preocupação pela segurança vinculada à exceção da responsabilidade dos policiais, a ligação entre o PT e a criminalidade, a recuperação dos valores tradicionais, a valorização do respeito à autoridade e à disciplina (a partir da escola). Difundindo uma visão moralista que apontava que o *cidadão de bem* e os policiais estavam à mercê dos criminosos protegidos pelo Estado. Para Goldstein (2020b) “o atentado permitiu Bolsonaro de fortalecer a sua narrativa antipartidária e polarizadora com o PT, ao tempo que se viu isento de ataques frontais por parte de outros candidatos e conseguiu evitar participar dos debates na mídia pela sua condição de “vítima” (2020b, p. 254-255).

Olhando para o crescimento de Bolsonaro dentro do polo antipetista a partir de enquetes feitas em abril e setembro de 2018, Goldstein (2020b) afirma que

o candidato apostou pela polarização como forma de hegemonizar esse polo, o que ocorreu com sucesso. Isto lhe permitiu capitalizar ao conjunto do eleitorado anti-PT se colocando como a única opção distinta da política tradicional e a única viável para a derrota deste partido” (GOLDSTEIN, 2020b, p. 258).

Para Prego e Nikolakczuk (2020) no bolsonarismo convergiram os setores mais reacionários da política brasileira e cada um destes apoios se traduziu na distribuição das pastas do governo. Por um lado, a bancada ruralista, ou do boi, conseguiu a nomeação de Tereza Cristina Dias no ministério da Agricultura, com a capacidade de demarcar as reservas indígenas, (previamente função do ministério da Justiça). Por outro lado, a bancada evangélica, ou da bíblia, obteve a nomeação da pastora evangélica, Damares Alves no ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Do lado dos *think tanks*, o Instituto Millenium conseguiu colocar um dos seus economistas liberais, Paulo Guedes, à cabeça desta pasta.

3.4 PARTINDO PARA A ANÁLISE

Em síntese, a partir do levantamento feito até aqui, entendo que a direita argentina se expressa principalmente dentro dos limites da construção partidária do PRO, enquanto a direita brasileira o faz a partir de agrupamentos ideológicos menos formalizados (e uma vez eleitos, nas “bancadas”). É preciso notar que estas construções político-ideológicas, não estão limitadas aos casos em análise, mas que confluíram neles no momento das eleições e certamente encontrarão novas vias de expressão no futuro.

Além das estruturas que contêm as direitas em cada país é necessário destacar que a direita argentina expressa uma religiosidade não determinada, vinculada às “novas espiritualidades”, uma desconexão com a história nacional contida na ideia de “olhar pra frente”, e com as ideologias, expressa na ideia de uma abordagem técnica dos problemas, e um foco na meritocracia através do empreendedorismo e da ideia – quase espiritual – de que o esforço e o trabalho duro são suficientes para obter resultados economicamente positivos (sem considerar as condições sociais, distribuição de renda, e oportunidades de emprego reais). Já no Brasil a direita dialoga permanentemente com a (sua) visão e versão da história promovendo a necessidade de se manter ativa diante dos perigos do comunismo, mobilizados por uma visão religiosa tradicional (cristão e evangélica).

Para a continuação desta tese, é importante considerar esta diferença ao analisar ambos os casos, pois a construção das lideranças e das alianças possíveis em cada caso está relacionada com esta estrutura política e legal de cada país. Ao mesmo tempo é interessante notar a centralidade (ou falta dela) de alguns elementos ideológicos relevantes na construção dos discursos eleitorais, principalmente em relação ao anticomunismo, à religiosidade e aos direitos humanos.

Diante do exposto, é possível avançar, no próximo capítulo, na construção de um marco teórico analítico baseado nas pesquisas de Cas Mudde sobre os partidos e movimentos populistas radicais de direita na Europa e nos Estados Unidos. Posteriormente, no capítulo 6, o dito marco teórico analítico será colocado à prova ao se considerar os materiais empíricos coletados para análise de cada caso.

4 MARCO TEÓRICO ANALÍTICO

Tendo já definido os conceitos basilares deste trabalho, agora pode ser feita a construção do marco teórico da tese. O mesmo foi construído a partir dos trabalhos do politólogo holandês Cas Mudde, que por quase 30 anos tem trabalhado em torno do conceito de Partidos Populistas Radicais de Direita (*Populist Radical Right Parties*).

Mudde, além de ser referência para a maioria dos autores nesta área de pesquisa (RYDGREN, 2007; CAIANI, 2018; MUIS; IMMERZEEL, 2017; EATWELL, 2004; NOAM; HALL, 2017), tem levado adiante pesquisas tanto na Europa, onde começou a sua carreira, quanto nos Estados Unidos onde leciona desde o ano de 2008.

Além do seu trabalho do ano 2000 (*The Ideology of the Extreme Right*) tem publicado trabalhos sobre os radicalismos de direita na Europa (2007) e nos Estados Unidos (2018a) assim como uma recente atualização do seu trabalho original (2019) entre outros trabalhos sobre a temática.

No decorrer da exposição do seu trabalho ficará nítido porque se faz preferível partir dos posicionamentos das ultradireitas para entender e conceituar as direitas hoje, inclusas as direitas moderadas. Essa caracterização será utilizada para contrapor com os casos da Argentina e Brasil.

4.1 OS PARTIDOS POPULISTAS RADICAIS DE DIREITA

Mudde inicia o seu trabalho de 2007 pela definição dos seus conceitos, pois percebe que no campo de estudos sobre as ultradireitas convivem diversas definições que muitas vezes são conflitantes ou expressam realidades diversas e que, para alguém com o intuito de realizar estudos comparativos, dificulta o trabalho. Diante o uso estendido de termos como: extrema direita, ultradireitas, direita radical, populismo de direita, populismo nacional, neopopulismo, populismo excludente, populismo xenofóbico, nativismo, racismo, tribalismo reacionário, post-fascismo, entre outros (MUDDE, 2007, p. 11).

Ao estudar as ultradireitas, Mudde identifica dois grupos principais, a extrema direita e a direita radical, diferenciadas principalmente pelo seu posicionamento diante da democracia (MUDDE, 2007, 2018a). Os extremistas se opõem à democracia e acreditam que as pessoas não devem escolher seus líderes, neste grupo se encontram tanto os teocráticos (governo de deus, seus representantes ou suas leis) quanto os aristocráticos (governo de uma classe social privilegiada, normalmente os nobres e a monarquia), mas o grupo mais importante atualmente

são os fascistas (dentro dos quais destaca o nazismo), que acreditam no governo de um líder específico imbuído de qualidades únicas e extraordinárias. Nestes regimes considera-se que há algumas pessoas dotadas naturalmente de qualidades especiais de liderança e que pelo bem da nação devem cumprir esse papel, mesmo sem o apoio da população. Enquanto os radicais de direita aceitam formalmente a democracia, mas contestam alguns dos seus valores fundamentais, como os direitos das minorias e o pluralismo. Olhando para este segundo grupo, Mudde desenvolve e defende o uso do conceito de Partidos Populistas Radicais de Direita (PPRD).

Para desenvolver este conceito, Mudde, parte da ideia de que todas as ideologias possuem um centro duro conceitual (FREEDEN, 1996), quer dizer, um conjunto específico de elementos que definem seu pertencimento a determinada categoria e um conjunto secundário de elementos que podem mudar sem alterar o dito pertencimento. Nesta lógica, “classe” seria para o marxismo o centro duro conceitual, como “gênero” seria para o feminismo ou “liberdade” para o liberalismo. Os outros elementos de cada ideologia se adicionam e aderem a esse núcleo central dependendo de diversos contextos e são influenciados por eles.

Para Mudde “a direita populista radical compartilha uma ideologia central que combina (pelo menos) três características: nativismo, autoritarismo e populismo” (MUDDE, 2017, p. 25). A principal destas características essenciais, no caso dos PPRD é o nativismo entendida como uma forma de nacionalismo xenófobo. Mudde, entende o nacionalismo à maneira de Ernest Gellner (1983) e Eric Hobsbawm (1990), como uma doutrina política antes que uma atitude; uma doutrina que aponta para a congruência entre a unidade cultural e política, da Nação e do Estado. Esta ideologia que sustenta que o Estado deveria ser habitado somente por membros do grupo nativo (a nação), e que os não nativos, sejam pessoas ou ideias, são fundamentalmente uma ameaça para a nação homogênea. Os slogans mais comuns são do tipo “Alemanha para os alemães” (MUDDE, 2018a), cujo objetivo é atingir um Estado monocultural.

Essa homogeneização interna como o trabalho de Koen Koch (1991) assinala pode ser atingida através de várias (e uma combinação de) estratégias como o separatismo, o assimilacionismo, a expulsão e em última instância o genocídio. Embora o conceito apareça em todas as ideias de Estados Nacionais, na prática dos PPRD aparece como um nacionalismo étnico-estatal (WIMMER, 2002). De fato, como apontará Mudde (2007), um dos maiores perigos do discurso das direitas radicais é que elas não trazem para a política questões novas ou alheias do discurso público, mas radicalizam as problemáticas e soluções existentes.

Em soma, Mudde entende por nativismo aquela ideologia que sustenta que os Estados devem ser habitados exclusivamente por membros dos grupos nativos (a nação) e que os elementos não nativos (*aliens*) – pessoas e ideias – são fundamentalmente ameaçadores da homogeneidade do Estado-nação (MUDDE, 2007). As bases do nativismo podem ser de natureza étnica, racial, ou religiosa, mas a questão cultural sempre está presente e pode se expressar, mas não necessariamente, através de argumentos racistas (como o supremacismo branco).⁷⁰

O autoritarismo é entendido por Mudde (2007) como a operacionalização da ideia de “personalidade autoritária” de Adorno *et al.* (2019); a predisposição geral para glorificar e servir acriticamente uma figura de autoridade no grupo interno e de possuir uma atitude punidora das figuras externas ao grupo em nome de uma autoridade moral. É a crença numa sociedade estritamente organizada onde infringir as regras determinadas pelas autoridades deve ser punido, severamente. Para os autoritários quase todos os “problemas” sociais, incluso o vício com as drogas, ou os “desvios” sexuais são considerados questões de lei e ordem. Estas questões somente podem ser “resolvidas” com uma aproximação positivista – incrementando penas e diminuindo direitos – e, prevenidas com um forte investimento na educação “moral”, “tradicional” e com maior disciplina nas escolas (MUDDE, 2017). A defesa da lei e da ordem, repressão e controle social entram nesta categoria junto com a tendência de achar que a resolução pode ser alcançada através do policiamento e do controle social.

Finalmente o populismo é entendido por Mudde (2007; 2019a), como uma ideologia “fina” (*thin*) que deve se combinar com outros elementos (neste caso, fundamentalmente o nativismo) e que considera que a sociedade está dívida entre as “pessoas puras” e a “elite corrupta” e que, a política deve refletir a vontade geral. Para isto as constituições, leis e direitos humanos devem ser considerados em segundo lugar. Ao mesmo tempo, os partidos ou

⁷⁰ Outros formatos adquiridos pela delimitação dos grupos internos e externos estão relacionados com questões, superficialmente, não raciais. Como a “defesa das mulheres” mobilizada pelos grupos anti-islâmicos. A questão é que o pertencimento à religião muçulmana se vincula com características fenotípicas tensionando a noção de que a linha divisória não seja fundamentalmente racial. Inclusive nos casos estudados por Mudde, surge a pergunta sobre o rechaço da imigração realmente estar motivado por um nacionalismo xenófobo (nativismo) ou ser somente uma forma de racismo, desde que os imigrantes não são efetivamente rechaçados no seu conjunto. Imigrantes de outras nações da Europa e norte-americanos, não são referidos como alvos desta retórica, ao passo que os imigrantes islâmicos e africanos aparecem no topo da lista. Inclusive em algumas vertentes do radicalismo europeu fala-se na identidade/cidadania europeia como o grupo interno. Mudde reconhece estas contradições quando aponta que “a República Tcheca, como alguns outros países da CEE, possui centenas de milhares de imigrantes não muçulmanos, mais notavelmente da Ucrânia, cuja presença é raramente, ou nunca, politizada” (2019b, p. 29).

movimentos que se utilizam de uma retórica populista se colocam como os únicos capazes de interpretar e refletir na esfera pública os desejos do povo.

Sinteticamente para pensar a ideia de radicalismo e direita, Mudde (2007) incorpora nos seus objetos de estudo as definições descritas acima. O conceito de radical é usado como oposição aos valores fundamentais da democracia liberal, no que se refere à defesa dos direitos das minorias e o pluralismo, mas não como oposição à democracia, enquanto a caracterização de direita parte da crença numa ordem natural desigual e não modificável, através da definição de Bobbio (2012).

Para fins de clareza conceitual Mudde (2007) chama a atenção para a distinção dos PPRD com outros grupos com os quais muitas vezes são confundidos, principalmente, os partidos conservadores. Esta definição também é complexa, pois enquanto os conservadores procuram manter *o status quo* atual, o populista “vem para modificar” a situação presente. Contudo o populismo *per se* não possui uma orientação determinada e as análises que apontam nesse sentido tendem esquecer boa parte dos casos existentes. Quiçá o maior problema que enfrentam todas estas definições bem delimitadas é que a realidade não somente não as respeita, mas muda permanentemente, fazendo com que os partidos ou grupos possam se comportar como conservadores em um momento e reacionários – *status quo ante* - no seguinte (por exemplo, antes e após a aprovação da interrupção da gravidez na Argentina em 2020) e passar da moderação ao radicalismo.

Os conservadores mesmo estando muito próximos dos PPRD possuem algumas características um pouco distintas. Para Mudde (2007) a literatura das Ciências políticas define os conservadores através do autoritarismo, tradicionalismo, religiosidade e nacionalismo (entendido melhor como patriotismo/lealdade com a nação), o que deixa de fora o nativismo característico dos PPRD e inclui os elementos de tradicionalismo e religiosidade que podem ou não estar presentes nestes. Na quarta onda dos movimentos radicais de direita (MUDDE, 2019b), que será discutida mais à frente, a religiosidade começa jogar um papel mais importante, mas ainda subsidiário do nativismo. Aqui a religiosidade judaica-cristã começa se valorizar à frente do Islã tido como ameaça, quer dizer como cultura alienígena que pode substituir a nossa (MUDDE, 2019a).

Por outra parte a distinção com os partidos liberais ou neoliberais parte da primazia que a economia tem para estes, enquanto nos PPRD é uma dimensão secundária. As propostas econômicas são expressas através do nativismo, o que lhes permite desenvolver um “Estado de bem-estar chauvinista” e políticas de proteção social somente para os membros da nação. Outro dos grupos normalmente confundido com os PPRD são os grupos regionalistas, mas a

diferença central entre eles é que os PPRD são um tipo específico de nacionalistas que não aceitam a Constituição de um Estado Multicultural, o que não está presente nos regionalistas que desejam simplesmente incrementar a autonomia e o poder político da região. A *Lega Nord* na Itália, por exemplo, surgiu como uma coalizão de grupos regionalistas e cresceu até se converter em um partido nacional da direita radical (MUDDE, 2007). Atualmente denominam-se *lega*.

No caso de Bolsonaro, especificamente, o Partido Social Liberal (PSL) não possui nenhuma importância, e constitui somente um instrumento para superar o empecilho da burocracia necessária para a sua candidatura. Tanto é assim que antes de se filiar ao mesmo, Bolsonaro foi membro de 8 partidos e pouco tempo após o início do seu governo abdicou deste e propôs a criação de um novo partido,⁷¹ que sem a aprovação deste para as eleições de 2022, em novembro de 2021, Bolsonaro filiou-se ao Partido Liberal. Junto com a tradição personalista da política brasileira, a debilidade e atomização partidária histórica apontam para a necessidade de uma abordagem distinta. De forma similar, a frente partidária que levou ao ex-presidente argentino, Mauricio Macri, ao poder foi criada no momento das eleições a partir de agrupações políticas sem muita história comum (PRO, ARI) e parte de um dos partidos tradicionais argentinos (UCR⁷²). O próprio PRO, partido de Macri, possui uma história curta iniciando-se na política em 2003, e atingindo a prefeitura de Buenos Aires em 2007. Nas eleições de 2021, a Aliança *Juntos por el Cambio* (*Cambiamos*), após a derrota eleitoral de 2019 decidiu se renomear somente *Juntos*.

4.1.1 Os inimigos das direitas radicais

A partir da definição da lógica discursiva do populismo, os PPRD devem construir dois grupos contrapostos, as “pessoas puras” e a “elite corrupta”, quer dizer um *nós* ou grupo interno e um *eles* ou grupo externo. Para construir a identidade do grupo interno, precisa-se da delimitação das fronteiras com os outros grupos, por tanto, a criação dos outros. Mesmo que isto seja necessário para a criação de grupos no geral, o modo em que os populistas o fazem tem as suas particularidades. Eles constroem uma divisão entre os “bons” e os “maus”, maniqueísta, taxativa e moral; o inimigo é demonizado. E conseqüentemente a definição do

⁷¹ O partido Aliança pelo Brasil até o momento não foi oficializado no STE.

⁷² A UCR sigla pela qual se conhece a Union Cívica Radical é um dos partidos históricos da Argentina, junto com o Partido Justicialista (peronista) e, como este possui diversas fragmentações e grupos. Mas ainda oferece uma das estruturas nacionais mais desenvolvidas, embora a crise de 2001, protagonizada por um presidente radical, Fernando De La Rúa, tenha enfraquecido as possibilidades eleitorais do partido desde então.

grupo interno é efeito da definição do grupo externo. Especificam-se as características rechaçadas dos “outros”, mas o *nós* permanece difuso e vago. O que lhes permite como aponta Casullo (2019), a redefinição constante das fronteiras e a inclusão/exclusão de diversos grupos⁷³. Se *eles* são tudo de ruim, *nós* tudo de bom”.

Para Mudde (2007) a maioria dos trabalhos focam somente em um destes “outros” (inimigos), os imigrantes, que mesmo sendo o mais importante (RYDGREN, 2007) para os PPRD europeus e norte-americanos, não é o único. Para os populistas da direita radical (PDR) duas categorias são fundamentais em termos da construção da identidade política; a Nação e o Estado; já que estas definem em larga escala quem é e quem não é nativo. E a posição do inimigo, se este está dentro ou fora (da Nação e do Estado) A partir destes dois eixos, Mudde (2007) reconhece quatro tipos puros de inimigos possíveis:

Quadro 4 - Os quatro inimigos dos PPRD

		Nação	
		Dentro	Fora
Estado	Dentro	1. Aqueles tanto Dentro da Nação e Dentro do Estado	2. Aqueles Fora da Nação mas Dentro do Estado
	Fora	3. Aqueles Dentro da Nação, mas Fora do Estado	4. Aqueles Fora da Nação e Fora do Estado

Fonte: Elaborado pelo autor (2022) a partir de Mudde 2007.

Dentro de cada categoria, diferentes grupos de inimigos são identificados e temidos sobre a base de algumas características. Os grupos externos, assim como os internos, são construções sociais “imaginadas” (ANDERSON, 2008) e enquanto, podem referir a grupos realmente existentes (por exemplo, os muçulmanos) aos quais lhes são referidas características estereotipadas, podem existir indivíduos nos grupos que por critérios subjetivos não sejam inclusos na categoria de “inimigo” (MUDDE, 2007).

A divisão entre amigos e inimigos acontece na base ideologia central dos PPRD, o nativismo, o populismo e o autoritarismo. Embora a atenção esteja principalmente nos inimigos dentro do Estado, mas fora da nação (imigrantes), pela força do nativismo, a maior ameaça sempre está dentro do Estado e da Nação (as elites corruptas, traidoras), pela força do populismo. Na sua propaganda os inimigos estão bem mais presentes que os amigos. Aceitando a definição de Carl Schmitt (2008) de política, como a distinção entre amigos e inimigos “os Partidos Populistas Radicais de Direita são quintessencialmente políticos” (MUDDE, 2007, p. 89).

⁷³ Como veremos mais adiante, pode acontecer a inclusão dos homossexuais e das mulheres no grupo interno de muitos dos discursos dos PPRD europeus, embora estes grupos sejam majoritariamente “inimigos”.

4.1.1.1 Dentro do Estado e dentro da Nação

Esta categoria parte de dois dos três elementos dos PRD, Nativismo e Populismo. O inimigo-chave de todos estes grupos é a “elite”, uma entidade vaga e difusa de atores políticos, econômicos e culturais. Estes atores são criticados por serem traidores da nação e corruptores das pessoas (puras). Estes traidores que normalmente procuram se beneficiar, inclusive aliados de potências e forças estrangeiras, também são vinculados com a imigração. Para eles, as elites políticas são as responsáveis pelas “massivas” ondas imigratórias, às quais são vistas como uma conspiração das esquerdas junto com os sindicatos e os grandes empresários, para tomar conta dos trabalhos (com mão de obra barata) e incrementar as suas bases de apoio (eleitorais). O argumento também aponta a uma discriminação dos nativos para favorecer os imigrantes.

Para Mudde (2007), virtualmente todos os PRD acusam as elites de serem de esquerda ou progressistas, e enquanto na Europa ocidental isto se reflete na “nova esquerda” de 1968, na Europa do Leste está vinculado com o comunismo. Muitas vezes as elites culturais e midiáticas são incluídas também nesta categoria, como corruptoras. A mídia é representada como instrumento das elites políticas para combater contra o único grupo realmente “patriótico”, os próprios PRD. Para os PRD antisemitas, a mídia sempre é controlada pela conspiração judaica internacional.

Outras das categorias rejeitadas são os indivíduos desviantes das normas morais dos PRD, divididos em dois grupos: perversores e pervertidos. Em primeiro lugar encontram-se os desviantes sexuais (homossexuais), viciados, e os que se aproveitam das ajudas sociais injustamente. Interessante notar que os PRD não são opositores natos das ajudas sociais, mas possuem um filtro específico para determinar quem merece ser ajudado pelo Estado, tipicamente alguém membro do grupo interno. A homofobia não é necessariamente um traço destes grupos, mas costuma ser bastante comum, principalmente nos países de tradição católica e ortodoxa, veiculado através de duas vias: os homossexuais, além de serem “uma anormalidade biológica e social” (Le Pen)” (MUDDE, 2007, p. 68) são rejeitados por constituírem uma ameaça à sobrevivência da nação. Homossexuais e pedófilos são colocados na mesma categoria atribuindo-lhes a dupla característica de pervertidos e perversores.

Os perversores são piores que os pervertidos, pois o seu acionar sobre os puros, inocentes e fracos, debilita a Nação. Nesta categoria encontramos normalmente as feministas, por difundir suas “distorcidas ideias de igualdade de gênero” e aos traficantes (seja de drogas duras ou brandas, fora o tabaco e o álcool). Os pró-ocidentais, em países do leste europeu

também entram nesta categoria. Do mesmo modo, os membros de outros partidos da direita radical são acusados de traidores e divisores do movimento realmente patriótico e inclusive alguns membros do próprio grupo podem ser acusados de infiltrados. Embora estas sejam as categorias menos numerosas e significativas.

4.1.1.2 Dentro do Estado, mas fora da Nação

Os inimigos clássicos nesta categoria são as minorias étnicas e imigrantes. Nas suas distintas versões, os imigrantes são considerados a causa e a explicação do crescimento da criminalidade, desemprego, terrorismo, violência urbana, violência sexual, etc. A centralidade desta questão é tão grande que alguns autores criaram a categoria de “partidos anti-imigrantes” (GIBSON, 2002; FENNEMA, 1997) embora para Mudde (2007, 2018a, 2019,) seja uma categorização errada.

No caso das minorias étnicas nacionais há três elementos que, na Europa, explicam, porque um grupo é identificado como inimigo dos PRD: 1) estar bem organizado e demandar direitos e proteção; 2) estar vinculado à maioria étnica de um Estado vizinho; 3) estar relacionado como grupo político da elite dominante. A principal acusação contra estas minorias é que elas não seriam leais ao Estado no qual vivem, mas constituiriam uma “quinta coluna” do Estado ao qual são ligadas. A mobilização destes atores normalmente é esquecida (MUDDE, 2007) pelos analistas, pois embora não defina as características da inimizade, faz o grupo atrair maior atenção dos PRD. Por exemplo, as comunidades chinesas não são normalmente foco dos ataques dos PRD, pois na maioria dos países não possuem atuação política ou demanda por proteção.

4.1.1.3 Fora do Estado, dentro da Nação

Esta categoria é pouco frequente. Está constituída por dois grupos principais; compatriotas que saíram do país e pessoas pertencentes à “família” que, usualmente, vivem em países vizinhos. O primeiro grupo costuma ser pequeno e normalmente é conformado por artistas, políticos e intelectuais que emigraram temporariamente (corruptos, esquerdistas, traidores). No segundo grupo encontram-se os membros da nação “forçados” a viver fora, e quando estes grupos são numerosos os PRD começam considerar os territórios vizinhos como da própria nação. Como veremos mais adiante, o entendimento de que há membros da nação que estão forçados a estar fora da pátria é uma definição que dá forma a importante parte da visão das relações internacionais dos PRD.

4.1.1.4 Fora do Estado, fora da Nação

Os PDR são normalmente desconfiados de tudo o que é externo. Particularmente dentro da sua nação. Para eles, o mundo é um lugar hostil e todos conspiram contra eles (e seu Estado). Isto inclui tanto nações vizinhas, quanto organizações internacionais como a ONU e a UE. As ideias que sustentam estas desconfianças vão desde as ameaças de perda de território até conspirações internacionais contra o Estado. Por exemplo, o reconhecimento dos húngaros fora da Hungria poderia despertar o medo do expansionismo húngaro nos PDR vizinhos (Romênia e Eslováquia). O expansionismo germânico por exemplo, dá o substrato para os PRD da Polônia e da República Tcheca. O temor de que a Alemanha dominaria, para além dos vizinhos, se manifesta no rechaço à União Europeia, para alguns PPRD os Estados Unidos e organismos como a ONU têm um papel similar. No entanto, neste grupo há também PPRD antirrusos que festejam a política exterior dos EUA (particularmente na guerra do Iraque).

4.1.2 A História dos radicalismos de direitas: as quatro ondas

Em algum momento poder-se-ia questionar por que caracterizar as direitas europeias e norte-americanas começando pelas direitas radicais? Ou a partir delas? A resposta a esta inquietação inicialmente intuitiva vem dos trabalhos do próprio Mudde (2019a; 2020)⁷⁴ onde coloca que na atualidade nos encontramos na quarta onda dos radicalismos de direita e que os mesmos, assim como as suas pautas, têm começado se normalizar e “*mainstreamizar*” fazendo com que as fronteiras com os partidos tradicionais ou “normais” da direita estejam se apagando. Em alguns lugares, o centro se moveu tanto que os radicais de direita são simplesmente “a direita”. As pautas socioeconômicas ou, na linguagem de Inglehart e Norris (2019), materiais, foram obscurecidas pela centralidade dada à mudança nas questões pós-materiais, nas quais os radicais de direita costumam ser fortes.

A partir de um artigo de 1985 de Klaus von Beyme, onde o autor distingue três ondas das ultradireitas no pós-guerra europeu, Mudde (2019a; 2020) constrói sobre esta categorização a noção de que estaríamos vivendo na quarta onda das ultradireitas. Assim, a primeira onda começou em 1945 e durou 10 anos, até 1955. Considerando que potencialmente todos os membros dos grupos radicais de direita foram colaboradores dos fascismos e que

⁷⁴ E outros pesquisadores focados nas direitas radicais como Cynthia Miller-Idriss (2018), Pirro (2015), Hilde Coffé (2018), Nonna Mayer (2018), Aristotle Kallis (2018), entre outros.

estes foram responsabilizados pelo sofrimento do conflito bélico, estes grupos foram universalmente rejeitados.

Os nacionalismos, particularmente em países como a Alemanha e Holanda foram especialmente rejeitados. A maioria destes colaboradores tentou se confundir com novo cenário, virando apolítico ou trabalhando nos partidos democráticos. Entre os que permaneceram leais às causas nazi-fascistas, considerados neonazistas, a organização lhes serviu para manter o orgulho de alguns dos seus heróis e mártires e ajudar as famílias dos colaboradores que tinham sido mortos durante o conflito e que, os novos governos, consideravam traidores. Destas organizações a maioria não tentou ter alguma participação eleitoral e aquelas que tiveram sorte não conseguiram atingir nenhuma relevância e em alguns países, inclusive, sofreram repressão estatal. A marca desta geração foi a tentativa de sobrevivência.

A segunda onda se estendeu pelo período de 25 anos (1955-1980). Do lado dos referidos grupos neofascistas começaram surgir alguns partidos e personagens populistas de direita. Alguns deles tiveram grande impacto eleitoral e deixaram marcas duradouras, porém a maioria dos partidos não sobreviveram mais do que uma ou duas eleições. É nesta onda que começam ser veiculadas as questões típicas dos radicalismos de direita pós-fascistas: o anti-imigraçãoismo. É interessante destacar que na descrição desta onda, Mudde (2020) relembra as pautas dos radicais britânicos do *National Front*, que na década de 1970 se propunham “*make Britain great again*” numa total similitude com o “*make America great again*” do Trump em 2016.⁷⁵ Sem muito disfarce estes nacionalistas ainda reivindicaram a maioria dos posicionamentos dos fascismos tradicionais, racistas, homofóbicos e supremacistas.

A terceira onda se estendeu por 20 anos (1980–2000), onde os partidos radicais de direita começaram atingir a representação nas câmaras e conseguiram se manter, porém ainda não são considerados partidos viáveis para formar governos. As lideranças destes partidos conseguem se desapegar do estigma fascista já que diferentemente das ondas anteriores não possuíram participação direta e seus representantes nasceram após o fim da guerra. Os outros partidos, os *mainstream*, particularmente nos Estados parlamentaristas, concordaram em não convidá-los para participar das coalizões de governo.

⁷⁵ Curiosamente, antes de Trump o lema já tinha sido cunhado nos Estados Unidos, formando parte de uma ficção científica distópica da autora afro-americana Octavia Butler, que imagina em “A Parábola dos Talentos” (*Parable of the Talents*), de 1989, continuação de “A Parábola do Semeador” (*Parable of the Sower*) de 1993, um mundo altamente poluído e extremamente individualista onde um governo supremacista branco e ultrarreligioso toma o poder.

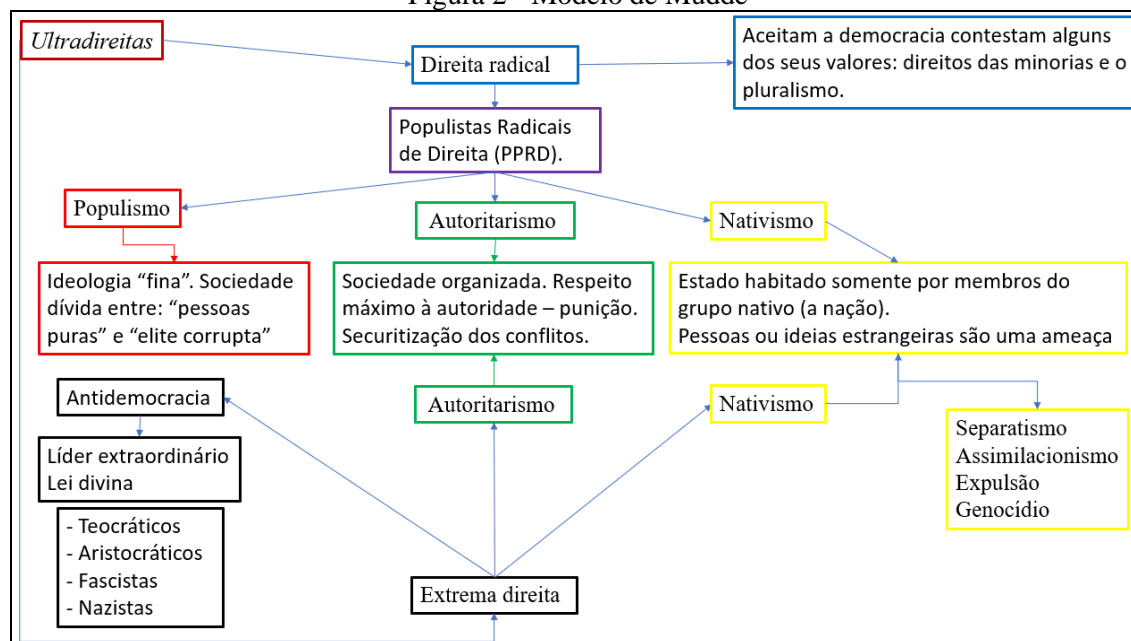
Este tipo de acordos foi conhecido como “*cordons sanitaires*”⁷⁶ (no período somente a *Lega Nord* – Itália - conseguiu formar parte do governo). Para alguns autores, as ultradireitas nesta onda podem ser descritas como movimentos de uma só “questão” (*issue*), mas para Mudde (2007) mesmo que a imigração fosse central estes partidos não se limitaram a essa questão; segurança, corrupção e política externa também estiveram entre suas preocupações e inclusive conseguem vincular todos estes temas (por exemplo, o crime aumenta porque há muitos imigrantes).

Finalmente a quarta onda inicia-se nos anos 2000 e se caracteriza pela normalização do radicalismo e o crescimento destes partidos na arena eleitoral. Cada vez mais partidos e políticos da *ultradireita* são considerados aptos para formar coalizões de governo e alguns são eleitos para os executivos (principalmente em países presidencialistas). Além disso, suas ideias – antes rejeitadas pelo *mainstream* – são inclusas nas plataformas de partidos moderados. Mudde entende que isto em parte responde a virada da discussão socioeconômica para a discussão sociocultural acontecida nos Estados Unidos e na Europa, ou nos termos de Inglehart e Norris (2019), a inclusão de uma agenda pós-material. Esta agenda beneficiou os partidos radicais de direita pois sempre tiveram “respostas” para este tipo de “problemas”. O início desta onda e o seu aprofundamento estão marcados por uma série de eventos (crises) de impacto global; em primeiro lugar os ataques terroristas do ano de 2001 nos Estados Unidos (e posteriormente em Madri e Londres), a crise financeira do ano 2008 e a crise dos refugiados de 2015.

O modelo apresentado a seguir sintetiza a discussão teórica presente nos trabalhos de Cas Mudde e possibilita um olhar mais aprofundado das suas análises empíricas que serão estudadas nas seções seguintes. Nele é possível ver de maneira nítida a relação entre os tipos de ultradireitas estudados por Mudde, os radicais e os extremistas. Embora várias das dimensões sejam compartilhadas – autoritarismo e nativismo – há alguns pontos, como o respeito à democracia, que os distanciam, gerando implicações significativas entre ambos os grupos:

⁷⁶ É importante lembrar que no contexto dos parlamentarismos europeus os partidos médios e pequenos podem ter um poder e centralidade desproporcional com os seus números quando os partidos mais importantes não conseguem formar um governo sozinhos e precisam constituir alianças.

Figura 2 - Modelo de Mudde



Fonte: Elaborado pelo autor (2022) a partir de Mudde (2007; 2017).

Como comentado até aqui, embora a extrema direita algumas vezes se utilize do discurso antagonista clássico do populismo, esta dimensão não constitui uma das características básicas do extremismo, desde que ela se define pela antidemocracia (ou o chamamento a governar independentemente da vontade do povo) e o populismo se expressa como “a vontade do povo” por cima de tudo (inclusive da Constituição) – fascistas e supremacistas brancos consideram-se superiores a diversos grupos sociais visto que a vontade destes é irrelevante, já os extremistas religiosos extraem sua autoridade da divindade, da revelação ou dos textos sagrados, sem nenhuma consideração pelo desejo dos indivíduos.

A extrema direita, na Europa, se expressa principalmente como uma minoria que protagoniza ataques contra ciganos, imigrantes não brancos e judeus. Contudo é importante destacar que no aspecto empírico, as ultradireitas podem apresentar configurações misturadas de grupos mais extremos ou mais radicais dentro de um mesmo movimento ou partido. Mesmo que seus objetivos, inimigos, e “mundos ideais” possam ser similares, entender que a própria liderança pode não ser querida pela população e aceitar pacificamente esse resultado – quer dizer, as regras do jogo – implica uma diferença profunda, que separa cenários pacíficos de violentos.

4.2 CASOS DA EUROPA E DOS ESTADOS UNIDOS

Ao longo da sua carreira, Cas Mudde vem trabalhando as comparações entre os radicalismos de direita em diversas partes do mundo, fazendo trabalhos específicos sobre a Europa (2007) e os Estados Unidos (2018a), assim como uma avaliação geral do cenário (2019). É a partir destes trabalhos que caracterizo, como anunciado previamente, as direitas e as ultradireitas em cada contexto.

Antes de começar, deve-se ter presente que o principal interesse de Mudde está na descrição dos Partidos Populistas Radicais de Direita (PPRD) e, por tanto, os partidos moderados e extremistas da direita são descritos e caracterizados pela exclusão dos elementos analisados e não diretamente. Contudo, é importante lembrar que na quarta onda os radicalismos têm se normalizado fazendo com que o espaço para os partidos moderados seja cada vez menor – enquanto os extremistas (antidemocráticos) nunca tiveram um impacto real na política. Considerando que em todo país há radicais, extremistas, monarquistas, anarquistas etc, não se trata de avaliar a existência destes grupos, mas de caracterizá-los e colocá-los na sua real dimensão.

Para Mudde (2007; 2018a), os Populismos Radicais de Direita são bastante similares nos dois cenários estudados, possuindo um núcleo duro ideológico de nativismo, autoritarismo e populismo, nos quais a questão da imigração é a preocupação central, seguida pelas minorias étnicas locais. As diferenças entre os PPRD em cada país analisado partem então desta questão central para se vincular com outros elementos menores. Por isso, mesmo que cada país seja um cenário único em si próprio, podemos dizer que Mudde identifica três contextos que podem ser tomados como tipos distintos de configuração dos PPRD; o cenário dos Estados Unidos, o cenário da Europa ocidental e o cenário da Europa do Leste (ou ex-comunista).

4.2.1 Europa

A ideia que alimenta a grande obsessão dos PPRD europeus com a imigração está vinculada com a ameaça da “teoria da grande substituição”. Está expressa a ideia de que os imigrantes irão substituir os nativos se lhes é permitido ingressar e viver conforme seus costumes e línguas no território nacional. Desde o “genocídio cultural” até a substituição racial do país, os populistas radicais de direita sustentam que:

A imigração em massa constitui uma ameaça existencial para a própria Nação e o Estado, enquanto os grupos extremistas estão mais preocupados com a raça e sustentam que os países ocidentais estão sofrendo um ‘genocídio branco’, por causa da imigração em massa e o apoio do Estado ao multiculturalismo propiciado pelo Estado (MUDDE, 2019a, p. 19).

Os PPRD acreditam que as elites políticas que apoiam políticas mais flexíveis de imigração o fazem com o desejo de incrementar as suas bases eleitorais (importando votantes) ou simplesmente por um ódio à nação. Contudo a divisão não é taxativa já que os conceitos de nativo e *alien* não dependem somente da cidadania, por exemplo, os muçulmanos mesmo nascidos em países europeus são considerados muitas vezes como estrangeiros. Embora na Europa ocidental o arquétipo do “*alien*” (estranho) seja o imigrante (não europeu), na Europa oriental está referindo também às minorias étnicas nativas – inimigos dentro do Estado, mas fora da nação. O desprezo contra os imigrantes não europeus foi incrementado durante a década de 1980, a partir da qual concomitantemente aconteceu um aumento da imigração norte-africana e turca (desde 1970). Embora os imigrantes do Leste europeu sofreram também estigmatização, atualmente não são o alvo principal (durante a guerra fria foram o foco dos ataques anticomunistas).

Em adição aos argumentos nativistas dois argumentos objetivos são mobilizados contra aqueles que procuram asilo e os refugiados: 1) não são realmente refugiados, mas falsos migrantes econômicos; e 2) não há lugar para eles. Esse rechaço e diferenciação que não se baseiam nos mesmos fundamentos do racismo biológico utilizado pelos movimentos fascistas da primeira metade do século XX está “claramente projetado para fazer do preconceito e o exclusivismo mais respeitável” (EATWELL, 2004, p. 10) mas, conclui Eatwell (2004) o “velho” racismo está longe de morrer.⁷⁷

Sejam empiricamente nativos ou imigrantes, há três grupos sociais que os PRD Europeus consideram como estrangeiros: judeus, ciganos e muçulmanos. Cada um destes grupos, pela forma em que são caracterizados possui um efeito distinto na maneira em que se define, em oposição, ao grupo interno dos PPRD. Adicionalmente, cada um deles é execrado por constituir um tipo particular de ameaça.

Os judeus têm um lugar especial no mundo do preconceito, enquanto que “os outros” são normalmente retratados como inferiores, burros e fracos, os judeus são vistos como a personificação da modernidade. A aversão não surge desta inferioridade alegada, mas da ameaça que a sua organização e astúcia representam: são calculadores, gananciosos e

⁷⁷ É interessante notar que em termos estatísticos a *crise de refugiados* a partir da qual muitos dos PPRD estruturam sua mensagem, não se sustenta na realidade. Sendo a Europa receptora de uma quantidade muito limitada dos mesmos. Veja-se: Bhambra (2017).

inteligentes e todos os males da modernidade são atribuídos a eles. São poucos, mas se organizam para monopolizar o poder. Normalmente caem nas categorias 2 e 4 da classificação de inimigos dos PPRD, quer dizer, fora da Nação, mas dentro e fora do Estado. O antissemitismo “é principalmente expresso com referência à política internacional, particularmente vinculado com Israel e os Estados Unidos” (MUDDE, 2007, p. 79). Na Europa Ocidental o antissemitismo no pós-guerra tem adquirido um caráter marginal e não se expressa abertamente, o que é mais tolerado na Europa do Leste.

Em oposição, os ciganos são a personificação da barbárie, e contra eles a modernidade do grupo interno é celebrada. Este grupo é particularmente estigmatizado na Europa Central e do Leste (República Tcheca, Hungria, Polônia e Eslováquia), e constitui o principal inimigo “Dentro do Estado, mas Fora da Nação” (“Tipo” 2). Para o PPRD, os ciganos são parasitas, estupradores, ladrões e assassinos. Em termos do contínuo modernismo *vs.* barbárie, os ciganos são normalmente considerados “primitivos” e beneficiários da discriminação do Estado. Contudo onde o preconceito contra os ciganos existe, este não é liderado pelos PPRD, mas pela mídia e políticos locais. Em alguns lugares, como na Hungria, “país com uma das maiores populações ciganas da região é onde o discurso nativista se alonga muito dentro dos partidos do *mainstream*” (MUDDE, 2007, p. 87).

Finalmente os muçulmanos encontram um lugar intermediário e despertam a defesa das liberdades democráticas que previamente não interessavam ao PPDR. A islamofobia parece à primeira vista o *antisemitismo do século XXI*. Já que enquanto os judeus foram o principal inimigo dos vários tipos de nativistas do século XX, os muçulmanos ocupam esse lugar atualmente. O discurso islamofóbico dos PPRD aponta que estes inimigos se encontram fora da Nação, mas tanto dentro quanto fora do Estado (“Tipos” 2 e 4). Porém, contrariamente aos judeus, os muçulmanos são temidos pelo seu número e o seu fanatismo – terrorismo – e não pela sua inteligência, poder econômico e organização. Após os ataques de 11 de setembro de 2001 estes sentimentos incrementaram-se exponencialmente alcançando mais do que somente aos PPRD, e adentrando no *mainstream*.

Para os líderes dos PPRD o Ocidente está em guerra com o mundo islâmico que é expansivo e imperialista e busca impor seus valores. Para vários Partidos Europeus a maior ameaça nacional e internacional hoje provém do Islã, o qual é descrito como uma ideologia (religião) “inerentemente fundamentalista e imperialista” (MUDDE, 2007, p. 84). Nesse sentido a islamofobia tem incrementado a ênfase dada para a religião (judaica-cristã), inclusive em partidos que não tinham esse interesse. A partir desta contraposição, as “raízes cristãs da cultura” e os “valores ocidentais” surgiram como elementos a ser defendidos. Para

os PPRD as medidas adotadas após o 11 de setembro contra o terrorismo e o extremismo islâmico pelos países europeus são “muito poucas” e “muito fracas”. Demandam mais, como um estrito controle das mesquitas e centros islâmicos, fechamento das fronteiras para imigrantes islâmicos e deportação.

Outra das questões centrais da direita radical é a questão da segurança. Os PPRD se sentem ameaçados permanentemente. As ameaças para a segurança não referem somente aos indivíduos, como a maior parte das pessoas entende a questão, mas também a entes imateriais como a Nação, a raça, a cultura, a economia. Quase todas as questões são vistas como uma ameaça à ordem natural, à qual deve (como o autoritarismo manda) ser tratada com mão de ferro. A insegurança “quase sempre possui um componente nativista, dado que os *aliens* são vistos como a fonte da insegurança para os nativos” (MUDDE, 2019a, p. 20). Para os PPRD a ordem é a base da liberdade. A sociedade deve estar baseada em regras e estas devem ser defendidas a todo custo. Em relação às políticas isto leva a um grande foco nas leis e na ordem e um papel central para o Estado na produção dessas leis que estabelecem valores centrais (e os defendem) como autoridade, obediência, respeito. Embora os PPRD se mantenham dentro dos limites das democracias, as acusam de serem muito brandas para se defender das múltiplas ameaças que existem. Propõem políticas de zero tolerância, mais policiais, melhores equipamentos, e maior autonomia para agir, etc.

Sobre as instituições, os PPRD demandam maior independência dos poderes judiciários e policiais, do poder político (partidário), pois entendem que a elite política é seu principal inimigo. Nesse sentido, percebem que a falta de justiça responde à designação política dos magistrados e à falta de apoio político para os policiais. Falta de apoio que surge da covardia da classe política e que impede os policiais de fazerem adequadamente sua tarefa. Por isso, demandam uma transformação do sistema penitenciário (que reduza as liberdades e qualidade de vida das prisões) e pela autodefesa cidadã; “vários partidos populistas radicais de direita defendem o direito cidadão de ter e usar armas” (MUDDE, 2007, p. 146). Não há um interesse na reabilitação do detento e, inclusive se opõem a esta demanda, “o argumento é que o sistema legal atual está excessivamente focado no entendimento e na reabilitação do perpetrador a expensas das vítimas” (MUDDE, 2007, p. 147), para os PPRD a vítima, definida tanto em termos individuais quanto como a sociedade como um todo, deve ser o centro do sistema legal.

Mesmo que não são todos os partidos que defendem a pena de morte (mas sim as prisões perpétuas, que sejam “realmente assim”) a maior pena é reservada para crimes relacionados ao terrorismo e à venda e tráfico de drogas. Para muitos partidos as drogas são a

fonte de sofrimento da sociedade contemporânea (particularmente dos jovens) e devem ser combatidos por todos os meios. Repelem qualquer tentativa de flexibilização das leis sobre drogas e de distinção entre brandas e severas. As drogas são relacionadas com “todas as “doenças” da era atual: imigração, insegurança, progressismo, sexo adolescente” (MUDDE, 2007, p. 148).

Além dos crimes perpetrados pelos imigrantes, para os PPRD, há crimes de corrupção feitos pelas elites locais embora a questão tenha menor centralidade – pois muitas vezes os PRD colaboram com os governos. Para eles, o problema do avanço da criminalidade é a forma fraca e não decidida com a qual as questões são abordadas. As questões socioeconômicas ligadas à criminalidade somente aparecem quando os criminosos são nativos, já que estes ficaram desempregados em consequência da presença estrangeira e, portanto, precisaram delinquir por terem tido os empregos roubados pela imigração. Mesmo assim os crimes devem ser punidos fortemente pela polícia em respeito à ordem e às leis da nação. As ações indicadas para superar estes problemas variam dentro do espectro autoritário no incremento da punição, maiores equipamentos e presença da polícia e menores rendimentos de contas para eles. Assim como a incorporação de formas de ensino disciplinar, onde se coloque o foco nos “valores tradicionais” e, na família tradicional heterossexual. Para eles a juventude está doutrinação pelos professores que ensinam o “marxismo cultural”. Finalmente, aponta Mudde (2019), “[...] a única maneira de verdadeiramente parar o crescimento do crime, conforme as ultradireitas, é parar a imigração” (MUDDE, 2019, p. 20). No mundo deles, o crime é um fenômeno exclusivamente estrangeiro.

Vinculado à questão da segurança, a corrupção como outro tipo de criminalidade também é uma preocupação constante dos PPRD, porém neste caso se orientam particularmente para o grupo interno, a elite. Principalmente a elite política, mas pode ser também a elite econômica. A elite política muitas vezes é descrita como a “esquerda” que é acusada de destruir a nação com “pós-modernismo” e “marxismo cultural”. No mundo real, aponta Mudde (2019a), os escândalos de corrupção não faltam, mas o que chama a atenção é que esta questão é mobilizada tanto em países onde a corrupção é muito grande quanto naqueles onde é um problema menor. As elites são acusadas de corromper as mentes das pessoas,⁷⁸ particularmente os jovens e as mulheres. O foco desta, segundo denuncia o autor, são os acadêmicos, artistas e jornalistas não somente por serem das elites ou das esquerdas,

⁷⁸ Ou, em uma linguagem mais próxima, “doutrinar”.

mas também por serem antinacionais e, portanto, traidores da pátria, “o pior insulto para os nacionalistas” (MUDDE, 2019a, p. 21).

Por conta do particular contexto histórico e cultural “em certas regiões do Leste Europeu, notavelmente os Balcãs e o Báltico”, as ideias etnocráticas foram bem difundidas entre as elites durante o período de transição” do comunismo (MUDDE, 2007, p. 142), mas atualmente para além de algumas demandas de territórios baseadas na nacionalidade dos habitantes dos mesmos, nem no Leste ou no Ocidente esta proposta se mantém na sua pureza original. Aceita-se a existência de não nacionais no território, mas aponta-se para a necessária primazia dos grupos nacionais. Nesse sentido, a cultura se apresenta como uma entidade a ser defendida. Há aceitação de diversidade, mas somente pode haver uma cultura oficial. A política mais comum é a assimilação que com algumas nuances considera que todos podem ser assimilados na cultura nacional a exemplo dos muçulmanos, que somente são aceitos quando se afastam da própria religião.

Embora a retórica da defesa da lei e da ordem, percebe-se que muitas das iniciativas dos PPRD quando possuem cotas de poder estão orientadas a limitar ou criminalizar as oposições políticas. A oposição interna de “não nacionais” ou de muçulmanos é particularmente combatida. Já em relação ao militarismo os PPRD se encontram divididos, entre aqueles que advogam por um militarismo clássico e um exército forte, e aqueles que não se expressam sobre a questão ou repelem o militarismo. Mesmo que a maioria dos partidos advoguem pelo serviço militar obrigatório, isto é visto não como uma questão militar, mas como um dever patriótico com a nação. A vigilância ideológica contra ações subversivas e elementos antinacionais dentro do próprio Estado justifica também a participação no exército, pois é ali onde se produz e reforça o espírito cívico (MUDDE, 2007).

Já em relação à democracia, mesmo que os PPRD não sejam antidemocráticos, alguns dos seus princípios se encontram em tensão com a democracia liberal e procuram desenvolver o que pode ser chamado de “democracia nativista, uma democracia autoritária e uma democracia populista” (MUDDE, 2007, p. 138). Em termos do nativismo, partindo da utopia de um Estado para uma Nação, os PPDR postulam uma democracia, onde os não nativos devem ser tratados com hostilidade, frases como “Alemanha para os alemães, estrangeiros fora” (MUDDE, 2007, p. 139), resumem o espírito dessa visão da democracia. Para eles a verdadeira democracia somente é possível em um verdadeiro Estado-nação, monocultural. Em concordância com Koen Koch (1991) isto possui duas leituras: 1) somente os nativos dentro do Estado; e, 2) nenhum nativo fora do Estado. Pelas complexidades e interdependências dos Estados atuais quase nenhum PPDR postula um Estado absolutamente desprovido de

estrangeiros, porém o ideal se mantém, e se expressa a partir do chamamento para a expulsão dos imigrantes “ilegais” e criminosos.

Nos termos do populismo, um elemento central da democracia está na crença na *vontade geral* implementada sem restrições, o que deveria superar qualquer vontade política, lei ou constituição. Inclusive, mesmo com a referida demanda por um Judiciário independente, “estando no poder (os PPRD) criticaram fortemente as decisões judiciárias não favoráveis e tentaram limitar a independência deste poder introduzindo novas leis ou indicando juízes partidários” (MUDDE, 2007, p. 155). Um populismo é, para Mudde (2007), essencialmente uma ideologia monista (única) oposta às divisões e ao pluralismo. Assim, a democracia populista baseia-se em: políticas plebiscitárias, personalização do poder e primazia do político. Para os PPRD a democracia atual não é realmente democrática.

A ideia é que a elite política controla o Estado através dos seus representantes e da cartelização, e somente práticas plebiscitárias podem devolver o poder “ao povo”. A ferramenta mais importante neste sentido é o *referendum*. Teoricamente todos os PPRD demandam por uma incorporação ou maior utilização dele, mas em lugar de serem completamente opositores da ideia de representação os PPRD são contrários da “representação errada” (por parte das elites corruptas). E paradoxalmente avocam por uma maior concentração de poder na figura presidencial ou de primeiro-ministro, o qual deveria se tornar a voz do povo.

Olhando para as relações internacionais, a maioria dos grupos olha com desconfiança às organizações supranacionais, como a ONU ou a União Europeia. Para os PPRD europeus a soberania nacional é fortemente ameaçada pela UE. Particularmente após a crise dos refugiados de 2015 onde Merkel passou a ideia de uma distribuição equitativa dos mesmos (como uma imposição da UE, que finalmente não aconteceu). O tratado de Maastricht foi para os grupos que ainda apoiavam a UE o ponto limite que marcou o início do repúdio (MUDDE, 2007; 2019a). Embora o contexto de apoio à UE tenha desencorajado os posicionamentos mais extremos contra a UE, em alguns países do Leste europeu o anticomunismo posterior à queda da URSS deu lugar a uma rejeição da UE a partir das semelhanças com o comunismo. Paradoxalmente para alguns PPRD este papel é ocupado pelos Estados Unidos ou inclusive Alemanha (no controle da UE).

Por outro lado, para alguns PPRD da Europa é uma metacultura compartilhada, entre várias nações, surgidas a partir de três raízes: cristã, helênica e romana de forma que os nativos seriam considerados em função dos limites da Europa, limites que em termos geográficos da Europa variam um pouco a depender do partido. Um dos argumentos é que

Europa deveria incluir todos os países “ocidentais” e cristãos da Europa do Leste (Croácia e Eslovênia) inclusive os países bálticos. O país cuja inclusão gera mais controvérsia é a Rússia, pois apesar de ser um país cristão, não é totalmente europeu. Contudo há um certo consenso ao redor da exclusão da Turquia, pois não possuiria as raízes etnológicas ou culturais comuns e albergaria terroristas islâmicos. Sem um consenso nítido, a maioria dos partidos PRD aceitariam que a “Europa termina no Mediterrâneo, no Bósforo e nos Urais” (MUDDE, 2007, p. 171).

Apesar da cooperação internacional ser (tanto no âmbito do partido quanto da Nação) uma contradição com o nacionalismo presente nestes partidos, a ameaça ao Ocidente, por parte do Islã, e à Europa por parte da dominação dos Estados Unidos e a globalização, faz os PPRD procurar alguns tipos de acordos internacionais. No momento atual, à luz dos efeitos do *Brexit*, a maioria clama por reformas na organização da UE antes do que o desejo por abandonar a organização (MUDDE, 2019a), e propõe uma “Europa de nações” (MUDDE, 2007). Aparece também entre as propostas de políticas externas de muitos PPRD a demanda pelo controle de territórios que deveriam pertencer às suas nações o que, em parte, impossibilita a sua cooperação com os países vizinhos. O Irredentismo é particularmente forte na Europa do Leste onde, por exemplo, “o primeiro primeiro-ministro pós-comunista húngaro Jozsef Antall (1990-1993) declarou que era “em espírito” o Primeiro-Ministro de quinze milhões de húngaros” (MUDDE, 2007, p. 75), cinco milhões dos quais viviam na Eslováquia.

A globalização econômica em si não é uma questão importante para os PPRD, mas a sua face cultural e política. A questão central é que ela não é bem definida e assim, seus defensores vinculam todos os efeitos positivos com ela enquanto os detratores fazem o oposto. Considerando a definição de David Held (1999) conforme a qual a globalização implica dois fenômenos distintos, por um lado sugere uma interconexão política, econômica, e social das atividades de alcance global e, por outro, uma intensificação dos interconectores entre os Estados e as sociedades, de modo que se pode falar de diversas globalizações “referindo às várias dimensões do processo: o econômico, o cultural, e o político” (MUDDE, 2007, p. 185). Mas é importante apontar que estas relações não estão isentas de direcionamento político, sendo alguns centros os que produzem a cultura e os bens que são compartilhados globalmente. Conforme a maioria das análises, o principal centro desta globalização são os EUA dominando a economia, a produção cultural e as principais instituições financeiras (e militares) do mundo.

Os PPDR, em coincidência com os partidos radicais de esquerda e os verdes estão entre os que contestam esta globalização e a dominação Norte-americana, embora seja por motivações diversas. A oposição à globalização por parte das PPRD não está vinculada com a rejeição ao sistema capitalista e a depredação dos ecossistemas, mas com a defesa da identidade nacional (nativismo), já que um mercado global significa que os estrangeiros poderiam influenciar a economia nacional e a globalização econômica seria prejudicial para o interesse nacional. Porém, esta não é uma questão central para os PPRD. E os que se expressam o fazem no sentido político, acreditando que a globalização é guiada por uma elite corrupta que procura dominar o mundo (MUDDE, 2007).

Por exemplo, os antissemitas gregos do LAOS entendem a globalização como a mais desenvolvida conspiração sionista norte-americana. Embora a questão central para os PPRD seja a imigração, muitos entendem que está em função da globalização. Mesmo que não se solidarizem com os imigrantes, entendem que a globalização os empurra na migração. O mesmo acontece com a UE que, após o tratado de Maastricht começou ser vista como uma ameaça à Nação.

Em termos da globalização cultural os PPRD não são os únicos partidos que lutam contra a “americanização”, mas são atores importantes, pois acreditam que a globalização levará à homogeneização da cultura (na incorporação da cultura norte-americana) e vem nesta homogeneização a verdadeira ameaça ao pluralismo que deveria existir entre os distintos povos do planeta.⁷⁹ Segundo eles, a mistura de culturas leva ao genocídio cultural dos povos nativos europeus (MUDDE, 2007). A rejeição não se dá somente pela homogeneização cultural, mas pela cultura que surgiria dela “materialista e hedonista”. Por sua parte a globalização política gerou uma série de teorias conspiratórias que podem ser resumidas na ideia de “nova ordem mundial”.

Mesmo não sendo a regra, alguns PPRD compartilham as mesmas teorias conspiratórias dos partidos nos EUA, acreditando que todas as instituições internacionais como a ONU, FMI, etc. são manipuladas pelo Conselho de Relações Internacionais dos EUA. O *Front Nacional* (FN francês) inclui inclusive, o “Greenpeace na lista das sombrias organizações antifrancesas” (MUDDE, 2007, p. 195) que trabalharia para impedir o desenvolvimento das capacidades nucleares do país. Em geral, para a mentalidade dos PPRD, tudo que provenha do estrangeiro, e portanto, toda organização internacional representa algum tipo de perigo, pois ameaça a independência ou a pureza da Nação. As principais razões para

⁷⁹ O pluralismo é entendido por eles como a aceitação da existência de diversas culturas sempre que cada uma permaneça no seu território, sem se misturar.

não serem atores mobilizados contra a globalização é que os atores mais reconhecidos a este respeito são as esquerdas que (presume-se) não receberiam muito bem os PPRD nas demonstrações contra o globalismo, e que ainda esta questão não representa um elemento central na sua ideologia (MUDDE, 2007).

Já a religião é para os PPRD uma questão secundária que deve ser vista, como todas as questões, através da lente do nativismo, autoritarismo e populismo. Mesmo que as ideologias das ultradireitas possam ser combinadas com qualquer religião, e inclusive, com nenhuma religião (ou ser antirreligiosa), a maioria dos populismos radicais de direita na Europa são atualmente, no mínimo “culturalmente cristãos, no sentido de que consideram a Cristandade, ou uma denominação específica (p. ex. catolicismo romano) como parte da cultura nacional” (MUDDE, 2019a, p. 22). À luz da crescente islamofobia, particularmente após o 11 de setembro, muitos PRD adotaram uma performance mais cristã (ou judaica-cristã), e começaram mobilizar o discurso anti-imigracionista (e particularmente anti-islã), através da teoria da “grande substituição”, contra a ameaça da destruição da cultura e religião ocidental e do “modo de vida”. Minoritariamente também, em algumas partes da Europa existem grupos da ultradireita que defendem religiões anticristãs, pagãos ou adoradores de religiões pré-cristãs (p. ex. Odinismo).

Em termos da sua comunicação as ultradireitas têm com a mídia uma relação ambivalente, se comportando tanto como um aliado quanto como um inimigo. A mídia interessada em atrair a atenção do público tende a noticiar as ações e os posicionamentos mais agressivos dos PPRD, mesmo que estes não sejam muito relevantes em termos eleitorais. Estas notícias possibilitam a difusão das mensagens das ultradireitas para públicos novos, mas a mídia costumam enquadrá-las negativamente. Nesse sentido aponta Mudde, “a maioria da mídia não é de ultradireita, e muitos consideram as ultradireitas um perigo para a democracia. Pelo outro lado eles sabem que as ultradireitas vendem” (2019, p. 45).

A questão é que em alguns casos, especialmente as mobilizações da extrema direita mais violenta, a mídia tende a mostrá-la muito maior do que realmente é, mas ao mesmo tempo compensa essa publicidade gratuita com comentários negativos dos jornalistas. Para os PPRD, particularmente qualquer publicidade é boa, pois são partidos pequenos e não possuem recursos para se fazer conhecer entre possíveis apoiadores. Inclusive as críticas podem ser aproveitadas pelas ultradireitas, já que o seu representante pode se colocar como “‘injustamente atacado’ pela arrogante elite” (MUDDE, 2019a, p. 45). Além disso, na quarta onda, caracterizada pela normalização das ultradireitas abre novos lugares para estes grupos e as suas ideias na mídia, recebendo inclusive mais apoios que críticas.

A capacidade de *agenda-setting* da mídia, antes que a sua capacidade de *frame setting* (WEAVER, 2007), é crucial para o sucesso das ultradireitas, já que normalmente se estabelecem como “donas” de algumas questões-chave (tipicamente imigração, criminalidade e corrupção), por isso quando essas questões são tomadas pela mídia são elas as consideradas mais capazes de dar respostas (MUDDE, 2019a). De fato, aponta Mudde (2007; 2019a) “*issue ownership*” deveria ser o principal objetivo das direitas radicais para poder se estabelecer e ter sucesso, pois se uma questão é incorporada na mídia e normalizada – mas os PPRD não são “donos” dessa questão – ela tende a ser incorporada por outros partidos da direita que aproveitam da saliência da questão e oferecem respostas mais moderadas.

Embora muitas das ultradireitas tenham dominado as mídias sociais e possam contornar assim em parte à mídia *mainstream*, o alcance destas mídias é limitado aos convertidos e impede – principalmente quando os PPRD são pequenos – de atingir novos eleitores. Por outra parte, dada o alcance global das mídias virtuais, as ultradireitas podem apresentar um apoio significativo (de seguidores dispersos pelo mundo) que não se concretiza nos atos presenciais ou eleitorais, mas que permite a criação de “bolhas” onde pessoas de pensamentos similares se encontram e reforçam mutuamente (MUDDE, 2019a).

Já ao estudar a participação das mulheres nos PPRD, Mudde (2007) percebe que uma parte significativa da literatura especializada sofre de dois preconceitos principais. Por um lado, parte-se da noção de que a igualdade de gênero é a norma na política partidária (e que os PPRD são a exceção) e, por outro lado, da ideia de que todas as mulheres possuem visões progressistas e, inclusive, feministas sobre os papéis de gênero. Mudde (2007) entende que o primeiro destes preconceitos é decorrente do estudo isolado dos PPRD ou da sua comparação com partidos que estão nas suas antípodas – os partidos de esquerda ou “verdes” –, os quais se caracterizam por possuir uma maior representação feminina –, e não como refletem a participação de mulheres na política de maneira geral. Para o referido autor, a desigualdade de gênero dentro dos PPRD não seria tão evidente se fossem comparados com outros partidos da direita.

Mudde (2007) aponta que uma parte significativa da literatura sobre PPRD parte da concepção de que os mesmos são sexistas e consideram as mulheres como cidadãs de segunda, e procuram justificar essas posições de maneira não sistemática e usando frases soltas dos representantes partidários. Para ele, as poucas pesquisas sistemáticas existentes, parecem próximas da opinião de Eleonore Kofman, que argumenta que “não há uma única e consistente atitude sobre a família e as relações sociais entre os movimentos de ultradireita” (1998, p. 91). O limitado alcance do consenso entre os pesquisadores é que a ultradireita e os

conservadores concebem a política da mulher principalmente como políticas de família, na sua oposição com a equalização que as feministas propõem e em forte defesa das “diferenças naturais” dos sexos. Os populistas radicais de direita “argumentam que a mulher é o único sexo que pode parir e por tanto são vitais para a sobrevivência da Nação, as mulheres devem ser protegidas no seu ‘sublime papel de donas de casa e mães’.” (MUDDE, 2007, p. 92-93).

Como uma das questões secundárias para os PRD as visões sobre os papéis de gênero apresentam distintas versões entre estes grupos. Enquanto ainda os homens dominam as ultradireitas, lideranças femininas como a da Marine Le Pen na França são cada vez mais comuns (MUDDE, 2019a), mesmo que a maioria das ultradireitas ainda sustente visões tradicionais sobre a mulher – exclusivamente como mães ou potenciais mães e que seja desencorajado que elas trabalhem fora do lar. Até mesmo o Estado apoia políticas que facilitem às mulheres cumprir este papel, desencorajando-as de trabalhar fora de casa e subsidiando as famílias numerosas (MUDDE, 2007).

Na Europa ocidental, muitas ultradireitas propõem uma visão “tradicional moderna” na qual as mulheres trabalhadoras são aceitas e inclusive apoiadas, mas preferem que isso aconteça após terem virado mães. E na Europa do Norte, apoiam abertamente os direitos das mulheres e não priorizam a maternidade, mas sustentam que a igualdade de gênero já tem sido atingida nos seus países, a partir do contexto político nacional. Tradicionalmente as ultradireitas, apoiam um “sexismo benevolente” (MUDDE, 2019a, p. 58), conforme o qual as mulheres são vistas como moralmente puras e fisicamente fracas, isso significa que devem ser adoradas e protegidas pelos homens, desde que os completam, através da família heterossexual – coração da Nação e/ou da raça.

Por outra parte, o “sexismo hostil” (MUDDE, 2019a, p. 58) tem uma visão objetificadora e degradante da mulher, vista como procurando controlar o homem através da ideologia feminista e a sedução sexual, esta visão tem começado se difundir nas redes sociais online, onde adquiriu o caráter de projeto político. Na Europa ocidental muitos partidos da ultradireita enfatizam um sexismo benevolente nas suas propagandas oficiais, mas mobilizam sua versão hostil para com as mulheres que não vivem conforme seus ideais (como as defensoras dos imigrantes – muçulmanos –, as lésbicas e as feministas).

Embora a maioria dos PPRD rejeita qualquer tipo de cota para as minorias (inclusas as mulheres) argumentando que qualquer tipo de discriminação continua sendo discriminação. Para estes a inclusão das mulheres aconteceria pela sua competência (mérito), contudo, alguns as aceitam e inclusive apresentam nos seus programas demandas por igualdade salarial (MUDDE, 2007).

O feminismo no geral é repudiado pelas ultradireitas, inclusive na Europa do Norte onde é reconhecido positivamente nas suas versões passadas, mas apontam que tem ido “muito longe” e não é mais necessário. No resto da Europa as feministas são simplesmente classificadas como um grupo intolerante e opressivo (“femiNazis”), que desejam controlar a sociedade impondo uma forma de totalitarismo:

O feminismo, como a homossexualidade, é enquadrado como uma ameaça (mortal) para a nação por muitos grupos da ultradireita. Há duas vertentes muito vinculadas deste argumento. Primeiro, o feminismo procura debilitar a família e assim a sobrevivência da “nação” – uma preocupação central das ultradireitas na Europa do Leste, onde os países estão enfrentando um declínio na taxa de nascimentos. Segundo, o feminismo é considerado como “alien” da cultura nacional, e normalmente enquadrado como a “arma” com a qual os estrangeiros tentam debilitar a nação – frequentemente estes estrangeiros são (principalmente) judeus, como George Soros (MUDDE, 2019a, p. 59).

Já na Europa pós-comunista, o feminismo carrega o duplo estigma de ser vinculado com o “fanático ódio aos homens de Ocidente” e a “imposição do domínio comunista” (RUESCHEMEYER, 1998, p. 293; MOSTOV, 1999) o que, aponta Mudde (2007) não é um estigma exclusivo dos PPRD. Da mesma forma que com o feminismo, o aborto não é universalmente preterido pelos PPRD (embora os exemplos contrários sejam bem limitados). Da parte dos homens, os imigrantes (muçulmanos e não brancos) são vistos a partir do antigo enquadramento racista que os descreve como grosseiros e predadores sexuais, assim as mulheres e seus direitos estariam ameaçados pela invasão muçulmana, tanto física como ideologicamente.

Contudo, à medida que os ativistas feministas e LGBTQIA+ adquirem mais espaço e aceitação pública mais partidos PRD começam flexibilizar suas posições na Europa Ocidental, inclusive alguns criam vertentes LGBT dentro do partido e/ou possuem lideranças abertamente homossexuais, “estes grupos consideram os homossexuais como potenciais novos eleitores para a sua propaganda islamofóbica. Expõem um chamado homonacionalismo” (MUDDE, 2019a, p. 60), a partir do qual definem os direitos LGBTQI+ como parte da cultura nacional ameaçada pela imigração muçulmana.

Como parte das suas críticas aos preconceitos dos analistas, Mudde (2007) mostra que a composição de gênero entre as ultradireitas e partidos do *mainstream* em termos das lideranças partidárias é muito similar. E aponta que isto não deve ser entendido como um ponto positivo dos PPRD, mas como “uma vergonha de outras famílias partidárias” (2007, p. 97). Entre os principais partidos políticos europeus destacam-se a liderança de Margaret Thatcher (líder do partido conservador britânico de 1975 a 1990), Ângela Merkel (Chanceler da Alemanha de 2005 a 2021), e Edith Cresson (Primeira ministra da França de 1991 a 1992).

Embora a representação feminina nos partidos PPRD não seja particularmente inferior, e inclusive poderia ser maior, que nos partidos do *mainstream*, para Mudde (2007) “um fenômeno impressionante dentro da família de partidos populistas da direita radical é, contudo, o número de lideranças políticas femininas que estão diretamente relacionadas com lideranças masculinas” (MUDDE, 2007, p. 99). É importante notar que, embora Mudde (2007) ache este fenômeno relevante, Araújo (2010) aponta que a herança do capital político (a partir de pais, irmãos ou parceiros) não é exclusiva das mulheres (nem dos PPRD), mas se encontra mais acentuada nestas, como via principal de acesso à política no Brasil e na Argentina (sendo mais significativa no caso do Brasil).

Por outra parte, onde se visualiza uma significativa diferença em termos de gênero é em relação aos eleitores dos PPRD, sendo desproporcionalmente apoiados pelos homens (MUDDE, 2007; 2019a). Mudde (2007) contesta as interpretações conforme as quais as mulheres não votariam em PPRD por conta da visão tradicional dos papéis de gênero presentes nestes partidos, considerando relativamente alta a proporção de mulheres entre as votantes dos partidos religiosos e conservadores (que partilham essa visão) e o também baixo apoio das mulheres para os partidos radicais de esquerda.

Mudde aponta (2007) que as pesquisas empíricas mostram que as mulheres tendem a partilhar as mesmas atitudes que os homens: “não há um *gap* significativo em termos das atitudes populistas radicais de direita” (p. 113). Isto faz com que não sejam viáveis as explicações que apontam que as mulheres, como vítimas da opressão tendem a ser mais empáticas com outros grupos e, por isso, não apoiariam aos PPRD. Propõe outras explicações possíveis, a partir de *surveys* percebe que as mulheres tendem a ser mais religiosas que os homens e, ao mesmo tempo, que as pessoas religiosas tendem a votar menos em PPRD. Contudo, dada a crescente adoção da religião por parte dos PPRD, esta explicação seria insuficiente.

Considerando que os partidos da ultradireita (radicais e extremistas) tendem a ter posições mais violentas e de confronto Mudde (2007) aponta – coincidindo com a análise de Ursula Birsl (1996) – que “o maior efeito da socialização diferenciada em este quesito é a significativamente menor eficácia política entre as mulheres” (MUDDE, 2007, p. 115). Paralelamente, e explicado através do mesmo argumento, as mulheres também se encontram sub-representadas nas mobilizações das ultradireitas em especial no uso da violência. Quer dizer, que as mulheres se sentiriam menos atraídas para movimentos violentos e enquanto membros dos mesmos tenderiam a participar menos que os homens em demonstrações públicas de violência.

Embora os PPRD sejam ainda, em termos gerais, misóginos, racistas e homofóbicos, anti-islâmicos, Mudde (2019a) aponta que os partidos políticos tradicionais adaptam seus posicionamentos, para manter o apoio dos eleitores que começam se decantar pelos partidos da direita radical (o que produz a normalização destes grupos). Mas, ao mesmo tempo percebe-se também que os próprios PPRD estão se normalizando ao reconhecer e incorporar algumas discussões de raça, gênero e sexualidade, embora o façam de uma maneira própria (para reforçar o anti-islamismo), a presença de por exemplo, mulheres e homossexuais mostra uma tendência nesse sentido.

Já ao falar sobre a visão dos PPRD sobre a economia, Mudde (2007) inicia a sua análise readaptando o clássico ditado da campanha eleitoral de Bill Clinton em 1992: “Não é a economia, estúpido!”⁸⁰ (p. 119). Assim como no caso do gênero, afirma que como muitas das dimensões dos PPRD a visão sobre a economia que muitas das pesquisas possuem é mais próxima do preconceito do que da pesquisa empírica. Aponta que a maioria destas pesquisas indicam que os PPRD possuem uma agenda neoliberal, o que não seria surpreendente, pois o entendimento geral do que significa “direita” está vinculado fortemente com a atuação econômica, quer dizer maior confiança no mercado do que no Estado. Mas mesmo que a maioria dos PPRD “expresse uma retórica neoliberal, não apresenta um programa neoliberal consistente” (MUDDE, 2007, p. 119). A sua análise sustenta-se em dois postulados centrais: 1) muitos dos representantes do partido não possuem visões neoliberais da economia; e, 2) o programa econômico é uma característica secundária dos PRD (secundária inclusive para os seus eleitores). Entendendo a economia como um efeito das características centrais do PPRD; quer dizer, do nativismo, autoritarismo e populismo.

Mesmo que muitos autores focalizem na dimensão econômica-neoliberal dos PPRD, chegando inclusive a caracterizá-los como “populismos neoliberais” (BETZ, 1994) os pesquisadores da Europa central e do Leste tem percebido que os PPRD a depender do contexto nacional em que se encontrem podem apoiar programas econômicos mais protecionistas e em alguns casos, mais “esquerdistas” do que suas contrapartes ocidentais (MUDDE, 2007). Embora inicialmente pareça existir uma predominância do neoliberalismo entre os PPRD que repetidamente se referem às políticas de livre mercado ou diretamente neoliberais e, em algumas campanhas eleitorais chamam por uma diminuição dos impostos, as

⁸⁰ A frase refere o famoso jargão da campanha eleitoral de 1992 de Bill Clinton “é a economia, estúpido”. A frase tem virado um clichê presente em diversos trabalhos e matérias jornalísticas. Por exemplo, da mesma maneira que no Mudde, é usado no livro “*VOX - The Rise of the Spanish Populist Radical Right*” (2020) de Rama, Zanotti, Turnbull-Dugarte e Santana.

pesquisas sistemáticas têm achado uma predominância do que pode ser chamado “nativismo econômico” (MUDDE, 2007, p. 112).

O nativismo econômico inclui uma combinação de postulados liberais e socialistas. O que gera uma diversidade de visões, desde o intervencionismo estatal até o *laissez faire*. Mesmo que nenhum partido conteste a economia de mercado, da mesma forma que os partidos do *mainstream*, em alguns pontos os programas dos PPRD se aproximam das propostas das democracias cristã. Se pensa antes do que em uma “economia de mercado”, em numa “economia social de mercado”. Quer dizer, “essencialmente a economia social de mercado sustenta o capitalismo, mas deseja que o Estado modere os efeitos socialmente prejudiciais inerentes do mercado. Numa violação direta do livre mercado, a proposta inclui a orientação do Estado e propostas protecionistas” (MUDDE, 2007, p. 124). Porém, enquanto as democracias cristãs partem da ideia da caridade para pensar a justiça social, os PPRD o fazem a partir da ideia de Nativismo: “a economia deve estar ao serviço da nação e somente da nação” (MUDDE, 2007, p. 125). Assim possuem uma imagem relativamente positiva do mercado, dentro do Estado, mas com suspeitas do mercado regional (europeu) e global, isto é, da globalização.

O Estado de bem-estar e as ajudas estatais, por exemplo, são entendidas como legítimas enquanto orientadas somente aos membros necessitados da nação. O protecionismo deve estar orientado à indústria nacional contra os interesses externos, inclusas as grandes companhias europeias. Para os PPRD os pequenos negócios são a pedra angular da economia, o argumento é que empregam uma maior quantidade de trabalhadores e tendem a investir uma maior parte do capital que as grandes corporações. Assim tendem a propiciar a defesa destas pequenas empresas e instar ao consumo local.

Em relação à privatização e desregulação, como em outras questões é impossível generalizar o posicionamento dos PPRD, pois muda de contexto em contexto. Entre os PPRD é difícil achar chamamentos para privatização, “na Europa Ocidental isso pode ser explicado pelo fato de poucos setores ainda serem estatais” (MUDDE, 2007, p. 129). Quando as demandas de privatização são encontradas na literatura, aponta Mudde (2007) a tendência é que sejam motivadas politicamente, mas em contraste com a ideologia neoliberal, os PPRD colocam uma série de limitações à privatização, principalmente em termos da nacionalidade dos novos donos.

Na Europa Ocidental, onde a proteção social é a norma, os PPRD defendem a extensão delas para os nativos do país e a restrição ou eliminação dos benefícios para os estrangeiros. A restrição atinge também aqueles que “podendo trabalhar decidem não fazê-lo e se beneficiar das ajudas”. Pensionistas e doentes, seriam assim os principais e mais legítimos beneficiários do sistema.

4.2.2 Estados Unidos

Ao estudar a direita radical nos Estados Unidos, Mudde (2018a) afirma que entre as primeiras coisas que percebe é a falta de estudos sobre esta temática no país até o surgimento de Trump e o “trumpismo”, e a procura dos pesquisadores por respostas a partir da literatura europeia. Para ele a “cegueira do olho direito” está relacionada com a relativa inexistência de um partido de direita radical no país. Tanto o *Tea Party*, quanto Ted Cruz e o próprio Trump tiveram que se unir ao *Grand Old Party* (GOP), o partido Republicano, para conseguir veicular suas propostas.

Há também uma debilidade própria da academia norte-americana que nas últimas décadas tem ficado cada vez mais “(meta)teorética e metodologicamente homogênea, particularmente nas universidades de pesquisa mais prestigiosas, onde se formam a maioria dos cientistas políticos das outras universidades de pesquisa” (MUDDE, 2018a, p. 65)

No nível metateórico, a Teoria da Escolha Racional (*Rational Choice Theory*) domina a maior parte das pesquisas, nela se assume que toda a política é orientada por indivíduos movidos pelo autointeresse econômico. Neste “altamente higienizado e simplista mundo, as ideologias e identidades são secundárias, no melhor dos casos ou irrelevantes, no pior” (MUDDE, 2018a, p. 65). De fato, a política como um todo é reduzida às consequências lógicas da economia e dos desenvolvimentos sociológicos. Quer dizer que há uma redução para o lado da demanda da política eleitoral, enquanto o lado da oferta é ignorado.

Sobre a metodologia, os métodos estatísticos estabelecem o “padrão ouro”, “quanto mais sofisticado o sistema, melhor a pesquisa” (MUDDE, 2018a, p. 65). Isto tem feito que as pesquisas sejam muito orientadas pelos “dados” disponíveis e adequadas aos métodos estatísticos. Mas, estas informações apresentam dois problemas, por um lado simplificam o mundo social e político – que é complexo – e por outro, a maioria dos “*datasets*” são desenvolvidos somente após que um fenômeno político adquiere uma certa dimensão. Assim, os analistas quantitativos entram na discussão vários anos após o acontecimento de alguma mudança.

Ademais, “o estudo da política norte-americana é significativamente debilitado por um forte paroquialismo” (MUDDE, 2018a, p. 65). Enquanto a política norte-americana forma parte dos estudos comparativos em todos os outros países está quase completamente separada disso no interior dos Estados Unidos. Não somente muitos pesquisadores olham para o país isoladamente (porém consideram seus achados significativos para o mundo inteiro), também não se apoiam sequer em estudos similares em outros países.

Para Mudde (2018a), na atualidade, desconsiderando os grupos supremacistas brancos e a *Ku Klux Klan* (KKK) que não demonstram interesse por construir politicamente, o trumpismo e o *Tea Party* são os principais expoentes do radicalismo de direita nos Estados Unidos. O que mais chama a atenção do autor, logo desde o início da sua análise é que a participação política destes radicais se deu através de um dos partidos importantes do sistema político norte-americano e não pela criação de um partido próprio, como costuma acontecer na Europa. Embora aponte várias vezes que Trump “teria” concorrido como independente se não tivesse alcançado a nomeação no partido Republicano o fato é que pleiteou seu lugar e conseguiu o sucesso através desse partido.

Mesmo com esta falta de pesquisas e o olhar parcial orientado para a Europa, Mudde (2018a) encontra na literatura elementos do radicalismo de direita nos Estados Unidos desde metade do século XIX, que atuando dentro do bipartidarismo norte-americano nunca conseguiram (até o surgimento do Trump) ser importantes no âmbito federal. Afirma que, o “*Native American Party*” posteriormente renomeado “*American Party*” e reconhecido popularmente como movimento “não sei nada” (*know nothing*) – pela resposta que seus membros eram indicados a oferecer caso fossem abordados ou detidos pela polícia – parece ter sido o primeiro movimento nativista do ocidente (1856). O Partido Americano, marchava contra a imigração de cristãos da Alemanha e Irlanda ganhando poder significativo no âmbito local e representação nas câmaras e, foram responsáveis por diversos atos de violência em cidades durante as eleições. O movimento não teve uma longa história e acabou por se dissolver até finais da década (1860).⁸¹

Contudo, embora os movimentos nativistas somente ressurgam com a segunda onda do KKK em 1920, algumas legislações contrárias à imigração chinesa - por exemplo - foram aprovadas durante esse interregno de tempo, mostrando a permanência das ideias nativistas entre a população. No século XX, os inimigos do KKK, que dizia proteger os brancos anglo-

⁸¹ Como comentei anteriormente a fronteira entre os movimentos extremistas e radicais é difusa, pois seria questionável se os movimentos violentos, mais próximos das gangues do que dos partidos seriam radicais e não extremistas, por não apresentarem uma proposta de dominação que exclua a democracia *per se*.

saxões protestantes, não foram somente os negros. Os judeus e, inclusive os imigrantes católicos europeus, também foram alvo da organização. Nesse período, mesmo que os números sejam somente estimativos, acredita-se que quase 4 milhões de pessoas foram membros do KKK, como aconteceu com os *Know Nothing*, o movimento foi se desfazendo até a crise de 1930 quando tinha diminuído até 30.000.

Por outro lado, os grupos fascistas que existiram nos EUA, durante o período de entre guerras estiveram vinculados principalmente com imigrantes filo-nazistas e filo-fascistas respondiam à herança da Alemanha e Itália. Os partidos nomeadamente fascistas e nazistas que sobrevivem até a atualidade são os herdeiros destes grupos, porém não tem relevância real nas eleições. Chama a atenção que o partido Nazista Americano⁸² (*American Nazi Party*) ainda se mantém ativo, se apresentando com a suástica e o lema “*Advancing National Socialism into the Twenty-First Century*”, elevando a expressão o “fim da direita envergonhada” (MADEIRA; QUADROS, 2018), para um outro patamar.

Entre as representações do radicalismo nos Estados Unidos prévias ao Trump o maior impacto eleitoral foi atingido, nos anos 1960 pelo governador de Alabama, George Wallace, que alcançou um surpreendente 13% dos votos nas eleições presidenciais, ganhando em 5 Estados. Contudo, as barreiras do sistema bipartidarista e de colégios eleitorais⁸³ dos Estados Unidos têm impossibilitado a construção de novas forças políticas e orientado os anseios da direita radical majoritariamente dentro dos partidos tradicionais.⁸⁴ Desta maneira, ex- KKK, racistas e nativistas, assim como outros grupos da direita radical foram forçados a conviver no mesmo espaço político. O solapamento deles tem produzido um agrupamento principalmente orientado pelo anti-imigracionismo e o antigovernismo.

O antigovernismo é uma das características particulares da direita radical nos Estados Unidos, onde os indivíduos se veem mais fortemente vinculados com os governos locais e olham para o “*big government*” como um agente ameaçador:

⁸² Veja-se: <https://www.americannaziparty.com/> Acesso em: 30 out. 2020.

⁸³ Um colégio eleitoral é um órgão formado por um conjunto de eleitores com o poder de um corpo deliberativo para eleger alguém a um posto particular. Nesse sentido, o sistema político norte-americano elege o presidente da República de forma indireta, através de colégios eleitorais distribuídos entre os Estados da União. De forma que, por exemplo, o candidato com maior número de eleitores pode não ser finalmente eleito se muitos de estes estiverem concentrados no mesmo Estado.

⁸⁴ Na “Casa dos Representantes” (*House of Representatives*), equivalente à câmara de deputados no Brasil, existem 435 bancas, das quais 197 são Republicanas, 232 Democratas, 1 é Libertária e 5 encontram-se vagas. Fonte: en.wikipedia.org/wiki/116th_United_States_Congress#cite_note-GA14-23 Acesso em: 30 out. 2020.

“Eu sou pró-vida, pró-armas, pró-liberdade de viver nossas próprias vidas como acharmos adequado desde que não machuquemos os outros. E sou antigrande governo”, disse Mike. “nosso governo é muito grande, muito ambicioso, muito incompetente, muito comprado, e não é mais nosso. Nós precisamos voltar para as nossas comunidades locais [...]. Honestamente, estaríamos melhor” (HOCHSCHILD, 2016, p. 6).⁸⁵

Contudo o movimento antigoverno é menos organizado, está composto principalmente de milícias, relacionadas com a Segunda Emenda (porte de armas) e os direitos dos Estados. O sentimento antigovernamental fica nítido na conhecida frase do Ronald Reagan: “o Governo não é a solução ao nosso problema, o governo é o problema”⁸⁶. Estes grupos embora minoritários influenciam as políticas dos conservadores e republicanos.

Já no século XX, o populismo radical de direita aparece encarnado no *Tea Party* o qual sustenta que a Constituição dos Estados Unidos é totalmente soberana e que defendem os verdadeiros interesses dos pais fundadores. O problema é que a própria Constituição norte-americana tem tido interpretações diversas, a partir das diferenças que existiam entre alguns dos pais fundadores, organizados numa ala federalista e uma antifederalista. Por exemplo, James Madison sustentava a ideia de que “muita” democracia era indesejável, já que as pessoas são naturalmente autointeressadas, e procurava limitar o poder do povo. Jefferson por outra parte, com um perfil mais populista via uma virtude inerente às pessoas e acreditava que as mesmas não agem somente pelo próprio bem, mas pelo bem comum. Finalmente a Constituição norte-americana adquiriu muitas das características limitadoras do povo defendidas por Madison, mas incorporou o prólogo jeffersoniano “*We the people*”.⁸⁷

O *Tea Party*, defende através do tom populista jeffersoniano as atitudes antidemocráticas da Constituição. Contudo, apesar de ter aparecido na política com muita força o *Tea Party* caiu nas internas do partido Republicano, não conseguiu eleger o seu candidato para concorrer nas eleições contra Obama e poucos dos seus membros se elegeram como deputados e senadores. Para Mudde (2018a) isto esteve relacionado com a retórica anti-imigração e antiaborto que tentaram levar à frente, mas foi rechaçada pelo público, porém

⁸⁵ “Eles se esforçam muito (as empresas)”, uma mulher me disse. “então, se há um derrame, provavelmente é o melhor que a companhia pode fazer”. Outra lembra todas as coisas que usamos no dia a dia que são feitas de petróleo. Um homem inclusive declarou que “o que causou o derrame foi a super-regulação. Se o governo não estivesse olhando por cima do ombro da BP (*British Petroleum*), ele teria se autor-regulado, e o vazamento não teria ocorrido” (HOCHSCHILD, 2016, p. 66).

⁸⁶ “*Government is not the solution to our problem, government is the problem*”.

⁸⁷ “*We the People of the United States, in Order to form a more perfect Union, establish Justice, insure domestic Tranquility, provide for the common defense, promote the general Welfare, and secure the Blessings of Liberty to ourselves and our Posterity, do ordain and establish this Constitution for the United States of America*”.

conseguiram (ao menos durante a interna partidária) forçar o apoio do Mitt Romney para as propostas anti-imigração, e que posteriormente seriam um peso na sua campanha.

Como o inimigo predileto das direitas radicais a religião muçulmana foi colocada no centro da cena após os ataques terroristas do 11 de setembro de 2001. Mas já se encontrava presente desde antes. O vínculo entre a ultradireita e o cristianismo é forte nos Estados Unidos:

Políticos desde Pat Buchanan até Sarah Palin definiram os Estados Unidos como uma “Nação cristã” e enfatizaram a importância do cristianismo na política. Na extrema direita, o KKK sempre teve profundos vínculos religiosos, mudando de exclusivamente protestante para inclusivamente Cristiano ao longo do tempo (MUDDE 2019a, p. 22).

Embora muitos autores o classifiquem como uma forma de racismo, para Mudde (2018a) a islamofobia não constitui “somente” uma forma de racismo equiparável ao antisemitismo. Para ele, a islamofobia resulta muito efetiva e difundida para além dos grupos extremistas, pois combina preconceitos étnicos com uma percepção de ameaça ao “nosso estilo de vida”; “os islamofóbicos podem se apresentar como bons democratas e patriotas, defendendo a “democracia ocidental” e “os EUA” antes que a visão uma mais combativa e nacionalista da sociedade” (MUDDE, 2018a, p. 28).

Por isso Mudde (2018a) sustenta que, a islamofobia ocupou o papel da ameaça comunista dominante durante os anos da guerra fria. Assim como no confronto contra os comunistas, todos os partidos políticos norte-americanos do *mainstream* coincidem em se unir contra os “islâmicos radicalizados”, mas o piso comum acaba na hora de definir as fronteiras entre os moderados e extremistas. Estas fronteiras delimitam as formas de se-defender e agir. Para a direita racial e extrema todos os muçulmanos são potenciais terroristas para eles os muçulmanos moderados são “jihadistas encobertos”. Enquanto o antissemitismo ataca a uma “poderosa elite conspiradora”, mas coesa e pequena, a islamofobia comparte com o anticomunismo a teoria conspiratória de ser uma força poderosa e global que inclui alguns Estados *sponsors* identificáveis que trabalham através de células dormidas e organizações de frente no ocidente, com a ajuda inocente e oportunística de “idiotas úteis”. Importante lembrar que uma parte importante dos votantes do *Tea Party* acredita que Obama era o líder dos muçulmanos e que não era nascido nos Estados Unidos. Neste sentido, uma das particularidades da direita radical nos Estados Unidos é a relativa maior presença das teorias conspiratórias (ou *Fake News*),⁸⁸ em relação com os radicalismos europeus.

⁸⁸ Entre os eleitores republicanos quase a metade reconhece acreditar em teorias conspiratórias como a “invenção do aquecimento global pelos cientistas”, que “Obama não é norte-americano”, “que os imigrantes

Já sobre Trump, Mudde (2018a) começa por se deparar com uma inconsistência ideológica e, portanto, uma dificuldade na sua definição. Pois em questões chave, como direito ao aborto ou saúde universal tem mudado do apoio para o rechaço. Porém através dos elementos do PPRD, nativismo, autoritarismo e populismo encontra uma via para caracterizá-lo. Durante a sua campanha uma das suas propostas de maior repercussão foi a construção de um muro na fronteira dos Estados Unidos e o México, Trump vinculou ao longo desse período a criminalidade e insegurança com a imigração à maneira tipicamente nativista dos PPRD europeus. Um excelente exemplo de estes elementos é a criação durante seu do escritório para as “*Victims of Immigration Crime Engagement*”,⁸⁹ quer dizer, crime e imigração estão profundamente vinculados nesta visão do mundo. Já seu populismo, ficou mais do que nítido durante seu discurso de posse:

“Durante muito tempo, um pequeno grupo na capital da nação colheu as recompensas do governo enquanto o povo tem suportado os custos. Washington floresceu – mas o povo não compartilhou das riquezas. Os políticos prosperaram – mas os empregos sumiram, e as fabricas fecharam. O *establishment* protegeu ele mesmo, mas não os cidadãos do nosso país. As vitórias deles não foram as suas; os triunfos deles não foram seus triunfos; e enquanto eles celebraram na capital da nossa nação, ouve pouco para celebrar para as famílias que lutam ao longo de nossa terra. Isso tudo muda, começando aqui e agora mesmo, pois este momento e o seu momento; pertence a vocês” (TRUMP, 2017).⁹⁰

Para Trump, aponta Mudde,

todas as questões são em essência, questões de segurança que devem ser abordadas de forma autoritária – desde o muro com o México até o terrorismo – para o qual não duvida de usar qualquer forma de violência (inclusa a tortura). Não surpreende que o autoritarismo seja o fator chave que explica o apoio por Trump entre os votantes (MUDDE, 2018a, p. 40).

Mas para Mudde (2018a) a característica que mais define o Trump é o seu antielitismo, pois a sua visão sobre outros temas, como o islã, não difere muito da sustentada pela maioria do partido republicano. Embora a maioria das vezes Trump foi caracterizado como populista, para Mudde (2018a) ele não se adequa ao conceito, que tradicionalmente coloca ao líder como um homem do povo. Trump não se identifica com o povo, ele é superior.

têm um impacto negativo na sociedade” e expressam algum tipo de preconceito racial ou homofobia (MUDDE, 2018a).

⁸⁹ Nome que poderia ser traduzido como Escritório para as vítimas dos crimes cometidos por imigrantes.

⁹⁰ “For too long, a small group in our nation’s Capital has reaped the rewards of government while the people have borne the cost. Washington flourished – but the people did not share in its wealth. Politicians prospered – but the jobs left, and the factories closed. The establishment protected itself, but not the citizens of our country. Their victories have not been your victories; their triumphs have not been your triumphs; and while they celebrated in our nation’s Capital, there was little to celebrate for struggling families all across our land. That all changes – starting right here, and right now, because this moment is your moment: it belongs to you”. Disponível em: <https://learningenglish.voanews.com/a/donald-trump-inauguration-speech/3685138.html> Acesso em: 26 ago. 2021.

Se auto-classifica como um modelo a seguir e como uma “história de sucesso”, um “*self-made man*”,⁹¹ “numa forma tipicamente elitista *O Donald* clama a sua diferença, ele é melhor que as pessoas (comuns)” (MUDDE, 2018a, p. 37).

Um dado interessante é que durante as internas republicanas Trump não foi o candidato mais extremo com o qual o partido republicano teve que lidar, pois Ted Cruz, colocou bíblia por sobre a constituição, ele também é um defensor das teorias conspiratórias conforme as quais por exemplo, a ONU teria um plano de invasão dos Estados Unidos. Considerando que Trump arriba ao poder através do partido republicano e que a sua ideologia carece de coerência interna e tradição, Mudde (2018a) deixa de estudar Trump através dos documentos partidários, como fizera⁹² no caso das direitas europeias e se foca nos seus depoimentos e discursos. Isto porque Trump não “é somente um candidato anti-*establishment* dentro de um partido do establishment, é também tecnicamente um líder sem partido” (MUDDE, 2018a, p. 41).

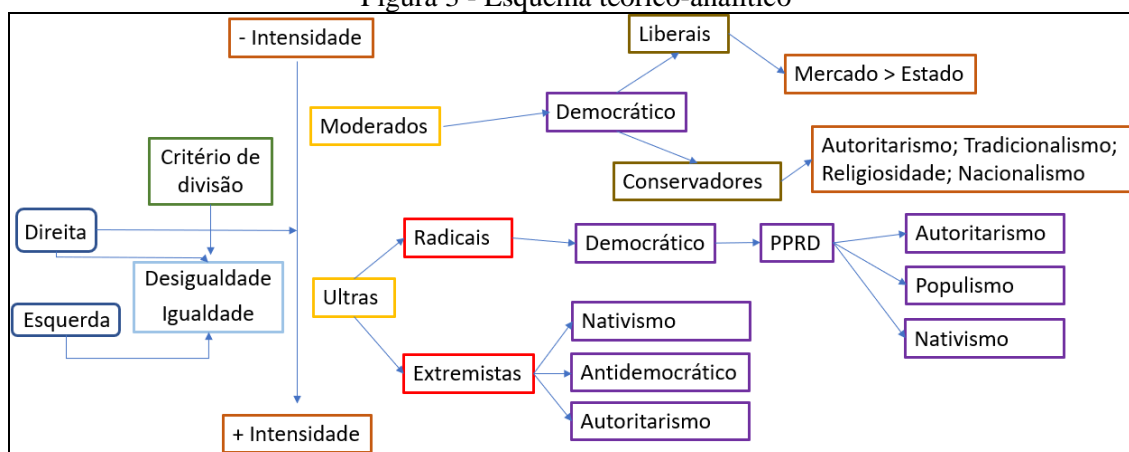
O nativismo de Trump orienta seus ataques principalmente contra os imigrantes e refugiados latinos – em primeiro lugar – e muçulmanos. Combina este rechaço com um “levemente menos evidente racismo contra Afro-americanos e nativos americanos” (MUDDE, 2018a, p. 48). Assim, o trumpismo pode ser visto como um funcional equivalente do populismo radical de direita europeu, mas “é um equivalente tipicamente Americano” (MUDDE, 2018a, p. 33). Ele mesmo não é populista, mas alimenta as mesmas paixões e é apoiado pelos mesmos grupos sociais que os PRD na Europa. Muitas vezes Trump se apresenta, a partir do seu sucesso no mundo privado, como o CEO certo para dirigir a empresa que é os Estados Unidos o que é bem recebido pelo público; “os EUA têm uma tradição muito forte, particularmente no Partido Democrata de acreditar que o presidente deve ser uma espécie de CEO dos Estados Unidos, quem administra o país como uma empresa. Isto constitui uma visão muito americana e nada popular na Europa” (MUDDE, 2018a, p. 85).

Embora a maioria dos seus votantes tenham sido votantes fiéis do Partido Republicano o que indicaria que o seu impacto (o impacto do populismo na política) não foi tão grande quanto alguns jornalistas e artigos fazem crer, a metade dos seus eleitores reconhece acreditar em teorias conspiratórias e expressam algum tipo de preconceito racial ou homofobia.

⁹¹ Durante uma entrevista de campanha Trump declarou que para ele não tinha sido fácil atingir o sucesso: “Não tem sido fácil para mim. Comecei no Brooklyn, meu pai me deu um pequeno empréstimo de um milhão de dólares, vim pra Manhattan e tive que devolvê-lo. Devolvê-lo com interesses”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mkKBXJRySFw&ab_channel=CNN

⁹² E recomendava fazer como modo metodologicamente mais adequado em 2007.

Figura 3 - Esquema teórico-analítico



Fonte: Elaborado pelo autor (2022) a partir de Mudde (2007, 2017), Rygren, (2007), Bobbio (2012).

O esquema teórico analítico precedente procura agrupar e sintetizar todas as discussões feitas nos capítulos teóricos (2 e 4), desenhando as categorias a partir das quais poderei, nos próximos capítulos, pensar os casos da Argentina e Brasil. Para, posteriormente produzir uma conceituação própria que de conta adequadamente dos mesmos. Embora o esquema inclua à esquerda para destacar o critério de divisão dela com a direita (a partir da igualdade) o resto dele foca nos conceitos específicos da direita. Poderia ser desenvolvido um outro esquema complementar a este orientado às dimensões da esquerda, mas considerando o objetivo desta tese e aos fins da clareza da imagem, tal não foi realizado.

Para a pesquisa sobre as direitas o esquema mostra, então, que elas se expressam na sua forma moderada, respeitosa dos procedimentos democráticos – principalmente, mas não de forma excludente – como alguma forma do liberalismo – que entende que a principal questão é a importância central do mercado sobre o Estado – ou como conservadores – motivados por valores religiosos, tradicionais, autoritários e nacionalistas. Já na sua versão *ultra* as direitas podem ser radicais, as quais ainda que respeitosas da democracia, contestam muitos dos seus procedimentos e a validade dos resultados – quando lhes desfavorecem – mas que possuem no nativismo o seu elemento definatório – políticas mais ou menos distributivas, mais ou menos pro-mercado se definem em função da nacionalidade dos indivíduos – e também do autoritarismo, como respeito à lei e a ordem. Finalmente, são os extremistas, mesmo que muito próximos dos radicais em termos de ideais morais, aqueles que não confiam no procedimento eleitoral para a definição das lideranças políticas do país. Acreditam tão fortemente nos próprios valores que entendem que estes devem ser impostos na sociedade, mesmo sem o consentimento dos cidadãos.

5 METODOLOGIA

Considerando que a presente tese tem por objeto a análise pormenorizada das direitas na Argentina e no Brasil a partir dos discursos eleitorais, a metodologia adotada foi pensada para melhor capturar as características de cada uma destas direitas de modo a compreendê-las em sua integralidade.

Em relação à metodologia para o estudo dos Partidos Populistas da Direita Radical, Mudde (2007) aponta que as entrevistas com membros destas organizações não são a estratégia mais adequada. Isto se explica pois na maioria das vezes estes indivíduos não iriam reconhecer que pertencem a organizações radicais. Da mesma forma, o referido autor (2007) considera problemático captar a ideologia de um partido através das suas lideranças, seus discursos oficiais, entrevistas da mídia ou publicações panfletárias. O problema com estas fontes repousa na dificuldade de poder discernir qual voz é representativa do partido e como tem sido construídas as entrevistas ou discursos analisados.

Considerando que os atores políticos moldam suas expressões a partir do público ao qual se orientam (membros, sociedade no geral, sindicatos, empresários, etc.), Mudde (2007) pondera que a única forma de representação do “si próprio” do partido é através da sua literatura, tanto aquela orientada ao exterior quanto a de consumo interno. Contudo, como fica claro nas suas publicações de 2018 e 2019, esta orientação não é tão estrita. Diante de casos em que os partidos não estão tão institucionalizados (Bolsonaro), ou quando as lideranças não pertencem à tradição própria do partido (Trump), ele mesmo utiliza-se de outras fontes.

Nos casos analisados na presente tese, por exemplo, a tradição partidária não é muito forte, e a importância dos documentos programáticos dos partidos é absolutamente insignificante. Em outras palavras, a tradição de produzir um robusto documento programático do partido mostra-se uma prática em crescente abandono e mais associada com os partidos tradicionais da esquerda marxista,⁹³ os quais se expressam principalmente através dos seus referentes nacionais, a mídia tradicional e suas redes sociais.

⁹³ Por exemplo, o plano de governo de Bolsonaro para as eleições de 2018 é uma apresentação de slides com mais imagens do que texto, na qual pode-se ler, no item “segurança e combate à corrupção” a proposta de “enfrentar o crime e cortar a corrupção”. Disponível em: divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf Acesso em: 28 abr. 2022.

Para esta análise, então, considerando a similitude dos processos políticos observados no Brasil e na Argentina, optou-se por analisar os vídeos de campanha que cada candidato (Macri e Bolsonaro) publicou na sua conta pessoal do YouTube no período compreendido entre o primeiro e o segundo turno de suas respectivas eleições presidenciais.

Ao escolher os discursos de campanha como fonte de dados, estou ciente que eles possuem características específicas dentro do amplo leque de discursos políticos existentes, pois “as campanhas dialogam com o eleitor com o objetivo de persuadi-lo a votar em determinado candidato e rejeitar seus adversários” (FIGUEIREDO *et al.*, 1997, p. 183). Mas, os discursos de campanha constituem um microcosmos “que reflete e formata a vida social, econômica, cultural e, obviamente política de uma nação” (MANCINI; SWANSON, 1996, p. 1) e fazem isso através de uma retórica de natureza ficcional na qual os candidatos “constroem um mundo atual possível, igual ou um pouco diferente do mundo atual real, e com base nele projetam um novo e bom mundo futuro possível” (FIGUEIREDO *et al.*, 1997, p. 186). Este tipo de discurso, da mesma maneira que a ideologia, constrói e projeta um mundo ideal futuro, de maneira mais nítida que outros tipos de discurso político.

Em síntese, a escolha recai sobre os *discursos eleitorais*, ao invés de outro tipo de manifestações públicas dos candidatos, por que os discursos expressam de forma concentrada o núcleo duro dos posicionamentos dos atores e se expressam num período de tempo que constitui um momento de efervescência social no qual a maior parte da população está se engajando politicamente – e, pode-se presumir, incorporando as discussões planteada pelos candidatos. Ao mesmo tempo, é necessário lembrar que no contexto polarizado das eleições analisadas, as candidaturas apresentaram a tendência a extremar suas posições em lugar de se avançar para pontos de equilíbrio e mais moderados, como costuma acontecer em cenários de atomização política.

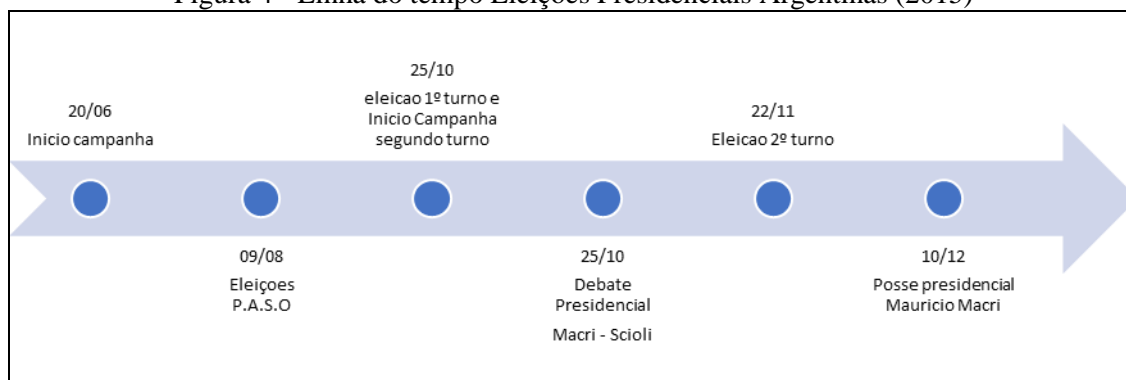
A seleção deste material foi feita pelos fins da comparabilidade e viabilidade da coleta, e também pela crescente presença das redes sociais nas campanhas políticas – e a sua concomitante ausência nas pesquisas sociológicas e das ciências políticas.⁹⁴ A definição do período esteve orientada pela restrição da quantidade de material disponível, e pela especificidade do conteúdo pressuposto.⁹⁵

⁹⁴ Especificamente quando se considera Youtube. Por outro lado, Twitter e Facebook têm sido alvo de diversos estudos (MUNGER; PHILLIPS, 2020).

⁹⁵ Em ambos os casos, o segundo turno se deu entre os candidatos da direita e seus principais oponentes da esquerda, os quais representavam um percurso de continuidade em cada país, apesar do *impeachment* no Brasil.

No caso argentino, o banco de dados foi idealizado e composto pelos vídeos postados por Mauricio Macri no seu canal pessoal de YouTube entre o dia 25 de outubro e o dia 22 novembro de 2015, totalizando 26 dias, com uma média de 1,57 vídeos por dia. Totalizando 41 vídeos: 11 horas, 51 minutos e 32 segundos.

Figura 4 - Linha do tempo Eleições Presidenciais Argentinas (2015)



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Deve-se ter presente que a campanha eleitoral na Argentina de 2015 se estendeu quase durante todo o ano, isto é, teve vários períodos eleitorais e de campanha em 2015. No ano de 2009, foi aprovada a Lei n. 26.571 que estabeleceu as internas abertas, simultâneas e obrigatórias (P.A.S.O, pelas suas siglas em espanhol), fazendo com que aconteçam eleições gerais (internas partidárias) “antes da eleição” para escolher dentro de cada partido os candidatos a participar da disputa.

Na maioria das eleições, os principais partidos não apresentaram mais do que um candidato e as P.A.S.O, significaram um ensaio da eleição nacional. Nas eleições de 2015, o candidato apoiado por Cristina Fernández de Kirchner, Daniel Scioli, concorreu sozinho na chapa enquanto Macri o fez frente a outras duas candidaturas⁹⁶ às que venceu na interna. As P.A.S.O aconteceram em 9 de agosto, e posteriormente, com as candidaturas de cada espaço definidas (era preciso ter um mínimo de 1,5% de votos para concorrer nas eleições gerais) o primeiro turno aconteceu em 25 de outubro.

Como nenhum partido atingiu os 45% dos votos ou os 40% mais 10 pontos de diferença com o segundo candidato, foi realizado o segundo turno das eleições em 22 de novembro de 2015, e em 10 de dezembro desse ano aconteceu a troca presidencial. A campanha eleitoral de Macri iniciou-se oficialmente em 20 de junho de 2015 ao anunciar que Gabriela Michetti seria a sua candidata à vice-presidenta. Porém, as intenções presidenciais de

⁹⁶ Contra Ernesto Sanz (UCR) e Elisa Carrio (CC-ARI).

Macri já tinham sido expressas desde 2013 enquanto era prefeito da Cidade Autônoma de Buenos Aires.

Pode-se dizer que no caso argentino aconteceu quase “um ano” eleitoral. Sem restringir o período de coleta no segundo turno poderia ter considerado que sua campanha “oficial” se estendeu de 20 de junho a 22 de novembro (por mais de 5 meses). Neste período, aconteceram dois debates presidenciais – em 4 de outubro e 15 de novembro –, mas Macri e Scioli somente se encontraram no segundo debate, após o primeiro turno eleitoral, já que Scioli decidiu não participar da primeira rodada. Nessa oportunidade, além de Macri, estiveram presentes os outros candidatos (Sergio Massa, Margarita Stolbizer, Nicolás del Caño, Adolfo Rodríguez Saá).

Pela lei eleitoral argentina, as campanhas possuem um período de “veda” no qual não podem ser feitas publicidades oficiais e não é permitido que candidatos ou apoiadores façam atos públicos, ou portem, no ato da eleição, bandeiras ou símbolos partidários a menos de 200 metros dos pontos de votação. Este período dura entre a sexta feira e as 17 horas do dia da eleição (domingo) pelo qual a campanha oficial deve respeitar essas limitações.

Durante o ano eleitoral (2015) o canal oficial no YouTube de Mauricio Macri (ID: UCvL8d2kwceffzp0Spmzq1OQ) que conta com 38,5 mil inscritos,⁹⁷ publicou 324 vídeos, distribuídos visualmente no gráfico abaixo:



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

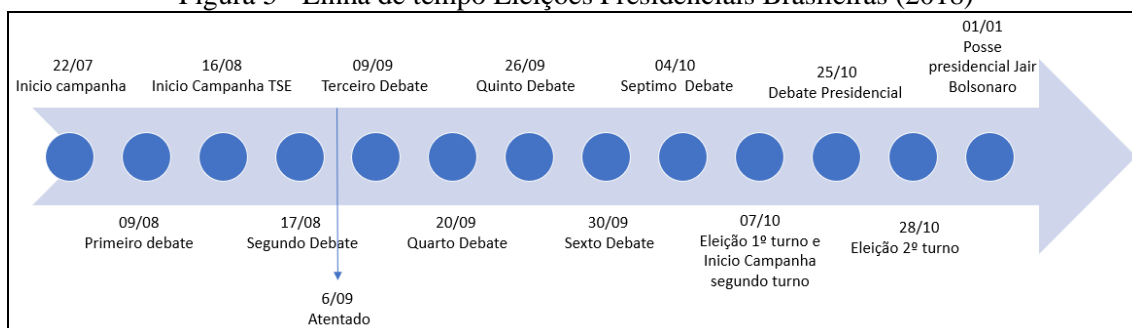
⁹⁷ Consulta realizada em novembro de 2020.

Deste total, 213 foram publicados no longo período da campanha entre 19/20 junho e a posse presidencial 10/11 de dezembro. Desde a oficialização da pré-candidatura de Macri (para as P.A.S.O) que aconteceu em 19 junho até o início oficial da campanha, foram publicados 2 vídeos, daí até 20 de junho foram feitas 93 publicações. Das P.A.S.O até 9 de agosto, mais 64 vídeos foram colocados no canal e do primeiro turno em 25 de outubro ao segundo turno mais 41 vídeos foram postados. Após o segundo turno em 22 de novembro, e até 10 de dezembro (inclusos os juramentos dos ministros e o discurso inaugural), mais 13 publicações foram feitas.

No total, os 213 vídeos de campanha de Macri ocupam 22 horas, 9 minutos e 5 segundos, tendo em média 6 minutos cada vídeo. Dessa amostragem deve ser considerado que muitos vídeos têm aproximadamente uma hora e surgem de entrevistas na televisão, e que o vídeo do Bunker no dia das eleições se estende por 5 horas. Para a análise foram selecionados **41 vídeos** referentes ao período entre o primeiro e segundo turno, os quais estão constituídas principalmente por entrevistas na TV, vídeos da oficiais de campanha, discursos em atos públicos, e recortes desses mesmos atos. Como se percebe no gráfico após o debate presidencial com Scioli, o canal de Macri experimenta um pico de publicações similar ao acontecido em 7 de novembro com uma série de vídeos de campanha de 49 segundos.

No caso do Brasil, o banco de dados foi idealizado e composto pelos vídeos postados por Jair Bolsonaro no seu canal pessoal do YouTube entre o dia 7 de outubro e o dia 28 de outubro de 2018, totalizando 21 dias, com uma média de 4 vídeos por dia. Para esse período foram coletados **85 vídeos** (dos quais 3 encontravam-se bloqueados pelos seus proprietários), totalizando 9 horas, 32 minutos e 51 segundos.

Figura 5 - Linha de tempo Eleições Presidenciais Brasileiras (2018)



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

O primeiro turno das eleições no Brasil aconteceu em 7 de outubro, e o segundo turno aconteceu no dia 28 de outubro de 2018, com a troca presidencial em 1 de janeiro de 2019. Conforme o Supremo Tribunal Eleitoral (STE), foi definido que a campanha aconteceria entre 16 de agosto e 6 de outubro – e que de 8 a 27 de outubro aconteceria o segundo turno. A campanha presidencial de Jair Bolsonaro foi oficializada em convenção nacional pelo Partido Social Liberal (PSL) em 22 de julho de 2018. A escolha do vice-presidente para compor a chapa presidencial só foi oficializada em 5 de agosto de 2018 – 10 dias antes da data limite para a apresentação das chapas. Sem restringir o período de coleta no segundo turno, poderia ter considerado que sua campanha “oficial” se estendeu de 20 julho até 28 de outubro, pouco mais de três meses.

Diante da Argentina, o Brasil possui uma tradição de debates televisionados mais sedimentada. Observou-se que no lugar dos dois debates que aconteceram na Argentina, nas eleições de 2018 o Brasil contou com 7 debates: nos dias 9 e 17 de agosto, 9, 20, 26 e 30 de setembro, e em 4 de outubro. Contudo, os candidatos do PSL (Bolsonaro) e o seu oponente no segundo turno, do PT (Haddad) nunca se encontraram no palco.

Bolsonaro participou, em 9 de agosto de 2018, do primeiro debate presidencial, organizado pela Rede Bandeirantes, e no dia 17 de agosto, do debate organizado pela RedeTV. Durante os primeiros três debates, o candidato designado pelo PT até aquele momento, Luiz Inácio “Lula” Da Silva, teve a sua participação limitada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, de Curitiba, onde se encontrava preso como réu da Operação Lava Jato, em função de uma sentença proferida pelo juiz Sergio Moro (o qual posteriormente viraria Ministro de Justiça durante os primeiros tempos do governo Bolsonaro). Até sua substituição no dia 20 de setembro por Fernando Haddad, Lula era o candidato com maior intenção de votos no país,⁹⁸ apesar da sua condição de réu, da extensa campanha midiática de desprestígio contra ele e o PT e de possuir o maior nível de rejeição entre os candidatos.⁹⁹

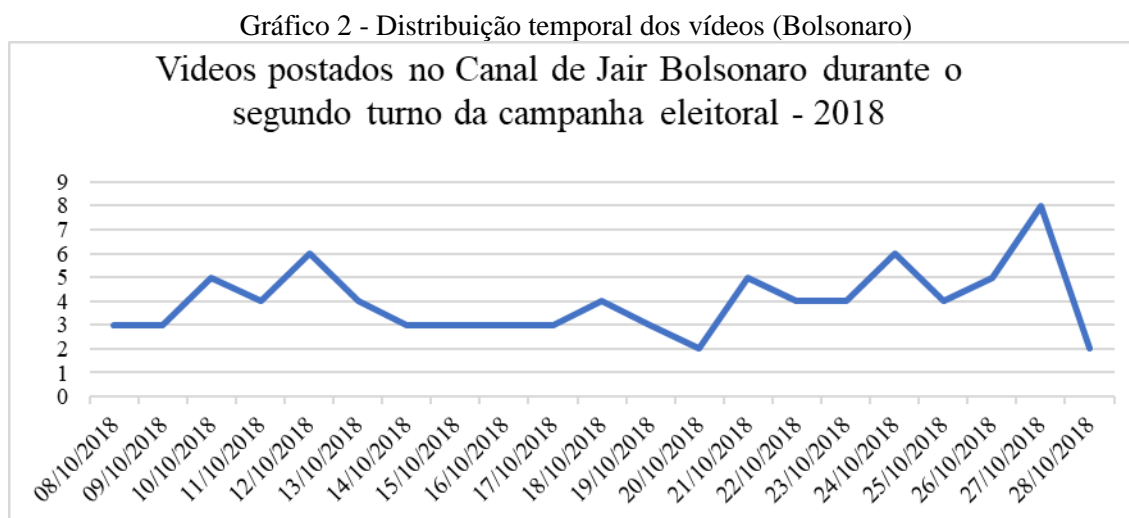
No dia 6 de setembro, durante um ato em Juiz de Fora, em Minas Gerais, Bolsonaro sofreu um atentado contra a sua vida. O ato consistiu em um ataque com faca executado por Adélio Bispo de Oliveira, que fora filiado no PSOL entre 2007 e 2014. Embora na época da campanha diversas versões sobre a autenticidade do evento circularam nas redes sociais, Bolsonaro ficou afastado das atividades públicas por várias semanas, mas não da mídia,

⁹⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alkmin-6-ciro-5.ghtml> Acesso em: 4 maio de 2022

⁹⁹ Até o término da escrita desta tese (set./2022), Lula encontra-se novamente em liberdade, liderando as intenções de voto para as eleições presidenciais de 2022. Já o ex-juiz Sergio Moro, após sua saída do governo Bolsonaro em meio à polêmica pelo controle da polícia por parte do presidente, procura se posicionar como uma “terceira via” para as referidas eleições.

inclusive concedendo entrevistas durante o período de internação hospitalar.¹⁰⁰ Por isso, nos debates realizados nos dias 9, 20, 26 e 30 de setembro, Bolsonaro se ausentou alegando dificuldades decorrentes das diversas cirurgias realizadas, e portanto não se encontrou com o candidato do PT, Fernando Haddad em nenhuma oportunidade. Destaca-se, ainda, que no último debate (dia 4 de outubro) o candidato também não participou, mas concedeu uma entrevista que foi difundida no mesmo horário do debate transmitido pelo canal Record.¹⁰¹

Desde o início do ano eleitoral (2018), o canal oficial de YouTube de Jair Bolsonaro (ID: UC8hGUtfEgvpnp6IaHSaG1OQ) que conta com 3.13 milhões de inscritos,¹⁰² publicou 580 vídeos. Desse montante, 318 foram publicados no período da campanha entre 22 de julho e a posse presidencial em 1º de janeiro de 2019. Entre a oficialização da candidatura em 22 de julho até a escolha do vice-presidente em 5 agosto, publicou 21 vídeos. Desde esse momento até o primeiro debate (9 de agosto) foram publicados mais 9. Entre 9 de agosto e o início da campanha em 16 de agosto Bolsonaro postou 15 vídeos. Desde o debate na RedeTV no dia seguinte até o atentado em 6 de setembro publicou 51 vídeos. Posteriormente e até o primeiro turno foram mais 79 vídeos postados, e entre o primeiro e segundo turno mais 85 (que constituem o material empírico desta tese):



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

¹⁰⁰ No dia 11 de setembro de 2021 o canal TV247 difundiu o documentário “Bolsonaro e Adélio: uma facada no coração do Brasil”, do jornalista Joaquim de Carvalho que sustenta a hipótese de que o atentado teria sido uma encenação de parte do Bolsonaro. Em função disso, o ex-aliado de Bolsonaro e deputado do PSDB, Alexandre Frota, protocolou em 13/09/2021 um pedido de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o episódio. Paralelamente, o autor do agora suposto atentado, poderia recuperar a sua liberdade uma vez que o mesmo foi declarado inimputável.

¹⁰¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/com-bolsonaro-audiencia-na-record-superou-metade-do-indice-de-debate-na-globo.shtml> Acesso em: 4 maio 2022.

¹⁰² Consulta realizada em novembro de 2020.

No total os 318 vídeos de Bolsonaro ocupam 34 horas, 17 minutos e 40 segundos, tendo em média 6 minutos e 44 segundos cada vídeo, mas deve ser considerada a postagem semanal de *lives* que tendem ocupar 30 minutos. Os 85 vídeos selecionados para a análise referentes ao período entre o primeiro e segundo turno estão constituídos principalmente por *lives*, vídeos de Bolsonaro em atos, e vídeos anti-PT. Também constam alguns vídeos de entrevistas e vídeos de apoiadores famosos.

Para a análise dos candidatos escolhidos no Brasil e Argentina, em ambos os casos foram transcritos todos os diálogos existentes nos vídeos coletados a partir da extração das legendas automatizadas produzidas pelo YouTube e disponibilizadas para download pelo site downsub.com. Como as legendas automatizadas têm diversos erros, foi necessária uma correção manual das mesmas, após assistir os vídeos na íntegra. A transcrição dos vídeos de Macri resultou em um documento de 186 páginas e outro de 155 páginas no caso de Bolsonaro – onde estão inclusas informações do endereço virtual do vídeo, título e descrição do mesmo (informadas pelo canal), e origem e protagonismo do vídeo – dados estes que foram deduzidos pelo pesquisador após assistir o material. Para as referências diretas aos mesmos no texto, os vídeos de ambos os canais foram numerados do mais atual ao mais antigo e representados como “M-X” ou “B-X”, sendo M o indicativo de se tratar de um vídeo do canal de Macri e B o indicativo de se tratar de um vídeo no canal de Bolsonaro. O X faz referência ao número do vídeo correspondente.

Nas transcrições dos vídeos de Bolsonaro, considerando que as legendas automatizadas apresentavam diversos erros, e que alguns vídeos não contavam com as mesmas – junto ao fato da dicção e linguajar peculiares de Bolsonaro – fez-se necessário contar com a ajuda de um brasileiro nativo para transcrever adequadamente as falas e interpretar corretamente gírias e expressões. Foi solicitada a ajuda do colega do grupo de pesquisa (GPACE), Cristiano Nicola Ferreira, estudante de graduação de ciências sociais na UFRGS, que contribuiu na interpretação de ditados, figuras de linguagem, siglas e símbolos usados. É importante destacar isto pois o estilo de comunicação de Bolsonaro, propositalmente grosseiro, machista e desrespeitoso, é uma parte central da sua mensagem.

Para a organização e classificação dos materiais coletados no banco de dados foi utilizado o *software* de auxílio à pesquisa qualitativa *Nvivo12*. A contabilização de palavras foi feita a partir do motor de buscas do próprio Word. O *software Nvivo12* permite a classificação do material (ou sua codificação, em termos técnicos) conforme marcadores temáticos determinados pelo pesquisador, que facilitam identificar os materiais vinculados a cada um dos mesmos. Para a análise dos materiais foi criada originalmente uma categorização

mínima a partir da teoria dos PPRD, procurando pelas expressões do Nativismo, Autoritarismo e Populismo, e as subdimensões relacionadas a esta, como o papel do líder, da religião e dos inimigos, por exemplo.

Utiliza-se ainda as dimensões referidas na síntese temática (imigração, segurança, corrupção, democracia, política externa, papel da religião, papel da mídia, gênero e economia), mas motivado pelas características próprias do campo, foram inclusas codificações temáticas das questões mais recorrentes, como as falas de Bolsonaro em torno do atentado (facada) ou a narrativa de Macri sobre o produtor esperançoso que voltou a investir porque ele viria vencer nas eleições. Também foram criados códigos específicos para as dimensões ideológicas (socialismo-comunismo; esquerda-direita). No total foram criados 70 códigos, que contemplaram tanto as teorias como as especificidades de cada caso. É importante destacar que um elemento ou frase pode ter sido codificado de várias formas a fim de facilitar o acesso a ele.

A presente pesquisa vale-se fundamentalmente das ferramentas da Análise do Discurso entendendo o mesmo na forma tratada por Foucault, através de Keller (2011) como um conceito central: “os discursos são considerados como práticas sociais ‘reais’ situadas historicamente, não representando objetos externos, mas constituindo-os” (KELLER, 2011, p. 46). Para a autora, isto implica olhar para dados concretos (textos orais e escritos, artigos, livros, discussões, instituições disciplinas, etc.) para analisar de “baixo pra cima” (*bottom up*) como os discursos são estruturados e como estruturam domínios do saber. Um destes domínios, como estabelecido pela Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, compreende os discursos como conflitos políticos pela hegemonia (KELLER, 2011). Isto implica que o discurso aparece como “fala, texto, discussão, imagem visual, uso de símbolos, que devem ser performados pelos atores seguindo instruções sociais e, portanto, discursos são uma prática social real” (KELLER, 2011, p. 48-49).

Gonçalves (2016) aponta que há uma proliferação de termos para descrever as várias possibilidades na extração dos significados das comunicações, o que torna necessário, portanto, apresentar aqui uma breve definição destas metodologias. Devemos diferenciar entre as duas principais técnicas ao respeito das comunicações; as técnicas de Análise de Conteúdo e as de Análise do Discurso. Por um lado, para Gonçalves (2016) “a Análise de Conteúdo refere-se a uma técnica das ciências humanas e sociais destinada à investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa, ocupando-se basicamente com a análise de mensagens” (GONÇALVES, 2016, p. 4). Estas técnicas tiveram origem nos anos 1940 nos Estados Unidos e tiveram incidência principalmente nas análises jornalísticas.

Fonseca Junior (2009), por sua vez, diz que a Análise de Conteúdo é tributária do positivismo e a sua principal característica é “a valorização das ciências exatas como paradigma de cientificidade e como referência do espírito humano em seu estágio mais elevado” (FONSECA JUNIOR, 2009, p. 281). Já Bernard Berelson (1952) define a Análise de Conteúdo como “uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações” (BERELSON, 1952, p. 18).

O conjunto de técnicas vinculadas à Análise de Conteúdo encontram no rigor metodológico e na sistematização a via para alcançar a desejada objetividade científica. Assim, costuma ser um modelo pouco flexível, que se baseia na crença da neutralidade e que procura o distanciamento entre o pesquisador e o objeto. A contagem de palavras, temas, categorias ou ideias, sua repetição e frequências é a forma mais elementar deste tipo de abordagem (GONÇALVES, 2016). Este tipo de análise “pretende garantir a imparcialidade objetiva, socorrendo-se da quantificação das unidades do texto claramente definidas, para gerar resultados quantificáveis ou estabelecer a frequência estatística das unidades de significado” (CHIZZOTTI, 2010, p. 114). Na mesma linha, Bardin (2004) define a Análise de Conteúdo como:

um conjunto de técnicas das comunicações, visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de recepção/produção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2004, p. 48).

Durante algum tempo, a Análise de Conteúdo foi considerada quase sinônimo de análise de mensagens escritas e impressas, ao ponto de até as mensagens orais serem analisadas sob a forma de transcrições. Para Fonseca Junior (2009), atualmente a análise de conteúdo se encontra mais desenvolvida nas análises de materiais impressos, e em segundo plano, ficam os estudos de mensagens sonoras e audiovisuais. Em último plano, encontram-se as mensagens dos outros canais sensoriais, estas muito pouco estudadas.

A partir dessas técnicas Flick (2009) aponta que “a Análise de Conteúdo é um dos procedimentos clássicos para analisar o material textual, não importando qual a origem desse material” (FLICK, 2009, p. 291), cujo objetivo principal é reduzir o material empírico. Nesta pesquisa, a capacidade de reduzir o material e criar categorias facilita o trabalho comparativo entre o caso argentino e brasileiro através da apresentação de algumas frequências, como por exemplo a origem dos materiais, atores principais e tipo de conteúdo, que servem para uma aproximação inicial aos mesmos.

A Análise de Discurso (AD) é apontada por Gonçalves (2016) como uma das técnicas da Análise de Conteúdo. A Análise de Discurso “propõe o entendimento de um plano discursivo que articula linguagem e sociedade, estas intercaladas pelo contexto ideológico” (GONÇALVES, 2016, p. 10). Diferentemente da Análise de Conteúdo, a Análise do Discurso articula o linguístico e o social não se limitando “a ser um suporte do pensamento ou um instrumento de comunicação, mas apreendida como interação e uma construção social” (GONÇALVES, 2016, p. 10).

A Análise de Discurso trabalha com o *sentido* e não com o conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido. A Análise do Discurso tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, verbais ou não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação (CAREGNATO; MUTTI, 2006). Pressupõe-se, assim, que o discurso não se restringe a uma estrutura ordenada de palavras, nem a uma descrição ou a um meio de comunicação, tampouco se reduz a mera expressão verbal do mundo (CHIZZOTTI, 2010).

Não existe apenas uma linha de Análise do Discurso, existem muitos estilos diferentes, com enfoques variados, a partir de diversas tradições teóricas, porém todas reivindicando o mesmo nome. O que esses diferentes estilos parecem ter em comum, ao tomar o discurso como objeto, é que compartilham de uma rejeição da noção de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social interpretação (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

A Análise do Discurso busca os efeitos de sentido relacionados ao discurso e preocupa-se em compreender os sentidos que o sujeito manifesta por meio dele, “enquanto a Análise de Conteúdo se fixa, principalmente, no conteúdo do texto, sem fazer relações além deste, e espera compreender o pensamento do sujeito mediante o conteúdo expresso no texto, numa concepção transparente de linguagem” (GONÇALVES, 2016, p. 20). Gonçalves (2016) afirma sobre o seu trabalho comparativo entre a Análise do Discurso e a Análise de Conteúdo que uma limitação para o aprofundamento do mesmo esteve dada pela dificuldade em encontrar, na literatura especializada, trabalhos voltados à discussão dos procedimentos necessários para realizar uma Análise do Discurso.

Assim, as mensagens emitidas pelos políticos são aqui interpretadas não somente a partir do que é explicitamente dito em palavras, mas também dos *contextos* em que elas são ditas, considerando ainda os gestos, as entonações, a ironia, e outros modificadores de sentido que numa transcrição de conteúdo não poderiam ser percebidos. Portanto, será incluída na análise do conteúdo, a análise do discurso.

5.1 POR QUE O YOUTUBE?

A escolha do YouTube como fonte de dados está vinculada tanto a questões práticas, como a facilidade e a praticidade de acesso de um material online no contexto da pandemia do Covid-19, quanto teórico-empíricas (LEWIS 2018a; 2018b; 2020; MUNGER; PHILLIPS, 2020; TUFECKI, 2018) entre as quais destaca-se a crescente centralidade do YouTube como fonte de informação e notícias. Outra razão para a escolha é porque a mídia tradicional vem perdendo centralidade e credibilidade diante das mídias digitais, particularmente entre os jovens (ORSI, 2017), e porque se percebe um aparente desinteresse dos pesquisadores no estudo da plataforma. Apesar do YouTube atualmente representar um banco de vídeos infinitamente extenso, global e em contínua expansão, sendo uma das redes sociais¹⁰³ mais populares,¹⁰⁴ a mesma não é incorporada nas pesquisas com a mesma intensidade que outras redes sociais de menor alcance – a exemplo do Twitter.¹⁰⁵

Os discursos produzidos nestas mídias digitais em forma de vídeo são geralmente pouco utilizados e explorados, em parte pela dificuldade que o próprio material oferece para o seu tratamento, como também pela falta de referências e metodologias que utilizem o YouTube como fonte de dados. O YouTube surgiu em 2005 nos Estados Unidos, e embora pudesse ser acessado desde então, as versões brasileira e argentina foram lançadas em 2007 e 2010, respectivamente. Não é raro, então que a maioria dos textos clássicos das metodologias de análise de conteúdo ou análise de discurso, não mencionem ou considerem este tipo de veículo.

¹⁰³ Muitas vezes o YouTube não é considerado entre as redes sociais, porém ele possui as mesmas características que Facebook e Instagram, seus usuários criam perfis e compartilham conteúdo audiovisual e podem receber comentários dos seus seguidores, os que também podem qualificar as postagens positiva ou negativamente.

¹⁰⁴ Em 2018, YouTube ficou em 2º, após o Facebook em número de usuários ativos a nível global. Paralelamente o relatório também mostra que Brasil e Argentina localizam-se nos 3º e 8º lugar em horas ao dia na internet. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2018-global-digital-overview>

¹⁰⁵ A modo de exemplo, enquanto o termo “Twitter” procurado no site do *Journal of Sociology* (<https://journals.sagepub.com>), no Google Acadêmico, e no Scielo.org produziu 53, 1.310.00 e 311 resultados, a busca pelo termo “YouTube” somente produziu 25, 389.000 e 178 resultados respectivamente. Acesso em: 23 nov. 2021.

Para vários pesquisadores, uma das características centrais do YouTube é a sua tendência ao extremismo. Em termos teóricos, a primeira destas interpretações parte da ideia de um “buraco de coelho” no algoritmo de YouTube que levaria para conteúdos mais radicais e extremistas, independentemente de qual for o ponto de partida. Esta ideia é defendida por Zeynep Tufekci, que aponta que o algoritmo do YouTube tende a recomendar (e reproduzir automaticamente) vídeos de conteúdos radicalizados (tanto à esquerda quanto à direita). No estudo proposto por Tufekci (2018), a autora afirma que após assistir vídeos sobre Trump, o algoritmo a conduziu para vídeos sobre supremacistas brancos. Ao assistir vídeos sobre Hillary Clinton (pois a experiência foi feita em 2016) foi levada para conteúdos abordando teorias conspiratórias sobre a participação do próprio Estado no ataque às torres gêmeas. Por fim, em sua busca por vídeos não políticos, questões sobre o vegetarianismo a levaram ao veganismo e vídeos de corridas leves levaram à ultramaratonas. O estudo sugere que esta tendência ao radicalismo na plataforma é efeito da relação entre a inteligência artificial (algoritmo) e o modelo de negócios da Google (TUFEKCI, 2018).

O YouTube lucra com o tempo que as pessoas passam dentro do site, através das publicidades, assim o seu objetivo é “prender” os usuários às mesmas, chamando a sua atenção das mais diversas maneiras. A autora afirma que o algoritmo descobriu que as pessoas tendem a ficar mais tempo no site quando se lhes proporciona conteúdo mais radicalizado ou extremo. Assim, a tendência ao radicalismo, como a conteúdos polêmicos, explícitos, ou chocantes, seria uma dessas estratégias.

Porém, Lewis (2020), Munger e Phillips (2020) apontam que embora os algoritmos do site sejam de difícil acesso para os pesquisadores, assemelhando-se a “uma caixa preta”¹⁰⁶ (MUNGER; PHILLIPS, 2020), estes são só um dos vários elementos explicativos da presença da direita nesta rede social. Há evidências de que em 2019 aconteceu uma mudança nos algoritmos do site, que supostamente teria diminuído a presença dos conteúdos radicais. Os pesquisadores apontam que isto teria acontecido *supostamente* porque a mudança foi obscura (LEWIS, 2020) e não se tem como saber quais foram os alcances reais dela. Lewis aponta que embora o site tenha anunciado modificações no algoritmo, somente uma pesquisa (LEDWICH; ZAITSEV, 2019) muito questionada pela qualidade da sua metodologia achou que ele não mais recomendava conteúdo extremista. No entanto, considerando que uma mudança significativa efetivamente teve lugar, para Lewis (2020), Munger e Phillips (2020), isto não teria alterado a dinâmica do site: “conforme a minha pesquisa, o YouTube pode

¹⁰⁶ “Nunca podemos ter certeza se o conteúdo afeta as visualizações somente através do interesse do observador ou se está mediado pela priorização (*privileging*) do algoritmo” (MUNGER; PHILLIPS, 2020, p. 2).

remover o algoritmo de recomendação inteiramente amanhã e continuará a ser uma das maiores fontes de propaganda da ultradireita e da radicalização online” (LEWIS, 2020). Seu argumento é que além do algoritmo existem dois outros aspectos importantes na propaganda das direitas radicais no YouTube, no caso, o papel da cultura das celebridades e a comunidade (LEWIS, 2020).

No mesmo sentido, Munger e Phillips (2020) apontam que além dos algoritmos é importante considerar

que a ameaça apresentada por alguns conteúdos de direita no YouTube vem da capacidade dos criadores de atrair (*draw*) às comunidades de públicos comprometidos que mutuamente cria e reforça cânones políticos radicais, incluso aqueles que promovem o ódio (MUNGER; PHILLIPS, 2020, p. 2-3).

Este argumento é a base da cultura das celebridades e a comunidade descrita por Lewis (2020) pois a produção de vídeos nas casas dos próprios criadores (*YouTubers*), sem mediações da infraestrutura da mídia *mainstream* contribui na criação de “autenticidade” e “transparência”. O processo de *gatekeeping* (WHITE, 1950) característico da mídia tradicional está sendo “radicalmente reduzido, e as pessoas estão, cada vez mais, obtendo suas notícias através de conteúdos gerados pelos usuários (MUNGER; PHILLIPS, 2020, p. 5). Esse fator também é potencializado pela permanente diminuição de custos de criação deste conteúdo e a significativa diferença *vis-a-vis* com a televisão tradicional.

A sensação de autenticidade acontece também pela produção de um processo de “relações parasociais” (*parasocial relationships*) onde os públicos que visualizam um indivíduo por horas e horas ininterruptas de transmissão online, com a possibilidade de interagir (através de mensagens) desenvolvem uma sensação de proximidade e de reconhecimento “genuíno” com a “celebridade” em questão (LEWIS, 2020). Quando estes atores convidam outras personalidades para participar nos seus canais, incrementa-se a popularidade destes convidados com maior facilidade. Nessa perspectiva, um YouTuber conservador/liberal, ao manter uma conversa com, por exemplo, negacionistas do racismo, supremacistas brancos, homofóbicos, etc., mesmo que o primeiro se expresse em desacordo com estas posições, ele contribui na legitimação e difusão dos canais (de YouTube) destes personagens e valida por tabela suas posições (ou seja, gera “engajamento”, e os considera interlocutores válidos).

Em relação às diversas vertentes da ultradireita nos Estados Unidos, as quais colaboram umas com outras, Ezra Klein (2018) afirma que “se você passa muito tempo escutando a direita reacionária você vai achar que a linha de corte passa pelas questões de

justiça social” (2018). Aponta que existem diversas opiniões sobre a economia, Trump, casamento homoafetivo e ateísmo dentro da mesma comunidade. Esta direita reacionária “é muito mais receptiva de visões diferentes em questões como saúde, papel do Estado e impostos que o Partido Republicano moderno. Mas você não pode ser simpático com os *Social Justice Warriors* (SJWs)”¹⁰⁷ (KLEIN, 2018).

Diferentemente da mídia escrita ou do rádio, a própria natureza da mídia de vídeo incrementa a capacidade de comunicar emoções e a capacidade de gerar respostas emotivas. Isto ocorre porque o vídeo “aproveita-se tanto dos sistemas cognitivos que separadamente processam as informações verbais e visuais” (MUNGER; PHILLIPS, 2020, p. 10), enquanto o texto somente aporta informação verbal. Paralelamente, assinalam que há evidência (TRITT *et al.*, 2016) de que os conservadores respondem mais aos estímulos emocionais e que as elites conservadoras atraem mais atenção a partir de conteúdo vinculados ao medo e a raiva que as elites liberais¹⁰⁸ (MUNGER; PHILLIPS, 2020). A partir disso os autores deduzem que esta modalidade (vídeo) seria uma via privilegiada para a difusão dos conteúdos da direita.

Para o cenário norte americano, apontam Munger e Phillips (2020) que de fato, os usuários mais prováveis de YouTube se encaixam na descrição de pessoas que podem ser levadas para criadores de conteúdo às margens/extremo (*fringe*). Conforme Vraga e Tully (2019), jovens e homens são os que apresentam maior tendência a acessar mais a plataforma. Adicionalmente, pessoas com fracos laços com as instituições *mainstream* tendem mais a usá-la, “isto inclui independentes políticos, aqueles com um alto conflito de aceitação, baixa eficácia, e aqueles com uma combinação de forte interesse político e baixa educação/alfabetização” (MUNGER; PHILLIPS, 2020, p. 13).

Por outra parte, a pesquisa de Lewis mostra que “os usuários não sempre tropeçam com conteúdo mais e mais extremista – de fato as audiências frequentemente demandam este tipo de conteúdo dos seus criadores preferidos” (Lewis, 2020). Se uma audiência já radicalizada solicita conteúdo mais radicalizado e coletivamente pagam por esse conteúdo através das visualizações, os criadores têm incentivos e demanda para fazê-lo. Os criadores não se beneficiam somente de parte das publicidades que o YouTube (*YouTube Partner Program*) paga para os conteúdos com muitas visualizações, já que como destaca Lewis (2020), existem outras duas ferramentas de financiamento que se combinam entre si, e muitas

¹⁰⁷ *Social Justice Warrior* ou SJW (em português: justiceiro social) é um termo pejorativo utilizado para se referir a pessoas, instituições ou mesmo ações que têm como base visões socialmente progressistas, como a defesa dos direitos humanos, feminismo, secularismo, movimento LGBTQIA+ (diversidade sexual), movimento negro, entre outros.

¹⁰⁸ No contexto norte-americano, os liberais são opostos aos conservadores. No cenário latino-americano seria mais adequado dizer “progressistas”.

vezes acabam sendo tão eficientes que os criadores passam a se dedicar exclusivamente à criação de conteúdo. Uma delas é o pagamento que a audiência pode fazer numa sessão de *streaming* para que os próprios comentários sejam visualizados com prioridade pelo criador; e a outra é a conjugação do YouTube com uma plataforma de financiamento coletivo (por exemplo, Patreon). Outras redes sociais como Facebook ou Instagram carecem deste tipo de pagamento para os produtores de conteúdo.

Para Lewis estes influenciadores políticos estão “adotando sinais identitários afiliados a contraculturas prévias, mas o conteúdo real dos seus argumentos busca reforçar as hierarquias culturais, racial e de gênero dominantes” (LEWIS, 2018a, p. 24). Munger e Phillips (2020) destacam que o YouTube é somente uma continuidade nas formas de agir da ultradireita, “representa o próximo passo na longa linha de tentativas de tanto os conservadores quanto da ultradireita de obter vantagem das tecnologias de comunicação” (MUNGER; PHILLIPS, 2020, p. 5). Os autores sustentam esta afirmação mostrando como os grupos religiosos pentecostais, antissemitas e conservadores têm utilizado o rádio e a televisão desde o surgimento das mesmas. A principal diferença é que YouTube se constitui um espaço de atuação transacional e muitos dos maiores canais e “celebridades” do mesmo nos Estados Unidos, não residem ou emitem (broadcast) desde o país. Nesse sentido, Munger e Phillips (2020) sublinham que não tem sido desenvolvidas “muitas pesquisas sistemáticas que mostrem o engajamento da ultradireita no YouTube para além de estudos de casos específicos” (MUNGER; PHILLIPS, 2020, p. 7), fora os trabalhos de Lewis (2020) e Horta Ribeiro (2019).

No seu reporte, Lewis mapeia uma série de personagens que ela entende constituírem uma “rede alternativa de influenciadores” (AIN – pelas suas siglas em inglês) que inclui “uma variedade de estudiosos, eruditos midiáticos, e celebridades de internet que usam o YouTube para promover uma diversidade de posicionamentos políticos que vão desde o libertarianismo e conservadorismo *mainstream* todo o caminho até o evidente nacionalismo branco” (LEWIS, 2018, p. 2). Estes criadores de conteúdo afirmam prover fontes alternativas de notícias e comentários políticos e funcionam como influenciadores políticos que adotam as técnicas dos influenciadores de marcas para “vender” a ideologia da ultradireita (LEWIS, 2018). Lewis (2018) reconhece também a centralidade do YouTube como ator político ao referir uma pesquisa de 2018 do *Pew Research Center*, cujos achados dizem que 73% dos adultos nos Estados Unidos utilizam o YouTube, e que dita porcentagem incrementa-se para 94% entre os

jovens de 18 a 24 anos. Paralelamente, a confiança na mídia *mainstream* encontra-se cada vez mais diminuída, sendo do 32% para o *Gallup Poll* de 2016.¹⁰⁹

Por outra parte, Munger e Phillips (2020) apontam também para a importância desta rede social (YouTube) e a chamativa falta de pesquisas sobre ela, em relação com outra rede social muito menos popular (Twitter). A título de exemplo, Perrin e Anderson (2019) mostram que nos Estados Unidos o YouTube é a rede social com mais usuários. O mesmo acontece na Argentina¹¹⁰ e no Brasil.¹¹¹ Procurando mapear os estudos feitos a partir do YouTube, Munger e Phillips (2020) asseveram que na amostragem composta pela *American Political Science Review*, a *American Journal of Political Science*, e *Journal of Politics*, somente oito artigos faziam alguma menção ao site. Quase todos mencionando o YouTube como parte de um subconjunto de redes sociais. Além disso, entre os três jornais foram encontrados 15 artigos baseados na análise quantitativa das informações do Twitter, mas nenhum fazendo o mesmo a partir do YouTube.

Adicionalmente, Lewis (2018) incorpora o argumento de Crystal Abidin (2016), a qual aponta que a “cultura das celebridades e dos *influencers* é normalmente tida como presumivelmente ‘frívola’ e que isso leva à sua subestimação entre os acadêmicos e jornalistas” (LEWIS, 2018, p. 59), fazendo com que o fenômeno que ela descreve passe despercebido.

Já o trabalho de Horta Ribeiro *et al.* (2019) perfaz uma análise centralmente quantitativa das interações entre os distintos grupos da ultradireita com foco no crescimento e sobreposição dos seus públicos. Os pesquisadores concluem que os conteúdos mais extremos possuem uma taxa de comentários muito maior que os conteúdos menos extremos, e uma maior atividade dos seus membros (o que incrementa o engajamento e a importância dos canais), ao mesmo tempo perceberam que os mesmos usuários estavam mais inclinados a comentar nos diversos grupos,¹¹² o que leva também a uma significativa migração entre os grupos. Além disso, constataram em simulações do algoritmo de recomendações que os

¹⁰⁹ Art Swift, “Americans’ Trust in Mass Media Sinks to New Low” Gallup (blog), Sept. 14, 2016, Disponível em: <http://www.gallup.com/poll/195542/americans-trust-mass-media-sinks-new-low.aspx>. Acesso em: 5 maio 2022.

¹¹⁰ Disponível em: <https://branch.com.co/marketing-digital/estadisticas-de-la-situacion-digital-de-argentina-en-el-2020-2021/> Acesso em: 5 maio 2022.

¹¹¹ Disponível em: <https://webcompany.com.br/o-poder-das-redes-sociais-no-cotidiano-dos-brasileiros/> Acesso em: 5 maio 2022.

¹¹² Para essa pesquisa foram identificados três grupos, the “*Intellectual Dark Web*” (I.D.W.), o “Alt-lite” e a “Alt-right”. Enquanto a I.D.W. tende a discutir questões controversas como raça e QI sem necessariamente defender posicionamentos extremos, membros da Alt-right defendem ideias como a do Etno-Estado branco. No meio destas posições se encontram os grupos da Alt-lite que negam abraçar a ideologia do supremacismo branco, embora frequentemente flertem com conceitos associados – “grande substituição”, conspirações globais, etc. (HORTA RIBEIRO *et al.*, 2019).

integrantes de um grupo levavam facilmente a recomendações dos outros grupos. Em uma amostra de 900 comentários analisados, os pesquisadores identificaram apenas 5 como contrários ao conteúdo do vídeo, o que junto com uma alta proporção de curtidas (frente aos canais da mídia *mainstream*), “sugere que as pessoas interagindo com as três comunidades concorda com seus vídeos” (HORTA RIBEIRO *et al.*, 2019, p. 10).

Na linha dos argumentos desenvolvidos até aqui e, em contraposição com a proposta de Inglehart e Norris (2019), em 2018, o jornalista Mark Oppenheimer, publicou uma coluna no jornal *Mother Jones* – veículo midiático sem fins lucrativos –, intitulado “Dentro do império da direita no YouTube que está silenciosamente tornando os *millennials* em conservadores”.¹¹³ No artigo, Oppenheimer descreve o acionar do canal “*PragerU*” (*Prager University*, de Dennis Prager) dedicado à produção de vídeos “educativos” de no máximo cinco minutos e aponta que os “estudantes” não obtêm um diploma por assistir os vídeos, mas que um “observador dedicado pode sair com a consistente perspectiva conservadora de uma mesquinha personalidade de 69 anos que carece das avaliações dos seus tempestuosos colegas – os Sean Hannitys, Mark Levins e Alex Joneses¹¹⁴ – mas possui uma disposição mais reconfortante”¹¹⁵ (OPPENHEIMER, 2018).

As ideias mobilizadas pelo canal (por exemplo, que a polícia não possui um viés contra os negros, que é questionável se a mudança climática é efeito da ação do homem, oposição aos direitos animais, ou ao incremento do salário-mínimo) se aliam à visão de *Prager* que disse para Oppenheimer que “as universidades estão fechando, sem mencionar à demonização que fazem das ideias não de esquerda” (OPPENHEIMER, 2018) e que a mídia “não fica atrás”. Por isso o seu objetivo é falar das coisas que importam “economia, o bem e o mal, América, Israel, religião, Deus, etc.” (OPPENHEIMER, 2018), para imbuir os jovens com os “princípios sobre os quais América foi fundada” (OPPENHEIMER, 2018) e demonstrar “porque a sociedade ocidental não sobreviveria à morte dos valores judaico-cristãos” (OPPENHEIMER, 2018). Estas declarações não são novas, nem diferem em essência do núcleo duro do conservadorismo e da ultradireita nos Estados Unidos, mas o interessante é que mais do 60% das visualizações do *PragerU* são jovens menores de 35 anos, de acordo com as estatísticas do próprio YouTube (OPPENHEIMER, 2018). Esta geração de

¹¹³ “Inside the Right-Wing YouTube Empire That’s Quietly Turning Millennials Into Conservatives” Disponível em: www.motherjones.com/politics/2018/03/inside-right-wing-youtube-turning-millennials-conservative-prageru-video-dennis-prager/ Acesso em: 6 maio 2022.

¹¹⁴ Apresentadores de TV e rádio conservadores Estadounidenses.

¹¹⁵ *PragerU* “students” don’t earn degrees, of course. Yet a dedicated viewer might walk away with the consistently conservative outlook of a charming, curmudgeonly 69-year-old radio personality who lacks the ratings of his blustery peers – the Sean Hannitys and Mark Levins and Alex Joneses – but boasts a more reassuring disposition.

novos conservadores contrapõe-se à ideia de mudança geracional de valores proposta por Inglehart e Norris (2019), e mostra que nenhuma tendência na evolução dos valores pode ser tomada como norma.

Na matéria, Oppenheimer (2018) aponta que a esquerda também faz as próprias tentativas de atrair público para conteúdos virtuais, mas que de forma muito menos bem sucedida. A tendência a apresentar vídeos maiores, mais complexos e com menor presença de celebridades explica uma parte do insucesso, ao contrário do que se observa em “*PragerU*”, canal que apresenta vídeos com frases curtas, de impacto, explicações simples, informações falsas e incompletas – que quase ninguém se ocupa em conferir – e a presença de celebridades online, um maior orçamento e dedicação exclusiva de, pelo menos, vinte funcionários. Estas características, junto com as particularidades da mídia audiovisual no impacto dos conservadores, relatadas por Munger e Phillips (2020) fornecem indícios mais do que suficientes para entender e procurar analisar a participação das direitas no YouTube.¹¹⁶

A partir do texto de Beca Lewis (2020), compreende-se que o estilo de vídeo proveniente do YouTube também deve ser analisado. Ela aponta que o YouTube foi descrito em termos democratizantes, pois as pessoas podem transmitir conteúdo para os seus fãs a partir de seus lares, criando um senso de intimidade e autenticidade que está ausente em outros tipos de mídia. Nesse sentido, sugere que as estéticas menos elaboradas contribuem para o estabelecimento destas sensações, tornando-se um importante elemento a considerar à par das mensagens.

A análise das imagens (estética dos candidatos, qualidade do áudio e do vídeo, os cenários utilizados nos vídeos, entre outros elementos) apresenta uma dificuldade extra, pois a consideração sobre a mesma depende da interpretação subjetiva do analista. Perguntas orientadas à análise das imagens – por exemplo: Bolsonaro e Macri se apresentam com boa aparência ou desarrumados nos seus vídeos? Mostram-se nervosos ou confortáveis ao falar

¹¹⁶ Nos primeiros dias de 2021 a maior parte do mundo acordou com a notícia da invasão do Capitólio da maior potência militar do mundo, os Estados Unidos. Mobilizados por Donald Trump, que se negava a aceitar os resultados da eleição presidencial favorecendo Joe Biden em lugar da sua reeleição. Os apoiadores de Trump tentaram impedir a confirmação do novo governo pelos parlamentares aduzindo fraude eleitoral. O resultado foram cinco pessoas mortas, quatro dos manifestantes e um dos poucos policiais que defendia o prédio. O então presidente Trump tinha convocado através das suas redes sociais, entre elas o seu canal de YouTube à manifestação. Posteriormente, durante a troca presidencial diversas redes sociais decidiram inabilitar as contas do então presidente Trump por risco instabilidade democrática, e fake News. Dentre os opositores do Trump, embora muitos parabenizaram a decisão das plataformas, outros começaram se questionar sobre os perigos de aceitar que empresas privadas decidam deliberadamente quem pode o não se manifestar sem precisar se justificar, numa época em elas são cada vez mais importantes para a comunicação social. Algo similar aconteceu com a conta de YouTube do Bolsonaro, em 2021, quem teve diversas *lives* apagadas por difundirem informação falsa sobre a pandemia de Covid-19. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2021/07/21/youtube-remove-videos-do-canal-do-presidente-jair-bolsonaro.ghtml> Acesso em: 7 maio 2022.

em frente às câmeras? São grosseiros ou enfáticos nas suas expressões? Qual é o cenário em que o vídeo é filmado? E o que implica o mesmo? Os vídeos são ao vivo ou editados? São espontâneos ou ensaiados? – podem ter diversas respostas. Além de não ter encontrado um parâmetro útil nos dois casos para esta avaliação (ou não ter conseguido desenvolver um), a minha relação com os mesmos poderia ter influenciado a mesma.

Por outro lado, por exemplo, por terem estilos discursivos diferentes, expressam o nervosismo de diversas maneiras, mas isso não permite dizer que Bolsonaro fique mais nervoso que Macri quando é contradito. Portanto, para contornar as dificuldades analíticas que a dimensão visual pode criar, embora esteja presente, será complementar à análise de conteúdo, sendo mobilizados elementos visuais e sonoros quando for relevante para a compreensão das mensagens – especialmente no momento de comparação dos discursos.

Na mesma linha dessa inquietação pessoal, Freedden (2022) aponta para a questão da transmissão não verbal das ideologias – em músicas, imagens, arte e publicidade – e a dificuldade que nós pesquisadores temos para incorporar estas dimensões. Afirma que estas formas de expressão da ideologia

têm sido localizadas no domínio dos estudos culturais e ainda não se relacionaram adequadamente com a teoria política como mais uma fonte de evidência para o pensamento político e para as atitudes que restringem esse pensamento. O problema aqui é óbvio: como teóricos políticos, recebemos treinamento na análise e interpretação de palavras e textos – o logocentrismo de Jacques Derrida – mas não de imagens. No entanto, a política – e a ideologia – ocorre de forma importante através da visão e do som não verbal: marchas, motins, hinos, uniformes, bandeiras, sirenes, a arquitetura das instituições públicas, a posição quando um dignitário entra na sala, os desenhos animados, as expressões faciais dos oficiais de imigração, a estrutura e a disposição dos assentos das mesas de negociação, torcendo por uma equipe esportiva nacional, para dar algumas instâncias aleatórias. A maioria dessas mensagens é complexa, algumas são subliminares e muitas substituem a expressão verbal – cada vez mais nas sociedades modernas onde a rápida disseminação de ideias através de símbolos visuais emocionais foi descoberta como sendo extremamente eficaz, mais do que o argumento racional (FREEDDEN, 2022, p. 29).

Espero que em futuros trabalhos possa voltar sobre esta questão de maneira mais detida e satisfatória, pois a interpretação das imagens e os gestos é fundamental para aprofundar o conhecimento sobre a comunicação política e as ideologias.

6 CAMPO

Para a Análise do Discurso dos conteúdos dos vídeos, os materiais foram organizados em torno dos elementos previstos na teoria. Em primeiro lugar foram reconstruídas as referências feitas nos vídeos à figura do líder, do seu grupo político e da oposição, quer dizer, o “*nós*”, de um lado, e “*eles*”, do outro lado, o inimigo. Na sequência, foram identificadas as ações dos opositores (*eles*), no caso, as mensagens que falavam sobre o mal, a traição – nos termos do populismo - que estes fizeram para desviar o povo do seu merecido destino, e finalmente as temáticas específicas que foram mobilizadas durante a campanha. Nesse contexto, buscou-se identificar quais questões tiveram destaque, ou primazia, e quais apareceram mais periféricamente. Isto porque, como as teorias mostram, há um conjunto de temas sobre os quais as direitas e ultradireitas costumam ter domínio da agenda e uma preocupação central (imigração, segurança, corrupção) e um conjunto de temáticas secundárias (mídia, relações exteriores, economia, religião), que se entrelaçam de diversas maneiras. Além disso, a diferenciação entre os casos está não só na forma em que descrevem aos seus adversários, mas nas questões que lhes preocupam.

Mas, antes de iniciar com a Análise do Discurso propriamente dita, e a análise das mensagens transmitidas pelos canais de YouTube dos candidatos a partir das categorias expostas pelas teorias, foi feita uma breve quantificação preliminar dos conteúdos para extrair algumas informações e apontamentos iniciais. Foram observados aspectos como a origem dos vídeos, os atores protagonistas em cada um deles, tempo de duração, bem como os títulos e as descrições.

Em relação à *origem* dos vídeos, a contagem se deu a partir da determinação da mesma em torno de duas categorias possíveis;

I) *Vídeos de própria autoria*: são vídeos que tenham sido produzidos pelos candidatos, suas equipes de campanha, ou ainda que sejam produzidos por outras pessoas, possua na publicação do YouTube alguma edição feita pelos candidatos. Estes vídeos foram considerados como “*Próprios*”.

II) *Vídeos de autoria externa*: são, por outro lado, aqueles vídeos que sejam a mera reprodução de vídeos produzidos por outros, isto é, gravados por outros; entre os quais se encontram vídeos da mídia *mainstream*, vídeos de apoiadores e vídeos de outros partidos. Estes vídeos foram considerados como “*Alheios*”.

As fontes *bloqueadas* pelos proprietários pertencem à categoria “alheios”, porém foram classificadas separadamente para determinar o volume de vídeos que, atualmente não estão mais disponíveis na plataforma.

Em alguns vídeos a determinação da origem do vídeo foi um pouco duvidosa, particularmente no caso do canal de Bolsonaro, pois há vídeos que foram registrados a partir de uma conversa do candidato com uma rádio (a filmagem se fez na casa do candidato, com um celular, e o vídeo foi considerado como “próprio”). Também existem casos em que o vídeo foi produzido originalmente pela mídia *mainstream* e no canal aparece recortado, mas não exatamente editado (neste caso seria considerado como “alheio”). Nos casos em que foram inclusas frases ou edições nos vídeos originais da mídia, esses conteúdos foram classificados como “próprios”.

Por outro lado, a quantificação dos vídeos também considera outro elemento do conteúdo, a *presença e agência dos atores* no mesmo. Esta categorização não responde a nenhum padrão estatístico, pois um vídeo pode ser protagonizado por vários atores distintos (por exemplo, Macri junto com alguns dos seus possíveis ministros) e inclusive da mesma categoria (vários candidatos) ou por ninguém. O objetivo de se fazer a classificação é perceber a relação existente entre o protagonismo do candidato (Macri ou Bolsonaro) e outros atores e elementos, para poder considerar qual é a centralidade da figura do líder tanto na própria campanha quanto comparativamente com o outro caso. Ao mesmo tempo, os vídeos bloqueados pelos proprietários não puderam ser analisados e, portanto, os atores presentes neles não são contabilizados (embora seja possível achar os vídeos em outros canais de YouTube).

Para esta classificação, foram considerados seis tipos de atores possíveis:

- I) *O próprio candidato*: quando Macri ou Bolsonaro aparecem nos próprios vídeos. Não é contabilizado o protagonismo quando são referidos em falas de outros atores, na sua ausência.
- II) *Apoiadores anônimos*: são os vídeos enviados pelo público. As pessoas que aparecem no vídeo não são famosas (políticos, empresários, esportistas), nem personalidades importantes. Não estão roteirizados.
- III) *Apoiadores famosos*: vídeos feitos por apoiadores do candidato que possuem algum grau de conhecimento público. Podem ser celebridades da mídia, artistas, professores, esportistas, empresários, etc.

IV) *Outros candidatos*: vídeos nos quais aparecem outras personalidades políticas do partido do candidato, que estão se candidatando para outros cargos públicos, que acabam de ser eleitos ou que, caso o candidato seja eleito, vão fazer parte da equipe de ministros.

V) *Atores e políticos opositores*: personalidades políticas de ideologia ou pertencimento partidário contrário ao candidato. Ou publicidade na qual se fala centralmente do partido/grupo político contrário ao candidato.

VI) *Publicidades sem o candidato*: vídeos nos quais nenhum indivíduo aparece protagonizando a ação, embora as mensagens do candidato estejam inclusas no mesmo.

Em termos de ***duração dos vídeos*** a classificação dos mesmos pode ser dividida em cinco tipos: I) Vídeos que possuam menos de um minuto; II) Vídeos que possuam entre um e quatro minutos; III) Vídeos que possuem entre quatro minutos e quinze minutos; IV) Vídeos que possuam entre quinze minutos e meia hora; e, V) Vídeos de mais de meia hora.

A determinação das categorias corresponde por um lado ao fato de algumas plataformas limitarem a duração dos conteúdos nelas postados (Instagram), e ao fato de as publicidades na televisão serem muito caras. Assim, possuir muitos vídeos de curta duração é uma característica de uma campanha mais organizada, em função das mídias nas quais se pensa em veicular os conteúdos. A distribuição dos tempos será analisada isoladamente, mas adquire maior centralidade na contraposição dos dois cenários.

Os ***títulos*** e as ***descrições*** dos vídeos são a única parte da postagem do YouTube que possibilita informar de maneira escrita o conteúdo do vídeo antes dele ser visualizado. A descrição permite incluir links a outros sites. Às vezes, título e descrição conseguem mudar o sentido do vídeo. Por exemplo, quando o vídeo pertence a um opositor, a descrição e o título podem sugerir que o opositor está mentindo no mesmo. Por ser o primeiro elemento que possui conteúdo próprio dos donos do canal, o título e a descrição podem ser classificados de diversas maneiras; a mobilização de emoções (alegria, indignação), sendo descritivos ou valorativos do conteúdo, reproduzindo o conteúdo do próprio vídeo ou trazendo novas/distintas narrativas, ou inclusive a partir da lógica do confronto, seja em torno das publicidades negativas (sobre o opositor) quanto nas positivas (sobre o candidato).

No caso de Macri, optei – em função da natureza do material – por fazer um detalhamento das principais questões que apareceram nos títulos e descrições dos seus vídeos, enquanto na avaliação do material de Bolsonaro, além disso fiz uma classificação em torno dos títulos confrontativos.

6.1 POBREZA ZERO, UNIR OS ARGENTINOS E COMBATER O NARCOTRÁFICO: MAURICIO MACRI

Ao longo dos 26 dias de campanha que caracterizam o material analisado, Mauricio Macri repetiu insistentemente os mesmos *slogans* e “histórias”, de maneira tão parecida que algumas vezes duvidei se não estaria transcrevendo o mesmo vídeo pela segunda vez. Que haja certa homogeneidade no discurso, é razoável em qualquer campanha, desde que o candidato e o partido possuam um conjunto afinado de ideias e procurem colocar certos temas na agenda como questões principais pelas quais deveriam ser apoiados. No caso de Macri não é esta homogeneidade que chama a atenção, mas a exatidão no uso de termos e frases.¹¹⁷

Em termos gerais, a campanha foi marcada por um tom intimista e pessoal; muitos dos vídeos compartilhados pelo candidato reproduzem entrevistas que ele deu no período, e nelas, não é estranho que entre 30% e 40%¹¹⁸ do tempo as conversas versem sobre futebol ou sua família, particularmente a sua filha menor, Antônia – que na época tinha 4 anos – e sua esposa, Juliana, que mesmo não possuindo militância partidária nem formando parte das listas eleitorais, era chamada a participar recorrentemente das entrevistas e emitir sua opinião. Fortalecendo ainda mais este tom intimista da campanha, repetidamente Juliana é questionada sobre a possibilidade de se mudar,¹¹⁹ como pensa sobre se a eleição do marido vai alterar sua vida, e as características pessoais do “Mauricio”. Macri também é questionado repetidamente sobre o relacionamento que mantém com o seu pai, Franco, desde que o mesmo foi sempre muito crítico da posição política do filho.

Macri expressa mais do que propostas de políticas públicas, as sensações que os eleitores têm após o primeiro turno (alegria e esperança) e que o seu governo será diferente pois ele consegue gerar (ou possui) confiança (na sua equipe, nos eleitores, nos investidores, nos governos de outros países, etc.).

¹¹⁷ Ao longo da sua carreira política, Macri foi flagrado diversas vezes ensaiando discursos e falas. Seus adversários sempre apontaram para o fato das suas intervenções terem “roteiros”. Disponível em: <https://twitter.com/CasaArgentinaAR/status/849660854106808324/photo/1> Acesso em: 8 maio 2022.

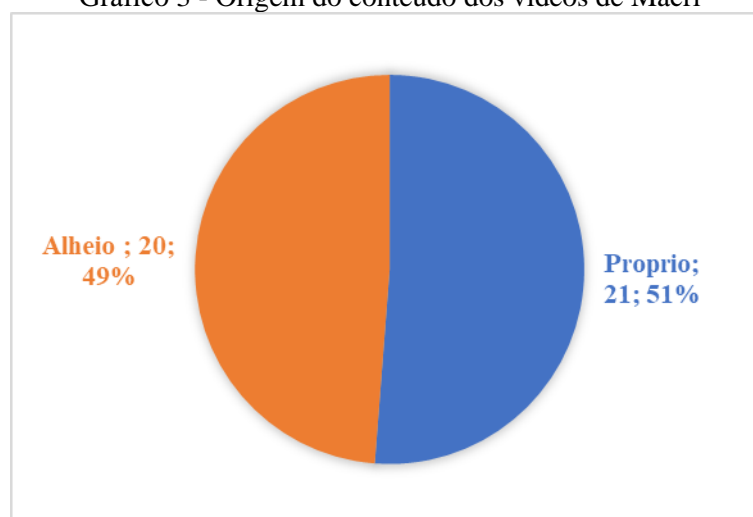
¹¹⁸ No vídeo chamado “*Mano a mano con Fantino: Mauricio*”, que mostra uma entrevista de Mauricio Macri com o jornalista esportivo Alejandro Fantino, 37,35% do material transcrito refere a mulheres e os ciúmes das suas esposas, lembranças que os dois tiveram do tempo em que Macri era presidente do clube Boca Juniors e à filha do Macri, Antonia.

¹¹⁹ O presidente argentino mora na “residência de Olivos”.

6.1.1 Os vídeos de Macri

Macri apresenta três tipos de conteúdo nos seus vídeos: ao lado dos vídeos próprios encontram-se os *spots* de campanha, cuja maioria possui uma duração padronizada de 00:48 segundos, e os vídeos registrados durante os atos de campanha, principalmente o *bunker* no dia da eleição no primeiro turno e o ato de fechamento da campanha. Do lado dos vídeos alheios encontram-se as participações de Macri e seus candidatos nos programas de televisão da mídia *mainstream*. Macri não publica vídeos gravados por ele de forma improvisada, sem adequada iluminação e edição. Também não apresenta nenhum vídeo gravado pelo celular; que traga a imagem do candidato opositor, Daniel Scioli; nem vídeos feitos por apoiadores anônimos.

Gráfico 3 - Origem do conteúdo dos vídeos de Macri



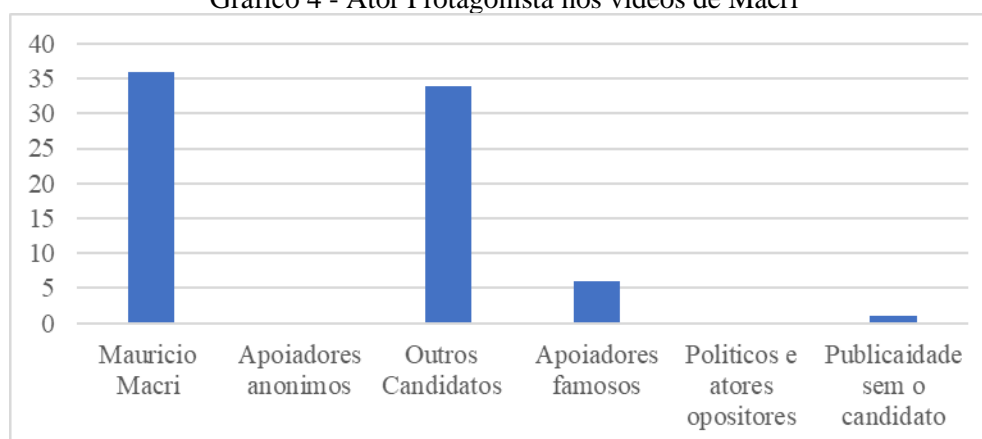
Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O fato de não possuir vídeos feitos por apoiadores anônimos não significa que não sejam representadas pessoas anônimas (eleitores) nos vídeos. Ocorre que a presença do público acontece ou como membros da multidão que comparece aos atos (por exemplo no fechamento da campanha) ou atores muito secundários nos vídeos (e por isso não contam como atores protagonistas). Nos vídeos de campanha Macri aparece repetidamente com estes apoiadores, caminhando, cumprimentando-os, apoiando-lhes as mãos nas costas,¹²⁰ rindo ou conversando com eles. Cada vídeo apresenta uma diversidade destes atores secundários, mas Macri (e em alguns casos Vidal e Gabriela Michetti) permanece no centro, enquanto os atores anônimos se revezam na cena.

¹²⁰ Um gesto que, na argentina, está vinculado ao significado de “apoiar a pessoa”, ajudá-la, etc.

Contudo, o protagonismo de Macri é matizado em algumas publicidades de campanha pela figura da sua candidata, a vice-presidente Gabriela Michetti, e nas entrevistas pela frequente participação da sua “equipe”¹²¹ (Marcos Peña, Esteban Bullrich, Rogelio Frigerio, Guillermo Montenegro e, fundamentalmente nos primeiros dias do segundo turno, Maria Eugenia Vidal). A presença de apoiadores famosos, muito pequena, se dá em função principalmente da participação da esposa de Macri, Juliana Awada, que possui reconhecimento público por possuir uma marca de roupa. Não são compartilhados vídeos destes atores feitos por eles mesmos e divulgados nas redes sociais como uma forma de apoio explícito e intencional pelo candidato.

Gráfico 4 - Ator Protagonista nos vídeos de Macri

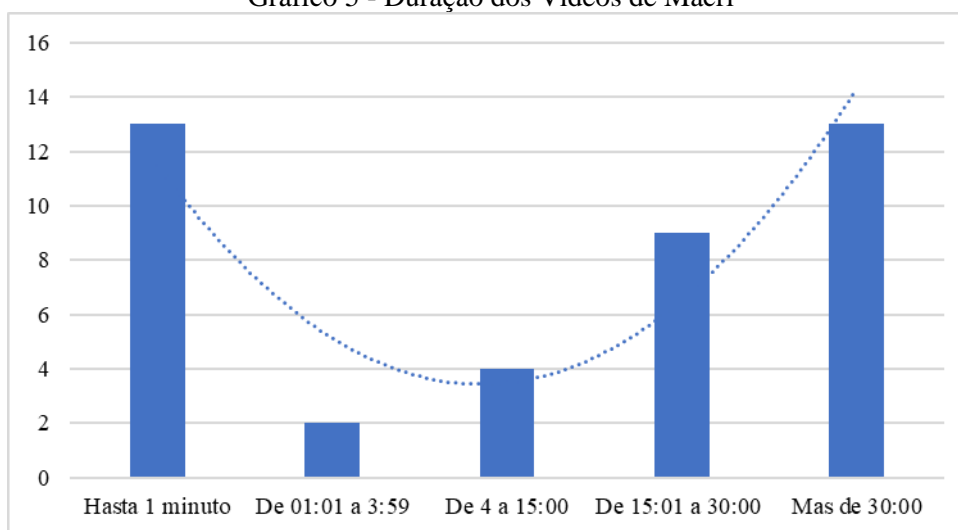


Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

De igual maneira que a distribuição da origem dos vídeos e a distribuição dos protagonismos nos mesmos, a distribuição dos tempos de duração dos vídeos mostra uma polarização entre dois elementos. Apresentando tanto 13 elementos de duração menor que um minuto, quanto 13 elementos de duração maior que meia hora, e entre estes dois elementos se encontra mais da metade dos vídeos postados.

¹²¹ 175 vezes ao longo dos 41 vídeos se fez referência à equipe, e 4 vezes a frase foi “a melhor equipe dos últimos 50 anos”.

Gráfico 5 - Duração dos Vídeos de Macri



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Em termos de duração dos vídeos, visualizam-se dois grandes grupos. Por um lado, há uma concentração de vídeos produzidos pela equipe de campanha, curtos, com o protagonismo central de Macri (e de Michetti); e por outro lado, há vídeos de maior duração que correspondem à reprodução dos materiais da mídia *mainstream*, protagonizados por diversos atores e vídeos dos atos de campanha.

6.1.2 Títulos e descrição nos vídeos de Macri

Os títulos dos vídeos de Macri são principalmente descritivos da situação, por exemplo, “com Maria Eugenia no programa do Jorge Lanata”¹²² é uma das formas mais comuns, também vídeos sobre a “conferência de imprensa” ou “debate”, expressam o conteúdo sem maiores adjetivações. Os vídeos que escapam desta lógica são os *spots* de campanha caracterizados por títulos retóricos como “o que é a mudança?” Ou “como não sentir que podemos? “como não ser otimistas?”, o canal escreve como se fosse o próprio Mauricio Macri a se comunicar com o público, por isso não coloca “Mauricio” no título e sim “estive com” ou “estivemos com” (quando Macri aparece com outros candidatos).

As descrições dos vídeos de Macri procuram ser uma descrição/adiantamento do conteúdo dos mesmos, e as frases utilizadas reproduzem as falas de Macri à exatidão, inclusive sendo escritas em primeira pessoa, por exemplo: “quero te dizer algo importante: se eu chegar a ser presidente você vai fazer parte da mudança”. São recorrentes as frases

¹²² “Com” aparece 14 vezes sendo utilizado para referir que esteve com alguém/no programa de alguém, outras formas que aparecem são “no programa de” ou “em tal lugar”.

“estivemos no programa do Leuco com Juliana e Marcos” (por exemplo), de fato, entre os 41 vídeos considerados o verbo “estar” é usado em 14 deles (estive, estivemos, esteve), em outros foram usados termos “analisamos” (as eleições junto com...), “conversaram” (conversamos).

Os vídeos próprios da campanha não mantiveram este padrão, e no seu lugar foram reproduzidas as mensagens dos vídeos (considerando que a maioria destes possui até 00:48 segundos). Da mesma maneira os vídeos das conferências de imprensa e o vídeo do “*bunker*” traziam somente descrições objetivas. Qualificativos positivos são a norma na maioria das descrições: alegria, confiança, “nossa grandeza”, “discutimos as questões que preocupam aos argentinos”, “conversamos sobre a Argentina que está vindo”, “conversa distendida”, “falamos sobre o país que queremos”, “viemos pra te ajudar viver melhor”, “não pararemos até estarmos orgulhosos”, “é hoje, é aqui, é agora! vamos juntos!”.

Do público, Macri espera somente que “vejam” os vídeos, muitas das descrições (15) terminam com “*mirá*” (“veja”). Somente um dos 41 vídeos não possui descrição, é mais um vídeo da campanha, repetição de um vídeo já postado no canal previamente. No total, faz referência somente duas vezes ao seu oponente (Scioli), uma no vídeo sobre o debate presidencial e outra em um vídeo de campanha cujo título é “se você votou no Scioli...”.

6.1.3 O discurso de Macri: populismo, autoritarismo e neoliberalismo subalterno

Mauricio Macri buscou sintetizar a sua campanha em um postulado central que possuía três elementos, simples e diretos, com os quais (a princípio) ninguém poderia ser contrário: “pobreza zero, derrotar ao narcotráfico e unir aos argentinos”. Ao longo da campanha, tanto Macri como a sua equipe procuraram tanto fixar estes postulados quanto mostrar como eles estão relacionados com várias outras dimensões e significam mudanças profundas. Cada um destes postulados, no entanto, pode ser vinculado com uma das dimensões teóricas apresentadas – Populismo, Autoritarismo e Nativismo. Contudo, como defenderei nas próximas páginas, no caso de Macri identifica-se no lugar do nativismo um neoliberalismo subalterno.

A “pobreza zero” tem a ver com o relato populista, pois nele se entende que o fato do governo kirchnerista não ter atingido essa meta – apesar de formar parte também do relato kirchnerista –, significa uma traição ao povo e o seu destino, de bem-estar e progresso. Já a “derrota do narcotráfico” remete diretamente à ameaça em termos de segurança e ao autoritarismo a partir de um endurecimento da resposta policial (que “*eles*”, no caso o

kirchnerismo, não aplicou, por incapacidade e cumplicidade). Por sua vez, “unir os argentinos” possui tanto uma fase populista quanto nativista, na delimitação do povo, o “*nós*” e a indivisibilidade do mesmo, assim como a denúncia e que *eles* estão *nos* dividindo. A subalternidade formará parte deste postulado quando quem constitui o *nós* e quais são as estratégias que *nós* temos para superar a traição do *eles*. Este é tanto o mais político quanto o mais vago dos três. Está relacionado com formas do fazer político – como o próprio sistema eleitoral -, mas também se conecta com ideias imateriais como a confiança, a corrupção (ou a percepção da corrupção), o sistema judiciário, a mídia *mainstream*, a antipolítica, democracia, entre outras questões. Apela, como diria Durán Barba (2011), ao coração dos eleitores.

Referida em 14 dos 41 vídeos – um total de 37 vezes – a principal questão para Macri é a corrupção, já que ela explica problemas de “confiança”, de “humor social”, de falta de investimentos produtivos, econômicos, de segurança, etc. Para o PRO, a corrupção está na base de todos os problemas e é uma questão que também seria resolvida com a eleição de Macri, bastaria trocar os kirchneristas por ele. Nesse sentido, Macri aponta que “é muito difícil governar com esses níveis de ineficiência ou corrupção na administração pública” (M-9).

6.1.3.1 Populismo

Analisar o discurso de Macri (incluindo sua equipe) a partir das categorias analíticas do populismo, não pressupõe que o mesmo seja considerado populista. Esta avaliação surgirá posteriormente na análise, mas, a princípio pode-se dizer que o discurso antagonista típico do populismo encontra vários matizes no caso de Macri. Como dito anteriormente, a dimensão do populismo é mobilizada desde os postulados centrais da campanha “unir os argentinos” e “pobreza zero”, quer dizer, organizar o *nós* em torno da *traição* efetuada por *eles* para atingir o “nosso” destino.

Nesse sentido, os kirchneristas (*eles*) são fundamentalmente enquadrados como corruptos, ineficientes e autoritários, mas a intensidade da sua presença é baixa e, muitas vezes, são outros atores os que mobilizam mais explicitamente uma retórica populista. Por exemplo, Maria Eugenia Vidal, governadora eleita do Estado de Buenos Aires, é quem mais expressa sua posição de *outsider* da política. Nas entrevistas aponta que a sua eleição surpreendeu muitas pessoas porque ela não é do “sistema do Estado de Buenos Aires, do sistema histórico que governa o Estado” (M-32), “não me conhecem, sou mulher, não venho do PJ...” (M-32).

Apesar de ter comentado anteriormente sobre a definição ideológica do PRO, ou a falta dela, para eles esta questão é secundária e somente ensaiam algum tipo de resposta quando são confrontados ou forçados a isso, procurando afastar-se da díade esquerda-direita (VOMMARO, 2019). Nesse sentido, Marcos Peña afirma que “estão querendo sugerir que nós somos uma força ideológica de direita neoliberal, não somos” e pouco depois adiciona, destacando o caráter de *outsiders* do partido,

“nós nascemos no século 21, somos a primeira força política que nasce no século 21 e que pensa contemporânea à sua realidade e nessa realidade se ligar a um livro onde um tenha todas as verdades [...] não é algo que nos compartilhem, nós somos um espaço diverso com opiniões diversas” (M-7).

Para a delimitação do *nós* e do *eles*, o tom geral do discurso procurou relacionar a imagem de Macri (e o partido) à uma atitude não confrontativa, disposta ao diálogo. De diversas maneiras, Macri aponta: “não queremos entrar em uma lógica de luta, de desgaste, de que ‘você fez, que o outro não fez’. Queremos nos comunicar com as pessoas com a nossa ideia, nossa proposta e ir sempre com a escuta” (M-38). Apesar de expressar o fim do conflito, a lógica polarizadora do populismo mantém-se presente pois é apontado insistentemente que *o oponente é o verdadeiro polarizador e agressor*, dividindo o espectro político entre um *nós* conciliador e um *eles* agressivo.

A partir da “não confrontação” Macri aponta que todos os problemas poderiam ser resolvidos com diálogo e com boas intenções.¹²³ Nesta lógica, além de existir uma solução objetivamente melhor para todos – sem conflito de interesses ou ideologias –, também se habilitam todos os posicionamentos numa discussão (desde o democrata até o antidemocrático). Esta falta de conflito foi apresentada como uma proposta à qual ninguém poderia se opor. Uma promessa de fazer um governo ciente de que

“queremos uma mudança que vá muito antes de como vá crescer a Argentina ou como vamos resolver os problemas que herdamos. É ter a atitude de honestidade de dizer “estes são os problemas” e vamos resolvê-los juntos. Se você tem uma ideia melhor, a escuto, ‘ah olha só, talvez eu estivesse me enganando’” (M-4).

¹²³ Em contraposição, em um discurso de 2013, na ocasião da apresentação do Programa “Olhar para cuidar” que buscava o engajamento popular no controle dos preços dos alimentos, Cristina Fernández de Kirchner afirmava que: “temos que aprender outra coisa: desdramatizar as coisas, a não ficar horrorizados porque os empresários ou os comerciantes querem ganhar muita grana, a não ficar horrorizados porque os trabalhadores queiram maior quantidade de salário, porque são os conflitos naturais e saudáveis que uma sociedade tem. Quando ninguém discute nada, para mim é como a paz dos cemitérios. E a paz dos cemitérios nunca é saudável para ninguém”. Disponível em: youtu.be/Nb_X_UN3zrg Acesso em: 4 jun. 2022.

Neste discurso, o kirchnerismo carece das capacidades de diálogo, honestidade e tolerância, e por isso cria e aprofunda todas as problemáticas identificadas por Macri, perdendo o valor central da política: a *confiança*.¹²⁴ Esta falta de confiança impacta diretamente na questão que é a mais importante para Macri: a economia.

Corrupção e impunidade são conectadas também ao discurso de Macri quando este fala do Poder Judiciário, momento no qual Macri aponta insistentemente para a “justiça independente” (tema que aparece em 17 dos 41 vídeos) para que “paremos com a corrupção” (M-5). A independência recai principalmente na ação do Poder Executivo, que no caso do governo kirchnerista teria se caracterizado por pressionar juízes para evitar serem *eles* processados ou investigados.¹²⁵ Já Macri afirma que o seu governo somente quer que *a justiça* seja “independente e que julgue em tempo e forma qualquer um que cometa algo fora da lei” (M-4). A única demanda do governo seria o pedido de celeridade: “mas que a justiça decida rápido, não que me diga dez anos depois que eu fui embora que um funcionário meu roubou” (M-6). Por isso a instituição de luta contra o crime organizado proposta por Macri seria independente para ter a capacidade de investigar até “o próprio presidente, aqui todos temos que cumprir a lei. Precisa acabar a impunidade na Argentina, isso gera muita desunião, isso faz com que haja raiva na sociedade” (M-6).

Em relação a esta questão, uma das questões recorrentes das entrevistas foi a composição do Supremo Tribunal de Justiça (STF), pois o novo presidente deveria preencher duas vagas na instituição.¹²⁶ Sobre este ponto, Macri afirma que não pretende incrementar o número de juízes e que ele vá propor “juristas notáveis, prestigiosos e que cumpram com uma só condição, não serão amigos nem conhecidos do presidente” (M-5).¹²⁷

Pelo lado do relacionamento com a mídia é importante apontar que o kirchnerismo tinha caracterizado à mídia corporativa como o seu principal inimigo, particularmente ao grupo *Clarín* (ORSI, 2017), dentro do qual se encontram os canais de televisão *Todo Noticias* (TN) e Canal 13, onde várias das entrevistas são conduzidas. Em contraposição com este

¹²⁴ Confiança muitas vezes pode ser traduzida como investimento e, ainda, investimento externo.

¹²⁵ Sobre a independência não são feitas outras referências, nem sobre como atingi-la ou quais outros efeitos negativos têm a situação atual. Mas a questão tem bastante presença não somente por fazer parte do imaginário social, mas também porque ao longo do conflito pela aprovação da lei de meios de comunicação o kirchnerismo criticou muito o acionar do poder judicial.

¹²⁶ Por um lado, o juiz Carlos Fayt anunciou em setembro de 2015 sua aposentadoria, que aconteceria após as eleições, e por outro o falecimento em maio de 2014 da juíza Carmen María Argibay.

¹²⁷ Apesar disso, cinco dias após o início da sua presidência, Macri tentou impor por decreto presidencial a nomeação de Carlos Rosenkrantz e Horacio Rosatti (os que finalmente foram aprovados pelo Senado). Em 2019, o jornalista Horacio Verbitsky revelou que Rosenkrantz e Macri eram sócios numa série de empreendimentos mineiros junto à Odebrecht. Disponível em: <https://www.elcohetalaluna.com/un-amigo-de-oro/> Acesso em: 5 jun. 2022.

confronto, Macri assume o discurso da defesa da liberdade de expressão como a não aceitação da lei de meios de comunicação audiovisual impulsionada pelo kirchnerismo, a qual caracteriza como autoritária e contrária à liberdade. Macri afirma que “nós não acreditamos neste tipo de exercício do poder. *Nós* somos gente que defendemos a liberdade de expressão. Do nosso governo na cidade de Buenos Aires saiu o decreto de necessidade e urgência que impediu a intervenção da mídia na capital” (M-4).¹²⁸ Nesse contexto, diz Macri:

“não creio que um governo necessite da mídia pública para impor uma linha de pensamento único, eu acredito em vocês, acredito na independência que vão ter espírito crítico, eu sei que Mariana (a apresentadora do programa) apesar do afeto que nos une terá um pensamento crítico porque é o seu papel, tentar ver o que podemos melhorar, e eu vou tomá-lo como um incentivo para melhorar” (M-4).

O candidato declara que não usará da rede nacional, além de casos extremos, pois não quer obrigar às pessoas que preferem livremente assistir outras coisas na televisão. Referindo-se ao conflito do kirchnerismo com a mídia, afirmou o seguinte: “entendo o papel crítico que possui o jornalismo, e o valorizo, acho que os momentos de risco de *chavização* sérios que tivemos na Argentina foram jornalistas corajosos os que evitaram que os abusos continuassem avançando” (M-8).

Finalmente é notável também que muitas vezes Macri simplesmente limita-se a concordar com as acusações que os jornalistas fazem sobre o kirchnerismo, facilitando à mídia a tarefa de retratá-los como inimigos, corruptos e autoritários. Por exemplo, no seu programa, Mirtha Legrand¹²⁹ afirma: “agora, a campanha tem sido agressiva, né?” ou “além disso, nos mentem com a inflação, né?” (M-16). Por outra parte, no programa “*El diario de Mariana*”, a jornalista Mercedes Ninci questiona Macri: “o que você acha do silêncio de Cristina? (após o primeiro turno), ainda não se sabe nada dela”. “Nada, né?”, responde Macri, ao que ela conclui “nem cachoeira de *twittes*, nem rede nacional, nada” (M-36).¹³⁰

¹²⁸ Apesar da sua retórica em “favor da liberdade de imprensa”, exemplifica no suposto controle à mídia por parte do governo Kirchnerista o sindicato de trabalhadores de imprensa de Buenos Aires (SIPREBA) em fevereiro de 2020 lançou um informe no qual afirmava que Macri deixou a pior situação para a liberdade de imprensa desde o retorno à democracia no país (1983) destacam principalmente demissões massivas, espionagem, censura, amedrontamento e esvaziamento da mídia pública. Disponível em: <https://www.sipreba.org/sindicato/memoria-2019-del-sipreba/>. Acesso em: 6 jun. 2022.

¹²⁹ Mirtha Legrand é uma atriz e apresentadora de televisão reconhecida por expressar suas opiniões machistas, homofóbicas, xenófobas e antidemocráticas. Desde 1968 mantém um programa na televisão chamado de “Almoçando com Mirtha”, programa no qual aconteceu a referida citação. Em função do Covid-19, desde 2020 o programa é conduzido por sua neta, Juana Viale.

¹³⁰ A conversa, em tom de deboche, aponta para o “silêncio” de Cristina após um primeiro turno que não foi tão bem-sucedido para ela quanto esperado e a sua característica de estar sempre falando, postando ou concedendo declarações em rede nacional.

Em outro momento da entrevista aponta “o que vai acontecer com *La Cámpora*? Que ocupou quanto ministério tem, todos os escritórios. Estão em todo lugar”. Estes exemplos, entre outros, ajudam a entender por que Macri afirma insistentemente confiar no que ele chama de “mídia independente” e não ter interesse em usar da mídia do Estado para comunicar as ações do governo.

Já sobre a democracia e sua relação com a união dos argentinos, Macri afirma que sua vontade de “*unir os argentinos* melhorando a qualidade democrática” (M-5), está relacionada com “melhorar o sistema democrático” e que para isso “é necessário um sistema eleitoral independente, que as organize e não o executivo. Comprovante de voto único eletrônico, para que não haja mais pessoas bravas porque sentem que lhes mentiram, como aconteceu em Tucumán”.¹³¹ (M-6).

O PRO/*Cambiamos* é a estrutura política com a qual Macri participou da eleição. O PRO foi criado por ele e desde as suas primeiras eleições para a prefeitura da cidade de Buenos Aires o partido mantém certa estética, caracterizada pelo uso da cor amarela (pouco usada na política argentina por não estar relacionada com a bandeira nacional). Para a eleição presidencial o PRO foi incluso dentro de uma aliança maior, *Cambiamos*, e a mesma é referida mais de 100 vezes nos 41 vídeos entre publicidades e entrevistas. Quando Macri ou a sua equipe precisam se referir a eles mesmos ou a aqueles que apoiam o seu projeto político há uma referência central e recorrente que é dizer “*buena gente*” (em português “gente boa”).

Ou seja, não se diz diretamente, mas a contraposição com “*buena gente*”, precisa ser a “gente má”, que seriam os seus opositores, os kirchneristas, tal como se observa no trecho a seguir:

“Aquilo ela (Michetti) falou da última vez, lembra? Se você pensar em quem quer que governe e vê Scioli, Zannini, Aníbal Fernandes¹³² ou Macri, Michetti, Maria Eugenia Vidal, te transmite outros valores, né? A capacidade de dialogar, de escutar, de respeitar a independência dos poderes, a liberdade de expressão, que ninguém agrida quem pensa diferente. Disto está falando. Pessoas com boas intenções, eu toda a minha vida tive a sorte de formar boas equipes, com gente competente, né? Mas o que sempre foi o elemento central foi que fossem *buena gente*, quando há *buena gente*, adiciona capacidade e a coisa flui, é como um balão...” (M-16).

¹³¹ Onde o candidato kirchnerista, Juan Manzur venceu a eleição para governador do Estado e vários grupos opositores denunciaram como fraude.

¹³² Daniel Scioli e Carlos Zannini foram a dupla de candidatos a presidente e vice-presidente que concorreram contra Macri. Aníbal Fernandez foi o candidato a governador do estado de Buenos Aires que concorreu contra Maria Eugenia Vidal.

E adiciona, fazendo uma analogia com o futebol:

“O que quero dizer é que se não são *buena gente* não se cria um grupo humano ao redor que contribua, porque ele faz os gols, mas necessita alguém que lhe prepare a estratégia, que lhe passe a bola, necessita um técnico, se necessita um conjunto de dirigentes, todos influenciam em um sistema. O mesmo acontece com o governo, então. Se você tiver gente muito talentosa, individualista, egoísta, que não compartilha a tarefa, que não é solidária, faz com que o outro não colabore, então anula-se o esforço de todos” (M-16).

Além de serem *buena gente*, expressão definida como a característica principal a se ter, eles se definem como pessoas incansáveis para as quais “governar é estar perto, governar é fazer, fazer e fazer todos os dias para que os argentinos possamos crescer” (M-1).¹³³ Nesse sentido, Macri expressa repetidamente o que o verbo “governar” significa para ele: “governar é dizer a verdade” (M-6), mas também refere que eles irão governar “falando a verdade, escutando, dialogando, respeitando a independência dos poderes, isso que vai gerar confiança” (M-16).

O diferencial deles em relação à sua oposição são as suas características pessoais e seus valores morais (a *buena gente* e a gente má). Esse traço específico perpassa até mesmo um certo entendimento da realidade, das relações de poder, políticas públicas específicas ou posicionamentos ideológicos nítidos, como se verifica na seguinte declaração: “não podemos continuar discutindo de má fé, as 24 horas do dia. O que eu prometo fazer justamente é o *oposto ao kirchnerismo*” (M-3, grifo meu). E além de moralizar o debate público, essa divisão mobiliza diversas emoções, tentando influenciar não só as mentes, mas os corações dos eleitores, como indicam os referidos Durán Barba e Neto (2006).

A forma de trabalhar, incessante, que define a *buena gente* do PRO está caracterizada também pela capacidade de dialogar; e por isso, diz Macri, é importante “que nesta nova etapa [...] tenhamos um governo que em lugar de redes nacionais, faça coletivas de imprensa” (M-23). A ideia é que as *Cadenas Nacionales* (a rede nacional) através das quais Cristina se comunicava recorrentemente, não permitiam a intervenção da mídia tradicional, e por isso, como ele seria mais dialogista, preferiria as coletivas de imprensa, onde os jornalistas poderiam participar e o público poderia escolher não assistir. A possibilidade dos cidadãos não assistirem as coletivas de imprensa do governo é também um elemento da antipolítica neoliberal, expressa o discurso de que durante o kirchnerismo a política se apropriou, invadiu

¹³³ Em um paradoxo quase irônico, até o fim do seu governo, Macri atingiu o recorde de dias de férias durante o exercício da presidência: mais de 150 dias. Disponível em: https://www.diarioregistrado.com/politica/macri-se-fue-otra-vez-de-vacaciones-y-batio-record-de-descanso-de-un-presidente_a5dd00f8d9563ae3f68ecc745 Acesso em: 23 jul. 2022.

“intoxicou”, aspectos da vida que deviam permanecer puros e intocados por ela. Já que a política é uma coisa suja, corrupta e indesejável, o macrismo se propôs reverter a tendência kirchnerista, instaurando uma democracia sem política na qual as melhores ideias, ideias “não ideológicas” e objetivas, sejam implementadas.

A equipe de *buena gente* estaria constituída por aqueles tecnicamente mais capacitados, independentemente dos seus posicionamentos políticos, pois o objetivo central seria a resolução de problemas. E constituiriam a “melhor equipe dos últimos 50 anos”, embora na época das eleições, Macri não tivesse decidido alguns dos nomes que iriam ocupar as pastas, como no caso do Ministério da Defesa, a presidência da petrolífera estatal, a procuradoria da nação ou a presidência do Banco Central. Por exemplo, a respeito de nomes indicados ao Ministério da Economia, disse na época:

“Ainda não o decidimos. Isso iremos defini-lo se deus quiser e nos escolhem, a semana que vem, temos uma ampla amplíssima equipe de economistas. Igual eu não acredito no superministro de economia, não acredito na era Caballo, nem na era Kicilof.¹³⁴ Acredito num ministro de economia limitado ao macro e muita importância para o ministro de produção” (M-6).

A importância central desta equipe estaria dada, por um lado, pela troca constante de ideias a partir das quais Macri conseguiria tomar as melhores decisões possíveis e por outro pela dinâmica de trabalho cooperativa e colaborativa que se estabeleceria:

“Eu, por sorte, tenho uma grande equipe, toda gente da qual demando sistematicamente que se expresse, que diga o que pensa, que realmente confronte suas ideias com as minhas. As vezes lhes peço que não me façam mudar tanto de ideia, porque no fim sempre tem razão eles, quase sempre” (M-4).

Sobre a dinâmica de trabalho, Esteban Bullrich afirma que

“na crise do *indoamericano*, lembro, às duas da manhã todo o gabinete, a cara visível era Mauricio, Maria Eugenia, Horácio, mas estava todo o gabinete aí em Bolívar, trabalhando. Fazendo ‘banca’ como dizemos [...] talvez na educação não podíamos aportar muito, mas tínhamos que estar aí” (M-16).

Macri também aponta para a renovação geracional: “Acho que nessa mudança geracional o que se esconde é uma mudança nos valores, na forma de fazer política e na forma de se relacionar” (M-37). Esta mudança tem a ver principalmente, com o apoio que o PRO está recebendo, pois eles são o “novo” na política, enquanto o kirchnerismo/peronismo é o velho. Particularmente enaltece o triunfo de Maria Eugenia Vidal e vários prefeitos eleitos no estado de Buenos Aires; “convida à esperança de poder convocar todos a se unir em busca

¹³⁴ Domingo Caballo e Axel Kicillof, atual governador do estado de Buenos Aires, foram os Ministros de Economia durante os governos Menem e Kirchner, respectivamente.

desses objetivos comuns, como a pobreza zero, terminar com o narcotráfico, entre muitos outros” (M-38).

A respeito do conflito político, ou da ausência dele, a tolerância também é mobilizada como um valor, pois eles “não são contra ninguém”, como refere Juliana Awada: “[...] não o tomo como algo pessoal, por ser adversários, não significa ser inimigos, e além disso nós não estamos contra ninguém, mas a favor, justamente, de estarmos todos unidos” (M-8). Por isso Macri repetidamente afirma que no dia 11 de dezembro vai ligar para todos os candidatos à presidência para marcar uma reunião, pois entende que todos considerariam como corretas as suas preocupações, a exemplo do seguinte excerto: “todos temos falado de nossa preocupação com o narcotráfico, com a pobreza, com a qualidade do ensino público. Bom, sobre essas coisas, tomemos o compromisso de tomá-las como políticas de Estado” (M-36).

A *buena gente* que eles buscam representar são aqueles que compartilham as características do próprio partido, e não à ideologia, que supostamente não se tem, pois eles afirmam não estarem ligados a nenhuma doutrina. Para Macri, “somos um povo inteligente, um povo empreendedor, um povo de gente de boa-fé, que tem vontade de sair adiante, quando você viaja por este país a atitude do argentino que se esforça, trabalhador, é maravilhosa” (M-4).

Contudo, apesar de lhe reconhecer virtudes similares às próprias, Macri termina por não se incluir no povo ao qual procura representar, tal como observa-se na coletiva de imprensa após o primeiro turno, na qual diz:

“eu não estou aqui porque esteja em contra de ninguém, mas porque tenho muita fé, muita confiança *nos argentinos*. Eu sei do que são capazes de fazer, eu o fiz. Trabalhei junto *com argentinos* e pude fazer coisas maravilhosas, tanto na minha vida privada quanto em Boca Junior como na cidade” (M-41, grifos meus).

Em relação aos seus apoiadores, os membros do PRO evitam, na maior parte das vezes, referir-se a eles como militantes, e sim como “voluntários”. Isto aparece em contraposição, como dito anteriormente, com os militantes kirchneristas, que seriam caracterizados como fanáticos, egoístas e irreflexivos (por exemplo ao fazer referência a Vanoli ou Gils Carbó). Os voluntários, por sua vez, compartilham as ideias de entrega e sacrifício próprias da caridade cristã (VOMMARO, 2014) e se mobilizam não por egoísmo, mas sim pelo desejo de ajudar o outro.

Ao longo dos vídeos, Macri agradece ao “quase um milhão” de “voluntários” que trabalharam na campanha.¹³⁵ Nas palavras de Marcos Peña,

“Em particular quero agradecer aos milhares de voluntários que estão trabalhando, é muito comovente, no país todo, percorrendo, levando as cédulas do partido, participando pessoas muito novas até pessoas muito mais velhas. Muita gente que nunca tinha feito política e isso é parte da história da campanha. Quando se conta o que aconteceu neste 2015, foi a campanha onde a cidadania retomou o controle da política em parte, né?” (M-4).

Finalmente, há um elemento digno de nota na campanha de Macri que é a disciplina que tanto ele como os membros da sua equipe têm na transmissão do discurso. As frases são construídas de maneira muito similar por todos os atores, sendo a escolha de palavras e até o tom de voz muito semelhantes. Em nenhum momento Macri ou a sua equipe mostram-se bravos, gritando ou transparecendo nervosismo em frente às câmeras.

Por exemplo, na entrevista que Lanata faz com Maria Eugenia Vidal, ele lhe pergunta “se você pudesse ligar agora para um par dessas pessoas para lhe dizer que ganhou, pra quem ligaria?” (M-32). Vidal responde sem hesitar, narrando duas histórias, de duas mulheres distintas as quais nomeia diretamente (Ana Maria e Mónica) que a “impressionaram e a comoveram”, pois lhe contaram como superaram dificuldades relacionadas com a falta de infraestrutura do sistema de saúde do Estado e com a insegurança, é que esse contato lhe serviu para se “focar” e conscientizar mais sobre as suas responsabilidades como futura governadora. Enquanto isso, Macri relatará repetidamente histórias que lhe permitem exemplificar através de casos específicos, com nomes e detalhes, que o “povo” está ansioso e esperançoso com o seu governo. Entre estas histórias destaca-se uma na qual Macri descreve uma cena do seu cotidiano na cidade de Tandil, a qual é relatada 6 vezes ao longo dos 41 vídeos, incluindo os comentários secundários aparentemente espontâneos sobre a qualidade do queijo e os frios que comprou na sua saída pela cidade.¹³⁶

Ao longo dos vídeos, mais do que descrever o partido ou a aliança de partidos, o esforço esteve em descrever o próprio Mauricio Macri. Esta estratégia é entendível de cara às eleições diretas e uninominais da presidência, mas o que interessa aqui são os elementos

¹³⁵ Em 2018 iniciou-se um processo judicial por falsos contribuintes de campanha e afiliados do partido. Assim como pessoas que foram filiadas sem seu consentimento. Disponível: www.pagina12.com.ar/125859-falsos-aportantes-y-falsos-afiliados Acesso em: 8 jun. 2022.

¹³⁶ Algumas publicações jornalísticas que analisaram campanhas anteriores de Macri encontraram que ao longo de vários anos o candidato contou histórias exatamente iguais sobre a insegurança do país que teriam lhe acontecido “faz alguns dias”, relacionando as mesmas com o posicionamento do seu assessor político, Jaime Durán Barba, de transmitir emoções antes que propostas políticas. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/elpais/1-273170-2015-05-21.html> Acesso em: 8 jun. 2022.

elencados na descrição. Esta descrição se inicia com o próprio Macri falando sobre si, nos atos de campanha e nas publicidades (feitas a partir dos atos de campanha).

Macri afirma o seguinte:

“Eu quero lhes dizer que estou aqui de boa-fé, com boas intenções, não estou aqui por uma questão de vaidade e desespero pelo poder. Estou aqui porque acredito em vocês, vocês me convenceram que são capazes de crescer, que são capazes de se desenvolver e eu não quero nem ter a verdade e demonstrar que sou infalível. Quero ajudá-los a crescer porque crescendo cada um dos argentinos é que vamos construir a Argentina que sonhamos” (M-29).

Macri apresenta aos seus eleitores um discurso com reminiscências da meritocracia, quando diz que estes são “capazes de se desenvolver”, progredir e empreender. Embora as referências diretas ao “mérito” sejam limitadas, há além da frase precedente¹³⁷ vários elementos que dão conta da centralidade do mérito pessoal, entre os quais a necessidade de “trabalhar” (colocada 144 vezes), se “esforçar” (colocado 28 vezes), o progresso (mencionado 14 vezes), ou empreender (referido 13 vezes). Apesar de muitas vezes as referências meritocráticas da equipe de Macri aparentarem ser um retrato das características que reivindicam a si próprios – como “vamos trabalhar incansavelmente” – a mensagem de que o correto é se sacrificar e se esforçar para alcançar os próprios objetivos e não depender do “programa social” e da vontade do político que o oferece, é uma retórica constantemente reforçada.

Macri se apresenta como pessoalmente desinteressado do poder e do governo. No limite foram os argentinos que se mostraram merecedores da sua participação com a qual ele vai garantir que o povo, que está numa posição inferior, possa se desenvolver e progredir, como ele. Macri, apesar de “não ser infalível”, reforça a ideia de que possui as ferramentas necessárias para resolver os inúmeros problemas do país. Ferramentas essas que são principalmente ter uma grande capacidade de escutar opiniões distintas. Nesse sentido, aponta, “eu escuto todos, não tenho medo de escutar” (M-36) – por isso, ao escutar a sua equipe, tem a capacidade de tomar as melhores decisões possíveis, pois se eles lhe mostram que ele está enganado, ele estaria disposto a mudar a sua posição. A “equipe” é central no discurso de Macri, e repete várias vezes que tem a “confiança de montar a melhor equipe dos últimos 50 anos” (M-15).

¹³⁷ “Vocês me convenceram” é repetido 6 vezes ao longo dos vídeos acompanhado quase sempre de “que são capazes”.

Macri salienta seu próprio altruísmo, pois apesar de pertencer a uma das famílias mais abastadas do país, e podendo trabalhar em qualquer uma das empresas que possui (ou até mesmo não trabalhar) decidiu, em um certo momento de sua vida, “se dedicar a ajudar as pessoas”. Muitos anos atrás, aponta, “tomei uma decisão, da qual estou muito contente que foi sair da atividade comercial, sair de trabalhar para mim e trabalhar pelos outros. Então, eu não me motivo pelo dinheiro, eu não estou aqui pelo dinheiro, realmente estou aqui para ajudar” (M-23). Este discurso, além de transmitir valores atrelados à caridade cristã (VOMMARO, 2014), se orienta pela sua contraposição com o período kirchnerista, no qual o Estado e os seus funcionários – conforme Macri – participavam da política para se beneficiar pessoalmente.

Em algumas oportunidades Macri conta o sacrifício que significa para ele participar da eleição, pois é muito cansativo, dorme pouco e viaja muito, “o que mais te exaure é ‘ouvir o Mauricio Macri’, isso me exauriu, como que, claro, ouvir você mesmo o tempo inteiro é insuportável” (M-18). Porém o carinho das pessoas o motiva para continuar. Nesse sentido, Macri “confessa” ter sofrido as pressões do kirchnerismo “na pele”, pois eles teriam levado adiante uma campanha “muito dura” que, se alastraria mais de 10 anos. Suas duas filhas, aponta, “vivem como podem, tem sido muito difícil para elas. [...] quando o kirchnerismo chegou foram testemunhas da primeira campanha [...] porque estas acusações, e criação de preconceitos e agressões, já vem desde a primeira campanha (M-4).

Macri continua apresentando características positivas de si próprio de forma a mostrar-se humilde, trabalhador e sacrificado.¹³⁸ Em sua autodescrição, Macri usa essa estratégia ao dizer, referindo-se à mudança pessoal que significou para ele deixar de trabalhar com o seu pai e começar trabalhar no Clube Boca Juniors:

“Quando você é uma pessoa que trabalha muitas horas, isso o incorporei e o agradeço ao meu pai, né? Que o dia começa muito cedo antes das 7 da manhã e tem que fazer e fazer. E você começa e sai da sua casa às 7 da manhã vai para a fábrica e sai daí às 8 da noite para tua casa, tem uma visão muito parcial das coisas” (M-5).

Quer dizer que a sua visão do mundo estava limitada por ser ele muito trabalhador, e não por pertencer à elite econômica do país e não ter contato com as realidades das classes populares. Este Macri trabalhador incansável, aberto ao diálogo, tolerante, tem outra capacidade importante que é a capacidade de aprender e evoluir. Ao citar o debate que teve com Scioli, afirmou: “falei para ele na introdução, que no debate anterior tínhamos todos

¹³⁸ Popularmente se fala que nas entrevistas de emprego quando solicitados a falar de um defeito pessoal é bom colocar uma virtude de forma que seja “negativa”. Por exemplo: “sou tão pontual que sempre fico esperando pelos outros”.

feitos propostas e eu senti que, no debate anterior aprendi, foi construtivo, e disse “bom, tomara que tenhamos o mesmo” (M-9). Finalmente afirma que isso não aconteceu, pois, o seu oponente teria insistido na discussão violenta e confrontativa.

Esta noção de aprendizado também é mobilizada no apoio a algumas políticas públicas do kirchnerismo, com amplo apoio social, sobre as quais o PRO originalmente foi contrário no parlamento. Na entrevista com o jornalista Jorge Lanata ele pergunta para Macri: “Michetti falou que tinha se enganado com o do Matrimonio Igualitário¹³⁹ [...] você se arrepende de alguma coisa das que a tua bancada votou nestes anos?” (M-23).

“Nós sempre vamos tentando melhorar, né? Eu justamente acredito que crescer também é mudar, por isso na noite em que Horácio venceu eu disse ‘não vamos estatizar Aerolíneas’,¹⁴⁰ já está, é do governo, do Estado Argentino. Também não vamos continuar com uma Aerolíneas que funcione mal...” (M-23).

Em outro momento Macri afirma que “uma coisa que mudei sim, que eu não era favorável à estatização de Aerolíneas, falei ‘bom, se é uma decisão dos argentinos meu compromisso é que continue sendo estatal, mas bem administrada’.” (M-6). No discurso, a oposição contra algumas proposições do governo kirchnerista não tem a ver com que eles tivessem uma ideia distinta na época da votação, e sim com a forma em que o governo tentou impor essas ideias ou com a desconfiança que o kirchnerismo lhes gerava:

“Este governo foi um péssimo administrador e aí também onde tivemos diferenças, porque muitas vezes nos opusemos às medidas que eles tomaram de participação do Estado nas atividades, como a ANSES,¹⁴¹ não era contra a estatização, éramos contrários a que a façam eles. Falávamos que seja feita pelo Banco Nação, porque [o governo Kirscner] vão fazê-la mal, e bom, o tempo nos deu a razão, lamentavelmente” (M-10).

Por fim, aponta, “o problema que tenho com o governo kirchnerista é que sempre estragam as boas ideias, terminam utilizando-as para a política, não respeitando a autonomia universitária, mas sou totalmente favorável” (M-15). No mesmo sentido, Marcos Peña afirmou que “em YPF considerávamos que a forma não era a correta e que a discussão devia ser, em todo caso, como ter um melhor sistema energético, não mostrar quem tem razão com um livrinho ou outro” (M-7).

¹³⁹ Nome com o qual se conhece à lei que permitiu o casamento homoafetivo na argentina em 2010.

¹⁴⁰ Macri deve ter querido dizer privatizar. Pois ao momento em que fala Aerolíneas Argentinas já tinha sido estatizada e não teria como fazê-lo num eventual governo próprio. Além disso o seu posicionamento tradicional tinha sido favorável à privatização.

¹⁴¹ Durante o governo kirchnerista foram estatizados os fundos de aposentadoria que eram administrados por consórcios privados. A *Administración Nacional de la Seguridad Social* (ANSES), incorporou esses recursos e os funcionários dessas empresas e todas as aposentadorias do país começaram depender dela.

A oposição de Macri contra o kirchnerismo não tem a ver com bases ideológicas em torno do funcionamento do Estado ou do sistema econômico, mas com questões de cunho moral, pessoal e administrativo: “nós não queremos governar mal, como tem governado, queremos governar bem, para que as pessoas vivam melhor” (M-19).

Sobre a caracterização de Macri, diversos vídeos oferecem pistas, mas a entrevista feita no canal *Todo Noticias* pelos jornalistas Alfredo Leuco e seu filho, Diego Leuco, tem uma sessão específica para isso. Na emissão original do programa “*Los Leuco*”, a matéria intitulada “Macri e suas mulheres” questionou Gabriela Michetti, candidata a vice-presidenta; Maria Eugenia Vidal, governadora eleita do Estado de Buenos Aires e Juliana Awada, sua esposa, o que Macri significava para cada uma delas.¹⁴²

Gabriela Michetti disse que a sua carreira política começou com e graças a Macri, “eu nunca tinha me *animado*¹⁴³ e com Mauricio me *animei* porque ele propôs uma maneira de fazer a política que é a maneira na qual nós nos sentimos confortáveis” (M-34). Já Maria Eugenia Vidal afirma que Macri é uma pessoa que “te permite e te facilita e te encoraja para que você cresça e isto, provavelmente seja uma das coisas mais lindas que vão lhe acontecer à Argentina quando ele for presidente” (M-34), pois ela sentiu “trabalhando do seu lado que ele torcia por mim e me estimulava a crescer, a desenvolver o melhor que tiver” (M-34). Disse ainda que ele “tem uma capacidade de escuta muito pouco frequente nas pessoas que ocupam o seu lugar” (M-34), e acrescenta:

“Não é por acaso que esta mesa e muitas outras mulheres das que falamos no início e outras que não nomeamos, que não estão aqui e são parte da equipe. Tem zero machismo, olha somente para tua capacidade de fazer, teu comprometimento, eu cheguei sem conhecê-lo, sem conhecer o espaço e somente foi me encorajando a partir do meu trabalho, e meu esforço, e eu não sou a única” (M-34)

Vidal finaliza a sua descrição comentando que essas características de Macri vão fazer dele um presidente excepcional pois “isso que é o impressionante, eu acredito, que vá acontecer na Argentina, que vão ter um presidente que não acha que é o dono da verdade, que não é soberbo, que sabe escutar e que vá apostar ao melhor de cada um” (M-34). Vidal afirma também que para o seu estado (Buenos Aires) ter “um presidente e uma governadora que por primeira vez vão trabalhar sem desconfiança, sem receio, sem internas, com a confiança que

¹⁴² Os críticos do Macri sempre apontaram para o treinamento que ele e sua equipe receberam antes de dar declarações públicas, nesse sentido não surpreende que todos utilizem uma linguagem muito similar e apontem as mesmas coisas na hora de falar do Macri ou das propostas do partido.

¹⁴³ A falta de um termo coloquial equivalente em português usou-se o espanhol *animarse* que significa ter coragem de fazer algo desafiador.

se gera não de um dia para o outro, não em dois ou três meses [...] é uma enorme oportunidade” (M-19).

A partir do seu lugar de esposa, Juliana aponta que Macri lhe aportou muitas coisas, entre as quais a mais importante foi “cumprir o sonho que teve a vida toda de amar alguém do mais profundo da alma, do coração, de formar uma família” (M-34). Apesar da sua posição ela repete também que ele “é uma pessoa que te faz crescer e pessoalmente eu sou uma pessoa que tenta sempre aprender e crescer e ele me faz aprender, crescer e ser uma pessoa melhor todos os dias” (M-34).

Nesse sentido é interessante destacar a presença da família na campanha de Macri, na qual sua esposa (Juliana) é apresentada junto com a equipe de ministros e participa com eles das entrevistas. Nas entrevistas muitas vezes é questionada sobre o seu relacionamento (com Macri) e pelo papel que terá durante o governo. Por exemplo, Mirtha pergunta à Juliana o que fez com que ela se apaixonasse pelo Macri, a resposta da Juliana aponta tanto para suas características pessoais, quanto para a função pública que ele irá desempenhar; “após seis anos ver o apaixonado que, com todo o amor que põe todo dia, sua obsessão é trabalhar, para que todos nós argentinos possamos viver melhor e isso faz com que o ame mais, estou orgulhosa e valorizo muito” (M-16).

Além da relação com a sua esposa, que se apresenta como “mágica”, o seu papel de pai, fundamentalmente da mais nova dos seus filhos e o próprio envolvimento na campanha de Antonia, é um elemento persistente nos vídeos. Ela é referida diretamente em 7 dos 41 vídeos e mais 2 vezes. A ideia é que sua filha gosta de participar nas atividades de campanha e dançar no palco junto com o seu pai:

“[Antonia] fala como se entendesse tudo. Não sei, a verdade que é um mistério. Sempre que falamos com Juliana, porque o outro dia me pediu para me acompanhar nas viagens, fanática. Antonia sobe na camionete, senta-se no teto e fica feliz lá, não quer descer” (M-18).

Também há uma história contada repetidas vezes sobre os efeitos da campanha negativa, a chamada “campanha do medo” (M-30) que o kirchnerismo estaria fazendo com Macri que teria afetado inclusive sua própria filha. Macri conta que,

“Aqui viemos resolver os problemas não criá-los. E a verdade que o único que me preocupou, como falava hoje, é que a Antonia tenha sido inquietada porque não vão ter mais surpresas nos Kinder Ovo. Mas isso já está esclarecida a questão. Não, não há problema, e também as balas ‘meia-hora’ que vão durar quinze minutos, não se preocupem que vão continuar durando meia hora. Assim tem que tomá-lo com humor e entender que é o desespero daqueles que tem medo de perder o poder, porque abusaram dele” (M-30).

Considerando a centralidade da família de Macri nos vídeos, os depoimentos de sua esposa Juliana Awada em torno do relacionamento e das características de Macri contribuem na descrição dele como líder tanto quanto as opiniões de outros atores. Embora não trabalhem juntos, Juliana diz, “sabem o que Mauricio tem? É exigente, mas sempre tira o melhor de cada um e te faz te superar” (M-16). Questionada pelas formas com as quais resolvem os problemas domésticos, Juliana aponta que Macri tem “um bom caráter (personalidade)” e que “ele é uma pessoa que tanto em casa e muito mais no trabalho, dialoga, trabalha em equipe, escuta” (M-37).

Também questionado sobre o seu relacionamento com a esposa, Macri assevera na referida entrevista que ela lhe traz paz e equilíbrio, e complementa:

“Eu sempre digo que deus existe porque *não existe que*¹⁴⁴ esta mulher tenha se apaixonado por mim com a qualidade de vida que lhe ofereço. Todos os dias me pergunto: o que aconteceu aqui?! E a única coisa que posso concluir é que deus disse ‘este homem está aguentando esta época da política argentina, tão dura com o kirchnerismo, que tem colocado tudo em termos de amigos e inimigos, então tenho que lhe dar uma força’ e veio ela [Juliana] que é uma força de amor e de energia” (M-34).

Em diversas oportunidades, o resto da equipe fez também comentários sobre a condição pessoal de Macri e a experiência de trabalhar com ele. Esteban Bullrich, que seria ministro da Educação durante o governo Macri, destaca o foco do seu chefe no trabalho em equipe: “no início é custoso porque acho que [é custoso] pra nós de forma geral, aos argentinos, trabalhar em equipe, e bom, foi uma mudança cultural” (M-16) e adiciona que seu valor enquanto líder “é justamente nos momentos difíceis que passamos, porque a verdade é que passamos momentos difíceis no governo da cidade, e vê-lo tranquilo, te leva tranquilidade, então é esse apoio que você tem permanentemente” (M-16). Marcos Peña recorda que eles sempre riam quando se falava que o Mauricio trabalhava com um roteiro ou que repetia o que lhe diziam,¹⁴⁵ em razão da aparente “subestimação dele como líder político é que hoje causa muita surpresa” (M-4).

O inimigo principal de Macri e do *Cambiemos*, o “eles”, desta construção discursiva é o grupo político opositor, o kirchnerismo. Este agrupamento político pode ser considerado tanto a partir dos seus representantes quanto dos partidos vinculados com ele e de algumas

¹⁴⁴ A expressão significa “não é possível”.

¹⁴⁵ Peña refere a um vídeo que ficou muito popular no qual se vê, e se escuta, como Daniel Chaín, na época ministro de Desenvolvimento Urbano, dita para Macri as respostas às perguntas que os jornalistas lhe fazem e ele as repete. Disponível em: [youtube.com/watch?v=x1TOYdIgGec&ab_channel=registromundo24hs](https://www.youtube.com/watch?v=x1TOYdIgGec&ab_channel=registromundo24hs)

organizações de jovens como *La Cámpora*,¹⁴⁶ e engloba neles todos aqueles que forem contra o macrismo. Pois este “*nós*” apresenta propostas que somente a “gente má”, *eles*, poderiam ser contrários.

Para o *Cambiemos*, o kirchnerismo é um movimento caracterizado principalmente pela mentira e a mitologia em torno de serem os únicos capacitados para governar a Argentina. Nesse sentido, aponta Macri,

“é parte da mesma lenda, né? O primeiro mito era que não podiam perder e o segundo é que são os únicos que podem governar. Que é um pouco o último discurso do ‘novo’ Scioli, que eu desconheço. A verdade é que não sei no que tem sido transformado, ele diz que ‘nós fizemos, como kirchneristas quase que a refundação do país’. Tudo começou com ‘nós’, por exemplo os direitos humanos né? Esquecem do Alfonsín, do Staserra...” (M-3).

Nesta interpretação, a mentira é mobilizada tanto para caracterizar falsamente ao PRO/*Cambiemos*, quanto para se constituir eles mesmos através do que se chamou do “relato” e que na visão de Macri é o que explica a derrota do kirchnerismo:

“tem que se entender que este é um processo que termina, eu acho que realmente após 12 anos tem tido um desgaste e também isto expressa, para além do que podemos ter aportado nós como positivo, acumula 12 anos de um relato muito carregado de fanatismo e pouco conteúdo, isto é o que está acontecendo” (M-36).

O kirchnerismo, aponta, fez uma descrição falsa do seu partido para, a partir do medo, tentar manter o controle do governo:

“[Scioli] decidiu ser o porta-voz meu de coisas que eu não vou fazer, né? Porque em todos seus temas é ‘Macri vai’ em lugar de dizer ‘porque Scioli ou eu vou fazer tal coisa’. Era dizer coisas horríveis de que, ou seja, a descrição dele era ‘cuidado vocês os argentinos, não percebem, são bobos, de Macri e o seu pessoal, *Cambiemos*, é uma organização maquiavélica que vá perseguir científicos, médicos, enfermeiras, docentes, vão ir procurar as pequenas empresas para quebrá-las, vão perseguir os pequenos produtores rurais para quebrá-los’. A verdade é que é uma descrição horrível” (M- 8).

Ao levar as críticas do kirchnerismo até o limite, Macri consegue enquadrá-las como mentiras inconcebíveis e ridículas, deslegitimando de uma vez todas elas. Para o PRO, na voz de Marcos Peña, o kirchnerismo se caracterizou por criar uma ficção desconectada da realidade, que tem sido prejudicial ao próprio governo. Isso ocorre pois, segundo Peña,

¹⁴⁶ Entre todos os vídeos Macri nomeia diretamente como seus adversários a Cristina Kirchner, Daniel Scioli, Carlos Zannini, Aníbal Fernández, Milagros Salas, Axel Kicillof, Máximo Kirchner, Oscar Parrilli e, inclusive, a Miguel Angel Pichetto, quem em 2019 secundaria o próprio Macri na sua tentativa de reeleição como seu candidato à vice-presidência.

“não tem existido gestão estes anos. Temos tido um relato e esse relato o que faz, que quando você vê o transporte que não chega, que o policial não te cuida, que as forças armadas não têm um papel, tudo isso porque foram tomadas decisões ruins e após foi mal administrado. Tem tido uma equipe ruim” (M-19).

Assim, não se governa efetivamente e as soluções se impõem pela força, autoritariamente, “porque aqui o problema é que o diálogo foi truncado sempre porque os Kirchner nunca dialogaram. Impuseram sua realidade” (M-36). Nesse sentido, Macri aponta numa entrevista, após o debate com Scioli que “não sei se percebeu, a pequena variação no discurso agora, que o faz mais autoritário, ainda, e diria como conservador e cínico, porque é ‘somos os fundadores da Argentina, porque fizemos tudo, incluindo os direitos humanos, que são todos propriedade nossa’” (M-9), e adiciona: “mas agora vamos te reconhecer que talvez nos enganamos um pouco, há um pouco mais de inflação, talvez falsificamos um pouco demais o INDEC e temos que consertá-lo [...]. E vamos nos ocupar, porque os únicos que podemos nos ocupar somos nós” (M-9).

O kirchnerismo representa, para Macri, um governo opressor e ameaçador, tanto que após o primeiro turno, o clima social teria mudado; “foi algo maravilhoso, principalmente em Jujuy, porque lá tinha vencido Morales e havia ganhado da Milagros Salas e ao kirchnerismo, então era como se pudéssemos viver de novo em Jujuy, sem estar sob a submissão destas pessoas” (M-5). Embora a sua principal preocupação esteja na economia e como o seu governo irá reativá-la, Macri afirma que com ele virá uma mudança muito mais importante:

“O desequilíbrio nunca é bom. Nestes anos houve muito desequilíbrio, o kirchnerismo concentrou muito poder, e daí ficou cada vez mais prepotente, cada vez mais atropelamento, mais maltrato, dividiu os argentinos e isso é o que queremos que termine. Muito mais importante que a questão econômica aqui o que estamos discutindo é de que forma nós paramos diante do futuro e eu acho que há um futuro se nos sentarmos na mesa e podemos dialogar” (M-18).

Macri não acusa diretamente Scioli de ser uma pessoa má, mas deixa repetidamente essa dedução implícita, por exemplo, quando comenta em um dos seus depoimentos: “é mentira, é mentira, lamento que Daniel Scioli que se apresentava como uma pessoa boa, tenha liderado esta campanha degradante para a política” (M-30). Nessa frase, Macri afirma tanto que Scioli não é aquela boa pessoa que dizia ser e que seria uma pessoa tão ruim quanto o resto do kirchnerismo, do qual teria procurado se afastar apresentando-se como uma boa pessoa.

A principal denúncia do kirchnerismo contra Macri é a lembrança do seu papel como empresário (e do seu pai) durante os anos do neoliberalismo (anos 1990).¹⁴⁷ O esforço do PRO, neste campo, motorizado pela falta de definição ideológica é a insistência no seu caráter de força política nova e *outsider*, por um lado, e no limite, revidar a denúncia contra o próprio kirchnerismo, pelo outro, pois eles teriam formado sempre parte do *status quo* político; “esse é o conto.... eles foram os que inventaram o neoliberalismo. Com os Kirchner, com Menem, com Scioli, privatizaram tudo, e depois vieram e falaram ‘não, esse livro não, vamos com outro’” (M-37). No mesmo sentido, apontam que a forma de olhar para o mundo dos kirchneristas – sua mentalidade – os definiria como algo antigo, ultrapassado, diferente da proposta do PRO. Eles enxergariam para a modernidade de outra maneira, pois são uma força política nova e moderna. Nesse sentido, Marcos Peña afirma o seguinte:

“Nestes anos temos sido governados pensando nos anos 70`s e 80`s, pensando velho e fechado, dizendo, ‘não quero que o mundo mude, eu me tranco e tal’ [...] Não, isto é, entre o século XX e o século XXI, isto é viver no tempo que vivemos. Porque muitos dos nossos governantes seguem nos falando de coisas que aconteceram há 40 anos” (M-19).

Contudo, o kirchnerismo não é apresentado como o mal absoluto, e Macri reconhece o valor de alguns dos seus representantes e decisões políticas. Aponta, por exemplo, que as políticas de ciência e tecnologia foram acertadas, embora com limitações assim como a “*Asignación Universal (AUH)*,”¹⁴⁸ a ideia da *Lilita* que implementou o governo” (M-6). Nesse sentido, Macri afirma que “no fim das contas” o governo fez o seu melhor, mas que “o que acontece é que a maioria foi percebendo que não é suficiente, que não alcança, que realmente merecemos viver melhor e, como sempre digo, eu não estou aqui contra ninguém, mas porque tenho muita fé e muita confiança nos argentinos” (M-38).

Para Macri, várias das características elencadas até aqui explicam as péssimas condições nas quais o kirchnerismo deixaria o país, em termos econômicos, sociais, de infraestrutura e inclusive morais. A conflitividade como maneira de fazer política do kirchnerismo demandaria a criação de conflitos e divisões sociais aí onde não existem, e por isso uma das principais propostas de Macri seria a reunificação do país.¹⁴⁹

¹⁴⁷ Os “anos 90” são entendidos popularmente como anos de grande corrupção, impunidade e destruição de empregos.

¹⁴⁸ A *Asignación Universal por Hijo (AUH)* é um programa de transferência condicionada de recursos orientado às crianças pobres ainda hoje vigente no país.

¹⁴⁹ Ao longo dos vídeos Macri refere 6 vezes à “*grieta*” (rachadura), que é a imagem simbólica da divisão do país que os kirchneristas teriam criado e que eles estão empenhados em resolver. Fazendo com que todos “avancemos para o mesmo lado”.

“Que paremos e entendamos que temos a sorte de ter nascido em um país onde não temos diferenças profundas, não temos problemas religiosos, raciais, queremos inventar problemas onde, na verdade, não existem. A verdade é que na hora de resolver os problemas colocamos a tarefa na frente, insisto, vamos achar que podemos conviver perfeitamente” (M-35).

Macri traz de novo a ideia de uma política sem conflito onde a simples boa vontade deveria reinar para que todos tenham um futuro melhor e onde os interesses dos diversos grupos não são conflitantes. A ideia subjacente é que as injustiças sociais, particularmente em termos de raça, religião, gênero e sexualidade, não existem realmente, mas são inventadas pelos movimentos que politizam e se organizam em torno daquelas pautas. Para esse tipo de pensamento, os países não teriam problemas como o racismo se não fosse pelos movimentos antirracistas que o “criam”, provocando divisões na sociedade.

Na Argentina a questão racial é certamente marginal na política para todos os grupos políticos, da esquerda à direita, embora a temática esteja aparecendo com mais frequência nos últimos anos, o objetivo dos movimentos de negros e indígenas no país é, inicialmente, mostrar que eles existem (ORSI, 2022). O desconhecimento de Macri da questão racial na Argentina implica também o desconhecimento da existência das religiões de matriz africana no país, mas explica o entendimento da inexistência de divergências religiosas no país. No seu discurso, a cultura e a religião na Argentina são homogêneas.

Já em termos materiais, Macri, respondendo à pergunta de um jornalista sobre como imagina que encontraria o país após o governo de Cristina Kirchner, caso eleito, afirma que ela

“nos deixa um país com o Banco Central pelado, porque já não há mais dólares, com graves problemas de insegurança, com um avanço do narcotráfico importante na última década, com a infraestrutura muito mal. Temos problemas de energia, na geração, na distribuição, não temos. A verdade o estado das estradas é muito ruim e as estradas estaduais, pior [...] para além do ponto de partida que não é o que sonharia principalmente após esta década em que houve tanto progresso na América Latina, onde lamentavelmente a Argentina o pegou de lado, em vez de frente, como fizeram o Uruguai, o Paraguai, o Chile, a Colômbia” (M-30).

Enquanto o discurso do kirchnerismo partia da ideia da “década ganha” (em referência às melhoras nas condições de vida da população, geração de emprego, etc.), Macri se esforça em não contradizer o mesmo completamente, mas afirma que o crescimento da última década respondeu a fatores supranacionais, beneficiando toda a região, e que a Argentina perdeu uma oportunidade de fazê-lo muito melhor. Ainda comentando sobre o governo de Cristina, principalmente a partir do enquadramento da mentira, Macri justifica a sua falta de resposta para algumas questões no fato de “não saber” como estão realmente as finanças do país, qual

é “realmente” a inflação, quais são “realmente” as reservas no Banco Central, de forma que as políticas que ele pode vir a implementar depois ficam vagas e dependem de uma avaliação do cenário que acontecerá após as eleições.¹⁵⁰ Por exemplo, sobre a inflação, assevera que

“agora será entre 25% e 27% e esperamos no primeiro ano ter diminuído digo eu, é muito difícil calcular, porque hoje na Argentina não há nenhum número, estamos às cegas. Este governo nos levou à escuridão total, quer dizer, não sabemos quantas reservas há, não sabemos quanto vale o dólar, não sabemos realmente por que imprimiram essa quantidade de dinheiro todo. Ou seja, estamos numa situação que nunca tínhamos vivenciado. Mas o objetivo é diminuir dois degraus. Tentar chegar em um dígito” (M-6).

Apesar de carecer de informações confiáveis, o seu diagnóstico é de que o Banco Central não tem dinheiro, que a inflação argentina é “das duas ou três maiores do mundo” (M-3), e que esta é “*o câncer do país*”, e está prejudicando os mais fracos. Nesse sentido, Frigerio afirma, “a ciência econômica achou a forma de resolver a questão da inflação, há outros temas que ainda não encontrou. Mas com a questão inflacionária sim, temos que fazer como faz o 99% dos países do mundo que não sofrem com este flagelo” (M-4) e afirma que “o responsável da inflação é o Banco Central, que emite pesos ‘*a lo pavo*’ (exageradamente), para financiar o mau uso dos recursos públicos, a corrupção, os subsídios que não vão, no geral para os que mais necessitam, mas numa grande parte para os ricos da Argentina, bom” (M-4).

Ao longo dos vídeos, a inflação é a principal questão econômica mobilizada pelo candidato. E ela é apresentada como o produto tanto da incapacidade do governo kirchnerista de administrar os recursos, quanto um processo deliberado que o mesmo leva adiante para conseguir incrementar a cobrança de impostos. Em diversas oportunidades, tanto Macri quanto a sua equipe afirmam que as dificuldades da Argentina correspondem a

“um processo inflacionário fora de controle que tem este governo, nos levando a ter a única inflação de dois dígitos a cada 100 países. Isso significa que 99 de cada 100 países no mundo tem uma inflação de um dígito, baixo, geralmente de 2 ou 3%. A Argentina é o pior de cada 100, e isso faz com que você não possa calcular suas férias” (M-6).

¹⁵⁰ Durante o governo Macri em 2014, época em que era presidente do Banco Central Argentino, Federico Sturzenegger (no momento deputado do PRO) relatou para uma audiência norte-americana os conselhos que o assessor do partido, Jaime Durán Barba, lhe deu diante o debate eleitoral no qual participaria. Barba lhe solicitou “não proponha nada” e “não explique nada”, pois isso lhe obrigaria dizer que, uma vez no governo deveriam fazer ajustes fiscais e que as pessoas não iriam apoiar essas ideias. Em lugar disso, lhe sugeriu, dizer que o “governo está mentindo com a inflação” ou falar de qualquer coisa “fala dos teus filhos, não importa”. O vídeo circulou muito e ao longo das entrevistas Macri precisou se afastar de Sturzenegger, sendo enfático em políticas específicas como o fim do controle ao dólar.

Macri afirma que “a desgraça e a culpada de todo o mal é a inflação, que é um perverso *imposto que este governo colocou*” (M-23, grifo meu). Apesar da centralidade que a problemática da inflação adquire na campanha, aparecendo em 18 dos 41 vídeos, somente a referida citação de Frigerio traz alguma resposta sobre as formas de combatê-la. Nas demais oportunidades, a inflação é colocada como um problema que “deveríamos ter conseguido resolver como o resto do mundo”, ou como uma decisão do kirchnerismo, “a inflação do governo”, e se resolveria facilmente; “o caminho para diminuir a inflação é administrar bem o Estado” (M-10).¹⁵¹ Para eles, é em função da inflação e da “administração ruim” do Estado que o resto da infraestrutura e os serviços públicos não são eficientes.

Embora a divisão de conteúdos nos discursos não seja estrita, até aqui, fica nítida a construção dicotômica e polarizadora do discurso de Macri, no qual se coloca como aquele que vá guiar o povo – “*nós*” – para atingir seus objetivos (destino). No entanto, o herói, aquele que verdadeiramente fará as coisas acontecerem, é o próprio povo. Pois será o povo que, esforçando-se suficientemente, conseguirá o sucesso que lhe é devido. Seu líder, o qual já possui esse sucesso, mostra ao povo que é possível e marca o caminho correto a ser seguido. Apesar da opressão e o autoritarismo do “*eles*”, o kirchnerismo.

Macri pretende transferir a lógica polarizante do populismo para o seu adversário, enfatizando as suas qualidades (e do seu grupo). Aponta que “*nós* somos *buena gente*”, trabalhadores, colaboradores, escutadores racionais (não fanáticos), democráticos, não confrontadores e que procuram unir o país, diferentemente do “*eles*” opositores, que são o contrário de tudo isso. Apesar do discurso, não confrontativo, a lógica polarizante e dicotômica se mantém. Se o eleitor deseja apoiar um político honesto e trabalhador, é com a *buena gente* que ele deve se aliar, e não com o kirchnerismo. Apesar destes não serem enquadrados como o mal absoluto, as pontes traçadas entre os dois lados são bem limitadas e frágeis.

6.1.3.2 Autoritarismo

A partir das teorias expressas até aqui, o autoritarismo é entendido como uma dimensão que inclui tanto uma certa aproximação à segurança pública positivista/repressiva quanto às questões relacionadas com a autoridade política e a democracia (respeito, e

¹⁵¹ Em uma das suas aparições públicas mais lembradas, que não se encontra dentro dos limites dos materiais analisados, Macri afirma que resolver o problema da inflação “não é difícil” e adiciona que “a inflação é uma demonstração da tua incapacidade para governar”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=M__1tWCZDmA&ab_channel=SantiagoCarrascalP%C3%A9rez

obediência, à polícia e às autoridades políticas, assim como aos valores tradicionais e religiosos, à manutenção da ordem pública e a eliminação do conflito de interesses através da despolíticação – antipolítica – da administração pública e da sociedade, e redução do espaço da participação democrática).

Mudde (2007) aponta que os PPRD têm domínio da agenda em questões de segurança tanto por possuir soluções simples e rápidas para os problemas que eles identificam quanto por serem os proprietários (*issue ownership*) da questão. Neste caso, destaca-se o segundo ponto da narrativa de Macri, *derrotar o narcotráfico*. Dita proposta/*predica* eleitoral expressa a centralidade da questão da segurança no discurso de Macri, assim como o domínio da questão e da solução – autoritária – ao mesmo.

Em primeiro lugar, o autoritarismo de Macri/PRO se expressa principalmente a partir das políticas de segurança de maior policiamento, repressão e punitivismo. Para o PRO, os imigrantes não são um elemento diretamente associado com a problemática de insegurança e/ou desordem pública. Indiretamente, no entanto, desde que o narcotráfico – principal mobilizador da insegurança – é entendido como uma ameaça externa que “vem” e se “estabelece no país”, o controle e policiamento das fronteiras permanece como uma preocupação central. A insegurança e o narcotráfico, estão profundamente vinculados tanto entre elas quanto com outras dimensões, como a economia, a liberdade, os medos, etc.

As propostas em matéria de segurança pública organizam-se me torno de um postulado principal: “*derrotar o narcotráfico*”. E um postulado decorrente deste, “*capacitar e profissionalizar as forças policiais*” vem para cumprir com o primeiro objetivo. Além disso, a manifestação social também é colocada dentro da agenda de segurança. Em relação com o narcotráfico, em mais da metade dos 41 vídeos Macri menciona esta questão, neles aponta sua decisão de “enfrentá-lo e expulsá-lo da Argentina para que não continue destruindo nossas famílias” (M-1). Macri e sua equipe entendem que o narcotráfico é uma força puramente destrutiva diante da qual a única possibilidade de reação é o confronto e o policiamento, pois se trata de “um flagelo internacional, tem que compartilhar informação, tecnologia, com Brasil, com Colômbia” (M-3).

Os usuários de drogas, por sua vez, são vítimas, e de maneira nenhuma consumidores voluntários: “todo mundo percebe que a droga é o que dispara o crescimento dos crimes e a violência deles. As mães estão desesperadas por como o *paco*¹⁵² vem adoecendo seus filhos” (M-16). O consumo de drogas também não é um fenômeno compreendido dentro do contexto

¹⁵² Pasta base de cocaína ou Paco, é uma droga barata de consumo popular, muito viciante e danosa.

no qual aparece, como por exemplo, enquanto efeito de determinadas situações pelas quais os indivíduos atravessam, mas somente como um vírus ou uma onda que deve ser contida, sem importar suas causas.¹⁵³ Diferentemente do kirchnerismo, aponta Macri, o plano para atingir seus objetivos em questões de segurança consiste em

“recuperar a profissionalização das forças de segurança. O grande problema que temos é que há um abandono [...] a polícia tem que sentir o apoio da comunidade, o respeito da comunidade, pra que ele aí esteja sim disposto a arriscar sua vida diante da violência que se vive nas ruas hoje pelo avanço do narcotráfico. Dez anos sem fazer nada, quando eu ouvia Daniel no domingo dizer ‘vamos radarizar as fronteiras’, digo, ‘mas porque não o fizeram em 12 anos?’ [...] não levaram todos os *gendarmes* e *prefeitos*¹⁵⁴ de todas as estradas da droga, facilitando o ingresso” (M-3).

Deste plano, as principais políticas a implementar seriam radares para monitoramento das fronteiras e o controle dos caminhos pelos quais a droga entra no país. Nas palavras de Guillermo Montenegro, ministro de segurança da cidade de Buenos Aires e membro da equipe de Macri, “você precisa cuidar das fronteiras para que a droga não chegue nas cidades” (M-19). A falta de radares é para Macri, “incompreensível” (M-6), já que entende que os mesmos são muito bem financiados e porque é a principal forma de se defender de uma ameaça que é indiscutivelmente externa.

Além disso, a aprovação da “lei do arrependido”, que ofereceria reduções de penas para aqueles criminosos que denunciem seus companheiros, que “é uma lei que no Brasil tem oferecido resultados muito bons” (M-10) e a “lei de derrubada”, conforme a qual o Estado estaria habilitado para atirar em aviões que não se identificarem após algumas tentativas de contato: “não há outra maneira, hoje a quantidade de voos ilegais que há na Argentina transportando droga é escandaloso, hoje não temos controle do nosso território” (M-8), afirma Macri. Embora em momento algum durante a campanha haja uma relação explícita ente imigração, insegurança e narcotráfico, na concepção de Macri (e do *Cambiamos*) as drogas sempre “vêm de fora” e “invadem” nossas ruas e cidades, fazendo que, em certa medida, sejam um problema *trazido* pelos estrangeiros.

¹⁵³ O consumo de drogas é sempre referido como um problema das classes baixas, embora fuja do escopo da tese é interessante destacar que, nas eleições de 2021, Maria Eugenia Vidal, após a derrota pela sua reeleição no Estado de Buenos Aires e concorrendo na cidade de Buenos Aires, apontou: “uma coisa é fumar um baseado em Palermo um sábado à noite com amigos, relaxado ou com teu parceiro, ou sozinho e outra viver na 21-24 (favela) em Zabaleta ou na 1-11-14 (favela), cercado de traficantes e que te ofereçam um baseado”. Disponível em: www.pagina12.com.ar/365748-un-porro-en-palermo. Acesso em: 01/12/2021.

¹⁵⁴ *Prefectura* e *Gendarmeria*, são duas forças de segurança argentinas encarregadas da proteção das fronteiras e dos rios e vias navegáveis.

O narcotráfico está no centro da problemática de segurança para o *Cambemos*, e por isso demanda a criação de uma institucionalidade específica pois, nas palavras de Vidal, é “um crime que vem acompanhado de outros crimes, por isso Mauricio vai criar uma agência contra o crime organizado, que é narcotráfico, lavagem de dinheiro, tráfico humano, tráfico ilegal de armas” (M-36). A corrupção é colocada por Frigerio também dentro das funções desta nova instituição: “o crime organizado tem um pé que é a corrupção porque o narcotráfico, tráfico humano, todo o crime organizado sempre tem um pé de vinculação com a política e nós vamos atacar isso desde as suas causas, as suas origens” (M-4). Na avaliação de Macri, a atuação do kirchnerismo os tornaria cúmplices do crime por conta da sua “inação” (M-15).

Referindo-se à corrupção, aponta Macri que a mesma se alia com a impunidade na diminuição da confiança no Estado e no governo, é que para evitar essa perda de confiança: “eu acho que não tem que ter impunidade na república argentina. A lei deve ser igual para todos e que ‘*as fez as pagas*’, porque isso também faz a confiança, né?” (M-37). Do lado do policiamento, Macri afirma diversas vezes o seu comprometimento com a melhora da qualidade da polícia, através do exemplo da polícia metropolitana criada por ele na cidade de Buenos Aires:

“A polícia metropolitana é um exemplo do nosso compromisso com a segurança dos argentinos, lembrem que quando nós nos lançamos a construir a polícia metropolitana, a política nos falava que era uma loucura começar uma polícia do zero, que não era viável e hoje é a polícia modelo do país” (M-38).

Isto pois a Metropolitana seria uma força “altamente profissionalizada” (M-15), e conforme Vidal, “honesto” (M-37). Nesse sentido, a proposta de Macri é “profissionalizar as forças de segurança em cada Estado, como fizemos com a metropolitana na capital e tentar encarar a luta contra o narcotráfico desde o primeiro dia, porque o que fez crescer o crime está muito vinculado com o que fez crescer a circulação de droga” (M-6), o objetivo é que estas polícias “tomem controle do território”, isto é, “entrar nos bairros mais perigosos da Argentina, e combater o *paco* que é a primeira droga que está destruindo nossa juventude” (M-6). Em síntese, o “problema” das drogas vem do exterior e se localiza especificamente nos locais pobres, onde incentiva a violência e a insegurança, não sendo necessárias ações em bairros abastados.

Em segundo lugar, o autoritarismo se expressa também na relação que o PRO pretende estabelecer com a manutenção da ordem e a conflitividade social. A abertura para a manifestação social foi uma questão muito presente durante o kirchnerismo em termos de mobilizações e protestos pois o governo tinha uma posição de não repressão do conflito social. Isso possibilitou a multiplicação dos protestos e gerou incômodo em diversos grupos sociais que começaram entender que a falta de ação do governo kirchnerista e inclusive o incentivo para as mobilizações tornaram – principalmente a cidade de Buenos Aires – um espaço de desordem e imprevisibilidade que não respeita as liberdades de trânsito. Segundo as palavras do próprio Frigeiro, “essa ideia de que todos e qualquer um pode bloquear uma rua, em qualquer momento e sem justificativa, está errada” (M-4).

Para Macri e para o *Cambiemos*, os conflitos sociais seriam resolvidos quando, uma vez no governo, eles oferecessem diálogo e escuta para todos os setores sociais. Neste sentido, é interessante destacar que Macri enquadra os sindicatos (um dos protagonistas mais importantes da manifestação social no país, junto com movimentos sociais e de trabalhadores desempregados) como atores com os quais se pode colaborar, sem conflito, através do diálogo e o entendimento mútuo. Também em diversas oportunidades inclui os sindicatos entre os atores importantes com os quais serão feitas as mudanças propostas (junto com as universidades, empresas, governos locais).

Já em relação ao “problema dos cortes” (piquetes ou protestos nos quais se bloqueia o trânsito de circular), os membros do *Cambiemos* entendem que os mesmos são efeito de uma falha do Estado, na comunicação e na “escuta” destes atores. Eles não expressam explicitamente que irão reprimir os protestos, mas que estes “não podem acontecer” dessa forma, que a lei tem que ser respeitada e que eles oferecerão “escuta”. Contudo, apesar disso, se os manifestantes não concordarem com diálogo proposto, Macri afirma que “não vamos aceitar que uns passem por cima dos direitos dos outros” (M-6), de modo que essas manifestações não seriam aceitas. Para Frigerio, deve haver

“presença do Estado e capacidade do Estado para gerar mediante o diálogo, o convencimento. De novo, não vamos dizer aqui que a partir do 10 de dezembro não vai ter mais corte na Argentina, porque isso seria mentir. Mas a ideia de que todos e qualquer um pode cortar qualquer rua em qualquer momento, com e sem justificativa, é errada. Temos que modificar isso e a gente vai votar em nós, entre outras coisas, para que resolvamos esses problemas” (M-4).

Na visão do *Cambiemos* o protesto social deve ser feito de maneira organizada e sem interromper a rotina das pessoas, inclusive solicitando permissão do governo para a realização dos mesmos em lugares e horários delimitados. Macri aponta que durante seu governo os

conflitos sociais não escalariam até o acontecimento dos protestos: “vamos dialogar com todos, assim ninguém vai ter a desculpa de que não foi escutado. Mas se acontecem terá que ser aplicada a lei. Claramente não podemos deixar que uns afetem os direitos dos outros” (M-3). A “escuta” é apresentada como uma ferramenta quase automática de resolução de conflitos, apesar de não explicitar através de quais mecanismos os interesses contrapostos de categorias como sindicatos e empresários, por exemplo, se fariam complementares.

Em terceiro lugar, a relação com os direitos humanos, e concomitantemente com a ditadura cívico militar de 1976, é de central importância. Por um lado, a ditadura militar significa o maior exemplo do recente passado autoritário argentino e, nesse contexto, o prosseguimento com os processos contra os responsáveis por crimes de lesa humanidade foi se constituindo como a representação da consolidação da democracia no país. Por outro lado, estas temáticas são constituintes do núcleo da retórica kirchnerista e possuem grande apoio popular, o que representa um problema para o PRO. Nesse sentido, o discurso do *Cambiamos* não se encontra em posição de rechaçar totalmente a herança kirchnerista (pois haveria resistência dos seus possíveis eleitores) nem pode adotá-la completamente (pois a própria posição de oposição ao kirchnerismo assim o impede). Assim, o *Cambiamos* expressa uma tentativa de apagamento ou fuga para o segundo plano, da “questão da ditadura” em função de problemáticas “mais atuais” e da necessidade de se olhar para “a frente”. Embora se afirme que os processos “continuarão” (M-6), a questão não é central no discurso.

Contudo, há uma condenação fraca do terrorismo de Estado característico dos anos da ditadura, ao tempo que este compromisso parece apontar mais para uma aceitação do partido pelo que as maiorias apoiam do que a um convencimento genuíno: “para mim é uma convicção os direitos humanos, para todos os argentinos e temos decidido defendê-los, pelo menos a maioria de nós decidimos defendê-los” (M-4).

Entretanto, nas poucas referências feitas aos direitos humanos (em 7 de 41 vídeos), Macri adiciona sempre que deve-se ir além de “saber o que aconteceu no passado”, e “defender os direitos humanos do presente¹⁵⁵ que é o acesso à educação pública de qualidade, à saúde, ao esgoto, à água potável, à segurança, são todas coisas que ainda estão pendentes para muitos argentinos” (M-15). Para Macri, problemas de infraestrutura e serviços públicos encontram-se em um patamar similar às violações dos direitos humanos da ditadura militar (sequestro, tortura e apropriação de bebês).

¹⁵⁵ Ou “direitos humanos do século XXI” (M-4).

Paralelamente, não faz nenhuma referência expressa a termos como “terrorismo de Estado”, “ditadura”, “mães de maio”, “desaparecidos” ou “guerrilha”. Esse “saber o que aconteceu no passado” é a única referência a este período e no decorrer dos vídeos somente aparece mais uma vez quando questionado sobre a continuidade dos processos contra os repressores.¹⁵⁶

Neste sentido, Macri aponta em diversas oportunidades que “os direitos humanos são uma convicção que os argentinos decidiram defender e temos que conseguir que a verdade seja esclarecida, os processos vão continuar” (M-6) pois eles estão de acordo com continuar esclarecendo o que aconteceu “e ver que realmente a memória seja recuperada. E também os direitos humanos do século XXI, a demanda das pessoas que não tem esgoto, que não tem água, que não tem acesso à saúde” (M-4). Nessa fala, Macri é contrariado por um jornalista que aponta que a falta de acesso a serviços públicos (água, saúde, esgoto) é de uma natureza distinta à dos crimes da ditadura militar (desaparecimento de pessoas e apropriação de crianças), ao qual Macri replica: “bom, são direitos de hoje, que hoje não estão sendo satisfeitos, pois a verdade que uma pessoa que no século XXI não possui esgoto está sendo exposta a infecções” (M-4). Considerando o domínio da agenda em direitos humanos do kirchnerismo, referido anteriormente Macri também aponta diversas vezes que os direitos humanos “não são propriedade de um partido político, e isso gerou também uma divisão desnecessária na Argentina” (M-9).

Apesar de os maiores defensores da ditadura cívico-militar¹⁵⁷ apoiarem ou enxergarem com bons olhos a candidatura de Macri, o partido insiste em se desconectar da imagem antidemocrática e o candidato repete constantemente seu compromisso com o sistema democrático (em 13 dos 41 vídeos). Conforme Macri, o seu compromisso com a democracia é visível, na sua decisão de participar no debate presidencial com Scioli; “eu tenho um compromisso com a democracia, estou aqui apesar de que você não veio no debate anterior, porque acredito que todos temos que colaborar para que se consolide nossa democracia” (M-15).

¹⁵⁶ Durante o governo de Macri, em 2017, o STF procurou estabelecer uma diminuição de 50% no tempo de prisão (“dois por um”) dos condenados pelos crimes da ditadura, o que levou a uma grande mobilização popular e à anulação dessa medida. As organizações de direitos humanos do país também denunciaram a desarticulação das pastas ministeriais encarregadas aos processos de “memória” e uma desaceleração nos processos judiciais, não mais iniciados pelo Estado. Disponível em: www.laprimera Piedra.com.ar/2019/03/no-fue-un-error-retrocesos-del-gobierno-de-mauricio-macri-en-memoria-verdad-y-justicia/ Acesso em: 4 dez. 2021.

¹⁵⁷ A principal das quais, Cecilia Pando, representante da *Asociación de Familiares y Amigos de los Presos Políticos de la Argentina* (AFyAPPA), e defensora do governo militar. Disponível em: <https://www.hoydia.com.ar/politica/17604-cambiemos-suma-a-los-familiares-de-repressores.html>

O outro elemento que aparece associado à concepção de democracia é a necessidade de impor sanções para a Venezuela, por considerar que o referido país não está “praticando a democracia como corresponde” (M-3). Macri afirma que, uma vez eleito,

“exercerá a Cláusula Democrática¹⁵⁸ para solicitar a suspensão da Venezuela pelos presos políticos que tem e porque há militares no governo. Nós na América Latina temos assumido um compromisso com a democracia,¹⁵⁹ é um compromisso na nossa forma de vida, as liberdades, e em Venezuela não se respeitam” (M-10).

Mas a Venezuela não é um problema central para Macri. O assunto Venezuela aparece somente em 6 dos 41 vídeos, e quase sempre atrelada à questão da Cláusula Democrática, não se fazendo análises mais aprofundadas sobre a situação do país ou o processo político do mesmo. A única outra referência ao aludido país é a comparação com a Argentina em função da inflação: “a Argentina, lamentavelmente é o país que mais inflação acumulou nestes 8, 9 anos. Somente a Argentina e a Venezuela” (M-4), aponta Frigerio, um dos economistas da equipe de Macri.

Dentre os elementos que constituem a “união dos argentinos”, a categoria de antipolítica assume um papel importante. Na visão de Macri, a solução para os problemas identificados com o kirchnerismo é a diminuição do conflito político, da participação do Estado e da militância política. Colocada em metade dos vídeos como a solução de muitos problemas junto com a necessidade de fazer as coisas “sem política”, a “independência” não se trata somente de uma diminuição do tamanho do Estado em termos do liberalismo clássico, mas de uma despolarização e desmobilização social. A agência individual deve se orientar, conforme este modelo, na melhoria das capacidades e conhecimentos individuais e não olhando para a comunidade. Deve perpassar desde a independência “da justiça”, do INDEC, da mídia, “Futebol para Todos”,¹⁶⁰ do processo eleitoral, da Agência Nacional de Qualidade Educativa,¹⁶¹ até a Procuradoria da Nação, o STF e o Banco Central. Parece que a única forma

¹⁵⁸ A Cláusula Democrática do Mercosul quando acionada impõe sanções a um determinado país por não estar respeitando os princípios democráticos que caracterizam a instituição.

¹⁵⁹ Em julho do ano 2021, enquanto esta tese estava sendo escrita, o ministro de Relações Exteriores da Bolívia, Rogelio Mayt, denunciou que o governo argentino de Macri enviou armas para apoiar o golpe de Estado que aconteceu no país em 2019, pelo qual Evo Morales precisou fugir do país (tendo seu pedido de asilo político negado por Macri), e Jeanine Áñez assumiu a presidência, sendo rapidamente reconhecida pelo governo argentino.

¹⁶⁰ “Futebol para Todos”, foi um programa através do qual o governo adquiriu os direitos dos jogos de futebol para poder transmiti-los na televisão aberta, de forma que fosse grátis para o público. O programa teve grande resistência por parte dos grupos midiáticos que lucravam com as assinaturas para a transmissão deles – particularmente o Grupo *Clarín*. O programa teve grande apoio popular e apesar de prometer que ele continuaria mas “sem política” o mesmo foi cancelado em 2017.

¹⁶¹ Conforme as provas de 2019 da Unesco a educação pública durante o governo Macri diminuiu em termos de qualidade. Disponível em: <https://laopinionpergamino.com.ar/nota/5629/2021/11/segun-pruebas-de-la-unesco-la-educacion-sufrio-un-marcado-deterioro-en-el-macrisimo>. Acesso em: 04 dez. 2021.

de garantir honestidade, não corrupção e bom funcionamento das instituições, independentemente do âmbito é atribuir essas funções a entidades não políticas e, de preferência, empresas privadas.

Finalmente, a tecnocracia neoliberal aparece como a resposta central para todos os problemas do país sendo a expressão oposta da administração baseada na política. Embora conceitualmente diferente, esta se relaciona diretamente com os pontos anteriores na necessidade de olhar para o futuro (esquecendo os feitos da ditadura), pensando em questões práticas (e não em discussões políticas consideradas inúteis) e andando na direção do progresso – que tem, por definição um conteúdo que não é questionável. Isto fica expresso na pretensa expulsão dos militantes de *La Cámpora* e o anúncio da não incorporação dos militantes do próprio espaço político. A ideia por trás desta proposta – que se apresenta como o isolamento de indivíduos mal-intencionados (*La Cámpora*) é que a administração pública só seria eficiente com uma condução técnica e sem interesses “políticos”. Pois nessa perspectiva a política, *per se*, é corrupta, imoral e ineficiente.¹⁶²

No mesmo sentido, afirma Macri, “nós somos gente [...] que procuramos a melhor solução” (M-37), e por isso, aponta, não se preocupam em definir se uma proposta ou pessoa é de esquerda ou de direita, e sim se a proposta ou pessoa contribuiu na resolução objetiva, técnica e prática de um problema. Em diversas oportunidades Macri destaca que para constituir a sua equipe de ministros não se preocupará com a origem partidária dos candidatos, mas somente com a sua capacidade técnica, sua capacidade de trabalhar em equipe e honestidade – todas capacidades que se esforça em demonstrar que os kirchneristas não possuem.

Para Frigerio, a corrupção e a má administração fruto da incorporação de pessoas ineficientes e mal-intencionadas na administração pública, explica a necessidade de emitir mais notas e é uma das causas da aceleração da inflação, também contribuindo com ela. A má administração é exemplificada através da escolha não técnica dos funcionários públicos. Nesse aspecto, Macri refere-se particularmente à organização política kirchnerista, *La Cámpora*,¹⁶³ caracterizada por ser uma organização de jovens. No seu discurso, os membros de *La Cámpora* são retratados como militantes inexperientes e despreparados que substituem funcionários especializados nas diversas áreas: “que saiam, que botaremos os *La Cámpora*

¹⁶² Durante o seu governo, alguns analistas críticos chamarão seu governo de “CEOcracia”, em função da quantidade de CEO’s presentes entre seus ministros. Disponível em: <https://www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-287680-2015-12-06.html>

¹⁶³ *La Cámpora* é uma organização de militantes kirchneristas liderada pelo filho da Cristina Kirchner, Máximo – atual deputado federal – com muita influência e capacidade de mobilização durante o governo kirchnerista. Esta organização foi demonizada fortemente pela mídia durante o confronto desta com o governo.

ou amigos do *La Cámpora*'. Isso destrói o Estado" (M-4). A crítica à participação da militância na estrutura do Estado alia-se a uma suposta valorização da carreira pública:

“A carreira pública tem que ser um valor, alguém que passa em um concurso é quem entra para ocupar uma direção de avaliação econômica do ministério de economia, não um gurizinho da juventude do PRO, da juventude radical, porque aí é onde começa o país agir dinamicamente em equipe, e é o Estado e o setor privado trabalhando junto. Não o setor público um peso porque são todos militantes políticos que não entendem nada e a única coisa que geram são entraves para que a sociedade possa se mexer” (M-36).¹⁶⁴

Em contraposição com a forma em que o kirchnerismo administrou o Estado, Macri aponta que apesar de eles terem um grupo importante de pessoas se organizando para assumir o governo, entende que “a prioridade é resolver os problemas das pessoas. Então se aqui tiver gente especialista em ambiente, que quer vir trabalhar e nunca o fez, bom, temos que abrir a porta para que venham” (M-4) e posteriormente adiciona “a Argentina que está vindo é uma Argentina na qual temos que ter a maior generosidade. Como também pode ser que conservemos gente que já estava no governo, da administração anterior” (M-4). Reforçando a ideia de que a seleção dos funcionários se baseia em critérios técnicos e não políticos, mas ainda passando a ideia de que ditos critérios técnicos não têm dimensões ou características políticas, pois o “certo” a ser feito em cada área da política é um pressuposto objetivo e inquestionável.

Nesse sentido, Macri afirma que “isto já é uma mensagem, o Banco Central, vai ter um senhor que não se declare militante, que seja um técnico responsável e que tem que defender algo fundamental para o nosso país, a moeda” (M-4). Na citação, Macri não somente reforça a ideia da necessidade de ter funcionários técnicos, mas aponta que isto está relacionado com uma política específica “a defesa do valor da moeda”. Portanto, uma política como a kirchnerista, que incluísse variações na cotação da moeda como forma de incentivar investimentos externos ou desestimular importações, não seria considerada válida ou técnica. O que “é sabido” é que “o valor da moeda precisa ser protegido” independentemente de como isto repercute nas capacidades de consumo, a balança comercial ou no bem-estar da população.

¹⁶⁴ Em outra oportunidade, aponta que “a ANSES vai continuar sendo Estatal, mas também fornecerá serviços aos aposentados. Hoje cada filial da ANSES que abriram é uma organização de *La Cámpora* e para isso não está o Estado” (M-10).

Pondo fim à corrupção – entendida como o equivalente da participação política, pois o interesse do funcionário deixaria de ser “o bem comum” –, quer dizer, vencendo Macri a eleição, a economia irá melhorar quase que automaticamente. Paralelamente, o excesso de burocracias e controle, quer dizer participação do Estado, também produz corrupção;

“Os trâmites que envolvem o Estado são todos complexos, cheios de gestores, cheios de corrupção, os juros são altos, a inflação os come, então não é justo [...] então eu digo, vamos sentarmo-nos todos ao redor de uma mesa, cada setor, o governo, os sindicatos, a universidade e fazer um plano estratégico para cada setor e dizer “bom, eu faço minha tarefa como Estado e faço a autovia, arrumo os trens, te faço a hidrovía, diminuo e simplifico o sistema impositivo...” (M-9).

Tanto o incremento da repressão e as punições – e o controle ao narcotráfico – como política de segurança pública, assim como o descentramento da questão da ditadura, a expulsão da política da esfera pública, e a redução dos conflitos políticos a uma problemática de gestão técnica, expressam os ideais morais do PRO, no qual se confrontam os “bons” (a *buena gente*) contra os “maus”, sejam estes originários da política ou do crime.¹⁶⁵

6.1.3.3 Nativismo – Neoliberalismo Subalterno

O nativismo entendido como o nacionalismo xenófobo que busca excluir ou eliminar as pessoas e ideias estrangeiras, próprio dos PPRD europeus e norte-americanos, encontra-se ausente no discurso de Macri/*Cambiamos*. No seu lugar, quer dizer, no lugar do critério de exclusão, aparece a ideia de *unir os argentinos* a partir da aposta pela exclusão daqueles geradores de divisões, as *personas más* e corruptas, que guiam as decisões (principalmente econômicas) a partir de “*livrinhos*” e não de ideias *objetivas e técnicas* (não ideológicas).

À maneira neoliberal individualista, Macri afirma que “o maior problema que tem a Argentina é a inflação” (M-5), pois cada um deve se esforçar para melhorar. Contudo, a relação entre a própria nação e outras nações é importante na sua argumentação. Para que a economia do país se desenvolva e cresça, a Argentina deve não somente tirar o Estado e a política da economia, mas se inserir *subalternamente* nas redes econômicas internacionais, adotando os padrões e agradando às grandes potências econômicas. Aqui as outras nações não

¹⁶⁵ E em alguma medida, dos dois mundos simultaneamente, já que na campanha para a eleição de governador do estado de Buenos Aires, o jornalista Jorge Lanata denunciou que o candidato kirchnerista Aníbal Fernández, era o líder de uma banda de narcotraficantes e que seu apelido do crime seria *La Morsa*. Disponível em: <https://www.memo.com.ar/tribunales/la-morsa-no-era-anibal-fernandez-el-dato-del-fin-de-semana-que-destaco-el-presidente/>

ameaçam a nossa existência, mas garantem que o país possa se desenvolver e se colocam como exemplos a serem seguidos.

Neste sentido, acredita-se que o crescimento econômico desejado se consegue através de investimentos produtivos que chegarão uma vez reestabelecidas as “regras do jogo” – quer dizer, uma vez terminados os controles do Estado –, reestabelecida a confiança e atacada a corrupção, objetivos para os quais a tecnocracia neoliberal é um elemento central. Nesse aspecto, Macri aponta por um lado o seguinte: “eu acredito num Estado que esteja administrado por pessoas profissionais, se o Estado não funciona, se não temos um Estado forte que trabalhe junto ao setor privado, a Argentina não vá crescer. Precisamos as duas mãos” (M-6). Por outro lado, entende que a principal medida econômica seria “para que a Argentina volte crescer, sair do Cepo”¹⁶⁶ (M-23). A finalização desta política impactaria positivamente na cotação da moeda, pois “igualmente o dólar vai descer, e vamos deixar de pensar no dólar” (M-23). Macri anuncia também o fim das “*retenciones*”:¹⁶⁷ “senhor produtor, produza que vá poder exportar tudo que quiser e além disso não lhe cobraremos *retenciones*” (M-8) propondo, além disso, a retirada do Estado de outras áreas da economia. Um exemplo disso seria a redução da influência no Banco Central e no INDEC, “quando nos falarmos aqui está o INDEC independente, aqui tem um presidente do Banco Central e volta ser independente. Estas são as regras do jogo” (M-3).

A prosperidade econômica se alcançaria através de uma sinergia positiva entre o governo e as empresas privadas, na qual o Estado deveria oferecer as condições estruturais e macroeconômicas para que a iniciativa privada se desenvolva o melhor possível: “não há futuro se não temos um setor público forte preparado que acompanhe eficientemente o desenvolvimento do setor privado, isto é uma equipe. Setor público e setor privado” (M-3).

Não há menções à participação do Estado na economia para além deste estabelecimento das “regras do jogo” e das condições positivas para o investimento, à exceção de três casos muito específicos: YPF, Aerolíneas Argentinas e ANSES. As três empresas foram estatizadas durante os governos kirchneristas e nos três casos o PRO foi contra as iniciativas. Questionado sobre o assunto, Macri afirma, que a YPF “continuará sendo do Estado” (M-8) e “será eixo do plano de recuperação da produção de energia no país” (M-10), enquanto que a ANSES e Aerolíneas também continuarão estatais mas “sem *La Cámpora*

¹⁶⁶ Macri refere ao “cepo” ao dólar, que foi uma medida impulsada pelo governo para controlar a saída de dólares da economia, que limitava a compra da moeda assim como administrava as importações.

¹⁶⁷ Esta é outra das referidas medidas de controle da economia do governo kirchnerista que procurava incrementar os ingressos do Estado a partir das exportações agropecuárias – a tentativa de incremento em 2008 do percentual das mesmas incentivou um *lockout* patronal e o início das mobilizações antigovernistas.

dentro” (M-18). Macri reconhece que ele era (já não mais) contrário à estatização da “Aerolíneas”, mas que percebendo a vontade popular “disse ‘bom, se for uma decisão dos argentinos, meu compromisso é que continuará sendo do Estado, mas bem administrada” (M-6), pois, aponta, que ser do Estado não justifica um serviço ruim, “precisa funcionar como uma das melhores companhias aéreas do mundo” (M-6).

Sobre as privatizações ou estatizações, que são frequentes temas de pergunta para os membros do *Cambiemos*, é Marcos Peña quem aponta para o que eles consideram verdadeiramente central:

“A discussão não passa pelo diagnóstico do que você fez nos últimos 20 anos, mas o que você vai fazer daqui para frente, e nós fomos muito claros em todos estes temas [...] não queremos demonstrar que a Aerolíneas precisa ser privada ou pública, queremos que as pessoas viajem melhor nos aviões e que o país esteja mais conectado” (M-7).

E, adiciona, que abrir a discussão sobre a privatização da Aerolíneas seria absurdo neste momento porque não seria o “eixo principal”. Em suma, como não possuiriam uma ideologia forte, o principal seria a eficiência em atingir objetivos e não tanto nas formas de atingi-los.

Assim como nos casos das privatizações, Macri e os membros da sua equipe foram questionados repetidamente sobre suas posições em relação a decisões econômicas relacionadas com o ajuste fiscal, com os impostos, com os programas sociais, com a dívida pública, e com o valor da moeda. Em várias as oportunidades responderam apoiando escolhas que poderiam ser consideradas “progressistas”, defendendo a ideia de criar emprego, expandir a economia, fortalecer o Estado, reduzir os impostos aos trabalhadores, e diminuir o “ajuste”. Por exemplo, em lugar de informar a redução expressiva dos subsídios nos serviços públicos—como finalmente ocorreu no seu governo—, Macri afirma que “vão continuar tendo subsídios aqueles que o necessitem, e prometo um sistema de preços justo e equilibrado” (M-6).

Em relação aos impostos, Macri apresenta uma estratégia reparatória, pois o kirchnerismo teria cobrado impostos muito altos. Falando sobre os produtores rurais, aponta que estes sofrem com “a falta de regras, o excesso de impostos que lhes cobraram, a falta de infraestrutura” (M-16). Contudo, a maior ênfase neste ponto está dada aos trabalhadores que tiveram que pagar impostos excessivos por conta da inflação, “porque a inflação faz que nominalmente recebam muito mais notas de 100 pesos, mas você não aumenta o mínimo não imputável, então começam pagar pessoas pelo mesmo trabalho, o imposto aos lucros que não pagavam” (M-23).

Na lógica de Macri, a relação entre pobreza e economia não corresponde a uma determinada estrutura produtiva que prioriza capitais estrangeiros, concentração de renda em alguns grupos restritos, atividades extrativistas, uma estrutura de impostos regressiva ou o peso desproporcionado das atividades agropecuárias. A pobreza, para ele, é somente uma consequência da falta de crescimento econômico, o que pode ser traduzido como uma versão matizada da “teoria do derrame”.¹⁶⁸ As propostas de eliminação de impostos aos trabalhadores e a concomitante proposta de incremento no investimento em infraestrutura partem da promessa de progresso e crescimento que o novo governo traria. Caso contrário estas duas tendências opostas, exacerbadas pelo incremento da dívida, inclinariam-se a quebrar as contas do Estado ou demandariam a discussão do incremento das contribuições de outros setores como, por exemplo, os ricos.

Na questão econômica, Macri também se diferencia dos PPRD, pois para eles a questão em torno dos programas sociais não está tão relacionada com a sua existência, mas com os critérios de distribuição dos mesmos, quem pode se tornar beneficiário de um programa. Para isso, dividem a sociedade entre os nativos, merecedores dos mesmos, e os estrangeiros, que não deveriam receber o benefício. No caso de Macri esta divisão não aparece, os programas sociais são condenados à extensão de maneira geral, pois em função da futura criação de emprego, deixariam de ser desejados e necessários para a população. Eles afirmam que os programas continuarão e serão ampliados, mas que fundamentalmente perderão importância pois numa economia em crescimento as pessoas prefeririam trabalhos formais. Por exemplo, sobre o mais importante destes programas – criado pelo kirchnerismo – a *Asignación Universal por Hijo* (AUH) orientado a famílias de baixos recursos, Macri afirmou o seguinte:

“Acho que tem que estender a *Asignación Universal*, porque não é justo que, por exemplo os filhos dos trabalhadores independentes não tenham *Asignación Universal* porque há muita gente ainda com ingressos por baixo da linha da pobreza, assim acreditamos em um ingresso universal, *Asignación Universal* para todos, como também acreditamos em um ingresso universal para a velhice” (M-6).

A ideia de “justiça social” atrelada aos programas sociais é mobilizada 4 vezes ao longo dos vídeos. Em uma delas, Macri reconhece o vínculo entre este termo e a tradição do peronismo ao apontar: “aprendi e valorizo a luta pelos direitos dos trabalhadores que levou à frente o peronismo ao longo da sua história, pela defesa da justiça social e a igualdade de oportunidades” (M-39). Porém, nas demais aparições do termo este é mobilizado de forma

¹⁶⁸ Disponível em: <http://politicayeconomia.cl/las-reformas-tributarias-liberales-y-la-teoria-del-chorreo/>

pejorativa: “a verdade que *estes que falam em justiça social*, se esqueceram destas pessoas” (M-23, grifo meu). Para ele, parece nítido que os que se preocupam com a justiça social são os outros.

Da mesma maneira que os programas sociais, os subsídios ao transporte ou serviços públicos (gás, água e energia), foram criticados por representantes da direita em distintas oportunidades, de forma que Macri é questionado sobre o assunto em diversos momentos, fixando um posicionamento favorável às mesmas: “sempre terá subsídio (o gás e a energia), temos que ir para um equilíbrio, mas sempre terá subsídio” (M-23).

Ao longo dos vídeos, Macri refere insistentemente para o que chamou de “plano histórico de reconstrução”, o *Plan Belgrano*, o qual se projetava como um pacote de investimentos em infraestrutura com o objetivo de impulsionar as economias regionais centralmente para a exportação de produtos agropecuários. O referido plano, segundo Macri, não teria dificuldades de concretização e se financiaria através de créditos internacionais:¹⁶⁹

“Tem que aceitar todo o crédito que pudermos, esse é um erro estratégico feito por este governo. Nestas épocas que o crédito está mais barato que nunca, Colômbia, Chile, Peru, aproveitaram para fazer infraestrutura, que é a que te permite crescer, o fiz na cidade de Buenos Aires [...] pegando crédito a boas taxas para que as pessoas vivam melhor, e se pagam em 20 ou 30 anos” (M-10).

Ainda que seja a questão central, a recuperação da economia não seria uma tarefa difícil, pois a recuperação da confiança seria rápida com a mudança de governo. O governo, aponta Macri, “por ter mentido destruiu o que é o valor central de uma sociedade que é a confiança” (M-37). A injeção de confiança significaria uma recuperação da esperança da população, dos investimentos produtivos dos argentinos e dos investidores internacionais, da credibilidade internacional, e do crédito internacional, do valor da moeda, entre outros problemas. E adiciona, “os argentinos têm centenas de milhões de dólares no seu poder, porque não confiaram nos governos que tem lhes trapaceado com a inflação. Então o que eu digo é, aqui ninguém vai mentir, vamos construir, vamos fazer, vamos pôr o país em movimento” (M-37). Nesse sentido, repete sistematicamente uma história sobre um encontro fortuito com uma pessoa na rua que lhe transmite sua confiança:

¹⁶⁹ Em 2019 quando Macri abandonou o governo, a Argentina tinha sido beneficiária do maior empréstimo da história do FMI: 57 bilhões de dólares. Disponível em: [www.bbc.com/mundo/noticias-52828376#:~:text=Ambas%20situaciones%20se%20relacionan%20con,esa%20organizaci%C3%B3n%20de%20US\\$2457.000%20millones](http://www.bbc.com/mundo/noticias-52828376#:~:text=Ambas%20situaciones%20se%20relacionan%20con,esa%20organizaci%C3%B3n%20de%20US$2457.000%20millones). Em 2021, Macri reconheceu que o empréstimo do FMI foi politicamente motivado – com o objetivo de garantir sua reeleição e impedir o kirchnerismo/peronismo de retornar ao poder – e não ancorado em questões técnicas ou macroeconômicas. Disponível em: <https://www.c5n.com/politica/macri-admitio-que-el-prestamo-del-fmi-fue-una-demonstracion-apoyo-n1485>

“As pessoas estão dizendo ‘aqui vem uma mudança, mas vamos confiar, vamos apostar e vamos investir’, isto estão dizendo. Eu o digo em termos mais simples, fui em Tandil¹⁷⁰ no final de semana para me recuperar um pouco após dormir 11 horas, que não dormia há 25 anos! fui à cidade comprar uns salames e uns queijos, que são os melhores do mundo. Me permita ser subjetivo com o lugar onde nasci. E me param na rua, as pessoas estavam eufóricas, e um deles me diz, ‘trabalho na loja de materiais de construção, a loja estava morta, faz meses, desde o domingo tivemos 12 pedidos para construir, importantes construções’. As pessoas pegaram e falaram ‘tiro uma grana e vamos construir de novo’.” (M-18).

Em relação com as questões de raça, como costuma ser na política argentina, o tema não teve nenhuma centralidade. Há um consenso da esquerda à direita em termos das origens nacionais e da homogeneidade demográfica, como apontado anteriormente, e embora questionamentos estejam sendo feitos, a temática ainda é marginal.

“A Argentina não é um país com diferenças de verdade, não temos problemas religiosos, nunca tivemos problemas de fundo, quer dizer. É como tentar bater contra uma parede, inventar. Você diz, há países que, está bom, tem suas histórias com a religião, com questões raciais, aqui não temos” (M-8).

De fato, a anterior é a única referência à existência de uma questão de raça, e ela é colocada como existindo fora do país. Já a questão dos “povos originários”, expressão que refere aos indígenas argentinos, tem maior relevância, mas, no discurso de Macri, somente aparece uma vez, no ato de fechamento da campanha, e não são expressas propostas específicas ou validadas as demandas do grupo:

“Quero lhes dizer que estejamos aqui, querido Gerardo,¹⁷¹ e que estejamos na quebrada, patrimônio histórico da humanidade onde gerações e gerações dos nossos povos originários caminhando, ou caminharam, e onde nesta cidade ao pé deste monumento, aos heróis da nossa independência a descubrem todos os dias os habitantes do mundo todo” (M-1).

A imigração não é uma questão importante no discurso de Macri, ele próprio é filho de imigrantes. Seu pai, Franco Macri, foi um empresário italiano destacado da década de 1990 muito ligado ao governo de Menem. Mas, embora a proteção da nação diante dos “imigrantes” não seja uma questão no seu discurso, ele é questionado várias vezes sobre o assunto. Em uma das participações na televisão, Macri recebeu perguntas do público, e um deles lhe perguntou: “Mauricio Macri, o que vai acontecer com os estrangeiros? Sou paraguaia, vivo na Argentina, trabalho neste querido país e não quero ter que ir embora”. Ao que Macri lhe respondeu: “por que vai ter que ir embora? Não sei. Fica Ingrid. Temos que

¹⁷⁰ Tandil é uma cidade no Estado de Buenos Aires, onde Macri passou a sua infância.

¹⁷¹ Gerardo Morales, governador eleito do estado de Jujuy.

todos trabalhar no país e continuar crescendo, e acho que há uma comunidade paraguaia muito importante na Argentina, pessoas muito trabalhadoras” (M-12).

A memória coletiva sobre os posicionamentos históricos de Macri fez emergir as perguntas sobre a imigração,¹⁷² embora seu discurso de campanha não apresente um tom nativista. Uma das questões que aparece em alguns vídeos é sobre a ocupação do parque *Indoamericano* em 2010, e como evitar este tipo de acontecimentos (embora nas entrevistas a pergunta fosse orientada principalmente para Vidal, pois no momento estava acontecendo uma ocupação no estado de Buenos Aires), momento em que a relação entre bairros populares, drogas e imigração foi trazida à tona. Rocio Flax (2019) analisa os discursos políticos em torno dos imigrantes no caso da ocupação do parque *Indoamericano*, através dos discursos de Cristina Fernández de Kirchner e de Mauricio Macri, que eram presidente e prefeito da cidade, na época. Nesse trabalho, Flax (2019) encontra que Macri

“ativa representações sociais presentes no senso comum, que vincula imigrantes com a insegurança que sofrem os argentinos e enquadra os três marcos conceituais negativos (crime, epidemia e invasão) que permitem chegar na mesma conclusão: os imigrantes são uma ameaça para os vizinhos porque estão fora de controle, continuam avançando e porque são criminais associados ao narcotráfico” (FLAX, 2019, p. 4).

O mesmo acontece com outro tipo de “imigração”, que é a migração interna – particularmente, a que ocorre do estado de Buenos Aires para a cidade de Buenos Aires, por conta dos serviços públicos de melhor qualidade oferecidos na cidade de Buenos Aires. O objetivo declarado de Macri é diminuir a migração interna criando oportunidades em cada uma das cidades do “interior” do país:¹⁷³

“Digamos, o que acontece com os hospitais, os que vivem no estado [de Buenos Aires] 60% usam os hospitais da cidade de Buenos Aires, não é ao contrário, os que se inscrevem nas escolas públicas são os do estado na cidade, não é ao contrário, os que vem nos parques no final de semana são os do estado na capital, nós bem-vindos, mas isso mostra” (M-5).

¹⁷² Ao longo da sua carreira política, Macri vinculou repetidas vezes o crime, o narcotráfico e a imigração vinda dos países limítrofes. Embora o discurso eleitoral fosse distinto, a memória popular o relaciona com um rechaço por estes imigrantes. Disponível em: [chequeado.com/ultimas-noticias/macri-todos-los-dias-llegan-entre-100-y-200-inmigrantes-a-la-ciudad-que-no-sabemos-quienes-son/](https://www.chequeado.com/ultimas-noticias/macri-todos-los-dias-llegan-entre-100-y-200-inmigrantes-a-la-ciudad-que-no-sabemos-quienes-son/)

¹⁷³ Durante a sua administração da prefeitura da cidade de Buenos Aires, Macri reclamou em diversas oportunidades do uso que os habitantes do estado de Buenos Aires faziam dos serviços públicos da cidade, chegando inclusive propor priorizar os habitantes da cidade no atendimento destes. Disponível em: <https://www.perfil.com/noticias/politica/sigue-la-polemica-con-macri-por-los-hospitales-portenos-20071224-0032.shtml>

Em relação com a religião, cada vez mais presente nos PPRD por conta do confronto com os imigrantes muçulmanos, Macri e sua equipe fazem poucas referências a Deus ou à igreja. Deus é nomeado em 8 vídeos, no total de 13 vezes, 9 das quais “Deus” é mobilizado na expressão “se deus quiser e os argentinos assim o decidirem”, e as outras vezes em expressões do tipo “graças a deus” ou “juro por deus”. Não há referências diretas ao papa, ao catolicismo ou a outras religiões. Este uso do termo corresponde principalmente a estruturas da linguagem coloquial antes que uma referência religiosa.

Porém, os valores religiosos aparecem quase como valores culturais gerais e não ligados com o cristianismo. Em parte, pela baixa intensidade com a que são mobilizados e em parte pelo pressuposto de que a cultura e a religião argentina são homogêneas. Embora Macri e vários membros do PRO tenham estudado em escolas religiosas,¹⁷⁴ particularmente no *Cardenal Newmann* (Macri, Frigerio, Triaca, Clusellas, Torello)¹⁷⁵ e na Universidade Católica, somente Bullrich conta que seus filhos terão ensino religioso. Ao falar de educação, Macri fala somente no ensino laico estatal.

Sobre educação, Macri insiste na necessidade de melhorias na qualidade da educação pública de maneira constante. Tanto que o ministro de Educação da cidade de Buenos Aires (Bullrich) e candidato a ocupar essa pasta no nível nacional, acompanha Macri em muitas das suas aparições. A respeito desta questão, propõem tanto uma expansão das instituições existentes, quanto um incremento na qualidade da mesma, “vamos conseguir que tenhamos uma melhor educação pública” (M-17). Entre as suas propostas, Bullrich espera que no fim do seu governo aconteçam

“três coisas, que todos os guris de três anos puderam assistir na creche, com Macri teve creche para todas as crianças de 3, 4, e 5 anos. Em toda a Argentina. Não importa onde você nasceu; Jujuy, Usuhaia, Mendoza [...] segunda, não importa onde você nasceu, em qualquer lugar da Argentina, tem uma escola conectada ao mundo, com tecnologia de última geração, e isto quer dizer computadores no ensino fundamental [...] a escola média são laboratórios de empreendedorismo e de criatividade. Há nos Estados Unidos uma universidade que se chama “*singularity*”. A singularidade é um momento no qual os computadores vão superar o pensamento do homem, o ser humano [...] então criou-se uma universidade nos Estados Unidos que é de inovação, que estuda inovação em todas as áreas do conhecimento humano, nós vamos criar em todas as cidades de mais de 100.000 habitantes um modelo deste laboratório” (M-19).

Para além da divisão entre nativos e estrangeiros, outros marcadores sociais são tratados de forma diferente no caso do PRO quando comparados com os PPRD. Enquanto as questões de raça praticamente não têm lugar no debate público argentino tanto para as direitas

¹⁷⁴ Disponível em: <https://www.tiempoar.com.ar/informacion-general/meritocratas/>

¹⁷⁵ Jorge Triaca, Pablo Clusellas, José Torello foram ministro de trabalho, secretário de questões jurídicas e técnicas do PRO, durante o governo do Macri respectivamente.

quanto para as esquerdas, as discussões de gênero tornaram-se inescapáveis e apresentam também (como no caso das políticas de direitos humanos) um grande apoio popular. O movimento feminista na Argentina vem crescendo desde algumas décadas, marcado pela greve de mulheres do 8 de março e os encontros anuais de mulheres (*Encuentro Nacional de Mujeres*)¹⁷⁶ e pela aprovação da lei de violência integral (2009), e posteriormente pela lei do feminicídio (2012).

Alguns meses antes das eleições, em junho de 2015, ganhou força o movimento “*Ni Una Menos*” (nem uma a menos) com uma mobilização de quase 400.000 pessoas no país (ESCALES, 2016), exigindo ações concretas contra a violência de gênero. Desde então o movimento feminista vem se constituindo como um dos atores políticos mais dinâmicos do cenário argentino, conseguindo implantar o debate pelo aborto¹⁷⁷ no país (ALCARAZ, 2018). Quem mobiliza mais a defesa das “mulheres” nos vídeos de Macri, é Maria Eugenia Vidal. Embora Vidal não se expresse favorável a mudanças como a interrupção voluntária da gravidez, destaca permanentemente seu papel de primeira *mulher* eleita Governadora no estado de Buenos Aires, e reconhece que Macri a apoiou quando ninguém mais o fez, em função das suas capacidades e sem se importar com o seu gênero.

Vidal aponta que Macri significou para ela a oportunidade de se envolver na política pois ela começou quando conheceu alguém que era “distinto” do que tinha e com o qual não se identificava. Pois ele,

“sem dúvidas é o político que nos deu mais lugar, não só que mais líderes e pessoas fez crescer como parte da sua equipe, e que mais sabe escutar, mas que mais lugar lhe deu às mulheres, não é por acaso esta mesa e muitas outras mulheres das que falávamos no início e outras que não nomeamos e não estão aqui, e são parte da equipe. Ele tem zero machismo, somente olha para tua capacidade de fazer, teu comprometimento, eu cheguei sem conhecê-lo no seu espaço e somente foi me incentivando a partir do meu trabalho e o meu esforço, e não sou a única” (M-34).

Em outra oportunidade, Vidal destaca que Macri escolheu ela por sobre dois homens “quando me escolheu eu concorria com Lombardi e Santilli, dois homens com mais experiência política e muito mais conhecidos. Para a política tradicional o indicado tinha que ser algum deles” (M-32). Mas, por outra parte, apesar de ter repetido que Macri possui “zero machismo”, Vidal se encontra reclamando do machismo de uma piada feita por Santo Biasatti (jornalista) e continuada por Macri, sem que nenhum dos dois perceba suas reclamações.

¹⁷⁶ O primeiro encontro nacional de mulheres foi organizado na Cidade de Buenos Aires em 1986, com a participação de 1.000 mulheres de diversos setores políticos e sociais. Em 2019, no último encontro presencial (até o momento) foram reunidas 200.000 mulheres.

¹⁷⁷ Em 2018 durante o governo Macri a lei do aborto foi aprovada na câmara de deputados e rejeitada pelo senado, já em 2021, durante o governo de Fernandez, a mesma foi tratada e finalmente aprovada.

Vidal: Temos uma família bonita e nossos filhos estão contentes...
 Biasatti: Agora, que casualidade, se repete o que acontece em quase todas as casas. Quem manda é a mulher. A governadora...
 Vidal: que machista...
 Macri: ...E aí é um pouco mais explícito! Ahahah!
 Biasatti: fica bem marcado!
 Vidal: que machista..
 Macri: não há muita diferença. Hahah (M-37)¹⁷⁸.

Inclusive, num vídeo posterior é o próprio Macri a fazer a mesma piada “eu quero dizer uma coisa, que na casa dos Tagliaferro [sobrenome do esposo de Vidal] se explicita o que acontece em todas as casas, a mulher manda. Há mais clareza com o título, governadora e prefeito. Mas é igual em casa” (M-34). O que mostra que não houve uma incorporação das reclamações de Vidal pelo candidato.

Já em termos da política do governo da cidade em relação à temática de gênero, é também Vidal quem afirma:

“Temos mostrado que se pode fazer uma política social transparente e além disso temos montado novos programas, os centros de primeira infância (creches), para que as mães deixem seus filhos seguros quando vão trabalhar. Toda a política de gênero, de luta contra a violência de gênero na cidade de Buenos Aires, que existia, mas que aumentamos com mais refúgios, com o botão antipânico para as mulheres vítimas de violência, com uma polícia metropolitana treinada para receber denúncias e atender estas mulheres” (M-37).

Pela sua parte, Macri afirma que pretende dar um “tratamento integral” (M-6) à questão da violência de gênero e em duas oportunidades relata a instalação dos botões anti-pânico, o papel da polícia metropolitana e inclui na sua resposta a instalação dos “lares protegidos” para as vítimas de tráfico de pessoas. Propõe também a instalação de creches para que “possa deixar teu filho enquanto vai trabalhar” e um programa “rede primeiros meses” (M-15) de assistência para as mulheres grávidas e com filhos de até um ano. Porém, para além das propostas do combate à violência de gênero – entendidas desde um ponto de vista punitivista –, e as políticas de assistência reprodutiva, que colocam às mulheres como vítimas ou simplesmente reprodutoras da família, as pautas do movimento feminista como a igualdade salarial, capacitações em temáticas de gênero para reduzir o assédio laboral e urbano – tratando com os vitimizadores e não somente com as vítimas –, valorização do trabalho doméstico, ou do aborto, estão ausentes.

¹⁷⁸ Biasatti refere a que, na mesma eleição em que Vidal foi eleita para governadora do estado de Buenos Aires, seu esposo, Ramiro Tagliaferro, foi eleito como prefeito da cidade de Moron, que se encontra dentro do estado.

Paralelamente, no programa de Mirtha Legrand, a apresentadora questionou ao futuro ministro de Educação se a educação dos seus filhos era realizada numa escola religiosa ou do Estado. Em sua resposta, Esteban Bullrich afirmou, em forma de piada, que: “não, religioso, vão numa escola religiosa. Eu tomo as decisões importantes na minha casa que são as de política, mas as de onde vá a educação dos meus filhos – “é tua mulher”, completou Mirtha (M-16), ao que posteriormente todos na mesa riram. Embora tenha sido comentado em termos humorísticos, não deixa de chamar a atenção a marcada divisão entre tarefas: importantes para o homem e secundárias para a mulher, característico do que a teoria política feminista discute no conceito da divisão sexual do trabalho, a segmentação de tarefas de acordo com o gênero conforma a dicotomia público/privado, onde os homens detêm o domínio do espaço público e as questões do mundo da política, e as mulheres são relegadas às funções domésticas, do cuidado e do lar. Tal divisão tem as bases na ideia de uma natureza feminina que tem como destino biológico o papel da maternidade, o que torna as mulheres inaptas para o exercício da política (PATEMAN, 1993).

Ainda sobre a questão de gênero, Macri afirma, com o intuito de valorizar as mulheres, pois parte de uma comparação com a sua esposa, que “o que disse ontem e penso de verdade, a mulher é neste país quem segura a sociedade. Da família, dos valores, e a verdade que não é por acaso” (M-36). Em suma, a mulher é valorizada e entendida principalmente no seu papel de mãe e de vítima da violência, e para estas figuras é que se orientam as propostas de políticas. No entanto, a presença de Maria Eugenia Vidal implica uma alteração desta visão pois implica – não sem resistências do próprio candidato – uma mulher forte que estará hierarquicamente por sobre muitos homens tidos como líderes da política tradicional argentina (os prefeitos do estado de Buenos Aires).

No tocante às relações internacionais, é importante destacar que a única nação demonizada pelo discurso de Macri é a Venezuela, fundamentalmente em função do seu governo – não atribui nenhuma culpa aos cidadãos, aos que refere como vítimas. Macri também não expressa restrições em termos de relações comerciais ou internacionais com nenhum outro país ou bloco. Contudo, assevera: “não vou ficar em mãos somente dos chineses ou dos russos. Aqui tem que se reafirmar a aliança estratégica com Brasil e com o Mercosul [...] e daí recuperar o relacionamento com Europa e uma relação com Estados Unidos e com China” (M-18). Em relação ao Irã, Macri afirma querer cancelar o

Memorandum de entendimento firmado por Cristina Kirchner em função das negociações pelo processo dos atentados contra a AMIA, acontecidos em 1994.¹⁷⁹

Afirma também a sua decisão de “estar do lado dos que querem combater o terrorismo” (M-9), aliando-se com as nações que o fazem, como a França.¹⁸⁰ Nas suas declarações sobre o terrorismo, Macri afirma ter que se preparar para lutar contra ele, mas não diz que este esteja constituído pelos muçulmanos, alguma nação específica ou pelo islã. As suas relações com o mundo, destaca, serão de abertura e troca comercial: “A partir do domingo 22 há outra revolução, a revolução de todo o mundo dizendo ‘a Argentina volta, a Argentina está pronta para empreender o caminho do crescimento que a leva ocupar esse lugar que lhe corresponde’” (M-3).

Macri repetidamente usa exemplos de países vizinhos (Colômbia, Peru, Chile, Uruguai, etc.) para mostrar como as decisões políticas/econômicas do kirchnerismo prejudicaram o país, estes países aparecem como exemplos a seguir e se inspirar, “no restante da América Latina, na maioria dos países você pode comprar sua casa em 30 anos, em parcelas, é como se pagasse um aluguel. E isso temos o direito a ter moradia própria” (M-6).

A partir do exposto, percebe-se que há no discurso de Macri uma expectativa idealizada na *salvação* do país, em termos da sua economia, a partir do investimento estrangeiro. Dita salvação se faz possível somente se conseguirmos agradar *o mundo*. Por isso é central no seu discurso a ideia de *criar confiança*, que se expressa na adoção e respeito ao sistema econômico internacional, na *tecnocratização* do Estado e a incorporação das políticas de segurança (combate às drogas e guerra ao terrorismo) dos países centrais. Aqui, a incorporação de políticas é tanto o objetivo, a assimilação, quanto a estratégia para contar com o essencial apoio estrangeiro.

¹⁷⁹ Durante o governo da Cristina Kirchner, em 2013, foi assinado um documento (o *Memorandum* de entendimento com o Irã) a partir do qual esperava-se que o país contribuísse na investigação sobre os atentados terroristas de 1994 na sede da mutual judia (AMIA). O acordo nunca foi ratificado pelos países, na Argentina foi declarado inconstitucional em 2015, mas serviu para motorizar diversos processos judiciais contra a presidenta. Em 2021, por inexistência de delito, a então vice-presidenta foi inocentada.

¹⁸⁰ Pelo seu aparecimento recorrente na campanha é importante lembrar que no dia 13 de novembro de 2015 aconteceram uma série de atentados terroristas na França, nos quais morreram 131 pessoas e 415 resultaram feridas.

6.2 BRASIL ACIMA DE TUDO: JAIR BOLSONARO

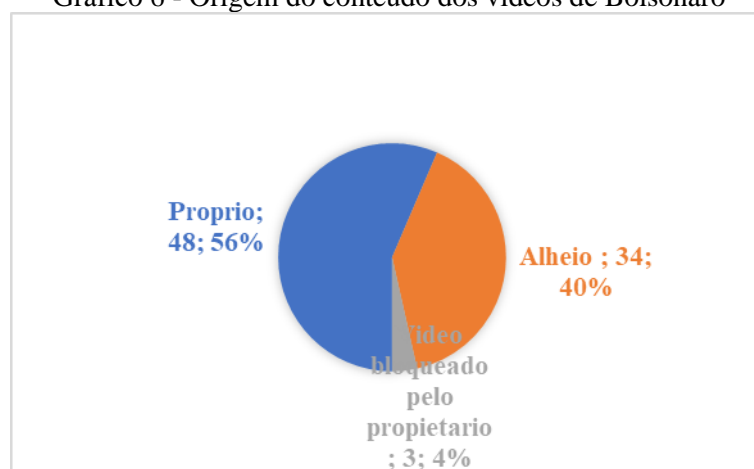
Ao longo dos 21 dias de campanha analisados Bolsonaro tentou tanto polarizar com um inimigo absoluto, o PT (e a esquerda, o comunismo), quanto mostrar a sua cara de cidadão comum, próximo ao povo. Repetidamente gravou vídeos na sua casa, mostrando-se com o menor conforto possível, muitas vezes sem mesas (somente cadeiras), ou em pé, com baixa qualidade de vídeo, em roupas pouco formais, e se mostrando tanto enfraquecido por causa do atentado, quanto corajoso por se sobrepor a essa situação.

Por vezes a campanha esteve mais focada em desqualificar os opositores do que defender as próprias ideias, inclusive, porque muitas delas foram “reverter” aquilo que o “PT” tem feito.

6.2.1 Os vídeos de Bolsonaro

Bolsonaro apresenta cinco tipos de conteúdo nos seus vídeos. Do lado dos vídeos próprios encontram-se os vídeos feitos por ele ou seus filhos, feitos com câmeras de baixa qualidade (celular), sem nenhum cuidado aparente com a iluminação, som e a estética. Também se encontram os vídeos das mídias *mainstream*, que ao serem compartilhados no canal, foram editados com frases sobrepostas à imagem original do vídeo, e por fim, os vídeos da campanha negativa nos quais um locutor fala sobre imagens, de notícias ou dos candidatos do PT.

Gráfico 6 - Origem do conteúdo dos vídeos de Bolsonaro

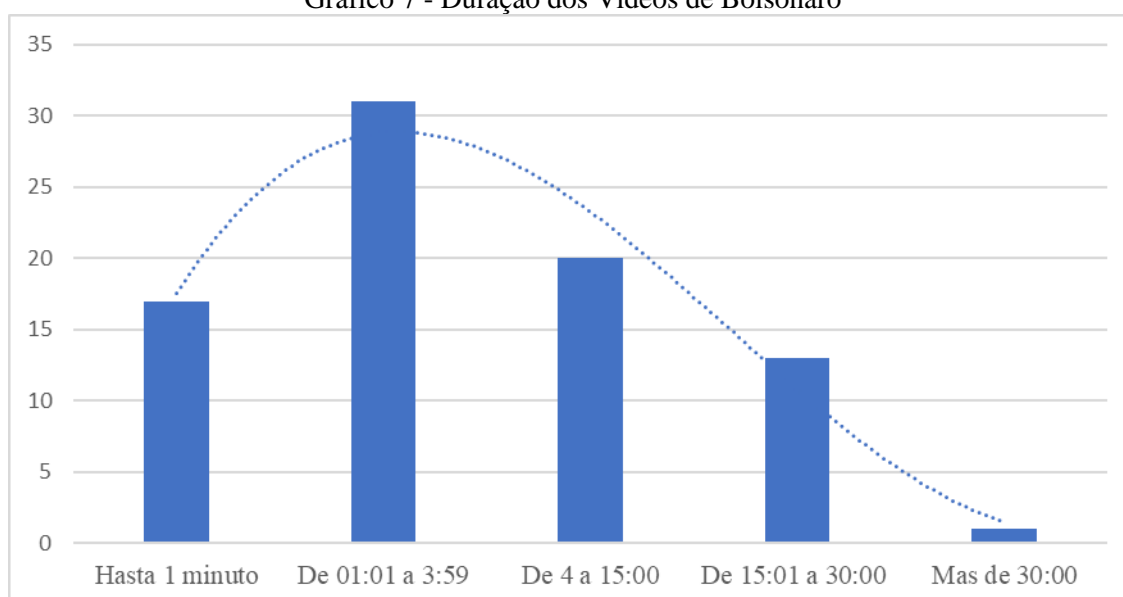


Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

Ao lado dos vídeos alheios encontram-se as emissões de programas de televisão e rádio (tal como foram emitidas pelas mídias) com entrevistas de Bolsonaro, ou matérias referidas a este ou críticas ao PT. Também são vídeos alheios aqueles produzidos por apoiadores (famosos e anônimos) onde se declara o voto no Bolsonaro. Alguns vídeos alheios também constituem um elemento à parte, pois foram bloqueados pelos donos do conteúdo e não são acessíveis através do canal de Bolsonaro.

Em termos da duração dos vídeos, há uma aparente concentração nos conteúdos de menor duração, 58,5% dos vídeos possuem até 4 minutos, e ao mesmo tempo nenhum vídeo próprio ultrapassa os trinta minutos. De fato, somente um vídeo dos publicados no canal tem mais de meia hora, e é aquele no qual Olavo de Carvalho¹⁸¹ fala sobre o livro de Fernando Haddad. A predominância de vídeos curtos parece ser consistente com a ideia do discurso populista que apresentaria soluções rápidas, com mensagens simples e diretas para os complexos problemas sociais (MUDDE, 2007). No mesmo sentido, percebe-se uma curva descendente na quantidade de vídeos à medida que se consideram durações maiores.

Gráfico 7 - Duração dos Vídeos de Bolsonaro



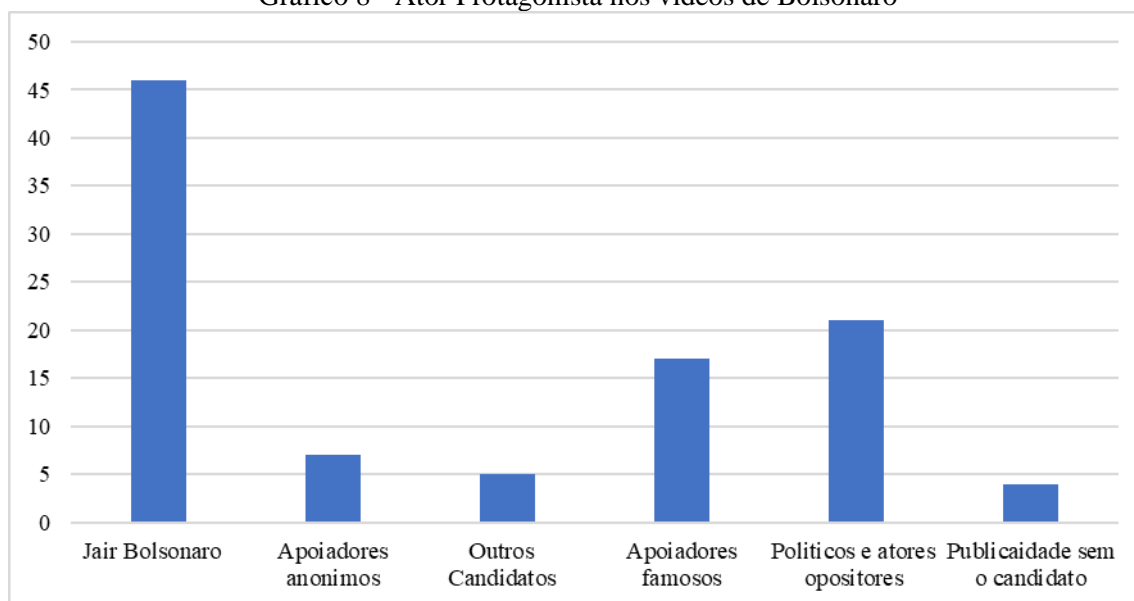
Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

¹⁸¹ Olavo de Carvalho foi um astrólogo e filósofo autodidata, morou nos Estados Unidos desde 2005 até sua morte em 2022, por insuficiência respiratória aguda causada por complicações decorrentes da Covid-19. Constituiu-se na principal voz autorizada da “intelectualidade” orgânica (Gramsci, 1985). Bolsonaro declarado, sua presença aqui é interessante pois suas aparições no canal mobilizam inúmeras teorias conspiratórias, negacionismos (inclusive sobre a Covid) e falácias a partir das quais o movimento interpreta a realidade.

Como dito previamente, em termos quantitativos, Bolsonaro aparece em pouco mais da metade das suas publicações, porém é pouco relevante a presença de outros candidatos ou personalidades importantes no seu canal, fazendo dele uma figura muito importante e central. Os dois principais conteúdos nos quais não aparece Bolsonaro são os vídeos críticos ao PT e os vídeos dos seus apoiadores tanto anônimos quanto famosos. Durante a campanha, algumas das críticas que o PT realizou contra Bolsonaro estiveram relacionadas com o seu racismo, machismo e homofobia. Considerando isto, mostrar outras pessoas referindo-se de forma positiva a ele foi uma estratégia interessante, pois provavelmente tenha encorajado mais pessoas a fazê-lo (falar publicamente do seu apoio) e lhe permitiu mostrar que tanto mulheres, negros, pobres, indígenas¹⁸² e homossexuais o apoiaram, negando assim as principais críticas.¹⁸³

O apoio de intelectuais e profissionais também contribuiu no sentido de se contrapor às críticas ao anti-intelectualismo do bolsonarismo. Finalmente, o apoio de personalidades famosas também foi relevante no sentido do fortalecimento da sua candidatura e “do fim da direita envergonhada” (MADEIRA; QUADROS, 2018). Desta maneira cada um dos grupos apontados como alvos e inimigos de Bolsonaro emprestou um representante que defendeu o candidato.

Gráfico 8 - Ator Protagonista nos vídeos de Bolsonaro



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

¹⁸² Neste caso a partir de um vídeo próprio, onde Bolsonaro se mostra junto à Ysani Kalapalo.

¹⁸³ O fato de a discussão ter caminhado em direção do terreno moral e de valores, central no discurso do Bolsonaro, antes que sobre medidas concretas a serem adotadas, pode ter contribuído a enfraquecer a eleição do PT, mas esta é somente uma hipótese que deveria ser estudada com maior profundidade em outra oportunidade.

6.2.2 Títulos e descrição nos vídeos de Bolsonaro

A primeira coisa que chama a atenção neste ponto é a relativa inexistência de descrições nos vídeos de Bolsonaro. Dos 85 vídeos considerados, somente 7 deles possuem uma descrição. Quatro destas descrições apontam contra seus inimigos políticos. “Haddad ameaça a justiça e o povo brasileiro”, “Haddad perdeu totalmente a noção”, “esta ameaça vai ser transmitida pela mídia ou só quando eu responder como defenderei minha família e propriedade, tentando me imputar novamente como o maior vilão do universo?”,¹⁸⁴ “Joaquim Barbosa divulga voto em Haddad, mas já está na história que ele mesmo disse que só Bolsonaro não foi comprado pelo PT no esquema de corrupção conhecido como Mensalão”.

Uma das outras três descrições ataca a mídia por “manipular” a opinião pública distorcendo suas falas em relação a ataques físicos efetuados por seus apoiadores contra militantes do PT, enquanto que as outras duas são descrições do conteúdo do vídeo (“com Luiz Phillippe Orleans e Bragança” na *live* intitulada “*Live: O PT camaleão*”) e a última “ninguém resiste ao carinho de uma criança! Faz parte de nosso dever preservar a inocência de todas elas. Visita que recebemos de um pequeno grupo de deficientes auditivos!” em um vídeo que não tem falas e o Bolsonaro encontra-se tirando fotos com crianças surdas.

Em relação aos títulos, o canal de Bolsonaro chama pelo nome o candidato em 36 dos 85 vídeos¹⁸⁵ e na maioria dos casos acompanha o adjetivo com uma ação “fala com/sobre”, “recebe visita de”, “deflagrava”, “silencia”, “esculhamba”, “mostra”. Em alguns destes títulos, a ação de falar é acompanhada por “a verdade” (verdades) sobre algum assunto, e em alguns o título não refere a Bolsonaro, mas sim à uma “verdade” supostamente deturpada pelos “outros”, a oposição, a exemplo da descrição “Contra *fake news*: A VERDADE” (5 vezes). O avesso das verdades, as mentiras, aparecem também expressivamente (4 vezes), junto com expressões como *fake news* (5 vezes), manipulação (2 vezes) e a ideia de corrupção/corrupto (8 vezes). Entre os seus ataques também aparece a mídia, a Globo e os jornais (3 vezes) e os entrevistadores “tendenciosos” (1 vez).

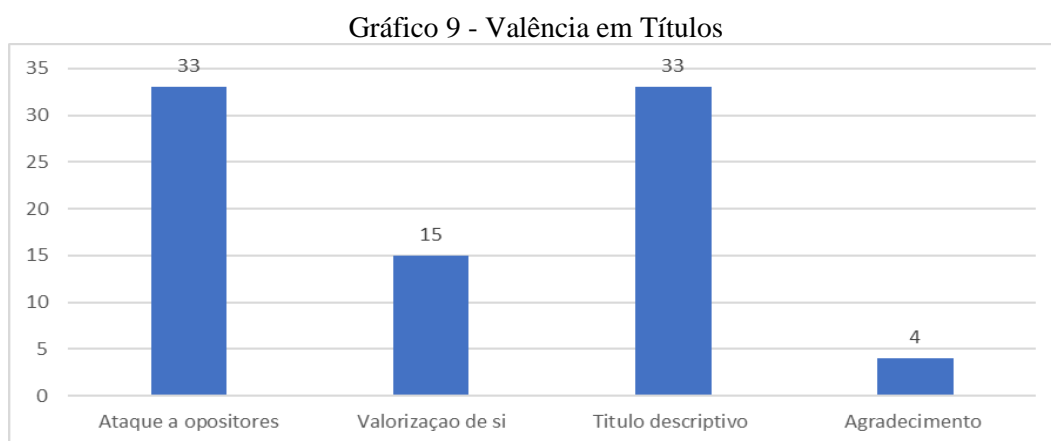
Através dos títulos, Bolsonaro demanda o engajamento dos seus apoiadores na construção das mensagens, (a depender do vídeo) ele pergunta “você concorda?”, “isso que você quer para o seu país?”, ou ainda exclama “tirem suas conclusões!”. Tal estratégia parece evitar a necessidade de o próprio Bolsonaro explicitar os posicionamentos mais extremos

¹⁸⁴ A ameaça a qual Bolsonaro refere à cantiga dos apoiadores do Guilherme Boulos em um ato no qual cantaram “Ô Bolsonaro, presta atenção, a tua casa vai virar ocupação”.

¹⁸⁵ Talvez como uma estratégia de difusão, pois se procurar no YouTube por “Bolsonaro e o BOPE” o vídeo do seu canal aparece entre as primeiras opções.

deixando-os implícitos. Por exemplo, no vídeo sobre Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o título é “Joaquim Barbosa declara voto no PT. Por que será?”. O “por que será?” passa a ideia de que haveria qualquer tipo de acordo, corrupto e indizível entre o ministro e o PT, porém isso não é dito de forma expressa e a acusação também não precisa ser demonstrada com evidências pois, no fim das contas, ela não aconteceu.

Em relação à sua oposição, nos 85 vídeos Haddad é nomeado nove vezes, enquanto Lula é citado seis vezes,¹⁸⁶ e Manuela D’Ávila (“Manuzinha”) uma vez. A sigla “PT” aparece em 17 vídeos, e a sigla PSOL em 2, e o MST e os “militantes de esquerda” uma vez cada um. São feitas também duas referências ao STF.



(Obs: Os títulos e descrições de Bolsonaro foram feitos a partir dos 85 vídeos postados, pois apesar de três deles estarem bloqueados os títulos ficaram disponíveis).

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Muitos dos títulos são difíceis de definir em qual das categorias se inserem, pois em alguns deles enquanto se valoriza Bolsonaro, também se desqualifica seus opositores, títulos que deveriam, portanto, pertencer às duas categorias. Além disso nem todos os vídeos de apoiadores são titulados com agradecimentos, alguns (“maquiador Lili Ferraz visita e vota Jair Bolsonaro”) são somente descrições. Outros títulos foram considerados como descrições embora contivessem caráter negativo ou acusatório sobre os opositores, pois o texto estava escrito como uma descrição. Contudo, e considerando que uma pequena variação no critério de distribuição das categorias não mudaria significativamente a distribuição das mesmas, é notável a centralidade da oposição ao PT (e os partidos de esquerda) como elemento estruturante da campanha, muito mais que a construção do próprio projeto e propostas para o país.

¹⁸⁶ Duas vezes refere-se a Haddad e Lula sem nomeá-los diretamente: “do pau mandado do corrupto preso”.

Em sintonia com a teorização do discurso populista (CASULLO, 2019) conforme o qual se trabalha na definição das características (rechaçadas) do “*eles*” e a construção do grupo interno, o “*nós*” se dá em função do oposto: “*nós* somos o oposto do que rechaçamos nos *outros*”, poderiam dizer. Sabendo que esta oposição se materializa em xingamentos, denúncias de corrupção, de loucura e de maldade, a centralidade desta oposição aponta para altos níveis de conflito, violência e polarização presentes na campanha de Bolsonaro.

Desde os títulos é possível identificar a caracterização que Bolsonaro faz dos seus oponentes, o PT, seus candidatos e os militantes de esquerda. Como ficará claro na análise dos conteúdos dos vídeos, na percepção de Bolsonaro, o PT, o Lula e a esquerda são a mesma coisa, indivisível e sem contradições. Assim como o próprio grupo interno. Neste sentido um dos títulos dos seus vídeos não deixa nenhuma sutileza sobre a imagem que se passa sobre estes: “Lula, o exemplo de tudo que não presta. Tire suas conclusões”. Mas além disso, alguns títulos apontam que “os militantes de esquerda” desafiam a justiça.

Sobre o PT, os títulos afirmam que é “o governo mais corrupto da história”, que se viveu uma grande violência durante a “era do PT”, que é mentiroso, que o “PT é o Brasil à beira do abismo”, que haveria uma ligação entre o “PT com ditaduras sanguinárias como a de Kadafi na Líbia” e que possui um “plano de governo perigoso”, que Haddad é “a *fake news* humana” e que “ameaça a Justiça, a população e a democracia brasileira”. Sobre os militantes do PSOL, caracterizado como “linha auxiliar do PT”, se pergunta “o que esperar de bandidos que ameaçam invadir minha residência?”

Já sobre o grupo interno, o “*nós*” e o próprio Bolsonaro, os títulos apontam que fundamentalmente falam “as verdades”, que lamenta os atos de violência praticados, mas que “os jornais publicam falas isoladas para manipular”, e alguns vídeos descrevem que falou sobre planos de governo, segurança, programas sociais e preservar a inocência das crianças. Faz também uns poucos apelos à unidade, como “vamos todos juntos” e “juntos seremos um gigante”.

6.2.3 O discurso de Bolsonaro: populismo, autoritarismo e nativismo subalterno

O bordão da campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, sintetiza todos os elementos importantes da mensagem de Bolsonaro. Em primeiro momento, a pátria, a partir do respeito a alguns dos seus símbolos e instituições (como a bandeira ou o exército). Em segundo momento (mas numa posição hierárquica superior) deus e a religião cristã, a partir do respeito à uma específica interpretação dos valores morais e tradições da religião (família

tradicional). E finalmente, estes elementos se sobrepondo a toda a população de maneira autoritária e imperativa, independentemente da religião de cada pessoa.

À primeira vista Bolsonaro se adequa nitidamente nos elementos dos PPRD reconhecidos na teoria; é populista e autoritário, mas é no nativismo que a conceituação na explica seu comportamento. Pode-se dizer, no entanto, que é um nativista subalterno. Seu nacionalismo xenófobo exclui quem for diferente do grupo que ele entende ser o verdadeiramente brasileiro. O “*nós*” bolsonarista equipara-se com a enunciação dos valores cristãos e capitalistas, a defesa da família tradicional (heteronormativa, monogâmica) como único agrupamento familiar possível, o reconhecimento do binarismo de gênero (homem/mulher) como única expressão possível do gênero e concomitante hierarquização do gênero masculino como superior. Concomitantemente também reconhece a inferioridade do Brasil diante das nações descritas por ele como sendo do “primeiro mundo” às quais deve respeito, obediência e admiração, e das quais procura-se aproximar e assimilar.

Olhando para a dimensão do populismo, pode-se dizer que de modo geral seu discurso encontra correspondência na referida categoria. Bolsonaro expressa uma definição nítida, concreta e definitiva entre o grupo interno e o grupo externo. A delimitação do inimigo (*eles*) é tal que não permite o trânsito fluido entre as duas, sendo as características definitórias de cada grupo excludentes e coincidentes com a condição moral dos indivíduos. No seu discurso, Bolsonaro reproduz uma lógica presa no anticomunismo dos anos da guerra fria e dos PPRD do leste europeu (MUDDE, 2007), onde os inimigos são absolutos e equiparáveis com países e ideologias específicos, a saber: o comunismo, o socialismo, Rússia, Venezuela, China e Cuba.

A sua principal questão é a questão moral (ou o desvio da sua forma correta), ela explica tanto problemas de cunho moral, isto é, comportamentos que deveriam ser aceitáveis na sociedade, quanto problemas materiais, como a corrupção, falta de desenvolvimento econômico, e outros. Questões todas que seriam resolvidas rapidamente após a troca presidencial, pela superioridade moral dos funcionários por ele escolhidos.

Enquanto isso, as questões econômicas são totalmente secundárias. Elas aparecem de forma explícita na sua face neoliberal, privatista, tecnocrática, individualista e meritocrática. Mas diante de outras questões mobilizadas por Bolsonaro (vez que ele salienta sua inaptidão tratar do assunto “economia”), o peso da temática encontra-se diminuído e não possui centralidade nem no seu discurso espontâneo, nem nas preocupações de seus apoiadores ou dos jornalistas. Ao mesmo tempo, as questões econômicas estão atreladas à definição de “amigo/inimigo” moralmente determinada.

Bolsonaro parte para a sua campanha eleitoral sem um partido político forte que o apoie, característica comum na política brasileira caracterizada pela atomização e fragilidade partidária.¹⁸⁷ Até 2018, o Partido Social Liberal (PSL) contava com 1 deputado federal e 0 senadores nacionais. Após a eleição, o partido obteve 52 bancas no Parlamento nacional, por trás do PT que ficou com 56 (principal partido na Câmara) e elegeu – além do presidente – 4 senadores e 3 governadores. Ao mesmo tempo, a participação do partido na campanha foi totalmente marginal. Nos 83 vídeos analisados, a sigla só é referida 10 vezes, e dessas referências somente três partem de Bolsonaro. A maioria são as formas em que jornalistas e apresentadores de televisão o apresentaram: “Jair Bolsonaro, candidato do PSL”.

Carecendo de referências partidárias históricas ou de um movimento coeso, a construção do grupo interno, esteve muito vinculada à imagem do próprio Jair Bolsonaro, quem conseguiu se colocar como o representante de demandas muito diversas.¹⁸⁸ Bolsonaro agradece o apoio destes diversos grupos da seguinte forma: “obrigado às lideranças evangélicas, ao homem do campo quer seja do agronegócio, quer seja da agricultura familiar. Obrigado caminhoneiros. Obrigado policiais civis e militares. Integrantes das Forças Armadas. Obrigado Família Brasileira” (B-82).

Bolsonaro buscou que a sua campanha fosse entendida como carente de estruturas e financiamento, a partir do escasso tempo de televisão com o qual o partido contava.¹⁸⁹ Na época era recorrente ouvir dizer “Bolsonaro fez sua campanha com um celular” e que foi a campanha mais “barata da história”.¹⁹⁰

6.2.3.1 *Populismo*

No discurso de Bolsonaro todas as problemáticas do Brasil foram produzidas ou pioradas pelas mentiras, vontade de poder, “roubalheira”, “maldade” e “mente doentia” (B-28) do Partido dos Trabalhadores (PT). A corrupção muito presente é, assim como a questão econômica, secundária e subsidiária, pois “mais grave que a corrupção é a questão ideológica” (B-76). Assim, a principal característica do discurso de Bolsonaro é a divisão da sociedade em

¹⁸⁷ Atualmente no TSE contam-se trinta e três partidos habilitados. Veja-se a análise de Amaro dos Reis (2015) sobre os efeitos desta atomização.

¹⁸⁸ À maneira de corrente equivalência de Laclau (2005), Bolsonaro representou tanto os interesses dos fazendeiros e do agronegócio, da bancada evangélica e religiosa, dos grupos neoliberais e manteve a representação sobre a maior parte das forças armadas e policiais.

¹⁸⁹ Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/graficos/tempo-de-tv-dos-candidatos-presidente/>

¹⁹⁰ Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/moro-defende-bolsonaro-campanha-mais-barata-da-historia-06102019>

dois grupos antagônicos, “*nós*” (os “*cidadãos de bem*”) e “o mal” (entre os quais se encontram tanto os militantes e candidatos do PT, como os movimentos sociais, as ONGs e a “esquerda” no geral).

Por exemplo, enquanto o versículo “João 8:32 conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” é mobilizado por Bolsonaro em diversas oportunidades, o análogo “não furtarás” não aparece em nenhum momento. Seu discurso apela à redenção através do retorno ao passado: “vamos, se essa for a vontade de Deus, recuperar o nosso Brasil” (B-76). Como aponta Casullo (2019), na retórica do candidato é exposto um povo que foi traído e que com a ajuda do líder recuperará seu destino. Mas antes de desenvolver o entendimento que Bolsonaro tem sobre cada um destes grupos que constituem o núcleo discursivo do populismo (“*nós*” contra “*eles*”) é interessante destacar também outras dimensões do conceito que se expressam com muita clareza neste caso.

A partir do Poder Judiciário, referindo particularmente à operação Lava Jato (17 vezes) e ao juiz Sérgio Moro (18 vezes) ao qual expressa uma grande admiração, Bolsonaro mobiliza a questão da corrupção. Sobre eles, diz que “você não pode pensar em Lava Jato sem ver amplamente a imagem do juiz Sérgio Moro. É um homem que fez um trabalho espetacular que nos mostrou, na verdade, as entranhas do poder. Como o poder se alimentava da corrupção” (B-67). Posteriormente adiciona que “em grande parte, eu estou aqui também graças ao trabalho de Sérgio Moro no combate à corrupção” (B-24), nesse sentido é interessante destacar que – embora não fosse a intenção da sua fala – vários observadores interpretam que a prisão de Lula e o seu impedimento para participar das eleições foram responsáveis pela vitória de Bolsonaro.¹⁹¹ Na Lava Jato, aponta, “o que está em jogo é a nossa liberdade [...] Temos que acreditar, temos como fazer um Brasil diferente, à corrupção vamos reduzi-la o máximo possível” (B-85).

Por outro lado, em relação com a mídia, Bolsonaro aponta que ela é conivente com “tudo isso que está aí” pois identifica que a mesma o enquadra como um perigo à democracia e não faz o mesmo com o Haddad, que seria a verdadeira ameaça. Para Bolsonaro, a “velha mídia”, a “antiga mídia”, quer enganar a população sempre que não concorda com os posicionamentos dele: “a gente lamenta uma imprensa brasileira, parte dela, não abrir os olhos” (B-85). Para Bolsonaro existem duas mídias, aquela que concorda com ele e é legítima, e aquela que expressa críticas contra ele e, em função disso, é mentirosa, imoral e corrupta.

¹⁹¹ Veja-se “Lava Jato prendeu Lula, apoiou eleição de Bolsonaro e integrou governo, diz Gilmar Mendes” matéria de Nathalia Passarinho para a BBC Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56077269>

Contudo, aponta diversas vezes ao longo dos vídeos o desejo do PT de impor o “controle social da mídia” e afirma que “nós continuaremos defendendo a imprensa livre, diferentemente da proposta do plano camaleão do adversário” (B-38). Nessa linha, aponta diretamente contra a Folha de São Paulo, a qual, afirma, espalha *fake news*, “a matéria é da Folha de São Paulo e não tem qualquer credibilidade esse jornal” (B-26).

Em ocasião de uma matéria sobre o possível incremento do desmatamento na Amazônia, caso eleito, Bolsonaro afirma que as mídias não “vão conseguir esse objetivo (enganar à população) eu acho que não, porque as mídias sociais, também por um outro lado, libertaram do monopólio da ‘mídia do mal’ muitos que acreditavam no que viam nas televisões ou liam em um pedaço de papel” (B-16).¹⁹² Apesar da crítica, participa permanentemente de entrevistas em televisão e rádio, particularmente nos veículos da Rede TV e na Record, os quais afirma Goldstein (2019) são propriedade de setores evangélicos e promovem políticos de direita e figuras evangélicas.

Em relação à liberdade de imprensa (expressão)¹⁹³ e às *fake news*, Bolsonaro afirma que considera a imprensa importante, apesar dele ser “uma vítima das *fake news*” e que – à maneira liberal – aconteceria uma “depuração” das mídias que se autorregulariam quando deixadas livres, combatendo as *fake news*. Por isso, afirma que enquanto “o outro lado” fala do controle social da mídia, “nós temos que deixar livre isso aí e o leitor de acordo com seu sentimento de que aquela fonte está lhe dando informações precisas ele valorizará” um determinado veículo midiático (B-39).

Discursando sobre a democracia – ponto que será aprofundado ao tratar do autoritarismo – e sobre seu vínculo com a mídia, Olavo de Carvalho aponta a falta de um partido conservador e cristão, e a falta de liberdade de expressão no país. Parte da ideia de que as esquerdas dominam a mídia e, portanto, não há liberdade de expressão no país, pois “só pode uma opinião e é a deles. Se você emite uma outra, então, você é radical, nazista, fascista, criminoso, inimigo da humanidade, homofóbico, assassino de mulheres e crianças” (B-37). Nesse sentido, afirma que toda forma de controle ou organização estatal decorre de um impulso fascista e, portanto, a ideia de uma economia comunista é inviável: “só existe dois

¹⁹²“Conclamo a todos vocês que continuem mobilizados e participem ativamente por ocasião das eleições do próximo domingo de forma democrática, sem mentiras, sem *fake news*, sem Folha de São Paulo nós ganharemos essa guerra” (B-34).

¹⁹³ O relatório da *Article 19* dá conta de um incremento na violência (tanto concretizadas quanto ameaças) contra jornalistas por parte de funcionários públicos, durante o governo Bolsonaro, que teria começado desde a época da campanha em 2018 e um declínio nos indicadores de liberdade de expressão. Disponível em: www.article19.org/reader/global-expression-report-2018-19/regional-overviews/the-americas-regional-overview/the-americas-countries-in-focus/update-on-brazil/#_ftn1

tipos de economia no mundo, existe a economia liberal e a economia fascista, o resto não existe” (B-37).

A caótica relação entre diversos elementos é característica do discurso de Bolsonaro e de Olavo. A partir das referidas citações se conectam elementos como a mídia, a democracia, a homofobia, o nazismo, Venezuela, e o PT, mas este caos não é fortuito. O intuito da análise de Olavo de Carvalho é conectar nazismo e fascismo, com as ditaduras (de Venezuela e Cuba), com a esquerda e finalmente com o PT. Para chegar no ponto que o nazismo seria de esquerda, assim como o PT seria uma forma de nazismo igual que o socialismo e o comunismo. O astrólogo afirma que

“Mussolini, ele é um dissidente do movimento socialista, então, essa gritaria toda antifascista é porque eles sabem que têm rabo preso com o fascismo desde o início, o fascismo saiu de dentro do movimento socialista e é uma variante do movimento socialista” (B-37).

Aparentemente o fato o Mussolini ter feito parte do movimento socialista em algum momento da sua juventude explica o vínculo do socialismo com o fascismo de maneira indiscutível, como se existisse um elo genético nessa origem. E, a partir daí, Carvalho afirma que todos os problemas do capitalismo seriam na realidade, problemas que o socialismo – muito presente no mundo – estaria introjetando nas sociedades capitalistas:

“Olha só ‘o mundo chegou a imaginar que o capitalismo poderia, pelo menos nos centros tecnologicamente dinâmicos erradicar a miséria e até mesmo a pobreza’, mas ele fez isso, você não tem mendigos nas ruas aqui nos Estados Unidos e na Europa, tem esses que foram importados agora, empurrados pelos comunistas ‘vamos empurrar um lumpemproletariado lá para derrubar tudo’, é isso que eles estão fazendo” (B-37).

O lumpemproletariado, conforme Carvalho, seria composto por elementos como “bandido, puta, drogado, etc”, que ele entende como sendo as classes subalternas existentes nas sociedades capitalistas exitosas, somente podem ser frutos do socialismo e, portanto, são exportados por estas sociedades quase como uma maneira declarada de prejudicar um sistema que funciona. A explicação considera que os países que têm um lumpemproletariado próprio são aqueles em que o socialismo mais avançou, por exemplo, o Brasil e México. Embora o próprio Bolsonaro não explicitamente este vínculo, diversas vezes refere à opressão, cerceamento das liberdades e vontade de dominação do PT, tal como se observa no seguinte trecho:

“Por falar em fascismo, só para controle, quem combateu o nazismo e o fascismo, na Segunda Guerra Mundial, foram os nossos bravos ‘praçinhas’ da Força Expedicionária Brasileira. Nós combatemos o fascismo, diferentemente dessa minoria que ao defender o PT, que é fascista porque o PT é Estado, mentem e tentam jogar para cima de mim uma responsabilidade que não é minha” (B-4).

Os “pracinhas” – a Força Expedicionária Brasileira (FEB) – foram enviados à Itália por Getúlio Vargas para combater o fascismo. Contudo, no mesmo vídeo, Getúlio Vargas é descrito por Olavo como um comunista e fascista. Sendo assim, na lógica do astrólogo, o combate ao fascismo italiano teria sido protagonizado no Brasil pelas forças comunistas/fascistas de Vargas.

Carvalho entende que a proposta do candidato oponente Fernando Haddad, voltada a estabelecer a luta de classes, significa no fim das contas fortalecer a hegemonia dos banqueiros, pois “todo mundo sabe” que a esquerda mundial “é financiada pelos grandes grupos” como George Soros e “o pessoal de Bilderberg” (B-37). Tal lógica, aponta, visa destruir a superestrutura ideológica, religiosa e moral da sociedade para incrementar o poder dos bancos. Interessante notar que Carvalho aponta contra Soros, da mesma maneira conspiratória que os PPRD descritos por Mudde (2019).

Apesar de não ter nenhum tipo de titulação acadêmica formal, e não demonstrar nenhum vínculo empírico entre a “esquerda mundial” e George Soros que sustente sua afirmação, Carvalho reconhece ser um “baita cientista político”, um dos poucos “dois ou três” existentes no Brasil e aponta, que nas universidades, “esse pessoal das universidades não são cientistas políticos de jeito nenhum, pessoal do PT”. Sendo uma característica das universidades ter “um gênero misturado, meio discurso acadêmico e meio autodefinição do grupo político [...] você vai chamar isso de cientista político? Não, meu filho, isso é propaganda política só” (B-37).

Para Bolsonaro, a união do Brasil, sob uma única bandeira, significa acabar com as divisões impostas ou promovidas pela esquerda: “a esquerda sempre tentou nos desunir criando castas de negros contra brancos; nordestinos contra sulistas; ricos contra pobres; filhos contra pais” (B-76). A busca pela união então, se dá via eliminação da esquerda e na criação de uma sociedade onde não existam “classes especiais”, onde o sucesso pessoal de cada um esteja marcado exclusivamente pelo mérito e o esforço individual:

“Questão de cor de pele, por questão de opção sexual, por região, ou seja lá o que for. Somos todos iguais perante a lei, somos um só povo embaixo de uma só bandeira, um só coração verde e amarelo e quem se empenhar, se dedicar pelo mérito logicamente vai ter uma mais tranquila do que aquele que resolveu não se dedicar no seu tempo de jovem no Brasil (B-24).

Como será visto nas próximas páginas, o sucesso individual é entendido a partir de uma perspectiva econômica liberal e do olhar moral do próprio Bolsonaro. Por exemplo, quando ao prometer mudanças para os indígenas, refere à possibilidade que ele garantirá de que estes explorem as suas terras na maneira capitalista/ocidental. Este sucesso se explica por uma ausência de intervenção do Estado e partir do livre jogo da meritocracia.

Como dito anteriormente, no centro do discurso populista de Bolsonaro está a definição dos grupos que conformam a sociedade. O seu grupo interno, os “*cidadãos de bem*”, se confunde no discurso com a própria definição que Bolsonaro expressa de si mesmo. Isso em parte pode ser entendido pela importância marginal que o partido (PSL) teve ao longo da campanha. Assim, o grupo interno está constituído pelo amplo e vago conjunto de *cidadãos/pessoas/brasileiros “de bem” e boas pessoas* que decidiram apoiá-lo:

“Tenho certeza que com apoio de vocês, com *boas pessoas*, que têm chegado ao meu lado de todos os níveis: quer seja os empresários, quer sejam os mais humildes, quer seja os homens de segurança, quer seja o trabalhador comum, quer seja o desempregado que quer voltar a trabalhar que quer continuar acreditando no Brasil, nós temos como mudar o destino dessa nação” (B-85).

Ser “boas pessoas” ou “*cidadãos de bem*” é importante e característico não somente dos seus apoiadores, mas também dos membros do seu governo, como na afirmação: “do meu lado, tem a humildade e as boas pessoas que eu tenho como indicar para compor esse time de ministérios sem a participação política, sem o ‘toma lá, dá cá’” (B-66), como forma de dizer que não irá se submeter às exigências de parte do Congresso (geralmente os partidos de centro, vulgo “centrão”) para aprovar suas propostas.

Conforme as várias definições do mesmo, os “*cidadãos de bem*” são descritos como aqueles humildes, trabalhadores e conservadores que querem ter o direito a ter armas de fogo, para se defender dos muitos criminosos que os ameaçam, são aqueles que deveriam ser protegidos pelos “direitos humanos” mas que são ameaçados por eles, são aqueles que não se deixam enganar mais pela velha mídia, aqueles que só querem trabalhar sem ter as suas casas e propriedades invadidas e ainda não ter possibilidade de se defender. Em momento nenhum a caracterização do *cidadão de bem* se expressa em termos nativistas – Bolsonaro fala ao “povo brasileiro”, mas isto não aparenta excluir os imigrantes –, os imigrantes “humildes, trabalhadores e conservadores”, são inclusos na categoria. Em suma, são aqueles que compartilham a moralidade e os valores de Bolsonaro. Por exemplo, afirma que assinaram um compromisso em “defesa da família, da inocência da criança em sala de aula, em defesa da

liberdade das religiões, contrário ao aborto e contrário à legalização das drogas, ou seja, um compromisso que está no coração de todos o brasileiro de bem” (B-49).

Paralelamente, em relação à classe política, Bolsonaro agradece o apoio de parlamentares que já se expressaram favoráveis a ele: “temos mais de 300 parlamentares simpáticos a nós, o último grupo que fechou conosco é o pessoal da Frente da Agricultura que querem segurança jurídica” (B-65). E, ainda, afirma que recebeu a visita “de dezenas de prefeitos, representando mais de 3 mil prefeitos no Brasil que hipotecaram [*sic*] solidariedade a nós pela forma que estamos dizendo que faremos política sem o ‘toma lá, dá cá’” (B-20).

Estes apoios mostram mais nitidamente a pouca centralidade do PSL, considerando a fragmentação partidária da câmara de deputados após as eleições de 2018 (com 30 partidos representados).¹⁹⁴ É por isso que quando Bolsonaro fala para os políticos, cobra ações tanto dos candidatos próprios quanto dos alheios que estão apoiando sua candidatura, que segundo ele, estariam se beneficiando por conta disso:

“A gente apela aos deputados, senadores que se preocupem não com as campanhas para governador nos seus estados, invés de brigar por voto para mim fica um apoiando um candidato e outro apoiando outro, pô, vocês têm que dar uma devida resposta, pelo amor de Deus ô deputados eleitos em São Paulo, o objetivo de vocês é Jair Bolsonaro, depois é França ou Dória. Pelo amor de Deus, até parece que vocês se elegeram com mérito próprio, com toda a certeza, se vocês saíssem candidato alguns seriam eleitos, mas a grande maioria não e, agora, falta trabalhar com seriedade porque o que está em jogo é a cadeira presidencial” (B-20).

Já as descrições feitas especificamente sobre Bolsonaro enquanto líder partiram tanto dele quanto dos seus apoiadores famosos e anônimos, e algumas vezes estiveram ligadas às críticas recebidas. É interessante destacar também os diversos apelidos de Bolsonaro que foram mobilizados durante a campanha: “Capitão” e “Mito”. O primeiro faz referência à sua condição militar – embora desde 1989 tenha abandonado a instituição e iniciado sua carreira política – e é perfeitamente entendível. Chama a atenção o segundo deles, pois embora os mitos e a mitologia falem sobre seres fantásticos e sobre-humanos, a mitologia é entendida como um conjunto de histórias falsas e contrapostas com as verdades da religião cristã a partir da sua ancoragem nos mitos gregos e romanos, quer dizer, pagãos.

¹⁹⁴ Contudo, Bolsonaro afirma que o partido é forte e coeso, como no trecho: “hoje eu vi na Veja que está tendo problema com a cúpula do PSL, a cúpula sou eu, Paulo Guedes, general Heleno, Bebiano, Júlio Lemos e mais dois ou três, não tem problema nenhum” (B-65). Porém, a ruptura com o partido pouco tempo de iniciado o governo, colocaram em dúvida essa afirmação.

No caso de Bolsonaro, apontam Eliane Brum (2021) e Daniel Kei Namise (2019) o apelido “mito” provém de uma modificação do uso popular nas redes sociais do termo “mitou”, que refere àquela capacidade de um indivíduo de fazer coisas incríveis e não considera esta dimensão “falsa” da mitologia.¹⁹⁵ A incorporação do apelido mostra quanto a construção da liderança de Bolsonaro esteve ligada às redes sociais e suas lógicas, com mensagens curtas, rápidas e impactantes. O objetivo das suas falas era “mitar”, e não argumentar apresentando fatos.

Além disso, apesar de possuir uma extensa carreira de décadas na política, Bolsonaro procura reiteradamente construir uma imagem de *outsider*, apontando para as suas origens como um reflexo da sua honestidade e compromisso político, a exemplo do que se observa na seguinte fala:

“A minha primeira campanha para vereador não era Kombi, era uma motocicleta onde ia eu e mais dois, andávamos em três. Depois, a primeira de deputado federal eu tinha um amigo que tinha uma Kombi, não era minha, e ajudava na distribuição desse material. *Nós* ameaçamos grandes grupos no Brasil, *grupos do mal*. É o narcotráfico, é a corrupção também que o próprio Fernandinho Beira-Mar disse que é o que dá mais dinheiro no Brasil, ele respondeu isso tem poucos anos, é a corrupção. Demonstrando até a possibilidade de muitos locais a política já estar perfeitamente entrosada com o tráfico. Realmente estamos ameaçando, só Deus sabe como estou vivo e só Deus pode explicar por que do nada nós chegamos aonde chegamos no momento e eu peço a Deus força, sabedoria e coragem para que uma vez esse plano indo avante, possamos dar a devida satisfação à sociedade com ações, de modo que venhamos a proporcionar felicidade ao nosso povo e paz aqui em nosso país que é o mínimo que nós merecemos” (B-16).

Conforme sua mensagem, Bolsonaro participa da corrida presidencial para “salvar o Brasil” do PT e da esquerda, para recuperar os valores perdidos, mas o faz porque o povo lhe demonstrou que merece a sua participação: “estou aqui porque acredito em vocês, vocês estão aí porque acreditam no Brasil. Ninguém vai sair dessa pátria porque essa pátria é nossa, não é dessa gangue que tem a bandeira vermelha e a cabeça lavada” (B-34). Assim, apesar de nutrir uma imagem messiânica, mítica, de salvador da pátria,¹⁹⁶ afirma também paradoxalmente, que reconhece suas limitações e procura funcionários “que possam dar conta” da missão (B-66).

¹⁹⁵ É interessante notar, embora escape ao objetivo desta tese, que a retórica populista não se constitui no vácuo, e depende do apoio do povo ao qual fala. Nesse sentido, sobre a questão da união entre líder-povo chamam a atenção as diversas expressões de apoiadores que declaravam (e o fazem ainda hoje); “eu sou Bolsonaro”, “nós somos Bolsonaro”. Disponível em: www.focus.jor.br/deputada-grita-sou-bolsonaro-nas-previas-do-psdb-e-fala-em-compra-de-votos/

¹⁹⁶ Por exemplo: Flávia Camargo, aponta num vídeo “você é nossa salvação” (B-10) ou inclusive em falas próprias, “eles estão com medo disso (a esquerda), se eu chegar lá, nós vamos atacar essa questão porque nós queremos salvar essa garotada” (B-44).

Nesse sentido, a ideia de uma equipe preparada para o governo se sobrepõe à sua incapacidade para algumas questões:

“Olha, o que eu tenho conversado com a equipe econômica que: ‘eu dou os ingredientes e quem faz o bolo são eles’. Entender de economia no Brasil não é fácil. Fui criticado quando falei que não entendia. Eu pensei que fosse um ato de humildade, assim como não entendo de saúde, né. De medicina. E vou indicar. E vamos trabalhar nessa área que é crucial aqui no Brasil. A parte econômica. Ontem conversei com o Paulo Guedes de novo. O objetivo de tê-lo ao meu lado é para mostrar que estamos unidos” (B-84).¹⁹⁷

Não sendo uma pessoa versada nas questões de economia, medicina, saúde, a tarefa principal de Bolsonaro é garantir o fim da corrupção, a defesa moral e simbólica da nação, e orientar uma política específica de segurança. Nesse sentido, Goldstein (2019) aponta que, “Bolsonaro se apresenta, nesse contexto como um guardião da tradição, da moral e dos bons costumes, prometendo voltar à ‘ordem e progresso’ frente à ameaça que as esquerdas representariam” (GOLDSTEIN, 2019, p. 33). Contudo, é interessante notar que desde o seu primeiro pronunciamento após o primeiro turno, Bolsonaro reforça um discurso populista, através da união do povo-líder-nação, em termos que parecem extraídos da teoria:

“Nós somos um só povo, temos uma só bandeira, um só coração, a nossa união fará com que tenhamos um governo decente. Um governo que trabalha, sim, para o seu povo. Temos através da nossa liberdade como indicar pessoas sérias, competentes, com iniciativa, para compor esse time de ministérios que merece dar uma resposta aos anseios nacionais. O objetivo do Parlamento, o objetivo do Executivo, é produzir felicidade. Acredito em Deus, acredito em vocês, acredito no nosso Brasil” (B-85).

Nesse trecho pode-se ver nitidamente que a força de Bolsonaro vem do “povo”, que é apresentado como o verdadeiro herói do seu relato, enquanto ele se coloca ao serviço dessa nação. Em outro vídeo, aponta que “comigo, a certeza que vocês terão é que não serei mais um capitão do Exército, mas um soldado do Brasil a serviço desse povo que merece e tem tudo para ser feliz” (B-76). Ao mesmo tempo há uma coesão e homogeneidade no povo, característico também deste tipo de discurso, o povo brasileiro indiviso “é cristão e conservador”, e o pertencimento à categoria está dado pelo compartilhamento destes valores.

Por outro lado, Bolsonaro se defende das acusações de homofobia, misoginia e racismo de diversas maneiras. Aponta que não é o mesmo que antigamente “não, todos nós evoluímos. Tenho certeza de que muita coisa que vocês pensavam ou falavam há 10, 15, 20 anos atrás, você pensa diferente hoje. Nós evoluímos, afinal de contas, você reconhecer erros

¹⁹⁷ Contudo, durante a administração política da pandemia de Covid-19 ficou nítido que foram as decisões pessoais do Bolsonaro e não os pareceres dos especialistas que prevaleceram na gestão sanitária da crise.

é salutar. Eu já errei, quantas vezes eu já errei” (B-66). Em sua defesa admite já ter sido homofóbico, machista e racista, mas ter evoluído. Contudo, destaca que a sua autenticidade, sinceridade e honestidade, podem dar uma impressão errada dele, mas que prefere isto à falsidade do Lula, pois Bolsonaro teria seu próprio jeito autêntico de se comunicar:

“Agora eu não sou o ‘Jairzinho paz e amor’, eu sou a pessoa autêntica que eu sempre fui, não tenho muitas vezes o dom de falar bonito, falar de uma forma meiga. Queriam que eu fizesse uma carta ao povo brasileiro, como o Lula fez lá atrás e não cumpriu? Eu sou o que eu sou” (B-66).

Desta maneira, algumas das suas falas mais lembradas onde afirmou preferir que seu filho morresse num acidente a que virasse homossexual¹⁹⁸ ou que seus filhos não se casariam com negras pois foram bem-educados”,¹⁹⁹ poderiam considerar-se como uma fase superada. Ao mesmo tempo sua maneira de “não ser” machista, racista, misógino, homofóbico, autoritário ou antidemocrático, mas sim ter um “jeitinho” próprio, autêntico e distinto de se comunicar, é um elemento positivado. De acordo com as palavras de uma apoiadora: “ele nunca foi contra negro, nunca foi homofóbico, nunca. Agora, que a gente fala besteira a gente fala, quem nunca disse besteira. Você é santo? Eu não sou. Então, vamos parar com essa frescura” (B-64).

Entre as descrições que outros fazem sobre Bolsonaro, Carvalho afirma que apoia o candidato “porque eu sei que ao contrário de praticamente todos os seus antecessores, o senhor é um homem sensato, humilde e capaz de se corrigir, já provou que é” (B-18). Em uma publicidade de campanha, um eleitor afirma que ele é “uma pessoa de pulso”, “uma pessoa de garra”, enquanto outra eleitora afirma que “ele está resgatando os valores da família, os valores morais” (B-41).

Em relação ao racismo, em um argumento repetido 6 vezes ao longo dos vídeos, Bolsonaro aponta que sendo seu sogro Paulo Negão, nordestino, e gostando ele do mesmo, ficaria mais do que nítido que ele não seria racista nem teria preconceito com os nordestinos; “dizem que eu ataco negros, onde você tem um vídeo meu, um áudio atacando negros? O meu sogro é o Paulo Negão, a minha filha tem sangue negro em suas veias. Como pode alguém que integrou o Exército Brasileiro por 17 anos ser racista?” (B-76). Contudo chama a atenção que a sua defesa estabeleça uma fronteira com “os negros” e “os nordestinos” que não parecem estar inclusos no “*nós*” a partir do qual Bolsonaro fala; “o meu sogro, o Paulo Negão

¹⁹⁸ Disponível em: www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-prefiro-filho-morto-em-acidente-a-um-homossexual,cf89cc00a90ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html

¹⁹⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9T5ZSAO1MVg>

é natural de Crateus, Ceará. Dizer a vocês que *vocês* são tão iguais como *nós* aqui no Sudeste, do Centro-Oeste, do Sul ou do Norte. Somos um só povo” (B-24, grifo meu).

Da mesma maneira se expressa ao interagir com lideranças indígenas, afirma que as terras indígenas não deveriam permanecer intocadas e improdutivas, mas serem aproveitadas. Defende que a maioria das demarcações de terras indígenas aconteceram sobre áreas ricas em minérios e que o índio, “quer explorar suas riquezas, que não podem mais ficar intocáveis, tem que ser exploradas em comum acordo com vocês. Pode ser de forma manual, como ouro e diamante, ou através de mineradoras” (B-14). Diz que “o que nós queremos com essas terras indígenas é titularizá-las e, de acordo com uma lei, logicamente, aprovada pela Câmara e pelo Senado, fazer com que vocês possam explorar essas terras, até vender parte delas se assim desejarem” (B-14). Entretanto, da mesma maneira que com os negros afirma “eu quero que *vocês* sejam felizes. Eu quero que todos *vocês* tenham os mesmos direitos que *nós*, brasileiros, temos” (B-14, itálicas minhas). Em síntese, a posição de Bolsonaro em relação à questão das terras indígenas é limitar a expansão das demarcações e possibilitar que “se eles o desejarem”, as mineradoras entrem nas áreas demarcadas, assim como as hidroelétricas, e que inclusive possam vendê-las se assim quiserem.

Em relação à homofobia, Bolsonaro diz não ter “nada a ver contra os homossexuais, tenho amigos gays e muitos deles votaram em mim” (B-66), e que o seu discurso está relacionado, somente com a proteção das crianças. Para reforçar essa ideia da sua não homofobia, Bolsonaro divulga um vídeo feito na sua casa na ocasião da visita do estilista “Lili” Ferrez, quem disse: “longe do que falam, é uma pessoa maravilhosa. Pensa igual a mim, tá bom?” (B-60) e conclui, “manda um abraço para algumas pessoas da minha família que te amam e alguns amigos meus homossexuais que não têm medo e que te adoram também” (B-60) Ao qual Bolsonaro adiciona: “todos nós do Brasil somos seres humanos, somos brasileiros, patriotas, cumpridores dos nossos deveres e a opção de cada um interessa apenas para ela. O Estado não tem que interferir nessa área” (B-60).

Por outro lado, argumenta que tanto as denúncias de homofobia, machismo e o racismo são argumentos mobilizados pela oposição que não tem outras formas de atacá-lo: “jamais ofendi ou agredi um homossexual, não sou homofóbico. Esses rótulos jogam para cima de mim porque não podem me chamar de corrupto que é o que eles são” (B-76). Inclusive, em relação com a misoginia e o machismo, afirma que não teria tido nenhuma atitude nesse sentido e desafia os entrevistadores a encontrar “algum projeto meu dizendo que mulheres têm que ganhar menos do que homens? Tem algum discurso meu nesse sentido?” (B-66). Mas sendo questionado sobre a sua posição em relação à possibilidade de os

empresários oferecerem, sem nenhuma intervenção do Estado, salários menores para as mulheres por conta da possibilidade de que as mesmas venham a engravidar, respondeu:

“Me preparei e falei que quem emprega dava prioridade para homens dado um direito trabalhista a mais. Não era opinião minha, era opinião de quem empregava. Procure uma mulher que seja patroa, que tenha 100, 200 pessoas, e veja se ela contrata mais homens ou mulheres” (B-66).

Nesse sentido, afirma que para ele o mercado deve decidir os salários, e dado que ninguém olha realmente para o gênero dos funcionários, essa questão não é válida de ser nem discutida com um candidato à Presidência da República,

“O mercado tem que decidir. Ninguém vai pagar mais para o homem porque é homem e menos para a mulher porque é mulher, isso vem a questão da produtividade de cada um. Se eu tenho uma mulher que faz barbaridades naquela área, tem que pagar melhor para ela do que para o homem. Qual país do mundo está discutindo isso daí? Isso é pauta para estar sendo discutida com um candidato à Presidência da República? Pelo amor de Deus, meu aponte um discurso ou projeto meu nesse sentido. Vivem em cima de *fake news* o tempo todo” (B-66).

Ainda, aponta em relação à defesa da mulher que “dúvida que tenha alguém que defenda mais a mulher dentro do Parlamento do que eu com projetos sérios para punir quem faz maldade com mulher, como o da castração química, entre outros” (B-4). Contudo os papéis de gênero representam determinados comportamentos, por exemplo aponta que, “eu sou católico, a minha esposa é batista da Igreja Atitude aqui do Recreio, no Rio de Janeiro, e nunca tivemos qualquer problema. Confesso que eu vou muito mais na igreja dela do que na minha, a gente sempre acompanha muito mais a mulher, o que é natural” (B-65). Quer dizer, *naturalmente* o homem deve se comportar ou se comporta de uma maneira distinta à mulher. Que é entendida a partir do seu papel de mãe ou de vítima da violência.

Por outra parte, parece haver uma hierarquia entre as distintas pastas ministeriais e que esta hierarquia se reflete no gênero, sexualidade e raça dos possíveis ministros. Diz Bolsonaro: “eu pretendo ter 15 ministros, um vai ser homem que vai ser o da Defesa, vai ser um oficial-general. Os 14 outros pode ser tudo mulher, pode ser tudo gay, pode ser tudo afrodescendente” (B-66). Sobre a sua evolução, Bolsonaro reconhece que precisou deixar de fazer alguns comentários pois eram entendidos com maldade, embora ele não visse neles mais do que piadas inocentes, e o apoio das mulheres demonstrasse que a maioria delas pensa da mesma maneira que ele:

“Eu tive cinco filhos, quando eu tive a última, que foi menina, mudou mais ainda. Porque uma coisa é ter filho homem e outra coisa é ter filha mulher. Quando eu dei aquela canelada e falei que eu dei uma certa relaxada, aquela brincadeira que o homem faz.²⁰⁰ Fiz uma brincadeira e me dei mal. Muitos homens falam né: ‘você é consumidor ou fornecedor?’ É brincadeira que se faz, eu não faço mais essas brincadeiras se é maldade, como se fosse o inimigo das mulheres. E você vê manifestação de mulheres, você vê no WhatsApp em especial, no Brasil todo, conosco. Nós queremos mudar” (B-84).

Finalmente, em termos da pessoa do líder, um elemento importante da sua mensagem foram as repercussões do atentado que sofrera em 6 de setembro de 2018, que lhe permitiram articular um discurso de vítima e salvador.²⁰¹ Este elemento foi vinculado com diversas dimensões. Por exemplo, o mobilizou na sua defesa quando acusado de autoritário e violento – “falando que eu sou violento, eu levei uma facada de um filiado ao PSOL, o cara que deu a facada em mim era filiado ao PSOL, que é o puxadinho do PT” (B-4) – e o usou na sua estratégia de vitimização e conspiração, “foi um negócio planejado” e que ele não acredita no “lobo solitário”.

A ideia é que a sua vitória já desde o primeiro turno parecia um fato evidente que os seus oponentes – sem nenhuma outra opção e desesperados por essa situação – teriam agido violentamente (tal seria a sua natureza) para impedi-lo de vencer. Com o mesmo sentido conspiratório aponta que a mudança no aplicativo de mensagens Whatsapp, foi orquestrada para impedir a sua eleição: “olha, antes de começar a campanha em si o WhatsApp diminuiu o número de pessoas que você podia passar mensagens. Depois de 200 passou para 20. No meu entender foi para tentar prejudicar a nossa campanha” (B-39).

Bolsonaro acusa o PT, o PSOL e a esquerda no geral de serem os organizadores de um atentado contra a sua vida. Inclusive aponta contra o candidato Ciro Gomes, do PDT, o qual também era oposição ao PT: “se eu morrer agora, assassinado por uma facada, por um tiro, seja o que for, o que que vai acontecer? O terceiro classificado vem disputar com o segundo, então teremos no segundo turno Haddad e Ciro” (B-44). A acusação é feita de maneira pendular e sem apresentar provas, deixando “informações” e permitindo às pessoas “tirarem” as próprias conclusões, “eles só podem me tirar de combate me eliminando fisicamente” (B-

²⁰⁰Bolsonaro refere-se nesse ponto à “piada” que fez ao respeito do nascimento da sua primeira filha: “eu tenho 5 filhos. Foram 4 homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Cp1GdBx32CM&ab_channel=DetonaSilvaLindo

²⁰¹Contudo, a violência política (efetuada contra candidatos e políticos eleitos) não é um fenômeno desconhecido no Brasil: junto com seu atentado, o assassinato de Marielle Franco são os dois eventos de maior impacto dos últimos tempos entre um universo muito maior, conforme um trabalho conjunto das ONGs Terra de Direitos e Justiça Global, entre 1 de janeiro de 2016 e 1 de setembro de 2020 aconteceram 327 casos de violência política no país, 125 dos quais foram assassinatos ou atentados, 17 dos quais aconteceram no ano de 2018 (9 assassinatos e 8 atentados). Apontam, ainda, que em 2019 os casos de violência se triplicaram em relação aos anos precedentes.

4). Contudo, afirmou: “eu não quero aqui ser leviano e eleger um partido, grupo, ou seja, o que for de ser o mandante, mentor dessa tentativa de homicídio, mas espero que se chegue à verdade, é isso que nós queremos” (B-24).

Bolsonaro constrói a ideia de que outros atentados contra a sua vida poderiam acontecer, já que ele estaria recebendo informações de pessoas que “que integram órgãos de inteligência [...] que a minha morte seria algo que acalmaria o que há de pior no Brasil, ou seja, os corruptos, os terroristas, o pessoal de esquerda porque eles se acertariam” (B-16). A partir disso, explica e justifica a sua ausência nos debates contra o candidato do PT. Acrescenta também que após ter atravessado diversas cirurgias e perdido muito peso, o esforço do debate poderia prejudicar a sua saúde: “eu gosto de ação e de repente recebi determinações médicas para que eu respeitasse os limites do meu corpo” (B-76).

Mas, mesmo que estivesse em condições físicas, o deslocamento até os locais de debate colocaria o candidato em situações de risco, considerando a possibilidade de um novo atentado: “não vou arriscar a minha saúde, inclusive, para comparecer a um debate eu tenho que me deslocar e eu tenho indícios de fonte confiável que um novo atentado pode acontecer” (B-36). Apesar disso, aponta que não participa dos debates também porque quem se encontraria na sua frente (em referência ao candidato da oposição Fernando Haddad) representa somente um “fanteche”, um “pau mandado”, “um poste”, sem condição de fazer as próprias escolhas.

Já na construção da oposição, o “*eles*”, os maus, Bolsonaro expressa uma contraposição absoluta. Entendendo a política através de uma relação amigo-inimigo que não admite pontos intermediários, diz: “não é oposição ao PT, eu fui oposição a esse *tipo de gente* que nunca teve nenhum compromisso com a liberdade, com a democracia, com bem-estar do próximo, com a prosperidade. Eu sempre fui oposição a *esse tipo de gente*” (B-28, grifo meu).

Uma questão interessante que cabe aqui referir, é a reflexão feita pelo autor Roberto Saviano (2020), no livro “*Gridalo*” (“Grite-o”, em tradução livre). Na obra, Saviano faz um resumo do decálogo do ministro da propaganda nazista, Joseph Goebbels. O sexto ponto listado por Saviano é prestar atenção a não multiplicar os inimigos, e sim fazer com que todos os inimigos caibam no mesmo tipo. Para Bolsonaro, todos seus inimigos são o mesmo inimigo.

A priori, teria dito que Bolsonaro antagonizava com o PT, pois o mesmo tem destaque nas suas falas, mas a partir da análise foi possível perceber que o PT somente é um entre vários inimigos de uma categoria mais abrangente e vaga que é a *esquerda* (“esse tipo de gente”). Assim todos os partidos e agrupamentos da “esquerda” (socialistas, comunistas,

progressistas, feministas, antirracistas, antifascistas, pacifistas) são considerados inimigos, ao lado do público universitário (particularmente das ciências humanas e sociais) e movimentos sociais. Ao mesmo tempo, todos os que não forem seus apoiadores, tornam-se virtualmente membros da esquerda:

“Mas a cúpula do PT e do PSDB, não o corpo do partido, os eleitores, mas a cúpula lá em cima não tem muita diferença do PT, não. São muito parecidos, defendem exatamente a mesma coisa, tem uma ideologia quase que idêntica e ficavam naquela enganação de um ser oposição ao outro em cada eleição que ocorria no Brasil” (B-28).

Bolsonaro aponta que o PT, na sua busca por um projeto de poder absoluto, traiu os trabalhadores e procurou estabelecer um controle totalitário da sociedade, controle este que se assemelha com o fascismo, o socialismo e o comunismo. Nesse sentido, reproduz uma fala do político José Dirceu, “nós vamos assumir o poder o que é diferente de ganhar uma eleição” (B-76), e aponta que ela significa “tirar poderes do Supremo Tribunal Federal”. A referência à fala de José Dirceu é utilizada também por Olavo de Carvalho para demonstrar o desejo de controle e dominação do PT.

Na sua descrição do PT, Bolsonaro afirma que suas principais características são a mentira e a corrupção. A temática em torno da “mentira” aparece 86 vezes nos 83 vídeos analisados e pode ser considerada junto com a noção de “*fake news*”, que aparece 74 vezes. Já a ideia de corrupção é mobilizada 75 vezes e pode ser considerada junto com as ideias de “bandido/bandidagem” (relacionadas ao PT) que aparecem 18 vezes; “roubo/roubalheira” são citadas 21 vezes; “vagabundo” (4 vezes); “criminoso” (13 vezes); e “marginal” (1 vez). Estes elementos estão tão conectados no seu discurso que Bolsonaro aponta: “a corrupção está colada no PT. Não tem como querer desvincular o que acontece na corrupção do PT” (B-76) e “O PT sem mentir, não é PT” (B-20).

Para ele o PT desde a sua origem estaria caracterizado por um ser movimento comunista antidemocrático, vinculado à referida “esquerda mundial”:

“Foi fundado por pessoas que há muito tempo já militavam no Brasil na clandestinidade, praticando sequestros, roubos de caminhões de carga, como o primeiro marido da Dilma que faleceu há pouco tempo já disse publicamente. São pessoas que tinham uma perfeita sincronia com o regime e com o governo cubano, frequentavam Cuba, recebiam dinheiro que vinha da União Soviética via Cuba para financiar a luta armada no Brasil. Muitos desses estiveram na Guerrilha do Araguaia porque eles tentavam lá criar uma FARC no coração do Brasil” (B-28).

Ao mesmo tempo, na visão de Bolsonaro, como a primeira e única motivação política do PT seria a obtenção do poder absoluto, o mesmo não teria hesitado de estabelecer vínculos com as organizações criminosas (às quais o PT inclusive pertenceria, como sugere Bolsonaro) e o narcotráfico. Bolsonaro aponta que “as FARC nós sabemos que estão ligados com o tráfico internacional de drogas, então” e que “o PT a gente sabe que faz acordos com o diabo para conseguir o poder” (B-16), e adiciona que “a grande mídia em parte é conivente com tudo isso que está aí. Eles não dão a devida atenção para o que está acontecendo” (B-16).

Falando especificamente sobre Fernando Haddad, sugere que ele estaria fingindo acreditar em deus porque “não sabe nada e vai na igreja católica receber a hóstia e fica aí tentando enganar todo mundo como se ele fosse o bonzinho, o democrata, não é” (B-20). Nesse trecho, Bolsonaro conecta ser religioso com ser “bonzinho” e “democrata” e por isso não consegue entender como a “imprensa [continua] elogiando o cara, que eu sou um risco para a democracia e ele não, parece que as pessoas da imprensa que o apoiam são analfabetos. Está lá no plano de governo dele, controle social da mídia” (B-20).

Entre os seus inimigos, além dos grupos e partidos de esquerda, destacam-se os movimentos sociais e os universitários. Além destes grupos organizados, como comentado acima, Bolsonaro ameaça e os reconhece como inimigos, de maneira geral, aqueles grupos que não o apoiam. Por exemplo, sobre quem que participou do movimento #EleNão afirma “artista que há muito vêm ‘mamando’ na Lei Rouanet, não tem que não esteja no #EleNão que não esteja na Lei Rouanet” (B-76). E ainda, desqualificando o protesto, conta que soube através de um amigo taxista que presenciou o evento, que ele foi protagonizado por “certa classe de gente” – corrupta e drogada – que fez com que houvesse um

“cheiro de maconha terrível (risadas), é ativistas, são os ativistas de minorias, não tô generalizando é gente que vive de dinheiro de ONG e sabe que ‘essa teta’ vai secar. Não vai ter dinheiro público para alimentar esse tipo de gente não. Vai ter que trabalhar” (B-79).

Sobre outro de seus inimigos, os universitários, aponta “é a mesma coisa na questão das Universidade” (B-4) e adiciona que a universidade enquanto colocou faixas das mais variadas possíveis, com ditos como “ele não”; “não ao fascismo”, “livros sim, armas não”, mas que “se uma pessoa nossa quisesse botar uma faixa lá ‘corrupção nunca mais’, ‘abaixo Maduro’ não teria oportunidade e, com toda a certeza, não colocaria essa faixa lá, seria *escorraçado* e agredido violentamente” (B-4).

Bolsonaro procura passar a ideia de que as universidades não devem ser lugar de atividades políticas e confraternização, mas de uma formação estritamente orientada ao mercado laboral. Nas suas palavras, “a Universidade não é lugar disso, mas se querem fazer um ato nesse momento, os dois lados têm que ter o direito de fazê-lo. E eu entendo que a maioria dos universitários são do bem, são da paz, a minoria, que é ativista que vai para a violência” (B-4). E que deveriam fazer aquilo de forma completamente “desideologizada” quer dizer, sem simpatias pela esquerda. Aponta que “as nossas universidades não formam alguém para o mercado de trabalho no futuro, está formando militantes, devemos acabar com isso” (B-76).

Bolsonaro faz poucas referências aos sindicatos, mas fundamentalmente afirma em oposição ao plano de governo de Haddad – que quer a valorização dos sindicatos – que isso é “complicadíssimo, em especial para quem produz algo no Brasil, esse herói que é o empresário, comerciante, o agricultor, o empreendedor” (B-71). Para Bolsonaro, Haddad quer aumentar o poder dos sindicatos para atacar os empresários: “está na cara que ele quer a volta do imposto sindical, talvez com outro nome. Os sindicatos do Brasil, tem os bons sindicatos, tem, mas como regra está sempre aí para atazanar a vida de quem produz” (B-71), e “e estimular o desemprego no Brasil” (B-71).

Finalmente, Bolsonaro identifica a construção dele feita pelos seus oponentes e aponta, exagerando todas as críticas que “será que eu sou tão mau assim? Eu quero o mal de todo mundo, de mulheres, de negros, de nordestinos, de quem recebe o Bolsa Família, de pobre? Não é verdade” (B-76). Em outra oportunidade, afirma também que entre as mentiras do PT se encontram que ele iria “acabar com os professores” (B-38), “legalizar os cassinos no Brasil” (B-20), “cobraria mensalidade de alunos de universidades, acabaria com o Bolsa Família²⁰² e décimo terceiro salário, mataria gays e índios. Iria desmatar a Amazonia” (B-13). Ao levar as críticas da esquerda até o limite (“matar gays”), Bolsonaro consegue enquadrá-las como mentiras inconcebíveis e ridículas, deslegitimando de uma vez todas elas e reorientando a discussão para a denúncia de corrupção contra a “esquerda”.²⁰³

²⁰² Que, como dito anteriormente, acabou durante seu governo.

²⁰³ É importante notar, conforme o dossiê anual da Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) de 2019 o incremento na violência sofrida por transexuais e travestis e a diminuição na taxa de denúncia no Brasil, desde a eleição de Jair Bolsonaro. Por outro lado, o relatório anual do Grupo Gay da Bahia, apesar de mostrar uma queda nas mortes violentas de pessoas LGBT+ entre 2017 e 2018 de 445 para 420, os números constituem o pico dos homicídios no país – que em 2000 era de 130 – e em 2019 continuou diminuindo (329) e 237 em 2020. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>

Bolsonaro não conta com uma música de campanha, mas as denúncias e a ridicularização das denúncias contra ele estão presentes em uma música feita por um apoiador anônimo que é compartilhada no canal. O apoiador se apresenta com chapéu de palha, uma bandeira do Brasil, uma marca d'água na imagem,²⁰⁴ e a letra da música diz o seguinte:

“O Haddad diz que o Lula é inocente, que a Dilma é competente, que o Pallocci é mentiroso, o Moro é tendencioso, opressor e perigoso! É mentira dele! Vive espalhando que o mito é um machista, fala que ele é um racista, que promove o terror, chama de estuprador, também de torturador! É mentira dele! Se alguém pergunta, se ele é amigo do Maduro, fica em cima do muro, ao falar do ‘kit gay’, já diz logo ‘eu não criei, na verdade, eu nem sei!’ É mentira dele! Que vai na missa porque é um bom cristão, mas, se alguém lhe critica, diz que é perseguição! É mentira, é mentira dele! Mentira! O Haddad diz que o PT se arrependeu dos erros que cometeu, que agora voltou atrás, dinheiro para financiar porto em Cuba, nunca mais! É mentira dele! Fala que o mito disse que vai acabar com os programas sociais, que mulher merece menos porque pode engravidar, é melhor nem contratar! É mentira dele! Vive dizendo que é contra a corrupção, que apoia a Lava Jato, a Polícia Federal, nosso Ministério Público e também a delação! É mentira dele! Diz que ‘o melhor prefeito de Sampa fui eu’ e se falar da ciclovia ‘não sabe o que aconteceu’. É mentira, é mentira dele!” (B-23).

Em síntese, os inimigos de Bolsonaro seriam “grandes grupos no Brasil, grupos do mal” (B-16), mentirosos, corruptos, perversos, ineptos e ignorantes (mas poderosos), cínicos (B-37), canalhas (B-59), loucos, ladrões e estariam em procura do monopólio total do poder para o qual buscam acabar com a família, a moral e a religião.

Em diversas oportunidades (9 vezes ao longo dos 83 vídeos) Bolsonaro chama o plano de governo do PT de “camaleão”, sugerindo com esse adjetivo que eles mudariam seus posicionamentos de acordo com a vontade das maiorias, de modo a obter os votos de uma população a qual procuram enganar. Afirma que no site do PT foram retiradas referências às “ditaduras” da Venezuela e de Cuba, que as cores do partido “agora são verde amarelas” e que retirou a ideia de uma nova constituinte.²⁰⁵ Faz isso mais enfaticamente em relação à religiosidade de Haddad e Manuela D’Ávila, no trecho: “vi o Haddad com a Manuela D’Ávila que diz claramente que é favorável ao aborto, que não acredita em Deus tomando a hóstia na igreja, ou seja, em época de campanha vale tudo” (B-24).

Bolsonaro não entra em muitos detalhes ao analisar e descrever a situação do país após o governo do PT. Simplesmente afirma que o “Brasil teve uma experiência de 13 anos, o que há de pior na política” (B-85) mas destaca que a herança foi, em primeiro lugar, o desgaste dos valores familiares e adiciona que “mergulharam o país na mais profunda crise ética, moral

²⁰⁴ A pesquisa sobre a marca de água: “#ptávidense” não levou a nenhuma informação sobre sua origem.

²⁰⁵ “Nós tivemos desde 1988 em torno de 100 emendas que foram aprovadas, agora mudar como um todo, como o Chávez fez na Venezuela, isso o PT quer fazer. Estava no programa deles, o que eu chamo de ‘programa camaleão’, todo o dia muda, agora ele tirou de lá a ideia de uma nova assembleia constituinte” (B-24.)

e econômica, nunca vista. O nosso país realmente está à beira do caos não podemos dar mais um passo à esquerda o nosso passo agora é para o centro-direita” (B-85).

Porém, o candidato não disse como isto aconteceu ou que políticas poderiam ter sido aplicadas para impedi-lo, principalmente ao se referir à dimensão econômica. Para Bolsonaro a herança dos 13 anos do PT está caracterizada fundamentalmente pela corrupção econômica e moral:

“Corrupção, Mensalão, Petrolão, quebraram estatais entre elas a nossa Petrobrás, arrebentaram com o fundo de pensões. Ele dizer o porquê que emprestou dinheiro do BNDES para ditaduras por todo o mundo; porque o país partiu para o viés ideológico em seu comércio exterior; por que que a violência aumentou no Brasil depois do estatuto do desarmamento. Tudo deu errado com o PT” (B-36).

Bolsonaro identifica que a crise e os problemas econômicos do país são efeito da corrupção e que a troca de governo facilmente, por serem eles funcionários não corruptos, resolveria o problema. Pois como dito, ele não compreende o funcionamento da economia, seus funcionários sim. Por exemplo, em relação ao programa Bolsa Família afirma repetidamente que “combatendo a corrupção, a roubalheira no Bolsa Família, sobra dinheiro para pagar o 13^o” (B-69), pois ele acha que “7 ou 8 bilhões é fraude” (B-75).

Na sua publicidade de campanha afirma também que o PT deixou “milhões de desempregados” e o “maior índice de criminalidade da história”, além dos referidos casos de corrupção, que seriam “os maiores do mundo”. Ainda afirma que o PT teria “inventado o Temer”,²⁰⁶ e que “desafia o Judiciário” (B-2).

Em termos da divisão do país, Bolsonaro afirma que o Brasil foi dividido pelo PT entre “brancos e negros, nordestinos e sulistas, homos e héteros, agora, também prega a divisão entre católicos e evangélicos” (B-65). Afirma que a oposição contra o PT não se trata de uma divisão interna do país, mas de uma reação dos brasileiros: “não é nós contra eles, é o Brasil contra o regime cubano, venezuelano, contra esse pessoal que roubou o Brasil até não querer mais, esse pessoal que ignorou a família” (B-79). Nesse sentido, aponta para a tentativa de impor o “Kit Gay” e a “ideologia de gênero” nas escolas – referidas 32 e 20 vezes respectivamente nos 83 vídeos analisados. Sobre essas questões, afirma que “escola não é lugar para a criança aprender a fazer sexo” (B-28) e que “houve sim o ‘kit gay’, mas você pode colocar outro nome como ‘plano de combate à homofobia’, mas agora eles mudaram de

²⁰⁶ Ironicamente no dia 7 de setembro de 2021, durante a escrita desta tese, Bolsonaro tentou levar adiante um golpe institucional para derrubar os juízes do STF, que falhou por falta de apoio de alguns setores do exército e a polícia, mas que fez seus militantes de base se mobilizarem ativamente. A meio caminho entre a ruptura e a manutenção da ordem constitucional, Bolsonaro solicitou a ajuda de Michel Temer, para redigir uma carta de 10 linhas, publicada no dia 09/09/2021, na qual recuou dos seus ditos dos dias precedentes.

nome, o PT mesmo mudou de nome, agora, chama-se ‘ideologia de gênero’ (B-28). Sobre este ponto, Bolsonaro afirma que ele descobriu os materiais que estavam sendo distribuídos pelo PT, e conseguiu forçar a Dilma, junto com a bancada evangélica e a bancada católica, a retirá-los, pois, mostra a mentalidade ‘patológica’ dos grupos da esquerda: “olha que mente doentia desse pessoal da esquerda, mente doentia, ‘Seminário LGBT infantil’. Isso é insanidade” (B-28).

Ao longo dos 83 vídeos, o canal de Bolsonaro afirma que o PT, caso vencesse nas eleições, imporá uma série perigosa de mudanças, como buscar estabelecer “novo processo constituinte para aumentar o poder do Estado, via democratização das estruturas do Poder Judiciário e do Ministério Público” (B-71), reestabelecer o “imposto sindical obrigatório” (B-46), “desarmamento dos cidadãos” (B-53), “soltar criminosos da cadeia” (B-73), “criar 6 novos ministérios” (B-71), “promover a descriminalização das drogas” (B-71), “e o aborto” (B-46), “botar ideologia de gênero em sala de aula” (B-79), “promover o incesto” (B-37), “promover o controle social da justiça” (B-28), “criar imposto sobre a exportação (B-71).

Mesmo que a lógica polarizante do populismo esteja presente ao longo de todas as declarações de Bolsonaro durante a campanha, até aqui foi sintetizado como se dá a construção dos atores principais do relato populista, em termos das suas identidades, características e interesses. Bolsonaro se apresenta (e é apresentado) de maneira messiânica como a última oportunidade do povo conservador brasileiro, “*os cidadãos de bem*”, para se salvar das terríveis consequências do socialismo ateu, enquadrado como o mal absoluto. Um sagrado nefasto, com o qual não há negociações ou entendimento possível.

6.2.3.2 Autoritarismo

Da mesma maneira que ao analisar o discurso do PRO, entendo a dimensão do autoritarismo aqui como aquela que inclui tanto uma certa aproximação à segurança pública repressiva/punitiva; quanto às questões relacionadas com a autoridade política e a democracia (respeito e obediência à polícia e às autoridades políticas, assim como aos valores tradicionais, e religiosos, à manutenção da ordem pública e a eliminação do conflito de interesses através da eliminação do reconhecimento [ou da própria existência] de divisões e desigualdades sociais). O bordão bolsonarista não é tão explícito quanto o macrista em relação à segurança, mas possui um nítido viés autoritário. Deus e o Brasil (a pátria) estão por cima de todos, suas vontades devem ser obedecidas.

Como ficará mais explícito nas próximas linhas, no caso de Bolsonaro, tanto a ordem quanto a autoridade estão investidos de valores morais e religiosos ao ponto de serem estes, através do “evidente apoio popular”, os que ditam os comportamentos certos e errados antes do que as leis vigentes. Nesse sentido a própria relação que estabelece com seus opositores pode ser enquadrada em termos autoritários, “eles” são o mal absoluto, não há negociações possíveis e devem ser combatidos.

Em primeiro lugar, as questões ligadas ao crime e à violência pública estão no centro do discurso de Bolsonaro. Ele entende como atos criminosos tanto os problemas diretamente ligados à insegurança (violência urbana), quanto as atividades de movimentos sociais (por exemplo, o movimento sem-terra). Paralelamente, entende também que problemas econômicos e sociais tem na repressão policial e militar a sua principal via de resolução. Mesmo que estas questões sejam centrais na sua proposição, a elaboração delas é sucinta e simples. Toma a forma de “jogar pesado” na questão da “violência”, “contra a criminalidade”, etc., onde o ponto central é a capacidade que a repressão e o controle adquirem na resolução de conflitos.

Em relação à criminalidade urbana, a principal ideia é incrementar as punições e o policiamento. Desde que a “opção” pelo crime decorre de escolhas e valores individuais, não há alternativas possíveis à punição daqueles que “escolheram” fazer o mal. Não há contextos ou circunstâncias atenuantes ou justificativas para dita escolha e, ao mesmo tempo, não há políticas públicas possíveis de serem aplicadas para impedir essa escolha individual. Bolsonaro afirma que a luta contra a violência e a criminalidade deve ser feita de forma diferente do que propõe a oposição: “não é com audiência de custódia, não é com política de desencarceramento, não é achando que eles são excluídos da sociedade, não é reduzindo a maioria penal, que, tem que reduzir a maioria penal no meu entender” (B-84). Para Bolsonaro, os problemas de insegurança se resolvem com maior policiamento, maiores penas, liberação do porte de armas e menor controle das atividades da polícia.

Por exemplo, a redução da maioria penal é mobilizada 12 vezes ao longo dos 83 vídeos, junto com a retaguarda jurídica para os policiais e “*cidadãos de bem*” e a segurança jurídica para os homens do campo, mobilizadas em 12 e 7 oportunidades. Sobre a retaguarda jurídica, explica Bolsonaro,

“não pode um policial militar após cumprir a sua missão duas ou três da manhã, trocando tiro com marginal com fuzil – onde tem isso no mundo, só no Brasil – ele ser processado porque o marginal veio a morrer com 4 ou 5 tiros naquele momento de tensão enorme. Vamos mudar o nosso Código Penal para dar essa retaguarda jurídica para os *cidadãos de bem* e para os policiais. Agindo dessa maneira, tenho certeza, que a violência diminuirá” (B-76).

Este argumento é fortalecido ainda com a solicitação da figura de “excludente de ilicitude”, a partir da qual Bolsonaro almeja atingir níveis de repressão militar superiores, e através disso maior eficiência no trabalho da polícia. Afirma que “se o Parlamento nos der o excludente de ilicitude, botaria as Forças Armadas nas ruas ouvindo o meu ministro da Defesa, bem como, o respectivo governador daquele Estado” (B-36).

Outra das propostas de diminuição da criminalidade está ligada à progressividade da pena a partir da quantidade de delitos cometidos, independentemente da gravidade dos mesmos:

“É comum você pegar um bandido aí e quando vê ele tem 30 passagens pela polícia. Isso não pode continuar acontecendo. Temos projeto nesse sentido. Lei dos três crimes copiada dos Estados Unidos. O elemento no Brasil cometeu três crimes, um furto, um roubo e outro furto. É 10 anos de cadeia, sem progressão. É muito fácil não quer ir pra lá, porque lá é a antessala do inferno, *é só não fazer besteira*” (B-75, grifo meu).

Como dito anteriormente, a redução da maioria penal é uma questão recorrente no discurso de Bolsonaro, “eu desde 1993, 1994 eu luto para modificar um artigo na Constituição para reduzir a maioria penal. Eu acho que 18 anos está muito alto, vamos passar para 16 ou 17, até chegar em um acordo” (B-24). Para Bolsonaro, a “escolha” pelo crime decorre de padrões morais individuais e, neste quesito, jovens de 16 anos são entendidas tão adultas e autônomas quanto os indivíduos de 18 anos, não sendo necessário nenhum tipo de consideração adicional. A redução da maioria penal é apresentada como uma solução ao problema da criminalidade e da violência, apesar que, a participação das crianças no crime é uma minoria no Brasil.²⁰⁷

A questão das drogas é enquadrada também como uma questão fundamentalmente de segurança, e quando questionado sobre a possível despenalização das mesmas afirma:²⁰⁸

²⁰⁷Por exemplo, em 2012 dentre os crimes graves, como o homicídio, as crianças eram responsáveis somente pelo 8,4% deles. Fazendo com que maiores punições (às existentes), para este grupo etário, em termos de segurança pública, tenha poucos efeitos possíveis (se for aceito que maior punição irá diminuir o acontecimento de crimes). Conforme a nota técnica da fundação ABRINQ, de 2015, os jovens dentre 12 e 17 são o grupo etário que menos crimes comete no país. Além disso, para os jovens a infração mais frequente é o roubo, em quase 40% dos casos. Infrações contra a vida (homicídio, estupro, lesões) representam 13,3%. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/mitos-da-criminalidade-juvenil-no-brasil/> e https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/abrinq/abrinq_nota_tecnica_2015__idade_penal.pdf. Acesso em: 15/01/2022.

²⁰⁸Chama a atenção que, apesar da ferrenha oposição à legalização e o consumo de drogas, em uma das primeiras viagens presidenciais, em 2019 para a Espanha, foram encontrados 40 quilos de cocaína levados por um dos militares que acompanhava o presidente Bolsonaro. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/02/politica/1562091519_351309.html

“Não passa pela minha cabeça a liberação de drogas. Alguns dizem que você vai diminuir a violência, a briga e a traficância, não vai. Não vai porque se fosse verdade não teríamos contrabando de cigarro. Hoje em dia temos mais de 40% do cigarro contrabandeado, em especial, do Paraguai. Ninguém vai querer perseguir o usuário, mas vamos combater, sim, nas fronteiras, a exemplo do Departamento de Operações de Fronteiras e da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, para que os integrantes das Forças Armadas com retaguarda jurídica e com meios possam, realmente, exercer o trabalho de fiscalização e a contenção da entrada de drogas no nosso Brasil” (B-67).

Nesse sentido, o problema das drogas aparece como um problema de controle de fronteiras e de segurança por parte das organizações criminosas. Embora não se refira diretamente aos imigrantes, o “problema das drogas” decorre de uma ameaça externa. Utilizando-se dos exemplos do cigarro e da maconha no Uruguai,²⁰⁹ Bolsonaro fortalece o argumento contrário à despenalização com demonstrações da ineficácia dessa opção, para além dos seus valores. Porém, as drogas representam um problema moral: “imagina que você vai na praia está o pessoal consumindo drogas à vontade lá, você vai no banheiro do aeroporto e tem alguém da empresa aérea fumando um cigarrão de maconha, aí você vai entrar no avião e ele está lá. Pelo amor de deus” (B-71).

Em relação com a economia, Bolsonaro aposta que a redução da violência urbana, atingida pelo incremento do policiamento ostensivo e o encarceramento em massa impactaria na melhora da economia nacional por via do incremento na recepção de turistas internacionais: “porque que o turismo mexe com 10% do PIB do mundo e o nosso tá lá embaixo? Por quê? Questão da violência. Vamos pegar pesado na questão da violência” (B-75). Do mesmo modo que com o Bolsa Família, a redução dos crimes/fraudes explica uma melhora das contas nacionais e do bem-estar dos “*cidadãos de bem*”, sem um incremento de impostos.

Por outro lado, a desigualdade e a violência de gênero são para Bolsonaro também uma questão centralmente de segurança. Aponta que ao “jogar pesado na questão da segurança pública, vamos trazer a paz para as mulheres, para as mães, que ficam sem dormir quando seus filhos vão para faculdade ou vão para um evento social” (B-85), e o objetivo é “fazer com que as mulheres se sintam protegidas no Brasil” (B-82). Questionado sobre a orientação das suas políticas para as mulheres, Bolsonaro aponta que “a grande preocupação da mulher, mãe? É a segurança dos seus filhos” (B-84).

²⁰⁹ Bolsonaro aponta para o incremento da violência no Uruguai como demonstração da ineficiência da política de legalização de maconha. Mas um informe da BBC mostra que, embora a violência criminal tenha aumentado em 2018 com relação ao ano precedente, a despenalização da maconha não seria responsável por essa mudança nas estatísticas, já que as organizações narcotraficantes se concentram no comércio da cocaína, e que a política estatal teria reduzido o mercado ilegal da maconha. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-50667423>

Quando a jornalista pergunta se haveria uma preocupação específica com as mulheres enquanto cidadãs, Bolsonaro aponta que “não, com elas próprias, mas olha só, não sei se você é mãe Vera. Quem é pai e quem é mãe, a gente muda. Eu tive cinco filhos, quando eu tive a última, que foi menina, mudou mais ainda. Por que uma coisa é ter filho homem e outra coisa é ter filho mulher” (B-84). A resposta de Bolsonaro logo, perde-se na denúncia sobre a imposição da ideologia de gênero nas escolas e numa história sobre dois sargentos que moravam juntos em Brasília e não são expressadas outras ideias em torno da questão de gênero. Assim, como dito anteriormente, a mulher é entendida ou como mãe, ou como vítima de violência, e seus problemas uma questão pontual apenas relacionada à segurança pública.

Finalmente, na percepção de Bolsonaro, a corrupção e a criminalidade estão relacionadas com o PT pois uma vitória do Haddad possibilitaria a liberdade do Lula, o que seria agradecido pelos criminosos, então eles também seriam beneficiados, “o Haddad de presidente interessa para muita gente, afinal de contas a gente sabe que ele vai assinar o decreto do indulto do Lula e não pode apenas no decreto constar o nome do Lula, todo mundo que tem um crime conexo vai entrar no indulto também” (B-65).

Em segundo lugar, o autoritarismo, se expressa também na relação que Bolsonaro estabelece com os movimentos sociais, universitários e a sua oposição política. Estes são enquadrados como adversários moralmente inaceitáveis, sagrados nefastos (WEISS, 2010) com os quais nenhuma negociação é possível. Cancela-se a própria natureza da relação democrática que implica o reconhecimento do outro como um ator válido, representante de uma parte do povo, com o qual devem ser negociadas as mudanças políticas e cujos interesses devem ser considerados. Mesmo que não tenha sido dito nos vídeos que foram analisados neste trabalho, Bolsonaro tem sobre as minorias uma frase que foi se popularizando desde antes da campanha já num ato de fevereiro de 2017, que dizia: “vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias têm que se curvar às majorias. As minorias se adequam ou simplesmente desapareçam”.²¹⁰

Nesse sentido, a referida figura do “excludente de ilicitude” não seria exclusiva dos militares, pois almeja-se implantá-la no combate aos movimentos sociais que demandam redistribuição de terras: “se alguém invadir a sua propriedade, ao se defender, você responde processo, mas não tem punição. Ou nós entendemos que a propriedade privada é um dos pilares da democracia ou não entendemos” (B-58). Em vista disso, aponta que os *cidadãos de*

²¹⁰ Veja-se: [youtube.com/watch?v=BCKEwP8TeZY&ab_channel=Eueradireitaen%C3%A3osabia](https://www.youtube.com/watch?v=BCKEwP8TeZY&ab_channel=Eueradireitaen%C3%A3osabia).

bem requerem uma retaguarda jurídica para – uma vez flexibilizada a posse de armas de fogo – poderem se defender nas suas casas e nos seus campos dos criminosos e invasores:

“É você poder reagir não só ao MTST, bem como ao MST, bem como a tentativa de invasão de qualquer outra pessoa, não interessa quem seja essa pessoa. O cara forçou a porta da tua casa, derrubou a porteira da tua fazenda você tem o direito de reagir, por isso eu defendo a posse de arma de fogo para *o cidadão de bem*” (B-58).

Sobre estratégias de segurança menos punitivistas, Bolsonaro afirma, “só aumentou a violência, deu a certeza ao bandido que, ao invasor a residência, não vai encontrar resistência” (B-76). Estas citações mostram que para Bolsonaro, a propriedade privada não é somente “sagrada” (B-58) como ele aponta em diversas oportunidades, mas um elemento constitutivo da democracia.

Se para Bolsonaro a democracia é a defesa da propriedade privada, entende-se que considere tanto os movimentos sem-terra e sem-teto (MST, MTST) quanto os grupos da esquerda como terroristas e antidemocráticos. Dita caracterização é explícita no seu discurso quando afirma: “no que depender de mim as ações do MST serão tipificadas como terrorismo” (B-24). Paralelamente aprofunda essa compreensão dos movimentos sociais, dizendo, “vamos botar um ponto final em todos os ativismos do Brasil” (B-85), ou seja, não somente naqueles que desafiem a propriedade privada, mas em todos aqueles que procurem desestabilizar ou mudar as relações sociais de qualquer maneira.

Como dito na seção anterior, sendo seu inimigo definido a partir da vaga ideia de “esquerdas”, os atores e grupos específicos tornam-se equiparáveis. Vincula desta maneira as ONGs, os movimentos sociais e o PT;

“*Petralhada*, vai tudo vocês para a ponta da praia,²¹¹ vocês não terão mais vez em nossa pátria porque eu vou cortar todas as mordomias de vocês. Vocês não terão mais ONGs para saciar a fome de mortadela de vocês, será uma limpeza nunca vista na história do Brasil. Vagabundo vai ter que trabalhar, vai deixar de fazer demagogia junto ao povo brasileiro. Vocês verão as instituições sendo reconhecidas, vocês verão umas Forças Armadas ativas que estará colaborando com o futuro do Brasil. Vocês, *petralhada*, verão uma Polícia Civil e Militar com retaguarda jurídica para fazer valer a lei no lombo de vocês. Bandidos do MST, bandidos do MTST as ações de vocês serão tipificadas como terrorismo, vocês não levarão mais o terror ao campo ou à cidade, ou vocês se enquadram ou se submetem às leis ou vão fazer companhia ao cachaceiro lá em Curitiba” (B-34, grifo meu).

²¹¹ Esta frase, conforme a interpretação do doutor em Sociologia e jornalista Marcos Rolim, “teria sido uma gíria usada por militares para o destino de presos políticos que seriam mortos sob tortura na base militar da Marinha na Restinga de Marambaia, em Pedra Guaratiba, no Rio de Janeiro”. A mesma, contudo, não é um acontecimento isolado já que nos vídeos coletados Bolsonaro também expressa a necessidade de “despetizar”, “faxinar”, “desinfetar”, entre outros termos similares. Disponível em: <https://sul21.com.br/colunasmarcos-rolim/2018/10/ponta-da-praia/>

Em terceiro lugar, outra dimensão do autoritarismo é a relação que estabelece com a democracia, e simultaneamente com o golpe de 1964. Esta dimensão imbrica-se profundamente com as questões de segurança, na visão de Bolsonaro, e por isso já começou a ser explorada anteriormente, porém demanda uma maior atenção.

Como radical de direita que é, Bolsonaro aceita as regras do jogo democrático, mas permanece em constante tensão com a forma na qual ela se expressa. Afirma reiteradas vezes que ele é a verdadeira garantia de continuidade institucional – enquanto o candidato do PT, Fernando Haddad, constitui a ameaça. Porém, questiona o processo eleitoral e afirma que ele não apoia nenhuma ditadura, apesar de elogiar aos militares envolvidos na ditadura de 1964. Para defender o golpe de 1964, relativiza a repressão e os crimes do mesmo afirmando que ele sempre falou que houveram “excessos dos dois lados”²¹² – como se a violência exercida pelos movimentos guerrilheiros pudesse ser comparada com a repressão ilegal exercida desde o Estado. Para ele, a ditadura militar de 1964 não constituiu uma verdadeira ditadura pois em 1965 apareceu a Tv Globo, a Record, e em 1968 a Revista Veja e aponta: “pelo amor de Deus, querer comparar o que aconteceu em 1964 a 1985 com uma ditadura é o fim da picada. Desapareceram 400 – ou morreram – pessoas, em que circunstância? Hoje morre no carnaval isso e não se fala nada” (B-66). Bolsonaro parece comparar aqui as mortes por acidentes de trânsito acontecidas no período de carnaval com as desapareições, sequestros e assassinatos da ditadura, resumindo a diferença somente a uma questão de números.

Bolsonaro questionado sobre as suas falas em apoio à ditadura militar e sua opinião de que a mesma deveria ter matado mais e afirma, apontando que a sua opinião atual já não seria a mesma de antigamente que “quando foram essas declarações de fuzilar 30 mil, isso tem 20 anos, pelo amor de Deus” (B-66). Não entanto, a defesa do processo como um período democrático parece apontar que dita mudança na sua interpretação não teria acontecido. Contudo, finaliza apontando que, de qualquer maneira, agora temos que “parar de olhar para o passado e ver o futuro” (B-66).

Em síntese, entende que a ditadura militar brasileira que se estendeu desde 1964 até 1985, que destituiu o governo de João Goulart, cassou o mandato de milhares de parlamentares, fechou o Parlamento e as Assembleias dos Estados, modificou unilateralmente

²¹² Embora muitas vezes durante a campanha Macri tenha se expressado em consonância com esta lógica, conhecida na Argentina como “teoria dos dois demônios”, reforça a necessidade de “conhecer o que aconteceu” continuando com os processos contra os militares envolvidos na repressão do governo militar. Já no governo retoma esse entendimento a partir do qual se “inocentam” os crimes dos militares por se encontrarem lutando “uma guerra” com um demônio tão perigoso quanto eles mesmos. Disponível em: <https://www.lacapital.com.ar/politica/macri-llamo-guerra-sucia-la-ultima-ditadura-y-dijo-desconocer-si-eran-9-mil-o-30-mil-los-desaparecidos-n1206372.html>. Acesso 14/01/2021.

a Constituição nacional, extinguiu todos os partidos políticos (exceto os dois aceitos pelo governo, ARENA e MDB), estabeleceu a censura na mídia, prendeu, torturou e assassinou cidadãos sem processo judicial e sem direito ao *habeas corpus*, não foi uma ditadura militar.²¹³ Mas são sim ditaduras militares e quebras da institucionalidade democrática, os governos da esquerda, particularmente da Venezuela (do Chávez) e a Cuba pós-revolucionária (e pós-ditadura de Batista).

O golpe de Estado de 1964 é defendido também por Olavo de Carvalho, o qual aponta que foi um dos poucos movimentos populares da história brasileira. Para ele, o movimento iniciado em 2015 e continuado pelo bolsonarismo, seria a continuidade (porém significativa) do mesmo processo. Afirma que 1964 tinha muitas entidades da elite organizando o movimento: “tinha o Exército, tinha o Congresso, várias associações de classe, Associação Brasileira de Imprensa, OAB, O Globo, tinha 20 governadores de estado, então, a elite se mobilizou e botou o povo na rua” (B-37). Entende que “o Brasil nunca teve uma democracia de verdade, o povo brasileiro nunca foi o autor da sua própria história” (B-37), mas que a verdadeira revolução brasileira, entendida como tomada de consciência e participação popular, é o resultado dos movimentos de 2015 e – nesse momento, a possível – eleição de Bolsonaro.

Contudo, paradoxalmente, afirma que a defesa da institucionalidade democrática é na verdade uma atitude antidemocrática: “o sistema é a dominação petista e psdbista. O sistema é essa tirania, o sistema é esse controle de tudo pelo Estado. Isso tem que ser rompido senão jamais haverá uma democracia. O que eles estão chamando de democracia é a falta de democracia” (B-37). Carvalho chama de revolução brasileira as mobilizações de 2015 e conecta as mesmas com um possível governo de Bolsonaro. Assim, deixa em suspenso a ideia de que independentemente de qual for o procedimento de definição do governo, o mesmo somente seria democrático se assumido por Bolsonaro.

No mesmo sentido, Luiz Philippe de Orleans,²¹⁴ que acompanha Bolsonaro em uma das suas *lives*, aponta que o *mercado* percebeu que o plano de Haddad, por ser centralista e controlador da economia, é totalitário e não democrático e diz: “a imprensa falando que o plano de Haddad é ‘pró-democracia’. Não é nada democrático, aquele plano é a coisa mais totalitária colocada em papel nos últimos anos” (B-65).

²¹³ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/03/entenda-o-golpe-de-1964-e-as-consequencias-da-ditadura-militar-no-pais-cjtrs2djm000301o48avn8w4k.html>

²¹⁴ Na época Luiz era candidato a deputado pelo PSL, o que lhe valeu após a eleição o título de primeiro membro da “família real brasileira” a assumir qualquer função pública após o fim da monarquia.

O questionamento à democracia está muito relacionado com o processo eleitoral. Ao longo de todos os vídeos, Bolsonaro põe em questão as urnas eletrônicas, no que parece ser uma preparação para desconfiar do resultado do segundo turno caso não fosse eleito e afirma que, se eleito, mudará o sistema de votação, eliminando as urnas eletrônicas. Diz que as urnas eletrônicas receberam inúmeras reclamações de pessoas que não conseguiram votar como desejavam, induzindo a ideia de uma modificação do sistema por parte do PT, que é entendido como “Estado” – apesar da presidente Dilma ter sofrido *impeachment* em 2016.

No entanto, ao mesmo tempo, não deslegitima totalmente o procedimento, já que é através dele que espera chegar ao governo. Aponta que o sistema eleitoral brasileiro não permite que sejam feitas auditorias para demonstrar que não houve fraudes, mas “pelo que parece tem muito mais gente favorável a *nós* do que ao *outro* lado, isso nos dá uma certa tranquilidade porque a fraude teria que ser monstruosa” (B-16). Nesse sentido, afirma que Haddad “só pode chegar pela fraude, pelo voto não vai chegar, tenho certeza disso” (B-20).

Embora Bolsonaro pessoalmente mantenha que não vai “falar em fraude ainda”, aponta que “uma senhora que trabalha na minha casa não conseguiu votar, na hora que ela votou para governador encerrou” (B-65), e compartilha o vídeo de Olavo de Carvalho onde este afirma explicitamente que “todos nós sabemos que houve fraude nas eleições” (B-37), pois “16 mil queixas é suficiente para você dizer que essa eleição não está normal” (B-37). No entanto, considerado o universo de eleitores brasileiros em 2018 de 147,3 milhões,²¹⁵ o número de queixas representa somente 0,01% dos mesmos. Na referida *live* com Philippe, é ele quem explicitamente difama as urnas eletrônicas: “depois de falar com todos esses grupos de especialistas, a confiança é zero” (B-65). No fim, Bolsonaro refere à fraude em 23 oportunidades, e questiona em 13 dos 83 vídeos a confiabilidade do processo eleitoral.

Falando sobre *fake news*, numa entrevista Bolsonaro deixa visualizar que a incorporação das regras democráticas aparece como uma opção, que poderia não ter sido adotada: “se eu tivesse o controle de 48 milhões de pessoas, eu mandaria no Brasil, não precisaria nem de eleições. Eu não quero isso. Se eu sou o candidato é porque estou aceitando as regras da democracia” (B-66). Nesse sentido, “mudar a constituição”, afirma Bolsonaro, é uma amostra de autoritarismo e ditadura, e para ele “a Constituição é a maior defesa que eu posso ter e jamais eu vou querer uma nova constituinte, não me interessa” (B-4), este

²¹⁵ Dados obtidos no site do TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Agosto/brasil-tem-147-3-milhoes-de-eleitores-aptos-a-votar-nas-eleicoes-2018> acesso em 14/01/2022

posicionamento se entende em contraposição à posição do PT, partido que levaria a uma ditadura no Brasil:

“Se um dia o PT conseguir o poder absoluto, vão pagar um preço caro e uma ditadura no Brasil. Até porque não vai ter filé mignon para todo mundo, olha como vive o povo lá em Cuba. Deixo claro, em 1963, uma grande liderança brasileira pregava uma nova assembleia nacional constituinte” (B-4).

Em suma, pode-se dizer que a divisão entre democracia e autoritarismo ou ditadura (assim como a liberdade de expressão) não responde aos procedimentos formais pelos quais determinados grupos se colocam em posições de poder, como o conceito de poliarquia (DAHL, 2005) poderia fazer pressupor, mas a ideologia e as políticas aplicadas pelo governo em funções. Ou seja, os governos democráticos são aqueles liberalmente econômicos e moralmente conservadores.

Em quarto lugar, o autoritarismo também se expressa no funcionamento do Estado e nas instituições. Durante os vídeos, Bolsonaro afirma o desejo de realizar modificações ao funcionamento das instituições, limitando o poder político a partir do impedimento para a reeleição e a diminuição no número de parlamentares: “o que eu pretendo fazer e acho que é uma excelente reforma política é acabar com o instituto da reeleição. Já começa comigo, caso eu for eleito.²¹⁶ E diminuir em 15% ou 20% a quantidade de parlamentares” (B-38).

No mesmo sentido antipolítico e tecnocrático visto no caso do PRO, afirma que os ministros do seu governo “serão escolhidos por critérios técnicos, competências, autoridade, patriotismo e iniciativa” (B-38), e que eles devem ter “liberdade” (B-67). A ideia é que ele constituiria um “governo técnico” em contraposição ao governo comunista do PT, olhando principalmente para os méritos pessoais dos ministros e não seus posicionamentos ideológicos. Deve ser lembrado que o posicionamento ideológico, na forma em que Bolsonaro mobiliza a ideia (“ideologia de gênero”, “viés ideológico”) está orientado sempre para os posicionamentos de esquerda e, portanto, ser ou ter ideologia significa aqui “ser ou ter uma ideologia de esquerda”.

Por exemplo, ao se referir aos ministérios da Agricultura e Meio Ambiente, Bolsonaro afirma que “vamos acabar com essa briga do homem do campo o tempo todo sendo ameaçado por fiscais, uma verdadeira indústria da multa por parte do IBAMA e ICMBI”, para isso propõe unificar os dois ministérios e que “o ministro desse ‘superministério’ será indicado pelo setor produtivo”. Aponta que “logicamente, toda a bancada do agronegócio e que trata também da agricultura familiar terá seu peso nessa indicação” (B-36). Os representantes do

²¹⁶ Apesar disso, Bolsonaro encontra-se atualmente preparando a sua campanha para a reeleição nas eleições de 2022.

agronegócio aparecem em sua fala como os mais adequados para decidir na pasta que cuida dos seus interesses, pois seriam os mais qualificados para isso. Definir as regras pelas quais terão que levar adiante os próprios negócios não parece representar um conflito de interesses e menos ainda ideológico.

Ainda sobre o funcionamento do Estado, Bolsonaro aponta que todas as instituições do Estado estão *aparelhadas* e que este aparelhamento acontece desde a época do período militar (B-38), o que significa, na prática, que estão “dominadas pela ideologia de esquerda” (B-36), e trabalham para um “projeto de poder do PT” (B-4). Embora esta questão seja pouco presente, Bolsonaro considera entre as suas tarefas “dar uma desaparelhada nesses ministérios” (B-84), e “desinfetar né, muita coisa no Brasil, despetizar muita coisa” (B-79). Sua função, como deixou nítido ao expressar seus conhecimentos limitados em economia e saúde, mostra-se centralmente ideológica.

6.2.3.3 *Nativismo subalterno*

No caso de Bolsonaro, a defesa de um determinado conjunto de valores morais identificados com a religião cristã serve para delimitar o pertencimento ao grupo interno – *nós* – e a exclusão do grupo externo – *eles* –, em lugar da origem nacional característico dos PPRD europeus e norte-americanos. O “*nós*” na sua construção discursiva está vinculado com estes valores e não com uma determinada origem nacional. De fato, a construção do “*nós*” inclui valores, crenças e símbolos estrangeiros, mais respeitados e valorizados que seus equivalentes nacionais.

Embora Bolsonaro aponte que “mais grave que a corrupção é a questão ideológica” (B-76), é possível observar que a própria corrupção é descrita em termos estritamente morais/ideológicos, pois há um contínuo de significados que vão da corrupção à criminalidade e da criminalidade à imoralidade. Ao longo dos vídeos, Bolsonaro estabelece que o PT é o governo e o partido “mais corrupto do mundo” (B-2; B-51) e que “não tem como querer desvincular o que acontece na corrupção do PT” (B-76). Assim, entende-se que a corrupção é um crime como qualquer outro e deve ser igualmente combatido. Bolsonaro afirma que os “petistas” (e por extensão, a esquerda no geral) são criminosos e que os criminosos são um tipo moral de pessoas que decidiram entrar para o crime e devem ser punidos por isso sem nenhuma atenuante ou consideração.

Mas, para Bolsonaro, a moral se expressa fundamentalmente em torno do comportamento religioso e sexual. E é a partir daqui que constrói a sua candidatura; “eu me sinto feliz por esse lado, por ser um candidato conservador; que respeita a família” (B-76). Nesse sentido, afirma o “respeito”, a “valorização”, “a defesa”, e a “proteção da família”, em diversas oportunidades (32 vezes) ao longo dos vídeos do canal. No entanto, mesmo que em ditas referências não se faça comentário algum sobre quais são as ameaças que a família estaria sofrendo ou como aconteceria essa valorização e proteção, Bolsonaro afirma que “Fernando Haddad, é inimigo da família brasileira” (B-13) e que “a questão da família tá na constituição que para efeito de proteção do Estado é reconhecida a união estável entre homem e mulher” (B-84).

Assim pode-se pressupor que a principal ameaça da família é a existência de agrupamentos distintos dos previstos pela heteronormatividade. Apesar disso, Bolsonaro aponta que não quer entrar “nessa briga LGBT” pois cada um deve ser “feliz da maneira que bem entender”, mas que a questão da ideologia de gênero não pode ser permitida:

“Você vai no Plano Nacional de Promoção e Cidadania LGBT, é do tempo da senhora Maria do Rosário, quando ela era secretária de Direitos Humanos. Um dos itens tá escrito “desconstrução da heteronormatividade”. Olha, se você quer mostrar que tem dois homens que adotaram uma criança, segundo ele, isso é uma coisa normal, você tem que desconstruir o fato de ter um homem casado com uma mulher. Aí não dá pra você aceitar isso daí” (B-84).

A proteção das famílias, em suma, é a proteção da heteronormatividade monogâmica como norma e a construção de todos os outros agrupamentos como desviantes. Entretanto, Bolsonaro busca defender a ideia de que apesar disso não seria nem homofóbico, nem misógino, nem racista.²¹⁷

Como dito anteriormente, a importância do “Kit Gay” no discurso de Bolsonaro está relacionada com a “proteção das crianças” da tentativa do PT de “ensinar sexo na sala de aula”. Bolsonaro afirma que apesar da negativa do PT, “sim, esse programa de combate à homofobia, mas que na verdade estimulava precocemente o sexo homo entre as criancinhas. Nós não podemos admitir sexo homo nem hétero entre criancinhas” (B-28), num dos vídeos ele pergunta retoricamente se “você pai, você mãe quer que o seu filho aprender sexo em sala

²¹⁷ A consultoria especializada em mulheres “65/10” lançou em 2019 um relatório sobre a composição das famílias brasileiras, chamado “Pela família brasileira”. Para a elaboração do mesmo utilizaram informações da PNAD 2015. Nele afirmam que a “família tradicional” (homem, mulher e filhos) não é mais a constituição predominante de família no país (43%). Famílias reconstituídas, casais hetero sem filhos por opção, pães/mães solo, famílias unipessoais e casamentos homoafetivos, são as outras categorias reconhecidas no relatório. O que mostra que “a família tradicional” vem perdendo centralidade, mas que ainda é predominante no país, embora não represente a maioria do “povo brasileiro”. Disponível em: <http://www.pelasfamilias.com.br/>

de aula com 6 anos de idade? Um pai quer chegar em casa e encontrar o filho brincando de boneca por influência da escola” (B-24), e aponta que essas eram as intenções do PT, que ele conseguiu barrar, e que voltariam fortemente com o triunfo de Haddad.

Contudo, resulta curioso o vínculo entre o “ensino de sexo nas escolas” e brincar de bonecas, e que Bolsonaro constrói nessa e outras citações similares. “Brincar de bonecas”, que deve ser evitado, aparece, como um sinônimo da homossexualidade, embora procure se defender das acusações de homofobia:

“Quem achar que uma criança de 6 anos de idade sofre *bullying* e você tem de estimular o sexo precocemente para todos, isso é um equívoco muito grande. Os pais não querem isso, o pai não quer chegar em casa e encontrar o filho brincando de boneca por influência da escola. Não tenho nada contra gays, cada um vai ser feliz da maneira que bem entender e ponto final. Levar isso para a escola não se discute” (B-66).

Assim enquanto cada um pode ser feliz da maneira que “bem entender” e ele “não tem nada” contra homossexuais, “estimular” as crianças a serem homossexuais deve ser evitado. Mas, enquanto as crianças devem ser protegidas do “ensino precoce do sexo”, elas podem, e devem estar expostas a outro tipo de influências para as que se considera que estão preparadas, que são formativas, saudáveis e não traumáticas. Por exemplo, o “*bullying*” sobre o qual aponta que “quando eu era garoto não tinha essa história de *bullying*, o gordinho dava pancada em todo mundo e hoje o gordinho chora” (B-24).

Questionado pelo entrevistador se essa atitude não significaria “empurrar debaixo do tapete” a problemática, Bolsonaro aponta que “lembro do Morgan Freeman, um ator negro americano. Perguntaram para ele como combater o racismo e ele falou não tocando no assunto” (B-24) de forma que na sua concepção não intervir nos preconceitos e desigualdades sociais é a melhor forma de resolver os problemas:²¹⁸

“Acontece as brincadeiras entre crianças, estão ali se moldando, moldando o caráter. Você não tem que ter uma política para isso, isso não pode continuar existindo, tudo é coitadismo, coitado do negro, coitado do gay, coitada da mulher, coitado do nordestino, coitado do piauiense, tudo é coitadismo no Brasil. Vamos acabar com isso” (B-24).

²¹⁸ Lembra-se aqui uma frase da poeta afro-americana Audre Lorde: “Poetry is the way we help give name to the nameless so it can be thought” (“A poesia é o modo de ajudar nomear aquilo que não tem nome para poder pensá-lo”). Neste contexto, os problemas (racismo, homofobia, gordofobia, *bullying*, etc.) não sendo nomeados não desaparecem, mas simplesmente deixam de existir, e portanto, deixam de ser identificados. Disponível em: <https://www.brainpickings.org/2020/10/18/poetry-is-not-a-luxury-audre-lorde/>

Em outra oportunidade, falando ainda sobre as crianças, aponta que, a Lei da Palmada²¹⁹ também foi um erro, pois ela é uma ferramenta do arcabouço da liberdade dos pais na formação dos filhos: “qual pai quer dar uma palmada no filho? Ninguém quer, mas se se vê obrigado a fazer isso, tem que fazê-lo e com a Lei da Palmada o Estado usurpa desse momento para punir os pais que porventura dão tapa no ‘bumbum’ de um filho” (B-76). De maneira que as crianças estão capacitadas para se sobrepôr tanto à violência na escola quanto à violência em casa, mas são muito sensíveis e influenciáveis pela educação sexual.

Em relação à homossexualidade, o canal de Bolsonaro também compartilha um vídeo da uma apoiadora que afirma: “se Bolsonaro é homofóbico, como dizem e é mentira, Haddad quer tornar as pessoas gays” (B-64). De maneira que se *uma coisa é verdade, a outra também é*, e essa – a segunda – é pior. A preocupação com o ensino passa também pelo filtro ideológico/moral no discurso de Bolsonaro. A tentativa de estabelecer o ensino rural à distância tem no confronto ideológico uma das suas principais justificativas, como se observa no seguinte excerto:

“Ver se é possível levar esse tipo de ensino para a garotada, até porque a preocupação deles é grande porque existem duas mil escolas escolar rurais do MST, são 200 mil alunos ditos ‘sem terrinhas’, onde não canta o hino nacional, canta à internacional socialista ou a canção do MST. A bandeira que hasteiam não é verde e amarela, é vermelha com símbolo do MST e por vezes uma foice e um martelo. Eles estão com medo disso, se eu chegar lá, nós vamos atacar essa questão porque nós queremos salvar essa garotada. Ensinam o tempo todo nessas escolinhas que o capitalismo é inferno e o socialismo é o paraíso. Ensinam tudo o que não presta, formam mais que militância, estão formando guerrilheiros aos milhares por ano” (B-44).

E conclui que “não temos que falar em ideologia de gênero, propor à garotada, sem o conhecimento dos pais, que o menino pode ser menino lá na frente e a menina pode ser menino” (B-67). Complementa a sua preocupação com a qualidade da educação, afirmando que “as nossas escolas deixam a desejar, como falei agora a pouco sobre o PISA para vocês, a garotada está terminando a nona série, muitas vezes, não sabendo a tabuada, uma regra de três” (B-38), o relato expressa a ideia de que a preocupação do PT com as questões de gênero e sexualidade teria adquirido mais relevância do que o ensino de questões mais “importantes” como a matemática.

Sobre o ensino, destaca também seu viés autoritário. Para ele é importante recuperar a “autoridade” do professor na sala de aula, pois afirma que nos seus tempos, “quando o professor entrava dentro de sala de aula, os alunos se levantavam, ninguém fazia algazarra,

²¹⁹ Bolsonaro parece se referir aqui à Lei nº 13.010/2014, também conhecida como Lei Menino Bernardo, que proíbe castigos e violência física como forma de educação dos filhos.

não tinha bagunça” (B-24). Os deveres de casa eram “dados e cobrados” e se alguma criança não tinha feito a lição “o pai era chamado na escola”, quer dizer, era punido. Por fim, coloca que “nós temos que fazer com que o professor tenha como exercer plenamente a sua autoridade em sala de aula” (B-24). Para atingir este objetivo na educação, planeja ter um ministro que se ocupe, fundamentalmente do controle ideológico das escolas, “agora o que nós queremos é um ministro da Educação que afaste a ‘filosofia de Paulo Freire’, tenha autoridade e iniciativa. Temos que mudar os currículos escolares” (B-67).

Embora a religião atravessasse todo o discurso de Bolsonaro, as referências diretas se dividem entre a denúncia do ateísmo e a constatação da sua defesa dos valores cristãos. Nesse sentido aponta, “vi o Haddad com a Manuela D’Ávila que diz claramente que é favorável ao aborto, que não acredita em Deus tomando a hóstia na igreja, ou seja, em época de campanha vale tudo para agradar o eleitor. Sou diferente desse tipo de gente” (B-24), e ainda “o Brasil é um país cristão! O candidato do PT, Fernando Haddad, após receber de presente uma bíblia, simplesmente, a jogou no lixo, zombando da nossa fé”.²²⁰ (B-13).

Diferentemente do “sagrado nefasto” que caracteriza a sua oposição, os símbolos da religião cristã são sagrados fastos para Bolsonaro, aquilo que deve ser colocado à parte, não pode ser tocado ou desafiado, e o seu tratamento deve ser especial (WEISS, 2010). Nesse sentido, “jogar a bíblia no lixo” não é equivalente a jogar um livro qualquer, ou ainda um bloco de páginas, pois por ser uma bíblia, ela carrega esse caráter sagrado e Bolsonaro se esforça em destacar que seu inimigo desrespeita esses sagrados que ele entende ser do povo (indiviso) do Brasil. Ao mesmo tempo sacraliza a “inocência” das crianças e os “valores familiares” como outros elementos “destruídos” e “ameaçados” – embora seja contraditório – pelo PT e seu possível retorno.

No plano das referências bíblicas, Bolsonaro somente coloca em diversas oportunidades o referido “João 8:32” qual se apresenta mais como uma enunciação de princípios, e de oposição ao candidato “mentiroso do PT”, que uma declaração de comprometimento religioso. No total, “Deus” é mobilizado 67 vezes no canal de Bolsonaro nos 83 vídeos analisados, 8 vezes para submeter o resultado das eleições à “sua vontade” e 9 vezes para agradecer pela sua saúde após o atentado. A maioria das vezes, no entanto (50 vezes) é mobilizado em expressões que podem ser entendidas como próprias da linguagem coloquial (“deus te abençoe”, “fiquem com deus”, “deus acima de tudo”).

²²⁰ Bolsonaro refere-se a uma bíblia que Haddad recebeu de presente em Fortaleza durante a campanha. O PT na época denunciou que a mesma foi furtada e que era uma *fake news* que ele a teria jogado no lixo.

Com os ateus, por sua vez, Bolsonaro tem uma relação ambivalente. Inicialmente denuncia através de uma das publicidades de campanha que: “Haddad e Manuela são ateus. Na eleição, desrespeitam a fé do povo brasileiro, indo a missas e cultos” (B-15) mas logo afirma por um lado que agradece “a Deus, agradeço todos os médicos, enfermeiros, profissionais da saúde de Juiz de Fora e agradeço também a todos que se empenharam, lideranças evangélicas, lideranças católicas, espíritas, demais denominações, ateus também” (B-65) e conclui “eu tenho amigos ateus” (B-65). Contudo, pensando em termos dos PPRD, os ateus parecem ocupar um lugar similar ao dos muçulmanos dos casos europeus, pois não se questiona a sua *fé* e valores, mas se passa a ideia de que são moralmente perigosos, ameaçam a subsistência dos valores religiosos.

Embora a pregação religiosa esteja embutida nos valores e posicionamentos de Bolsonaro no geral, ela não aparece especificamente de outras formas no discurso, à exceção de duas menções ao “anticristo”. Bolsonaro refere que está sendo chamado pela “esquerdalha” de anticristo, e que entende que isto é óbvio pois eles acham que o Lula é deus, e portanto, ele deveria ser o anticristo (B-28), mas que esta acusação lhe fez “vir na cabeça” um projeto do deputado Domingo Dutra, do PT do Maranhão: “ele criava o ‘dia do encarcerado’ como sendo 25 de junho, que como são 6 meses antes do Natal, é o dia do *antinatal*, dia do anticristo. Então, de anticristo eles entendem perfeitamente” (B-20).

Assim como proteção da propriedade privada, cristianismo (ou religião) e democracia estão intrinsecamente vinculados na sua visão de mundo, como percebe-se na máxima “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”, que inesperadamente só é mobilizado 6 vezes nos vídeos analisados – e na forma em que conecta o ateísmo do Haddad com o “fingimento de democrata”.

Na mesma linha da moral religiosa, a corrupção aparece com muita força no discurso de Bolsonaro e é apresentada como um problema simples de resolver, pois decorre da moralidade dos atores políticos no poder, fato que com a sua eleição acabar-se-ia com a corrupção no país. Para Bolsonaro, por um lado, a corrupção impacta nos níveis de insegurança, violência e desemprego²²¹ no país. Nesse sentido, em uma das suas publicidades aponta que “no Brasil, morrem assassinadas todos os anos mais de 60 mil pessoas. É um Maracanã lotado. Violência e desemprego são resultados da prática em que o PT se tornou

²²¹ Conforme o levantamento da Folha de São Paulo, em setembro de 2018 as principais preocupações dos eleitores brasileiros eram saúde (23%), violência (20%) e corrupção e desemprego (12%). Os percentuais se alteram quando considerados somente os eleitores de Bolsonaro para os quais a violência é o principal problema (em 30% dos casos) e saúde o segundo (20%). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/para-eleitores-saude-e-violencia-sao-os-principais-problemas-do-pais.shtml>

especialista no Brasil: a corrupção” (B-15). Enquanto ele afirma que “o que está em jogo é a perpetuação dessa máquina podre que nós temos aí que vive da corrupção para tirar de vocês o atendimento médico, a educação, a segurança [...] não querem sair de lá porque vivem disso, vivem ‘mamando nas tetas’ do Estado” (B-4).

Embora a corrupção pareça atingir primeiramente a economia, pois os seus números possuem um impacto simbólico grande – “as denúncias comprovadas de corrupção nos anos do PT no poder somam inacreditáveis R\$ 47 milhões” (B-31), como aponta-se em uma publicidade –, ela está motivada por interesses políticos. Sobre esse aspecto, afirma: “na minha humildade, ando dizendo que o grande problema do Brasil são as indicações políticas que levam à ineficiência do Estado e à corrupção” (B-66), logo, a redução do tamanho do Estado, é uma estratégia de diminuição da corrupção:

“Nós diminuiremos o tamanho do Estado, queremos o máximo 15 ministérios. De aproximadamente 150 estatais no primeiro ano, no mínimo 50 nós privatizaremos ou extinguiremos, simplesmente, e assim vamos continuar, com responsabilidade, buscar diminuir o tamanho do Estado porque somente dessa maneira nós combateremos a corrupção” (B-85).

O tamanho do Estado, então é colocado como indicador da corrupção, tanto a partir das empresas estatais quanto dos ministérios, pois atende aos interesses dos partidos e não do povo. Nesse sentido, Bolsonaro informa que a seleção dos ministros acontecerá “livre de ‘acordões’ com corruptos, para atender aos interesses da nação e não de partidos políticos” (B-55). A ideia é que a multiplicação dos ministérios responde a critérios políticos – distribuição de recursos e poder para os partidos aliados – e não com critérios de eficiência. Por isso Bolsonaro aponta que, até agora, a escolha de ministros esteve marcada pelo “toma lá, dá cá”, com o qual ele pretende terminar, em parte reduzindo as pastas.

Como comentado, Bolsonaro reconhece não entender da questão econômica e a delega aos seus colaboradores. Assim, nas suas falas limita-se a reproduzir o que a sua equipe econômica, particularmente Paulo Guedes, lhe informa. Aponta que, contrariamente ao que “se diz”, não irá cobrar imposto de renda dos pobres, “muito pelo contrário, a proposta do Paulo Guedes é que quem ganha até 5 salários mínimos é zero de imposto de renda” (B-65). Afirma que embora a diminuição deste imposto possa repercutir na arrecadação – pois não se propõe uma substituição por impostos para outros setores – isto é importante para dar um “refresco para o cidadão trabalhador porque ninguém consegue mais pagar uma carga tributária tão monstruosa como a que está aí” (B-65), e adiciona que eles terão que “reinventar muita coisa” e se comportar da mesma maneira em relação às empresas estatais:

“A questão das privatizações é a mesma coisa. São 150 estatais e eu acho que no primeiro ano essas 50 criadas pelo PT a gente vai mandar para o espaço. As outras 50 a gente vai ter que ter um modelo com responsabilidade, porque não é apenas anunciar no mercado e quem comprar comprou, tem que ter um modelo. E o que for estratégica a gente não pode falar em privatizar, no meu entender, Banco do Brasil, Caixa Econômica. Já tem poucos bancos no Brasil, se você sumir com Banco do Brasil e Caixa Econômica quem é que vai financiar a produção da agricultura no Brasil? Agora, se o Banco do Brasil e a Caixa quando aparece problemas é por causa das indicações políticas que levam à ineficiência e a corrupção. Vamos indicar pessoas sérias. Não se fala em privatizar, no meu entender, Furnas. Então, vai ser um grande plano de privatizações, mas com muita responsabilidade e o mercado não vai se decepcionar conosco” (B-65).

Resulta, no mínimo curioso, a facilidade com a que Bolsonaro expressa que irão desmantelar, “enviar para o espaço”, nas suas palavras, cinquenta empresas estatais. E ainda destaca que com outras cinquenta empresas, a privatização acontecerá também, mas “com responsabilidade”. Mas a maior parte dos problemas econômicos decorrem, para ele, da corrupção e se resolvem trocando funcionários e diminuindo o poder do Estado. Por exemplo, em diversas ocasiões (21 dos 83 vídeos) anuncia a manutenção e a extensão do Programa Bolsa Família e a incorporação do pagamento do 13º no mesmo, e aponta: “Paulo Guedes [...] Ele propôs, então, criar o 13º para quem ganha o Bolsa Família. E trouxeram pra mim a sugestão. Daí eu falei: dinheiro da onde? Daí eles falaram: só combater a roubalheira no Bolsa Família” (B-69). Dessa maneira, aponta, sem criar novas despesas para o Estado, consegue-se melhorar as ajudas sociais e ainda “sobra”.

Apesar de explícito e muito presente, o discurso econômico neoliberal tem uma presença e importância reduzidas no discurso, quando confrontado com os seus posicionamentos morais. Essa a razão pela qual esta dimensão tem atraído menor atenção em termos da análise, ao ponto que *a priori*, se tem a sensação de que Bolsonaro não teria anunciado seu plano econômico. No entanto, Bolsonaro não encobre esta dimensão, ao afirmar categoricamente que “a propriedade privada seja urbana ou rural, ela é sagrada” (B-36) e que a mesma é “uma das bases da democracia” (B-44). As privatizações generalizadas são anunciadas 23 vezes, valoriza também os bons cidadãos *liberais* atacando ao mesmo tempo os sindicatos e afirmando que “o empresário é um herói” (B-71). Também compartilha o vídeo de Carvalho onde ele sustenta que somente existem dois tipos de economia “a liberal e a fascista” (B-37).

Em consonância com a lógica dos PPRD, é interessante notar que ao falar das privatizações, Bolsonaro aponta que em determinadas empresas estatais terá que ter “responsabilidade” ao privatizá-las olhando para quem será o comprador porque “se você for vender para o capital chinês, você não está privatizando, está estatizando para a China” (B-66)

e isso, adiciona, não é somente uma preocupação dele “é uma preocupação do Trump nos Estados Unidos e vários países pensam dessa maneira” (B-66). Aqui a economia aparece em segundo plano, subordinada à nacionalidade dos compradores, mas esta preocupação não está, como no caso do nativismo descrito por Mudde (2007), relacionada com a proteção da nação diante da “invasão” externa. Está motivada pela proteção dos valores do capitalismo conservador subalterno, que se espelha nas vontades e posicionamentos dos países centrais para valorizar a própria posição. As nações compradoras ameaçadoras são aquelas tidas como *de esquerda*. Por isso o cuidado é com o “capital chinês”, conectado na sua visão de mundo com a “esquerda” e o “comunismo”.

A importância periférica do plano econômico se vê também na facilidade com a que delega as decisões econômicas aos seus colaboradores e expressa desconhecer o assunto. Bolsonaro aponta que: “a minha equipe econômica decidiu que vai reduzir a carga tributária e vai buscar também uma forma de reduzir a quantidade de impostos” (B-67), ou seja, a equipe econômica *decide* e *implementa* as decisões de maneira autônoma levando pouco em consideração o que Bolsonaro possa ter a contribuir. Inclusive, vê-se que ele *pede* certos resultados, em lugar de *mandar*, como seu autoritarismo e a posição de presidente fariam pensar: “eu pedi ao Paulo Guedes é, realmente, aquilo que todo mundo quer” (B-36) e a seguir lista uma série de condições econômicas como um dólar competitivo, a taxa de juros mais baixa possível, uma inflação dentro da meta, não aumentar impostos, desburocratizar e desregulamentar.

Isso significa dizer que a última palavra sobre as decisões econômicas é de Paulo Guedes, é este que informa se é possível (ou não) atingir certas metas ou aplicar determinadas políticas. Bolsonaro afirma também ante a pergunta de um jornalista que o Banco Central terá autonomia política, e que o nome que irá indicar ainda não está decidido: “isso eu conversei com Paulo Guedes” (B-38). Em relação com a estrutura do Estado, Bolsonaro afirma – em consonância com a receita neoliberal – que, “nós falamos em reduzir o número de ministérios²²² até para reduzir a corrupção no nosso Brasil e aumentar a eficiência do Estado, o Estado eficiente é aquele que não intervém, pois quem realmente produz e gera riqueza não é o Estado é a iniciativa privada” (B-71), nesse sentido afirma que “para ser patrões no Brasil também não é fácil, é muita regulamentação, muita burocracia e tem que atacar isso daí” (B-38).

²²² Durante a campanha Bolsonaro informou diversas vezes que teria 15 ministérios e extinguiria o resto. Em pesquisa feita em 18 de agosto de 2021, conforme o site oficial do Planalto, o número de ministérios ativos é de 21. Ou 23, se considerados a chefia da Procuradoria Geral da União e o presidente do Banco Central.

Paradoxalmente, pois o Estado contaria com menos ferramentas para atuar, afirma na continuação a necessidade de se incentivar a indústria nacional:

“A gente não pode continuar exportando um navio de minério de ferro e receber uma canoa de aço de volta ou meia dúzia de *laptops*. Nós temos que agregar valor. Nós fomos desindustrializados nos últimos anos. Tem que buscar maneira de você incentivar, estimular que a indústria seja próspera no Brasil” (B-38)

O chamamento ao desenvolvimentismo e a industrialização parece contraditório com o discurso neoliberal ao qual está colado, mas pode ser entendido como um resquício do industrialismo da ditadura de 1964 (PRADO, 2010). No entanto, esta é a única referência à industrialização mobilizada nos 83 vídeos analisados, enquanto as privatizações estão presentes em 16 dos vídeos.

Em termos econômicos, Bolsonaro refere-se à produção agropecuária e sinaliza que o maior problema dos produtores é a falta de segurança jurídica pela *indústria das multas* de proteção ambiental e a invasão de terras por parte de movimentos sociais. Percebe-se aqui que o conflito ainda é ideológico e moral, por exemplo a pasta de meio ambiente, será ocupada por “uma pessoa que não tem vínculo com o que há de pior nesse meio” (B-20), pois até agora o “coitado do agricultor quer uma licença ambiental e isso leva 10 anos [...] Isso é um crime! Vamos preservar o meio ambiente, mas não vamos atrapalhar a vida de quem quer produzir no Brasil” (B-20).²²³

Em síntese, Bolsonaro pretende reduzir o tamanho do Estado, diminuindo a quantidade de empresas estatais, ministérios e impostos, limitar o poder dos sindicatos, liberalizar a economia e privatizar empresas públicas, diminuindo a pressão impositiva contra os empresários para permitir que cada um se desenvolva o melhor que puder e, ao mesmo tempo, incrementar a repressão pública para conter a violência e, assim, estimular o crescimento econômico e a geração de emprego. Por outro lado, em relação com a segurança jurídica, afirma que os produtores pedem “há muito tempo” que lhes seja oferecida uma segurança sobre a posse das suas terras pois, conforme o seu relato, a insegurança do produtor rural é muito grande e corriqueira: “você não pode acordar hoje e de repente tomar conhecimento em um jornal que a sua fazenda vai ser demarcada como terra indígena” (B-24).

²²³ Esclarecendo o que parecia ser um preconceito não baseado em informação, em 29 de outubro de 2021 o vice-presidente do Bolsonaro, Hamilton Mourão, disse “O nosso é um governo de direita. A maioria das pessoas que tem uma consciência ambiental maior, são de esquerda”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bKFcSq3GeKI&ab_channel=Metr%C3%B3poles. Acesso em 16/12/2021

Finalmente, Bolsonaro afirma que o mercado apoia sua candidatura, o que é visível pois desde que as pesquisas “nos deram na frente o dólar caiu e a bolsa teve um ganho de pontos. Isso é um sinalizador que entre *eu* e o Haddad o mercado prefere a gente” (B-75). Em relação à reforma da previdência, Bolsonaro afirma que depende da condição de cada um, pois ele com “63 anos está em plena forma” enquanto, um “auxiliar de pedreiro” aos 60 não consegue mais carregar um saco de cimento, mas aponta que a idade de aposentadoria deveria ser postergada no geral: “eu falo que se conseguir passar o homem para 61 e a mulher para 55, já é um grande passo. Quem for o presidente o ano que vem, quem sabe passar 62 e 57, vai mexendo dessa forma e combate fraude também” (B-66), assim o problema da falta de recursos para as aposentadorias também é resolvido, em parte, pelo combate à fraude.

Ainda sobre questões econômicas afirma que, “o outro grande problema nosso, o Paulo Guedes diz, que se gasta um Plano Marshall²²⁴ por ano em juros do encargo da dívida [...] Nós não podemos gastar metade do que arrecadamos em juros” (B-66). Contudo, não sendo o previamente referido incremento na idade de aposentadoria ou o combate à fraude, Bolsonaro não desenvolve uma estratégia para diminuir o peso da dívida e/ou do déficit público no orçamento do país. Como em todas as questões precedentes, a economia está subsumida à condição moral e ideológica dos indivíduos, não é em função da origem dos mesmos como nos PPRD, mas do posicionamento político/religioso destes.

Embora a meritocracia possa ser conectada principalmente com a economia, tem diversas fontes raciais, sexuais e políticas no discurso de Bolsonaro. Para ele, o racismo, a homofobia, a misoginia, não existem realmente como problemas sociais e cada um atinge sucesso a partir do seu mérito. Contudo, o termo “meritocracia” não é diretamente mobilizado pelo candidato. No canal, o termo somente aparece no vídeo de Vitor Belfort e a ideia de *mérito* é colocada somente 6 vezes, principalmente na ocasião onde reclama dos candidatos do seu partido maior comprometimento com a sua campanha: “Pelo amor de Deus, até parece que vocês se elegeram com mérito próprio” (B-20). Mas a ideia está permanentemente presente pois o Estado não deve intervir na economia, nem na sociedade – a melhor maneira de atacar o racismo é não falar dele –, e, portanto, passa-se a ideia de que “cada um por si” distribui os bens sociais da maneira mais adequada e justa.

²²⁴ Benn Steil (2018) afirma que o equivalente em dólares atuais do Plano Marshall é de 135 bilhões de dólares. Considerando a cotação do dólar norte-americano em relação ao real em outubro de 2018 (3,75 reais por dólar), os 279,6 bilhões de reais gastos com juros e encargos da dívida equivalem a 74,56 bilhões de dólares, metade do referido pelo candidato. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/nunca-o-brasil-gastou-tanto-com-sua-divida-publica-r-280-bilhoes-em-2018/>

Apesar do racismo ser uma denúncia presente contra a candidatura de Bolsonaro, a escravidão, ligada historicamente com esta, tem uma presença mínima no seu discurso e quando aparece, não expressa esta conexão. A questão da escravidão (sua herança) não é abordada por Bolsonaro em momento nenhum, porém o termo (escravo/escravidão) é mobilizado 15 vezes ao longo dos vídeos com objetivos distintos. Por exemplo, Bolsonaro aponta que “eu sou escravo da constituição [...] mais do que escravo sou realmente grato” (B-4), e Olavo de Carvalho assinala que as mudanças propostas por Haddad fariam com que os empresários se tornassem “escravos dos bancos” (B-37).

Em várias oportunidades também os vídeos referem à necessidade de se libertar da “escravidão do PT” (B-79). Somente em uma oportunidade Bolsonaro fala especificamente do trabalho escravo e aponta, relativizando sua gravidade da seguinte forma:

“Não pode o Marco Antônio Vila, com 90 anos de idade praticou um trabalho escravo e você punir a sua esposa, seus filhos e seus netos que trabalham na fazenda. Isso não pode acontecer! E o que é mais grave, em cima do ativismo judicial, muitos entendem que o trabalho análogo à escravidão também é escravo e o processo parte para a expropriação do imóvel. Marco, me permite dar um exemplo de trabalho análogo à escravidão, que eu fui estudar, que eu não sabia [...] por exemplo, na tua propriedade tem uma senhora de 30 anos que está com máscara, com luvas com roupas com tudo, e está pulverizando aqui uma plantação de alface, tá combatendo pulgão. Chega o Ministério Público do Trabalho, faz um teste de gravidez nela. Nem ela sabia que estava grávida. Vai que tá grávida. Começa, então, em cima do ativismo judicial o processo de expropriar o imóvel. Isso não pode continuar acontecendo e essa emenda foi aprovada em 2014, por que a grande mídia dizia o seguinte: ‘vamos punir o trabalho escravo!’ Tem que punir o trabalho escravo, mas não dessa forma proposta. Tenho essa preocupação” (B-84).

No trecho, Bolsonaro procura diferenciar o trabalho escravo do trabalho *análogo* à escravidão, relativizando o segundo e afirmando que o ativismo judicial é injusto com os produtores e empresários que praticam o trabalho análogo à escravidão e as suas famílias, já que este pode vir acontecer *fortuitamente* sem intermediação deles.²²⁵ Carecendo de outras referências é impossível saber de que maneira o candidato entende que acontece o trabalho escravo que deve ser punido e como, na prática, pode ser diferenciado do trabalho *análogo* à escravidão. Mas é interessante perceber que em momento algum a nacionalidade ou origens dos envolvidos é considerada. Nem do escravizado, nem do escravocrata. Há uma preocupação em defender a exploração capitalista do campo, considerando ao *homem do*

²²⁵ A tese de Santos (2022, no prelo) investiga a preocupação dos juristas brasileiros com a precisão conceitual no que diz respeito a crimes de ordem racial, no intuito de se evitar condenar *injustamente* algo que apenas *parece* racismo ou *se aproxima* do racismo, sem sê-lo. O autor constrói o argumento de que há uma base moral operando nos juristas que os impele a argumentos de desresponsabilização de atos desse tipo. A posição de Bolsonaro em relação ao trabalho escravo parece derivar do mesmo tipo de mecanismo.

campo, um herói, vítima tanto das invasões dos “grupos terroristas” (MST), quanto da opressão e intervenção do Estado.

Particularmente sobre as relações internacionais, Bolsonaro as entende, a partir de um olhar ideológico ancorado na divisão dicotômica da Guerra Fria. Seus posicionamentos negativos se orientam contra países específicos identificados com o “comunismo”, como Cuba, Venezuela e China, ao passo em que valoriza e defende aqueles países vinculados com o capitalismo e os Estados Unidos. O discurso contra a Venezuela é particularmente forte pois o país é referido 23 vezes, “Maduro” e “Chávez” são referidos 13 vezes e 6 vezes respectivamente, enquanto que “Estados Unidos” é referido 18 vezes.

Sobre a Venezuela, afirma, entre outras coisas que: “nós devemos nos afastar da Venezuela, temos que dar um pé no traseiro do socialismo, do comunismo. Não podemos admitir essa ideologia em nosso Brasil. Será o fim da nossa pátria se o PT conseguir chegar ao poder” (B-76). Na lógica de tornar semelhantes seus opositores, para Bolsonaro o PT é igual ao “regime de Maduro”, e portanto, sendo Venezuela e Cuba a mesma coisa que o PT, o retorno deste partido ao governo significa a iminente revolução comunista no país, o cerceamento das liberdades, o autoritarismo e a opressão, tal a definição que ele mobiliza ao falar destes países.

Concomitantemente ao seu nacionalismo, Bolsonaro expressa sobre Donald Trump profunda submissão e admiração por ele e pelos “países do primeiro mundo”, como diz no trecho: “eu gosto muito dele, nunca escondi isso daí. Ou querem que eu admire Maduro e o governo cubano como a esquerda sempre fez?” (B-38). Nesse sentido, é interessante destacar, por exemplo, a frase da pesquisadora Amy Erica Smith (2021), quem aponta que o que mais assemelha Trump de Bolsonaro é o seu amor por Donald Trump. Além do reconhecimento da submissão com a potência norte-americana, é interessante notar que há uma necessidade de encontrar modelos estrangeiros a seguir, pois se não for Trump, *deveria* ser outro – pior – o Maduro. Assim, as relações internacionais se orientam pelo objetivo de “nos aproximar, então do ‘primeiro mundo’. Essa é a ideia. Pretendo caso eleito, viajar aí a Israel, para os Estados Unidos, para o Japão. Para a Europa” (B-84).

Bolsonaro entende que “flertamos demais com a esquerda ao longo dos últimos vinte anos” (B-84) e que por isso tentará “reestabelecer a nossa confiança aí fora. Que eu vi outro dia é tudo [o que vem do Brasil é] recebido com o manto da desconfiança” (B-84). Contudo, afirma insistentemente que a principal questão nas relações internacionais e no comércio exterior é estabelecer parcerias sem “viés ideológico”, expressão que repete 9 vezes nos 83 vídeos.

O candidato transmite a ideia de que farão “negócios com o mundo todo, sem viés ideológico”, embora nas mesmas declarações afirme que irão se afastar dos países que tem governos de esquerda. Com os quais “acho que flertamos demais [...] está na hora de ir para o centro direita” (B-84). Em suma, a política internacional sem “viés ideológico”, significa, restringir as interações aos países e governos com os quais compartilha-se posicionamentos ideológicos. Este comércio com “o mundo todo” parece estar limitado aos países do Norte global, pois Bolsonaro afirma que “você não pode jogar para o alto o Mercosul, muita gente investiu dinheiro aí, países outros. Agora, o que não pode é continuar sendo usado um acordo como esse para atender interesses ideológicos, que é o que o PT fez” (B-38). Bolsonaro aponta que após falar com Macri e com representantes do Chile e do Paraguai, pensa em avançar no comércio bilateral, quer dizer, diminuindo o peso da união dos países do Sul em relação aos outros atores globais.

Em relação à imigração, Bolsonaro dá pouca atenção ao assunto no seu canal. A única menção direta está no discurso de Carvalho, o qual anuncia que as sociedades capitalistas *importam* o lumpemproletariado dos países socialistas. Já Bolsonaro, ao referir-se às relações internacionais, o principal elemento que aparece é a denúncia sobre os planos que o PT teria em torno da questão – que, novamente tem a ver com posicionamentos ideológicos e não nacionalistas:

“Criação do Conselho de Defesa onde os países da América do Sul se tornariam aptos para resolver os próprios conflitos. Existe uma ameaça velada, quando a gente ouve que os Estados Unidos gostariam de intervir na Venezuela, existe essa possibilidade remota, mas existe, e a proposta do PT é que a grande pátria bolivariana, onde nós resolveríamos os nossos problemas internos e qualquer ameaça a qualquer país por uma potência de fora, estaríamos unidos para evitar essa interferência. Eu quero deixar bem claro que em dezembro de 2014, em Quito, foi criado a Real Academia de Defesa Sul Americana.²²⁶ Eles realmente fazem as coisas acontecerem, foi criado em Quito, lá na UnaSUL que é o nome fantasia do Foro de São Paulo. Então, a América do Sul é uma grande pátria, qualquer problema com um país qualquer daqui o problema é de todo mundo, como por exemplo o da Venezuela. O objetivo é defender a Venezuela” (B-71).

Apesar de eliminado no canal de Bolsonaro, o vídeo da entrevista com o General Heleno pode ser acessado no YouTube a partir do canal da Band, e é interessante notar que na linha do pensamento expressado pelo candidato, o general afirma que é preciso “admitir os erros e resolver se reintegrar a uma coisa chamada Brasil. Se continuarem a achar que vão fazer esse negócio chamado URSAL, se continuarem a correr pra Cuba para prestar

²²⁶ Estritamente em 2014 foi criada a Escola Sul-americana de Defesa (ESUDE), cujo objetivo era a instrução de civis e militares em matéria de defesa e segurança nacionais. Trata-se de uma instituição educativa e não militar. Atualmente o site da escola encontra-se inacessível e as suas últimas postagens nas redes sociais datam de 2019. Site: <http://esude-cds.unasursg.org/>

vassalagem à família Castro, aí fica difícil de haver esse entendimento”.²²⁷ Quer dizer que um dos principais nomes do bolsonarismo da época sustentava a ideia de uma conspiração socialista para estabelecer a “União de Repúblicas Socialistas da América Latina” (URSAL),²²⁸ ideia que, como tantas outras questões mobilizadas pelo bolsonarismo, carecia e ainda carece de qualquer contato com a realidade empírica.

A partir do exposto, percebe-se que há no discurso de Bolsonaro uma idealização dos países *do primeiro mundo* e um rechaço contra os *países comunistas*, a partir de uma matriz herdada da Guerra Fria que não condiz com a situação atual de ditos países. A idealização implica na necessidade e desejo de aproximação com os primeiros, e hostilidade e repulsa para os segundos, com a esperança de que a dita interação trará benefícios para o país mesmo que implique o abandono das estruturas internacionais que fortalecem a posição de negociação do país (MERCOSUL). Nesse sentido, agradecer aos países do *primeiro mundo* é prioritário.

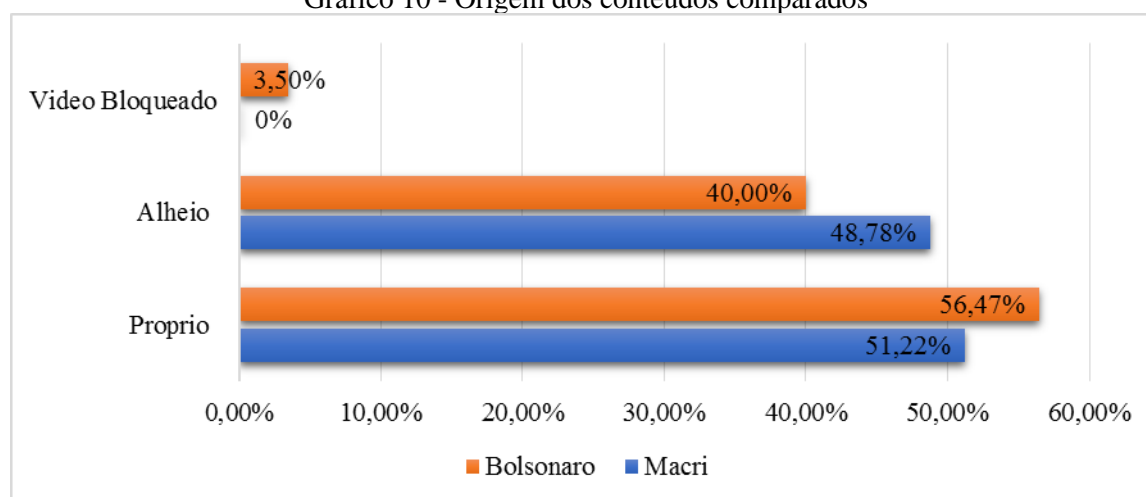
²²⁷ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pRVE85F4B8A&ab_channel=BandJornalismo

²²⁸ Conforme a revista *Vice*, a ideia da URSAL surgiu em 2001, em forma de piada pela socióloga Maria Lucia Victor Barbosa. Posteriormente, atores políticos da direita como Olavo de Carvalho e Cabo Daciolo a incorporaram como uma ideia séria, enquanto um risco possível de ocorrer ao Brasil. Disponível em: www.vice.com/pt/article/7xqmyy/tudo-que-sabemos-sobre-a-ursal

7 OS DISCURSOS COMPARADOS

Tanto Bolsonaro quanto Macri utilizaram-se de diversas estratégias para difundir suas mensagens eleitorais. O YouTube foi importante em ambas as campanhas, mas teve um peso distinto para cada um dos candidatos e um uso diferenciado. Enquanto Macri postou uma média de 1,5 vídeos por dia nos 26 dias analisados, e Bolsonaro postou 4 vídeos por dia nos 21 dias analisados. Mas, para além da intensidade no uso do site, percebe-se que o tipo de vídeos postados, sua duração, origens e o foco deles também possuíram diferenças significativas.

Gráfico 10 - Origem dos conteúdos comparados



Fonte: Elaborado pelo Autor (2022).

Em termos da *origem dos vídeos* percebe-se uma importância maior pela produção própria de conteúdos no caso do Bolsonaro, e uma divisão equitativa das origens no caso de Macri. Porém o central neste caso são as subdivisões de origens, todos os vídeos alheios de Macri foram produzidos pela mídia *mainstream*, enquanto no caso do Bolsonaro esta categoria responde a uma minoria dos vídeos alheios (35%), sendo expressiva a presença dos vídeos da mídia focados no PT e os diversos vídeos produzidos por apoiadores.

Gráfico 11 - Distribuição por origem dos vídeos no canal Bolsonaro



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Considerando a homogeneidade dos conteúdos do canal de Macri, é interessante notar a diversidade presente no canal do Bolsonaro. Nesse sentido entre os vídeos próprios e os vídeos de mídia *mainstream* focados no PT (alheio mídia – PT) quase 25% do conteúdo do canal trata exclusivamente sobre seus opositores – isso sem considerar o conteúdo dos vídeos próprios e da mídia *mainstream* nos quais o Bolsonaro se refere ao PT. Paralelamente, nos vídeos alheios compartilhados por Macri percebe-se um clima distendido e cooperativo entre os jornalistas e os candidatos do PRO, com longos períodos de conversa sobre questões que não estão relacionadas diretamente com a campanha como sua vida pessoal, o futebol e piadas diversas. Já no caso de Bolsonaro isto acontece em algumas das intervenções na mídia *mainstream*, mas não em todas, já que em várias entrevistas Bolsonaro levanta a voz, se irrita e desafia os jornalistas. Depende do posicionamento político do veículo no qual acontece a entrevista e das perguntas que lhe são feitas.

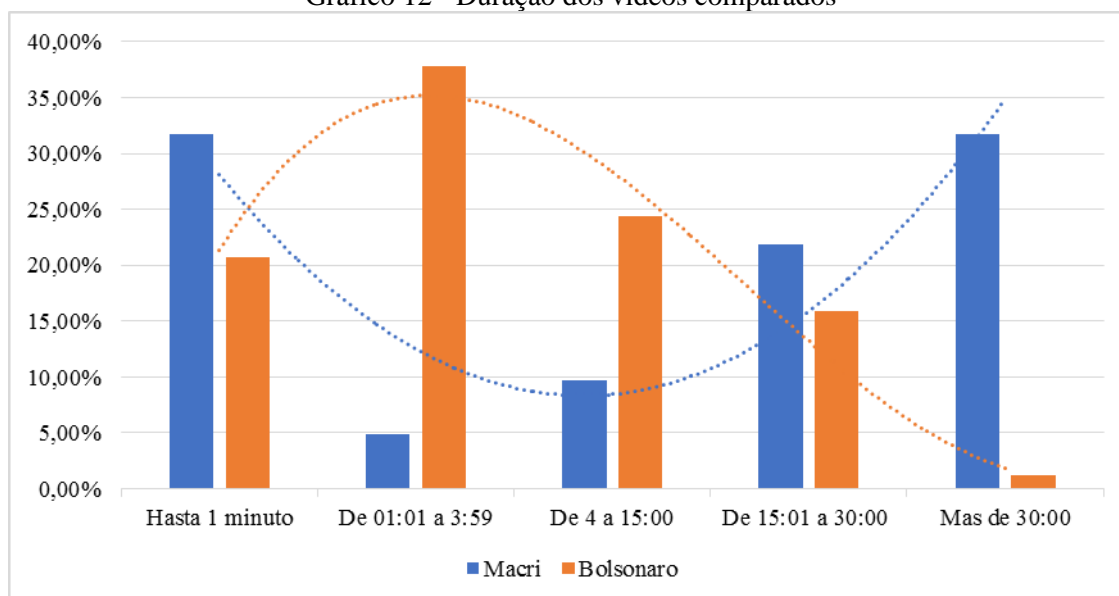
Além disso, todos os vídeos de alheios que Macri reproduz no seu canal estão disponíveis ainda hoje, quer dizer, não foram bloqueados pelos proprietários, coisa que não acontece no caso do Bolsonaro que tem 3 vídeos nessa situação. Enquanto no canal do Macri nenhum vídeo é produzido de forma – aparentemente - improvisada, no caso do Bolsonaro, que conduz uma campanha muito mais centrada nas redes sociais, diversos vídeos o mostram na sua casa, com roupas simples, sem uma atenção especial para qualidade da imagem, o som, a iluminação, a cenografia, maquiagem, etc., inclusive parece evidente que a estética “rústica” – que imita o tipo de vídeo que seus apoiadores lhe enviam – foi uma decisão consciente dos

realizadores dos vídeos, sendo muitas destas entrevistas no seu domicílio conduzidas de pé, no jardim ou dentro de casa mas com o menor conforto possível (em muitas entrevistas Bolsonaro e o entrevistador apareceram no centro da cena, sentados em cadeiras, mas sem usar a mesa que se encontra próxima). Também, as expressões de apoio recebidas (e compartilhadas) por Bolsonaro através de filmagens feitas de forma amadora, estão ausentes no caso do Macri.

Esta diferença aponta para as características de cada uma das lideranças: enquanto Macri investe numa imagem de sucesso, profissional, eficiente, polido, de quem se presta “a nos abençoar com a sua necessária contribuição, pois fizemos o esforço de lhe mostrar que merecemos”, Bolsonaro foca numa imagem mais próxima do povo, sem nenhum esforço por apresentar uma linguagem erudita, complexa ou simplesmente respeitosa dos interlocutores.

Em termos da *duração dos vídeos*, percebemos que há uma tendência oposta na forma em que cada candidato se expressou. No caso do Macri, há uma concentração de vídeos aos extremos, tendo a mesma quantidade de vídeos na máxima e mínima duração. Do lado dos vídeos curtos, as duas primeiras colunas pertencem à sua campanha enquanto os seguintes vídeos respondem a trechos de participações em programas de televisão e trechos dos eventos públicos,²²⁹ finalmente as duas categorias mais longas respondem à participação de Macri em entrevistas de televisão, no debate com o Scioli e aos vídeos dos atos de campanha.

Gráfico 12 - Duração dos vídeos comparados



(Obs: as porcentagens de Bolsonaro foram calculadas em base 82, sem considerar os 3 vídeos que estão bloqueados pelo proprietário).

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

²²⁹ Nestes casos o canal de Macri publica os vídeos na íntegra, e posteriormente, trechos selecionados dos mesmos. Por exemplo, em ocasião do ato após o primeiro turno publicará além do vídeo ao vivo, as falas dos candidatos separadamente.

Já no caso de Bolsonaro os vídeos curtos misturam intervenções próprias e na mídia, vídeos dos seus apoiadores e vídeos de campanha contra o PT (tanto aqueles formatados como publicidades quanto trechos de jornais de TV). Os vídeos com duração entre 1 e 4 minutos, onde Bolsonaro mostra a maior concentração de publicações estão constituídos principalmente por vídeos orientados ao ataque da sua oposição. Nesta categoria entram as publicidades de campanha em que um locutor relata os efeitos do governo e a corrupção do PT e as publicidades em que se propõem as mudanças que levaria adiante Bolsonaro (vídeos em que também critica o PT). Nesta duração também são alguns dos vídeos dos seus apoiadores famosos como o cabelereiro Lili Ferraz, o empresário Roberto Justus, e o professor Ives Gandra e diversos vídeos de Bolsonaro, filmados com o celular e de camiseta, dando a sua versão de diversos fatos, “falando a verdade” e “desmentindo manipulações”.

No terceiro grupo com duração entre 4 e 15 minutos encontramos principalmente vídeos da mídia *mainstream* de entrevistas concedidas por Bolsonaro, seguidos por coletivas de imprensa (da Rede TV e Record) e um vídeo enviado por uma apoiadora nordestina,²³⁰ e três vídeos de encontros de Bolsonaro com diversas pessoas (o BOPE, a Ysani Kalapalo e um grupo de indígenas, e um grupo de prefeitos que lhe expressa o seu apoio).

Posteriormente o grupo de vídeos entre 15 minutos e meia hora se divide quase em quantidades iguais entre as “*lives*” e as entrevistas de Bolsonaro na mídia *mainstream*, porém a maioria dos vídeos destas entrevistas foram gravados pelo próprio Bolsonaro com algum celular e não são uma reprodução das imagens da mídia. Finalmente, o grupo de vídeos longos somente possui a postagem da análise de Olavo de Carvalho sobre o livro de Haddad. Sem acesso às métricas de YouTube do canal é impossível saber com certeza quais vídeos foram os mais acessados e visualizados (na época das eleições) ou se eles são assistidos na sua íntegra.

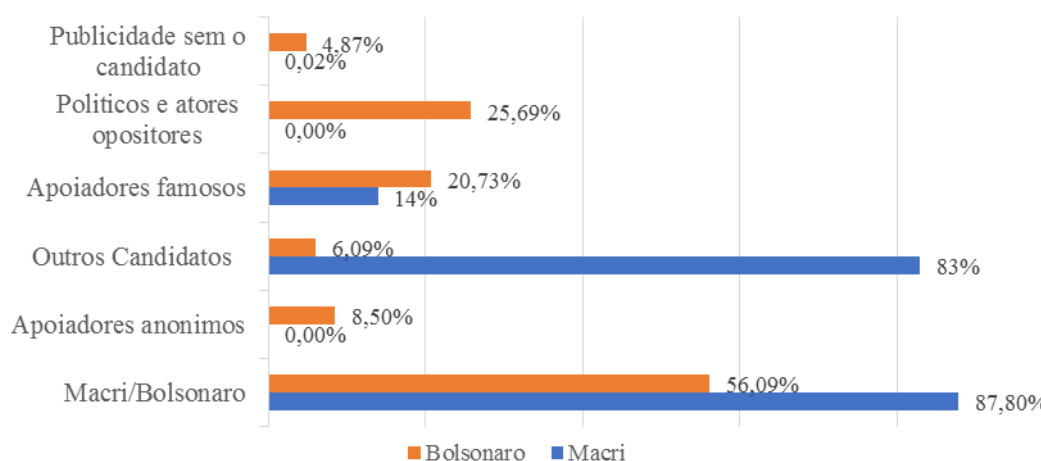
Contudo, aparentemente, apesar de se pressupor que os vídeos curtos teriam maior quantidade de visualizações, as informações disponíveis mostram uma distribuição aleatória das mesmas. As *lives* possuem entre 100.000 e 300.000 visualizações, enquanto o vídeo com menor quantidade de visualizações (1240) é uma mensagem de apoio de Olavo de Carvalho para o Bolsonaro com 40 segundos e o de maior visualização (824.000) é um trecho do Jornal da Manhã (com o jornalista Felipe Moura) publicado no mesmo dia falando das porcentagens de intenção de voto para cada candidato. Apesar de não possuir maior quantidade de

²³⁰ Que expressa seu voto no Bolsonaro e critica o PT com comentários que vão desde afirmar que Haddad quer converter as crianças em homossexuais até falar das urnas fraudadas, “Lula apoia a ditadura de Venezuela”, “defender bandido”, entre outros.

visualizações se percebe que Bolsonaro concentra na faixa de até 4 minutos a maior quantidade de vídeos e a maior quantidade de vídeos críticos e de denúncia contra todos seus inimigos (PT, mídia, esquerda, etc).

Em relação ao *protagonismo nos vídeos*, Macri está presente (protagoniza) em 36 dos 41 vídeos analisados, enquanto Bolsonaro o faz em 46 de 81 vídeos, isto significa que Macri aparece em 87,8% dos vídeos postados no seu canal durante a campanha pelo segundo turno, enquanto Bolsonaro somente está presente em 56,09% dos vídeos. À primeira vista pareceria que a centralidade do Macri como líder é muito maior que a do Bolsonaro, mas a maioria das aparições do Macri acontecem no contexto de entrevistas que são oferecidas junto com a “sua equipe” nas quais cede a palavra para os mesmos com muita frequência. Por isso, a categoria “outros candidatos” no caso do Macri possui uma presença de 82,9%. Considerando que diversos atores podem protagonizar simultaneamente cada vídeo, percebe-se que Macri, embora muito presente nos seus vídeos não é uma figura única e isolada.

Gráfico 13 - Taxa de protagonismo comparada



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Já no caso de Bolsonaro sua menor presença não desafia a centralidade da sua figura, dado que somente 6,09% dos vídeos apresentam outra figura política do seu espaço. Bolsonaro aparece muito menos proporcionalmente, no seu próprio canal, (apesar que o número de aparições totais seja maior e aconteça num tempo menor) principalmente pela grande presença dos vídeos (25,69%) protagonizados pelos candidatos opositores (vídeos críticos ao PT), mas não deixa lugar para outras lideranças políticas no seu espaço, concentrando nele todo o protagonismo. Esta categoria está totalmente ausente nos vídeos do Macri, embora as críticas ao governo kirchnerista e seu candidato sejam recorrentes, o canal não difunde imagens dos mesmos.

Quadro 5 - Protagonismo absoluto comparado

Ator Protagonico	Macri	Bolsonaro
Macri/Bolsonaro	36	46
Apoiadores anônimos	0	7
Outros Candidatos	34	5
Apoiadores famosos	6	17
Políticos e atores opositores	0	21
Publicidade sem o candidato	1	4

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Considerando que Bolsonaro praticamente não escreveu descrições para os seus vídeos a comparativa aqui acontece entre os títulos dos vídeos postados. Enquanto no canal do Macri os títulos são principalmente descritivos da situação e escritos como se o próprio Macri falasse para o seu público e, portanto, não colocando seu nome, no canal do Bolsonaro o candidato é referido em mais do 40% dos mesmos e o seu nome é vinculado a ações políticas concretas que refletem seu caráter, como “esculhambar” seus opositores ou “falar verdades”. Entende-se esta diferença da maior centralidade dada à liderança do Bolsonaro como um uso estratégico da plataforma, que facilitaria encontrar vídeos do candidato se o nome estivesse no título.

Ambos os canais procuram envolver o público na criação das mensagens, enquanto Macri procura gerar sensações positivas (“como não sentir que podemos? “como não ser otimistas?”), e, na maioria das vezes, somente insta o público “ver” os vídeos, Bolsonaro procura gerar sentimentos de raiva, indignação e ódio (“você concorda?”, “isso que você quer para o seu país?”, “tirem suas conclusões”).

Paralelamente enquanto os títulos do Macri utilizam frequentemente descrições emocionais positivas como alegria, confiança, e propõe pensar no “país que queremos”, em termos de uma aposta para o futuro, Bolsonaro mobiliza as emoções opostas. Em lugar de pensar “no futuro que queremos” Bolsonaro propõe evitar que o PT, voltando ao poder, leve o país numa direção determinada, quer dizer seu olhar está mais concentrado no passado do que no futuro.

Nos dois candidatos há um apelo à unidade do grupo interno enquanto, Bolsonaro refere em dois casos a (“vamos todos juntos” e “juntos seremos um gigante”) Macri o faz somente em um título (“em cada canto estamos juntos”) mas diversas descrições fazem este apelo (“a mudança é nos juntarmos. A mudança é estar juntos”; “Vamos juntos!”) e está presente no próprio nome da aliança eleitoral (*Juntos por el Cambio*).

Em relação à oposição os títulos dos vídeos do Macri referem a Scioli somente em duas oportunidades. A primeira postagem refere ao debate no qual participaram os dois candidatos e na segunda é uma convocatória para “os eleitores do Scioli”, mas nos títulos não se faz nenhuma referência negativa. Já no caso do Bolsonaro quase 40% dos títulos referem a algum dos candidatos ou partidos opositores com apelidos pejorativos e denúncias de corrupção, maldade, loucura, etc.

7.1 AS MENSAGENS COMPARADAS

Apesar dos discursos mobilizados nos canais de Macri e Bolsonaro refletirem realidades particulares, através dos vídeos coletados no YouTube, e sob o olhar da teoria dos PPRD é possível identificar diversos pontos de aproximação e distanciamento entre os mesmos. Em termos gerais, Mauricio Macri mostrou uma maior estrutura e preparação que Jair Bolsonaro na campanha ao longo do tempo, isto não implica que as “falhas” na iluminação, som, edição, maquiagem, etc., tenham sido espontâneas, mas aponta para uma estética que, no mínimo, buscava expressar uma menor sofisticação. A equipe de marketing, no caso do Macri, teve uma presença evidente (as publicidades e músicas de campanha, as cores, edição dos vídeos etc. estiveram marcadas por uma estética reconhecível que se manteve ao longo do tempo) que permitiu enxergar os distintos eixos, a partir dos quais se articularam os argumentos mobilizados na mesma e os vínculos entre eles, sendo relativamente simples de reconstruir.

Pela sua parte, a campanha do Bolsonaro foi, no geral, mais caótica, confusa e aleatória. Esta característica fez a reconstrução dos seus argumentos, mais complexa e demorada, pois o PT, Venezuela, George Soros, a “ideologia de gênero” e o “homossexualismo” foram todos elementos mobilizados com um significado aparentemente idêntico e entendidos como um bloco homogêneo. Embora esta simplificação da realidade seja muito útil aos fins dos apoiadores – pois facilita a delimitação do *nós* e do *eles*, analiticamente, é mais complexo entender como os distintos elementos se conectam e articulam. Provavelmente, também porque essas conexões não foram explicitadas ou porque não existem laços lógicos ou empíricos entre elas. Além disso, esta confusão e “bagunça”, não parece espontânea ou irrefletida, mas uma estratégia comunicativa, nesse sentido é que os discursos mais estruturados são apresentados como falsos e afastados do povo.

Ambos os candidatos possuem um perfil muito distinto na sua origem, enquanto Macri é um empresário de sucesso, e sempre foi de família rica, Bolsonaro se apresenta como um militar de origens mais humildes. No entanto, ambos usam da sua história pessoal na construção da sua liderança e posicionamentos e por isso, enquanto Bolsonaro se apresenta quase como um membro do seu próprio povo, em relação à vestimenta e linguagem, Macri se apresenta sempre como uma figura superior ao povo, em condições de ajudá-lo.

Prego e Nikolajczuk (2020) afirmam que, embora ambos os líderes possuam origens sociais diversas, sendo Jair Bolsonaro um homem do exército e Mauricio Macri um personagem da alta burguesia nacional (que cresceu pelos seus contatos com o Estado), tanto a experiência brasileira quanto a argentina “usufruíram da crise dos partidos políticos para criar plataformas com maior legitimidade e concorrer eleitoralmente. Se apresentaram como *outsiders* da política e partidários de uma dinâmica nova de participação” (PREGO, NIKOLAJCZUK, 2020, p. 232). Paradoxalmente, afirmam, em “ambos os casos possuem trajetórias políticas prévias à montagem das suas forças políticas que se nutriram dos setores tradicionais” (PREGO; NIKOLAJCZUK, 2020, p. 232). Ao considerar suas origens entende-se que Bolsonaro se apresente como um defensor da “pátria” e da “tradição”, características do exército enquanto Macri se apresente como o homem capacitado para levar o país ao sucesso econômico.

7.1.1 Populismo

O populismo é a categoria teórica mais densamente trabalhada aqui. Embora para Mudde (2007) ela se resuma a uma “ideologia fina” que considera o mundo dividido entre “pessoas puras” – a *buena gente* e o *ciudadão de bem* – e a “elite corrupta” – os kirchneristas, *La Campora*, o PT, a “esquerda”, etc. – percebe-se através do trabalho de Casullo (2019) que o conceito engloba uma complexidade maior. Posto que, o populismo narra a história de traição e redenção de um povo guiado por um líder que, apesar de excepcional não é o herói do relato. O herói é o próprio povo, enquanto os vilões são tanto a representação política deles quanto seus “obscuros aliados internos e externos”.

A potência do discurso populista surge não somente da simplicidade na apresentação dos desafios, mas de uma motivação emocional. O povo é chamado a cumprir uma tarefa heroica, épica, contra inimigos malvados e poderosos. O *ciudadão de bem* e a *buena gente*, desde este ângulo, não representam somente formas de identificar os grupos, o *nós* e o *eles*,

mas categorias morais. Estes são definidos primeiro como representações do bem, do desejável, do justo e, em segunda instância, trabalhadores, cristãos, conservadores, etc.

No caso de Bolsonaro a divisão entre *nós*, “puros”, e *eles*, “corruptos”, se expressa de maneira taxativa, sendo atribuídas somente características positivas para o *nós* e exclusivamente características negativas para o *eles*. Neste cenário os corruptos têm o plano explícito de afundar e destruir o país, em prol de interesses egoístas e valores opostos aos do povo. Já para Macri, o *nós* continua sendo qualificado de maneira positiva, mas, desenha para o *eles* um cenário no qual pode existir algum tipo de contato e negociação, pois às vezes tem boas ideias embora a ambição de alguns dos líderes não as deixe avançar. O povo, no entanto, está sendo roubado do seu destino de sucesso e bem-estar por estas lideranças trapaceiras e seus aliados internacionais. No entanto, em ambos os casos há uma oportunidade histórica de quebrar um ciclo pernicioso que se alastra por várias décadas a partir do estabelecimento de um governo do *nós*.

Embora na maioria das dimensões Bolsonaro se apresente mais populista que Macri, chama a atenção que o primeiro não faz nenhuma referência aos “políticos” ou “a política” como os populistas costumam fazer ao se colocar como *outsiders*. Já Macri, e a sua equipe, afirmam insistentemente que eles pertencem a uma categoria nova de políticos, não vinculados com o passado (anos 1990) nem com o presente (kirchnerismo), que fazem as coisas de uma maneira distinta, em favor do povo. Inclusive é Vidal, no canal do Macri, quem utiliza uma das linguagens mais tipicamente populistas ao se reconhecer “fora do sistema” dos políticos. A ideia é que o PRO por ser o “primeiro partido do século XXI” possuiria características diferenciadas dos partidos tradicionais, é mais moderno e adaptado à época tecnológica na qual se encontra, mas também inocente de tudo que os partidos e governos precedentes fizeram, desde o neoliberalismo e a corrupção dos anos 1990 até a ditadura dos anos 1970.

Já Bolsonaro parte da sua imagem de militar para se afastar de “tudo que está aí”, apontando para “a velha política” como responsável da situação atual e defendendo a ditadura militar, embora ele possua participação política desde a democratização. Este ponto de partida determina para ambos o sentido do seu olhar, no futuro (Macri) ou no passado (Bolsonaro). Nestas questões se vê que, enquanto para Macri a utopia ou o objetivo está colocado no futuro: “vamos construir o país que sonhamos”. Bolsonaro apela ao passado, à recuperação de algo que teria sido perdido/roubado: “juntos reconstruiremos o nosso Brasil. Até a vitória, se Deus quiser!”.

Ambos os líderes apresentam sua vocação para a participação política motivada pelas ações do povo “estou aqui porque acredito em vocês” dizem. No entanto, enquanto Bolsonaro adiciona que está ali para impedir que a “gangue que tem a bandeira vermelha” volte ao poder, o Macri afirma que está ali porque acredita que é possível viver melhor e sem medo (do governo kirchnerista). Esta e outras expressões similares mostram a distância comunicativa entre os estilos de cada um deles. Bolsonaro mobiliza principalmente emoções e sentimentos negativos e violentos (raiva, ódio, indignação) enquanto Macri mobiliza emoções e sentimentos positivos e dialogistas/pacifistas (esperança, expectativas, progresso).

Sobre as eleições, ambos apresentam dúvidas sobre os sistemas eleitorais nos quais se encontram e propõem mudá-los para melhorar a qualidade da democracia, que ambos argumentam estar defendendo. Chama a atenção que na procura por uma “melhor qualidade da democracia” e eleições “mais transparentes”, enquanto Macri afirma a necessidade de passar do voto impresso para o voto eletrônico, Bolsonaro traça o caminho oposto – o que fica em comum é a desconfiança sobre o sistema atual e a necessidade de mudá-lo, especialmente se ele não responder às próprias expectativas. Enquanto Macri deseja esta mudança para ter um sistema eleitoral mais “transparente”, organizado por um organismo independente, em função de supostas tensões pontuais e pelo gasto de tempo que o sistema demanda, Bolsonaro por sua vez, declara abertamente o acontecimento de fraudes no sistema das urnas eletrônicas, orientado a prejudicá-lo e aponta para uma absoluta falta de confiança no mesmo.

A construção do *nós* em termos partidários apresenta uma grande diferença entre os casos e oferece alguma pista da diferente centralidade que cada um dos candidatos adquiriu como líder. Sem uma estrutura de referência, só resta o carisma do candidato para atrair apoios. Para Macri, o partido não é só um veículo eleitoral, o mesmo foi criado por ele ao longo de vários anos e assim como a aliança eleitoral na qual participa possui uma significativa presença no discurso. Entretanto para Bolsonaro, a estrutura partidária é insignificante e ele demanda a participação dos seus aliados fora do partido, que estariam se beneficiando da sua imagem, independentemente de que eles estejam disputando cadeiras entre si. Diferentemente de Macri que se preocupa pela construção do partido político, cuja história é lembrada e relatada nos vídeos, Bolsonaro constrói uma imagem de “salvador da pátria” isento de estruturas e relata a história da sua carreira política pessoal sem referência aos diversos partidos que o acolheram em cada momento. De fato, as referências ao partido ou aliança eleitoral nos vídeos analisados, são dez vezes mais frequentes no caso de Macri do que no caso de Bolsonaro. Contudo, a presença deste nos vídeos é muito maior que a do Macri (que compartilha tela com outras figuras do mesmo espaço).

Apesar destes distintos perfis, ambos apontam reconhecer as próprias limitações. Macri afirma não ser “infalível”, mas possuir as ferramentas necessárias para resolver todos os problemas: “escutar” e montar boas equipes. Bolsonaro também reconhece que para superar suas limitações busca montar uma equipe de ministros capacitados, que levarão adiante as pastas para as quais ele não está capacitado. Os dois apontam que precisam trabalhar em equipe para ter mais e melhores ideias. Para Macri isto se traduz no estabelecimento da “melhor equipe dos últimos 50 anos”, enquanto para Bolsonaro significa montar uma equipe escolhida “por critérios técnicos”, sem “toma lá, dá cá”.

Ambos recorrem aos conhecimentos e capacitações tecnocráticos alegadamente objetivos para resolver os problemas do país, mobilizam a ideia de que constituirão equipes de governo não ideologizadas, pragmáticas, e com o objetivo de resolver os problemas técnicos, objetivos. Mas enquanto para Macri a sua equipe lhe servirá para tomar melhores decisões, baseadas no diálogo e confronto de ideias, para Bolsonaro a equipe será a responsável por tomar as decisões, particularmente econômicas, baseadas nos seus pedidos e a sua função será somente a escolha destes responsáveis, a partir não só dos requerimentos técnicos, mas também das capacidades morais.

Em termos da liderança, Macri é enquadrado no seu canal, em primeiro lugar, como uma pessoa que “escuta” e dá lugar aos outros. A equipe de Macri, estabelecida após 8 anos de governo na cidade de Buenos Aires, lhe reconhece permanentemente a virtude de tê-los ajudado crescer ao longo do tempo, escutando-os e lhes dando lugar para desenvolver o melhor possível as suas capacidades – da mesma maneira que irá fazer com o país uma vez no governo. Não enxergando as diferenças de gênero, sexualidade, ou deficiências físicas²³¹ neles, mas somente o trabalho e o comprometimento.

Apesar de Macri estar sempre “sobre” os outros, tanto seus companheiros quanto os eleitores, no discurso realmente posiciona as figuras secundárias do seu partido num lugar de destaque. A descrição da sua forma de contribuir com o crescimento alheio poderia ser desenhada na seguinte alegoria: uma pessoa (seus colaboradores/o povo) que se encontra dentro de um poço e é ajudada a sair dele por outra (Macri). Esta salvação, contudo, somente pode acontecer porque quem ajuda já se encontra numa posição superior e está na condição de lançar – ou não – uma corda. Já no caso do Bolsonaro ele é apontado como uma pessoa “autêntica” com um “jeitinho próprio” de se comunicar, mas sensato, humilde e capaz de se corrigir. Esta descrição, muitas vezes passa pela própria voz do Bolsonaro que monopoliza o

²³¹ Lembrando que a candidata à vice-presidência na chapa do Macri, Gabriella Michetti, é cadeirante.

protagonismo dos seus vídeos. Neles se diz que Bolsonaro é uma pessoa que tem “garra”, quer dizer, decisão de avançar nas questões que acredita. Ao mesmo tempo, o atentado que sofreu é utilizado por Bolsonaro para mostrar que ele não seria autoritário e violento como querem dizer que é, mas uma vítima dos realmente autoritários e violentos. Ele também está para ajudar o povo, mas este é o protagonista. Assim, na mesma alegoria, Bolsonaro, o “mito” que possui uma série de características especiais, se encontraria dentro do poço junto com o povo – e, poder-se-ia acrescentar, o PT estaria fora do poço cortando as cordas.

Em relação à capacidade de se corrigir, muito mais firmemente apontada no caso do Macri, ambos os candidatos apontam que ao longo das suas carreiras políticas e vida evoluíram nos seus pensamentos. Esta evolução é descrita em termos da diminuição das características que lhes eram mais criticadas. Enquanto Macri afirma ter evoluído nos seus posicionamentos econômicos, neoliberais – por exemplo, entende o apoio popular às empresas estatizadas durante o kirchnerismo e a necessidade de apoiar o casamento homoafetivo (ao qual sua vice-presidente se opôs no parlamento); Bolsonaro aponta que sua evolução está principalmente ligada às questões morais - não sendo mais, (apesar de nunca ter sido), intolerante com os homossexuais, os negros, as mulheres e outros grupos sociais, assim como autoritário e antidemocrático.

Em relação ao povo para o qual falam, Macri o define como empreendedor, inteligente, de boa-fé, trabalhador, e cansado da conflitividade impulsionada pelo governo kirchnerista, já Bolsonaro identifica nele os humildes, trabalhadores e conservadores que querem ter o direito de ter armas de fogo pois se sentem atacados pelos “direitos humanos” e já não se deixam enganar mais pela velha mídia. Enquanto o discurso do Macri desenha um povo motivado pelo futuro governo, e cheio de alegria na esperança das possibilidades que se abrirão com a mudança, e não mais medroso da opressão kirchnerista, Bolsonaro desenha um povo raivoso e com medo do possível retorno do “comunismo” ao país, sua prédica se mobiliza mais olhando para o passado, no impedimento às ações do PT e à recuperação dos valores perdidos do que na esperança futura.

Em termos do estilo de comunicação, Macri levou adiante sua campanha tentando passar uma atitude não confrontativa, evitando o conflito e apontando que era o kirchnerismo que criava agressões. Esta característica relaciona-se também com a proposta de governo, que parte da ideia de um governo no qual todos os problemas poderiam ser resolvidos no diálogo e com boas intenções, já que as ideologias, “os livrinhos”, deixaram de ser tão importantes quanto antigamente. O diálogo colocado como a solução a todos os problemas, “se nos sentarmos numa mesa e conversarmos o suficiente vamos achar soluções”, pois os problemas

não são entendidos como estruturais, respondendo a interesses específicos ou favorecendo alguns grupos, mas como questões objetivas. Quer dizer, a pobreza é um problema que pode ser resolvido por questões técnicas, não se explica pela injusta distribuição da riqueza e por isso aquela distribuição não é problematizada ou colocada. Diferentemente, Bolsonaro propõe um cenário de conflito aberto contra os seus oponentes ideológicos que são identificados de forma ampla e vaga. A oposição é tal que não há pontos de contato ou colaboração possível com o outro polo. Mas, ao mesmo tempo são apontados como os produtores de conflito, da mesma maneira que em Macri. São eles a atacar nossos valores e costumes e são violentos ao ponto de organizar um atentado para garantir a permanência no controle do Estado. A única solução possível é excluí-los (ou eliminá-los).

Em termos ideológicos, enquanto Macri apresenta uma “falta de ideologia” que lhe possibilita maior empatia com a população, Bolsonaro apresenta uma posição inconfundível, à direita. Macri apresenta suas propostas em termos mais inclusivos, “todos” desejariam melhorar as condições gerais de vida e “todos” “querem viver melhor”, e embora Bolsonaro procure fazer um movimento similar, o seu “todos” é limitado aos *cidadãos de bem* conservadores e liberais, que “são” a maioria do país.

Para ambos há uma centralidade na característica pessoal dos seus apoiadores e colaboradores, estes são *buena gente*, no caso do Macri e *cidadão de bem*, no caso do Bolsonaro. A princípio (embora Bolsonaro utilize também a forma *gente boa*), estes termos parecem equivalentes, pois ambos sinalizam às pessoas trabalhadoras, respeitadas da lei, com valores morais adequados e humildes. No entanto, no caso argentino, a frase coloquialmente usada, não incorpora a dimensão da relação com o Estado, em termos da cidadania. Possui menos ênfase no respeito às normas e mais foco nas intenções. A *boa gente*, seria alguém que procura ajudar “o vizinho”. O vizinho foi durante muito tempo a principal figura do macrismo – e ainda é – no seu diálogo com os cidadãos da cidade de Buenos Aires (ANNUNZIATA, 2012), sendo o mesmo a forma menos politizada de se referir aos eleitores.

Nesse sentido, os dois candidatos têm formas diversas de conceber a política. Pode-se dizer que enquanto Macri procura despolitizar todas as relações, Bolsonaro busca eliminar uma parte da política, aquela à esquerda. Das duas maneiras esta caracterização do nós enquanto apoiadores, representa como já foi comentado no capítulo anterior uma característica do autoritarismo, que ocorre tanto na forma pacífica, despolitizadora, de Macri quanto na mais radical exclusão e eliminação do adversário de Bolsonaro.

Para os dois candidatos a dicotomia “verdade vs. mentira” possui um papel central, a sinceridade/verdade é tratada enquanto categoria moral e eles se reconhecem como produtores/difusores da verdade. Seus opositores, no entanto, são caracterizados como um grupo de trapaceiros e mentirosos. Para eles, esta é a característica central dos seus oponentes motivada nos dois casos, pela obsessão e a sede de poder. Esta obsessão ao mesmo tempo está motivada pela necessidade de controlar o Poder Judiciário para impedir de serem punidos pelos seus crimes, já que a segunda característica que os define é a de serem corruptos e abusar do poder. Por isso, as categorias principais de pertencimento ao próprio grupo é “ser boa gente”.

Sobre a mídia *mainstream*, ambos os candidatos afirmam serem favoráveis à liberdade de imprensa. Macri destaca neste sentido sua oposição à lei de meios de comunicação audiovisual aprovada pelo kirchnerismo em 2009 e destaca que o seu relacionamento com a mídia privilegiará as coletivas de imprensa no lugar da “rede nacional” que caracterizou o kirchnerismo. Bolsonaro por outra parte, afirma repetidas vezes a ameaça que significaria o PT para a liberdade de imprensa, pois no seu plano de governo inclui o “controle social da mídia”. Contudo, e ironicamente, Bolsonaro reclama diversas vezes de alguns veículos específicos da mídia (“velha mídia”) que teria por objetivo enganar as pessoas e destaca a importância das novas mídias sociais – particularmente a Rede Globo e a Folha de São Paulo. Apesar disso Bolsonaro, da mesma maneira que Macri, participa como convidado em diversos programas jornalísticos – com ênfase para os programas da Record²³² e da SBT²³³ – e em alguns percebe-se a aberta colaboração e cumplicidade dos jornalistas que riem e compartilham das piadas do candidato. A diferença é que mesmo sua participação midiática em veículos por ele escolhidos, Bolsonaro fica irritado e eleva o tom de voz, quando o entrevistador/a não é totalmente conivente com seus posicionamentos, o que não acontece com Macri.

Como dito até aqui, as emoções mobilizadas pelos candidatos são bem distintas. No Macri apesar de existir uma denúncia constante contra o kirchnerismo e a ideia de que teriam difundido o medo e a resignação na população, transmite-se a sensação constante de progresso, felicidade, esperança, “romper correntes” e bem-estar, por deixar pra trás o período obscuro do governo anterior. Já no caso de Bolsonaro, a ameaça do retorno do PT é muito mais presente e as consequências deste retorno muito mais perigosas, são “vagabundos

²³² Estes grupos midiáticos estão controlados por grupos evangélicos que comungam com os valores morais de Bolsonaro, por exemplo o bispo Edir Macedo e a Igreja Universal na TV Record (OUALALOU, 2015).

²³³ Propriedade do empresário e apresentador de TV, Silvio Santos.

repugnantes” que almejam invadir o país dos *cidadãos de bem*, ameaçam o estilo de vida e a própria existência destes.

Ambos os candidatos entendem que os governos anteriores procuraram dividir o povo criando conflitos entre grupos distintos que não existiriam realmente. Para Macri isto produziu uma “rachadura” (*grieta*) entre os kirchneristas e antikirchneristas que dificulta o convívio social, num cenário marcado pela homogeneidade social onde as divisões de religião e raça não acontecem de forma natural enquanto o conflito de gênero seria reconhecido e incorporado pelo macrismo. De maneira similar, para Bolsonaro as divisões vinculadas à discriminação racial, sexual e de gênero, simplesmente não acontecem na realidade e são efeito de discursos ficcionais da esquerda que seriam superados facilmente se parassem de estar presentes no discurso político. Para ambos os candidatos a questão da “divisão do país” é um problema central. Eles entendem que foram os governos precedentes os que dividiram o país, criando diferenças ficcionais e se propõem acabar com as mesmas. Enquanto Macri o faz apontando que todos os problemas têm respostas tecnocráticas, objetivas, Bolsonaro o faz apontando que as “esquerdas” devem ser excluídas para que os “brasileiros de bem” possam progredir.

Embora o apelo de Macri pela “família” e os “valores familiares” não seja tão escancarado quanto o de Bolsonaro, o fato é que uma parte significativa das suas intervenções na mídia estiveram matizadas por sua filha, esposa e as histórias sobre seu relacionamento familiar, por exemplo com o seu pai. O discurso da defesa “da família” é quase inexistente na campanha de Macri e está vinculado ao desemprego e o narcotráfico que a ameaçariam, mas a sua esposa e filha estão permanentemente presentes nas entrevistas e nos discursos. Macri aponta diversas vezes quanto a sua família é importante para ele e o quanto são fundamentais para ele poder atravessar o processo da campanha. Inclusive apontando contra o kirchnerismo afirma que este teria dificultado a vida das suas filhas por conta do estilo confrontativo com o qual fizeram política. No caso de Bolsonaro, o discurso em torno da defesa da “família” é um dos pilares da campanha, no entanto, a presença da sua esposa Michele, e as referências à sua filha são mínimas. Inclusive, com seus filhos mais velhos é pouco colocada a questão do vínculo familiar.

Bolsonaro refere à “família” 83 vezes, 51 das quais o faz falando do “Bolsa Família”, das outras 32 vezes, a maioria, 20, refere a como o seu governo irá “valorizar” e “defender” a família – embora esta defesa se expresse somente na conservação da família monogâmica heterossexual cis, quer dizer “pai e mãe” -, 9 vezes usa o termo para afirmar que o PT e a esquerda, desrespeitam ou procuram destruir a família. Já sobre a sua própria família fala

somente 3 vezes (9,4%) agradecendo o apoio que lhe deram em ocasião do atentado. A principal preocupação é então com a família abstrata, ideal, impessoal. Já no caso da Argentina, Macri refere às famílias 37 vezes – apesar de possuir quase a metade do número de vídeos - e em lugar de referir somente às famílias no abstrato (24 vezes) e à sua família (7 vezes, 20%) refere também a famílias específicas de apoiadores aos quais teria visitado (6 vezes), o interessante é que as referências à sua própria família se incrementam significativamente ao considerar a participação da sua esposa Juliana, que utiliza 14 vezes o termo, sempre em função da “sua” família (o que totalizaria um 41,2%). Aqui as famílias abstratas estão ameaçadas, principalmente pelo “avanço do narcotráfico”, a falta de crescimento econômico – e emprego – e a corrupção.

Finalmente, os valores morais são pouco mobilizados no discurso de Macri (somente faz uma referência), mas constituem um pânico moral no caso do Bolsonaro. Ele parte do diagnóstico que o governo do PT teria afundado o país “na mais profunda crise ética, moral e econômica, nunca vista”, razão pela qual a mobilização da defesa dos “valores familiares”, “dos valores religiosos”, da oposição à legalização das drogas, do aborto e do ensino de “ideologia de gênero” são elementos centrais e estruturadores do discurso.

7.1.2 Autoritarismo

Como dito inicialmente, Mudde (2007) entende o autoritarismo como a predisposição geral para glorificar e servir acriticamente uma figura de autoridade no grupo interno e de possuir uma atitude punidora das figuras externas ao grupo em nome de uma autoridade moral. Isto significa a crença numa sociedade hierárquica e estritamente organizada onde infringir as regras demanda uma punição severa. Para os autoritários quase todos os “problemas” sociais, podem e devem ser resolvidos através do policiamento e do controle social. A principal expressão desta mentalidade aparece na relação que os grupos têm com o crime e a segurança pública, mas não se limita a esta, o reconhecimento das diferenças, das minorias e o reconhecimento da política como espaço de confronto de interesses e valores diversos também pode ser expresso em termos autoritários.

Apesar de ter ficado nítida a maior expressividade autoritária de Bolsonaro é interessante comparar mais detidamente este ponto. Mesmo que para ambos os candidatos a segurança seja uma das questões mais importantes, a forma de abordar a necessidade de maior repressão e policiamento é mais explícita no caso de Bolsonaro. Figuras como a “excludente

de ilicitude” e redução da maioria penal,²³⁴ assim como porte de armas para os *ciudadãos de bem* estão ausentes no discurso de Macri, que se limita a demandar maiores investimentos do Estado para a polícia e as forças de segurança. O foco de Macri é o combate ao narcotráfico, do qual se desprendem o tráfico de pessoas, a lavagem de dinheiro, a venda ilegal de armas e a violência urbana, assim como também com a corrupção política e policial (uma possibilidade que não aparece no Bolsonaro). Embora Bolsonaro não reduza a violência urbana ao narcotráfico, pois há pessoas que “escolhem o caminho do crime”, ambos consideram ser este um dos principais motores da insegurança e entendem não existir possibilidades de legalizar nenhum tipo de droga. O caminho é a persecução e apreensão dos traficantes, incrementando os controles nas fronteiras, pois as drogas são para ambos uma ameaça externa que, contudo, não se equipara à imigração.

Ambos os candidatos expressam propostas em termos de segurança para atenuar as desigualdades de gênero. Para eles, um maior policiamento da violência de gênero, como botões antipânico propostos por Macri e castração química proposta por Bolsonaro, seria o caminho para “melhor proteger às mulheres”. Para eles, as mulheres aparecem no discurso somente no seu papel de mães – sendo-lhes oferecidas creches ou ajudas para o cuidado das crianças –, ou como possíveis vítimas passivas da violência de gênero. Fora das questões de segurança não há referências específicas para as mulheres, tanto para Macri quanto para Bolsonaro elas necessitam somente do seu mérito para se destacar e participar do mundo do trabalho, administração pública etc.

Em segundo lugar, o autoritarismo, se expressa também na relação que os candidatos estabelecem os movimentos sociais, universitários e a oposição política. Mesmo que isto seja principalmente visível no caso de Bolsonaro, não deixa de estar presente em Macri. As expressões mobilizadas por Bolsonaro são mais radicais, enquadrando as esquerdas (sindicatos, movimentos sociais, universitários, partidos políticos, etc.) como inimigos absolutos – sagrados nefastos – e anunciando a sua desaparecimento no seu futuro governo, sem lugar para possibilidades de negociação ou pontos de contato, mas isto não implica que o discurso do Macri não mobilize também a ideia da exclusão das diferenças. Por exemplo, ele também adverte que os movimentos sociais e de protesto não serão aceitos na Argentina (embora ele se ofereça ouvir os pedidos destes) e aponta – embora não utilize uma expressão equivalente ao “despetizar” mobilizada por Bolsonaro – que todos os funcionários militantes do kirchnerismo que estejam em funções no Estado serão expulsos.

²³⁴ Apesar disso, durante o governo de Macri o projeto de redução da maioria penal foi enviado ao Parlamento.

A imagem produzida sobre seus oponentes mobilizada por Bolsonaro e Macri possui uma grande similitude em termos da qualidade dos mesmos, mas se diferencia na quantidade, quer dizer, na intensidade. Enquanto os dois apontam para os oponentes como corruptos, Macri afirma que são muito corruptos e Bolsonaro que são “os mais corruptos do mundo”. Assim, o kirchnerismo e a esquerda (PT) são corruptos, mentirosos, pressionam a justiça, a mídia, amedrontam a população, geram desemprego e estão obcecados pelo poder. Mas enquanto o kirchnerismo está composto por pessoas más, opressoras, autoritárias e inescrupulosas, das quais poucas exceções podem ser feitas, (e que até tem “boas ideias”, mas que as levam adiante de forma ineficiente por conta da sua obsessão com acumular poder) o PT representa o mal absoluto, equiparável com o nazismo que, no limite, escraviza a população. Não há pontes ou contatos possíveis com o mal absoluto, deve ser rechaçado, expulso ou eliminado (“nunca tive nada com essa gente”).

No caso de Bolsonaro há também um outro elemento (ausente em Macri) que é a religião e o relacionamento com os não crentes. Bolsonaro se esforça em fazer notar que seu oponente (Haddad) “não é um verdadeiro cristão” e que desrespeita a religião, tanto quando joga fora a bíblia quanto ao se dizer crente. Bolsonaro atrela os valores religiosos com os valores morais que defende e aponta que da mesma forma que os homossexuais que votarão nele, há ateus que (mesmo sendo ateus) defendem os valores “corretos”. Enquanto os PPRD europeus e norte-americanos estão preocupados com a imigração particularmente da África e do Meio Oriente (muçulmana), o bolsonarismo está preocupado com um inimigo ideológico: a “esquerda”. Ambos os inimigos, no entanto ameaçam substituir os “nativos” e a “verdadeira” nacionalidade e cultura. Nesse sentido Bolsonaro se expressa em diversas oportunidades, apontando que o Brasil é um país conservador e cristão, portanto o ateísmo moralmente é liberal de esquerda – liberal nos costumes – é estrangeiro e ameaçador.

Para Macri, muito menos intenso nos seus posicionamentos, a ameaça é a continuidade da dominação peronista/kirchnerista que oprime autoritariamente os cidadãos, que estabelece padrões de comportamento imorais incentivando a cultura da trapaça e da preguiça, em lugar do esforço e da meritocracia. O inimigo também é ideológico, mas desde que seu grupo se coloque para além das ideologias, num cenário onde o reconhecimento do pertencimento à direita ainda é “embaraçoso”, os ameaçadores adquirem nomes específicos, certos políticos, certos militantes e certos grupos. Macri possui com o peronismo um relacionamento oscilante, pois enquanto parabeniza os governadores eleitos do seu partido que contribuíram para livrar o país do peronismo também se refere a Perón e aos “aprendizados” que ele lhe deixou,

quando fala para os sindicatos.²³⁵ Esta incorporação da *buena gente* no caso de Macri lhe permite deixar implícito que as “pessoas más” estão no grupo opositor, enquanto Bolsonaro o expressa diretamente. Seus oponentes são “tudo que há de ruim”, doentes e malvados. A corrupção, principalmente econômica, no caso do Macri e principalmente moral no caso do Bolsonaro pode ser resolvida facilmente em ambos os casos, com a troca de governo, já que são as características pessoais dos funcionários públicos a causa que gera estes problemas.

Ambos os candidatos expressam também que os seus opositores estariam incorporando falsamente ou tardiamente as próprias propostas em função da expressiva votação que eles tiveram no primeiro turno e da evidente superioridade das mesmas. Macri afirma diversas vezes que “agora” o kirchnerismo “percebeu que há inflação, que há narcotráfico” enquanto Bolsonaro afirma que o Haddad tem um “plano camaleão” que muda permanentemente, por exemplo tirando a cor vermelha do seu site ou participando de atividades religiosas.

No canal de Bolsonaro ataca-se diretamente os estudantes universitários e coloca-se que as universidades não deveriam ser lugares de militância e sim de ensino orientado ao mercado de trabalho. Similarmente, no caso de Macri, afirma-se que ele não é contrário às universidades, colocando-as como um dos elementos necessários para fortalecer o mercado e criar emprego. As universidades deveriam trabalhar junto com as empresas e o Estado na criação de estratégias desenvolvimentistas. Quer dizer, para ambos o problema das universidades é a política que deveria ser eliminada desse âmbito.

Em suma, ainda nos termos de Mudde, enquanto a identificação dos inimigos dos PPRD (os imigrantes e as suas ideias), quer dizer, aqueles “dentro do Estado, mas fora da Nação”, para as direitas sul-americanas, em maior ou menor medida o inimigo é aquele que está tanto “dentro da Nação quanto dentro do Estado”. Quer dizer, é um tipo de nativos que ameaça o povo e não um povo alheio. Estes nativos são principalmente as elites políticas precedentes, vinculadas ideologicamente com a esquerda, o PT e o kirchnerismo, mas não exclusivamente. Com eles são trazidos também grupos maiores e mais vagamente definidos, os movimentos sociais e políticos que os apoiam, as esquerdas (no caso do Bolsonaro), os acadêmicos (de forma muito tênue no caso do Macri) e, em concordância com o discurso populista definido por Casullo (2019) seus aliados internacionais, particularmente “as

²³⁵ É importante destacar que a identidade peronista é a mais arraigada e estendida das identidades políticas da Argentina – secundada pela identidade antiperonista –, e no contexto da eleição alguns grupos peronistas como o sindicato mais importante do país (CGT) eram oposição ao governo da Cristina e apoiaram a candidatura de Macri. O que explicaria que, na procura de votos, antagonizar completamente com o peronismo não fosse uma estratégia recomendável.

ditaduras venezuelana e cubana”. Diferentemente de Bolsonaro que procura agrupar um vasto número de atores numa categoria só ao apontar contra seus inimigos, Macri busca isolar nos políticos e “militantes kirchneristas” toda a sua oposição. Assim, ele não ataca diretamente contra sindicalistas, universitários, etc, mas contra os militantes que nos sindicatos ou no Estado têm comportamentos corruptos que ameaçam as maiorias para ter seu apoio (via coerção e medo). Assim, com matizes ligados à radicalidade de cada caso Bolsonaro e Macri procuram se desfazer das oposições e dos movimentos sociais com os quais não concordam.

Em terceiro lugar, outra dimensão do autoritarismo são os discursos em torno da democracia e do olhar sobre as últimas ditaduras militares. Neste caso, novamente o radicalismo de Bolsonaro é evidente, pois chega negar que o próprio golpe de 1964 sequer pode ser considerado uma quebra da democracia. Já Macri, não nega a existência do golpe de 1976 e enfatiza que continuará com os processos para a sanção dos militares envolvidos na repressão. Embora Macri procure desviar a atenção do período autoritário se referido à importância dos “direitos humanos do século XXI” a forma em que ele e Bolsonaro se relacionam com as ditaduras pertence a dois universos diferentes; o do reconhecimento da ilegalidade e ilegitimidade do período e o da comemoração.

Nesse sentido a discussão em torno dos “direitos humanos” também é expressa de duas maneiras bastante diferentes. Enquanto Macri se esforça por tirar o domínio do tema do kirchnerismo apontando que “pertencem” a uma “convicção que os argentinos decidimos ter” e enfatizando a necessidade de “avançar” para os “direitos humanos do século XXI”, Bolsonaro expressa uma concepção negativa dos mesmos. Na sua visão, os direitos humanos defendem “bandidos” e deveriam ser restritos aos *cidadãos de bem*. Além disso, contrariamente à ideia de “avanço” se expressa em oposição ao estabelecimento de “direitos especiais”, quer dizer normativas relativas aos direitos LGBTQIA+, raciais e de gênero, pois entende que estas questões são mais bem atendidas quando são ignoradas e que qualquer legislação a respeito significa uma discriminação para os outros grupos. Nessa linha, de desconhecimento do período autoritário, a própria ideia de reparação histórica, memória, e justiça vinculada aos direitos humanos – como o caso argentino – se encontra totalmente ausente e seria contraditória.

Contudo, ambos mobilizam a democracia como um valor a ser defendido – desde as suas visões. Enquanto Macri entende fazer isso a partir da sua participação nos debates, tendo uma atitude não confrontativa, garantindo as regras do jogo (na economia) e a liberdade de imprensa; Bolsonaro entende que a sua atitude democrática está ligada com ter “aceito” as regras do jogo democrático, e em defender o liberalismo (tanto na mídia como na economia) e

a propriedade privada. No entanto, ambos encontram falhas no funcionamento do sistema eleitoral das democracias nas que participam – típico movimento dos PPRD (MUDDE, 2007) e propõem que deveriam ser mudados os sistemas para evitar fraudes, o apelo mais explícito se encontra no caso de Bolsonaro. O interessante é que ambos reconhecem no sistema do outro (voto eletrônico e voto impresso) o sistema que garante eleições limpas.

O reconhecimento das oposições também expressa a aceitação das regras democráticas e o grau de autoritarismo com o que cada ator leva adiante a própria campanha. Nesse sentido, enquanto Macri legitima Scioli como sua oposição e o insta participar dos debates – mesmo que considerando-o uma expressão da vontade de Cristina Kirchner - Bolsonaro deslegitima a oposição do Haddad, considerando-o somente um “fantoche” e um “pau mandado”. Evita interagir diretamente com ele e não o reconhece como um ator legítimo. Apesar que, Scioli poderia ter sido qualificado de marionete da Cristina, da mesma forma que o Haddad foi com o Lula, Macri faz pouco uso desta imagem e se refere a ele como a “continuidade, não a mudança” (em termos do projeto político).

Em quarto lugar, o autoritarismo também se expressa no funcionamento do Estado e das instituições. Neste sentido a característica que mais sobressai em ambos os casos é a necessidade de tirar a política das instituições e do Estado e ao avanço para uma administração pública tecnocrática – baseada em verdades objetivas e indiscutíveis e na redução dos poderes e da capacidade de intervenção do Estado.

Tanto Macri quanto Bolsonaro apontam a necessidade de diminuir as burocracias e a intervenção do Estado, para facilitar a vida das pessoas e diminuir a corrupção. Bolsonaro fala diretamente em “desregulamentar”, o Estado, algo que Macri evita – hipoteticamente, entendo, em função dos laços que o termo “desregulamentação” tem na memória política argentina com o neoliberalismo menemista, do qual ele procura se afastar -, e no seu lugar afirma a necessidade de um Estado forte que trabalhe do lado dos privados, criando as condições para o desenvolvimento destes – isto também aparece, embora esporadicamente no caso do Bolsonaro: “o Estado será parceiro dessas pessoas que querem produzir e dessa maneira o emprego virá atrás”(B-53). Em suma, Bolsonaro fala diretamente em reduzir o tamanho do Estado enquanto Macri afirma que este deve ser mais eficiente.

Para ambos, os governos precedentes se empenharam para ocupar espaços do Estado com atores politicamente engajados com o seu projeto, Bolsonaro refere a isto como um Estado “aparelhado”, “petizado”, infectado, enquanto Macri aponta que os militantes kirchneristas inundaram a administração pública diminuindo a eficiência dos serviços que

deviam oferecer, tanto pela sua falta de conhecimentos técnicos, de seus objetivos políticos quanto pelo excesso de funcionários.

Por outro lado, contrariamente à noção da democracia como o âmbito de negociação e contraposição de ideias e interesses, ambos mobilizam uma estratégia tecnocrática e antipolítica para melhoramento da qualidade de vida da população. Entendem a política como responsável pela corrupção – ineficiência, lentidão, altos custos, inflação, etc. – e a redução das capacidades do Estado, seu “tamanho”, atribuições e áreas de atuação, como as melhores vias para eliminar estes problemas. Assim, oferecer o controle do Banco Central, dos organismos de controle, os processos eleitorais, e inclusive os ministérios a indivíduos não vinculados com a política, ou seja, “neutros” e “técnicos” se apresenta como uma mudança possível e desejável. Em termos do fortalecimento dos governos, ambos apontam para a necessidade de acabar com as reeleições e Bolsonaro adiciona a necessidade de reduzir o número de parlamentares. Em ambos os contextos o imaginário dos custos da “maquinaria do Estado” e seu peso nas contas públicas serve como argumento para estas reduções.

Para eles há uma contraposição irresolúvel entre ideologia e técnica/conhecimento, pois a ideologia, a militância e, em suma, a política são rechaçadas. Para eles, a ideologia pertence sempre à esquerda. Ser de direita, neste contexto é querer resolver os “problemas sem fazer política”, embora Macri não reconheça o pertencimento na direita. Mesmo que Bolsonaro entenda que há conflitos ideológicos na sociedade, diferentemente do Macri que entende que não há mais conflitos ideológicos,²³⁶ a questão é que para resolver os problemas, ambos apontam que se precisa tirar a “ideologia do meio”.

7.1.3 Nativismo e neoliberalismo subalternos

O nativismo é uma categoria chave da conceituação de Mudde (2007) que entende que esta dimensão dos PPRD sustenta que os Estados devem ser habitados exclusivamente por membros dos grupos nativos (a nação) e que os elementos não nativos (*aliens*) - pessoas e ideias - são fundamentalmente ameaçadores da homogeneidade do Estado. Descrita desta maneira, apesar de declarações patrióticas, a origem das pessoas, empresas e ideias, não é uma preocupação para Macri ou Bolsonaro *per se*, na maioria dos casos. De fato, as menções à imigração são quase nulas nos dois casos. Macri reage às perguntas dos eleitores sobre a imigração, reconhecendo a importância e valorizando os migrantes, enquanto no canal de

²³⁶ Ao ponto que chama os eleitores da esquerda para se unir com ele no segundo turno.

Bolsonaro é somente Carvalho quem fala da questão, mas no contexto dos Estados Unidos. Já as referências a outras nações mobilizadas nos canais são utilizadas como exemplos positivos que as próprias nações deveriam adotar, e não como ameaças, fora o caso específico da Venezuela.

Nesse sentido, no lugar do nativismo, Bolsonaro e Macri expressam um critério subalterno de delimitação dos grupos que serão inclusos no *nós* e no *eles*, que implica uma subalternização da própria nação diante das nações estrangeiras superiores. Esta acontece de três maneiras diferentes. Em primeiro lugar, há uma valoração positiva das influências estrangeiras para o país em termos de valores culturais e morais, e étnicos assim como de *importação* de políticas públicas e admiração de bens e serviços estrangeiros. Em segundo lugar, a subalternidade se expressa na crença de que uma aproximação mais estreita com os países do Norte global é intrinsecamente desejável e benéfica para o país, entendendo a aproximação como o incremento dos intercâmbios comerciais políticos e diplomáticos. Em terceiro lugar, a subalternidade se expressa na desconfiança e desvalorização contra os grupos sociais, valores morais e culturais do próprio país. Para descrevê-las aqui chamo cada uma destas dimensões como; *admiração*, *fé* e *segregação*, respectivamente. Deve se levar em consideração que estas são dimensões analíticas que se mostram misturadas - e implícitas - no discurso, de forma que a explanação dos termos a seguir tem por finalidade somente o entendimento das categorias.

A *admiração* se expressa nas falas dos candidatos que utilizam como exemplo de cursos de ação políticas e comportamentos dos países centrais e, eventualmente, de outros países da América Latina. Um elemento importante desta admiração é a falta de percepção crítica do contexto social, histórico, geográfico e econômico no qual determinadas políticas ou comportamentos tem lugar. Ambos os candidatos expressam uma admiração para com as lideranças e países estrangeiros. Mas enquanto Bolsonaro o faz de maneira explícita, reconhecendo “gostar de Trump”, Macri o expressa de maneira mais contida e velada, como parte de um processo de negociação e aprendizado internacional, “temos que fazer como eles” ou “temos que nos unir com eles”.

Em relação ao nativismo dos PPRD europeus e norte-americanos, em termos da relação entre ideologias e valores nativos e estrangeiros, há também uma posição subalterna de admiração. A origem dos valores mobilizados em ambos os casos, ou seja, o neoliberalismo cristão, não é questionada em prol da defesa de valores nativos ou originários, como a teoria aponta. Não há um questionamento à hegemonia cultural europeia ou norte-americana, na mídia, no cinema, nas produções acadêmicas ou em algum outro plano. De fato,

são mobilizadas referências estrangeiras para sustentar visões nacionais; *se eles fizeram de x maneira, nós devemos fazer de x maneira*. Não há também, uma contestação sobre a origem colonial desses valores e crenças nos países (Argentina ou Brasil), mas uma incorporação passiva dos mesmos e um horizonte de maior assimilação com estes países, de maneira periférica, subalterna. A admiração atinge no Macri o patamar da defesa dos interesses estrangeiros (que também pode ser lida como a defesa dos valores do livre mercado). Durante a campanha e ainda que apontando que não será feita uma nova privatização das empresas estatais afirma que YPF foi *confiscada* dos espanhóis. Quer dizer, roubada. Apesar de que o Estado argentino pagou pelas ações da companhia.²³⁷

A *fé*²³⁸ no potencial benéfico do contato com as nações admiradas fica expressa na necessidade de *retornar* ou se *integrar* ao mundo sem maiores justificativas. Sustenta-se que *per se*, o maior contato com as nações poderosas será uma influência positiva para a economia e a sociedade nacional. O objetivo é voltar para *o mundo*, e esse voltar para *o mundo* por si só já explica tanto o estado de exterioridade do mundo quanto os benefícios de retornar.

Nos PPRD a oposição à globalização está vinculada com a defesa da identidade nacional (nativismo), já que um mercado global significa que os estrangeiros poderiam influenciar a economia nacional, incorporar seus costumes, e conseqüentemente mudar as tradições nativas. A ameaça da globalização política e cultural, tão presente nos PPRD, não é mobilizada nem por Bolsonaro nem por Macri, nos materiais analisados, inclusive porque estes recomendam olhar para fora e aprender dos outros países (desenvolvidos) para melhorar o próprio. Não há nestes um medo pelo “apagamento” da cultura nacional, mas pelo contrário, um interesse em incorporar os valores alheios para melhorar os próprios a partir dos exemplos dos “países bem-sucedidos”.

No mesmo sentido, podem ser entendidas as reclamações que tanto Bolsonaro quanto Macri fizeram contra “os negócios com viés ideológico” ou o “isolamento” do resto do mundo, entendendo por “resto do mundo” em primeiro lugar os países do Norte global e por “isolamento” o controle dos fluxos exportadores de matérias prima. A hierarquização do estrangeiro fica nítida ao considerar que a cooperação Sul-Sul e os intercâmbios no âmbito do MERCOSUL experimentaram um forte crescimento, e benefícios concretos para ambas as nações, durante os governos kirchneristas e do PT. Na relação comercial com países similares

²³⁷ Bolsonaro, já no seu governo fará diversas concessões para os Estados Unidos com virtualmente nenhum ganho para o país. Veja-se: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51121488>

²³⁸ A mobilização de um conceito de reminiscências religiosas não é fortuita. Ele é colocado aqui para indicar que a confiança depositada pelas lideranças subalternas na mera aproximação com as potências estrangeiras como uma força benéfica pode ser vista de forma quase mística ou religiosa.

Argentina e Brasil tendem a ter um superavit comercial que não se encontra no comércio com Europa e Estados Unidos. A priorização de uma relação desvantajosa de exportação de commodities e importação de produtos industriais somente se entende ao considerar a hierarquização dos países.

Assim como a maioria dos PPRD descritos por Mudde (2007) na Europa do Leste, Bolsonaro olha com desconfiança para as organizações supranacionais, particularmente a ONU e aponta que não pode abrir mão totalmente do MERCOSUL por conta dos grandes investimentos feitos nele, mas não expressa um interesse ou valoração especial pela instituição. Já Macri, mais moderado, destaca o papel do MERCOSUL na projeção internacional (para o mundo) da Argentina. Contudo é importante apontar que enquanto a União Europeia possui alguma capacidade de estabelecer leis e normas nos países onde os PPRD lhe são contrários, isso não acontece na América do Sul, já que o MERCOSUL atua centralmente nas questões comerciais, e não se vê no horizonte próximo a possibilidade de unificação política, monetária ou administrativa. Nesse sentido, não se preocupam pela ameaça à autoridade presidencial por parte de organismos supranacionais.

O mesmo acontece em termos da religião. Macri e sua equipe fazem poucas referências a Deus ou à igreja, no entanto os valores religiosos aparecem como valores culturais gerais, não questionados, e não ligados com uma religião específica. Já Bolsonaro enuncia à religião cristã a fonte dos seus valores morais e sua orientação política, mas em lugar de destacar o cristianismo como contraposição a outros credos – como fazem os PPRD europeus – aqui a religião defende um conjunto de valores morais específicos. Através da sua cruzada contra o socialismo, que liga o capitalismo com a religião, Bolsonaro permanentemente mobiliza a defesa da religião e Deus através da “defesa da família” e passa também a ideia de que os valores da religião são equivalentes aos valores sociais gerais, não por não existirem outros, mas por serem majoritários e, portanto, terem o direito de dominar.

Mauricio Macri é quem mais se preocupa em fixar a necessidade de *retornar ao mundo* embora seja Bolsonaro quem de forma mais explícita aponte como o contato com o *primeiro mundo* seria benéfico para o país. O principal tema na relação com outros países é a troca comercial, na qual - quase – todos os países são considerados parceiros viáveis, com os quais fazer negócios irá beneficiar o próprio país. O grande argumento de Macri para sustentar sua política econômica usa como exemplo de sucesso imitar os países do Norte global, e em menor medida aos países latino-americanos – apontando as limitações do governo kirchnerista em não ter atingido determinados objetivos que nossos vizinhos conseguiram – e, Bolsonaro traz exemplos fundamentalmente dos Estados Unidos, Israel ou

Japão. Ambos apontam: “temos que fazer como fizeram eles”, e “nós desperdiçamos as oportunidades que eles aproveitaram”.

Mas a relação com estes centros de poder não se estabelece de forma horizontal, mas hierárquica. Somos *nós* que devemos facilitar que eles venham investir, *nós* devemos ser atrativos para eles. Nesse sentido, falando sobre a reciprocidade de vistos estabelecida pelo PT, Bolsonaro aponta:

“Tem certos países que você tem que dar o direito ao visto de turista sem a reciprocidade. Ninguém da Suécia, dos Estados Unidos, do Japão, da Coreia do Sul quer vir aqui para o Brasil procurar emprego e ficar aqui, eles querem fazer o turismo e ir embora, então, nós devemos facilitar esse visto, visto eletrônico, poderia ser nesse sentido” (B-24).

No trecho, Bolsonaro entende que ninguém, originário dos países admirados, poderia ter desejo ou vontade de morar no Brasil e que o interesse no país não pode ultrapassar um período de turismo exótico. Temos que nos submeter ao que for necessário para atrair sua atenção e interesse.

Para ambos há uma necessidade de criar *confiança* nas potências estrangeiras para que, a partir daí nos ofereçam (*abençoem*) a possibilidade de *ingressar no mundo*. Esta lógica está no centro do discurso de Macri, por estar mais relacionado com a economia, mas aparece explicitamente também em Bolsonaro. Em palavras de Macri; “o mundo está dizendo, a Argentina retorna, a Argentina está pronta para iniciar o caminho de crescimento que irá levá-la ocupar seu legítimo lugar” (M-3) já o Bolsonaro, afirma “Brasil não será mais motivo de chacota junto ao mundo” (B-34).

As falas de Macri lembram constantemente a falta de crescimento do país, a perda do valor da moeda diante do dólar, e a necessidade de trazer investimentos externos. Mesmo que Bolsonaro seja mais explícito nos posicionamentos neoliberais, no seu discurso a economia tem um lugar secundário e subsidiário das questões ideológicas,²³⁹ ambos entendem que o mercado reagiu positivamente ao seu sucesso no primeiro turno e que este irá lhes apoiar. Ao tempo que Macri afirma que é necessário um Estado forte que equilibre o mercado e que a economia funciona quando Mercado e Estado trabalham juntos, diferentemente do Bolsonaro que aponta que o Estado deve ser reduzido e que é somente o Mercado – os empresários heroicos –, que criam empregos.

²³⁹ Apontando, por exemplo, que o PT “emprestou dinheiro do BNDES para ditaduras por todo o mundo”.

Já a *segregação* se expressa na delimitação de inimigos internos que, apesar de serem membros tanto da Nação quanto do Estado, procura-se enquadrar como *estrangeiros*. Tendo estabelecido a relação de subalternidade com as potências estrangeiras em temas principalmente culturais (quais valores, políticas, e ações devem ser incorporados) é este o último ponto a ser explorado. Embora seja de grande interesse é o de mais difícil aprofundamento a partir dos materiais coletados. Isto porque uma das dinâmicas dos discursos eleitorais é a tendência à aglutinação e inclusão de atores/eleitores de forma que a estrangeirização de alguns atores deve ser procurada nas entrelinhas do discurso.

Bolsonaro e Macri enxergam um tipo de estrangeiro diferente do visto pelos PPRD europeus e norte-americanos, o migrante interno e o estrangeiro moral. Esta exclusão não é expressa explicitamente nos discursos eleitorais desde que estes *estrangeiros* ainda têm o direito de votar, mas é visível a criação das fronteiras em cada caso. Para Bolsonaro este estrangeiro, o migrante interno, é caracterizado como o nordestino e o indígena e aqueles possuidores de uma moralidade não tradicional. Enquanto para Macri é o Bonaerense (cidadão do estado de Buenos Aires). Nesse sentido, lembra-se do discurso de Bolsonaro, ao falar com seus eleitores do Piauí “que *vocês* são tão *iguais* como *nós* aqui no Sudeste” (B-24, itálicas minhas), algo que repete ao falar com os indígenas ao apontar que “*vocês* são tão brasileiros como *nós* e têm todo o direito de explorar a terra de vocês (B-14). Aqui, além da fronteira divisória entre *nós* e *eles*, explicita-se que a passagem para a inclusão é determinada atividade. *Vocês serão mais nós quando se vincularem à terra da nossa maneira*. Mas é com a esquerda, os inimigos morais, que expressa a exclusão de maneira mais explícita: “esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria” (B-34).

Já em Macri, percebe-se o esforço por diminuir a delimitação criada entre um *nós* próprio da cidade de Buenos Aires – rica, de descendência europeia, culta, *civilizada* – e o *eles*, próprio dos cidadãos do Estado de Buenos Aires e do *interior* do país – pobres, de descendência latino-americana, incultos, *bárbaros*. Os habitantes do Estado de Buenos Aires foram, durante o governo de Macri na prefeitura da cidade, enquadrados como invasores que se aproveitavam dos serviços públicos oferecidos pela mesma. Contudo, nos vídeos analisados, Macri se mostra “feliz” de poder recebê-los. No entanto entende que é uma falha do Estado que os mesmos procurem os serviços da cidade. Esta mudança de posicionamento, assim como a “aceitação” das empresas estatizadas aponta para uma vergonha da direita neoliberal e para o amplo apoio que algumas políticas ainda tinham na Argentina.

A ideia, propositalmente colocada aqui, de “civilização” e “barbárie” não é nova às classes médias e altas da cidade de Buenos Aires, alastrando-se até a origem da Nação Argentina. Cristalizada no livro *Facundo* de 1845 de Domingo Faustino Sarmiento (presidente da Argentina entre 1868 e 1874) a divisão civilização/barbárie, ainda hoje permanece vigente no imaginário de uma parte da sociedade argentina. Por outro lado, ao se referir ao racismo, machismo e misoginia, Bolsonaro e Macri falam sobre estas questões com o intuito de reforçar que não teriam qualquer tipo de preconceito ou rejeição, mas criam uma divisão entre *nós* e *eles* suficiente para enxergar o não pertencimento dos segundos ao mundo proposto para o *nós*.

Em termos do *rechaço* ao estrangeiro típico dos PPRD, apenas Venezuela é colocada em ambos os discursos de maneira semelhante, mas a inimizade não se orienta à população (os imigrantes). Os venezuelanos, inclusive, são entendidos como vítimas da ditadura do país, apoiada pelos kirchneristas ou pelo PT. O desprezo se dá contra o governo venezuelano em tanto “autoritário, antidemocrático, socialista”. Enquanto Macri traduz seu rechaço aos termos predominantes na Argentina, apontando que Venezuela não estaria respeitando as regras democráticas, Bolsonaro destaca principalmente a ideologia do governo.

Nas nações repelidas por Bolsonaro também se incluem China, Cuba e em menor medida Rússia, dada a história socialista destes países. Como referido no caso de Mussolini no discurso de Carvalho, o pertencimento à esquerda parece agir como um vírus ou uma condição da qual não é possível sair, uma vez que se teve contato com ela. Bolsonaro expressa uma lógica antagonista característica dos anos da Guerra Fria que enxerga aos seus oponentes como inimigos absolutos (vinculando-os com países - Rússia, Venezuela, China e Cuba – e ideologias específicas – comunismo, socialismo), próxima daquela dos PPRD do Leste europeu descrita por Mudde (2007).

Macri parte de uma lógica pós-Guerra Fria – na qual os grandes relatos foram derrubados pelo triunfo do capitalismo – mais próxima à ideia do “fim da história” como descrita por Francis Fukuyama (2015), na qual aos *homens modernos* somente lhes resta reconhecer esta verdade e agir conforme a mesma, sem utopias socialmente revolucionárias. Ou seja, Macri entende que não há mais ideologias, o que devemos fazer é ser os mais eficientes possíveis no uso dos recursos dentro das regras do jogo estabelecido.²⁴⁰

²⁴⁰ Em 2009 o filósofo britânico Mark Fischer, publicou o livro chamado “*Capitalist Realism: Is There No Alternative?*”. Onde analisa esta visão ideológica do capitalismo moderno, na sua versão em português o título inclui uma das citações mais popularizadas do autor “É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?”.

Outras dimensões do nativismo também se expressam de maneira diferenciada – em relação à teoria –, em função da subalternidade, nos casos analisados. Em Bolsonaro, por exemplo, o bordão “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” está mais perto de um nacionalismo religioso que do nativismo do “Alemanha para os alemães”, com o qual Mudde exemplifica o posicionamento dos PPRD. Mas, não implica que para Bolsonaro, o relacionamento com os seus inimigos seja de entendimento e cooperação. O desejo de expulsão dos inimigos se mantém, a partir do pertencimento moral, religioso e ideológico e não, principalmente, do pertencimento nacional. Nesse sentido, a imigração não é uma questão para Bolsonaro, pelo menos, não o suficientemente relevante para ele mencioná-la diretamente. Já no caso de Macri, as referências são escassas; seu bordão (“*si se puede*”) orienta-se para a dimensão econômica e individualista. A Argentina como Nação ou País é lembrada diversas vezes, mas não com o intuito de excluir os estrangeiros ou algum outro grupo social. Frases do tipo “vamos construir a Argentina que sonhamos” ou “confio nos argentinos que podem trabalhar e progredir”, são recorrentes.

Contudo o eixo divisório típico do populismo é mantido, mas adaptando o critério. Enquanto para os PPRD europeus e norte-americanos a imigração (nativista) é a questão central, para Bolsonaro é uma questão moral e para Macri o foco está na economia. Sinteticamente pode-se dizer que enquanto para Bolsonaro a questão é “defender a família” para Macri a questão é “recuperar a confiança”.

Por exemplo, um elemento característico dos PPRD é a delimitação dos justos beneficiários dos programas sociais (quando existentes), separando entre os nativos, mercedores dos mesmos, e os estrangeiros, que não deveriam usufruir desse benefício. Nos casos analisados esta divisão não aparece, e a delimitação das ajudas sociais está relacionada a outra característica dos beneficiários, serem *ciudadãos de bem e buena gente*. Em qualquer caso, para Macri, os programas sociais existentes são condenados à extinção em função da futura criação de emprego. Já Bolsonaro, enfatiza a necessidade de acabar com as “fraudes” e delimita os legítimos beneficiários dos recursos do Estado em função dos seus posicionamentos ideológicos. Determinados artistas, ONGs, militantes de movimentos sociais e outros atores são identificados como aqueles que não mais receberão recursos.

Em termos da meritocracia, entendida como inerente aos nativos no discurso dos PPRS, Bolsonaro e Macri expressam um entendimento tipicamente liberal da mesma. Não diferenciam entre nativos e estrangeiros, mas entendem o sucesso econômico como resultante somente do esforço pessoal (sem outras dimensões intervenientes). Por exemplo, Bolsonaro entende que o racismo, a homofobia, a misoginia, não existem realmente como problemas

sociais e que cada indivíduo atinge sucesso a partir do seu mérito. Ao mesmo tempo entende que a mobilização das referidas divisões sociais corresponde a uma visão ideológica errada que procura beneficiar injustamente estes grupos. Para Macri a meritocracia é também entendida desta forma, mas há o reconhecimento da existência das discriminações – particularmente o machismo e a violência de gênero – e o entendimento de que no seu governo serão combatidas e resolvidas, pois ele mesmo se relaciona com seus funcionários(as) “olhando somente para o seu trabalho”.

Paralelamente, nem Macri, nem Bolsonaro, se reconhecem como portadores de preconceitos de gênero, raça ou sexualidade, mas por distintas vias. Por exemplo, enquanto Macri se mostra como não racista a partir da inexistência da questão racial na Argentina, Bolsonaro o faz procurando demonstrar que não possui nenhum tipo de preconceito com as pessoas negras. Seu argumento possui duas dimensões explicativas, por um lado ele não é racista, pois tem um sogro negro, e por tanto, sua filha “tem sangue negro” e por outro lado, por ter tido uma longa trajetória no exército.

Em relação à questão de gênero as respostas em ambos os casos diferem em termos da intensidade da sua expressão, mas, como dito anteriormente, enxergam às mulheres em papéis sociais similares. As mesmas são principalmente como mães ou vítimas, estando as questões priorizadas pelo movimento feminista (a valorização do trabalho doméstico, o assédio laboral, o aborto, entre outras) ausentes em ambos os discursos ou sendo diretamente confrontadas. A questão relativa à sexualidade, por outro lado, encontra-se virtualmente ausente nos vídeos de Macri, que após reconhecer o direito do casamento homoafetivo, não foi questionado sobre o assunto.

Já no discurso de Bolsonaro, a questão aparece repetidamente em perguntas e de maneira espontânea. Bolsonaro pretende, “demonstrar” não ter preconceitos, contudo, como já apontado, sua defesa sustenta-se na ideia da “proteção das crianças” contra ideias de gênero e sexualidades desviantes da norma heterocentrada conservadora. Neste caso os valores cristãos são mobilizados contra aquilo que *os agride* embora não seja uma religião oposta e sim ideologias (que, como a comunista, podem ser “ateias”). Nesse sentido, percebe-se que, mais nitidamente no Bolsonaro, há uma divisão do mundo entre elementos – valores, crenças, etc – em termos do sagrado tanto fasto, quanto nefasto. Enquanto alguns valores – como a “família” – são sagrados fastos, puros, e por cuja proteção é necessário lutar, outros como – o direito ao aborto ou a legalização das drogas – possuem tanto quanto o primeiro a qualidade de serem valores inalterados, imutáveis, afastados das pessoas comuns, mas neste caso impuros e merecedores de lutar para impedi-los.

Finalmente é importante notar que em ambos os casos, apesar de não ser tematizada a imigração como um perigo, há uma relação entre drogas e fronteiras. As drogas são sempre trazidas do exterior e a principal medida de proteção contra o tráfico é o policiamento das fronteiras. Quer dizer, que a ameaça existe no exterior, contudo, a ameaça externa das drogas não é geral, mas localizada em um grupo de países limítrofes (da Argentina e do Brasil) entendidos como produtores de entorpecentes. Não há em definitivo uma ameaça geral da imigração e, além disso, também não se considera que uma vez no território nacional sejam somente os estrangeiros a vender as drogas.

7.2 DAS IMAGENS

A Análise do Discurso levada adiante nesta tese, feita a partir de vídeos, apoiou-se numa análise de imagens não sistemática. Foi percebido que algumas das características visuais particulares de cada um dos candidatos, contribuíram na construção dos seus discursos. Através do corpo, a voz, as vestimentas, a iluminação, qualidade da imagem, a escolha dos cenários, a duração dos vídeos, e as suas fontes. A partir desta análise pude reforçar a maioria das interpretações surgidas na análise dos discursos.

Macri e Bolsonaro escolheram formas distintas de se apresentar para os seus públicos, representando identidades diversas. Esta escolha, intuo, esteve orientada pelas próprias características do grupo de pertencimento (valores, ideais, etc.), mas fundamentalmente pela expectativa de que contribuíssem no resultado satisfatório da eleição.

Assim, Bolsonaro se apresentou, na maioria das vezes de jaqueta de moletom, camisas polo, majoritariamente de cores sem estampa - branca, azul escuro e preto – e camisetas partidárias amarelas tipicamente usada pelos apoiadores da campanha – que incluíram frases como “meu partido é o Brasil” (B-44) ou “minha cor é o Brasil” (B-14) – mas nunca de terno e gravata. Nesse sentido, percebeu-se que Bolsonaro apresentou uma estética, similar à de seus apoiadores, não se criando uma distância entre o “candidato” e os “eleitores”. Veste-se como “o povo”, de forma a parecer mais sincero, autêntico e próximo dele, distinto dos “políticos”.

Na maioria das oportunidades deu entrevistas ou gravou os vídeos desde o que parecia ser a sua casa, com iluminações e qualidades de vídeo baixas, incluindo edições de vídeo de má qualidade, e onde se viam os celulares com os que as gravações eram feitas – o que entendo foi uma aposta pela identificação (LEWIS, 2020). Os elementos das imagens, como as bandeiras coladas com fita na parede, folhas espalhadas, livros, xicaras ou a raquete para

matar mosquitos na mesa, destacavam a falta de organização, preparo e orçamento (aparente) investidos na campanha. Os cenários, tanto de interiores ou exteriores mantiveram a mesma qualidade da imagem, parecendo os fundos da própria residência de Bolsonaro ou a sala da sua casa.

Já nas publicidades sem candidatos percebeu-se uma edição simples feita tanto sobre imagens alheias quanto com locutor e imagens próprias, sem uma música que padronizasse a campanha. Além da sua vestimenta simples, Bolsonaro nem sempre se apresentou arrumado e maquiado para as câmeras. As imagens após o atentado o mostraram debilitado e desajeitado. Em algumas entrevistas, diante de perguntas sobre políticas específicas (economia, emprego) duvidou e hesitou antes de dar uma resposta – que em algumas oportunidades consistiu em elevar o tom de voz e demonstrar raiva diante do questionamento – de maneira que inclusive as respostas pareceram espontâneas. Bolsonaro expressa uma grande indignação e irritação ao falar de Haddad ou do PT ou das propostas da esquerda (p. ex. “ideologia de gênero”), momentos nos quais se exalta, aumenta o tom de voz e fica aparentemente nervoso. Como se a injustiça da qual está falando o fizesse “perder o controle”.

Por exemplo, numa entrevista de rádio convertida, cujo vídeo no canal foi chamado de “Bolsonaro silencia entrevistadores tendenciosos”, começa ficar nervoso enquanto é questionado sobre o seu posicionamento em relação à igualdade salarial entre homens e mulheres. Pergunta para a jornalista “onde eu falei isso?”, ao que a jornalista aponta que “num programa de televisão”. Bolsonaro, elevando a voz aponta “não, para aí, que televisão?”. Após a repergunta da jornalista, e a evidente exaltação do candidato, escuta-se a voz de outro jornalista que disse “o Kennedy, vamos perguntar sobre os ministérios...” (B-66).

A irritação contra o PT e à esquerda aparece também nos vídeos de apoiadores compartilhados no canal. Estes se permitem expressar xingamentos sem censura e emotivamente carregados contra o PT e a esquerda. Por exemplo, um motorista relata ter sofrido um assalto e afirma “esta *porra* ficou assim depois de 14 anos de PT, vamos admitir isso. Essa *merda* está assim depois de 14 anos dessa *porra* de partido *desgraçado*, com suas políticas assistencialistas para comprar voto, não mudaram *porra* nenhuma” (B-7).

Todos estes elementos apontaram para passar a ideia de baixo investimento humano e econômico na organização da campanha, e mais uma ideia colaborativa vinda de “baixo”. Alguns vídeos compartilhados, de fato, foram produzidos por pessoas não relacionadas com a campanha, quer dizer, apoiadores. Considerando que Bolsonaro teve uma votação mais expressiva entre o grupo social semelhante com ele, quer dizer, homens, brancos, heterossexuais, evangélicos, com renda média ou superior, é convincente acreditar que sua

estratégia (embora possa não ter sido proposital), procurava criar uma identificação – um reconhecimento – entre o candidato e seus eleitores. Em suma, Bolsonaro compartilhou vídeos dele que “poderiam ter sido feitos” da mesma maneira pelos seus apoiadores e compartilhou também vídeos que foram, de fato, produzidos por estes.

Macri, por sua vez, apresentou um tipo de conteúdo bem homogêneo, entre as produções próprias e as participações na mídia. Manteve uma vestimenta formal, arrumada e se expressou de maneira clara e correta, para além das suas limitações na dicção (que foram tema de discussão e piadas ao longo das entrevistas), com uma linguagem simples, mas respeitosa. Os vídeos próprios, de alta qualidade, mantiveram uma estética própria e identificável, organizada e “limpa” e tendo no geral uma duração semelhante. Os cenários, tanto de interiores ou exteriores mantiveram a mesma qualidade da imagem e não referiram, nas publicidades, aos domicílios particulares dos candidatos.

Já nas publicidades sem candidatos percebeu-se uma edição feita por profissionais, combinando harmonicamente as músicas, as falas e as imagens. Neste sentido é interessante destacar a música utilizada nos vídeos de campanha, especificamente desenvolvida para estes fins a qual conta com uma melodia “chiclete” e uma letra que destaca por alguns elementos:

“Um novo horizonte que acorda, uma manhã nova, um sol que espreita, esperança. Uma ponte que te aproxima, uma impressão que floresce, as mãos que se apertam forte...oh, uh, oh... joga no vento as novas sementes, e deixa que a terra traga a alegria com a nova vida. É tempo de nos olharmos, celebrar a vida, acompanhar teus passos sempre...oh, uh, oh... Tenho uma música, e duas mãos para te abraçar, eu quero te dar tudo que falta, abriam-se as fronteiras, içaram-se bandeiras e em cada canto estou com você...oh, uh, oh... estou com você”.

A música foi utilizada principalmente nos vídeos difundidos na mídia e acompanhada por imagens dos candidatos em atos públicos ou caminhando pelas ruas em contato com “o povo”, todos sorrindo e abanando bandeiras ou cartazes. Em consonância com o resto da campanha a música reflete o estado de ânimo que Macri se esforça por dizer que a população tem. A música mobiliza imagens, através da sua letra, de amanhecer, de um novo dia, novas oportunidades. Ao mesmo tempo que remete à ideia de deixar para trás a noite, quer dizer, um momento obscuro, tenebroso, assustador. A música aponta que o dito surgimento para o novo dia não acontece na solidão, há alguém que nos acolhe, abraça, recebe, ajuda. Alguém que criando pontes, cria oportunidades novas de que o novo dia seja mais promissor e melhor que o antigo. Inclusive a ideia de novidade, repetida incessantemente, conecta com as ideias de modernidade, eficiência, motivação e, se contrapõe àquilo que é velho e, normalmente, menos útil, menos interessante, gasto, ultrapassado (uma ideia que se mobiliza repetidamente nas entrevistas).

Em termos da sua estética pessoal, Macri (assim como a sua equipe) apresentou-se sempre de camisas sociais de cores lisas e em algumas oportunidades vestindo terno. Sempre arrumado e maquiado para as câmeras, nunca duvidou ou hesitou antes de dar uma resposta ou perdeu a compostura. Em termos estéticos, é interessante destacar também a forma como foi retratado o relacionamento de Macri com a sua esposa Juliana que, embora não sendo candidata teve uma participação significativa na campanha, emitindo opiniões sobre a mesma e sobre as mudanças políticas necessárias. Nas suas aparições se manteve na maioria do tempo de mãos dadas – de maneira ostensiva, quer dizer, com as mãos no centro da imagem – com Macri. O relato sobre relacionamento – a origem, o dia a dia, o papel “dele” como pai – foram também questões muito recorrentes nas entrevistas.

Todos estes elementos mostraram grandes investimentos econômicos e de recursos humanos na produção, homogeneização e padronização da campanha. Desta maneira, os vídeos exibiram um alto grau de planejamento e sofisticação atrás deles. Entendo que a estratégia mobilizada por Macri e a sua equipe foi, não a identificação do candidato - apesar de que alguns valores como o “trabalho”, o “esforço”, “tenacidade” estiveram presentes – mas a ascensão. Quer dizer, não representou o povo que é como ele, mas uma imagem do que o povo “pode vir a ser”.

É interessante notar que em ambos os contextos à construção da própria imagem do candidato pode ser entendida como uma reação direta aos seus inimigos. Nesse sentido, tendo enquadrado o kirchnerismo como um movimento violento, populista e intolerante, a retórica de Macri permanentemente afirma a sua capacidade de “dialogar” e “escutar” assim como de evitar o conflito e ser flexível nos seus posicionamentos. Nesse sentido, e embora o próprio Nestor Kirchner já tivesse falecido no tempo da campanha, a respeito dos códigos de vestimenta formais se contrapôs com a imagem de “homem do povo” construída por este durante seu governo. Por outro lado, Bolsonaro se enfrentou com um partido que, apesar de ser descrito por ele como violento e autoritário, não exibiu uma retórica populista e conformacional tão forte quanto o kirchnerismo, e que se encontrava na defensiva, após sofrer o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. A partir disso, Bolsonaro expõe uma retórica mais ativa, fortemente confrontativa e dicotômica.

Finalmente, em termos da relação com outros países, é notável que enquanto os vídeos de Macri não oferecem nenhum conteúdo visual, nos vídeos de Bolsonaro podem ser vistos alguns elementos. Por um lado, no vídeo em que aparece com Luciano Hang²⁴¹ (B-74) este se apresenta com uma camiseta que possui a bandeira brasileira e a venezuelana, ambas têm uma inscrição embaixo, que por conta da má qualidade do vídeo é impossível ler, e em outra oportunidade aparece também, no fundo, uma *Menorá* que pode ser vinculada ao desejo expresso de Bolsonaro de se aproximar do Estado de Israel.

²⁴¹ Hang é o dono das lojas Havan caracterizadas por ter a aparência da Casa Branca e contar com uma réplica grosseira da Estátua da Liberdade na entrada das mesmas. Personagem caricato, Luciano Hang é popularmente conhecido como o “véio da Havan” e participa ativamente em favor do bolsonarismo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 9 de julho de 2016, já na presidência, Mauricio Macri discursou no ato pelo Bicentenário da Independência Argentina. Apesar de convidados, nenhum presidente da América Latina participou do evento, quem sim aceitou o convite foi o Rei Emérito da Espanha, Juan Carlos. Foi para ele que Macri dirigiu o que seria uma das suas falas mais lembradas. Os independentistas argentinos – que combateram contra o domínio espanhol -, disse Macri: “deviam ter angústia de tomar a decisão, querido rei, de se separar de Espanha”.²⁴² Na sua interpretação, aqueles que organizaram um exército para combater as forças colonizadoras espanholas estavam tristes por não mais ser dominados por aquele país.

O exemplo precedente assim como muitos outros podem ser rastreados nos discursos e nas ações dos governos de Bolsonaro e Macri, já que as lógicas presentes neles não se restringiram aos períodos eleitorais de 2015 e 2018 analisados aqui. Pelo fato de ainda hoje as direitas estruturarem seus discursos nos mesmos valores e nas mesmas lógicas é que este trabalho tem atualidade e pode contribuir com esta área de estudo.

Quando comecei a escrever esta tese, Bolsonaro parecia um líder de direita misógino, racista e homofóbico que, apesar de demonstrar simpatia por Macri, não possuía grandes pontos de contato com este, que era somente um empresário neoliberal. Nesse momento inicial, tentar comparar os dois casos parecia querer forçar a realidade para aproximar empirias de natureza diversas. Porém, o contexto no qual cada uma das campanhas eleitorais aconteceu se apresentava como terreno fértil para uma comparação. Ambos os líderes disputaram eleições nacionais após períodos prolongados de governos de centro-esquerda que se encontravam desgastados tanto pela acumulação de erros e a persistência de problemas sociais – alta inflação (no caso argentino), desemprego, insegurança, crise interna da aliança governamental, mobilizações sociais, etc. –, quanto pelo conflito e descrédito comandados pela mídia hegemônica que, dentre outros elementos contribuíram para incrementar as oportunidades da direita de retornar ao poder. A partir desse contexto inicial a pesquisa avançou na comparação dos elementos mobilizados nos discursos eleitorais para apontar que nenhuma destas duas lideranças políticas era somente o que eu imaginava originalmente, e que as lentes a partir das quais eu tentava olhar para elas desconsideravam elementos importantes da caracterização.

²⁴² Íntegra do discurso disponível em: <https://www.casarosada.gob.ar/informacion/discursos/36724-palabras-del-presidente-mauricio-macri-en-el-acto-por-el-bicentenario-de-la-independencia-en-tucuman>

Guiiei-me inicialmente pelo trabalho de Cas Mudde e a sua conceituação dos Partidos Populistas Radicais de Direita. Conceituação que possui três elementos principais a partir dos quais os partidos (e movimentos) são analisados: o autoritarismo, o populismo e o nativismo. O *populismo* é definido sinteticamente como uma “ideologia fina” que delimita principalmente dois grupos (*nós* e *eles*) internamente homogêneos em que é dividida a sociedade; o *autoritarismo* é definido como um apego à lei e à ordem e uma procura por soluções policiais; e, o *nativismo*, elemento central, se entende como a ideologia de um nacionalismo e patriotismo extremamente xenófobo e excludente.

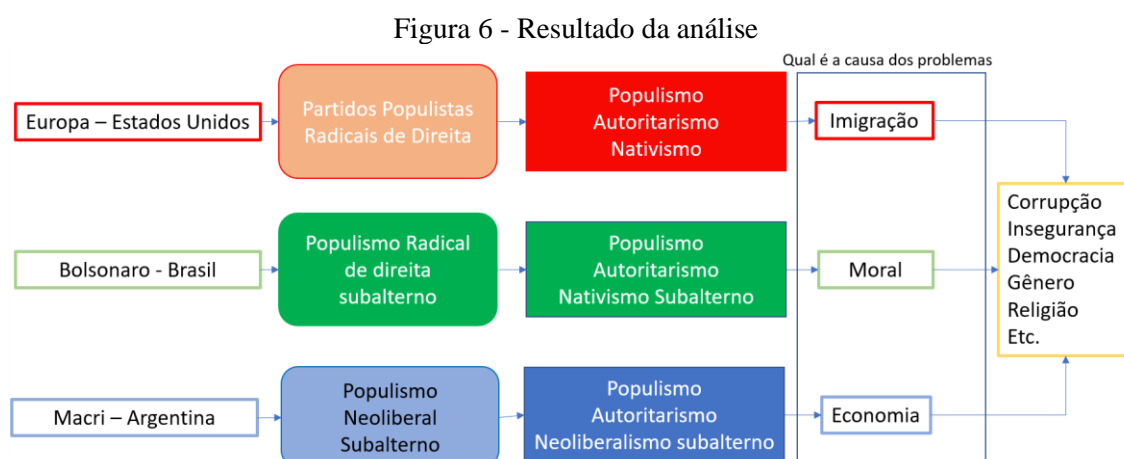
Assim, me propus conduzir a minha análise partindo de um problema de pesquisa de cunho teórico – *é a definição de PPRD como foi produzida originalmente uma conceitualização adequada para os casos de estudo? São as direitas moderadas e as ultradireitas da América Latina equivalentes aos seus congêneres europeus e norte-americanos, podendo assim ser apreendidas pela mesma conceituação?* – e orientada pela hipótese de que há, nas teorias dominantes/internacionais sobre as direitas com pretensões explicativas globais uma insuficiência na interpretação de cenários como o latino-americano. E que esta insuficiência está ligada à falta de uma percepção relacional das direitas em cada país com o conjunto das outras nações do mundo.

Ao longo da análise encontrei que, embora tanto Bolsonaro quanto Macri mobilizassem discursos autoritários e populistas – com uma intensidade e transparência diferente -, o eixo diferenciador do nativismo não se encontrava presente em nenhum deles na maneira prevista na teoria. No seu lugar, ambas as lideranças enxergaram seu patriotismo e nacionalismo a partir de determinados valores e crenças, como um efeito da subalternidade (submissão) perante nações mais poderosas e bem-sucedidas. Desenvolvi assim a ideia de subalternidade como uma característica adicional aos partidos da direita na América Latina, que pode por vezes ocupar o lugar ou se combinar com a ideia do nativismo.

Entendo a subalternidade aqui não *necessariamente* como uma posição real de subalterno, mas como um esforço ativo por se submeter e se colocar em dita posição. Assim a subalternidade se coloca no lugar do nativismo identificado por Mudde (2007) na Europa e nos Estados Unidos (2019), mas se orienta contra os próprios membros da nação, em favor de grupos estrangeiros. Nas direitas subalternas o que se almeja é a assimilação e a incorporação de elementos estrangeiros para o melhoramento da economia, da cultura e dos valores sociais. Isto se expressa de três maneiras distintas.

Em primeiro lugar, há uma valorização positiva das influências estrangeiras para o país em termos de valores culturais e morais e étnicos, assim como de *importação* de políticas públicas e admiração de bens e serviços estrangeiros. Em segundo lugar, a subalternidade se expressa na crença de que uma aproximação mais estreita com os países do Norte global é intrinsecamente desejável e benéfica para o país, entendendo a aproximação como o incremento dos intercâmbios comerciais políticos e diplomáticos. Em terceiro lugar, a subalternidade se expressa na desconfiança e desvalorização contra os grupos sociais, valores morais e culturais do próprio país. Assim, há também nas direitas subalternas uma cisão do próprio povo, não percebida nos PPRD europeus e norte-americanos, conforme a qual há no povo grupos mais e menos nativos. As direitas subalternas representam aquela parte do povo mais autêntico que, simultaneamente se assemelha (racial, cultural, religiosa, ideológica) com os povos dos países centrais, enquanto se expressa uma resistência aos estrangeiros nativos.

No esquema a seguir se expressam visualmente os resultados do trabalho:



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

No esquema são apresentados os resultados da análise de forma sintética, tanto os conceitos principais oriundos da teoria de Mudde (2007) quanto os surgidos da análise do campo da Argentina e do Brasil. Nesse sentido, pode-se ver que enquanto os PPRD europeus e norte-americanos estão caracterizados pelo populismo, autoritarismo e nativismo, a direita argentina de Macri se expressa a partir do populismo, autoritarismo e neoliberalismo subalterno, e a direita brasileira de Bolsonaro se expressa no populismo, autoritarismo e nativismo subalterno. Estas diferenças implicam, por um lado, que o conceito original não cabe ser colocado em nenhum dos casos em análise. Nem Macri que, facilmente pode ser colocado na categoria de moderado, nem Bolsonaro, ao qual o próprio Mudde (2019a) se

refere em uma de suas publicações mais recentes como PRD. Por outro lado, os resultados da análise implicam na necessidade de uma conceituação específica para eles. Para essa adequação conceitual tornou-se pertinente a incorporação da subalternidade nos dois casos, produzindo-se a tipificação de Bolsonaro como um Populista Radical de Direita Subalterno (PPRDS) e de Macri como um Populista Neoliberal subalterno (PNS).

Durante o desenvolvimento desta tese, outras denominações em lugar da subalternidade foram cogitadas para expressar a posição das direitas argentina e brasileira. Entre elas pensou-se em trabalhar com as noções de Patriotismo Subalterno ou de Subalternidade Colonial, mas finalmente decidiu-se manter somente a subalternidade. Em relação ao primeiro destes conceitos, o Patriotismo Subalterno parecia indicar um posicionamento patriótico das direitas que, colocadas numa situação de subalternidade, encontravam-se incapacitadas de levar adiante seus objetivos patrióticos. Já a ideia de Subalternidade Colonial, apesar de indicar, *a priori*, tanto a submissão das direitas a poderes estrangeiros, quanto a identidade destes (os poderes coloniais) restringe o escopo de quais poderes subalternizam às direitas e repete uma ideia já contida na subalternidade. Pois as direitas subalternas, para se constituírem como subalternas, demandam a existência de poderes outros que as submetam e, nesse sentido, implicam as noções de centro e periferia de maneira tanto ou mais aproximada que a ideia de Subalternidade Colonial. No entanto, uma abordagem que parta das abordagens decoloniais, pode assumir esta denominação e se beneficiar dos achados contidos neste trabalho.

De igual forma que no caso de Mudde com o Nativismo, a subalternidade se torna o elemento conceitual crítico que molda as possibilidades do populismo e do autoritarismo. Produzindo uma leitura diferenciada, a partir dela, de diversas questões específicas como a corrupção, a insegurança, a mídia, as relações internacionais, a religião, o gênero, a democracia, entre outras. Por exemplo, enquanto a insegurança é para os PPRD um efeito da imigração, inclusive quando os criminosos são nativos, para os PPRDS e os PNS é um problema interno cujos responsáveis não podem ser desculpados de nenhuma maneira. Ou ainda, em termos da democracia, não se enxerga, como nos PPRD que os imigrantes supõem uma ameaça, mas sim o governo dos inimigos, do qual não pode se confiar na transparência do processo eleitoral.

Faz-se interessante revisar então, as dimensões do populismo, autoritarismo e nativismo/subalternidade que estruturaram o trabalho até aqui, de forma comparada entre os três cenários.

Os discursos expressos nas campanhas de Bolsonaro e Macri podem ser, em termos gerais, considerados como populistas. O mesmo que Macri se encontra, tal como destacado por Mudde (2018a), ao caso de Trump, em uma posição de superioridade em relação ao seu povo que o afasta da relação típica entre povo e líder. Sua campanha mobiliza sentimentos similares. Porém, como foi visto ao longo da análise, a liderança de Macri também não é unitária e seus colaboradores, particularmente Vidal, reforçam permanentemente o caráter de *outsiders* e antielite política do grupo. De maneira similar à Macri, Trump tende a se apresentar, a partir do seu sucesso no mundo privado, como o “CEO certo” para “dirigir a empresa” que é os Estados Unidos, discurso que é bem recebido pelo público: “os EUA têm uma tradição muito forte, particularmente no Partido Democrata de acreditar que o presidente deve ser uma espécie de CEO dos Estados Unidos, que administra o país como uma empresa. Isto constitui uma visão muito americana e nada popular na Europa” (MUDDE, 2018a, p. 85).

Em ambos os discursos, os apoiadores dos candidatos são entendidos como o povo, os *ciudadãos de bem* e a *buena gente*, e caracterizados como moralmente superiores. Característica esta que se aplica também para o líder e todos os atores políticos que este apoia. O povo e a liderança constituem um *nós* que se refere à maioria da população dos seus países e se contrapõe com os corruptos e mal-intencionados (*eles*), que representam uma minoria perigosa.

Nos casos analisados, o perigo não vem dos números dos corruptos – como relatado por Mudde (2007) para os imigrantes muçulmanos –, mas da sua capacidade de enganar os bons e dos recursos que teriam para fazer o mal. Para Mudde (2007) decorrem da condição de serem gente “má” ou corrupta decorrem diversas consequências: desde a situação atual de insegurança e a violência, à situação da economia e da indústria, até as práticas antidemocráticas e judiciais. Isto é corroborado nos casos analisados onde a corrupção se expressa principalmente em termos de valores morais e econômicos. Para Macri implica principalmente na perda de investimentos e da confiança internacional na economia do país, assim como a perda de confiança no governo por parte do povo, sintetiza sua crítica à corrupção da *gente má* na ideia da *mal entendida viveza criolla*.²⁴³ Já Bolsonaro aponta tanto contra a corrupção das elites doentes a partir do “toma lá, dá cá” à corrupção econômica, na ideia “roubalheira do PT” quanto e, principalmente, contra a corrupção moral, na ideia de “ideologia de gênero”.

²⁴³ A *viveza criolla* é uma versão equivalente do *jeitinho brasileiro*.

Esta divisão fundamental moralizada entre o *nós* o e o *eles* limita o trânsito dos indivíduos de uma categoria para a outra – pois como aponta Casullo (2019), são as lideranças as que determinam quem se encontra no *nós* – mas ao mesmo tempo limita a discussão política pois a divisão não diz respeito à visão do Estado, o mercado, salários, impostos, etc. mas sobre as características dos indivíduos. Determinações sobre estes assuntos existem, mas são consequência do olhar sensato das *pessoas boas*, orientadas a melhorar a vida do povo. Quer dizer, consequência lógica do olhar não ideológico das pessoas boas (entendendo a ideologia como aquilo que as esquerdas possuem).

Assim, a mensagem em termos populistas de Bolsonaro pode ser resumida em: “o PT (*eles*) deixou o país na mais profunda crise ética, moral e econômica (traição), *nós* vamos salvá-lo, junto aos *cidadãos de bem* (o povo) e com a ajuda de Deus, *retornar* ao rumo certo (redenção)”. Já no caso de Macri, a mensagem pode ser resumida em: “o kirchnerismo tem destruído a economia desaproveitando um momento excepcional, em função da sede de poder, mentiras e corrupção (traição), *nós* vamos salvar a *buena gente* (o povo), apontando o caminho para que através do seu próprio esforço e capacidade possam avançar da maneira certa para lhes obter o que merecem (redenção)”.

Enquanto o populismo desenha o contexto político no qual os atores se encontram, o autoritarismo expressa a forma em que vão reagir ao mesmo. Inicialmente percebe-se que a segurança, criminalidade e drogas são tanto para Bolsonaro quanto para Macri questões centrais dos seus discursos, da mesma maneira que relatado por Mudde (2007; 2018a) na Europa e nos Estados Unidos, sendo assim demandadas maiores capacidades repressivas para o Estado, desde uma visão punitivista, e proibicionista (das drogas). Esta dimensão, no entanto, encontra-se matizada e limitada no caso de Macri e radicalizada no caso de Bolsonaro. O primeiro propõe incrementar as capacidades repressivas e de controle do Estado, mas não solicita o armamento da população civil, a impunidade das forças policiais ou a criminalização explícita dos movimentos sociais. Mudde (2007) encontra que alguns PPRD conseguem visualizar as causas socioeconômicas do crime quando os autores são nativos – e, de alguma maneira, inocentar seus perpetradores – no entanto nos casos analisados esta possibilidade está ausente. Por não serem nativistas, Bolsonaro e Macri não entendem a criminalidade como um problema dos imigrantes. Para eles todos os criminosos são responsáveis pelos seus atos e devem ser punidos.

Além da questão da segurança, o respeito à ordem (a um tipo de ordem específica), à autoridade e às leis, torna-se uma demanda central para atores que visualizam nos seus países processo de desordem, subversão de valores e regras. Nesse sentido é que Bolsonaro e Macri

criminalizam os movimentos sociais e os protestos, como casos de desordem e desrespeito à autoridade. Mas também o autoritarismo foi expresso na exclusão da política do Estado e a substituição pela tecnocracia especializada. A administração pública, as universidades, as empresas, toda instituição deveria, nesta visão, se organizar por regras objetivas e técnicas, sem questionar a pertinência ou adequação das mesmas. Mesmo que a dita visão “objetiva” e “técnica”, implique colocar nos ministérios militares, CEO’s de empresas e lideranças de grupos patronais.

Finalmente, como dito, o nativismo não aparece como a teoria faz pressupor. Ele é substituído ou endossa a subalternidade dos atores, como a demanda por assimilação com os países centrais. Enquanto Bolsonaro demanda explicitamente a assimilação com os países do Norte global e delimita a linha de exclusão nacional a partir de critérios geográficos, raciais, de gênero, étnicos e morais (negros, nordestinos, indígenas, mulheres e LGBTQIA+, cristão, conservador, patriarcal, liberal, etc.), Macri expressa uma versão moderada, mas similar, da assimilação – como inclusão no mundo – e uma delimitação da nação antipolítica tanto em termos da participação ativa em movimentos ideológicos – de esquerda – como na expressão de posicionamentos econômicos aceitáveis – resultado do diálogo benéfico de todos os atores.

Além disso, como fruto da análise há um elemento importante a ser destacado que é a relação estabelecida entre líderes e partidos políticos, ou seja, entre o ator carismático e a estrutura na qual precisa se colocar para disputar eleições. Durante a maior parte da sua produção, Mudde insistiu na necessidade de estudar os PPRD somente através dos documentos partidários como a expressão mais autêntica dos mesmos, pois a pesquisa através de depoimentos públicos levantava para ele a dúvida sobre a representatividade que um determinado ator poderia ter. Isto é particularmente útil no contexto europeu onde a identidade dos partidos é mais nítida e fixa, provavelmente em função do sistema parlamentarista, mas apresenta dificuldades ao se analisar contextos presidencialistas.

De fato, ao se deparar com Trump, como comentado acima, Mudde (2018a) flexibilizou a própria metodologia considerando que Trump não “é somente um candidato *antiestablishment* dentro de um partido do *establishment*, é também tecnicamente um líder sem partido” (MUDDE, 2018a, p. 41). Nos casos aqui analisados, a relação líder-partido também propiciou que a análise pudesse ser feita a partir dos vídeos da campanha e não dos documentos partidários, quase irrelevantes. Nota-se por isso que, nas referências aos casos europeus, Mudde (2007) continuou utilizando a sigla PPRD, mas o primeiro P foi excluído ao incorporar na análise o caso de Trump, considerando além de partidos, movimentos e lideranças Populistas Radicais de Direita (PRD).

Bolsonaro, ainda que gostasse da comparação com Trump, possui na relação com o partido outra diferença importante. O trabalho de Mudde (2019b) permite ver que enquanto Trump se colocou à frente de um dos partidos tradicionais da política norte-americana e se beneficiou do seu eleitorado histórico, Bolsonaro careceu de um partido forte ou estruturado e teve seu sucesso baseado fundamentalmente no seu carisma e discurso. Enquanto isso, Macri apesar de aproveitar-se das estruturas do Partido Radical – inserido na aliança eleitoral – venceu as eleições liderando seu próprio partido.

No caso de Macri, o veículo eleitoral utilizado *Cambiemos/PRO* é uma construção partidária criada pelo próprio ator e reproduziu, até a eleição, as visões e posicionamentos do mesmo. Macri iniciou sua carreira política criando o PRO e ainda hoje faz parte dele. O PRO é desde a sua criação a expressão política do próprio Macri.²⁴⁴ Além disso, como ficou constatado na pesquisa, a homogeneidade no posicionamento dos diversos candidatos do PRO possibilitou interpretar um discurso homogêneo como representação do posicionamento do partido. Por outro lado, em relação aos documentos oficiais, a plataforma eleitoral de *Cambiemos* de 2015 possui somente 15 páginas cujo conteúdo é muito similar ao exposto nos vídeos, embora de maneira reduzida, e não tem lugar propostas de políticas específicas que não estejam contidas nos discursos.²⁴⁵

Por outro lado, no caso de Bolsonaro a pesquisa a partir de documentos partidários oficiais torna a análise quase impossível. Como foi comentado ao longo do trabalho, a atomização partidária e frequente mudança partidária dos políticos é uma característica do sistema partidário brasileiro do qual Bolsonaro não é exceção. Até a eleição, Bolsonaro tinha participado de oito partidos diferentes (atualmente encontra-se filiado ao seu nono partido, o Partido Liberal) e a sua filiação ao PSL, com o qual concorreu à presidência, aconteceu poucos meses antes do início da campanha e foi concluída pouco depois de iniciado o governo.

Essa instabilidade partidária, assim como o próprio sistema eleitoral brasileiro – que no caso das eleições parlamentares não possui listas e individualiza o voto nos candidatos – explica a irrelevância do partido, e sua identidade, nas eleições. Nesse contexto, Bolsonaro tornou-se o principal, e quase exclusivo porta-voz do posicionamento do partido, tornando os vídeos do seu canal uma fonte válida. Além disso, a plataforma eleitoral apresentada pelo PSL consistiu em uma apresentação de PowerPoint de 81 páginas compostas principalmente por

²⁴⁴ Após a derrota nas eleições de 2019 contudo, a liderança de Macri começou ser contestada dentro do espaço e há possibilidades de que em 2023 não seja ele a encabeçar a chapa presidencial.

²⁴⁵ Disponível em: <https://ucr.org.ar/lo-que-somos/plataforma-cambiemos>

imagens (fotos de mãos iluminadas pelo sol e em posições tipicamente religiosas), pouco texto para além de manchetes específicas e propostas pouco desenvolvidas. Por exemplo, no caso das políticas contra a corrupção consta “enfrentar o crime e cortar a corrupção” (2018, p. 22).

Embora não esteja nas possibilidades desta análise, parece-me importante comentar hipoteticamente possíveis causas da posição subalterna da direita sul-americana nas suas distintas versões, em prol de pesquisas futuras que dialoguem com as vertentes teóricas que analisam as origens coloniais e os efeitos da colonialidade na região. Desde a construção da nação, tanto na Argentina quanto no Brasil, as elites nacionais de origem europeia, incentivaram a imigração como forma de povoar ambos os países e melhorar a “qualidade” do povo. Assim, as diversas ondas migratórias, junto com a imigração forçada do período escravocrata criaram um sistema racial hierarquizado que se mantém pouco abalado até os dias atuais, mas que diferentemente do racismo na Europa, considera algumas correntes imigratórias como superiores das “raças” nativas. Nesse sentido, não é correto dizer que as direitas consideram qualquer imigrante como superior ao nativo, mas um imigrante específico, o branco europeu ou norte-americano. Enquanto os imigrantes de países limítrofes, negros, asiáticos, indianos, etc., sofrem em maior ou menor grau a rejeição, estigma e preconceito por parte destes grupos.

Não há, como na Europa um preconceito generalizado pelos imigrantes em função da sua religião (muçulmana), mas sim, em função das suas etnias. O que chama a atenção é que as etnias rechaçadas têm, muitas vezes, origem no próprio país: são os “povos originários”, os indígenas latino-americanos, representados como bárbaros e atrasados desde o início da construção dos Estados-nação sul-americanos. A imagem que hoje se difunde destes grupos contribui antes de mais nada para estreitar laços, para sedimentar o imaginário de atraso e a falta de civilização.

Os indígenas nos são mostrados como pequenos grupos que habitam lugares afastados dos centros urbanos, em condições de pobreza e fome, sem energia elétrica, água, esgoto ou acesso às tecnologias que os brancos consideram indispensáveis no dia a dia e ainda obrigados a se comunicar em línguas que não são as próprias – de forma que aparecem como menos inteligentes ou com dificuldades de expressão. Nunca é lembrado que as civilizações nativas da América tinham, no momento do encontro com o europeu, sociedades complexas e autônomas, cidades populosas, intrincados sistemas de tratamento de águas e de cultivos, e que o Estado atual responde em grande parte a um processo de extermínio e exclusão consciente perpetrado pelos invasores. Assim, os herdeiros dos europeus brancos

(normalmente em controle do Estado e do capital) se reconhecem nessas origens e consideram que elas lhes proporcionam algum tipo de superioridade, ao tempo que, os povos originários não possuem o mesmo status hierárquico, mas são os verdadeiramente nativos.

A questão do racismo, contudo, tão evidente na segmentação dos grupos sociais da direita latino-americana não é explorada adequadamente nos trabalhos do Mudde. Quer dizer, pensando que o nativismo se expressa na teoria como um rechaço aos imigrantes no abstrato, não é possível identificar como o mesmo se comporta diante de, por exemplo, segundas e terceiras gerações de imigrantes latino-americanos, africanos ou médio-orientais. A contradição aparece também quando, conforme Mudde, as direitas radicais europeias têm orientado suas práticas excludentes particularmente contra os imigrantes africanos e muçulmanos, e não contra os “congêneres” europeus.

A defesa da “cultura e a religião” europeias tem alargado os limites da “nação” colocando os limites na “nacionalidade europeia” e não nos países específicos, permitindo criar um rechaço coeso contra os extraeuropeus. Se os nativistas italianos não rechaçam particularmente os espanhóis ou alemães, e sim os turcos, afegãos e iraquianos, eles não estão sendo nativistas enquanto defensores da italianidade, eles estão sendo simplesmente racistas. Esta contradição não é tal se começamos pensar que em lugar do rechaço ao “imigrante” há um rechaço a certas “raças”. Não estou aqui fazendo uma defesa do “nativismo puro”, mas considerando que a incorporação da “cidadania europeia” quebra os limites da *nação*, enfraquecendo a utilidade da ideia de nativismo.

Na América Latina os autointitulados “verdadeiros” patriotas e nacionalistas, como Macri e Bolsonaro, não hesitam ao procurar atrair a atenção e agradar as potências do Norte global facilitando o ingresso – e particularmente a retirada – de capitais, flexibilizando as normativas ambientais ou impositivas e fundamentalmente expressando uma submissão explícita e um respeito exagerado às suas lideranças, história e interesses.²⁴⁶ Por exemplo, para a visita do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, em 2016, o governo Macri colocou bandeiras dos Estados Unidos em praças, parques, estações de metrô e outros pontos importantes.²⁴⁷

²⁴⁶ Enquanto lideranças da centro-esquerda, consideradas menos nacionalistas e patrióticas (e mais internacionalistas) tendem defender os interesses nacionais – ao menos discursivamente – com maior intensidade, por exemplo em fevereiro de 2015 Cristina Kirchner disse: “prefiro que batam palmas por mim dentro a que batam palmas por mim fora, porque cada vez que batem palmas fora, é porque com certeza, se prejudicaram os de dentro”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YvwqnGyr07U&ab_channel=Televisi%C3%B3nPBlica

²⁴⁷ Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/banderas-de-eeuu-flamean-en-la-plaza-de-mayonid1882204/>. Aceso em 8/01/2022

Já Bolsonaro é visto em diversas oportunidades acompanhado da bandeira de Israel e dos Estados Unidos, em atos públicos.²⁴⁸ Esta esquizofrenia sobre as nossas origens e identidade faz com que o discurso homogeneizador nativista não encontre um grande apoio, fora o fato de que não é possível achar a “raça” argentina (BALLENT, 2017) ou brasileira (TRAJANO FILHO, 2017), tanto nas características étnicas quanto nos discursos. A demarcação das direitas, por isso, não é entre o “nativo” e o estrangeiro, mas entre os *cidadãos de bem*, a *buena gente* e o “resto”.

Estas lideranças subalternas não falaram no vazio, mas para um povo que compartilhava suas visões subalternas. Durante as manifestações que antecederam seus governos, e com as quais tentaram se aliar, foi expressa a idealização destes grupos sociais pelos Estados Unidos. O país foi usado como referente identitário e mapa de rota por esses *cidadãos de bem* que não se reconhecem no seu país. As frases "quero meu país de volta" usada nas manifestações pelo *impeachment* e os pedidos dos cidadãos pela intervenção dos Estados Unidos feitos em cartazes em inglês, nos protestos contra a Cristina Kirchner, apontam nessa direção.²⁴⁹

Assim, pode ser entendida a subalternidade nativista de Bolsonaro, que não se preocupa com a adequação do “nativo”, com a “nação”. E embora Macri compartilhe do núcleo ideológico que leva ao nativismo subalterno é possível se perguntar se o neoliberalismo poderia ser nacionalista e nativista. Várias respostas podem ser ensaiadas a este respeito, mas parece-me razoável arriscar que, na nossa posição (de latino-americanos) seria impossível conceber um neoliberalismo não subalterno. Por isso que a liberação das forças econômicas implica a aceitação do domínio dos mais poderosos, o que significa o domínio das potências econômicas/militares do Norte global.

Algumas reflexões finais e perguntas para a agenda de pesquisa futura

A literatura costuma associar os populismos de direita à Europa enquanto a América Latina seria o cenário dos populismos de esquerda. Embora *Podemos* na Espanha e Bolsonaro no Brasil se apresentem como contraexemplos, a tendência ainda permanece no imaginário acadêmico, o que abre algumas questões para pensar no futuro. São a estrutura

²⁴⁸ Por exemplo, no ato contra o STF e o Congresso em maio de 2020. Veja-se: https://www.youtube.com/watch?v=MnyHZ9CXFfg&ab_channel=JairBolsonaro

²⁴⁹ Nos painéis argentinos os conflitos em torno da compra do dólar americano foram um dos principais elementos mobilizadores, ao ponto que manifestantes fantasiados de “dólar”, com desenhos das moedas, ou demandando “poder viajar ao exterior”, ficaram na memória popular. O acervo com diversas imagens do protesto foi utilizado na minha dissertação de mestrado disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/170395>

socioeconômica periférica e os altos níveis de desigualdade social os responsáveis por permitir o sucesso dos movimentos populistas à esquerda? Ou do lado oposto, os populismos de direita se desenvolvem melhor em contextos de relativa estabilidade, igualdade social e homogeneidade sociocultural? E, ao mesmo tempo, são estas condições mais frutíferas para o sucesso de populismos de direita, orientados a evitar as mudanças sociais? E é o fato da desigualdade europeia prejudicar especificamente grupos radicalizados facilmente identificáveis elemento suficiente para motivar a constituição deles como inimigos? Ou são elementos culturais e históricos que influenciam principalmente na construção dos inimigos nos discursos populistas da direita (europeia) e da esquerda (latino-americana)? Por outro lado, visto que as direitas moderadas (neoliberais) e radicais latino-americanas tendem a se subalternizar seria interessante averiguar se as esquerdas são também subalternas ou não. E no caso de que também o sejam, se isso se expressa da mesma forma.

Lembro-me das aulas com Maria Esperanza Casullo em 2012, na Universidade de Buenos Aires, quando descrevia as características dos líderes populistas. A principal delas era a capacidade do líder de ser um “contador de histórias”, portanto, ser um grande orador e manter, periodicamente, momentos de efervescência coletiva (em termos durkheimianos), nos quais explicavam para o povo quais eram os seus desafios, inimigos, aliados e as tarefas necessárias para recuperar (ou alcançar) o destino que estes e seus aliados estrangeiros estavam tirando deste povo. Naquele tempo, os exemplos de grandes oradores eram os de Perón, Vargas e Fidel Castro, e inclusive a própria Cristina Kirchner. Líder conhecido por longos discursos, Fidel Castro, presente na Assembleia Geral da ONU em setembro de 1960, fez um discurso que se estendeu por quatro horas e meia.

O fato de que os líderes da direita analisados aqui tenham demonstrado diversas dificuldades para este ofício de orador é um elemento chamativo que deveria ser estudado no futuro. Com isso, não me refiro a erros de português e espanhol, que poderiam remeter a preconceitos linguísticos de cunho elitista (embora nem Macri nem Bolsonaro advenham de classes baixas). Refiro-me tanto à duração dos discursos, frequentemente curtos, quanto à qualidade dos mesmos. Já que estes líderes tendem a se expressar de forma ininteligível, costumam desviar o foco do discurso para evitar responder perguntas básicas do público e de jornalistas, ou recorrem a respostas genéricas a respeito de seus próprios programas e condução de governo. Imagino que o surgimento das redes sociais, e a progressiva perda de centralidade das mídias tradicionais, com sua tendência ao imediatismo, possa ser uma das explicações mais relevantes para esta mudança na relação de comunicação entre povo e o líder.

Nas redes sociais, as imagens e não os discursos são mais valorizados e ali, tanto Macri quanto Bolsonaro demonstraram saber utilizar eficientemente a ferramenta. Tanto na campanha de Bolsonaro quanto na campanha de Macri (em 2019) foi identificado o uso de perfis falsos e postagens automatizadas, com o objetivo de incrementar a presença nas redes sociais dos candidatos e a sensação de apoio para os mesmos – o que diria Noelle-Neumann (1995) incrementa as possibilidades das pessoas reais se expressarem favoráveis aos mesmos. Neste sentido, as “novas” tecnologias de comunicação e as dinâmicas próprias das redes – como aquela por meio da qual Bolsonaro adquiriu o apelido “mito” – devem ser cada vez mais consideradas quando analisados os tipos de lideranças políticas, pois as categorias com as quais nos aproximamos destes fenômenos estão sofrendo adaptações nestes novos contextos – tanto pela expansão destas tecnologias quanto pelo uso que as gerações mais novas fazem delas e o paulatino abandono de outros veículos comunicacionais como a mídia impressa ou televisiva.

Se o debate atual dentro da esquerda e o progressismo está orientado a pensar a ação política para evitar a radicalização da direita, faz-se necessário “entender o que o outro lado faz”. Tentar, como Hochschild (2016) o exercício de pular “o muro da empatia” e enxergar o mundo a partir dos olhos dos conservadores religiosos é uma tarefa difícil e desconfortável, mas importante.²⁵⁰ Há uma distância muitas vezes intransponível, para a maioria dos indivíduos, que impede de compreender a possibilidade de que outro indivíduo se comporte ou acredite em determinados valores morais opostos aos próprios de maneira genuína. Acredito que o aprofundamento desta agenda de pesquisa, implicará no futuro incluir as dimensões das imagens e as emoções, que não se pode incluir aqui, pois as mesmas carregam informações junto com os discursos e podem vir a gerar emoções que influenciam no apoio da população a certas lideranças e grupos.

Em linha com a análise de Mudde, que identifica estarmos atravessando uma quarta onda dos populismos radicais de direita, onde os posicionamentos destes grupos tendem a se normalizar, nesta pesquisa tentei mostrar como esta onda está passando na América do Sul. Mesmo que as lideranças de Bolsonaro e Macri se reduzam nos próximos anos parece ilusório acreditar que a ideologia e as crenças que os colocaram no governo deixarão de ser potentes em curto prazo. No caso do Brasil é esperável que a dinâmica comunismo/anticomunismo continue presente, apesar de nunca ter tido sequer uma mínima ameaça real de governo

²⁵⁰ Em certa oportunidade, Bolsonaro afirma não saber o “que leva a mídia e outros setores da sociedade a flertar com o socialismo, com o comunismo e com o que há de pior na política brasileira que é o PT, juntamente com o PSOL e o PCdoB” (B-16), a sua incapacidade de entender o que “leva” alguém “flertar com o socialismo” se assemelha à nossa incapacidade de enxergar a “ameaça iminente do comunismo”.

socialista. Na Argentina pós-ditadura militar, depois de alguns anos começou-se a acreditar que certos consensos sociais e valores inclusivos estavam se afixando socialmente de forma estável, mas cada vez mais a experiência atual demonstra que não há consensos permanentes sobre os valores morais.

Geralmente sou o primeiro a apontar que algumas comparações prejudicam os posicionamentos dos que as expressam, especificamente no apontamento do caráter fascista e ditatorial de Bolsonaro ou Macri. Desde que os fascismos são entendidos popularmente como a perseguição e morte generalizada, a comparação parece falsa aos olhos da maioria da população que vive suas vidas sob estes governos (do Macri e do Bolsonaro) e faz com que o “fascismo”, como denúncia e categoria, perca força. Contudo, não deixa de ser chamativa a similitude de alguns discursos do Bolsonaro com o nazismo e é importante, como adverte Mudde (2017), não considerar levemente as declarações dos líderes PRD, pois não são somente palavras, elas podem prefigurar ações futuras.

Nesse sentido, fica no ar a questão de como analisar movimentos fascistas e supremacistas quando eles chegam aos governos e se mantêm neles, respeitando a vontade popular. Quer dizer, como conceituar governos que promovem ideias de ódio, exclusão e extermínio, típicos da extrema direita, quando há respeito aos procedimentos democráticos? Qual é o limite conceitual para a interpretação destes casos?²⁵¹

Durante as versões preliminares desta tese à luz de diversas ações e opiniões de Bolsonaro no governo fui questionado pela pertinência do uso do conceito de populismo radical de direita em lugar do conceito de fascismo. Na teoria, apesar do racismo e do tom violento dos posicionamentos de um determinado movimento, o que delimita a fronteira entre radicais e extremistas (fascistas) é o posicionamento sobre a democracia. Bolsonaro possui um posicionamento muito ambíguo a este respeito, valorizando os governos militares e questionando permanentemente o processo eleitoral, mas não questiona a validade do procedimento como forma de escolher os representantes políticos e se adequa às suas normas, pode-se dizer que esta adequação surgiu do fato de se saber em posição de vencer as eleições. Contudo, isto não determina que Bolsonaro não possa no futuro radicalizar seu discurso antidemocrático.

²⁵¹ Na presidência, Bolsonaro desafia permanentemente a sua inclusão no radicalismo de direita, solicitando a participação no extremismo. Apesar de ter sido eleito democraticamente força e ameaça permanentemente as instituições (Polícia, Judiciário, Parlamento) e a estabilidade do sistema democrático, além de elogiar os governos militares, procurando estabelecer rituais de comemoração e reconhecendo os grandes feitos dos mesmos.

Sobre a questão é interessante lembrar a análise de Rydgren (2007) que afirma que a partir dos três elementos míticos que constituem o “mínimo fascista” – o ultranacionalismo populista, o mito da decadência e o mito do renascimento – podem ser encontradas similitudes e diferenças entre os dois grupos. Sendo os radicais de direita menos agressivos e voltados para dentro no seu ultranacionalismo, embora preocupados com a pureza étnica da nação (diferentemente do caso do Bolsonaro), não necessariamente preocupados com a decadência da nação e mais fracos no estabelecimento do mito do renascimento, ao ponto de não desafiar o sistema democrático. É interessante também lembrar que Rydgren (2007) aponta que “onde o fascismo foi orientado para o futuro, estes partidos são orientados para o passado (ou, de fato, para um passado idealizado” (p. 246). Na mesma linha encontra-se o trabalho de Griffin (2018), o qual considera que na atualidade os grupos neofascistas constituem minorias atomizadas quase insignificantes, enquanto os grupos e movimentos populistas da direita radical – que *não* desafiam a democracia, *não* possuem um mito de decadência e renovação da sociedade (revolucionários) que os levem a querer mudar a sociedade desde as suas raízes – dominam cada vez mais o espaço da direita.

Sobre este assunto, Griffin (2018) faz referência ao trabalho de David Goodhart (2017) que sugere que a força por trás dos populistas radicais não é o mito fascista da Ultra-Nação, mas a anomia, o sentimento vago de ameaça próprio mesmo da modernidade: ser um estranho no próprio país, o desejo de ter raízes, de ter uma identidade, de estar num lugar “familiar”, não de viver no novo mundo do imaginário revolucionário. Assim procuram garantir a democracia e os direitos humanos “para eles” e proteger a “cultura própria”. Que a origem de alguns sentimentos racistas e violentos estejam na própria dinâmica da modernidade, é mais preocupante ainda que a virulência de uma ideologia estritamente fascista, pois tem a potencialidade de atingir grupos sociais maiores.

Por outro lado, não considerar Bolsonaro fascista, nos termos da teoria, não quer dizer que o seu governo seja menos terrível para a população brasileira e o mundo, do que se fosse considerado fascista, mesmo que o peso que a etiqueta tem socialmente à primeira vista faça parecer que “radical de direita” seja menos rechaçável que “fascista”. De fato, um governo radical de direita, pode – por conseguir se camuflar com a institucionalidade democrática – se “normalizar” e atuar em detrimento de diversos grupos sociais, por mais tempo e mais eficientemente que um governo abertamente fascista. Desde o início, além da tentativa de fechamento do STF efetuada em 2021, diversas expressões de funcionários lembraram discursos e posicionamentos dos nazifascismos clássicos e a própria gestão da pandemia do

Covid-19 demonstrou ser uma aposta pelo tipo de darwinismo social mais cruel. O que se percebe é uma tentativa constante de avanço do extremismo ainda em construção.

Apesar de não fugir de um discurso estigmatizador das “minorias sociais”, Bolsonaro se mostra preocupado em afirmar a sua falta de preconceitos. Embora de maneira lamentável e contraditória, deixa entrever que, inclusive na ultradireita, as pautas dos movimentos antirracistas, feministas e LGBTQI+, de alguma maneira, estão influenciando a opinião pública e conseqüentemente o seu discurso público. Ainda que defendendo ideias segregacionistas e posicionamentos machistas, Bolsonaro e seus apoiadores se esforçam em sustentar ao longo de todos os vídeos que ele “não é”, homofóbico, misógino, machista, racista, violento ou autoritário.

Com uma intensidade muito menor, Macri e sua equipe defenderam também a ideia de que ele/s não teriam qualquer preconceito de gênero ou sexualidade.²⁵² As referências a estas temáticas estiveram menos presentes que no caso do Bolsonaro, em parte, porque os jornalistas as trouxeram menos frequentemente e porque as denúncias de “machismo” não estavam entre as principais preocupações do kirchnerismo com respeito a Macri. É importante considerar, que entre as diversas questões identitárias foi o gênero, o mais mobilizado no caso do Macri (frente a questões raciais ou de orientação sexual), ele tratou desta questão em primeiro lugar, se referindo à sua atitude enquanto chefe de mulheres e, em segundo lugar, ao falar das suas propostas de políticas públicas.

A grande força do movimento feminista argentino ajuda explicar a presença e participação das distintas “mulheres do Macri” e o interesse em destacar a valorização das mesmas pelos seus méritos.²⁵³ Da mesma maneira, algumas referências à questão do “matrimônio igualitário”, serviram para atender à questão dos direitos LGBTQI+. Assim, ambos os candidatos se defenderam das “denúncias” de racismo, homofobia e misoginia, reconhecendo que certas atitudes e valores não são moralmente aceitáveis, apesar de que frases e posicionamentos machistas, homofóbicos e racistas estivessem concomitantemente presentes nas suas falas.

²⁵² Como expressado ao longo da tese, a clivagem de raça, apesar de estar sendo cada vez mais mobilizada pelos grupos afrodescendentes e afro-argentinos ainda é extremamente marginal e não é considerada por quase nenhum grupo político. A questão dos “povos originários” está, ainda que secundária, muito mais presente no debate público que ela e isso se reflete na única referência a um povo não homogêneo feita por Macri no fechamento da sua campanha.

²⁵³ Como visto, o movimento feminista argentino encontrava-se numa etapa de forte crescimento durante o período de campanha de 2015.

Percebe-se assim que, há um reconhecimento e uma incorporação (estratégica) do rechaço popular ao racismo, machismo, e à homofobia, o que indica que há grupos importantes dentro do *nós* dessas direitas que não compartilhariam dos valores mais extremos e que, inclusive, podem pertencer a estes grupos tidos como “minoritários”. Nesse sentido, se entende a estratégia de “mostrar” os representantes destes grupos que apoiavam suas candidaturas. No caso do Bolsonaro a partir de mulheres, indígenas, gays e negros e no caso de Macri com as “suas mulheres”.

Por outro lado, a despeito da potencialidade da direita para incorporar as pautas identitárias (pós-materiais), a discussão sobre igualdade econômica, ou de classe, as suas origens e explicações (da desigualdade), parece uma barreira sobre a qual não estão dispostos a negociar. Ambos os candidatos afirmam a intenção de melhorar as condições de emprego e os salários, mas isso não está vinculado com uma discussão mais aprofundada sobre a questão distributiva, quer dizer quanto do lucro produzido no país deveria retornar aos trabalhadores e quanto deveria ser colhido pelos empresários. Encontram somente na redução do Estado (tanto em termos de controle da economia, quanto de participação de empresas estatais e impostos) a única via possível para a melhora das condições dos trabalhadores.

Não há garantias de que o respeito a determinados direitos se mantenha no futuro.²⁵⁴ Na América Latina, a memória das ditaduras militares dos anos 1970 e 1980, mortes, torturas e desaparecimentos durante algum tempo “envergonhou” as posições militaristas e autoritárias – que não cessaram de existir – e que agora podemos ver como procuram se adaptar para retornar ao centro da cena. Nós que acreditamos em um mundo menos violento, mais inclusivo e com melhores oportunidades para todos, aqueles que entendem que isto implica um mundo mais justo, em suma, aqueles à esquerda do contínuo ideológico, pela sobrevivência dos nossos valores e, muitas vezes, das nossas vidas, devemos estar permanentemente atentos e entender as novas estratégias que as direitas encontram para avançar com seus programas excludentes, a fim de lhes opor forças iguais e superiores. Espero que, de alguma maneira, que esta tese e outras similares contribuam neste objetivo.

²⁵⁴ Na Argentina, por exemplo, a não intervenção do exército na política de segurança constituía uma constante democrática que está sendo quebrada pelo governo Macri anunciou a modificação por decreto do papel do exército argentino – proibido por três leis específicas – para que possa começar agir dentro das fronteiras nacionais orientando-se ao controle da “segurança”. *In*: Página 12. “se pintó la cara”, Buenos Aires. 24/07/2018. Disponível em: www.pagina12.com.ar/130433-se-pinto-la-cara Acesso em: 2 set. 2021. No Brasil o ressurgimento da xenofobia e do militarismo tem acompanhado o crescimento de dirigentes e movimentos políticos, o que encontra o seu ícone na comemoração aos militares que deram o golpe de 1964 por parte do presidente Bolsonaro. Acesso em: <https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/2019/03/27/ala-militar-moderada-se-diz-contradecisao-de-bolsonaro-de-comemorar-golpe-de-1964.ghtml> Acesso em: 2 set. 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABIDIN, Crystal. “‘Aren’t These Just Young, Rich Women Doing Vain Things Online?’: Influencer Selfies as Subversive Frivolity”, **Social Media + Society** 2, n. 2, April 2016. Disponível em: 205630511664134, <https://doi.org/10.1177/2056305116641342>. Acesso em: 7 jun. 2022.
- ADAMOVSKY, Ezequiel. El color de la nación argentina. Conflictos y negociaciones por la definición de un ethnos nacional, de la crisis al Bicentenario. **Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas**, v. 49, n. 1, p. 343-364, 2012. ISSN (Online) 2194-3680, ISSN (Impressa) 1438-4752, DOI: <https://doi.org/10.7767/jbla.2012.49.1.343>.
- ADORNO, T. *et al.* **The Authoritarian Personality**. Verso: London. 2019.
- ALCARAZ, María. Florencia. **¡Que sea ley! La lucha de los feminismos por el aborto legal**. Buenos Aires: Marea Editorial, 2018.
- AMÂNCIO, L. **Masculino e feminino**. A construção social da diferença. Lisboa: Afrontamento, 1994.
- AMARO DOS REIS, M. **Multipartidarismo brasileiro: o excesso de partidos políticos e suas implicações**. 2015. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/38882/multipartidarismo-brasileiro-o-excesso-de-partidos-politicos-e-suas-implicacoes#_edn2 Acesso em: 8 jul. 2022.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das letras. 2008.
- ANNUNZIATA, R. ¿Hacia un nuevo modelo de lazo representativo? La representación de proximidad en las campañas electorales de 2009 y 2011 en Argentina. *In*: CHERESKY, I. Y ANNUNZIATA, R. (Comp). **Sin programa, sin promesa. Liderazgos y procesos electorales en Argentina**. pp. 45-87. Buenos Aires: Prometeo, 2012.
- ANSALDI, W. Arregladitas como para ir de boda. Nuevo ropaje para las viejas derechas. **Revista Theomai**, 35: 22-51, 2017.
- ARAÚJO, C. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo - um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 2, mayo-agosto, 2010, pp. 567-584. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/381/38116094016.pdf> Acesso em: 12 mar. 2022.
- ARSON, C; DE LA TORRE, C. (Eds). **Latin American Populism in the Twenty-first Century**. Washington DC, Woodrow Wilson Center Press e Johns Hopkins University Press, 2013.
- ASSOCIAÇÃO Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA). 2019. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf> Acesso em: 20 jan. 2022.
- BALLENT, A. Faces of modernity in the architecture of the Peronist State (1943-1955). **Fascism** 6(1) [Special issue on latin architecture in the era of fascism]. 2017.

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BECKER, H. **Outsiders**. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: [s. n.], 2009.
- BENN, Steil. **The Marshall Plan: Dawn of the Cold War**. Oxford University Press: Oxford, 2018.
- BERELSON, Bernard. **Content analysis in communication research**. New York: Hafner, 1952.
- BETZ, H. **Radical Right-Wing Populism in Western Europe**. Basingstoke: Macmillan, 1994.
- BHAMBRA, Gurinder. The current crisis of Europe: Refugees, colonialism, and the limits of cosmopolitanism. **European Law Journal**, n. 23, pp. 395-405, 2017. DOI: 10.1111/eulj.12234
- BIRSL, Ursula. **Rechtsextremismus: weiblich – männlich? Eine Fallstudie zu geschlechtsspezifischen Lebensverläufen, Handlungsspielräumen und Orientierungsweisen**. Opladen: Leske + Budrich, 1994.
- BOBBIO, N. **Direita e esquerda**. Razões e significados de uma distinção política. 3. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.
- BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Tomo 1. Editora UNB: Brasília, 1998.
- BOHOSLAVSKY Ernesto; SÁ MOTTA Rodrigo; BOISARD, Stéphane (Orgs.) **“Pensar as direitas na América Latina”**. Alameda Casa Editorial: São Paulo, 2019.
- BOHOSLAVSKY, E; MORRESI, S. El partido PRO y el triunfo de la nueva derecha en Argentina. **Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM [En línea]**, v. 32, dez. 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/alhim/5619> Acesso em: 16 abr. 2022. DOI: <https://doi.org/10.4000/alhim.5619>
- BOITO JUNIOR, A. O caminho brasileiro para o fascismo. **Cad. CRH**, n. 34, 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.35578>
- BONAZZI, Tiziano. 1998. Conservadorismo. *In*: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Tomo 1. Editora UNB: Brasília, 1998.
- BORON, A. **Estado, capitalismo y democracia en America Latina**. Coleccion Secretaria Ejecutiva, Clacso, Consejo Latinoamericano de C. Sociales, Buenos Aires, Argentina. Ago. 2003. Disponível em: www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/estado/estado.html
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia**. España: Bellaterra, 2001.
- BRIEGER, P. Prólogo. **Neofascismo**. De Trump a la extrema derecha europea. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Capital Intelectual, 2017.

BRUM, Eliane. **Bolsonaro é mito, sim**. Coluna publicada em julho/2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniaio/2021-07-07/bolsonaro-e-mito-sim.html>

BULGARELLI, L. Moralidades, direitas e direitos LGBTI nos anos 2010. *In*: SOLANO, E. **O ódio como política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

CAIANI, M. “Radical Right Cross-National Links and International Cooperation”. *In*: RYDGREN, J. (Ed.) **The Oxford Handbook of the Radical Right**. Oxford: Oxford University Press, 2018. pp. 562-585. DOI:10.1093/oxfordhb/9780190274559.013.20

CAIANI, Manuela; DELLA PORTA, Donatella. The Radical Right as Social Movement Organizations. *In*: RYDGREN, J. (Ed.) **The Oxford Handbook of the Radical Right**. Oxford: Oxford University Press, 2018. pp. 327-347.

CAIANI, M; PORTA, D. DELLA. The elitist populism of the extreme right: A frame analysis of extreme right-wing discourses in Italy and Germany. Macmillan Publishers, Ltd. 0001-6810, **Acta Politica**, v. 46, n. 2, pp. 180-202, 2011. www.palgrave-journals.com/ap/.

CAIANI, M. ‘Radical right-wing movements: Who, when, how and why?’, **Sociopedia.isa**, 2017. DOI: 10.1177/205684601761

CAIANI, M. AND PARENTI, L. **European and American extreme right groups and the Internet**. Farnham, Surrey: Ashgate. 2013.

CAIANI, M; PADOAN, E. Setting the scene: filling the gaps in populism studies. **Partecipazione e Conflitto**, 2020. ISSN: 2035-6609 DOI: 10.1285/i20356609v13i1p01 Disponível em: <http://siba-ese.unisalento.it/index.php/paco>.

CAIANI, M; GRAZIANO, P. Varieties of Populism: Insights from the Italian Case. **Italian Political Science Review**, v. 46, n. 2, p. 1-25, 2016.

CAIANI, M; KRÖLL, P. **Nationalism and Populism in Radical Right Discourses in Italy and Germany**. Javnost: The Public, 2017.

CANOVAN, M. **The People**. Cambridge: Polity Press, 2005.

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. *In*: SOLANO, E. **O ódio como política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso versus Análise de Conteúdo. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006.

CARTER, Elisabeth. Party Ideology. *In*: MUDDE (Ed.) **The populist radical right: A reader**. Routledge: London/New York, 2017.

CASIMIRO, F. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. *In*: SOLANO, E. **O ódio como política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

CASULLO, M. **¿Por qué funciona el populismo?** Siglo XXI Editores: Buenos Aires, 2019.

CASULLO, M. E. “¿En el nombre del pueblo? Porqué estudiar al populismo hoy”, *Postdata*, 19(2): 277-313. **Revista POSTData: Revista de Reflexión y Análisis Político**, vol. 19, núm. 2, out.2014/mar.2015, pp. 277-313, Grupo Interuniversitario Postdata. Buenos Aires, Argentina.

CEGATTI, A. **Violência de gênero contra as mulheres e cultura política no Brasil e na Argentina**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. A campanha eleitoral permanente de Jair Bolsonaro: O deputado, o candidato e o presidente. Juiz de Fora. **Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)**. e-ISSN 1981-4070, PPGCOM – UFJF, v. 13, n. 3, p. 135-151, set./dez. 2019.

COFFÉ, H. Gender and the radical right. *In*: RYDGREN, J. (Ed.) **The Oxford Handbook of the Radical Right**. Oxford: Oxford University Press, 2018. pp. 200-211.

COHEN, S. **Folk Devils and Moral Panics**. Routledge: London, 2011.

COLOMER, Josep; ESCATEL, Luis. La dimensión izquierda-derecha en América Latina. **Desarrollo Económico**, vol. 45, n. 177, 2005. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3655894>.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. Edusp: São Paulo, 2005.

DI TELLA, T; GAJARDO, P.; GAMBA, S.; CHUMBIR, H. **Diccionario de Ciencias Sociales y Políticas**. Emecé. Buenos Aires, 2004.

DIEHL, P. “The body in populism”. *In*: HEINISCH, R.; HOLTZ-BACHA, C.; MAZZOLENI, O. (Eds.). **Political populism: a handbook**, Baden-baden. Nomos, 2017.

DURÁN BARBA, J. **El arte de ganar**. Buenos Aires: Debate, 2011.

DURÁN BARBA, J; NIETO, S. Mujer, sexualidad, internet y política. **Los nuevos electores latinoamericanos**. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 2006.

DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa**. Edipro: São Paulo, 2021.

DURKHEIM, É. **Da divisão social do trabalho**. 1999.

DURKHEIM, É. **Ética e sociologia da moral**. São Paulo: Landy Editora, 2006.

DURKHEIM, E. **Sociologia e Filosofia**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

EATON, K. New Strategies of the Latin American Right: Beyond Parties and Elections. *In*: LUNA, J; KALTWASSER, C. **The Resilience of the Latin American Right**. John Hopkins University Press, Baltimore, 2014. pp. 75-93.

EATWELL, R. Introduction: the new extreme right challenge. *In*: EATWELL, R; MUDDE, C. **Western Democracies and the New Extreme Right Challenge**. Routledge: London e New York, 2004.

EL-ERIAN, M. **El ascenso de la derecha en América latina**. Project Syndicate. [S.l: s.n.]. 2016. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/latin-america-rightward-shift-by-mohamed-a-el-erian-2016-06?version=spanish&barrier=accessreg> Acesso em:

ESCALES, Vanina. Ni una menos: La violencia institucional a la luz de la Ley de Protección Integral a las Mujeres. *In*: **CELS. Derechos Humanos en Argentina**. Informe 2016. Buenos Aires, 2016.

ESCOBAR, A. “O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?”. *In*: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

FERNANDES, F. B. Por uma genealogia do conceito homofobia no Brasil: da luta política LGBT à um campo de governança. **Passages de Paris**, 7, p. 97-104, 2012.

FERNANDES, J. Direitas partidárias na América Latina do século XXI. São Paulo: **Leviathan**, n. 14, pp. 26-50, 2017.

FIGUEIREDO, M.; ALDÉ, A.; DIAS, H.; JORGE, V. L. Estratégias de persuasão eleitoral: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas, v. IV, n. 3, p. 182-203, nov. 1997.

FISCHER, M. **Capitalist Realism: Is There No Alternative?** Winchester: Zero Books, 2009.

FLAX, Rocio. La construcción del inmigrante en el discurso político argentino: el caso del Parque Indoamericano. **D.E.L.T.A.**, 35-4, 2019 (1-20). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1678-460X2019350411> Acesso em:

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA JÚNIOR, W. C. Análise de Conteúdo. *In*: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. pp. 280-303.

FREEDEN, M. **Ideology studies**. New Advances and Interpretations. London e New York: Routledge, 2022. DOI: 10.4324/9781003186151

FREEDEN, M. **Ideology**. A very short introduction. Oxford: Oxford University Press, 2003.

FREEDEN, M. **Ideologies and Political Theory: A Conceptual Approach**. Oxford: Clarendon, 1996.

FREIDENBERG, F. **La tentacion populista**. Una via al poder en America Latina. Madrid, Síntesis, 2007.

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Editora Rocco: Rio de Janeiro, 2015.

GATTO, M; POWER, T. Postmaterialism and political elites: the value priorities of brazilian federal legislators. **Journal of politics in Latin America**, v. 8, n. 1, pp. 33-68, 2016.

GAZZOLA, A. **O declínio da “onda rosa” e os rumos da América Latina**. Observatório de Regionalismo (ODR), Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (Unesp/ Unicamp/ PUC-SP), 2018. Disponível em: <http://observatorio.repri.org/2018/06/04/o-declinio-da-onda-rosa-e-os-rumos-da-america-latina/>. Acesso em: 18 ago. 2020.

GELER, Lea. **Categorías raciales en Buenos Aires**. Negritud, blanquitud, afrodescendencia y mestizaje en la blanca ciudad capital. *Runa*, v. 37, n. 1, p. 71-87, 2016. ISSN 1851-9628 (Online). ISSN 0325-1217 (Impressa).

GELLNER, E. **Nations and Nationalism: New Perspectives on the Past**. Blacwell Publishing: New Jersey, 1983.

GIBSON, Rachel. **The Growth of Anti-Immigrant Parties in Western Europe**. Ceredigion: Edwin Mellen, 2002.

GIORDANO, V. ¿Qué hay de nuevo en las «nuevas derechas»? **Nueva sociedad**, 2014.

GIORDANO, V. Las ciencias sociales y los intelectuales en la perspectiva de las derechas latinoamericanas hoy. **MILLCAYAC – Revista Digital de Ciencias Sociales**, v. IV, n. 7, 2017.

GIORDANO, V.; SOLER, L.; SAFERSTEIN, E. La derecha y sus raros peinados nuevos. **Apuntes de Investigación del CECYP** (30): pp. 171-191, 2018.

GOLDSTEIN, A. A ascensão da direita radical brasileira no contexto internacional. *In*: BOHOSLAVSKY, E; SÁ MOTTA, R.; BOISARD, S. **Pensar as direitas na América Latina**. Alameda Casa Editorial: São Paulo, 2019.

GOLDSTEIN, A. 2020a. El Frente Parlamentario Evangélico en el Brasil de Bolsonaro. **e-I@tina. Revista electrónica de estudios latinoamericanos**, v. 19, n. 73, pp. 63-78. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4964/496464293001/html/> Acesso em:

GOLDSTEIN, A. Bolsonaro y la estrategia política de polarización: de la campaña a la presidencia. **CONFLUÊNCIAS**, v. 22, n. 3, 2020b, dez. 2020/mar. 2021, pp. 244-268. ISSN: 1678-7145. E-ISSN: 2318-4558. Niterói/RJ.

GONÇALVES, A. Análise de conteúdo, análise do discurso e análise de conversação: estudo preliminar sobre diferenças conceituais e teórico-metodológicas **Administração: Ensino e Pesquisa**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, pp. 275-300, mai./ago 2016.

GOODHART, D. **The road to somewhere: the populist revolt and the future of Politics**. London: Hurst, 2017.

- GRIFFIN, R. **Fascism**. Medford, Massachusetts: Polity press, 2018.
- GRIFFIN, R. **The nature of fascism**. Routledge: London, 1991.
- HOBSBAWM, E. **Nations and Nationalism Since 1780: Programme, Myth, Reality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- HOCHSCHILD, A. **Strangers in their own land**. Anger and mourning on the American right. The New Press: New York, 2016.
- HAYEK, F. **Camino de servidumbre**. Madrid: [s.n.], 2007.
- HELD, David. **Models of Democracy**. Cambridge: Polity, 2. ed., 1999.
- KITSCHOLT, Herbert. Party Systems and Radical Right-Wing Parties. *In*: RYDGREN, J. (Ed.) **The Oxford Handbook of the Radical Right**. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- HINKELAMMERT, F. Democracia y nueva derecha en América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, n. 98, 1988.
- HORTA RIBEIRO *et al.* **Auditing Radicalization Pathways on YouTube**. 4 Dec 2019. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1908.08313>
- INGLEHART, R. **Culture shift in advanced industrial society**. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- INGLEHART, R. **The Silent Revolution**. Princeton: Princeton University Press, 1977.
- INGLEHART, R; NORRIS, P. **Cultural Backlash**. Trump, Brexit, and authoritarian populism. Cambridge University Press, 2019.
- KALLIS, A. 2018. The radical Right and islamophobia. *In*: RYDGREN, J. (Ed.) **The Oxford Handbook of the Radical Right**. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- KALTWASSER, C. R; TAGGART, P; OCHOA ESPEJO, P; OSTIGUY, P. (Eds.). **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford University Press: Oxford, 2017.
- KALTWASSER, C. La derecha en américa latina y su lucha contra la diversidad. **Revista Nueva Sociedad**, v. 254, nov. 2014. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/la-derecha-en-america-latina-y-su-lucha-contra-la-adversidad/>. Acesso em: 13 mar. 2019.
- KELLER, R. The Sociology of Knowledge Approach to Discourse (SKAD). **Hum Stud**. v. 34, n. 43 (2011). DOI: <https://doi.org/10.1007/s10746-011-9175-z>
- KIRCHER, Néstor. **Discursos 2003-2010**. Instituto Patria, 2020
- KITZBERGER, P. The Media Activism of Latin America's Leftist Governments: Does Ideology Matter? **Giga Working Papers**, v. 151, 2010.

KLEIN, Ezra. **The rise of YouTube’s reactionary right**. 2018. Disponível em: <https://www.vox.com/policy-and-politics/2018/9/24/17883330/dave-rubin-ben-shapiro-youtube-reactionary-right-peterson> Acesso em:

KOCH, Koen. “Back to Sarajevo or beyond Trianon? Some thoughts on the problem of nationalism in Eastern Europe”. **Netherlands Journal of Social Sciences**, v. 27(1): pp. 29–42, 1991.

KOFMAN, Eleonore. “When society was simple: gender and ethnic division and the far and new right in France”. *In*: CHARLES, Nickie; HINTJES, Helen (Eds.). **Gender, Ethnicity and Political Ideologies**. London/New York: Routledge, 1998. pp. 91-106.

LACLAU, E. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

LAMAS, M. La antropología feminista y la categoría “género”. **Nueva Antropología**, v. VIII, p. 173-198, 1986.

LANCASTER, R. **Sex Panic and the Punitive State**. Los Angeles: University of California Press, 2011.

LANDER, E. “Europa, modernidade e eurocentrismo”. *In*: LANDER, Edgard (Org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LAURIS, Élide; HASHIZUME, Maurício. **Violência Política e Eleitoral no Brasil: panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020**. Relatório. Coordenação: Élide Lauris, Sandra Carvalho, Gláucia Marinho e Darci Frigo. Curitiba: Terra de Direitos e Justiça Global, 2020. 129 p. ISBN 978-65-992541-0-9 Disponível em: <https://bit.ly/3QGgtqt> Acesso em: 8 jun. 2022.

LEDWICH, M; ZAITSEV, A. **Seiberg-Witten theory and modular lambda function**. 2019. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1912.1121> Acesso em:

LEWIS, Rebecca. **Alternative Influence: Broadcasting the Reactionary Right on YouTube** (White paper). New York: Data & Society Research Institute, 2018a.

LEWIS, R. Why influence matters in the spread of misinformation. **Data & Society: Points**. 2018b. Disponível em: <https://bit.ly/3DfuKYa> Acesso em: 18 jun. 2022.

LEWIS, R. **All of YouTube, Not Just the Algorithm, is a Far-Right Propaganda Machine**. 2020a. Disponível em: ffwd.medium.com/all-of-youtube-not-just-the-algorithm-is-a-far-right-propaganda-machine-29b07b12430 Acesso em: 22 jun. 2022.

LIPSET, S.M.; RAAB, E. **The Politics of Unreason: Right-Wing Extremism in America, 1790-1970**. New York: Harper & Row, 1970.

LOPEZ, Laura Cecília. “**¿Hay alguna persona en este hogar que sea afrodescendiente?**”: negociações e disputas políticas em torno das classificações étnicas na Argentina. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/6438?locale-attribute=es> Acesso em: 31 out. 2018.

LUNA, J. P; KALTWASSER, C. R. (Eds.). **The Resilience of the Latin American Right**. Johns Hopkins University Press: Baltimore, 2014.

LYONS, M. CTRL-ALT-DELETE: The origins and ideology of the Alternative Right. In: KERSPLEBEDEB (Org.). **CTRL-ALT-DELETE**. Montreal, Quebec: Kersplebedeb, 2017.

MADEIRA, R. M.; TAROUÇO, G. da S. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual, **Revista Pós-Ciências Sociais**, v. 8, n. 5, 2011.

MADEIRA, R. M.; TAROUÇO, G. da S. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos, **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, pp. 93-224. 2013a.

MADEIRA, R. M.; TAROUÇO, G. da S. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil, **Revista de Sociologia e Política**, Porto Alegre, v. 21, n. 45, pp. 149-216, 2013b.

MADEIRA, R. M; QUADROS, M.P. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. Campinas: **Opinião Pública**, v. 24, n. 3, set./dez. 2018, pp. 486-522, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912018243486> Acesso em:

MAIBARES, D. **O avanço do fascismo na Argentina e a última cartada de Maurício Macri**. Diálogos do Sul, 2018. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/america-latina/53971/o-avanco-do-fascismo-na-argentina-e-a-ultima-cartada-de-mauricio-macri> Acesso em:

MALDONADO-TORRES, N. On the coloniality of being Contributions to the development of a concept. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, March/May 2007, pp. 240-270. ISSN 0950-2386 print/ISSN 1466-4348 [online] Taylor & Francis. <http://www.tandf.co.uk/journals> DOI: 10.1080/09502380601162548

MALDONADO-TORRES, N. La descolonización y el giro des-colonial. **Tabula Rasa**. Bogotá: Colombia, n. 9: 61-72, jul./dez. 2008. ISSN 1794-2489. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/396/39600905.pdf> Acesso em:

MARCH, L.; KEITH, D. Introduction. In: MARCH, L.; KEITH, D. (Eds). **Europe's Radical Left From Marginality to the Mainstream?** Rowman & Littlefield: New York, 2016.

MARCH, L.; MUDDE, C. 'What's Left of the Radical Left? The European Radical Left after 1989: Decline and Mutation', **Comparative European Politics**, 3 (1): 23-49, 2005.

MARX, K. **Para a crítica da economia política** ; Salário, preço e lucro ; O rendimento e suas fontes : a economia vulgar / Karl Marx (Os economistas); introdução de Jacob Goreneder ; traduções de Edgard Malagodi ... [et al.]. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito do Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MAYER, N. The radical right in France. In: RYDGREN, J. **The Oxford handbook of the radical right**. Oxford University Press: New York, 2018.

MELZER, R. A Europa e seus inimigos na direita. **Nueva Sociedad**, Agosto 2016.

MEMMI, A. **Racism**. Trad. Camila Pascal, Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

MIGUEL, L. A reemergência da direita brasileira. *In*: SOLANO, E. **O ódio como política**. Boitempo Editorial: São Paulo, 2018.

MIGUEL, L. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordça no parlamento brasileiro. **Direito & Praxis**, v. 07, n. 15, pp. 590-621. Rio de Janeiro, 2016.

MILLER-IDRISS, Cynthia. **Hate in the Homeland**. The New Global Far Right. Princeton University Press: Princeton e Oxford, 2020.

MILLER-IDRISS, Cynthia. **The extreme gone mainstream: Commercialization and far right youth culture in Germany/2018**. Princeton University Press: Princeton e Oxford, 2020.

MOFFITT, B. **The Global Rise of Populism**. Performance, Political Style, and Representation. Stanford (CA), Stanford University Press, 2016.

MORALES, Orlando Gabriel. Hacer visible aquello invisibilizado. Discursos de instituciones de afrodescendientes y migrantes africanos en Argentina. Bogotá: **Tabula Rasa**, n. 21, pp. 305-323, jul-dez, 2014.

MORRESI, S. **La continuidad del modelo neoliberal en América Latina durante el siglo XXI**. 2017. Trabalho apresentado no XIII Congreso Nacional de Ciencia Política “La política en entredicho. Volatilidad global, desigualdades persistentes y gobernabilidad democrática”, organizado pela Sociedad Argentina de Análisis Político (SAAP) e a Universidad Torcuato Di Tella (UTDT), Cidade Autónoma de Buenos Aires, 2 a 5 de agosto de 2017.

MORRESI, S. **Todo lo blanco en la marea rosada: la resiliencia neoliberal luego del derrumbe del Consenso de Washington**. 2019a. Trabalho apresentado nas XIII Jornadas de sociología “Las cuestiones de la Sociología y la Sociología en cuestión”. Org.: Curso de Sociologia da Universidade de Buenos Aires. Buenos Aires, 26 a 30 de agosto 2019. Disponível em: jornadasdesociologia2019 sociales.uba.ar/wp-content/uploads/ponencias2019/705_750.pdf Acesso em:

MORRESI, S. As direitas argentinas e a democracia: ditadura e pós-ditadura. *In*: BOHOSLAVSKY, E; PATTO SÁ MOTTA, R; BOISARD, S. **Pensar as direitas na América Latina**. Alameda Casa Editorial: São Paulo, 2019b.

MORRESI, S. Las derechas políticas, el enfoque sociohistórico y algunos apuntes personales. **Sociohistórica**, 47, 131 (2021). <https://doi.org/10.24215/18521606e131>

MOSES, G. **The Fascist Revolution: Toward a General Theory of Fascism**. New York: Howard Fertig, 1999.

MOSTOV, Julie. “Women and the radical right: ethnocracy and body politics”. *In*: RAMET, Sabrina P. (Ed.). **The Radical Right in Central and Eastern Europe since 1989**. University Park: Pennsylvania State University Press, 1999. pp. 49-63.

MOTTA, R. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. *In*: BOHOSLAVSKY, E; PATTO SÁ MOTTA, R; BOISARD, S. **Pensar as direitas na América Latina**. Alameda Casa Editorial: São Paulo, 2019.

MOUFFE, C. **El retorno a lo político**. Barcelona, Paidós, 1999.

MOUFFE, C; TURNER, G. Democracia y nueva derecha. **Revista Mexicana de Sociología**. 43:1829-1846, 1981.

MUDDE, C. **The Ideology of the Extreme Right**. Manchester University Press: Manchester, 2000.

MUDDE, C. **Populist radical parties in Europe**. Cambridge University Press: Cambridge, 2007.

MUDDE, C. The populist radical right: A pathological normalcy. **West European Politics** 33(6):1167–1186, 2010.

MUDDE, C. **On Extremism and Democracy in Europe**. London e New York: Routledge, 2016.

MUDDE, C. (Ed). **The Populist Radical Right: a reader**. Routledge: London e New York, 2017.

MUDDE, C. **The Far Right in America**. Routledge: London e New York, 2018a.

MUDDE, C. Studying Populism in Comparative Perspective: Reflections on the Contemporary and Future Research Agenda. **Comparative Political Studies**, v. 51(13), pp. 1667-1693. 2018b. DOI: 10.1177/0010414018789490

MUDDE, C. **The far right today**. Polity Press: Cambridge, 2019a.

MUDDE, C. EU Elections: Moving the Center. **Journal of Democracy**, v. 30, n. 4, October 2019, pp. 20-34. 2019b. DOI: <https://doi.org/10.1353/jod.2019.0066>

MUDDE, C. Riding the fourth wave. The role of business in far-right politics. **IPPR Progressive Review**, 2020.

MUDDE, C. “One against all, all against one! a portrait of the Vlaams Blok”, **Patterns of Prejudice**, 29(1): 5–28. 1995.

MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. **Populism**. A very short introduction. Oxford University Press: Oxford, 2017.

MUDDE, C; KALTWASSER, C. R. Exclusionary vs. Inclusionary Populism. Comparing Contemporary Europe and Latin America. **Government and opposition**, 48(2): 147-174. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3d7d5r4> Acesso em: 18 ago. 2020.

MUNGER; PHILLIPS. Right-Wing YouTube: A Supply and Demand Perspective. **The International Journal of Press/Politics** 1–34. Out. 2020. DOI: 10.1177/1940161220964767

MUIS, Jasper; IMMERZEEL, Tim. Causes and consequences of the rise of populist radical right parties and movements in Europe. **Current Sociology Review**, v. 65(6), pp. 909-930. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/0011392117717294>

NAMISE, Daniel Kei. **Dos mitos ao “mito”**: um estudo sobre o conceito de mito político na era da comunicação digital a partir da campanha presidencial de Jair Bolsonaro. (Trabalho de Conclusão de Curso) Comunicação Social – Universidade Federal do Paraná. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3eN6G4M> Acesso em: 18 ago. 2020.

NOAM, G; HALL, P. The politics of social status: economic and cultural roots of the populist right. **The British Journal of Sociology**, v. 68, n. S1, 2017.

NOELLE-NEUMANN, E. **La espiral del silencio**. Ed. Paidós: Barcelona, 1995.

OKIN, S. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008.

OPPENHEIMER, M. **Inside the right-wing YouTube empire that’s quietly turning millennials into conservatives**. Disponível em: <https://bit.ly/3d9wV4R> Acesso em: 25 set. 2021.

ORSI, G. 'Não há negros na Argentina': o mito da homogeneidade racial argentina. **Revista Simbiótica Nei Ufes**, 2022 [No prelo].

ORSI, G. **Ativismo midiático**: a atuação da mídia corporativa na produção dos Cacerolazos argentinos – o caso do 8N. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

OSTIGUY, P. The High and the Low in Politics. A Two Dimensional Political Space for Comparative Analysis and Electoral Studies”. **Working papers n° 360**, Kellogg’s Foundation, 2009. Disponível em: Kellogg.nd.edu Acesso em: 25 set. 2021.

OSTIGUY, P. Populism: A Socio-Cultural Approach. In: C. ROVIRA KALTWASSER, P. TAGGART, P. OCHOA ESPEJO; P. OSTIGUY (Eds.). **The Oxford Handbook of Populism**, Oxford, Oxford University Press, 2017.

OUALALOU, 2015, El poder evangélico en Brasil. **Nueva Sociedad**, n. 260, nov./dez. 2015, ISSN: 0251-3552. Disponível em: www.nuso.org Acesso em: 25 set. 2021.

PANIZZA, F. **Populism and the Mirror of Democracy**. Londres: Verso, 2005.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PEREIRA, Matheus M. **Um confronto político no presidencialismo de coalizão os resultados do confronto entre o movimento LGBT e o movimento cristão pró-vida e prófamília (2003-2014)**. Tese (Doutorado em Sociologia) UFRGS, 2018.

PERRIN, A; ANDERSON, M. **Share of U.S. adults using social media, including Facebook, is mostly unchanged since 2018**. (2019). Disponível em: <https://pewrsr.ch/2WTBSky> Acesso em: 17 nov. 2021.

PIRRO, A. **The Populist Radical Right in Central and Eastern Europe: Ideology, Impact, and Electoral Performance**. New York: Routledge, 2015.

POWELL, B. G. J. Extremist parties and political turmoil: two puzzles. **Am. J. Polit. Sci.** 30:357-78, 1986.

POWER, T.; ZUCCO JR., C. “Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005: a research communication”. **Latin American Research Review**, v. 44, n. 1, 2009.

PRADO, L. O desenvolvimentismo autoritário de 1968 a 1980. *In: O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: palestras / Ricardo Bielschowsky [et al.]. – Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Caixa Econômica Federal, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3QGbkP0> Acesso em: 14 out. 2021.*

PREGO, Florencia. Los intelectuales de derecha en América Latina: los usos sociales del conocimiento y su vinculación con la política. **Revista Cuéstiún**, v. 1, n. 50, abr.-jun. 2016, pp. 414-427. ISSN 1669-6581.

PREGO, Florencia; NIKOLAJCZUK, Monica. **¿Nuevos actores en las “nuevas” derechas del siglo XXI en américa latina?: los casos del macrismo en Argentina (2015) y el bolsonarismo en Brasil (2018) (pp. 221-236)**. *In: A. FALERO; C. QUEVEDO; L. SOLER (Eds.) Intelectuales, democracia y derechas. CLACSO. El colectivo: Buenos Aires. 2020. DOI: <https://doi.org/10.2307/j.ctv253f4g2.14>*

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In: LANDER, Edgardo (comp.) La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, CLACSO, 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf> Acesso em:*

QUIJANO, A. “Bien Vivir” Entre el “desarrollo” y la Des/Colonialidad del Poder. **Ecuador debate**, Quito, n. 84: 77-87, diciembre de 2011.

RAIM, L. La derecha «alternativa» que agita a Estados Unidos. **Nueva Sociedad**, v. Enero, 2017.

RAITER, Alejandro. **Lenguaje y sentido común**. Las bases para la formación del discurso dominante. Buenos Aires: Biblos, 2003.

RAMA, José; ZANOTTI, Lisa; TURNBULL-DUGARTE Stuart J.; SANTANA, Andrés Santana. **VOX - The Rise of the Spanish Populist Radical Right**. Routledge: London, 2020.

RAMONET, I. Los motivos de una victoria inesperada. *In: Le Monde Diplomatique* (Org.). **Neofascismo**. De Trump a la extrema derecha europea. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2017.

RAMOS, H. D. Nuevas izquierdas y nuevas derechas: debates en torno a la conceptualización de los procesos políticos latinoamericanos recientes. **Tempos Históricos**, v. 21, pp. 209–231, 2017.

RIBEIRO, E. **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

ROSANVALLON, Pierre. **El siglo del populismo**. Galaxia Gutenberg: Barcelona, 2020.

ROZITCHNER, A. **Ganas de vivir**. La filosofía del entusiasmo. Buenos Aires: Sudamericana, 2012.

RUESCHEMEYER, Marilyn. “Difficulties and opportunities in the transition period: concluding observations”. *In: RUESCHEMEYER, Marilyn* (ed.), **Women in the Politics of Postcommunist Eastern Europe**. Armonk: M. E. Sharpe, rev. and exp. ed., pp. 285-97, 1998.

RYDGREN, Jens. The Radical Right: An Introduction. *In: RYDGREN, Jens* (Ed.). **The Oxford Handbook of the Radical right**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

RYDGREN, J. The sociology of the radical right. **Annu. Rev. Sociol.** 2007. 33:241–62. DOI: 10.1146/annurev.soc.33.040406.131752

SARTORI, G. **Partidos e sistemas de partidários**. Rio de Janeiro: Editora Universidade de Brasília. Zahar; Brasília, 1982.

SALAS OROÑO, A. **Nuevas derechas, nuevos problemas**: idiosincrasias opositoras en América Latina del siglo XXI. XI Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2015.

SANTOS, Renan. **A resistência do sistema de justiça brasileiro em condenar réus de ofensas raciais**: o ideal da sacralidade da pessoa humana contra o ideal da hierarquização racial da humanidade. Tese (Doutorado em Sociologia) Programa de Pós-Graduação em Sociologia UFRGS. 2022 [Em fase de elaboração].

SARMIENTO, D. **Civilización y barbarie**. Vida de Juan Facundo Quiroga. Aspecto físico, costumbres y ámbitos de la República Argentina. El Progreso de Chile: Santiago, 1845.

SAVIANO, R. **Gridalo**. Bompiani: Firenze e Milano, 2020.

SCHMITT, Carl. **El Concepto de lo Político**. 5. ed. Madrid, España: Alianza Editorial, 2008. ISBN 978-84-206-8383-6.

SILVA, Fabrício. Até onde vai a “onda rosa”? Análise de Conjuntura. **OPSA**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 1-20, fev. 2010.

SINGER, A. *et al.* **Porque gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SMITH, A. **Participação no episódio 48**. Podcast RADIKAL, apresentado por Cas Mudde. Lançado em 19 out. 2021. Disponível em: <https://www.buzzsprout.com/1134467/9345629>

SOARES, S. Populism and Leadership: Is There Anything New Under the Sun? *Studia Universitatis Babeş-Bolyai. Sociologia*, 62(3): pp. 121-149, 2017.
DOI:10.24193/subbeuropaea.2017.3.06

SOLANO, E. **Crise da democracia e extremismos de direita**. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil. Maio de 2018. Análise Nº 42/2018.

STANLEY, B. Populism in Central and Eastern Europe. *In*: C. KALTWASSER, P. TAGGART, P. OCHOA ESPEJO; P. OSTIGUY (Eds.) **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford, Oxford University Press, 2017.

STAVRAKAKIS. Discourse Theory in Populism Research. Three Challenges and a Dilemma. **Journal of Language and Politics**, 16(4): pp. 523:534. 2017.

STOESSEL, S. «Giro a la izquierda en la América Latina del siglo XXI.», **Polis [En línea]**, 39, 2014, Publicado el 22 enero 2015, consultado el 30 septiembre 2016. URL: <http://polis.revues.org/10453> Acesso em: 12 jul. 2021.

SWANSON, D.; MANCINI, P. (Eds.). **Politics, media and modern democracy: an international study of innovations in electoral campaigning and their consequences**. Westport: Praeger, 1996.

THERBORN, G. **The ideology of power and the power of ideology**. London: Redwood Burn Ltd, 1980.

TOTO, Mario Constantino. Derecha. *In*: OLAMENDI, Laura B. *et al.* (Orgs.) **Léxico de la política**. México DF, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología, Fundación Heinrich Boll, Fondo de Cultura Económica, 2000. pp. 152-154.

TRAJANO FILHO, F. The many faces of the same body: architecture, politics and power in Vargas` regime (1930-1945), **Fascism**. 6(2) [Special issue on latin architecture in the era of fascism]. 2017.

TRITT, Shona M. *et al.* “Ideological Reactivity: Political Conservatism and Brain Responsivity to Emotional and Neutral Stimuli.” **Emotion**, 16 (8): pp. 1172–85, 2016.

TUFEKCI, Zeynep. **YouTube, the Great Radicalizer**. Artigo New York Times, 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/03/10/opinion/sunday/youtube-politics-radical.html> Acesso em: 24 jul. 2021.

VAGGIONE, J. La Iglesia Católica frente a la política sexual: la configuración de una ciudadanía religiosa. **Cadernos Pagu** (50), 2017:e175002 ISSN 1809-4449.
<http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700500002>

VÁRNAGY, T. **Derechas locales**, ¿tendencias globales? Nueva Sociedad, v. Enero-Febr, 2017.

VILAS, C. La izquierda latinoamericana y el surgimiento de regímenes nacional-populares. **Nueva Sociedad n° 197**, 2005.

VOMMARO, G.; ANRIA, S. En Argentina, un “giro a la derecha” que no fue y el improbable regreso del peronismo de centro-izquierda. **Más Poder Local**. ISSN: 2172-0223. Número 40, Jan. 2020, pp. 6-10.

VOMMARO, G. «Meterse en política»: la construcción de PRO y la renovación de la centroderecha argentina. **Revista Nueva Sociedad**, 2014. Disponible em: <https://nuso.org/articulo/meterse-en-politica-la-construccion-de-pro-y-la-renovacion-de-la-centroderecha-argentina/> Acceso em: 24 jul. 2021.

VOMMARO, G. «Unir a los argentinos»" El proyecto de «país normal» de la nueva centroderecha en Argentina. **Revista Nueva Sociedad**, n. 261, enero-febrero 2016.

VOMMARO, G. A centro-direita e a «mudança cultural» argentina. **Revista Nueva Sociedad**, Jul. 2019.

VOMMARO, G. Meterse en política, la construcción del PRO. **Revista Nueva Sociedad**, n. 254, noviembre-diciembre, 2014.

VOMMARO, G; MORRESI, S. «**Argentina**: The Difficulties of the Partisan Right and the Case of the pro Party» *In*: LUNA, J; KALTWASSER, C. **The Resilience of the Latin American Right**, John Hopkins University Press, Baltimore, 2014.

VON BEYME, C. *Political Parties in Western Democracies*. Aldershot: Ashgate, 1985.

VRAGA, Emily K.; TULLY, Melissa. “News Literacy, Social Media behaviors, and Skepticism toward Information on Social Media” **Information, Communication & Society**. Published electronically. July 3, 2019. DOI: doi:10.1080/1369118X.2019.1637445.

WADE, P. **Raza y etnicidad en latinoamérica**. Quito: [s. n.], 2000.

WEAVER, D. H. Thoughts on agenda setting, framing, and priming. **Journal of Communication**, v. 57, n. 1, p. 142-147, 2007.

WEISS, R. Durkheimian Revolution in Understanding Morality: Socially Created, Scientifically Grasped. *In*: McCallum D. (Eds.) **The Palgrave Handbook of the History of Human Sciences**. Palgrave Macmillan, Singapore, 2021. DOI: https://doi.org/10.1007/978-981-15-4106-3_46-1

WEISS, R. Efervescência, dinamogenia e a ontogênese social do sagrado. **Mana**, 19 (1), Abr 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132013000100006> Disponible em: www.scielo.br/j/mana/a/tLgbzYSVSS6g6wnbPXtpbcD/?lang=pt# Acceso em: 28 jul. 2021.

WEISS, R. **Émile Durkheim e a fundamentação social da moralidade**. 2010. Tese doutoral, USP. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-29062011-124920/publico/2010_RaquelAndradeWeiss.pdf

WEISS, R; GOMES NETO, J. Talcott Parsons and the Sociology of Morality. **The American Sociologist**, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12108-020-09466-w>

WEYLAND, Kurt. Clarifying a Contested Concept. Populism in the Study of Latin American Politics, **Comparative politics**, 34(1): 1: 22, 2001.

WHITE, D. (1950). The “gate keeper”: A case study in the selection of news. **Journalism Quarterly**, 27(4), pp. 383-390. 1950.

WIMMER, Andreas. **Nationalist Exclusion and Ethnic Conflict: Shadows of Modernity**. Cambridge University Press: Cambridge, 2002.

ANEXO 1 - LISTA DE VÍDEOS DE MACRI E BOLSONARO

Para facilitar a leitura do trabalho, as referências aos vídeos foram codificadas de maneira numérica. A seguir encontra-se a lista dos vídeos coletados e analisados para o presente trabalho.

MACRI

Vídeo Número	Data	YouTube Id
1	2015-11-20 (Último vídeo antes da eleição)	oMmCASOQBBDQ
2	2015-11-20	HFRt60K0xKQ
3	2015-11-19	LWumjPEgep4
4	2015-11-19	opm583GMRj0
5	2015-11-19	AW9eotMAcvA&t
6	2015-11-18	6TPPkLmqRd4
7	2015-11-18	erlzk02XVHQ
8	2015-11-18	5TJaYGBIZRg
9	2015-11-17	a66E5YkGRw4
10	2015-11-17	T62_SliHgAs&t
11	2015-11-16	N7VA9N0XLKA
12	2015-11-16	EC12oSJOeiw
13	2015-11-16	DFLRgUEr51s
14	2015-11-16	4WMBG0MZ8qI
15	2015-11-16	V3E5trfVuNQ
16	2015-11-16	rTAer1eDwLQ
17	2015-11-13	arN_dYrxHD8
18	2015-11-13	Wt1DhDnhc1Y
19	2015-11-12	TTTObfiOubY
20	2015-11-12	4I63W2OEi7g
21	2015-11-11	84MTp0tQjKk
22	2015-11-11	KfHnNqrf32s
23	2015-11-09	RrZEtZpZ1fw
24	2015-11-07	3IuF-rUVPh8
25	2015-11-07	BxzhV3VLb-g
26	2015-11-07	EO4bwCUTtPE
27	2015-11-07	FgceQ1QBM8Q
28	2015-11-07	UH9GKcW9Fxs
29	2015-11-07	s_W9_ILUCR0
30	2015-11-06	XxOT3Y-MzPk
31	2015-11-04	BhZJ88CXUgQ
32	2015-11-02	==eqOCy7zfGs
33	2015-10-30	9RsBkWI7y4U
34	2015-10-29	zvUBi8NUicE
35	2015-10-28	ue7JMSgLumc
36	2015-10-28	xDYpuZyj5g
37	2015-10-28	kGhbp6PDQ9A
38	2015-10-27	K1U0XQ1BEWQ
39	2015-10-27	SoVNryYfFd4
40	2015-10-27	dWC6UFmgzPY
41	2015-10-26 1º vídeo do período do 2º turno)	cOLMQReHrsE

BOLSONARO

Vídeo Número	Data	YouTube Id
1	2018-10-28 Último vídeo antes da eleição	YI_426_0SZ8
2	2018-10-28	P9TAAtFyAX_c
3	2018-10-27	drH05N5yZlc
4	2018-10-27	2py6E3U2wCc
5	2018-10-27	cp8w4wICTSA
6	2018-10-27	X4xaDruXJhY
7	2018-10-27	P8ZeMRw-Y1s
8	2018-10-27	f-x9frde3iY
9	2018-10-27	VzKmd23vcsQ
10	2018-10-27	jeYmxTnd8eU
11	2018-10-26	aiUHMvGbkE8
12	2018-10-26	7sFxeW8DDzs
13	2018-10-26	F_v2auHWk8I
14	2018-10-26	ATP-Zy07ycM
15	2018-10-26	VwulE6f47pc
16	2018-10-25	3xa1ld8N000
17	2018-10-25	WeUgFUKh240
18	2018-10-25	Ef4TLmKx8uE
19	2018-10-25	bY1CUmVjozM
20	2018-10-24	a3DFyl6E1BE
21	2018-10-24	CNZC57NawiY
22	2018-10-24	QzH81OFZQUo
23	2018-10-24	WZ4KsPoPNQE
24	2018-10-24	aiC3wFEyY3U
25	2018-10-24	BMVJCOljYJI
26	2018-10-23	lQXuGyHpxyQ
27	2018-10-23	yFO3fCFz-k0
28	2018-10-23	yLuNmAkrkRY
29	2018-10-23	-W91BzsvkY8
30	2018-10-22	3ruxcOZaCYE
31	2018-10-22	ZwjdA3EWKww
32	2018-10-22	LABb7MM3r_8
33	2018-10-22	SzsOw6Hg10s
34	2018-10-21	H9wxneOnIOI
35	2018-10-21	wNa1IuMF1DI
36	2018-10-21	6155NKQrO20
37	2018-10-21	suaH_FEU82k
38	2018-10-21	ePDaeHuEQ9k
39	2018-10-20	T35EpgUT3-k
40	2018-10-20	a0Yu5Qrc3ME
41	2018-10-19	tG7tJFm7DUk
42	2018-10-19	e3P3g-lzuJk
43	2018-10-19	4RZLxQtPbzw
44	2018-10-18	m-F1jDvCMk4
45	2018-10-18	I7ImEjQhcMM
46	2018-10-18	WYLRl5nIYTs
47	2018-10-18	HOmj7DJWgEY
48	2018-10-17	uppaXhRS5CM

49	2018-10-17	2tNtqu28Mzs
50	2018-10-17	BKqfYFpUY-g
51	2018-10-17	EKva-unlNgQ
52	2018-10-16	CxcJ6tHLPMM
53	2018-10-16	eTrISvuQ-4s
54	2018-10-16	Q3f8e3M1Dy4
55	2018-10-15	whUk1iXc6tQ
56	2018-10-15	5kcGJDXLRck
57	2018-10-15	nd6crO-SRO8
58	2018-10-14	KGVTURYPRrU
59	2018-10-14	RFZC5T2PrWQ
60	2018-10-14	XmJtRKm6fyI
61	2018-10-13	T3HfVCQkwPY
62	2018-10-13	IWzT3Ocjf9M
63	2018-10-13	sa-eLhQ0qR0
64	2018-10-13	BLgZO6uQLMA
65	2018-10-12	vsMDEgvwTAM
66	2018-10-12	gyYQR2wWpsM
67	2018-10-12	bYcH0z6ScEg
68	2018-10-12	wX3LGff0wIE
69	2018-10-12	AFSjMgJjtFk
70	2018-10-12	05KDEqD7Wo8
71	2018-10-11	/9q9ZNMRe5rw
72	2018-10-11	XLVb7YGxWyA
73	2018-10-11	h0TJJ0M18n4
74	2018-10-11	sx8kVLWFxds
75	2018-10-11	b0_15nZXcy4
76	2018-10-10	isy48v5_50g
77	2018-10-10	NgRWYoS3IKQ
78	2018-10-10	l-7Yht31teg
79	2018-10-10	LdgWRaK5Ghc
80	2018-10-09	Z7gp7Ug-Izw
81	2018-10-09	Wl6Z8OI2TXI
82	2018-10-09	qO_5C9PsVv8
83	2018-10-08	p9L3bN1PBkw
84	2018-10-08	cQIJEqMxk_g
85	2018-10-08 (Primeiro vídeo do 2º turno)	W03TbRU7So0